Helena Pina | Conceição Ramos | Paula Remoaldo (Eds.)



THE OVERARCHING ISSUES OF THE EUROPEAN SPACE
GRANDES PROBLEMÁTICAS DO ESPAÇO EUROPEU

–

Preparing the new decade for key socio-economic and environmental challenges

Preparar a nova década para os principais desafios socioeconómicos e ambientais

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
2018



Helena Pina | Conceição Ramos | Paula Remoaldo (Eds.)



THE OVERARCHING ISSUES OF THE EUROPEAN SPACE
GRANDES PROBLEMÁTICAS DO ESPAÇO EUROPEU

–

Preparing the new decade for key socio-economic and environmental challenges

Preparar a nova década para os principais desafios socioeconómicos e ambientais

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
2018

Título: THE OVERARCHING ISSUES OF THE EUROPEAN SPACE

GRANDES PROBLEMÁTICAS DO ESPAÇO EUROPEU

-

Preparing the new decade for key socio-economic and environmental challenges

Preparar a nova década para os principais desafios socioeconómicos e ambientais

Organização de: Helena Pina, Conceição Ramos, Paula Remoaldo

Prefácio de: Helena Pina

Editor: UNIVERSIDADE DO PORTO – Faculdade de Letras

Local de edição: Porto

Ano de edição: 2018

ISBN: 978-989-54179-2-6

http://ler.letras.up.pt

Contacto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Via Panorâmica, s/n
4150-564
Porto

Email sdi@letras.up.pt

Edição em formato electrónico disponível em:

http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id022id1614&sum=sim

Organização:

Profª. Doutora Helena Pina, Universidade do Porto

Profª. Doutora Conceição Ramos, Universidade do Porto

Profª. Doutora Paula Remoaldo, Universidade do Minho

Comissão Científica:

Profª. Doutora Ana Isabel Boura, Universidade do Porto

Profª Doutora Ana Maria Binet, Université de Bordeaux

Prof. Doutor André Santos, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Doutor Andrews José de Lucena, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Doutor António Barros Cardoso, Universidade do Porto

Prof. Doutor Atanas Dermendhziev, University of Verliko Tarnovo

Profª. Doutora Borna Fuerst-Bjeliš, University of Zagreb

Profª. Doutora Célia Taborda, Universidade Lusófona do Porto

Profª. Doutora Conceição Ramos, Universidade do Porto

Profª. Doutora Fantina Tedim, Universidade do Porto

Profª. Doutora Felisbela Martins, CEGOT-Universidade do Porto

Profª. Doutora Fernanda Cravidão, Universidade de Coimbra

Profª. Doutora Glória Teixeira, Universidade do Porto

Profª. Doutora Helena Pina, Universidade do Porto

Profª. Doutora Hélène Roth, Université Clermont- Auvergne

Profª. Doutora Ileana Constantinescu, Université de Bucarest

Prof. Doutor João Luís Fernandes, Universidade de Coimbra

Prof. Doutor Jorge Queiroz, Universidade do Porto

Prof. Doutor José António Aldrey Vázquez, Universidade de Santiago de Compostela

Profª. Doutora Laura Sakaja, University of Zagreb

Prof. Doutor Leandro Dias de Oliveira, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Profª. Doutora Lucette Laurens, Université de Montpellier III

Profª. Doutora Mary Cawley, National University of Ireland Galway

Prof. Doutor Miguel Pazos Otón, Universidade de Santiago de Compostela

Prof. Doutor Milen Penerliev, University of Shumen

Profª. Doutora Natália Ramos, Universidade Aberta

Prof. Doutor Norberto Santos, Universidade de Coimbra

Prof. Doutor Olívio Patrício, I.S.A., Universidade de Lisboa

Profª. Doutora Paula Remoaldo, Universidade do Minho

Prof. Doutor Paulo Jorge Santos, Universidade do Porto

Profª Doutora Regina Cohen, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Doutor Slavi Dimitrov, University of Verliko Tarnovo

Profª. Doutora Stella Dermendhzieva, University of Verliko Tarnovo

Apoio Técnico

Dra. Cláudia Moreira, Universidade do Porto

Mariana Selas, Universidade do Porto

Índice

Preface	Helena Pina	11 – 15
Prefácio	Helena Pina	16 – 20

Parte I – Sociedade, Cultura e Educação

Manifestações públicas e cidadania. Os protestos portugueses da última década	Célia Taborda Silva	25 – 37
Sense of place in a neighbourhood – Vrbik (Zagreb)	Laura Šakaja	38 – 53
How the "Geography of Europe" subject is studied in new educational realities – following the bulgarian secondary school model	Stella Dermendzhieva Tamara Draganova	54 – 71
À caça dos problemas da cidade do Porto: a importância do ordenamento do território na perspetiva dos pequenos cidadãos	Paulo Manuel Costa Lemos Júlio Filipe Seixas da Rocha Maria Salomé Fernandes Ribeiro	72 – 83
Cri(s)e (d)as cidades imaginárias, cri(s)e (d)o desenvolvimento sustentável!	Paulo Manuel Costa Lemos Júlio Filipe Seixas da Rocha Dora Patrícia Abreu Soares Adriana Seara Carvalho Vitor Manuel Moura Ribeiro	84 - 94
L'émigration des roumains - une constante réalité au long du temps	Ileana Constantinescu Adriana Moțatu	95 – 103
Passados recompostos: narrativas sobre a experiência da I/emigração portuguesa	Roseli Boschilia Maria Natália Ramos	104 - 118
O contributo das bandas filarmónicas para a construção/preservação da identidade local: o caso de Baião	Diogo Miguel Pinto Célia Figueiras	119 -138

Parte II –Património, Turismo e Desenvolvimento

An integrated and strategic approach to natural resource management for tourism: meeting the challenges of holistic sustainability	Mary Cawley	141 – 154
The monasteries in the Bulgarian lands – resource for development of the geography of cultural tourism	Atanas Dermendzhiev Martin Doykov	155 – 165
Monasteries in Bulgaria as a resource and destination for religious tourism	Slavi Dimitrov	166 – 181
Los impactos socioculturales del turismo, según los residentes de Punta Del Este (Uruguay)	María Dolores Sánchez Fernández Daniel Álvarez Bassi José Ramón Cardona	182 – 195
Paisagem urbana, morfologia e arquitetura doméstica portuense: a urbanização do Campo do Cirne no século XIX	Manuel Joaquim Moreira da Rocha, Nuno Ferreira	196 - 214
O contributo do enoturismo para o desenvolvimento territorial em destinos Património Mundial: o caso da Região Demarcada do Douro	Isabel Borges	215 – 226
O vinho na obra d'Eça de Queiroz: a criação de um espaço europeu do "savoir-vivre" entre a cidade das luzes e as serras de Portugal	Ana Maria Binet	227 – 233
Vinho Verde – um "vinho diferente" para a Europa e para o mundo	António Barros Cardoso	234 – 246

Parte III – Economia e Desenvolvimento do Território

Os mais recentes desafios da política fiscal da União Europeia	Glória Teixeira Marlene Teixeira de Carvalho	249 – 258
Fronteiras, muros e passaportes – uma geografia das desigualdades	João Luís Fernandes	259 – 267
As organizações coletivas do campo da Mesorregião da Zona da Mata Mineira, Brasil: formas de resistência ou de adaptação?	Edna Lopes Miranda Ana Louise de Carvalho Fiúza María Dolores Sánchez Fernándes	268 – 277
Economia Circular: como lidar com a complexidade?	Ana Coelho	278 – 288
A multifuncionalidade como estratégia de desenvolvimento aplicada ao concelho de Cinfães	Ana Rita da Silva Ferreira Maria Helena Mesquita Pina	289 – 306
Sustentabilidade a circular como Economia Circular? Como um modelo económico pode primar pela sustentabilidade	Ana Coelho	307 – 321
Bottled mineral waters classification and labeling adjustment among Brazilian and European Community Policies	Lucio Carramillo Caetano Sueli Yoshinaga Pereira Heitor Mothé Filho Thiago Andrade de Souza Ricardo Correia Carramillo Caetano Thiago Machado do Pinho Igor Cristiano Silva	322 – 335
Modelos de gestão do transporte público urbano de passageiros: as experiências das cidades do Porto (Portugal) e de Salvador (Brasil)	Francisco Ulisses Santos Rocha Maria Conceição Pereira Ramos	336 – 349

Parte IV – Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

A conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – 2012 (Rio + 20): uma breve avaliação após cinco anos	Leandro Dias de Oliveira	353 – 363
Paisaxe e territorio: os piares da ensinanza para o Profesor José Valverde Álvarez (1909-2000)	José Antonio Aldrey Vázquez Daniel Del Río Franqueira	364 – 378
Valorization and conservation of geomorphological heritage: Monte Pindo on the Galician Coast (NW Spain)	Manuela Costa-Casais Maria Isabel Caetano Alves Ramón Blanco Chao	379 – 392
A lixivização das paisagens culturais e as sombras em Béla Tarr	Mécia Mota José Vieira António Calheiros	393 – 407
The deadly avalanche of Rigopiano (Italy): evidences of a constructed local scale disaster	Fantina Tedim Vittorio Leone	408 – 424
Reflexão sobre os grandes incêndios em Arouca: contributo para a definição de novas formas de prevenção	Fernando Jorge Martins Correia	425 – 440
Aplicación internacional del método racional hidrológico: estudio de las inundaciones en la Região do Norte de Portugal	Alexandre Luis Vázquez-Rodríguez	441 – 450
The application of a concentration index on river discharge: a case study of selected stations in Spain	Dominic Royé Jesús Horacio Alfredo Ollero	451 – 461





PREFACE

In a world in constant upheaval with a myriad of problems, highly diversified and dynamic territorial mosaics do, however, still persist such as those within Europe. Their potential is manifold, inspiring strategies aimed at progressive, intelligent and inclusive development, in an attempt to go beyond the historic prevalence of economic and commercial interests. Other approaches have been established, particularly addressed at environmental and sociocultural issues, leading to policies focused on the conservation of landscapes, the safeguarding of heritage and the revitalisation of social frameworks.

This latter aspect, though, requires more urgent attention, given the rise in migratory flows throughout the continent, and the spread of social inequalities, while antagonisms at several levels are being revived. There is an urgent need to foster greater solidarity and responsibility, highlighting the social dimension in public and private strategic policies. There is also the need to encourage convergences and the renegotiation of the conflicts that are largely at the root of continuous population flows. Even though they were initially vehemently rejected, these migratory flows are starting to be regarded as opportunities, particularly with regard to the structural rejuvenation of the European population.

At the same time, progressive environmental degradation is unquestionable, with the destruction of scenarios that are the mainstay of human life, as they undergo progressive mutation/destruction, a reflection of climate change, among other factors, and human intervention. This problem has been addressed at different scales, since the sustainability of these ecosystems, cultures and traditions, their very distinctiveness, starts at the local level and continues throughout the European space until it reaches the global level. This, however, implies the convergence of global policies and the emphasis on environmental and social strategies.

These issues should, then, be seen as a means to foster more responsible and balanced development, allied to policies aimed at preserving ecological, economic, cultural, religious and political diversity. The framework of development should be innovative, addressing for example, a circular economy or a bioeconomy, based on digital resources, on increasing literacy, on education and on training. These measures will also lead to greater efficiency in the management of endogenous resources, rooted in more sustainable, inclusive, innovative and intelligent development and, thus, in territorial cohesion.

As long as these goals are not achieved, we are obliged to continue to reflect on these topics, on their complexity and diversity, correlating the European space with other spaces, such as the Lusophone, particularly Brazil, with which joint projects and strategic aggregating studies have been developed. Thus, this edition of the “Overarching Issues of the European Area” aims to address these issues through multiple approaches, in a multidisciplinary and interuniversity setting, as it counts on the participation of renowned authors from several countries, who present new readings and reinterpretations of local, regional, national and global dynamics, as the only means to intensify effective cohesion an d generalised, holistic revitalisation.

The principals set out in the “Sustainable Development Goals” upheld by the UN are gradually being implemented, covering areas ranging from climate change, economic and social inequality, to innovation and technological development, as well as peace and justice. It is urgent to deepen our understanding of these issues, focusing on strategies that can contribute to their mitigation. It is therefore imperative to publicise these studies in the 2018 edition of "The Overarching Issues of the European Area”. For this purpose, and given the multiplicity of existing problems, visible at different scales and with different variables, we have divided this edition into four parts.

We begin by presenting studies that focus on the social dimension, giving the first part its title, "Society, Culture and Education". From the topics presented, it is easy to see that, although social issues are gaining in strategic importance in different parts of the world, obstacles still persist, evident, for example, in public demonstrations and protests, as Célia Taborda Silva notes in the case of Portugal. But focus is also brought to bear on resilience, the importance of neighbourliness, of creation and the preservation of ties of solidarity that improve society and overcome cultural differences or create integrative strategies, as explained by Laura Sakaja, with regard to Zagreb (Croatia).

Furthermore, training and information remain essential, but associated today with a new educational reality, which is inclusive, as well as multidisciplinary, as we can see in the European area. Obviously, each member country maintains its cultural specificities, but curriculums and programmes are more standardised, as noted by Stella Dermendhzieva and Tamara Draganova for secondary education in Bulgaria. Education has an undeniable impact, as it is anchored in more coherent approaches to social and economic problems, as well as cultural ones that favour social inclusion, embracing previously neglected social strata. These approaches contribute to mitigating educational and social needs, to consolidating territorial cohesion and land use planning, while young people are encouraged to analyse these problems at different scales, as Paulo Lemos (in co-authorship) shows, in a school experiment about the city of Porto. In fact, this same author (always in co-authorship) emphasises this didactic perspective, but also adds to the equation sustainable development, the importance of anthropic intervention and its effects.

The social dimension has indeed a profound impact, in particular through migrations, an issue addressed by Ileana Constantinescu and Adriana Motatu who focus on the Romanian context, alerting to its effects and to the aggravation of a disturbing scenario in mutation. A more intimate, experiential perspective in the Portuguese case is highlighted by Roseli Boschilia and Maria Natália Ramos, who focus on the impacts of migrations, both on the places of origin and on those that take in the emigrants.

Unquestionably, the previously prevailing perspective, which emphasised the environment as a great conditioner of human intervention, has been replaced by the predominantly economic viewpoint, where capital has manipulated the situation and coordinated world development. Fortunately, although in a still embryonic form and subject to heated debate from an economic point of view, the social and cultural dimensions are gradually garnering greater attention in an attempt to mitigate social inequalities and the lack of territorial cohesion. Thus, some revival is taking place, of what is local, distinctive and cultural in its multiple facets, as demonstrated by Diogo Miguel Pinto and Célia Figueiras, highlighting the case of the philharmonic bands and their contribution to the creation/preservation of local identities.

The sociocultural dimension is not, however, the only focus of this publication, although it is one of the main factors underlying sustainable, responsible development that combines tradition and innovation. This is evident in the second part of this volume called “Heritage, Tourism and Development”. Based on eight highly differentiated perspectives, it is clear that the endogenous specificities have to be responsibly explored and preserved in a holistic manner, since the components to be integrated are multiple, especially when tourism is taken as a motor of revitalisation/development. This is the case with natural resources such as salmon, especially in fishing areas, where a combination of distinct but complementary dynamics interfere with the evolution of an economic sector and, consequently, of a typical area, as mentioned by Mary Cawley (Galway, Ireland); or architectural heritage, particularly the religious heritage, which would most probably become irreversibly damaged if it did not acquire a new function, as a tourist attraction, for example, which is the case in Bulgaria. This topic is explored by Athanas Dermendhziev and Martin Doykov, as well as by Slavi Dimitrov. In fact, the potential of this sector is manifold, although, realistically, one must also consider the sometimes ambivalent impacts that arise, as María Dolores Sanchez Fernández (in co-authorship) mentions, exploring a Uruguayan case as an example.

This heritage, whether from a local perspective or broader territorial one, contains a wealth of history, which the tourist apprehends and explores, as do the scholars, as Manuel Joaquim Rocha and Nuno Ferreira mention, regarding the urbanisation of the Campo do Cirne (Porto) in the 19th century.

At the same time, problems are increasing in rural areas, especially in the peripheral ones. However, there too revitalisation strategies are being explored often based on tourism. And if, in the most problematic cases, abandonment and degradation already prevail, in others, especially in quality wine-growing areas, the scenario is quite different. Indeed, wine tourism, in a multifaceted and aggregating perspective, is unquestionably a development factor, as is evident in the case of the Douro Demarcated Region, studied by Isabel Borges. In fact, wine and vineyards, indeed winegrowing landscapes generally in their diversity, combine indelibly with the social frameworks and their evolution throughout history. They also facilitate sociabilities, as discussed by Ana Maria Binet who, in this example, goes back to the 19th century, taking the works of Eça de Queiroz as a reference. António Barros Cardoso also contributes to this perspective, when he emphasises how the "different", in this case, the ‘vinho verde’ (‘green’ wine) of Minho, went from of strictly local consumption, without any particular references, to a wine that has gained ground in Europe and the world, reflecting investments made in innovation and in quality and based always on the regional, autochthonous grape varieties and the local social culture.

Although the bottom-up perspective has gradually gained support, due to its potential and receptivity on the part of locals and authorities, for projects to be feasible, it is unquestionable that effective local and regional development has to be based on the coordination of a diversity of complex actors / interacting factors. One must also take into account the culture, local history and architecture, besides the oenological, gastronomic, landscape and economic-political dimensions. All these factors have to be viewed in a contemporaneous and responsible manner, because the future is not built by ignoring cultural and historical roots, which are indeed the most differentiating. These guiding principles stand out in the third part of this publication, under the title “Economy and Territorial Development”.

Given the multifaceted hypotheses to approach this parameter, territorial development, we begin by exploring critical aspects, such as those related to the fiscal policy of the European Union (Glória Teixeira and Marlene Carvalho), focusing on its impact on land use planning and on regional and national dynamics. Other re-readings have also been included, such as those associated with the current importance of borders, as evidenced by João Luís Fernandes. This is also the case with the collective socioeconomic organisations, in this case, in Brazil. The diversity, structure and organisation of these institutions are multiple, and it is therefore imperative to keep in mind that they are not always consensual and aggregating, since they have different and sometimes disparate consequences, particularly in social terms. Ione must bear in mind that, in a very difficult setting, the coexistence between resilience, resistance to innovation/change and adaptation to new organisational realities is a fact.

On the other hand, a focus on sustainable economy is also unquestionable in this edition, with a number of cases studies, but where diversity and complexity persist. Thus, there are more frequent references to the "circular economy" and its sustainability, as Ana Coelho points out, albeit sometimes involved in "lexical confusions". Another example is the multifunctional purposes of landscapes and agricultural holdings as a development strategy, explored here in the case of Baião (northern Portugal) by Ana Rita Ferreira and Helena Pina. We cannot likewise ignore other components, to revaluate the regional and local frameworks, such as mineral waters and the need to adapt related policies, as well as the respective regulations, as confirmed when we look at the aquifer sector in Brazil, compared here with the one that exists in the European community by Lúcio Carramillo Caetano (in co-authorship).

Another important component in territorial development and restructuring is transport and accessibility. This is the work of Francisco Rocha and Maria da Conceição Ramos, through which models of urban public transport management are analysed. In short, the multiplicity of territorial interference, the diversity of approaches, or even the explanation of the different impacts on the economy and society are in fact indelible and multifaceted. Hence, the urgency and pertinence of these studies.

Faced with this array of spatial components, and even though more focused on those of a social dimension, the difficulty is bearing in mind a scenario that should tend towards the sustainable. In this context, the growing importance of the environment is also indisputable. Based on policies that already have some history, they have been reinforced, on a global scale, by the United Nations in the successive conferences on this matter, namely in Rio de Janeiro in 2012, here explored by Leandro Dias Oliveira, who questions the effective consequences of these events and their ramifications.

On another level, the landscape has also changed under a multiplicity of pressures that are reflected on different scales. In this context, there are even didactic adaptations in their approach, as mentioned by José António Aldrey Vázquez and Daniel Del Rio Franqueira, on the study of landscapes, or the increasing emphasis on the recovery and preservation of geomorphological heritage, namely in Galicia (Manuela Costa-Casais, in co-authorship). They are, indeed, components to be valued as well.

In spite of previous examples where preservation/revitalisation of the natural heritage is irrefutable, given their intrinsic value, the problems accumulate, as the cases described show, since natural (or anthropic?) risks become more complex and continue to spread. Such a scenario is confirmed by multiple cultural landscapes, resulting, for example, from the leaching of these spaces, as evidenced by Mécia Mota, José Vieira and António Calheiros, or by the factors that underpinned the avalanche of Rigopiano

(Fantina Tedim and Vittorio Leone), or of the forest fires in Arouca, Portugal (Fernando Correia), and the need for greater investment in training and prevention. Fortunately, technical sectors, on the one hand, and politicians, on the other, have progressively become more aware of these facts, of the need for strategic changes, of cooperative and comprehensive governance strategies that can minimise these occurrences, such as hydrological disasters, as also mentioned by Alexandre Luís Vázquez-Rodriguez or Dominic Royé (this latter author, in co-authorship).

There are, in fact, many problems in the European area highlighted in this volume. However, the relevance of other spaces scattered across the globe have not been ignored and which, in many circumstances, are even more serious, more critical, fraught with social, economic, cultural and ecological problems that are most likely to be irreversible. It is urgent, therefore, to analyse the different territorial components from a scientific perspective, but which should also be propositive, in addition to being prospective and sustainable, the only methodology that will ensure the continuity and the preservation of global space.

With this publication, only possible with the collaboration of so many specialists from different geographical origins and several scientific fields, we hope to contribute to this endeavour, by providing informative / formative data that can effectively raise the awareness of all social strata regarding major problems on a global scale, increasingly more critical and devastating. There is still time to revert some of these effects, as the examples presented here have shown.

Helena Pina
December 2018

PREFÁCIO

Num mundo em ebulição, problemático, persistem mosaicos territoriais dinâmicos e multifacetados, como o europeu. Na realidade, as potencialidades aí existentes sustentam estratégias que possibilitam um progressivo desenvolvimento, inteligente e inclusivo, superando, tendencialmente, a histórica prevalência dos interesses económicos e comerciais. De facto, institucionalizam-se outras abordagens, como a ambiental e a sociocultural, valorizando-se a preservação das paisagens ou do património e numa ótica cada vez mais conjugada com a revitalização dos quadros sociais.

Este último parâmetro, porém, necessita de ser mais explorado, já que se intensificam os fluxos migratórios e se avolumam as desigualdades sociais, enquanto se reacendem antagonismos de caráter diverso. Urge, pois, incrementar a solidariedade e a responsabilidade, realçando a matriz humana nas estratégias políticas, independentemente de serem públicas ou privadas. Por outro lado, há igualmente que implementar convergências e intentar as renegociações de conflitos bélicos, por exemplo, já que estes se encontram na base dos contínuos fluxos demográficos, até porque, após acesas rejeições, estes contingentes começam a ser encarados também como oportunidades de um rejuvenescimento estrutural da população europeia.

Por seu turno, é também inquestionável a contínua degradação ambiental, assistindo-se à destruição de cenários que constituem o sustentáculo da vida humana, ao sofrerem uma progressiva mutação/destruição, reflexo, entre outros aspetos, das alterações climáticas, ou seja, da intervenção humana. Esta problemática tem sido abordada a diferentes escalas, já que a sustentabilidade dos ecossistemas, das culturas e tradições, do distintivo, tem de ser observada a diferentes níveis, iniciando-se no âmbito local e continuando no espaço europeu, até se atingir o global. Tal desiderato, contudo, implica a convergência das políticas mundiais e o privilegiar das estratégias ambientais e sociais.

Há, pois, que encarar estas problemáticas, mas numa perspetiva indissociável de um desenvolvimento responsável, equilibrado, num invólucro que facilite a preservação da diversidade ecológica, económica, cultural, religiosa e política. Tal dinamismo deve florescer num quadro inovador, valorizando, por exemplo, uma economia circular, ou uma bioeconomia, enquanto se apoia em meios digitais, ou no aumento da literacia e da formação. Assim se aumentará também a eficiência dos recursos endógenos, sobretudo quando se aposta num desenvolvimento sustentável, inclusivo, inovador e inteligente, ou seja, na coesão territorial.

Enquanto este objetivo não se atinge, há, porém, que continuar a refletir sobre estes temas, sem ignorar a sua complexidade e diversidade, correlacionando o espaço europeu com outros espaços, como os lusófonos, com realce do brasileiro, com o qual se sucedem os projetos catalisadores comuns. Assim, através desta edição de "Grandes Problemáticas do Espaço Europeu", e na continuidade dos anteriores volumes, prossegue-se a abordagem de distintos, mas incisivos problemas, sempre em contexto multidisciplinar e interuniversitário, já que participam neste projeto autores de renome de diversos países, que apresentam novas leituras das dinâmicas locais, mas também das regionais, ou mesmo das nacionais e mundiais, afinal, a única forma de intensificar uma efetiva coesão e revitalização holística, generalizada.

Paulatinamente, perspetiva-se a implementação dos "Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável" defendidos pela ONU, abarcando vertentes tão diversas como as alterações climáticas e as desigualdades económicas e sociais, ou ainda a inovação e o desenvolvimento tecnológico, num redirecionar estratégico das economias para a sustentabilidade e num quadro onde a paz e a justiça também pontuem. Afigura-se, pois, imperativa, a divulgação destes estudos, pela edição de 2018 de "Grandes Problemáticas do Espaço Europeu. Para tal objetivo, e dada a multiplicidade de questões existentes, visíveis a diferentes escalas e com distintas cambiantes, dividimos esta obra em quatro partes.

Perante estes pressupostos, começamos pela apresentação de estudos que privilegiam a vertente social, intitulando-se a primeira parte "Sociedade, Cultura e Educação". Pelas temáticas apresentadas, fácil é constatar que, embora as apostas estratégicas de cariz social pontuem em diferentes locais do globo e se valorizem progressivamente, os obstáculos também persistem, fundamentando, por exemplo, manifestações públicas, protestos diversos, como refere Célia Taborda Silva para o caso português, mas também a resiliência, a importância da vizinhança, da criação e preservação de laços de solidariedade que melhorem o quadro social e que ultrapassem diferenças culturais, ou criem estratégias integradoras, como explana Laura Sakaja, para Zagreb (Croácia).

Por outro lado, a formação e a informação são muito importantes, mas associadas a uma nova realidade educativa, inclusiva, para além de multidisciplinar, como se constata no espaço europeu. Obviamente, cada país membro mantem as suas especificidades culturais, mas, entretanto, uniformizam-se conteúdos programáticos, como se observa em termos educacionais e foi explorado por Stella Dermendhzieva e Tamara Draganova para o ensino secundário na Bulgária. O intensificar da vertente pedagógica tem, efetivamente, um impacte indesmentível, pois prepara, de uma forma mais coerente e fundamentada, a abordagem dos problemas sociais e económicos, ou ainda os culturais que favorecem a inclusão social e sem ignorar estratos sociais antes preteridos. Assim se aposta na mitigação de carências educacionais e sociais, na coesão territorial, no ordenamento do território, enquanto se induz os mais jovens à análise destas problemáticas a distintas escalas, como evidencia Paulo Lemos (em co-autoria), numa experiência escolar que incidiu sobre a cidade do Porto. Aliás, este mesmo autor (sempre em co-autoria) realça esta perspetiva, a didática, mas adicionando-lhe o desenvolvimento sustentável, a importância da intervenção antrópica e os seus reflexos.

A vertente social é de facto impactante, designadamente através das migrações, tema abordado por Ileana Constantinescu e Adriana Motatu, fixando-se no quadro romeno e alertando para os seus reflexos e para o acentuar de um cenário preocupante em mutação. A esta perspetiva adiciona-se uma ótica mais intimista, experiencial, como sucede no caso português realçado por Roseli Boschilia e Maria Natália Ramos, que privilegiam os reflexos das migrações quer nos locais de origem, quer naqueles que acolhem os emigrantes.

Indiscutivelmente, a perspetiva antes prevalecente, que ressaltava o meio ambiente como grande condicionador da intervenção humana, foi sendo substituída pela dominante económica, onde o capital manipulava a situação e coordenava o desenvolvimento mundial. Felizmente, embora de uma forma ainda embrionária e sujeita a acesas interferências de âmbito económico, a vertente social e a cultural avolumam-se, numa tentativa de mitigar, de reduzir as desigualdades sociais e a falta de coesão territorial.

Assim se descortina alguma revitalização do local, do distintivo, da cultura nas suas múltiplas facetas, como o demonstram Diogo Miguel Pinto e Célia Figueiras, realçando o caso das bandas filarmónicas, o seu contributo na criação/preservação da identidade local.

Mas não é só a vertente sócio-cultural que é privilegiada na presente publicação, apesar de corresponder a um dos fatores que induzem a um desenvolvimento sustentável, responsável, que conjuga a tradição e a inovação. Tal fica patente na segunda parte deste volume designada "Património, Turismo e Desenvolvimento". Tendo por base oito perspetivas bem diferenciadas, é notório que as especificidades endógenas têm de ser responsavelmente dinamizadas, mas também preservadas e numa ótica conjuntural, holística, já que as componentes a integrar são múltiplas, sobretudo quando se valoriza o turismo como motor da revitalização/ desenvolvimento local. É o que sucede com recursos naturais como o salmão, sobretudo em áreas piscatórias onde é evidente a conjugação de dinâmicas distintas, mas complementares, que interferem na evolução de um setor económico e, por consequência, num espaço típico, como refere Mary Cawley (Galway, Irlanda); ou o património arquitetónico e, de modo muito especial, o religioso que, provavelmente, se degradaria de forma irreversível, se não adquirisse uma nova função, a turística, como sucede na Bulgária. Este tema foi explorado por Athanas Dermendhziev e Martin Doykov, ou ainda por Slavi Dimitrov. De facto, as potencialidades deste setor são inúmeras, se bem que, realisticamente, se devam considerar também os impactes por vezes ambivalentes que surgem, como referem María Dolores Sanchez Fernández (em co-autoria), explorando um caso exemplificativo uruguaio.

Este património, numa perspetiva local, ou mais abrangente em termos territoriais, encerra muita história, uma evolução por vezes muito acidentada, mas que o turista apreende e explora, bem como os estudiosos, como referem Manuel Joaquim Rocha e Nuno Ferreira, quando abordam a urbanização do Campo do Cirne (Porto), no século XIX.

Concomitantemente, avolumam-se os problemas nos espaços rurais, sobretudo nos mais periféricos. Todavia, também aí a aposta estratégica revitalizadora, com frequência, assenta no turismo. E se, nos casos mais problemáticos, o abandono e a degradação já imperam, noutros, designadamente nos espaços vitícolas de qualidade, o cenário é bem distinto. Com efeito, o enoturismo, numa perspetiva multifacetada e agregadora, é de modo inquestionável um fator de desenvolvimento, como ficou patente no caso da Região Demarcada do Douro, estudado por Isabel Borges. Aliás, o vinho e a vinha, as paisagens vinhateiras na sua diversidade conjugam de uma forma indelével a cultura com os quadros sociais e a respetiva evolução ao longo da história, para além de facilitarem a sociabilidade, como refere Ana Maria Binet e, neste exemplo, recuando ao século XIX, pois tem como referência a obra de Eça de Queiroz. A esta perspetiva reúne-se António Barros Cardoso, quando realça como o "diferente", neste caso os vinhos verdes, de uma bebida de autoconsumo, sem grandes referências, se foi impondo na Europa, no mundo, reflexo da aposta na inovação, na qualidade e tendo sempre como sustentáculo as castas viníferas regionais, autóctones e a vertente social.

Embora a perspetiva *bottom-up* sobressaia cada vez mais, dadas as suas virtualidades e recetividade por parte dos autóctones e dos governantes, para a exequibilidade de múltiplos projetos é também inquestionável que, o efetivo desenvolvimento local e regional, assenta na coordenação dos diversificados e complexos atores / fatores interatuantes, sem ignorar o cultural, a história local e a

arquitetura, para além do enológico e do gastronómico, ou ainda do paisagístico e do económico-político. Todos têm de ser visualizados de uma forma conjuntural, responsável, pois o futuro não se constrói ignorando as raízes culturais e históricas, de facto diferenciadoras. Tais diretrizes sobressaem na terceira parte desta obra, intitulada "Economia e Desenvolvimento do Território".

Perante as multifacetadas hipóteses de abordagem deste parâmetro, o desenvolvimento territorial, começamos por explorar aspetos incisivos, como os que se relacionam com a política fiscal da União Europeia (Glória Teixeira e Marlene Carvalho), valorizando os seus reflexos no ordenamento do território e nas dinâmicas regionais e nacionais, mas também incluímos outras releituras, como as associadas à importância atual das fronteiras, aspeto evidenciado por João Luís Fernandes. O mesmo sucede com as organizações coletivas de âmbito socioeconómico e, desta feita, no Brasil. A diversidade, estrutura e orgânica destas instituições são múltiplas e, por isso, é obrigatório reter que nem sempre são consensuais e agregadoras, pois têm reflexos diferenciados e, por vezes, díspares, nomeadamente em termos sociais, já que, num cenário muito difícil, a convivência entre a resiliência, a resistência à inovação/transformação e a adaptação a novas realidades organizativas são um facto.

Por seu lado, a aposta na economia sustentável é também inquestionável neste volume, sucedendo-se os casos exemplificativos, mas onde a diversidade e a complexidade persistem. Assim, surgem cada vez com maior acuidade as referências à "economia circular" e à sua sustentabilidade, como refere Ana Coelho, se bem que envolta, por vezes, em "confusões lexicais", ou à multifuncionalidade das paisagens e das explorações agrícolas, de facto uma estratégia de desenvolvimento, aqui explorada para o caso de Baião (norte de Portugal) por Ana Rita Ferreira e Helena Pina. E como ignorar outras componentes, em revalorização nos quadros regionais e locais, como as águas minerais e a necessidade de adaptação das políticas conexas, mas também do quadro jurídico, como se confirma quando nos debruçamos sobre o setor dos aquíferos no Brasil, aqui comparado com o existente no espaço comunitário europeu por Lúcio Carramillo Caetano (em co-autoria)?

Outra componente impactante no desenvolvimento e reestruturação territorial incide sobre os transportes e as acessibilidades. Assim surge o trabalho de Francisco Rocha e Maria da Conceição Ramos, através do qual se analisam modelos de gestão dos transportes públicos urbanos. Em síntese, a multiplicidade de interferências territoriais, a diversidade de abordagens, ou mesmo a explanação dos diferentes impactes na economia e na sociedade são de facto indeléveis e polifacetados. Daí, a acuidade destes estudos.

Perante esta panóplia de componentes espaciais, e ainda que realçando as de âmbito social, a dificuldade é a tónica, sobretudo quando se tem em mente um cenário tendencialmente sustentável. Neste contexto, é indisfarçável também a ascendência da vertente ambiental. Apoiada em políticas já com historial, viram-se reforçadas, e à escala global, pelas Nações Unidas nas sucessivas conferências sobre esta temática, nomeadamente a concretizada no Rio de Janeiro em 2012, aqui explorada por Leandro Dias Oliveira, ao questionar sobretudo as efetivas consequências destas iniciativas, os reflexos deste evento.

Os cenários paisagísticos, por seu lado, alteram-se também sob pressões multifacetadas que se repercutem a diferentes escalas. Neste contexto, surgem mesmo adaptações didácticas na sua abordagem, como referem José António Aldrey Vázquez e Daniel Del Rio Franqueira, sobre o estudo

das paisagens, ou ainda o crescente realce da recuperação e preservação das heranças geomorfológicas, nomeadamente na Galiza (Manuela Costa-Casais, em co-autoria). São, efetivamente, componentes a valorizar também.

Apesar dos exemplos anteriores onde a preservação / revitalização do património natural é irrefutável, dado o seu valor intrínseco, os problemas sucedem-se, como os casos apresentados evidenciam, já que se complexificam e avolumam os riscos de âmbito natural (ou antrópico?). Tal cenário confirma-se em múltiplas paisagens culturais, decorrentes, por exemplo, da lixivização destes espaços, como evidenciam Mécia Mota, José Vieira e António Calheiros, ou das condicionantes que fundamentaram a avalanche de Rigopiano (Fantina Tedim e Vittorio Leone), ou ainda dos incêndios florestais em Arouca, Portugal (Fernando Correia), e da necessidade de maiores apostas na formação, na prevenção. Felizmente, os setores técnicos, por um lado, e os políticos por outro, progressivamente, tomam consciência destes factos, da necessidade de alterações estratégicas, de uma governância colaborante e abrangente, que minimize estas ocorrências, estes desastres, nomeadamente os hidrológicos, como referem também Alexandre Luís Vázquez-Rodriguez ou Dominic Royé (este autor, em co-autoria).

São múltiplas, de facto, as problemáticas que incidem no espaço europeu, privilegiado neste volume, mas sem minimizar a relevância de outros espaços dispersos pelo globo e que, em múltiplas circunstâncias, apresentam um cariz ainda mais grave, mais incisivo e com consequências sociais e económicas, culturais e ecológicas mais graves e, provavelmente, irreversíveis. Urge, pois, de forma inquestionável, analisar as distintas componentes territoriais de uma forma científica, mas também propositiva, para além de prospetiva e sustentável, a única metodologia que proporcionará a continuidade, a preservação do espaço global.

Com esta obra, só concretizada dada a colaboração de tantos especialistas oriundos de distintas origens geográficas e de múltiplas áreas científicas, esperamos contribuir para este desiderato, disponibilizando dados informativos / formativos que proporcionem o despertar efetivo de todos os estratos sociais para as grandes problemáticas que incidem à escala global, cada vez mais incisivas e devastadoras. Ainda há tempo para a sua reversão, como os exemplos aqui apresentados demonstram.

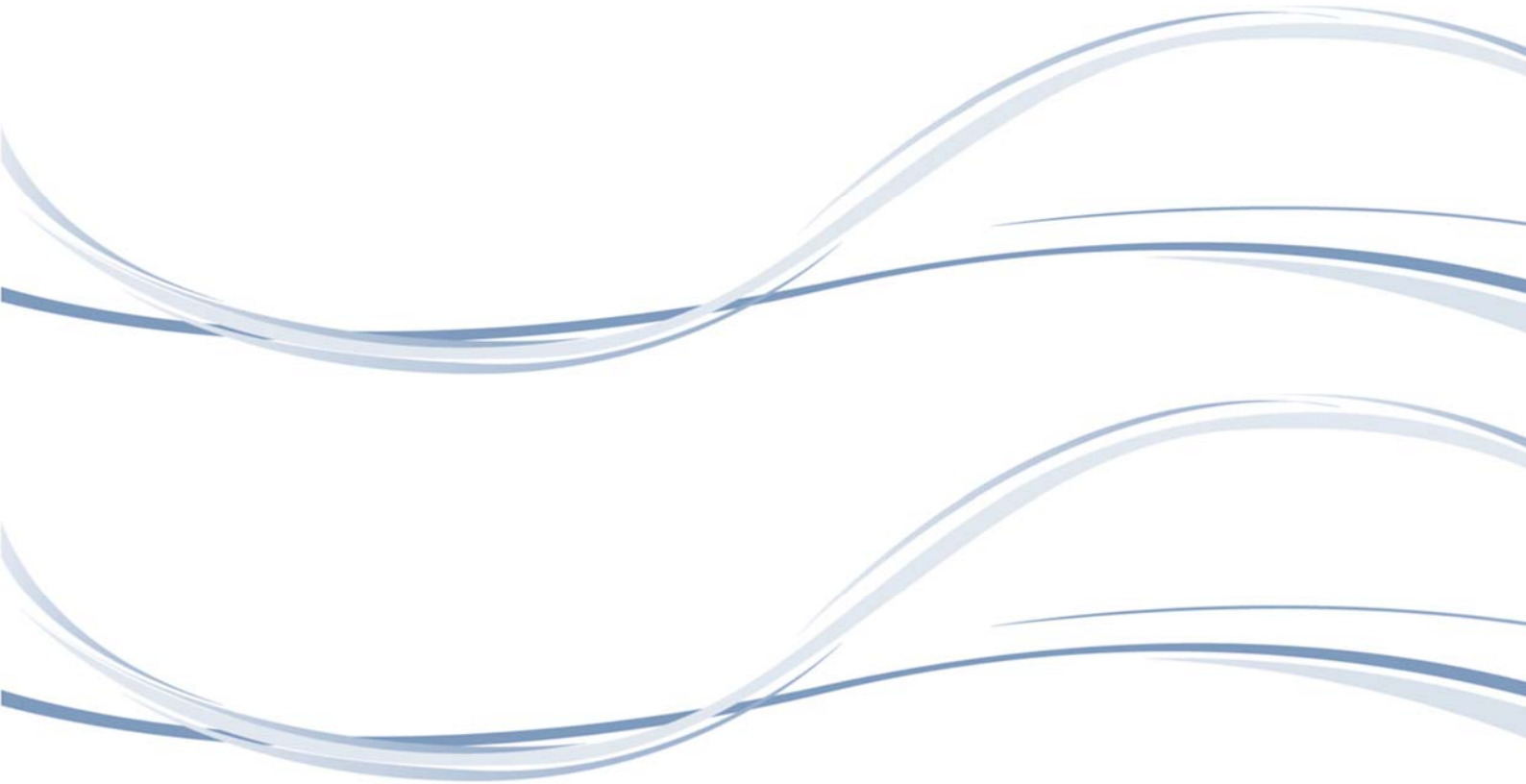
Helena Pina

dezembro de 2018





Parte I – Sociedade, Cultura e Educação



SILVA, C. (2018). *Manifestações públicas e cidadania. Os protestos portugueses da última década*. The overarching issues of the european space- preparing the new decade for key socio-economic and environmental… Porto, Fac. Letras Univ. Porto. pp. 25-37

MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS E CIDADANIA. OS PROTESTOS PORTUGUESES DA ÚLTIMA DÉCADA

Célia Taborda SILVA
Universidade Lusófona do Porto
celia.taborda@ulp.pt

Resumo

Nos últimos anos, um pouco por todo mundo, emergiu a contestação social, desde a Primavera Árabe aos Indignados, decorrente da insatisfação dos cidadãos e fruto da rapidez com que a informação circula e é partilhada. Em Portugal, a tendência contestatária foi no mesmo sentido da Europa e do mundo, como o demonstraram os movimentos de 12 de março de 2011 ("Geração à Rasca"), os de 15 de setembro de 2012 e 2 de março e 26 de outubro de 2013 ("Que se lixe a Troika"). Estes movimentos juntaram milhares de pessoas num protesto contra as políticas governamentais e em defesa de um novo modelo político, económico e social. Em várias cidades do país, os portugueses, enquanto cidadãos, intervieram na esfera pública e manifestaram-se sobre questões que lhes diziam respeito, como a crise, desemprego, exploração, enquanto pessoas pertencentes a uma coletividade. A novidade foi o recurso às tecnologias de comunicação e às redes sociais para aparecerem, adquirirem visibilidade, logo existência, como diria Hannah Arendt (2005). Através do uso da comunicação digital prescindiram das lideranças tradicionais para convocarem os protestos e se manifestarem nas ruas, fazendo com que estes fenómenos não se circunscrevessem em termos geográficos ou culturais nem se enquadrassem institucionalmente. A internet trouxe ferramentas que potenciam a partilha, facilitam a participação cívica. As redes enriqueceram a "real politique", uma vez que permitem uma maior liberdade de expressão (Lévy, 2006) na linguagem, na retórica e até na expressão lúdica.

Desta forma, no início do século XXI, os movimentos sociais tem vindo a adquirir um papel-chave no Estado democrático, pela representação de reivindicações de diferentes setores da sociedade civil, mas serão estas manifestações indícios de uma nova consciência cívica?

Palavras-chave: manifestações, cidadania, Portugal

Abstract

In recent years, a little over the world, emerged the social contestation, from the Arab Spring to the Indignados, resulting from the dissatisfaction of the citizens and fruit of the speed with which the information circulates and is shared. In Portugal, the tendency to protest was in the same direction as in Europe and the world, as demonstrated by the movements of 12 March 2011 ("Generation à Rasca"), those of 15 September 2012 and 2 March and 26 October of 2013 ("Screw the Troika"). These movements brought together thousands of people in protest against government policies and in defense of a new political, economic and social model. In various cities of the country, the Portuguese citizens, as citizens, intervened in the public sphere and expressed themselves on issues that concerned them, such as crisis, unemployment, exploitation, as persons belonging to a community. The novelty was the use of communication technologies and social networks to appear, acquire visibility, then existence, as Hannah Arendt (2005) would say. Through the use of digital communication, they ignored the traditional leaderships to call out the protests and demonstrate on the streets, causing these phenomena not to be geographically or culturally limited nor institutionally framed. The internet has brought tools that foster sharing, facilitate civic participation and collective action. Networks have enriched "real politics" since they allow a greater freedom of expression (Lévy, 2006) in language, rhetoric and even playful expression.

Thus, at the beginning of the twenty-first century, social movements have come to play a key role in the democratic state, through the representation of the claims of different sectors of civil society, but are these manifestations indicative of a new civic consciousness?

Keywords: manifestations, citizenship, Portugal

1. Introdução

Neste início do século XXI tem ocorrido muitas manifestações públicas em Portugal e um pouco por todo o mundo, o que tem atraído a atenção da comunicação social sobre estes fenómenos e ampliado a sua visibilidade.

No nosso país, o direito à manifestação está consagrado no artigo 45º da Constituição portuguesa de 1976, onde é referido que: "a todos os cidadãos é reconhecido o direito de manifestação". Este direito nem sempre foi reconhecido, mesmo assim, ao longo da época contemporânea, sempre existiram manifestações e ação coletiva. No início do século XIX, a transição do Antigo Regime para o liberalismo provocou motins no país. Os protestos foram dominados pelos camponeses, motivados pela introdução do liberalismo e do capitalismo, que transformaram o modo de vida tradicional rural (Silva, 2007). O final do século XIX e início do século XX trouxe a reivindicação do movimento operário e sindicalismo, com a consequente organização de manifestações sociais, tais como greves, mesmo que proibidas até 1910. A instabilidade da I república (1910-1926), intensificou as lutas operárias, sendo um período em que se verificaram constantes greves. Entre 1933 e 1974, a ditadura portuguesa dominou o sistema político, mas mesmo em período de repressão social existiram greves e manifestações públicas, sobretudo em alturas de carência e fome. Depois de 1974, o país retomou a liberdade e com ela os cidadãos tiveram abertura para ocupar o espaço público e para mostrar os seus anseios ou insatisfações. Surgiram, então, mais movimentos organizados e outros espontâneos, como os movimentos estudantis dos anos 90 (Silva, 2014). Na última década, porém, assistimos a mais movimentações sociais e com contornos inovadores, passamos de movimentos de classe para movimentos de classes em que estão representadas categorias sociais e em que se contesta o próprio sistema democrático. Os movimentos de 12 de março de 2011 ("Geração à Rasca") e 15 de setembro de 2012 ("Que se lixe a Troika") são exemplificativos do descontentamento dos cidadãos portugueses. Estes movimentos trouxeram para as ruas muitas pessoas num protesto contra as políticas governamentais e em defesa de um novo modelo político, económico e social. Reclamaram-se apartidários, laicos e pacíficos, e lutaram por um mundo mais justo, tal como havia acontecido com outros movimentos, como o dos "Indignados" ou "Occupy Wall Street", que contagiou muitos países a nível mundial. Os movimentos sociais do século XXI apresentam uma configuração distinta dos anteriores, surgidos na década de 60 do século XX, designados de Novos Movimentos Sociais (NMS), na forma de organização, na dimensão, na divulgação, no impacto mediático nacional e internacional. Tudo isto distancia-os dos modelos anteriores. A maior novidade foi o recurso às tecnologias de comunicação e às redes sociais para aparecerem, adquirirem visibilidade, logo existência, como diria Hannah Arendt (2005). Foi através da internet que se organizaram e conseguiram mobilizar milhares de pessoas em várias cidades do mesmo país ou até de países diferentes. Atingiram uma dimensão que ultrapassou as escalas regionais e nacionais e

tornaram-se movimentos planetários, numa procura de novas formas de democracia (Farro, 2004), como aconteceu na "Primavera Árabe".

Contestação social e protesto público sempre existiu, como vimos, mas também é um facto que nesta última década se intensificou. Assim sendo, o que pretendemos verificar é se este aumento de manifestações no espaço público em Portugal está relacionado com uma maior consciência cívica dos cidadãos portugueses ou é meramente conjuntural, fruto das dificuldades económicas e das facilidades tecnológicas. Para tal, analisamos a informação veiculada pela imprensa portuguesa e aplicamos um quadro teórico proveniente das teorias dos movimentos sociais.

2 . Os movimentos da 1ª década do seculo XXI em Portugal

2.1 - A "Geração à Rasca"

Em 2011, Portugal estava a braços com uma grave crise económica, inserida na crise financeira que começou em 2008 nos E.U.A. (crise de subprime) e que alastrou à Europa, fruto da globalização económica. O governo português, liderado à época por José Sócrates (P.S), foi tentando debelar a crise através de planos orçamentais com medidas de austeridade. Os Programas de Estabilidade e Crescimento (PEC) definiam um conjunto de medidas de austeridade, como aumento de impostos, congelamento de salários, pensões e progressões na carreira, e subida de preços.

Apesar desta austeridade, a crise não dava sinais de abrandamento. Perante o cenário de insucesso das medidas económicas do governo pairava sobre os portugueses o espectro da ajuda externa. Foi neste contexto de insegurança económica e desconfiança política que se desenrolou o movimento "Geração à Rasca"[1], contra o desemprego e a precariedade. Este movimento surgiu do repto lançado por jovens nas redes sociais e visava essencialmente os jovens. Os promotores da "Geração à Rasca" foram Paula Gil, João Labrincha e Alexandre Carvalho, todos licenciados e símbolos da dita geração, dado a sua condiçao de estagiários, bolseiros ou desempregados. Sentiam-se parte dessa geração que vivia com dificuldades para se tornarem independentes economicamente dos seus progenitores, apesar da formação académica que tinham, e partilharam estas suas ansiedades com outros jovens, via internet. Decidiram, então, dirigir uma carta aberta à sociedade civil onde explicavam a necessidade de chamar a atenção para as condições de precariedade laboral que se vivia em Portugal, em que as qualificações, competências e experiência não se espelhavam em salários e contratos dignos, sendo pejorativamente designados "a geração dos quinhentos euros". Aliás, no apelo pelo facebook diziam o seguinte: "Nós, desempregados, 'quinhentoseuristas' e outros mal remunerados, escravos disfarçados, subcontratados, contratados a prazo, falsos trabalhadores

[1] Este movimento foi alvo de estudo por Baumgarten, B. (2013). Geração à Rasca and beyond. Mobilizations in Portugal after 12 March 2011. *Current Sociology*, 61(4), 457–473.

independentes, trabalhadores intermitentes, estagiários, bolseiros, trabalhadores-estudantes, estudantes, mães, pais e filhos de Portugal, manifestemos o nosso descontentamento" (Blogue do Protesto Geração à Rasca, 12/02/2011). O protesto derivava do direito dos cidadãos reclamarem educação e emprego, numa expressão da cidadania que não se subsumia ao voto, como dizia um dos jovens. Por outro lado, era uma afirmação do descrédito no sistema político, por isso, afirmavam ser "este um protesto apartidário, laico e pacífico, que pretende reforçar a democracia participativa no país". Este comportamento corrobora a opinião de investigadores que referem que "os jovens mais instruídos são mais ativos, tem mais consciência cívica e fazem mais uso dos direitos de cidadania" (Ferreira & Silva, 2005: 146).

O objetivo deste movimento, segundo os promotores, era contribuir "no sentido de desencadear uma mudança qualitativa do país". Pretendiam agir para encontrar soluções e fazer parte delas. Achavam inadmissível que a geração com mais formação académica de que há memória no país se encontrasse sem perspetivas de futuro, num profundo estado de frustração, daí sentirem a necessidade de se unirem e manifestarem no espaço público reivindicações pelos direitos que lhes estavam a sonegar.

A falta de emprego sentida por esta geração de jovens qualificados não era um problema meramente conjuntural, já que, devido à massificação da escola, houve um aumento exponencial de alunos no ensino superior dos anos 90 (Abrantes, 2003). O número de estudantes do ensino superior passou de cerca de 11.000 para 60.500, dificultando a absorção de todos estes diplomados no mercado de trabalho. Mas é claro que, naquele momento, esta questão estrutural era o que menos interessava aos jovens.

Assim, no dia 12 de março de 2011, pelas 15.00h, as praças das principais cidades de Portugal encheram-se de manifestantes "Geração à Rasca". Lisboa, Porto, Braga, Coimbra, Viseu, Castelo Branco, Faro, Funchal, Ponta Delgada uniram-se num mesmo protesto. Os locais escolhidos foram os centros da cidade, praças e ruas historicamente emblemáticas.

Em Lisboa, a concentração teve lugar na Avenida da Liberdade. Cerca de 200 a 500 mil participantes, número que varia conforme a fonte de divulgação é a policial ou a da organização, protestaram contra a precariedade em que viviam. De todo o lado afluiu gente, tendo o número de manifestantes ultrapassado largamente as expetativas, tanto dos jovens promotores como dos participantes. A surpresa nesta manifestação não se ficou pela quantidade de aderentes, mas também pelas distintas faixas etárias representadas nesta contestação (JN 12/03/2011). Há uns anos atrás era quase impensável esta união inter-geracional num mesmo protesto. Em 1994, os estudantes do secundário fizeram várias manifestações contra as provas globais para aceder à Universidade, a famosa PGA, e as gerações mais velhas designaram-nos de "geração rasca". O nome saiu no jornal Público proferida por Vicente Jorge Silva, na altura diretor do referido jornal, devido à linguagem e gestos impróprios utilizados pelos jovens. Essa rotulagem generalizou-se na sociedade da época, criando um fosso geracional que acabaria por se desfazer, pelo menos momentaneamente, na manifestação de 12 de março. Nesse dia, unidos, na mesma marcha, estavam não só os diretamente afetados pela crise económica e sua consequente falta de

oportunidades de trabalho ou trabalho precário, os jovens, mas também os pais e avós desses "desempregados e precários" que tinham que continuar a suportar financeiramente filhos que já deviam se autossustentar. As reclamações dos jovens eram também as dos seus familiares, uma vez que o resultado desta instabilidade profissional juvenil era a degradação económica das gerações anteriores. Num artigo da Visão foi referido que um em cada cinco jovens, com idades compreendidas entre os 25 e 35 anos, estava dependente economicamente da família (3/01/2011, p.70). Nalguns casos nem aos 40 anos tinham estabilidade salarial para terem o seu próprio espaço ou constituírem família (DN, 12 de março de 2011), apesar de muitos destes jovens terem qualificação superior. No último trimestre de 2010, o número de licenciados desempregados ascendia a 68 mil e quinhentos, o que equivalia a 11,2 % do total de desempregados (Loureiro, 2012: 337).

Nestas circunstâncias precárias da economia, as experiências de injustiça individual depressa circularam nos *media* sociais, transformando-se numa injustiça coletiva. Isso mesmo espelhavam nos cartazes que empunhavam na manifestação. Alguns slogans eram representativos do que sentiam, como: "viver o comunismo-espalhar o anarquismo"; "o capitalismo é abominável", "o país está à rasca", "rasca é a precariedade".

Na capital, foram vários os políticos que se juntaram à marcha, não obstante ser um movimento apartidário, caso dos deputados bloquistas e comunistas, o líder do PCTP-MRPP, Garcia Pereira, e o então secretário-geral da CGTP, Carvalho da Silva. Grupos extremistas de direita e esquerda, anarquistas, e os LGBT (movimento de defesa dos interesses das lésbicas, gays, bissexuais e travestis) como os Pantera Rosa também compareceram (JN, 12/03/2011).

Por volta das 18 horas, os participantes começaram a desmobilizar. Porém, algumas centenas, encabeçadas pelo grupo os Homens da Luta, que atuavam numa carrinha de caixa aberta, cantando o seu famoso "E o Povo, pá?", voltaram a percorrer a Avenida da Liberdade. No Marquês de Pombal, concentraram-se junto à estátua e cantaram por diversas vezes o Hino Nacional. A música já tinha produzido este efeito de identificação partilhada no Coliseu do Porto, onde os Deolinda atuaram a 22 de janeiro de 2011. Quando a vocalista, Ana Bacalhau, cantou o tema "Que parva que eu sou", canção que resultou de uma reflexão sobre o momento que o país vivia, houve uma adesão imediata do público à mesma, nesse concerto e no seguinte, pelo "próprio conteúdo da canção, todo ele povoado de possíveis identificações" (Loureiro, 2011: 351-355). Esta geração reviu-se na mensagem daquela letra simples e esse facto terá estado "na origem próxima de uma mobilização social tão gigantesca" (Loureiro, 2011: 362).

No Porto, juntaram-se na praça da Batalha cerca de 80 mil pessoas, ao início da tarde. Após alguns discursos iniciais, os manifestantes seguiram em marcha lenta pelas ruas de Santa Catarina, Fernandes Tomás e Sá da Bandeira e terminaram na Avenida dos Aliados. A sua ação foi idêntica. Caminharam pacificamente pelas principais ruas da cidade, também eles de cartazes levantados, alguns genuinamente tripeiros: "Sócrates tou cheia de t'oubir", parando aqui e além para algum manifestante tomar a palavra e fazer algum discurso. Tudo

instintivamente improvisado, desde os slogans dos cartazes aos artistas vestidos de palhaços que animavam as ruas (Loureiro, 2011: 443).

Os desfiles solenes a passo lento há muito que cederam lugar a manifestações onde a música e a dança dão um certo colorido e mediatização ao acontecimento. Apesar destas manifestações terem uma componente lúdica, a espetacularidade que evidenciaram foi modesta se comparada com toda a performance cénica de outras mobilizações europeias, nomeadamente as anti-globalização, em que as máscaras e os disfarces aludiam a uma certa subversão carnavalesca, dando aos eventos uma grande visibilidade nos *media* tradicionais.

Como se lia na Visão, o que se via em Lisboa, mas que se aplicava às outras cidades "não é só uma manifestação, mas várias: a manifestação dos trabalhadores precários, a manifestação dos universitários sem futuro, a manifestação dos desempregados, a manifestação dos reformados por antecipação, a manifestação dos pensionistas de 200 euros, a manifestação dos trabalhadores não escolarizados…" (Visão, 17/03/2011, p.66). Uma ação colectiva movida a interesses individuais. Cada um espontaneamente foi aderindo por se rever na situação, mas, tal como os organizadores, sem projetos de futuro, sem haver aqui um objetivo grupal que os mantivesse unidos além das circunstâncias do momento. Apareceram na manifestação, como diz Pinto, "por um futuro, por um emprego, pelo fim dos recibos verdes, por curiosidade ou só mesmo para ver como era, pelo aumento do salário mínimo, pelo pai, pela filha, com a avó, num carrinho de bebé, dançando, cantando, aplaudindo, gritando ou, até mesmo, em silêncio, ninguém ousou imaginar que as vozes e as palavras tão bem se fundissem numa só mensagem" (Pinto, 2011: 34).

Nos últimos anos, certos estudos apontam para um afastamento dos jovens da política considerada "tradicional" ou "convencional", como seja participação no voto ou filiação partidária e mais interesse na política "não convencional" como colaboração em organizações ou associações, ações de captação da atenção dos *media*, ações de protesto (Magalhães & Sanz Moral, 28:27). Esta adesão da juventude a este movimento pode ser um sinal deste desfazamento entre a política institucional do Estado Democrático e a política *popularreal*, uma demonstração que existe consciência cívica e política entre os jovens mas descrédito nos métodos da política representativa democrática.

2.2. "Que se lixe a Troika-Queremos as Nossas Vidas"

Menos de um mês depois da manifestação de 12 de março, confirmou-se a necessidade da ajuda externa. No dia 6 de abril de 2011, o primeiro-ministro pediu intervenção estrangeira para o país. À incapacidade de pagar os juros da dívida pública, juntou-se a necessidade de baixar o déficit público e a necessidade de obtenção de fundos para injetar em empresas públicas, tecnicamente falidas. As medidas acordadas entre a Troika (Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu, Comissão Europeia) e o governo português previam uma extrema austeridade, o que levou os portugueses a aderir ao movimento de 15 de setembro de 2012.

Nas eleições de 5 de junho de 2011, José sócrates saiu derrotado e cedeu lugar a Pedro Passos Coelho (PSD), mas a impossibilidade de este governar em minoria parlamentar levou-o a um acordo de governação com o CDS/PP, liderado por Paulo Portas. Sob intervenção externa, o Governo de Pedro Passos Coelho decidiu tomar novas medidas para cumprir a meta do défice em 2011, o que implicou aumentos consecutivos de impostos. Perante o rol de medidas de austeridade, o país reagiu com uma nova mobilização social que, tal como o movimento anterior, foi desencadeada nas redes sociais.

Um grupo de cidadãos, representantes da sociedade portuguesa (académicos, investigadores, artistas etc…), não identificados com partidos políticos, lançou o desafio através das redes sociais para um protesto motivado pelo contexto político. O seu manifesto apresentou-se assim: "É preciso fazer qualquer coisa de extraordinário. É preciso tomar as ruas e as praças das cidades e os nossos campos. Juntar as vozes, as mãos. É preciso fazer qualquer coisa contra a submissão e a resignação, contra o afunilamento das ideias, contra a morte da vontade coletiva. É preciso convocar de novo as vozes, os braços e as pernas de todas e todos os que sabem que nas ruas se decide o presente e o futuro. É preciso vencer o medo que habilmente foi disseminado e, de uma vez por todas, perceber que já quase nada temos a perder e que o dia chegará de já tudo termos perdido porque nos calámos e, sós, desistimos" (queselixeatroikablogspot.pt).

Este grito à ação foi contra as medidas de austeridade impostas pela *Troika*, consideradas um saque, que estavam a conduzir os portugueses e o país à pobreza e à degradação há mais de um ano, sem que se auspiciassem melhorias. Segundo o manifesto "quem se resigna a governar sob o memorando da troika entrega os instrumentos fundamentais para a gestão do país nas mãos dos especuladores e dos tecnocratas, aplicando um modelo económico que se baseia na lei da selva, do mais forte, desprezando os nossos interesses enquanto sociedade, as nossas condições de vida, a nossa dignidade". E termina com a frase: "Dividiram-nos para nos oprimir. Juntemo-nos para nos libertarmos!"

Este movimento, aparentemente espontâneo como o anterior, de espontaneidade teve pouco. Desde julho que ativistas andavam a preparar uma grande manifestação, alguns deles pertencentes aos Precários Inflexíveis, outros militantes partidários. Passos Coelho haveria de lhes dar o mote quando proferiu num discurso a frase "que se lixem as eleições". A frase proferida pelo primeiro-ministro foi reutilizada para criar o slogan "que se lixe a troika - queremos as nossas vidas" (QSLT), que se voltaria mais tarde contra o Governo de Passos Coelho (Babo e Silva, 2015). Por trás destes ativistas presume-se que estaria o Bloco de Esquerda e o PCP, mas não assumidos. O objetivo era passar a mensagem de uma manifestação apartidária que congregasse várias sensibilidades políticas, e foi esta a ideia divulgada. E foi sob o lema do apartidarismo que as pessoas aderiram.

O QSLT teve ainda uma ação mais efetiva que o anterior, em número de manifestantes e de cidades. Em Lisboa concentraram-se cerca de 500 mil pessoas. O ponto de encontro foi na praça José Fontana, de onde às 17.00h sairiam para a Praça de Espanha. No percurso passariam pelo Saldanha, Avenida da República e Avenida de Berna. Depois, os manifestantes

desceram a Avenida da República onde a meio da Avenida protestaram em frente aos escritórios da representação da Troika, após o que seguiram pela Avenida de Berna. De todas as ruas acorreu gente que se foi juntando ao longo do percurso que terminou na Praça da Liberdade.

No Porto, o ponto de encontro foi na Avenida dos Aliados. Cerca de 1 milhão de pessoas juntaram-se nas praças de perto de 40 cidades portuguesas, a que se uniram, no exterior, Barcelona, Berlim, Bruxelas, Paris, Londres, trazendo para as ruas a maior multidão depois do 25 de Abril. O lema *Que se lixe a Troika! Queremos as nossas vidas de volta!,* ecoou como pretendido nos ouvidos dos portugueses. No manifesto da iniciativa podia ler-se um diagnóstico muito crítico sobre as escolhas políticas recentes: "depois de mais um ano de austeridade sob intervenção externa, as nossas perspetivas, as perspetivas da maioria das pessoas que vivem em Portugal, são cada vez piores", porque "a austeridade que nos impõem e que nos destrói a dignidade e a vida não funciona e destrói a democracia".

Estamos perante fenómenos que, embora formados graças ao desenvolvimento e à difusão das tecnologias das últimas décadas, sentiram necessidade dos espaços de identidade tradicionais para se manifestarem, tal como precisaram os movimentos anteriores (Tilly, 2004). Os lugares históricos escolhidos, como parte da idiossincrasia de um povo, forneceram esses referenciais, numa espécie de encontro entre o passado e o futuro. As ruas escolhidas para as manifestações funcionaram como símbolos identificativos da união comunitária de outrora. A solidariedade sempre foi um elemento fundamental da ação coletiva, solidariedade essa que se constituiu nas partilhas quotidianas numa comunidade ou num grupo de trabalho. Nestes movimentos a solidarização foi virtual, fundamentou-se no anonimato da mobilização, daí o espaço da ação ganhar uma maior relevância de identificação. Esta individualização nas manifestações é uma caraterística destes movimentos por contraposição aos anteriores. O "eu" e o "outro" era facilmente reconhecido como o "nós" nos dois séculos precedentes, tendo o coletivo sido forjado nas lutas partilhadas na fábrica e nas vivências diárias do espaço habitacional, ou na organização de militância. Nestas duas mobilizações portuguesas sobressaiu a individualização, o anonimato e a impessoalidade das relações entre os participantes.

O "repertório" (Tilly, 2004) do QSLT seria repetido nas mobilizações seguintes. Em 2013, o movimento QSLT organizou mais duas grandes manifestações, uma em 2 de março sob o lema: "QSLT- o povo é quem mais ordena", outra em 13 de outubro: "QSLT- não há becos sem saída", em que o repertório de críticas sociais foi aumentando assim como as exigências para a solução dos problemas económicos e sociais. Embora continuassem a afirmar-se como movimentos de pessoas comuns a participarem ativamente para solucionar problemas semelhantes, há todo um discurso político nos seus manifestos, bem como deputados de partidos políticos a desfilar nos protestos e a comentá-los para os *media*. Os slogans foram no sentido de reavivar a revolução de 1974, que derrubou 40 anos de ditadura. Nos cartazes escreveram "os brandos costumes tem limites", "solta a Grândola que há em ti", "o povo é quem mais ordena". Nos discursos, a mesma alusão ao 25 de Abril, num rememorar constante

de que liberdades e direitos adquiridos pelo povo não podiam ser invertidos em nome duma autoridade supranacional que aprisionava e que não representava os cidadãos, relembrando que a cidadania conquistada não podia ser questionada. Foi na rua que os portugueses voltaram a relacionar-se uns com os outros e foi novamente na rua que se reafirmou a liberdade de participação na discussão de assuntos públicos. O país vivia em 2012 uma situação política completamente oposta à de 1974. A revolução de Abril derrubou a ditadura e instituiu um estado democrático, mas esta alusão ao passado revelava-se intencionalmente simbólica. O movimento político e social que aconteceu em 1974 teve impacto nacional e internacional. Para alguns autores, como Boaventura Sousa Santos foi o "mais amplo e mais profundo da história do pós-guerra" (1984: 18) pela dimensão e pelo significado que atingiu. O povo saiu para a rua e veio apoiar o golpe militar. Ao fim de 40 anos libertou-se do medo e da opressão e exigiu Democracia. Em 2012, o povo português relembrou ao poder político o movimento em que perdeu o medo e conquistou a Democracia e que foi pela Democracia que veio de novo para a rua, numa afirmação de que a sua coragem de se expressar no espaço público não esmoreceu. Estas massas populares não se sentiam representadas pelos seus governantes e viam esta "submissão" ao plano da Troika como um autoritarismo que evocava velhos tempos. Manuel Villaverde Cabral verificou, num estudo de 2004, que existia um despotismo administrativo que mantinha o distanciamento histórico entre as elites do poder e a população (2004), oscilando o Estado entre predador e protetor. Ora, estas conclusões do autor referido são ainda mais notórias em 2012, face à situação de crise.

Para António Barreto (2004), a Democracia baseia-se, entre outras coisas, no consenso dos cidadãos quanto à formação e ao exercício do poder político. Os movimentos de 2012 contestaram incisivamente a forma como a política do país estava a ser conduzida.

Serão, então, estes Movimentos de 2012 uma demostração de cidadania e uma nova forma de participação democrática?

No conceito clássico de cidadania existia uma ligação direta entre o ser cidadão e ter participação política. Aristóteles, na sua obra *Política*, afirmou: "dizemos que são cidadãos aqueles que podem exercer tais funções públicas" (p.1275-76). Desta forma, a principal caraterística para ser considerado cidadão, para o filósofo e na época clássica, era a participação nas decisões da vida política da polis, não o facto de residir no território.

Contudo, ao longo da História foi-se desvanecendo este conceito que só seria retomado com o liberalismo. Foi a partir das revoluções liberais e da ascensão da burguesia, no século XIX, que se estabeleceu uma nova relação dos cidadãos com o poder político e foi com as democracias que se solidificou a concepção de cidadania, associada a direitos cívicos e políticos. A primeira teoria sociológica de cidadania é de Thomas Marshall que, em 1949, falou de três tipos de direitos de cidadania: civis, políticos e sociais.

Em Portugal, a cidadania plena, que incorporava os 3 tipos de direitos, nomeadamente o político, como sufrágio universal sem restrições, só foi adotado depois de 1974. Não obstante, já estava consignado na primeira Constituição portuguesa, a de 1822, que "todos os portugueses são cidadãos" (Ramos, 2004), embora a ideia só abrangesse os direitos civis, uma

vez que só alguns tinham direitos políticos e ainda não se falava de direitos sociais. O cidadão como "detentor de uma parte da soberania política" (Schnapper, 2000: 10) só passou a existir com a instauração da democracia no país.

Após a integração de Portugal na União Europeia houve uma aposta na educação para a cidadania, formando jovens mais conscientes do ponto de vista cívico, social e político, logo tendencialmente mais ativos. Ao mesmo tempo, também no nosso país, a revolução tecnológica democratizou o acesso à informação, facilitando o exercício da cidadania e potenciando a organização de manifestações inorgânicas. Efetivamente foi através das redes sociais que houve uma mobilização para as manifestações referenciadas, por parte de jovens e adultos adeptos do net-ativismo, mas não foi a ligação reticular que desencadeou as manifestações de rua, antes o sentimento de supressão de direitos de cidadania, mormente, a abolição de direitos sociais. Accornero e Pinto (2014) mostraram, baseados na noção de Tarow, que estes protestos, inseriram-se num ciclo de protestos, o "ciclo de protestos contra a austeridade" (p.398). Tarow atribui determinadas caraterísticas a um ciclo de protesto, entre elas, a mobilização de novos atores, inovação nos repertórios e a elaboração de novas estruturas cognitivas, culturais e ideológicas (1998: 42), aqui também verificadas. Os dados estatísticos utilizados pelos autores referidos revelaram que o número de manifestantes entre 2008 e 2012 aumentou significativamente e em países severamente afetados pela crise, como Espanha, Irlanda e Portugal (Accornero e Pinto, 2014). Isto demonstra que a conjuntura potenciou o número de manifestações, no entanto, as pessoas só vieram para a rua por terem consciência dos seus direitos políticos e sociais. Por outro lado, estas manifestações "espontâneas" revelam um acentuar de um certo "desafecto democrático", identificado por Magalhães em 2005. Segundo este autor, embora houvesse um apoio social à democracia, existia um distanciamento dos cidadãos em relação às instituições políticas, expresso em baixos níveis de participação política, convencional ou outra (Magalhães, 2005: 988).

3. Reflexão final

Os movimentos que ocorreram em Portugal nos últimos anos, apesar de toda a novidade com que emergiram, inserem-se dentro do perfil histórico de contestação que tem ocorrido no país desde o século XIX (Cerezales, 2011; Silva, 2007). O facto de terem aparecido com outra roupagem, ao apresentarem-se como apartidários, horizontais e sem lideranças deu-lhes protagonismo e visibilidade, mas não destronaram ou fizeram desaparecer os atores institucionais, que continuaram a ser o setor mais reivindicativo no período de crise (Accornero e Pinto, 2015: 406). Os movimentos sociais ao sairem do espaço democrático da reivindicação habitual apareceram como novas formas de combate político e social, o que não significa que se tenham instituído como atores políticos e/ou representantes das reivindicações da sociedade civil, embora a sua ação possa ter consequências políticas e sociais positivas.

Estes movimentos de cidadãos não viram as suas pretensões ir muito mais longe do que denunciar e reivindicar, sobretudo a mobilização da "Geração à Rasca". Segundo Maria Glória

Gohn, neste género de protestos participam "coletivos que se inspiram em várias fontes, consoante o grupo a que pertencem, não havendo, portanto, hegemonia ideológica ou mesmo utópica, motivando-os um sentimento de descontentamento, desencantamento e indignação contra a conjuntura económica e política" (2014:13). Assim, estes acabam por ser muito heterogéneos nas suas formas e recursos, organizações, estratégias ou ideais e amiúde demasiado dispersos para constituírem um objetivo muito focalizado e centros de contrapoder (Cefai, 2005:135), daí terem uma capacidade de mobilização esporádica, exceto quando são integrados em organismos institucionais como os partidos políticos ou sindicatos.

A velocidade com que estes acontecimentos surgiram e difundiram-se nas redes deu-lhes amplitude, dimensão, mas o seu conteúdo discursivo reporta-se a uma realidade nacional muito concreta (a austeridade do momento), o seu foco é mais local que global.

O contexto de crise económica e as dificuldades políticas para a gerir criaram as oportunidades ideais para o aparecimento destes fenómenos sociais, mas à medida que a conjuntura de crise foi-se dissipando, foram desaparecendo estas mobilizações inorgânicas. Nestes anos de maior crise (2011-2013), os direitos da cidadania social estiveram ameaçados, e tanto os jovens da "geração à rasca", como o funcionalismo público e reformados viram-se arremessados para fora dos seus valores de consumo ou do nível de vida alcançado pelas gerações antecedentes, o que os motivou à participação nas manifestações. Ao mesmo tempo, não é alheia à quantidade massiva de cidadãos nas manifestações todo um passado de cidadania ativa.

4. Bibliografia

ACCORNERO, G., & PINTO, P. R. (2014). "Brandos costumes?" Protesto e mobilização em Portugal sob a austeridade, 2010-2013*. Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 41, n. 2, 393-421.

ARRIGHI, G., HOPKINS, T. K., & WALLERSTEIN, I. (1989). *Antisystemic movements*. London: Verso.

BAUMGARTEN, B. (2013). Geração à Rasca and beyond. Mobilizations in Portugal after 12 March 2011. *Current Sociology*, 61(4), 457–473.

ABRANTES, P. (2003). Identidades juvenis e dinâmicas de escolaridade. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 41, 93-115.

ARENDT, H. (2005). *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense.

ARISTÓTELES. (1988). *Política*. Trad. de Márcio da Gama Kury. 2ª ed.1988. Brasília: Universidade de Brasília.

AZEVEDO, M.C. (2009). *Experiências de participação dos jovens: Um estudo psicológico.* Tese de Doutoramento em Psicologia. Porto: FPCEUP, Universidade do Porto.

BABO, I., SILVA, C.T (2015). Public Sphere and collective Action. The Portuguese Movement of the "15th September". *Mediterranean Journal of Social Sciences*. Vol.6, nº 6., S5, 425-435.

BARRETO, A. (2004). A participação e a evolução da sociedade portuguesa*. Tempo de Incerteza*. Lisboa: Relógio d'Água, 301-325.

COSTA PINTO, A.; ALMEIDA, P. T. (2001). Libéralisme, démocratie et émergence de la société civile au Portugal. In Daniel Cefai (org.). *Cultures politiques* (pp.503-521). Paris: PUF.

COSTA PINTO, A.; MAGALHÃES, P.; SOUSA, L.; GORBUNOVA, E. (2012). A qualidade da democracia em Portugal. A perspectiva dos cidadãos. *Workshop The Quality of Democracyi n Hard Times*, ICS-UL, Lisboa.

CABRAL, M. V. (2004). Confiança, mobilização e representação política em Portugal, in M. Costa Lobo, Pedro Magalhães e André Freire (eds.), *Portugal a Votos - as eleições legislativas de 2002* (pp. 301-331). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

CEFAI, D. (2005). Os novos movimentos em França. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, Outubro, 129-160.

COHEN, J. (1989). Deliberation and Democratic Legitimacy, in A. Hamlin e P. Pettit, (eds), *The Good Polity.Normative Analysis of the State* (pp.17-34). Oxford: B. Blackwell.

FARRO, A. (2004). Actors, conflits and the globalisation movement. *Current Sociology*, vol.52. Londres: Sage.

FERREIRA, P.M. & SILVA, P.A. (2005). *O Associativismo Juvenil e a Cidadania Política*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

GOHN, M. G. (2014). *Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e praças dos Indignados no Mundo*. Pétropolis: Vozes.

LÉVY, P. (2006). *Ciberdemocracia*. Lisboa: Instituto Piaget.

LOUREIRO, L. (2011). *O Ecrã de Identificação*. Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação. Especialidade em Sociologia da Comunicação e da Informação. Braga: Universidade do Minho.

MAGALHÃES, P. & SANZ MORAL, J. (2008). *Os jovens e a política*. Lisboa: Centro de Sondagens e Estudos de Opinião da Universidade Católica Portuguesa.

MAGALHÃES, P. (2008). Redes sociais e participação eleitoral em Portugal. *Análise Social*, XLIII: (3.º), 473-504.

MAGALHÃES, P. (2005). Disaffected Democrats: Political Attitudes and Political Action in Portugal. *West European Politics*, v. 28, n. 5, 973-991.

MARSHALL, T. H. (1950; 1992). *Citizenship and Social Class.* Londres, Pluto Press.

MENEZES, I. (2007). A evolução da cidadania em Portugal. *Actas do 3º Encontro de Investigação e Formação: Educação para a Cidadania e Culturas de Formação*, 17-34.

PALACIOS CEREZALES, D. (2011). *Portugal à coronhada. Protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX.* Lisboa: Tinta da China.

PINTO, M. & SOUSA, H. (2011). Foreword, in M. Pinto e H. Sousa (eds.) *Communication and Citizenship – Rethinking crisis and change*. Coimbra: Grácio Editor.

RAMOS, R. (2004). Para uma história política da cidadania em Portugal. *Análise Social,* vol. XXXIX (172), 547-569.

SILVA, C. T. (2007). *Movimentos sociais no Douro no período de implantação do liberalismo (1834-1855)*. Porto: Gehvid.

SILVA, C.T (2014). Social Movements in Contemporary Portugal. *European Journal of Social Sciences Education and Research* (EJSER). Vol.1, nº2. Rottenburg: European Center for Science Education and Research, 36-43.

SCHNAPPER, D. (2000). *Qu'est-ce que la citoyenneté?*. Paris: Gallimard.

SVAMPA, M. (2008). *Cambio de Época: movimientos sociales y poder político.* Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores.

TARROW, S. (1998). *Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

TILLY, C. (2004). *Social Movements: 1768 – 2004.* London: Paradigm Publishers.

Fontes

Jornal de Notícias, ano 2011
Diário de Notícias, ano 2011
Revista Visão, ano 2011
Blog - queselixeatroikablogspot.pt

SAKAJA, L., (2018). *Sense of place in a neighbourhood – Vrbik (Zagreb),* The overarching issues of the european space- preparing the new decade for key socio-economic and environmental challenges, Porto, Fac.Letras Univ. Porto. pp. 38-53

SENSE OF PLACE IN A NEIGHBOURHOOD – VRBIK (ZAGREB)[1]

Laura **ŠAKAJA**
Faculty of Science, University of Zagreb
lsakaja@geog.pmf.hr

Abstract

The understanding of the concept of place as a subjectively felt and experienced phenomenon opens the way to geographical exploration of human experiences in connection with a place, among them the study of the *senses of place*. The term *sense of place* denotes the structure of attitudes and emotions, which individuals or communities have in relation to the area in which they live. In this paper, the concept *sense of place* is used as a tool in the exploration of attitudes and feelings of residents in the Vrbik district in Zagreb, concerning their neighbourhood. The study is based on a survey conducted in Zagreb on the sample of 132 respondents. The study combined the application of different instruments in order to understand how Vrbik is felt and experienced by its residents.

The first tool looked at the level of importance that the residents attribute to various aspects of life in the neighbourhood, that is, functional, aesthetic and social. The second tool focused on the residents' feelings towards their neighbourhood, namely the feelings of indifference, rootedness and belonging to the community and to the place. In addition, the 5-point Likert scale measured the degree of satisfaction with the neighbourhood as a whole, as well as with specific aspects of the neighbourhood. Several open questions were also included in the survey questionnaire to explain the findings. The methodological flexibility used in this study allowed to get an insight into the wide range of attitudes and feelings of the residents of Vrbik concerning their neighbourhood.

We could also draw some general conclusions. Obtained data indicate the overwhelming predominance of the functional attitude to a place of life over the social or aesthetic attitude. Results also show that young people value the social relationships in the neighbourhood more than older people do. They are also in general more affectionate towards their neighbourhood than older residents. Comparative analyses on a larger sample should be necessary to understand whether the identified patterns are locally specific or point out universal phenomena.

Key words: sense of place, neighbourhood, Zagreb, Vrbik.

Résumé

La compréhension du concept de lieu comme un phénomène subjectivement ressenti et vécu ouvre la voie à l'exploration géographique des expériences humaines en relation avec un lieu. Parmi eux, l'étude des sens du lieu. Le terme « sens du lieu » désigne la structure des attitudes et des émotions que les individus ou les communautés ont par rapport à la région dans laquelle ils vivent. Dans cet article, le concept de sens du lieu est utilisé comme outil dans l'exploration des attitudes et des sentiments des résidents du quartier de Vrbik à Zagreb, en relation avec le voisinage. L'étude est basée sur une enquête menée à Zagreb sur un échantillon de 132 répondants. L'étude a combiné l'application de différents instruments, tous utilisés pour comprendre comment Vrbik est ressenti et vécu par ses résidents.

Le premier outil a examiné a été le niveau d'importance que les résidents attribuaient aux divers aspects de la vie dans le quartier, c'est-à-dire les aspects fonctionnels, esthétiques et sociaux. Le deuxième outil a été axé sur les sentiments que les résidents avaient au sujet de leur quartier, à savoir les sentiments d'indifférence, d'enracinement et d'appartenance à la communauté et au lieu. En outre, l'échelle de Likert en 5 points a été utilisée pour mesurer le degré de satisfaction vis-à-vis du quartier dans son ensemble, ainsi que des aspects spécifiques du quartier. Plusieurs questions ouvertes ont également été incluses dans le questionnaire d'enquête

[1] This work has been supported by Croatian Science Foundation under the project 2350 and University of Zagreb under project IP006.

pour expliquer les résultats. La flexibilité méthodologique utilisée dans cette étude a permis d'avoir un aperçu du large éventail d'attitudes et de sentiments des résidents de Vrbik en ce qui concerne leur voisinage.

Nous pouvons également tirer des conclusions générales. Les données obtenues indiquent une forte prédominance de l'attitude fonctionnelle face à un lieu de vie par rapport à l'attitude sociale ou esthétique. Les résultats montrent également que les jeunes valorisent davantage les relations sociales dans le quartier que les personnes plus âgées. Généralement, ils sont aussi plus attachés à leur quartier que leurs aînés. Des analyses comparatives sur un échantillon plus large seraient nécessaires pour comprendre si les modèles identifiés sont spécifiques à ce quartier ou s'ils révèlent des phénomènes universels.

Mots clés: sens du lieu, quartier, Zagreb, Vrbik.

1. Introduction

With the publication of the famous book by Edward Relph, the concept of *place* in geography has been understood in human geography, and in cultural geography in particular, as a notion that combines landscapes, human activities and meanings (Relph, 1996, 908). In this context, the term *meaning* refers to place-related experiences, emotions, relationships, and thoughts. In the cultural geography discourse, our relationship with a place is seen as a phenomenon that is subjectively sensed and experienced. Such an understanding of the concept of *place* opens the way for the exploration of human experiences in connection with a place. Among them is the study of the *senses of place*.

Sense of place is a concept used by many social sciences: geography, psychology, sociology, anthropology. The term *sense of place* denotes the structure of attitudes and emotions, which individuals or communities have in relation to the area in which they live. The term implies a personal and emotional relationship to a place in which an individual lives. Sometimes, the sense of place is simply defined as "space + meaning" (Stedman, 2003). The term has been present in human geography since the 1970s (Tuan, 1974), and it was used in many works (Eyles, 1985, Butz and Eyles, 1997, Feld and Basso, 1996, Shamai and Ilatov, 2005, Bilig, 2005 Brown and Raymond, 2007, Carter, Dyer and Sharma, 2007 De Wit, 2013, and others). Agnew (1987) pointed out that the sense of place was one of the three main dimensions of place. Traditionally, in geography this term has been associated with attachment, belonging, and closed communities (Tuan, 1974, Relph, 1976). Today, however, the concept has been expanded – and is now present in research on dynamic, multicultural, and changing environments within global cities (Massey, 1994).

Sense of place can be studied on different scales: on the level of a region, city, or neighbourhood. In this paper, the concept *sense of place* is used as a tool in the exploration of attitudes and feelings of residents in the Vrbik district in Zagreb, concerning their neighbourhood. The question of what defines the sense of place in Vrbik does not interest us purely theoretically. Our starting point is the assumption that the sense of place, which is grounded in the living experiences of the residents, can be used as a basis for urban policy development. Urban policy regarding place construction has an impact on the visual and functional transformation of neighbourhoods. Thus, urban policy comes from above and influences the physical space and social practices in the

neighbourhoods *top-down*. Exploration of the sense of place can contribute to the *bottom-up* policy development, which would take into account the attitudes and feelings of the residents themselves.

2. Study area

The research focused on the idea of practical application of the sense of place as a concept. The survey was carried out in the part of Zagreb that is clearly outlined by the four major traffic routes: Slavonska Avenue, Hrvatske bratske zajednice Avenue, Savska Street and Vukovar Avenue. Although there are three administrative city units in this area (three local councils), the residents perceive it as a homogeneous region, under the common name of Vrbik. Therefore, we will also use that name to denote the whole neighbourhood. The researched area covered 77 hectares with over 6,500 residents of this spatial zone[2].



Figure 1. Part of Vrbik constructed in late 1940s.

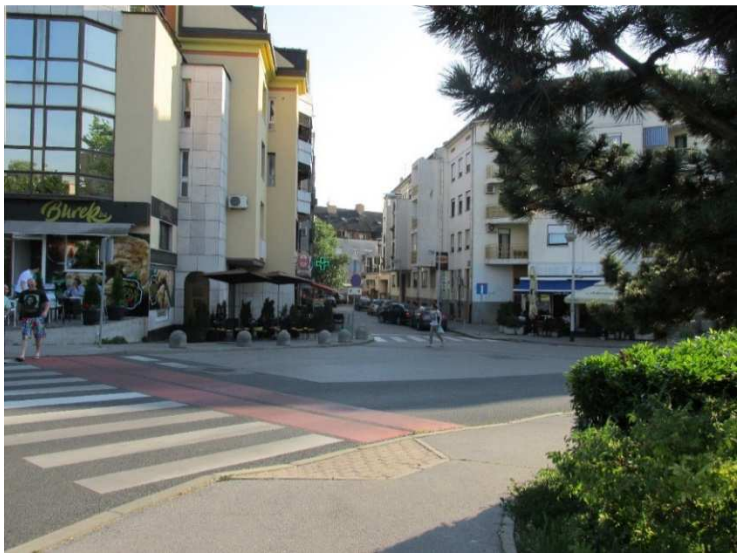


Figure 2. Part of Vrbik constructed in 1990-ies.

[2] Data from the official web site of Zagreb city hall.

It should be noted that so far the concept of a sense of place has not been used in the studies of either Vrbik or any other neighbourhood of Zagreb.

Although it is close to the city centre, Vrbik was urbanised relatively late. Between the two World Wars, it was considered a deprived area at the periphery, with a worker population living in single-storey or two-storey houses, which were for the most part built illegally. In the eastern section of Vrbik (called Miramare), the remains of these old houses have been preserved until today. The reconstruction of Vrbik as a planned structure began only after the Second World War. The construction of typical multi-storey residential buildings began in the late 1940s, and several tower blocks were erected during 1960s. The construction of the Faculty of Humanities and Social Sciences as well as the Faculty of Mechanical Engineering and Naval Architecture in the neighbourhood in the early 1960s significantly contributed to the development of this area. The presence of higher education institutions provided Vrbik with a social upgrade. The educational function of the district further increased in 1995 after the construction of the new National and University Library. In the late 1980s and during the 1990s, the central part of the district was renovated. The old, illegally built workers' houses were torn down and replaced by new three- and four-storey residential buildings, in which new residents settled, attracted by the favourable location near the city centre and the proximity of educational institutions. These new parts of Vrbik were designed in line with the logic of the terrain with its irregular lines and old alleyways. Similarly, the newly built areas are characterised by typical narrow streets and the network of irregular streets (Maroević, 1999, Kolar-Dimitrijević, 1981).

3. Sample and methodology

How do residents of Vrbik perceive their immediate environment, what meanings do they attach to their neighbourhood? These were the central questions in the research conducted in the spring and summer of 2016 on the sample of 132 respondents. The structure of respondents is shown in Table 1.

The study combined the application of three instruments in order to understand how Vrbik is felt and experienced by its residents.

The first stage of the research looked at the level of importance that the residents attributed to various aspects of life in the neighbourhood, i. e. – the functional, aesthetic and social. The respondents were given the choice of 11 variables or neighbourhood characteristics and asked to pick three that they considered most important (see Appendix 1). Subsequently, their answers were divided into three groups. The first group included the variables regarding the functional aspects of the neighbourhood – presence of shops and services, its location within the city and transport connections; proximity of educational and health institutions (nursery schools, schools, medical clinic, pharmacy, university); proximity of recreational facilities. The second group encompassed the variables related to the aesthetic aspects of the neighbourhood – beauty of the natural environment, beauty of the man-made environment, tidiness, cleanliness and its general appearance. The third group consisted of the variables connected with the social aspects of the neighbourhood: level of sophistication and tidiness

of neighbourhood residents; proximity of friends; wide variety of acquaintances; supply of places to go out and socialize.

Table 1. Respondent structure.

	No	%
Gender		
Male	58	43.9
Female	74	56.1
Age		
18 – 24	21	15.9
25 – 44	43	32.6
45 – 64	42	31.8
Over 64	26	19.7
Length of residency (years)		
5 – 9	36	27.3
10 -19	38	28.8
Over 19	58	43.9

Another tool we used focused on the feelings that the residents had about their neighbourhood. The respondents were asked to choose between 14 statements (see Appendix 2.) and check all those they agreed with. Subsequently, the answers were divided into four groups. The first group included the variables that show indifference towards the neighbourhood. Namely, statements like: “I would rather live somewhere else”; “The neighbourhood is just the place where I live”; “My neighbourhood is nothing special”. The second group encompassed the variables that point to how deeply rooted the respondents felt in the neighbourhood. To be exact, the statements like: “I feel deeply rooted in the neighbourhood”; “I like my neighbourhood and I would not like it to change!”; “Many memories connect me to this neighbourhood”. The third group contained the variables that denote the social aspect of belonging to the neighbourhood – belonging to the community. Specifically, statements like: “My friends are one of the most important things in the neighbourhood”; “I like the fact that I get to meet many people in the neighbourhood”; “I would be sad to see people I appreciate move out of the neighbourhood”; “I don’t know many people in the neighbourhood, but I like the composition of its residents”. Finally, the fourth group comprised of the variables that point to the general affection for the neighbourhood, a feeling of belonging to it. That is to say, statements like: “I feel I belong to my neighbourhood”; “I’m proud of my neighbourhood”, “I like the spirit of my neighbourhood”, “I would be sad if I moved out of this neighbourhood”.

The third instrument we used was the 5-point Likert scale that measured the degree of satisfaction with the neighbourhood as a whole and with its specific characteristics. The list of

characteristics offered generally corresponded to the standard indicators for evaluating the quality of life in the urban environment (see e.g. Knox, 1976, Pacione, 1982, Oktay and Marans, 2010, Slavuj, 2012). The respondents were asked to evaluate each of the characteristics by giving it a score from 1-5.

Finally, several open questions were included in the survey questionnaire to clarify the findings.

The combination of different tools, i. e. methodological flexibility used in this study allowed to get an insight into the wide range of attitudes and feelings of the residents of Vrbik concerning their neighbourhood.

4. Research results: Vrbik from the point of view of its residents - attitudes, feelings, evaluations

The first tool that we used in this study looked at the level of importance that the residents attribute to various aspects of life in the neighbourhood, that is, functional, aesthetic and social.

The results showed that the functional aspect was given most significance (Table 2). As many as 80% of the respondents picked at least two items from this group of characteristics. It is interesting to note that men and women alike, as well as respondents of all ages, have rated the functional aspects of the neighbourhood most highly. One of the statistically significant characteristics was that young respondents attributed slightly higher importance to the social relationships in the neighbourhood (see figure 3).

Table 2. Relative importance of the different aspects of life in the neighbourhood

Aspects of life in the neighbourhood	The frequency of statements marked as important	Ratio of share in statements marked as important by respondents to share in listed statements
Functional	261	1,83
Social	55	0,38
Aesthetic	77	0,71

Furthermore, the analysis of the individual variables has shown that the fact that their friends live nearby is more important to the young people, aged 18 – 24, than to the working age population between 25-44 and 45-64, (for post hoc Tukey test after significant variance analysis, *p*s = .003 and .003). Also, they consider the supply of places for going out and socializing more important in comparison with the people aged 25 – 44 (*p* = .034).

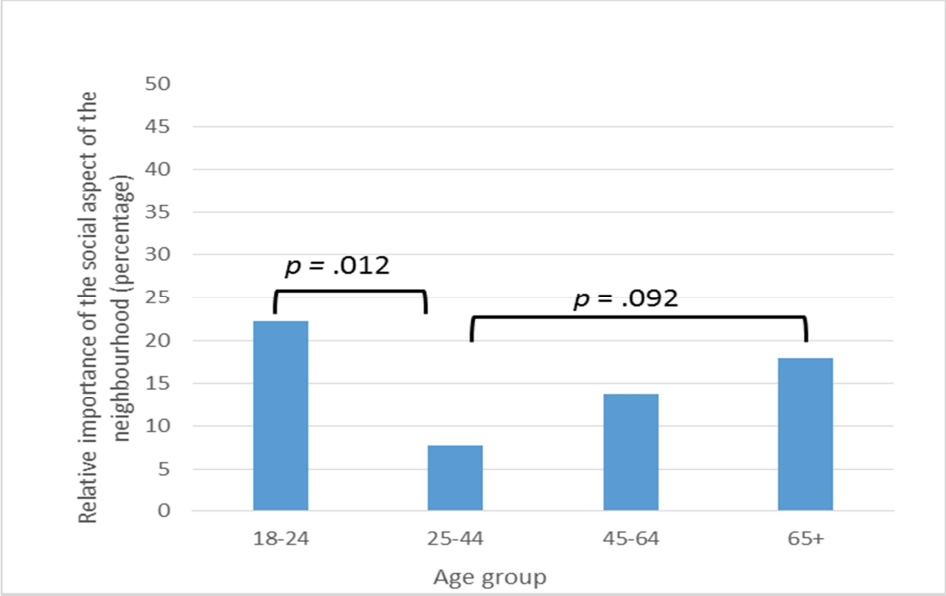


Figure 3. Percentage of the social aspects marked as important among all the marked choices (total of three) related to the important aspects of the neighbourhood. Significances relate to post-hoc Tukey tests after a significant ANOVA: F (3, 128) = 3.86, *p* = .011.

The second tool we uses focused on the residents' feelings towards their neighbourhood, namely the feelings of indifference, rootedness and belonging to the community and to the place.

Table 3. Feelings regarding the neighbourhood

Feelings	The frequency of statements marked by respondents	Ratio of share in statements marked as important by respondents to share in listed statements
Indifference	40	0.4
Rootedness	149	1.3
Belonging to community	134	0.9
Belonging to neighbourhood	206	1.3

The analysis of the results showed that very few respondents felt indifferent towards their neighbourhood. Among the feelings Vrbik residents expressed for their neighbourhood the sense of being rooted in the neighbourhood and the feeling that they belonged there clearly prevailed (see Table 3).

In this respect, as could be expected, the sense of being rooted in the neighbourhood was more prominent among the respondents who had lived there for a long time (more than 20 years) than among those who had moved there relatively recently (5-9 years) (for post hoc Tukey test after significant variance analysis, *p* = .009). The comparison of feelings and attitudes according to gender didn't show statistically significant differences. There were no age differences on the level of the

variable groups (in spite of the statistically significant variance analysis, Tukey post-hoc tests did not point to the significant differences between particular groups). Nevertheless, there were differences on the level of individual variables. The youngest generation of respondents chose the statement "My friends are one of the most important things in the neighbourhood" more frequently (significantly more than the adults aged 25-44 and 45- 64, for post-hoc Tukey tests *p*s =.016 and .034). This substantiated again how important having friendships in the neighbourhood was to the young population. Although the sample was too small for drawing conclusions about the general trend, it pointed to the fact that the young displayed more affection not only towards having friendships in the neighbourhood but also for the neighbourhood itself. Specifically, two of the youngest groups of respondents (18-24 and 25-44) chose the statement "I like the spirit of my neighbourhood" more than the other respondents (statistically significant in case of the oldest group, *p*s = .034 and .034).

The fact that the young felt more affection for their neighbourhood was further substantiated by the fact that they were happier with the neighbourhood than the older population on average, which became evident from the following research tool (see Appendix 3.). When asked "How happy are you with the neighbourhood as a whole", on the 5-point Likert scale, the youngest participants expressed more satisfaction in comparison with other groups (although the same tendency can be seen in other groups, the difference reached statistical significance only in comparison with the age group 45-64, for post-hoc Tukey test after significant variance analysis, *p* =.003).

The 5-point Likert scale measured not only the degree of satisfaction with the neighbourhood as a whole, but also with the particular aspects of the neighbourhood. Table in Appendix 3. shows the average scores which Vrbik residents gave to the different aspects of their neighbourhood. Consequently, it was evident from the data that Vrbik was considered most satisfactory in terms of its location and infrastructure needed for everyday life – the network of convenience stores, banks and ATMs, availability of education and health services. The respondents were least satisfied with the supply of higher order services and goods (culture and entertainment facilities, possibility of luxury shopping), with the characteristics of neighbourhood related to health (shortage of recreation facilities, noise, lower air quality), as well as with the significant traffic impact (shortage of parking spaces). Although we think that the aspiration to have culture and entertainment supply (usually characteristic for the central parts of the city) and at the same time lower traffic impact (as we know high traffic impact is connected with the central parts of the city) seemed controversial on the surface, still it provided insight into the fact that participatory urban planning entailed the complex processes of negotiating and reconciling different interests, which can at times be contradictory.

During the research the respondents were asked a series of open questions, which were aimed at understanding the degree of their satisfaction with particular neighbourhood aspects, albeit in different ways. The respondents answered the questions "What are the advantages of living in your neighbourhood?" and "What are the disadvantages of living in your neighbourhood?". The textual parts of the answers were coded with the code frequency shown in figure 4. and figure 5. There is clear concurrence between the degree of satisfaction with the particular aspects of life (by using the above mentioned tool based on Likert scale) and the frequency of the codes that occur in the answers to the above mentioned questions. According to the subjective perspective of its residents, the biggest

advantage of Vrbik is its location. 100 (76%) respondents stated that the biggest advantage of the neighbourhood was its location, proximity to the centre, the fact that one could reach the central point of the city, i. e. Ban Jelačić square, in 30-40 minutes on foot. The residents also highly value the availability of public transport and good transport connectivity especially the availability of transport connections to the centre (42 respondents). Vrbik facilities are also included among its greatest advantages (62 respondents). Vrbik has a supply of various services, i. e. educational institutions, convenience stores, green grocers, organic food shops, butcher's, coffee bars, bakeries, hair dressers', cobbler's, tailors', copy shops, restaurants, pharmacies, outpatient clinics, banks and ATMs. Therefore, it was no wonder that the degree of satisfaction with the services and infrastructure required for everyday life was so high, as was clearly demonstrated by the analysis of the tool using the Likert scale. All age and gender categories mentioned the "proximity of everything that one needs for life", "everything is conveniently close here", "availability of all necessities" as an advantage.

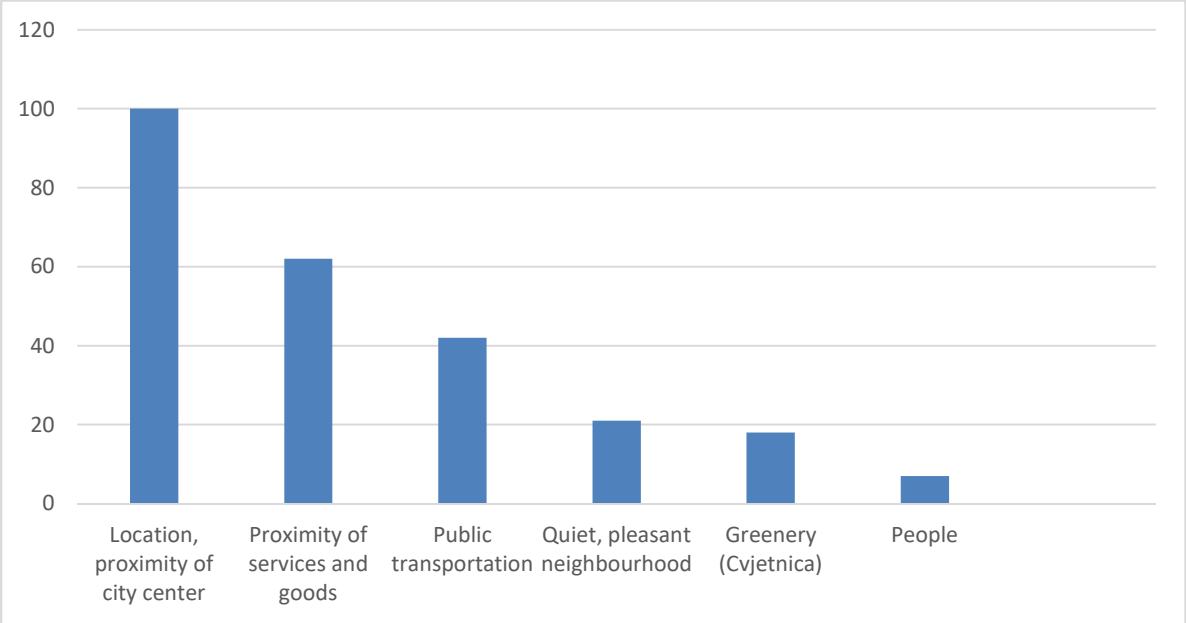


Figure 4. Code frequency in answers to the open question "What are the benefits of living in your neighbourhood?"

It was also evident that Vrbik was perceived by part of its residents as a peaceful and pleasant neighbourhood (21 respondents). In the textual answers to the question about its advantages, we find the following descriptions: "quiet", "family oriented", "cosy", "no disturbances of the peace", "country life atmosphere".

Small part of respondents (7) expressed a high degree of satisfaction with their neighbours. They listed "decent people", "sophisticated people", "the profile of the residents", "good neighbourly relations", "familial atmosphere" among the advantages of the neighbourhood.

When it comes to the disadvantages of Vrbik there is again a high degree of result concurrence based on the two tools which were applied in the research. Namely, the aspects of the neighbourhood

that the residents mention as disadvantages (figure 5.) correspond to the aspects of the neighbourhood that contribute to the low level of satisfaction (Appendix 3.).

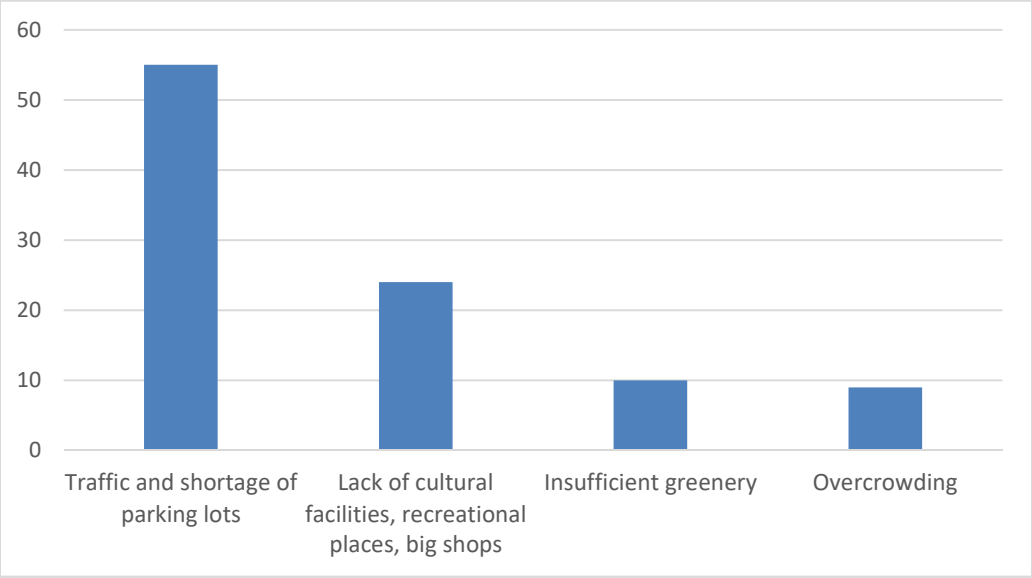


Figure 5. Code frequency in answers to the open question "What are the disadvantages of living in your neighbourhood?"

As we could see, the problems that concern the residents of Vrbik most of all are associated with heavy traffic and lack of parking (55 respondents). The residents who live in the streets on the edges of Vrbik (primarily Savska and Vukovarska Streets which residential buildings face directly) were dissatisfied with the dense car traffic, as well as the noise and pollution that they caused. However, the residents who live in the central parts of the neighbourhood encountered other types of traffic problems. Firstly, the traffic was too heavy during the rush hour, causing congestion on the narrow streets at the beginning and end of every working day. Secondly, the proximity of the university, library, embassies, modern business buildings, made it considerably harder for the neighbourhood residents to park their cars and turned the shortage of parking spaces into a chronic problem. Thus it was no surprise that among the answers to the question "What are your suggestions for improving your neighbourhood?" appeals for better traffic regulation dominated.

This research tool also pointed to the need for high-order facilities. Some respondents (24) mentioned the lack of cultural activities, recreational facilities, and shops with a wider range of products. It needs to be said that the same needs appear in the answers to another open question in the survey: "What would you suggest in order to improve your neighbourhood?". Namely, many respondents suggested opening a larger number of different shops, introducing cultural activities, and improving the recreational facilities.

The assessments that the local residents made about the natural and man-made environment perhaps most clearly reflect equally their heterogeneous approach and taste and the heterogeneous nature of the neighbourhood itself with a mosaic of areas whose characteristics are often extrapolated

to the entire Vrbik. As we could see, different people approached the Vrbik physical environment in different ways – through the positive or through the negative register. While some of the respondents (18) described Vrbik as a neighbourhood with lots of greenery and well-planned physical environment, others (10 respondents) criticised it for "not enough parks and meadows", "shortage of green space", "too much construction", "too many buildings", etc.

The open questions related to the sense of pleasantness or unpleasantness gave us an insight into the overall sense of place in the neighbourhood. To be exact, the respondents were asked: "Which places in the neighbourhood do you consider the most pleasant? and "Which places in the neighbourhood do you consider the most unpleasant?". The analysed replies led to the conclusion that pleasant places in Vrbik can be divided into two categories. The first category included the places rich in greenery (97 respondents). Respondents mentioned parks in general or specific places like Zeleni trg (The Green Square), Poljane (in Cvjetnica - a part of the neighbourhood with most greenery), newly designed fountains with lawns and flower beds. All these places were connected with spaciousness, space for children's' games, being relaxed, and enjoying the greenery.

The second category of pleasant places encompassed the places for meeting, communicating, socializing. As it turned out, this function was mostly fulfilled by coffee bars in Vrbik (32 respondents). Proximity of the University meant that opening a coffee bar in Vrbik was cost-effective, so there was no shortage of them here. A widespread network of coffee bars seemed to have become a part of the neighbourhood identity. It is interesting to note that coffee bars were pointed out as pleasant places in the neighbourhood by both men and women and by members of all age groups. The elements contributing to the pleasantness included "the atmosphere", "well maintainedy", "aesthetic appearance", "pleasant music", "friendly staff", "tidy and quiet", "family atmosphere", "meeting and socializing with friends", "aesthetic look", "relaxed", "people who meet there", "good company we know", "accessible", "relaxed", "pleasant to sit so that children can play".

Respondents rarely mentioned specific parts of the neighbourhood. Among the specific parts of the district, Kninski Square was most often mentioned as a pleasant place (24 respondents). In a way it was a local centre with a football pitch and a children's playground, a meadow, residential buildings with various services available on the ground floor. This was how Vrbik residents described it: "[a place to] meet friends and socialize", "coffee bars", "relaxed", "neighbourhood residents socialize there", "spaciousness", "proximity of shops, playground, coffee bars", "greenery", "vivaciousness", "various facilities (shops, coffee bars, playground, hairdressers')", "a meeting place", "well preserved trees, beautiful shrubbery, benches", "fairly well maintained lawns". If we define the image of Vrbik as immediate diversity", as one of the respondents did, then Kninski Square definitely represents Vrbik in miniature.



Figure 6. Kninski Square

As regards the unpleasant places, it should be mentioned that around a third of the respondents could not remember a place in Vrbik where they felt unpleasant. Among the places which were most often mentioned by the respondents as unpleasant there are three distinct types:

1) Places alongside the edges of the neighbourhood – roads that frame Vrbik and their crossroads – because of “traffic jams”, “noise”, “smog” (23 respondents). As we could see, the problem featured in the answers to almost all questions, as was mentioned above.

2) Places with overflowing rubbish containers (respondents named parts of Miramarska and Ružička’s Streets in particular). Much like the other parts of Zagreb, Vrbik is struggling to resolve the waste issue. How much concern this issue caused to the residents could be seen from the fact that when asked how they would improve the neighbourhood around 20% of the respondents gave suggestions in connection with the waste, i.e. opening a recycling yard nearby, replacing open rubbish bins with closed ones, introducing old clothes and shoes bins and other recycling bins, more frequent park cleaning, rubbish collection control.

3) Dark and poorly lit places were mentioned by 17 respondents (among them 12 females). Our research corroborated the conclusions from other studies (Valentine, 1989, Koskela, 1999): women find such places especially unpleasant. Female respondents named two specific areas which they connected with the feeling of unpleasantness or even fear:

- A long passageway connecting the garages under the three tower blocks – the so-called “Rockets” – was described as extremely unpleasant due to “bad lighting”, “neglected state”, “suspicious people who gather there”.
- A paved pathway bordered by hedgerows called Gagarin’s Path, safe and busy during the day, turned into an unpleasant, unsafe, and even frightening place for many female respondents during the night, due to bad lighting, thick shrubbery, and poor visibility. One of the female respondents described the experience of walking there in the evening as “feeling isolated in the woods”.

5. Conclusion remarks

Geography is still in the process of contemplating *sense of place* as a concept and is searching for the methodology to explore this phenomenon. This study used the method that combined the application of different tools, all of them being used to understand how Vrbik is felt and experienced by its residents. Such methodological flexibility made it possible for us to make the following conclusions. First and foremost, Vrbik is perceived from the inside as a family friendly neighbourhood near the city centre. Its residents have the advantages of a metropolis "at hand" and readily available while at the same time being able to avoid the alienation and the hustle and bustle of living in a city centre.

The proximity of the University is one of the crucial features of the neighbourhood identity. It facilitated the development of infrastructure that would otherwise not be sustainable in market terms in the neighbourhood itself and defined Vrbik as a place of "attainable diversity", as one of the respondents in the research put it.

Vrbik is a place that offers balance between functionality and relaxation. Thus it was interesting to see that the residents' suggestions favoured maintaining the balance by further developing their neighbourhood through expanding its facilities, i. e. parks, cultural and recreation supply, better and more diverse offer of goods.

One of the biggest problems that Vrbik has is the inadequate traffic regulation. It seems that the traffic load has reached its upper limit, which is something that any large construction project should take into account.

The research has opened a series of questions that require further consideration. Some of them being:

Are the patterns identified in the research locally specific or do they point to general trends? For example, is the overwhelming predominance of the functional attitude to a place of life over the social or aesthetic attitude a phenomenon that is locally specific or is it universal? In which communities do traffic load problems shape the negative pole of the sense of place, as we could see in Vrbik? Is it possible to extrapolate the Vrbik example and claim that the young appreciate the social relationships in the neighbourhood more than the older people, or that they are in general more affectionate towards their neighbourhood than its older residents? The answers to such questions can only be obtained by comparative analyses. Moreover, repeated research on larger samples could, among other things, provide better insight into the heterogeneity of the sense of place which is in line with the heterogeneous identity of the people in every local community. An insight into this type of heterogeneity was highlighted in the research however it was limited due to the small sample size.

6. References

AGNEW, J. (1987). *Place and Politics: The Geographical Mediation of State and Society*. Boston: Allen & Unwin.

BILIG, M. (2005). Sense of place in the neighborhood, in locations of urban revitalization. *GeoJournal*, 64: 117-130.

BROWN, G. & Raymond, C. (2007). The relationship between place attachment and landscape values: Toward mapping place attachment. *Applied Geography*, 27: 89-111.

BUTZ, D. & Eyles, J. (1997). Reconceptualizing senses of place: social relations, ideology and ecology. *Geografiska Annaler*, 79 (1): 1-25.

CARTER, J., DYER, P. & SHARMA, B. (2007). Dis-placed voices: sense of place and place-identity on the Sunshine Coast. *Social & Cultural Geography*, 8 (5): 755-773.

DE WIT, C. W. (2013). Interviewing for sense of place. *Journal of Cultural Geography*, 30 (1): 120-144.

EYLES, J. (1985). *Senses of place.* Warrington: Silverbrook Press.

FELD, F. & BASSO, K. H. (Eds.) (1996). *Senses of place*. Santa Fe & New Mexico: School of American Research Press.

KNOX, P. L. (1976). Social well-being and North Sea Oil: An application of subjective social indicators. *Regional Studies*, 10(4): 423-432.

KOLAR-DIMITRIJEVIĆ, M. (Ed.) (1981). *Zagrebačka općina Trnje u radničkom I komunističkom pokretu I socijalističkoj revoluciji*. Zagreb: Skupština općine Trnje.

KOSKELA, H. (1999). Gendered exclusions: Women's fear of violence and changing relations to space. *Geografiska Annaler, Series B, Human Geography*, 81 (2): 101-124.

MAROEVIĆ, I. (1999). *Zagreb njim samim*. Zagreb: Durieux.

MASSEY, D. (1994). *Space, place and gender*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

RELPH, E. (1976). *Place and placelessness*. London: Pion.

OKTAY, D. & MARANS, R. (2010). Overall quality of urban life and neighborhood satisfaction. *Open House International*, 35 (3): 27-36.

PACIONE, M. (1982). The use of objective and subjective measures of life quality in human geography. *Progress in Human Geography*, 6 (4): 494-514.

SHAMAI, S. & ILATOV, Z. (2005). Measuring a sense of place: methodological aspects, *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie.* 96 (5): 467-476.

SLAVUJ, L. (2012). Objektivni i subjektivni pokazatelji u istraživanju koncepta kvalitete života. *Geoadria*, 17 (1): 73-92.

STEDMAN, R. C. (2003). Is it really just a social construction?: The Contribution of the physical environment to sense of place. *Society & Natural Resources: An International Journal*, 16 (8): 671-685.

TUAN, Y.-F. (1974). Space and Place: Humanistic Perspectice. *Progress in Geography*, 7: 211-252.

VALENTINE, J. (1989). The geography of women's fear, *Area*, 21: 385-390.

Appendix 1. Part of the questionnaire

Please, mark on the following list three features that you find most important for living in the neighbourhood:

1. Availability of stores and services
2. Location in the city and transport connections
3. Proximity of educational and health facilities (kindergartens, schools, outpatient clinics…)
4. Proximity of recreational areas
5. Beauty of the natural environment
6. Beauty of man-made environment
7.Tidiness, cleanliness and the general appearance of the neighbourhood
8.The level of sophistication and tidiness of the neighbourhood residents
9. Proximity of friends
10. Wide circle of acquaintances
11. Availability of places for going out or socialising

Appendix 2.: Part of the questionnaire

Please, mark in the following list only those statements with which you agree:

1. I would rather live somewhere else
2. For me a neighbourhood is just a place where I live
3. My neighbourhood is nothing special
4. I feel deeply rooted in the neighbourhood
5. I like my neighbourhood and I would not like it to change
6. Many memories connect me to this neighbourhood
7. My friends are one of the most important things in the neighbourhood
8. I like the fact that I get to meet many people in the neighbourhood
9. I would be sad to see people I appreciate move out of the neighbourhood
10. I don't know many people in the neighbourhood, but I like the composition of its residents
11. I feel I belong to my neighbourhood
12. I'm proud of my neighbourhood
13. I like the spirit of my neighbourhood
14. I would be sad if I moved out of this neighbourhood

Appendix 3. Level of satisfaction with particular aspects of the neighbourhood: average assessment on Likert scale from 1 to 5.

Assessed aspects	**Average assessment**
Proximity of public transport	4.8
Location	4.7
Proximity of coffee bars (cafes)	4.6
Proximity of educational institutions (schools, kindergartens)	4.5
Proximity of health services (pharmacies, outpatient clinics)	4.3
Proximity of banks, ATMs, post offices	4.2
Proximity of convenience stores	4.1
Availability of services in general	4.1
THE NEIGHBOURHOOD IN ITS ENTIRETY	4.1
Street safety during the day	4
Number of green areas	3.9
Proximity of restaurants	3.9
Public lighting in the district	3.9
Relations with neighbours	3.9
Neighbours is general	3.9
Natural environment in general	3.8
Street safety during the night	3.8
Aesthetic appearance of natural environment	3.8
Using the roads near your place of residence	3.7
Forthcoming neighbours	3.7
Neighbourhood's general appearance	3.6
Neighbours' level of sophistication and conduct	3.6
Road quality	3.5
Transport infrastructure	3.5
Neighbourhood organization	3.5
Maintaining the cleanliness of the neighbourhood	3.5
Aesthetic appearance of man-made environment	3.3
Air quality	3.2
Recreational facilities	3.2
Number of parking spaces	3.1
Protection from traffic noise	2.9
Culture and entertainment supply (cinema, culture centres etc.)	2.6
Proximity of shops with luxury goods	2.4

- location, – availability of infrastructure needed for everyday life, - safety, – natural environment, – man-made environment, - neighbours, - traffic characteristics related to health availability of high order services and goods

DERMENDZHIRVA, S., DRAGANOVA, T. (2018). *How the "Geography of Europe" subject is studied in new educational realities – following the bulgarian secondary school model,"* The overarching issues of the european space- preparing the …, Porto, Fac. Letras Univ. Porto. pp. 54 -71

HOW THE „GEOGRAPHY OF EUROPE" SUBJECT IS STUDIED IN NEW EDUCATIONAL REALITIES – FOLLOWING THE BULGARIAN SECONDARY SCHOOL MODEL

Stella DERMENDZHIEVA
Faculty of History, „St. Cyril and St. Methodius" University of Veliko Tarnovo
stellamalcheva@abv.bg
Tamara DRAGANOVA
Faculty of History, „St. Cyril and St. Methodius" University of Veliko Tarnovo

Abstract

The present article introduces how the „Geography of Europe" subject is studied in new educational realities – following the Bulgarian secondary school model. The report introduces the new syllabus project and the specific place and role, the significance and educational content, structure and activities of the „Geography of Europe" subject or the Bulgarian view on the „Geography of Europe" subject in secondary school. The concept and content analysis introduce the advantages and disadvantages of the new syllabus project in the part of the „Geography of Europe" subject.

Key words: school geographic education, Geography of Europe, syllabuses, curriculums, conceptual and content-analysis.

Resumo

O presente artigo aborda a forma como o tema "Geografia da Europa" é estudado em novas realidades educacionais - seguindo o modelo da escola secundária búlgara. O artigo introduz o novo projeto de plano de estudos e o lugar e papel específicos da geografia, o significado e o conteúdo educacional, a estrutura e as atividades da disciplina "Geografia da Europa" ou ainda a visão búlgara sobre a disciplina "Geografia da Europa" no ensino secundário. O conceito e a análise de conteúdo evidenciam as vantagens e desvantagens do novo projeto de plano de estudos no tema "Geografia da Europa".

Palavras-chave: educação geográfica escolar, Geografia da Europa, planos de estudos, currículos, análise conceptual e de conteúdo.

1. Introduction - The new educational realities in the Republic of Bulgaria

„The wise man adjusts to the circumstances as the water changes its shape to the vessel in which it is poured."
Chinese proverb

Since the school year of 2016 new educational realities have been introduced in the Republic of Bulgaria – laws, regulations, curricula and syllabuses. The education reform was initiated with the introduction of the new Pre-school and school education Act and its regulations that define the school frame of geographical education. The education reform poses many questions and makes an attempt

to find answers for the place and role, the significance and content of school geographic education and its development at school against the background of the unified state education policy. Changes and new realities in geographic education are a circumstance that defines a new learning environment with adapted educational phenomenons, processes and objects.

The reform proves that education is a national priority with a new conceptual frame representing a process of education, upbringing and socialization. The new principled education basis covers school geographic education as well, which is oriented towards students' interest and motivation, towards age and social changes in life, as well as towards the ability to put the adopted competencies in practice. The preservation and development of Bulgarian educational tradition, the preservation of the cultural variety, humanism and tolerance are part of the principles in accordance to which geographic education is applied.

2. „Geography of Europe" in VII-th grade

In accordance to the syllabus, the *„Geography of Europe"* school subject is studied in VIII-th grade in the modern realities of school geographic education (the *„Geography of Europe"* school subject is planned to be studied in VII-th grade during the next school years). The educational content in IX-th grade includes teaching material on *„Regional Geography"* in which studying the regional part of the European continent is realized through the problem-civilization approach. The educational content on „Regional geography of Europe*"* is oriented towards studying geographical location, natural and societal characteristics, countries typical of the region. From the school year 2017/2018, *Geography of Europe* is introduced in the VII-th grade and the article only follows the training for the European continent.

The new conditions define the study of *Geography of Europe* in the class that completes primary education – VII-th grade. Namely in this class the study of the geographic content of *Europe* is provided.

2.1. The State Educational Standard

The State Educational Standard (DOS) for the teaching plan regulates in VII-th grade the total number of school weeks for one school year - 36, in which geography is studied with 2 hours per week and 72 hours per year. The curriculum identifies 12 major topics for studies *Geography of Europe* within the framework in 1/3 of the school time. By teaching plan and curriculums, the *Geography of continents and countries* is studied in V-th and VI-th grades, where geography is studied with 51 teaching hours per year. In the first high school stage, the *Geography of continents and countries* is studied as one of the main topics in IX-th grade - 36 or 72 teaching hours per year, according to the framework teaching plan. [5]

General education preparation is done through the study of 20 general education school

subjects, like one of them is *Geography and economics*. Geography places the foundation of the social and civic competences to acquire *„the key competence learning skills, which includes understanding the personal needs in the school process and discovering the opportunities and abilities for overcome learning difficulties, both individually and in groups. Critical thinking, handing with problems, decision-making, initiative, creativity, taking responsibility, teamwork are competencies acquired in studying geography."* [6] An important responsibility of the school subject of *Geography and economics* is the building of the ability to take personal responsibility for a stability future.

Acquired general education preparation during the all geographic school training envelopment several groups of key competences:

- competencies in the field of Bulgarian language;
- communication skills in foreign languages;
- mathematical competence and basic competences in the field of natural sciences and technologies;
- digital competence;
- learning skills;
- social and civic competences;
- initiative and entrepreneurship;
- cultural competence and skills for expression through creativity;
- skills for support of sustainable development and for a healthy lifestyle and sport. [6]

The competency groups are interdependent and represent a set of knowledge, skills and attitudes. Acquiring of these competences leads to a more complete personal development of the individual throughout life, to building an active civic position and participation in social life, as well as to his/her suitability for realization on the labor market. [6]

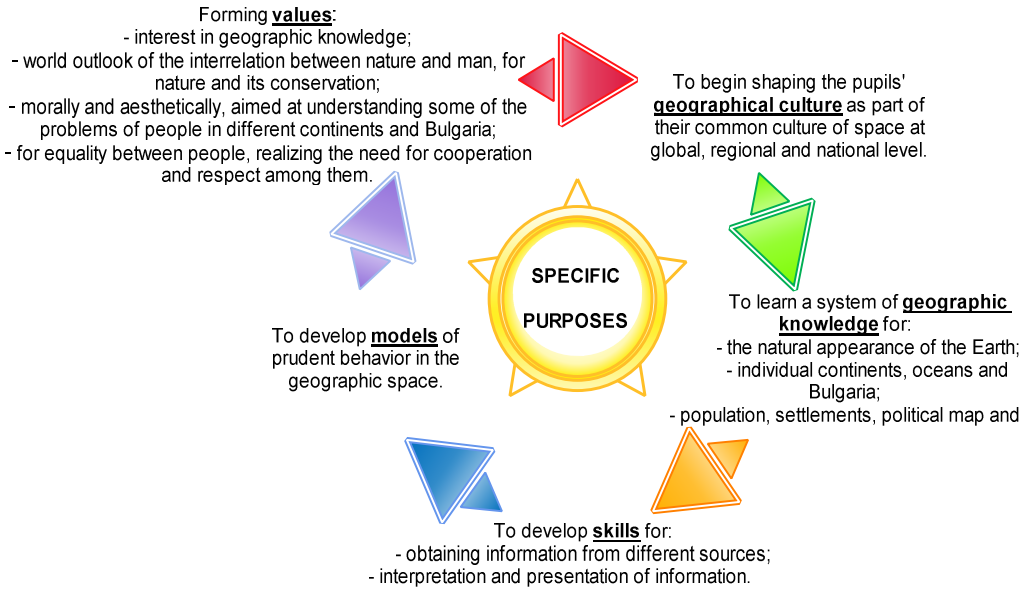


Figure 1- Projections of the specific purposes in the end of the basic „Geography and economics" degree.

As a set of requirements for learning outcomes in *Geography and economics*, the DOS determines the competencies - knowledge, skills and attitudes which are expected as a result of geographic learning at the end of each stage of the respective level of education.

The structure of DOS in *Geography and economics* includes:

- degree and stage of education;
- specific purposes of training for the school subject at the relevant stage;
- regions areas of competences, expected results from the training (knowledge, skills and attitudes) and their relation to individual key competences. [6]

In its structure, the DOS for main degree at secondary education includes the specific purposes covering the entire learning process from V-th to VII-th grade (Fig. 1) as well as the requirements for the *Geography and economics* learning results. A framework of specific purposes that may be relevant indirectly to training of *Geography of Europe* is built without including a directly mapped purpose for *Geography of the continents and countries*. The specific purposes are students-oriented as projections of geography culture, knowledges and skills, values and behavioral patterns in the end of primary stage education.

Ordinance № 5 *on general education preparation* presents the requirements for the learning results of the school subject *Geography and economics*. At the end of the basic degree are defined the expected results for knowledge, skills and attitudes - a total of 4, which are geographically algorithmic and in close interdependence with the key competencies and in fulfillment of the purposes of the Bulgarian school for training, education and socialization of the students as well as providing conditions for completing a stage and/or acquiring a degree (figure 2). [4, 6]

The strategic purpose of studying *Geography of Europe* in the VII-th grade of DOS is to develop basic knowledges of the geographical location and continental borders of the continent and selected countries, exploring the continent, the peculiarities of nature, the political map, the population, the economy in the continents and in selected countries (complex character). The strategic purpose is designed in three target aspects - educational, educative and developing.

The lack of links to the expected learning results with the key competences - 2, 4 and 7 is unreasonable. In studying the *Geography of Europe* on the subject *Countries in Europe* requires presentation of a selected country in *Europe* through various forms - text, poster, presentation. The theme requires extracting parts of the whole and determining the interrelations between them in characterizing the modern economy and the territorial distribution of major economic activities in *Europe*, as well as understanding the importance of economic integration, the realization of thought trips. Competencies are also needed when collecting, processing and presenting geographic information for countries in *Europe*, comparing the geographical situation of *Europe* and *Asia*.

Two active verbs are defined in the DOS, defining the expected results in teaching *Geography of Europe* - **defines** (1 count) and **characterizes** (3 counts). The reproductive orientation of the expected results is predominant.

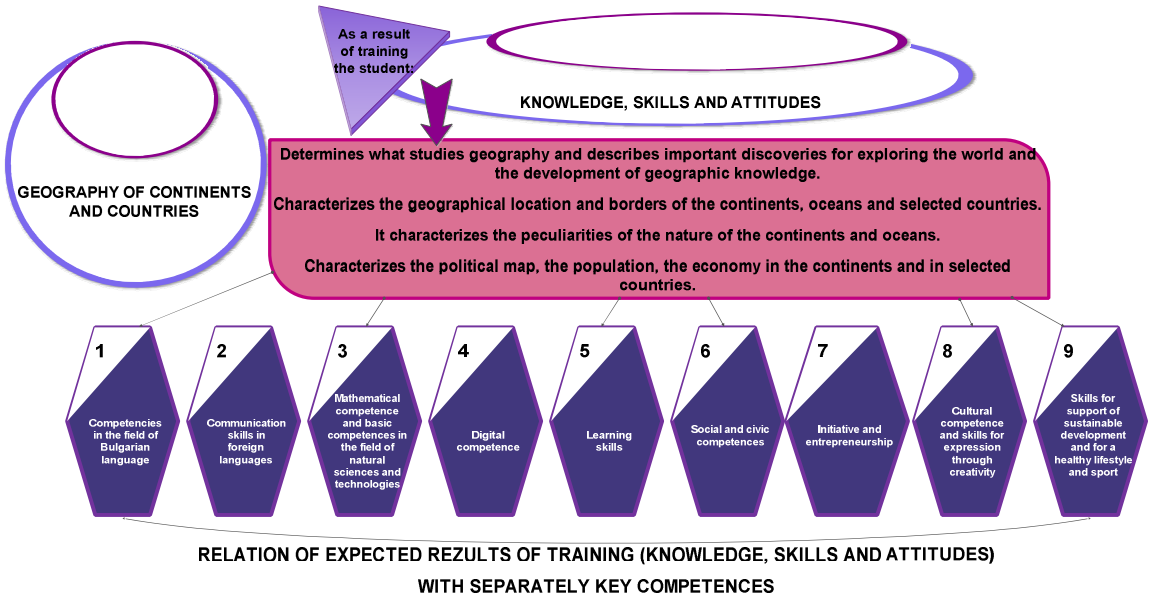


Figure 2 - Macroframe of the expected results in geography and economy at the end of the basic level of education by field of competency „Geography of continents and countries" by DO

2.2. The curriculum for the VII-th grade

The training for acquiring general education preparation in *Geography and economics* is accomplished by curricula in which students' competencies are specified as the expected results of the training for the relevant class. [6]

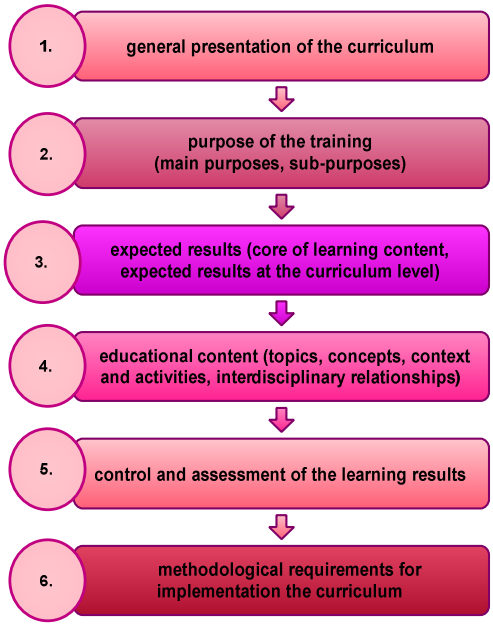


Figure 3 - Structure of the curriculum on „Geography and economics" in VIII-th grade for the school year 2016/2017

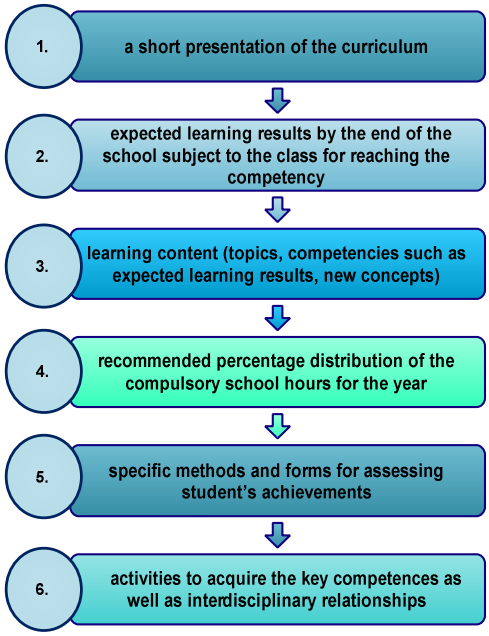


Figure 4 - Structure of the curriculum on „Geography and economics" in VII-th grade for the school year 2017/2018

The curriculum for the VII-th grade is approved by *Order* № РД 09-1093/25.01.2017 and enters into force from the school year 2017/2018. The main purpose of the curriculum is *„aimed at mastering the basic knowledge, skills and acquiring key competences related to Europe, the Balkan Peninsula and Bulgaria"*. [9] The macro-frame covering the *Europe - Balkan Peninsula - Bulgaria*, as well as the overall structure of the course in its regional essence, is preserved. Although that the subject of the Balkan Peninsula is part of the main theme of *Geography of continents and countries*, it is not a focus of research in this article.

The curriculum on *Geography and economics* in VII-th grade has a structure that differs from the applied in Bulgarian school (figures 3 and 4). There are many general steps in the structure and the content part of the two curriculum, but the new curriculum has the following features: integrated with the European reference educational framework and the requirements of international geography training documents; only the main purpose of geographic training is presented; the expected learning results for achieving general education preparation at the end of the class by competency fields – for knowledge, skills and attitudes are contained; the content is decomposed into three components - topics, competences such as expected learning results and new concepts; no context and activities for school content; recommended percentage distribution of compulsory school hours for the school year; specific methods and forms of student assessment; comprehensive framework for activities to acquire key competences; presents interdisciplinary relationships by key competences are presented.

The curriculum consists of three areas of competences - *Geography of the continents and countries*, *Geography of Bulgaria* and *Geographical Information*, each of which has the expected results for knowledge, skills and attitudes from training to achieve general education at the end of the class (figure 5).

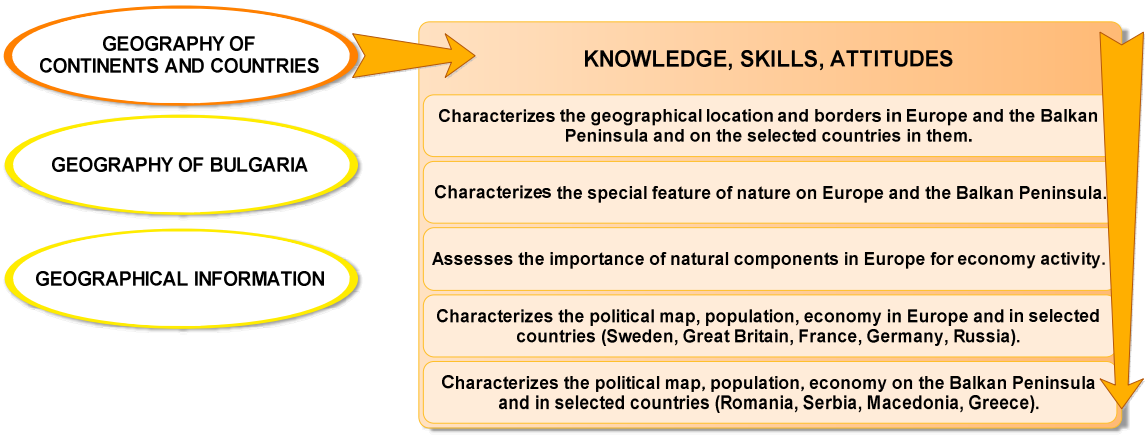


Figure 5- Expected learning results by area of competence „Geography of continents and countries" – VII-th grade

The training includes the **characterization** of geographical location and borders, peculiarities of nature, political map, population and economy of Europe, selected countries or specific countries -

Sweden, Great Britain, France, Germany, Russia. The active verb **assessment** is applied in the context of assessing the importance of natural components in Europe for economic activity. A small part of the learning content by topic is a bearer as an expected result of productivity.

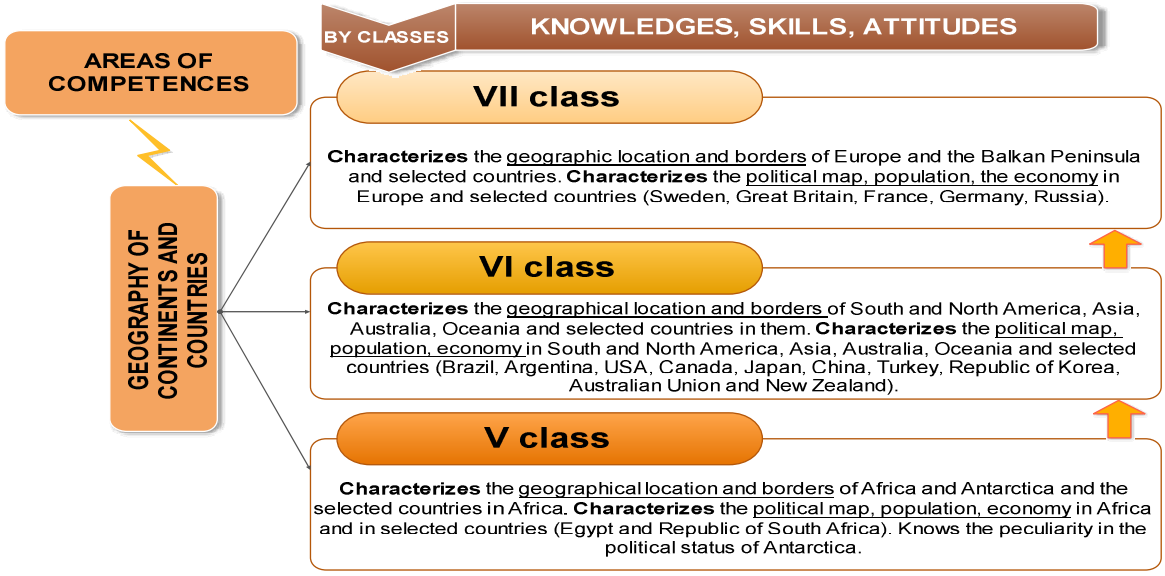


Figure 6- Expected learning results to achieve general education preparation at the end of V-th, VI-th and VII-th grade by field of competence „Geography of continents and countries"

Of the five expected results, four are specifically geared to the *Geography of Europe*. The fifth expected result can be indirectly related to the study of *Europe* because it includes countries from the Balkan Peninsula as part of the European continent.

In studying the expected learning results by *Geography of continents and countries* from the V-th, VI-th and VII-th grade, we present the presence of a one-dimensional model in the characterization of the continent: geography location and borders, political map, population, economy, countries, representatives the continent (figure 6). For each class there are different number of suggested countries for study - in the V-th grade are offered 2 countries, in the VI-th grade - 10 countries, in the VII-th grade - 5 countries. Five European countries - *Sweden*, *Great Britain*, *France*, *Germany*, *Russia* - have been identified in the study of *Geography of Europe*.

Altogether, 11 new concepts are as the main structural component of Europe's geographic content. New concepts on the subject make up 30% of the total number of new concepts in the curriculum. Compared to the other topics on the Balkan Peninsula and Bulgaria, the new concepts as a quantitative indicator are on the second place after the concepts of *Geography of Bulgaria*. The new concepts of geography of the continents and the countries by classes are divided by the following total number of curricula: V-th grade - 15, VI-th grade - 24 and VII-th grade - 11. Explain is the smallest number of new concepts in VII-th grade in *Geography of continents and countries* because it is the end of the educational stage and degree of geographic training and in the previous two classes are placed a bigger number and by meaningful fundamental concepts such as supporting points of

knowledge and a strict logical structure in studying the continents of *Africa*, *Antarctica*, *South America*, *North America*, *Asia*, *Australia* and *Oceania* as well as in the oceans of the Earth.

The single concepts in the curriculum on the training on *Geography of Europe* are a total of 11, compared with 33 in the 2016/2017 academic year. This shows a strong minimization of the number of the new concepts that are predominantly in the field of natural geography.

A total of five topics in the training on *Geography of Europe* do not include new by curriculum concepts: *Geography location, borders, size and coasts of Europe*, *Useful minerals*, *Water*, *Political map* and *Countries in Europe* (figure 7). It is necessary to include more concepts of regional geography, which are key to its study.

The curriculum defines the sequence of topics on the main theme, clearly outlining the algorithm and developing the basic knowledge of continent characterization on algorithm V-th and VI-th grade.

The rule of studying the continent *Europe* follows the example of studying the continent like *Africa*, *South America*, *North America* and *Asia*. The line of procedural design of geographic training is respected in the curriculum. Europe's Geography study rule justifies the selection of the school content from the previous two classes, with the content and its vertical links in the V-th and VI-th grades guaranteeing a general knowledge of the rule, structure and content of the VII-th grade as a construct. The didactic supports of V-th and VI-th grade content are systematized concentrically and linearly, or a mixed model is applied that is most commonly used in European countries.

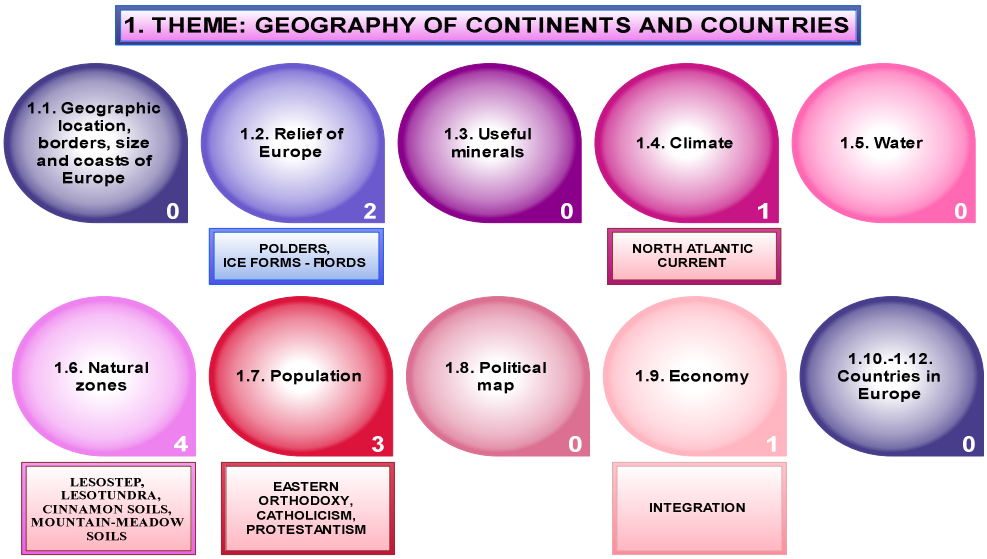


Figure 7- Structuring the curricular content by thematic units and the new concepts in „Geography of Europe" training [9]

The content of the curriculum in the VII-th grade in Geography studies in Europe is orientated ontho-didactic to draw the cognitive potential of students who have basic geographic knowledge and skills from the studied continents - *Africa*, *Antarctica*, *South America*, *North America*, *Asia*, *Australia*, *Oceania* in the previous two classes. Students have a built algorithmic knowledge system for

continents and countries characterization and can apply these skills in the VII-th grade in a new situation and to study the continent of *Europe*.

A leading content line in the study of individual topics can be grouping on the basis of active verbs and attaining competencies as expected learning results. A total of 16 active verbs were used, applied in total 33 times (Table 1).

Table 1- Quantitative dimensions (in absolute terms and relative share) of active verbs and their manifestation by competences as expected results of geography training in *Europe* in VII-th grade (by curriculum)

№	*EXPECTED RESULTS (ACTIVE VERBS)*	*ABSOLUTE TERMS (БРОЙ)*	*RELATIVE SHARE (%)*	COMPETENCES AS EXPECTED RESULTS OF TRAINING
1.	**DETERMINES**	1	3	- geographical location, size and borders of Europe.
2.	**COMPARE**	1	3	- geographical location of Europe and Asia on the map.
3.	**ASSESSES IMPORTANCE**	3	9	- geographical location and coasts; - relief for the development of Europe's economy; - useful minerals as an economic resource.
4.	**APPLIES**	4	12	- on the contour map the names of: the peninsulas - Scandinavian, Pyrenean, Apenninean and Balkan; the islands - Iceland, British, Sardinia, Sicily, Corsica and Crete; the bays - Botanical and Biscay; the seas - North, Norwegian, Barents, Baltic and White; strait - La Manche; - on the contour map the names of the studied relief forms: Pyrenees, Apennines, Alps, Urals, Carpathians, Caucasus, Scandinavian mountains, Eastern European plain, Pricaspian, Central European, Middle Danubian, Lower Danube and Padan lowlands; - on the contour map studied climate belts and areas; - on the contour map studied rivers and lakes.
5.	**CHARACTERIZES**	9	28	- the relief of Europe; - climatic elements and their territorial manifestation; - climatic belts and the mountain climatic region in Europe (including a climatogram); - Europe's waters - the main water catchment area, outflow and no outflow areas; - rivers (Volga, Danube, Rhine, Po) with the help of hydrogram and lakes (Ladoga, Geneva, Balaton); - the natural zones and the mountain area in Europe; - the population of Europe (number, distribution, racial and religious composition, language groups, lifestyle and culture); - the modern economy and the territorial distribution of the main economic activities in Europe; - the countries Sweden, Great Britain, France, Germany, Italy and Russia by a rule.
6.	**KNOWS**	1	3	- typical useful minerals of Europe and their territorial distribution.
7.	**EXPLAINS**	1	3	- factors that influence the climate elements in Europe.
8.	**ASSESS**	1	3	- water as a condition of life and a factor for economic activity.
9.	**COMPOSES**	1	3	- route to a mentally journey into the natural zones of Europe.
10.	**PRESENTS**	2	6	- the natural zones and the mountain area in Europe in different forms (text, poster, presentation); - a selected country in Europe in different forms (text, poster, presentation).
11.	**EXPRESSES OPINION**	1	3	- the need to protect the nature of the continent.
12.	**GIVE EXAMPLES**	2	6	- for typical problems of the population - aging, migrations; - for tolerance and mutual respect among the people.
13.	**DESCRIBES**	2	6	- coasts on the map; - the modern political map of Europe.
14.	**GROUPS**	2	6	- countries in Europe by geographic location, size, number of population and a form of management; - countries by territorial sign: countries in Northern, Western, Middle, Southern and Eastern Europe.
15.	**PRODUCES**	1	3	- political map of Europe on a contour map.
16.	**CHOOSES**	1	3	- the importance of economic integration for the economic development of Europe.
		33	**100**	

The highest frequency of application is the active verb **characterized** (9 times), which covers the characteristics of relief, climate, water, natural zones, population, economy and countries. Students can use the lessons learned in new and specific situations - rules, principles, facts, methods, theories designed to study the new continent *Europe*. The continent of *Europe* is studied through the unification and the interconnections between the general and the regional part based on the system of *nature - society - economy*.

The most applicable in the curriculum by themes are the active verbs on conceptual knowledge (Table 2). Through active verbs of understanding and application, students form knowledge, skills and attitudes between the different parts of the overall structure in the algorithm for the continent, assisting the knowledge of the unified whole - *Geography of Europe*. The active verbs are used for understanding - it *explains*, *gives examples* and *understands*, and for application - *draws*, *characterizes*, *compiles*, *presents*, *produces*. [1, 2] These active verbs provide the opportunity to apply knowledge and skills to other circumstances, new situations and problem solving or finding procedures. Through them, the planning of the actions, the transformation of the theoretical foundations into practical projection is realized.

Presenting the natural zones and countries requires presentation skills through text, poster or presentation. Students are aimed at developing skills for independent work; working, collecting, receiving, processing, interpolating and presenting the information from different sources; work with ICT and the Internet; developing competences and learning skills; digital competences; competence in the field of Bulgarian language; skills for expression through creativity; initiative; generation and selection of alternatives, etc.

The active verb **applying** has been applied 4 times by developing the cartographic knowledge, skills and competencies of V-th and VI-th grade students as a conceptual idea of a multilayered process. The basic requirements to the students are united around the contour map work and the applying on the map of the names of peninsulas, islands, bays, seas, streams; the names of the studied forms of relief - mountains, plains, lowlands; application of studied climatic belts and areas of rivers and lakes.

The active verbs for the formation of cartographic skills are relevant to the three phases of their formation. [3] In studying the continent, *Europe* requires the perception of token symbols, verbal and numerical interpretations, as well as the reproduction of the objective reality. Phase unity has been achieved by applying over the contour map of objects and their name, making a political map of *Europe* on a contour map; drawing up a mental journey route in the natural zones of *Europe*; characterizes rivers (Volga, Danube, Rhine, Po) with the help of hydrogram and lakes (Ladoga, Geneva, Balaton); characterizes climatic belts and the mountainous climatic region in *Europe* (including a climatogram), etc. The application of these active verbs increases the practical and applied character of geography in the VII-th grade of the primary education stage. Relevant to development of cartographic culture and literacy is the comparison of *Europe* and *Asia* on the map.

Table 2- Allocation of active verbs to define competences such as the expected learning outcomes of Geography of Europe [by curriculum)

ACTIVE VERBS - THEME: „GEOGRAPHY OF CONTINENTS AND COUNTRIES" (EUROPE)	LEVELS OF ASSIMILATE					
	FACTUAL KNOWLEDGE	CONCEPTUAL KNOWLEDGE		PROCEDURAL KNOWLEDGE	METACOGNITIVAL KNOWLEDGE	
	KNOWLEDGE	UNDERSTANDING	APPLICATION	ANALYSIS	SYSTEMATIZATION	EVALUATION
1.1. Geographic location, borders, size and coasts of Europe	FACTUAL KNOWLEDGE determines describes	CONCEPTUAL KNOWLEDGE	applies	PROCEDURAL KNOWLEDGE compares	METACOGNITIVAL KNOWLEDGE	assesses importance
1.2. Relief of Europe	KNOWLEDGE	UNDERSTANDING	APPLICATION applies	ANALYSIS	SYSTEMATIZATION	EVALUATION importance
1.3. Useful Minerals	knows					assesses importance
1.4. Climate	determines describes	explains	characterizes applies	compares		assesses importance
1.5. Water			characterizes applies			assesses
1.6. Natural zones	knows		characterizes composes presents			assesses opinion importance
1.7. Population		give examples	characterizes			
1.8. Political map	describes		produces			groups
1.9. Economy		understands	characterizes			assess
1.10.-1.12. Countries in Europe			characterizes presents			groups expresses opinion
1.7. Population		give examples	characterizes			
1.8. Political map	describes		produces			groups
1.9. Economy		understands	characterizes			
1.10.-1.12. Countries in Europe			characterizes presents			groups

An essential moment in training for *Europe* is to **give examples** related of population issues and mutual respect and tolerance among people, such as projections of education law and the main purposes of school education. [4] The examples given below for a theme of *Population* are also a reflection of the DOS's specific purposes of forming a moral-aesthetic values aimed at understanding some people's problems, realizing the need for cooperation and respect among them. [6]

The other group of active verbs with a bigger frequency of application are from the field of metacognitive knowledge and **groups**, **assessing** and evaluate the meaning, **expresses opinion**. Active verbs were introduced with purpose to develop personal strategic knowledge about attitudes and values for realization geographic tasks - assessing the importance of geographic location and coasts, the relief for the development of Europe's economy, the mineral resources as an economic resource, and water as a condition of life and a factor for economic activity.

Three are the main aspects of active verbs in training for countries in *Europe*: **grouping countries on a territorial basis**, **characterizing a country as a rule** and **representing a country** through different forms (text, poster, presentation) - figure 8.

Countries in *Europe* are studied on a regional-typological principle. The curriculum identifies the grouping and learning of the countries to be territorial - *Northern*, *Western*, *Middle Southern* and *Eastern Europe*. There are clearly defined the countries which have to be studied as a rule - a total of

6 countries. An opportunity is provided for students to represent a selected country in a different form.

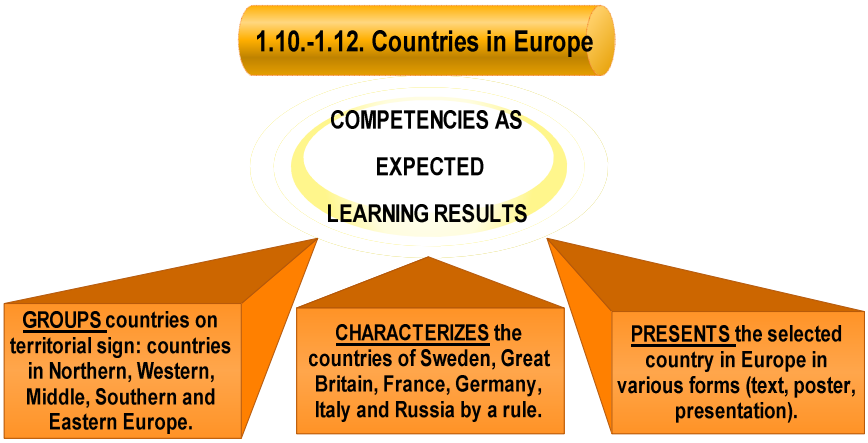


Figure 8 - Competencies as expected results in learning the countries in Europe [by curriculum]

A new element in the structure of the curriculum in the Bulgarian school is the recommended percentage distribution of compulsory school hours. In the VII-th grade, in learning the *Geography of Europe*, learning hours for new knowledge, exercises (activities), summary and control work are applicable in the new realities (figure 9).

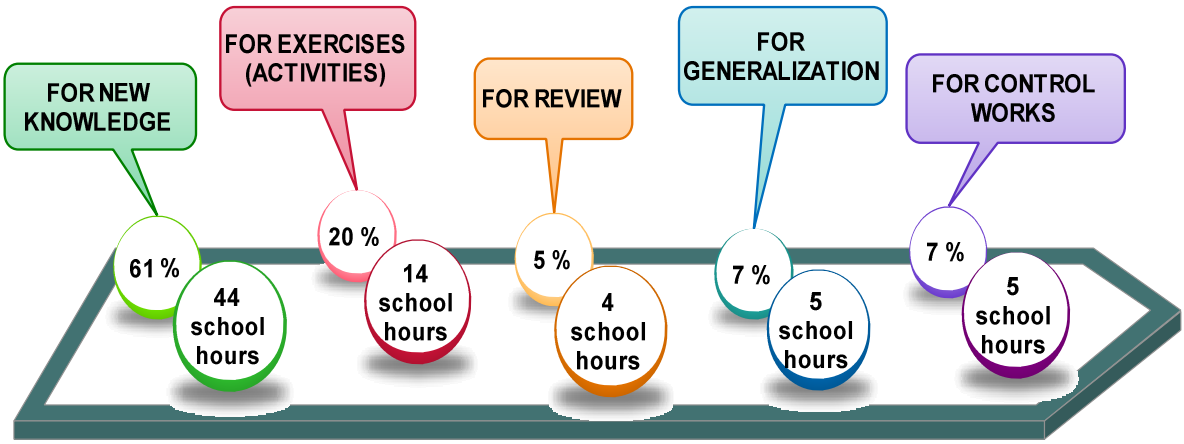


Figure 9 - Recommended percentage of compulsory school hours – VII-th grade [by curriculum]

The study of *Geography of Europe* in the VII-th grade is constructed on the basis of expanded vertical links of V-th and VI-th grade, which develop students' knowledge, skills and attitudes at the graduating regional course (figure 10). Curricula ensure consistency and interconnection of structural components. [7, 8, 9]

A new moment in the curriculum on *Geography and economics* in the VII-th grade is the

additional clarifications on the necessary conditions for achieving the geographic training purposes in learning geography in conducting **study trips**. The opportunities that should be given to the students during the excursion are clearly regulated (figure 11).

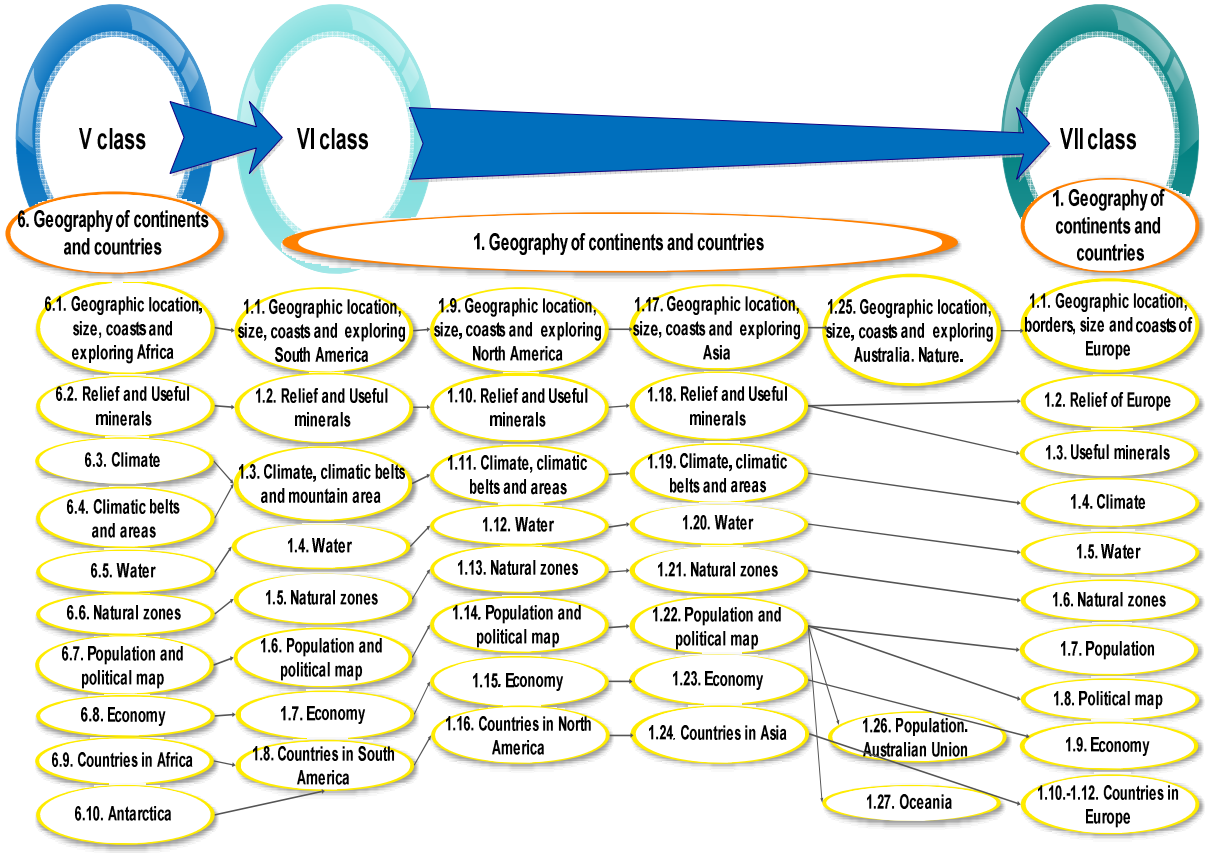


Figure 10 - Vertical-links model for „Geography of Europe" – VII-th grade [by curricula]

The new realities in the teaching *Geography of Europe* are defined **activities to acquire key competencies** (figure 12). General education preparation activities are identified in accordance with the key competency groups of the European reference framework. Through the specific activities in the curriculum on the individual key competences, interdependence is achieved by forming a unified *„set of knowledge, skills and attitudes necessary for the individual's of the person development throughout life, for building an active civic position and participation in social life, as well as its suitability for realization on the labor market."* [6]

General education preparation is carried out by learning 20 school subjects in the nine groups of key competencies. The activities in the geography curriculum in the VII-th grade are set at the level of key competency in geography, as part of the group of social and civic competencies are in a total of six groups. Two groups are not included in the curriculum - *language communication* and *initiative and entrepreneurship*, notwithstanding the presence of indicators for their presence in the curriculum,

namely in the teaching *Geography of Europe*. Activities are inductively connected with geographic content and contribute for building others key competences specified in the respective curriculum for the VII-th grade. In total, activities can be grouped into two groups - *general* and *specific*, predominantly those in the second group:

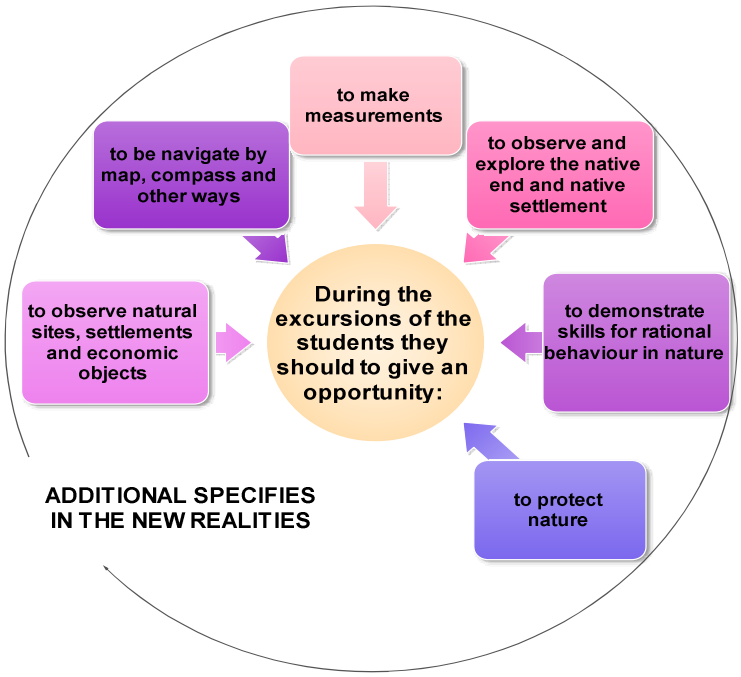


Figure 11 - Achieving the purposes of „Geography and economics" training through excursions

- ***common*** - indicates and proves with examples; expresses generalizes conclusions; knows basic concepts, regularities, processes and phenomena; collects systematically, organizes and describes data and presents them in various ways (charts, tables, maps, boards, etc.); uses information technology for searching, collecting, presenting and exchanging information; self observing and supervising classmates, exercising self-control in didactic and/or communicative tasks, and learning to identify their own strengths and weaknesses, their own learning styles; gathers, selects, retrieves information from various sources; works with all the elements of the textbook; compiles a short plan; knows rules for prudent behavior in various life situations and during a natural disaster; points to examples of tolerance and mutual respect among people; understands the need to protect the environment;
- ***specific*** - naming, defining, describing, explaining, comparing, grouping, characterizing (describing and explaining essential features and peculiarities) geographical objects, processes and phenomena; compiles in a certain capacity of answer to a geographic question and text of a mental journey; expresses opinions on geographic questions; read a

geographic map, compare and analyze a climatogram, a hydrogram, a column and a circle diagram; compare, group, define the meaning, characterize (as a rule) geographic objects, processes and phenomena, summarize, provide evidence-based answers; expresses opinions on geographic questions; drawing routes and geographic objects on a contour map; oriented in nature using a map and a compass; observe natural objects and phenomena; calculates distances and average density; defines geographic coordinates; observe and study the native end and native settlement; understands the notion of economic integration; compares representative countries in *Europe*; points to major environmental issues; describes protected areas in Bulgaria. [1]

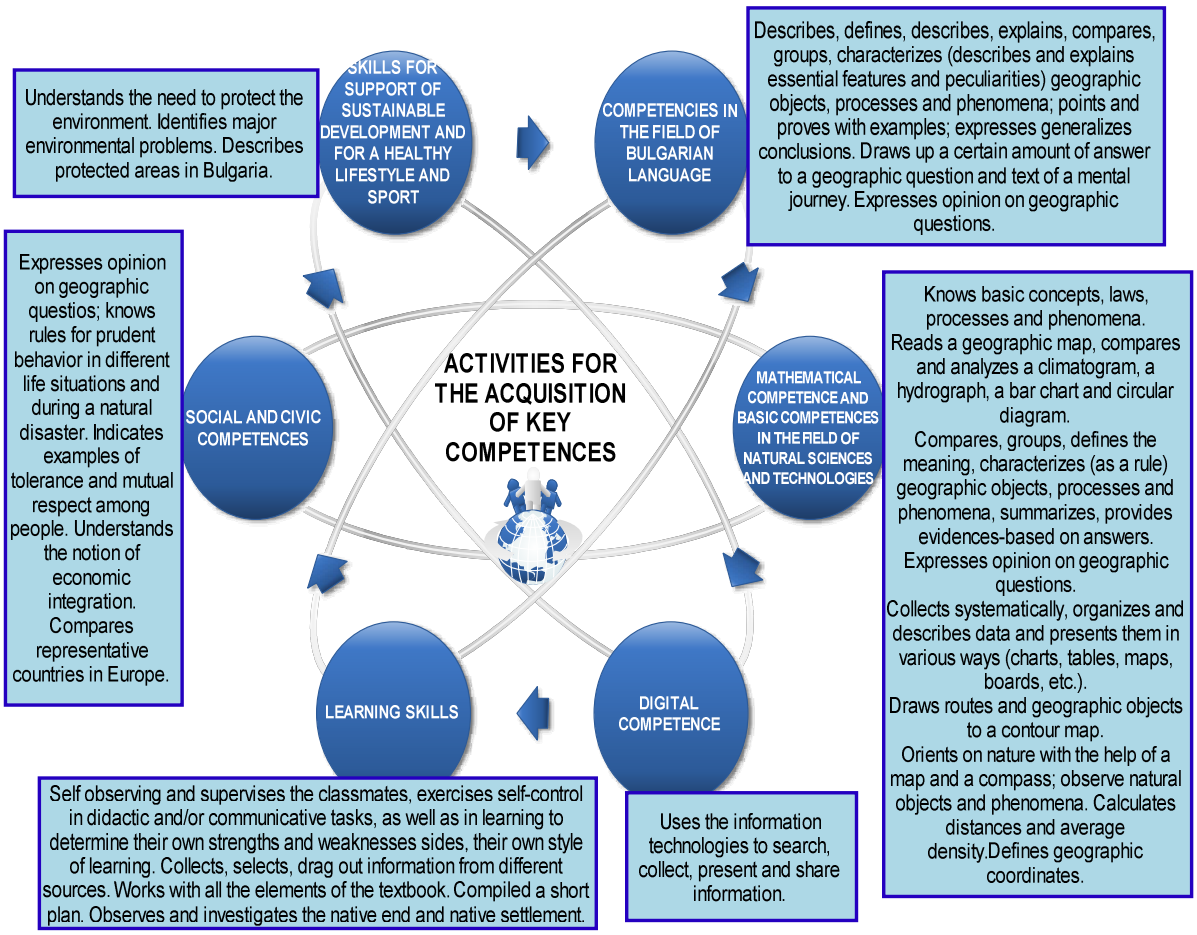


Figure 12 - Activities for the acquisition of key competences in „Geography and economics" in VII-th grade

The main focus of the curriculum for the VII-th grade in the system process of learning is the student, the purpose and the content imply expression of personal opinion, assertion of a reasoned position and relation to geographic questions. The curriculum provides an up-to-date model for shaping and perceiving geographic knowledge in a system by identifying its own strengths and weaknesses, its own learning style. The formation of social competences, a value system and the

stimulation of analytical and critical thinking are the focus around which a psychological-didactical foundation is created for the development of the modern personality of the student.

New accents in the teaching of geography in VII-th grade are:

- ☞ uses the information technology;
- ☞ self observing classmates, exercise self-control in didactic and/or communicative tasks;
- ☞ learning with purpose to identify the personal strengths and weaknesses of individual learning style;
- ☞ works with all the elements into the textbook;
- ☞ observe and study the native end and native settlement;
- ☞ expresses opinions on geographic questions. [9]

New content accents are placed on the level of pupils' age specificities, and this learning content has so far been studied in VIII-th grade. At the level of geographic literacy by curriculum, it is combined in a total of three years of training compared to existing curricula in which geographic literacy is allocated for formation in four school years. The reduction of the educational stage as a geography study period reflects on the overall on the teaching of geography, on the formation of geographical literacy and culture.

The interdisciplinary relationships under the new curriculum have been significantly increased such as number and content with a specific content framework on key competencies. For each interdisciplinary relationships, the name of the school subject matter and its activities through which it can be realized is defined (figure 13).

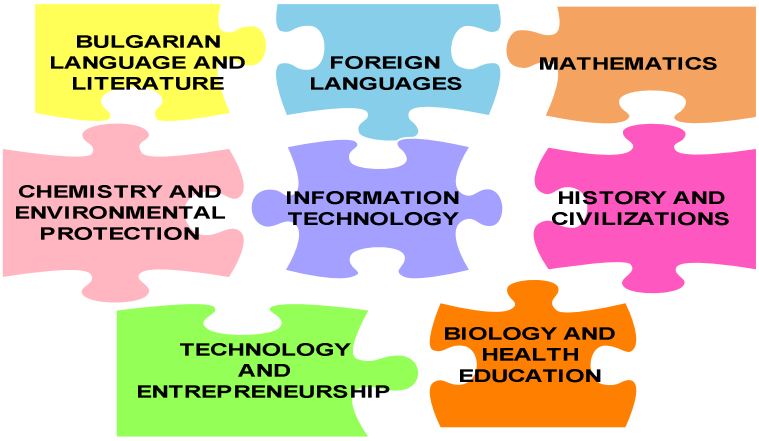


Figure 13 - Interdisciplinary relationships in „Geography and economics" – VII-th grade [by curriculum]

The interdisciplinary relationships consist of a total of eight school subjects and are divided into key competences - *Competencies in the field of Bulgarian language; Communicating in foreign languages; Mathematical competence and basic competences in natural sciences and technologies; Digital competence; Learning skills; Social and civic competences; Initiative and entrepreneurship;*

Skills for support sustainable development and a healthy lifestyle and sport. The basic skills that pupils aim at developing interdisciplinary relationships are skills for: working with different types of text; searching, finding and processing information on specific topics in the global network; prepares multimedia presentations, reports and messages using word processing programs; skills for working with a terminological dictionary and using the basic concepts; skills for linguistic and digital literacy; mapping skills; skills to work with different types of maps in *Europe*; skills to work in team; carries out marketing research and produces promotional materials for company presentations; skills to build diagrams and interpret data. [9]

The interdisciplinary relationships presented aim at developing the reading technique and written culture of the students, enriching the language culture; expanding and deepening intercultural competences; building understanding of norms of behavior, ways of interacting national cultural identity and European identity; understanding the importance of equality, security and tolerance in the public life of the country by forming attitudes to coexistence of people from different religious and cultural communities.

An important moment is accentuating preparation and participation in discussions on geographic questions, as well as building attitudes towards initiative, activity, independence and innovation in private and public life. Another aspect of the realization of the interdisciplinary relationships is the environmental education and training of the students, focusing on the use of knowledge about environmental pollution, illustrating examples of negative consequences for the nature from unreasonable human activity, as well as realizing the necessity of preserving and conservation biodiversity.

The new *Geography and economy* curriculum, which will be in force since 2017/2018 school year, contains information for the *specific methods and forms for assessing pupils's achievements*. In fact, there is no specific for the methods and forms of assessment like these are contained in the current curricula. Only the ratio in the form of a term and annual assessment is regulated (figure 14).

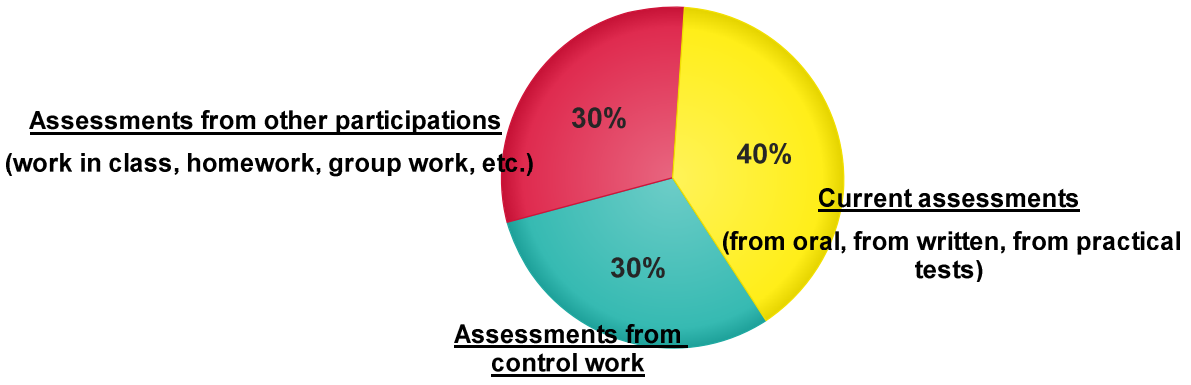


Figure 14 - Correlation of the formation of a term and an annual assessment – VII-th grade [by curriculum]

Upon completion of the basic education, it is conditional conclusion of the formation of the foundations of the geographic culture is also posed to the pupils in the lower secondary education

stage as part of the general culture of understanding and reasonable activity in the geographical area at the regional, national and local level is established.

3. Conclusion

The article introduces the new curriculum project and the specific place and role, knowledge and learning content, structure and activities of *Geography of Europe* or the Bulgarian view of the *Geography of Europe* in the secondary school. Through conceptual and content-analysis are presents the advantages and disadvantages of the new curriculum project in its part - *Geography of Europe*. The study of the continent of *Europe* in the new educational conditions is chronologically compared with its current study and current curriculums.

From the analysis of the regional projection of V, VI and VII-th grade, we conclude that the regional courses predominate in the geographic education of the base secondary stage. The study of the continent *Europe* (including the Balkan Peninsula) is the last in the VII-th grade, which ends the regional part.

The *Geography of Europe* is studied by a mechanical pattern known to the students from the previous two classes in which the other continents and countries are studied. This didactic concept can have the opposite effect in studying the rules and the unity in studying the continent and the country, leading to the stereotyping of the structure of the school content.

The study of *Geography of Europe* in the new realities is designed on normative documents, world educational trends, public needs, and a combination of traditional and innovative models for geographic education.

Bibliography

1. DERMENDZHIEVA, S., SABEVA, P., DIMITROVA, B. (2010) Geografiya I obrazovanie. Metodika na obuchenieto po geografiya, I chast. V. Tarnovo, Univ. izd. Sv. sv. Kiril i Metodiy.
2. DERMENDZHIEVA, S., SABEVA, P., DIMITROVA, B.. (2012) Urokat po geografiya. Metodika na obuchenieto po geografiya, II chast. V. Tarnovo, Univ. izd. Sv. sv. Kiril i Metodiy
3. DERMENDZHIEVA, S., SABEVA, P.. (2013) Kartografskata kultura kato konstrukt na geografskoto obrazovanie v balgarskoto uchilishte. – In: Sbornik nauchni trudove ot Vtora mezhdunarodna nauchna konferentsiya „Geografski nauki I obrazovanie", Sh., UI „Episkop Konstantin Preslavski", p. 223 – 230.
4. ZAKON za preduchilishnoto I uchilishnoto obrazpvanie, Republic of Bulgaria.
5. Naredba № 4/30.11.2015 za uchebniya plan.
6. Naredba № 5/ 30.11.2015 za obshtoobrazovatelnata podgotovka.
7. Uchebna programa po geografiya i ikonomika za V klas (obshtoobrazovatelnata podgotovka).
8. Uchebna programa po geografiya i ikonomika za VI klas (obshtoobrazovatelnata podgotovka).
9. Uchebna programa po geografiya i ikonomika za VII klas (obshtoobrazovatelnata podgotovka).

LEMOS, P.; ROCHA, J. ; RIBEIRO, M. (2018). *À caça dos problemas da cidade do Porto: a importância do Ordenamento do Território na perspetiva dos pequenos cidadãos.* The overarching issues of the european space- preparing the new decade…, Porto, Fac. Letras Univ. Porto. pp. 72 -83

À CAÇA DOS PROBLEMAS DA CIDADE DO PORTO: A IMPORTÂNCIA DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA PERSPETIVA DOS PEQUENOS CIDADÃOS

Paulo Manuel Costa LEMOS
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
pmlemos@letras.up.pt
Júlio Filipe Seixas da ROCHA
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
jfiliperochaa@gmail.com
Maria Salomé Fernandes RIBEIRO
Escola Secundária António Nobre
salomeconde@gmail.com

Resumo

O projeto *PROM@T'TEEN*, inserido no currículo da disciplina de Geografia, cujas matrizes assentam na temática do Ordenamento do Território e das Cidades Sustentáveis e Inclusivas, apresenta-se como uma importante contribuição dos alunos do 8º ano da Escola Secundária António Nobre para o Ordenamento da Cidade do Porto.

Através das aulas de Geografia, estes foram acicatados a procurar na sua comunidade os "problemas urbanos da cidade": através da sua identificação, elaboraram o seu respetivo "B.I." e foram desafiados a tecer considerações e sugestões para os mitigar ou até erradicar, indo ao encontro de um ambiente mais valorizado e de uma sociedade mais inclusiva e equitativa. São estes alunos, mais do que nós, que vos alertam que o paradigma do Desenvolvimento Sustentável é (ou pode ser) a resposta de que necessitamos!

De facto, não podemos mostrar-vos soluções concretas e concretizáveis para os problemas identificados, até porque, esse, não é o nosso propósito. Pretendemos, sim, que a nossa voz seja ouvida como um apelo consciente às entidades competentes pela gestão da cidade do Porto: ao utilizar o Ordenamento do Território podemos e devemos definir e delinear novas estratégias de organização e planeamento do mesmo, uma vez que o grande desafio que se visa para o futuro (e mesmo para as políticas de Ordenamento do Território atuais) é o de saber como perspetivar para estas áreas, um modelo de ocupação estável, procurando novos equilíbrios dos ecossistemas, e destes com as dinâmicas económicas e com as vivências sociais, promovendo uma valorização e reconhecimento da importância do território como um espaço de vivências, mais do que um simples espaço geográfico de suporte às atividades económicas exploradas pela Humanidade.

Palavras-chave: Geografia; Didática; Ordenamento do Território; Cidades Imaginárias

Abstract

The project *PROM@T'TEEN*, inserted in the curriculum of the discipline of Geography, whose matrices are based on the Territory Planning and Sustainable and Inclusive Cities, is an important contribution of the 8th grade students of the António Nobre High School to the Planning of the City of Porto.

Through the Geography classes, they were encouraged to look in their community the for "urban problems of the city": through their identification, they elaborated their respective "B.I." and were challenged to make considerations and suggestions to mitigate or even eradicate them, going to a more valued environment and a more inclusive and equitable society.

It are these students, more than us, who warn you that the Sustainable Development paradigm is (or may be) the answer we need! In fact, we can not show you concrete and concretizable solutions to the problems identified, because that is not our purpose.

We want our voice to be heard as a conscious appeal to the competent entities for the management of the city of Porto: when using the Territorial Planning we can and should define and delineate new strategies of organization and planning of the same, since the great challenge for the future (and even for the current Land Use Planning policies) is to know how to develop a stable occupation model for these areas, looking for a new equilibrium of the ecosystems, and these with the economic dynamics and the social experiences, promoting a valorization and recognition of the importance of the territory as a living space, more than a simple geographic space to support the economic activities exploited by humanity.

Keywords: Geography; Didactics; Territory Planning; Imaginary Cities;

1. Introdução

A Geografia é talvez uma das disciplinas mais importantes do *Curriculum* da Ensino Básico, pois possibilita à nossa comunidade estudantil desenvolver a sua capacidade critica e reflexiva sobre a realidade e os problemas inerentes ao seu quotidiano, incentivando-os a uma tomada de consciência sobre as responsabilidades, os direitos e deveres sociais, com o objetivo de efetivamente tornar os nossos estudantes *agentes da mudança* desejáveis e necessários para a sociedade contemporânea.

Em prol disso, o projeto *PROM@T'TEEN* tem, a nosso ver, uma mensagem muito clara, objetiva e perturbadora que ousamos já vos desvendar: mais do que nunca, compreende-se hoje que os padrões de ocupação do território estão contínua e dinamicamente a mudar, germinando transformações ambientais, sociais, económicas, políticas e culturais que inevitavelmente influenciam as concentrações populacionais, o despovoamento, a segregação e a coesão territoriais... Isto é, afetam o potencial ecológico, paisagístico e produtivo do território, num caminho inquietante! Porque, mais do que o presente, o que nos atormenta é o futuro: como viveremos, se nada mudarmos?

A estes pensamentos certamente ninguém saberá responder com certezas, apenas pode-se construir cenários que se poderão ou não concretizar. Contudo, o que é certo, é que se quisermos sobreviver num planeta fragilizado e prejudicado pelas nossas ações e pelo nosso padrão de desenvolvimento e consumo atuais, devemos assegurar a preservação dos recursos naturais limitados (Lopes,1996) e simultaneamente valorizar os espaços (urbanos) existentes, mais do que aqueles que estão pensados ou previstos para o futuro (Madureira, 2005). Ou seja, mais que planear e usar, devemos ordenar e desfrutar!

Assim, e socorrendo-nos da Geografia, como disciplina norteadora na compreensão do território, pretendemos, mostrar-vos a forma como os nossos pequenos cidadãos conseguem ter já uma visão territorial que lhes permite identificar os problemas que afetam o seu território, e propor medidas para os resolver e valorizar o desenvolvimento económico-social, a gestão dos recursos naturais e humanos e a preservação do património, pois acreditamos de forma veemente que as nossas crianças têm a capacidade de modificar e de transformar mentalidades, de disseminar novas formas de explorar, usar e de gerir os territórios em que estão inseridos. Através delas, e com elas, bem como com a ciência geográfica ao seu lado, cremos que a nossa mensagem será entregue e explorada com os seus

familiares, amigos e vizinhos, que, em conjunto, têm o *dom* de fazer muito com gestos tão pequenos e simples, cujo resultado final é, por si só, grandioso, quando falamos de um território que é de todos.

2. (Breve) Revisão da Literatura Científica

> "*A organização do território não prescinde do planeamento, mas pode ser vítima dele quando este se processa segundo ideias erradas e dogmáticas que se transformam em factores de desordem*!"
>
> (Fernando Santo, 2006, Bastonário da Ordem dos Engenheiros)

São muito poucos, na verdade, aqueles que perspetivam o Ordenamento do Território como uma das práticas mais importantes e vitais atuais. Traduzindo-se, grosso modo, na gestão equilibrada e sustentável da interação homem e espaço natural, o Ordenamento do Território consiste no planeamento das ocupações, no potenciar do aproveitamento das infra-estruturas existentes e no assegurar da preservação dos recursos naturais, principalmente aqueles que são limitados (Amado, 2007; Campos e Ferrão, 2015).

Nesta medida, as contínuas e, por vezes, profundas transformações que os padrões de ocupação do território, quer europeu, quer nacional estão sujeitos, instigam, de forma inequívoca, transformações sociais, económicas, culturais e políticas que influenciam as concentrações populacionais, o despovoamento, a segregação e a coesão territoriais, atualmente considerados os grandes desafios impostos ao Ordenamento do Território (Alves, 2001). Face ao exposto, é curioso reparar-se que só nestas duas primeiras décadas deste novo milénio em que vivemos, se assistiu ao acentuar do fenómeno da expansão incontrolada e desordenada das principais cidades portuguesas (sobretudo Lisboa e Porto que comportam na sua dimensão as duas únicas e grandes áreas metropolitanas nacionais) e da ocupação dispersa das extensas áreas periurbanas, que acabaram por fragmentar espaços e afetar o potencial ecológico, paisagístico e produtivo dos territórios. Como vários autores o puderam frisar, este processo de expansão urbana atual, incontrolada e desordenada, tem sido responsável por ocasionar inúmeros impactes ambientais, referentes à qualidade de vida urbana. Aliás, possui, já, vários efeitos negativos, afectando, na grande maioria das vezes, as características e aptidões de territórios específicos, onde hoje começam a proliferar paisagens marcadamente urbanas (Silva *et al*., 2012).

Assim, é natural compreender-se que em qualquer «*urbe*» (portuguesa ou internacional), as funções urbanas, com características muito particulares, acabam por interagir entre si, criando, por vezes, problemas que necessitam de ser (re)pensados, discutidos e, numa última instância, resolvidos (Amado, 2001). São diversos os tipos de ocupação do homem no território; são diferentes os usos impostos ao solo. São variados os aglomerados humanos resultantes, diferentes em dimensão e em características, justificando-se e sendo ao mesmo tempo razão das utilizações que se estabelecem no território (Lopes, 1996). São, por isso, desafios que marcam as vivências urbanas atuais e que espelham a forma como planeamos o território; como o organizamos e, sobretudo, como nos apropriamos dele e o utilizamos, pois

funções como a agricultura ou a indústria, o comércio ou os serviços encontram no tipo de aglomerado os argumentos para o seu estabelecimento, moldando e transformando a forma destes, estabelecendo relações de cumplicidade e de reciprocidade. São modos de ocupar o território, distintos nos seus conceitos e finalidades, que se complementam, sustentando aquilo a que nos atreveríamos a designar de "*colonização humana*". Os aglomerados humanos, sendo todos eles diversos e complexos nas suas razões território (Lopes, 1996). Falamos, por exemplo, daquilo que é hoje a Grande Área Metropolitana do Porto, nosso caso de estudo, marcada por uma densidade populacional exacerbada que tem tornado extremamente difícil a aquisição de uma qualidade de vida boa e impossibilitado uma gestão urbana que se deseja equilibrada; por grandes vias de circulação e de comunicação, que (inter)ligam diferentes lugares e que permitem que diferentes funções se (cor)relacionem e se articulem com outros locais importantes da cidade, tais como os parques, as praças e, ainda, as pracetas, considerados pela comunidade científica como espaços (re)pensados para sustentarem momentos de (con)vivência e de lazer. Espaços, estes, que existem, curiosamente, em quase todos os bairros e quarteirões, cujos prédios organizam a lógica da habitação na estrutura urbana e que, simultaneamente, são perspetivados como elementos que definem um desenho invulgar e característico de cada «*urbe*». Um desenho próprio das «*gentes*» que, nalgum momento da sua vida, marcaram a forma de o ocupar, de o organizar e de o viver.

É por isso que o Homem assume uma centralidade unívoca nestas questões. Hoje, aliás, seria impensável falar-se nas problemáticas aqui retratadas, sem que se tomasse consciência e se compreendesse a importância vital dele na transfiguração das paisagens e dos lugares, julgando-se, assim, que as alterações que celebra, por mais pequenas, simples ou ínfimas que possam ser, terão, incontestavelmente, repercussões que influenciam e desequilibram a estrutura que é o Ordenamento do Território, até porque o Homem, na sua localização, nas atividades que gera e que pratica, e em todo o seu quotidiano está indiscutivelmente envolvido na génese e no destino do ordenamento e planeamento territoriais (Campos e Ferrão, 2015). Por isso é que na atualidade, a Humanidade tem vindo a preocupar-se com a utilização e gestão racional e sustentada dos recursos naturais existentes (principalmente, os de carácter finito), procurando, também, estabelecer normas, cânones ou, se quisermos, regulamentos (com é o caso do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território – PNPOT) para as ocupações que celebra no território, sempre com o objetivo último de qualificar a sua própria vida e de salvaguardar o ambiente. Trata-se, por isso, de (re)valorizar ou de preservar o património natural, cultural ou construído, de prever e de ordenar as transmutações e as dinâmicas dos aglomerados populacionais, de estabelecer o equilíbrio necessário a uma evolução sustentada para as ocupações antrópicas (Campos e Ferrão, 2015).

É certo, e não poderemos deixar de o salvaguardar que, cada passo dado no sentido da preservação do ambiente natural, cultural, histórico e, até mesmo, arquitectónico, quer seja no sentido estrito do conservadorismo ou simplesmente baseado em premissas de gestão equilibrada e consciente de território e dos recursos nele existentes, tem que, para que possa ser correctamente executado, ser acolhido pelas comunidades que pretende servir ou que, de outro ponto de vista, são por essas medidas

reguladas e condicionadas (Crespo,1997). Por isso mesmo, é que nos últimos anos, a política de Ordenamento do Território nacional tem vindo a incentivar, cada vez mais, a participação ativa e cívica das populações nestas questões, para que compreendam e colaborem nas medidas que tendem a um ordenamento cada vez mais sustentável do(s) «seu(s)» território(s). Para que isso se concretize, para que se estude e compreenda os problemas complexos que afetam atualmente as nossas cidades e para que se justifique, de forma razoável e coerente, a vivência das populações e a sua forma de ocupar e usar o território, é necessário percebê-los e compreender as suas influências na lógica do ordenamento: a economia e a gestão, a geografia e a geologia, a sociologia e a etnografia, a arquitectura e o urbanismo são alguns dos muitos saberes que deverão contribuir para a definição de princípios de ordenamento coerentes e inscritos na realidade da região.

Em suma, é compreensível que este é e será sempre um processo dinâmico e ativo, onde as premissas que o constituem estão constantemente a evoluir, a transformarem-se, obrigando, por isso mesmo, a constantes, necessárias e preciosas reavaliações, muitas vezes, devido a modificações efectuadas em consequência das próprias medidas de planeamento para o território. Foi, aliás, com este intento, o de se conseguir gerir de forma qualificada o território em que vivemos, tirando o partido máximo das suas potencialidades, usando os seus recursos sem os extinguir, na consciência que a Terra em que vivemos, o seu ambiente, a sua natureza são, fundamentalmente, património das gerações vindouras, que os nossos alunos do 8º ano de escolaridade quiseram ofertar o seu contributo que a seguir vos apresentaremos.

3. Objetivo(s)

A Geografia assume um papel estrutural na educação dos nossos alunos. Se por um lado, os mune de uma perspectiva e consciência globais, que os conduz a aperceberem-se dos dilemas e dos problemas urbanos, regionais, nacionais e, até mesmo, internacionais e multiculturais que afetam os territórios com que interagem; por outro, dota-os das ferramentas imprescindíveis para a sua compreensão, estudo e resolução.

Assim sendo, o grande objetivo deste projeto é consciencializar os nossos estudantes do 8º ano de escolaridade de que a cidade precisa de nós e que estes têm o dever de a ajudar, tornando-se, assim, cidadãos ativos, reivindicativos e intervenientes. Para isso, foi nossa intenção, revelar-lhes, com este projeto que, para cada problema sinalizado por si, a solução (ou as soluções) e as oportunidades à dinamização desse mesmo espaço, respeitando sempre os princípios do Ordenamento e Planeamento do Território, por eles estudados nas sessões de Geografia, eram possíveis e concretizáveis. Para além deste propósito foi, ainda, nossa intenção contrariar a focalização dos jovens de hoje nas tecnologias e incitar a observação do espaço de vivência.

4. Metodologia(s)

O projeto iniciou-se quando os estudantes, agrupados em 4 elementos procederam à inventariação de locais problemáticos do seu trajeto pendular casa-escola, na cidade do Porto (*Figura 1*): através da recolha de coordenadas geográficas, com recurso à aplicação *Wikiloc*, registaram, ainda, os momentos que observaram com um apontamento fotográfico dos locais e preencheram, também, uma Ficha de Trabalho de Campo (*Figuras 1* e *2*), identificando o problema (ambiental, socioeconómico ou urbanístico em causa) e propondo metodologias de resolução/mitigação para o mesmo, com recurso ao conhecimento de senso comum/científico (apreendido nas sessões de Geografia) sobre o Ordenamento

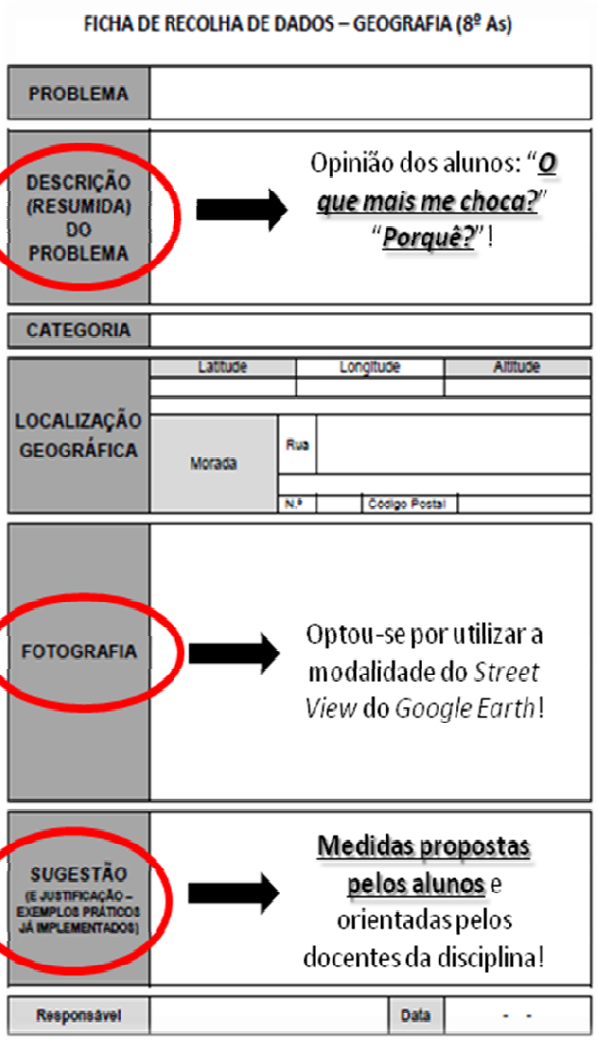


Figura 1 - Ficha de Recolha de Dados



Figura 2 - Ficha de Recolha de Dados preenchida

5. Resultados e Discussão

Os resultados obtidos, numa primeira fase, e que foram divulgados nestas Jornadas Internacionais, estão sistematizados no primeiro mapa que corresponde ao inventário efetuado pelos alunos da turma 8º As da Escola Secundária António Nobre. Após este inventário completo, tínhamo-nos proposto analisar estes pontos-problema de uma forma mais ponderada e categorizá-los de acordo com três tipologias de problemas urbanos estudados nas sessões de Geografia. Assim, foi consenso dos professores e alunos da turma que os *pins* de cor:

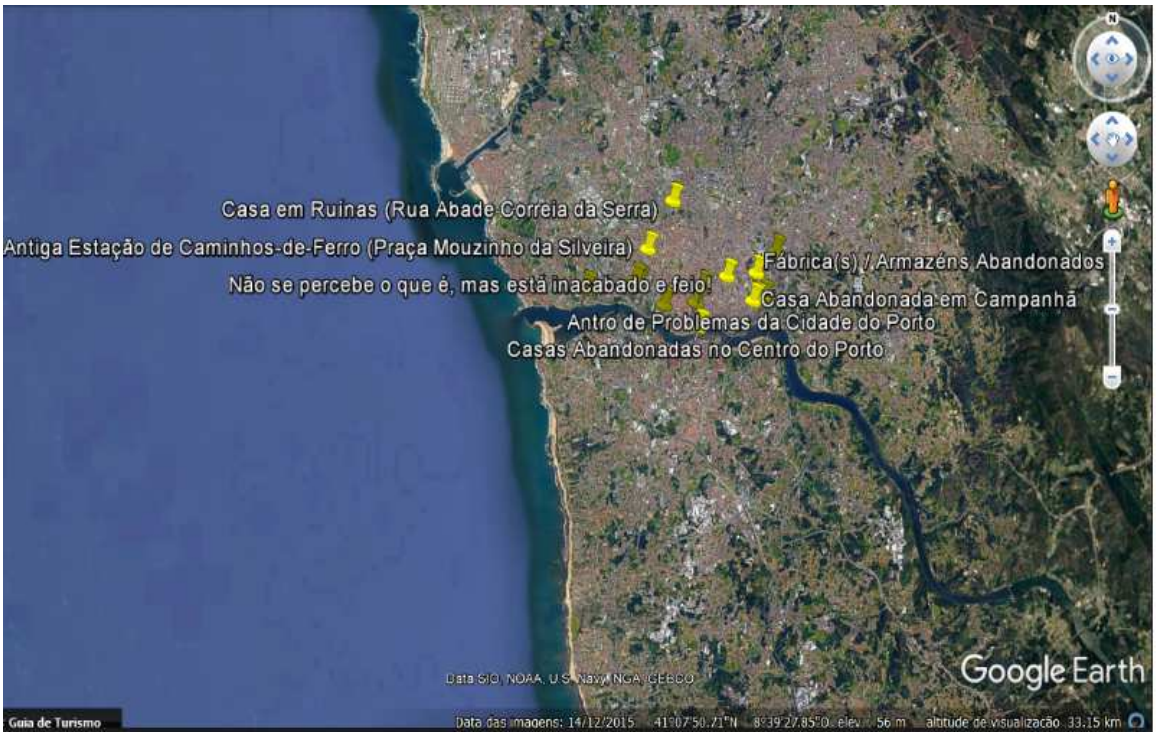


Figura 3 – Inventário dos locais problemáticos da Cidade do Porto apresentado nas Jornadas

- **Verde**, sinalizassem os problemas categorizados como «Ambientais»;
- **Vermelho**, os problemas que os nossos alunos categorizaram como «Urbanísticos»;
- **Amarelo**, reconhecessem os problemas «Socioeconómicos».

De acordo com a perspetiva pormenorizada dos nossos estudantes (*Figura 3*), podemos aferir que os problemas que se destacam na nossa cidade, ou pelo menos aqueles que constituíram maior preocupação para os nossos alunos foram os problemas urbanísticos, sendo que do total de 18 locais recolhidos (*Figura 3*), catorze são de cariz urbanístico, dois de cariz ambiental e outros dois constituíam um problema socioeconómico (*Figura 4*). Esses pontos apresentam-se descritos na tabela que,

posteriormente, apresentamos (*Tabela 1*), onde implementamos também, a caracterização que o grupo de alunos fez relativamente a cada ponto inventariado.

A *Tabela 1* elucida as várias reações dos nossos alunos relativamente aos locais inventariados. Em grande escala, o sentimento que nos transmitem é de desilusão e de indignação, ainda para mais numa cidade que é considerada como ponto de partida e de chegada de turistas (Carvalho e Marcelino, 2015).



Figura 4 – Inventário (original) categorizado dos locais problemáticos da Cidade do Porto

Assim sendo, não nos resta qualquer dúvida: da avaliação elaborada pelos estudantes, os problemas urbanísticos são visivelmente os mais destacados, dando a ideia de que cada vez mais se enceta um sentimento de menosprezo pelo património edificado, principalmente o que já não apresenta grande serventia. Em grande número, são identificadas fábricas e armazéns abandonados. Estes espaços devolutos, localizados em grande parte nas freguesias do Porto Oriental, como Campanhã, espelham um reflexo de uma industrialização colocada em segundo plano e substituída a um ritmo alucinante, na nossa cidade, pelos serviços, deixando nas malhas do tempo e nas marcas territoriais os esqueletos de estruturas que outrora serviram um Porto marcadamente influenciado por estabelecimentos fabris (Projeto A.R.U. de Campanhã, 2015). Este fenómeno torna-se notório também em muitas habitações abandonadas, muitas delas inseridas nas famosas *ilhas* destinadas em outros tempos à habitação do corpo operário que povoava quase toda a área oriental da cidade.

Por outro lado, em menor quantidade os alunos identificaram problemas ambientais, e na maior parte das vezes quando os identificaram aliaram-nos a repercussões de problemas de foro urbanístico, normalmente associados a edifícios devolutos que por sua vez aliavam também a problemas socioeconómicos, justificando que todo o abandono a que estavam dotadas determinadas áreas da cidade promovia a marginalidade e comportamentos desviantes e perigosos, formando na cidade lugares proibidos à frequência.

Tabela 1 – Inventário categorizado e descrito dos locais problemáticos, por Freguesia, da Cidade do Porto

Categoria	Local/Problema	Freguesia
Problema Socioeconómico	**Avenida dos Aliados**- Muita mendicidade. Na Avenida dos Aliados, quando o movimento diurno e noturno acalmam, começam a surgir as camas de papelão que servem de abrigo aos mendigos, que vão ocupando porta sim, porta não, os edifícios administrativos desta área e que se encontram encerrados durante a noite.	Santo Ildefonso
Problema Socioeconómico	**Bairro do Aleixo**- Neste local há uma concentração de grupos desfavorecidos. Além disto, é comum acontecerem nesta área atos ligados à marginalidade como assaltos e consumo/tráfico de estupefacientes.	Lordelo do Ouro
Problema Urbanístico	**Túnel Marginalizado Circunvalação**- Encontra-se degradado. O túnel é atravessado por condutas de saneamento não isoladas que provocam quedas aos transeuntes que nele circulam.	Paranhos
Problema Urbanístico	**Rua Abade Correia da Silva-** Um problema grave - casa em ruínas (devoluto) que representa um perigo à circulação pública, fomenta a marginalidade e, ainda, causa impacto visual (um ponto muito pouco atrativo).	Paranhos
Problema Urbanístico	**Jardim da Corujeira**- O jardim da Corujeira tem o piso desnivelado e degradado, com raízes de árvores salientes. A isto junta-se o facto de neste mesmo jardim existir um Centro Social que recebe idosos com dificuldades em movimentar-se.	Campanhã
Problema Urbanístico	**Rua de Sá da Bandeira**- Edifício devoluto que dá uma má impressão da Cidade do Porto, porque ajuda a aumentar a marginalidade, a mendicidade e a prostituição. Além do mais são edifícios muito antigos que a qualquer momento podem ruir, matando pessoas e danificando bens. Esta rua é muito movimentada.	Santo Ildefonso
Problema Urbanístico	**Praça Mouzinho da Silveira**- Estação de Caminhos de Ferro Abandonada - Uma antiga estação ferroviária desativada, num local central da cidade, que dá má imagem a este local, até porque se encontra muito perto da Casa da Música (uma obra invulgar e apelativa).	Cedofeita
Problema Urbanístico	**Rua do Freixo**- Uma antiga fábrica em ruínas e uma rua insegura com bairros operários que pertenciam à mesma fábrica, abandonados e igualmente em ruínas.	Campanhã
Problema Urbanístico	**Parque de estacionamento da Faculdade de Letras do Porto-** Um parque de estacionamento de terra batida que liga a FLUP às Residências Universitárias. Acaba por criar uma má imagem numa área de prestígio.	Massarelos
Problema Urbanístico	**Parque de estacionamento, Via Panorâmica (Rua Engenheiro Edgar Cardoso)**- Um parque de estacionamento com o piso em "altos e baixos" com buracos. Quando chove fica com verdadeiras "piscinas sujas" a céu aberto.	Massarelos
Problema Urbanístico	**Edifício degradado São Bento**- Um edifício esquecido pela Câmara há muito tempo, perto da Estação de S. Bento e que causa grande impacto visual (paisagístico). Sendo também um problema de Ordenamento do Território.	Santo Ildefonso
Problema Urbanístico	**Fábricas e armazéns abandonados – Rua de Justino Teixeira**	Campanhã

	Uma rua cheia de fábricas (ou o resta delas!?) abandonadas e degradadas. Têm portões vandalizados, vidros partidos e estão sem cuidado nenhum: a relva que existia deu lugar às silvas e à vegetação selvagem.	
Problema Urbanístico	**Casa Abandonada em Campanhã**- Uma casa em ruínas. As janelas já se encontram tapadas com blocos de cimento.	Campanhã
Problema Urbanístico	**Problema Urbanístico Infraestrutura não identificada – Rua dos Abraços-** Infraestrutura inacabada abandonada e dá mau aspeto à freguesia.	Bonfim
Problema Urbanístico	**Devoluto, apenas com fachada – Miragaia**- O resto de uma casa que só existe porque tem alicerces que servem de estruturas a suportá-la e a apoiar os seus alicerces. É uma ruína que dá má impressão numa área movimentada da cidade do Porto: por aqui passam muitos turistas (a pé, de carro, autocarro, bicicleta e de elétrico) e afasta as pessoas, porque dá a sensação de ser insegura e mal cuidada.	Miragaia
Problema Urbanístico	**Casas Abandonadas – Porto Histórico – Ribeira,** Uma rua estreita, onde mal passam carros, com muitas casas abandonadas.	São Nicolau
Problema Ambiental	**Foz do Douro**- Parece que as pessoas gostam de passear em paisagens sujas e cheias de lixo. Vejo águas poluídas e a cheirar um pouco mal, porque acho que são feitas aqui algumas descargas dos prédios e das fábricas à beira rio. Poluir as águas de um curso de água é matar animais e manchar as águas de uma cor nojenta!	Lordelo do Ouro
Problema Ambiental	**Rua da Formiga**- É um "antro" de problemas, por causa da fábrica abandonada que lá está. É um lugar cheio de problemas: a fábrica que está visivelmente abandonada, com vidros partidos e em ruínas e, ainda, o lixo que as pessoas teimam em colocar em plena rua, mesmo quando têm o caixote do lixo ao lado!	Campanhã

Fonte: *Elaboração Própria (Aulas de Geografia)*

Apenas dois foram os lugares, onde respetivamente identificaram individualmente um problema ambiental e um socioeconómico. Vejamos, em primeiro lugar, o socioeconómico: os nossos alunos identificaram-no na Avenida dos Aliados, onde o justificaram pela presença de mendicidade no local. De facto, podemos facilmente reconhecer uma Avenida dos Aliados com duas dinâmicas diferentes: a primeira, durante o dia, em que este local é facilmente identificado como a "sala de estar" da cidade, com os residentes e turistas a calcorrear a rua, ora em passo apressado e de passagem, ou, por outro lado, em passo vagaroso de quem passeia e veio conhecer. Podemos dizer que apesar de toda esta dinâmica se mantém cada vez até mais tarde. Mas, quando os turistas se recolhem, de facto, começam a surgir, porta após porta, as *casas de papelão* que ocupam esta área central da cidade até ao nascer do dia. Relativamente ao problema ambiental, este foi detetado na foz do Rio Douro, onde alguns encanamentos e desvios de esgotos levam resíduos e dejetos até ao curso de água, prejudicando não só as espécies que habitam aquelas águas, mas degradando toda a vegetação envolvente e podendo trazer alguns problemas de saúde a quem por ali passa (Lima, 2005).

Em jeito de conclusão, muito mais do que inventar espaços degradados na cidade do Porto que necessitam urgentemente de intervenção, está a forma como os nossos estudantes se debruçaram sobre este projeto, colocando em prática os ensinamentos que foram validando nas sessões de Geografia. Deveras, se repararmos, ao longos das últimas duas décadas de ensino, a ciência geográfica tem sofrido enormes mutações ao evoluir de um modelo de ensino necessariamente centrado na transmissão objetiva e racional da informação (a que se acompanha uma ideia de neutralidade e de passividade dos estudantes), para um modelo onde os estudantes são os *agentes da mudança*, primando-se não só pela

interiorização de conceitos e conteúdos, mas, e principalmente, pela forma como os colocam em prática e os validam, gerando um espírito crítico e reflexivo, de atitudes e valores éticos, face aos problemas com que se debatem e tentam solucionar (André e Cachinho, 1996).

6. Conclusão

Com este projeto, pretendeu-se ressalvar um dos principais objetivos da educação geográfica: o colocar em prática o conhecimento que os estudantes detêm sobre uma determinada problemática, seja ela social e/ou ambiental, dos diferentes lugares do mundo (Souto González, 1998). Aliás, estamos em crer que é neste sentido que o ensino da Geografia se deve nortear, extrapolando as suas principais dificuldades, nomeadamente a rotina, sem inspiração, nem objectivos que a guiem, e a improvisação sem ordem, nexo ou sentido que acaba por se tornar confusa (Mattos, 1960, *in* Bordenave, 1983).

Deste modo, pretendeu-se revelar a forma como os nossos pequenos cidadãos conseguem ter já uma visão territorial que lhes permite identificar os problemas que o afetam, e propor medidas para os resolver e valorizar o desenvolvimento económico-social, a gestão dos recursos naturais e humanos e a preservação do património. Além disso queríamos, de certo modo, clarificar o papel dos mesmos como cidadãos ativos e intervenientes tornando-os pessoas cívicas e conscientes do meio em que estão inseridos. Cidadãos que sabem interagir e se comprometer plenamente com a comunidade em que estão inseridos, envolvendo-se e participando na resolução dos problemas que a afetam.

Assim, não podemos deixar de frisar que a nossa intenção é que a nossa voz seja ouvida como um apelo às entidades competentes pela gestão da cidade do Porto de que esta precisa de ser continuamente cuidada e valorizada, pois é a nossa cidade do presente e do futuro! Ao utilizar a Geografia como ferramenta do Ordenamento do Território podemos (e devemos!) definir e delinear novas estratégias de organização e planeamento do mesmo (Martinez-Fernandez *et al*., 2012), uma vez que o grande desafio que se visa para o futuro (e mesmo para as políticas de Ordenamento do Território atuais) é o de saber como perspetivar para estas áreas, um modelo de ocupação estável, procurando novos equilíbrios dos ecossistemas, e destes com as dinâmicas económicas e com as vivências sociais, promovendo uma valorização e reconhecimento da importância do território como um espaço de vivências, mais do que um simples espaço geográfico de suporte às atividades económicas exploradas pela Humanidade. Os estudantes de hoje são os decisores do amanhã, a educação é o motor do desenvolvimento de uma comunidade, reflectir sobre as problemáticas espaciais desde os primeiros anos de escolaridade, possibilita aos jovens desenvolver as competências de análise espacial que vão para além do conhecimento conceptual, resultando num sentimento de pertença a um espaço comunitário, que deve resultar na formação de cidadãos ativos que integram e se comprometem com a comunidade.

7. Bibliografia

ALVES, R. (2001). P*laneamento e Ordenamento do Território e o Estado Português – contributos para uma intervenção renovada*. IST, Lisboa.

AMADO, M. P. (2007). *Planeamento Urbano Sustentável*. Caleidoscópio.

BORDENAVE, J.D. e PEREIRA, A.D*. Estrategias de Ensino-Aprendizagem, Petrópolis: Vozes*

CAMPOS, V.; FERRÃO, J. (2015). *O Ordenamento do Território em Portugal: Uma Perspetiva Genealógica*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

CARVALHO, R. e MARCELINO, I. (2015). O Porto está na Moda. Diário Económico.

CRESPO, J. (1997). Algumas reflexões sobre a preservação do património. *Revista Risco*. Nº.: 14

LIMA, N. (2005). *Poluição aquática: o rio Douro como instrumento de educação ambiental no 1.º Ciclo do Ensino Básico*. Tese de Mestrado apresentada à Universidade do Mnho.

LOPES, H. (1996). *Considerações sobre o Ordenamento do Território.* [http://www.ipv.pt/millenium/ect7_hmsp.htm - Acedido em: 30 de Março de 2017]

MADUREIRA, H. (2005). *Paisagem urbana e desenvolvimento sustentável. Apontamentos sobre uma estreita relação entre Geografia, Desenvolvimento Sustentável e Forma Urbana.* Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

MARTINEZ-FERNANDEZ, C., AUDIRAC, I., FOL, S., & CUNNINGHAM-SABOT, E. (2012) Shrinking Cities: Urban Challenges of Globalization, *International Journal of Urban and Regional Research*, 36(2). pp.: 213–225

Projeto de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Campanhã, Maio 2015

SILVA, R.; SOUZA, R.; CASTRO, M.; BHERING, D.; TEIXEIRA, M.; (2012). *Impactos Ambientais causados pela exanção urbana do Bairro Inconfidentes, Viçosa, MG.* Anais: IV SIMPAC. Volume 4. Nº.: 1 – Viçosa – MG. Janeiro – Dezembro 2012. pp.: 199 – 204

SOUTO GONZÁLEZ, X. (1990). Proyectos Curriculares y didáctica de Geografía, Geocrítica nº85, Universidad de Barcelona, pp. 3/43.

SOUTO GONZÁLEZ, X. (1998). Didáctica de la Geografía*,* Barcelona: Ed. del Serbal.

LEMOS, P. at al. (2018). *Cri(s)e (d)as Cidades Imaginárias, Cri(s)e (d)o Desenvolvimento Sustentável!.* The overarching issues of the european space- preparing the new decade for key socio-economic and environmental challenges, Porto, Fac. Letras Univ. Porto. pp. 84 -94

CRI(S)E (D)AS *CIDADES IMAGINÁRIAS*, CRI(S)E (D)O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL!

Paulo Manuel Costa LEMOS
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
pmlemos@letras.up.pt
Júlio Filipe Seixas da ROCHA
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
jfiliperochaa@gmail.com
Dora Patrícia Abreu SOARES
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
dora_31soares@yahoo.com
Adriana Seara CARVALHO
Colégio Euro - Atlântico
ascarvalho1991@gmail.com
Vitor Manuel Moura RIBEIRO
Universidade do Minho
vitormmr@gmail.com

Resumo

Vivemos num contexto cada vez mais global, em que os hábitos citadinos nos inundam, sem nos deixarem indiferentes. Por isso, consideramos de máxima pertinência interrogar os nossos alunos sobre a conceção que eles têm relativamente às cidades e aos problemas que as vão afetando. Lançamos, assim, este desafio que teve como ponto de partida, um conjunto de questões orientadoras - "Afinal, como serão as Cidades do Futuro? Serão como hoje as idealizamos? E, porque não existem hoje essas Cidades Sustentáveis, Inclusivas e Inteligentes? Serão somente Imaginárias e Utópicas que não as possamos transformar em Reais e Concretas?". Com o objetivo de respondermos a estas questões, selecionamos uma amostra diversificada, a quem lançamos este desafio. Com características socioeconómicas diferenciadas, respeitando apenas, como atributo comum a faixa etária e nível escolar em que se encontravam, o estudo desenvolveu-se em dois concelhos da Grande Área Metropolitana do Porto (Porto e Paredes), materializando-se sob a forma de um inquérito por questionário e sua respetiva análise. A informação obtida permite-nos concluir que os alunos têm uma perceção geral sobre a Sustentabilidade Ambiental, bem como a urgência e pertinência da abordagem desta(s) temática(s) na(s) escola(s). Contudo, existe, ainda, um longo caminho a percorrer para que sejam atingidos os objetivos da Educação para a Cidadania, na vertente do Desenvolvimento Sustentável. Aqui, a Escola tem, por isso, um papel basilar.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Cidades do Futuro; Ecocidadania; Ecoconsciência; Projeto Escolar

Abstract

We live in an increasingly global context, where city habits flood us, without leaving us indifferent, we consider it most pertinent to question our students about their conception of cities and the problems that affect them. We launched, in this way, this challenge from the guiding questions "After all, what will the Cities of the Future be like? Are they the way we idealize them today? And why do not these Sustainable, Inclusive and Intelligent Cities exist today? Are they only Imaginary and Utopian that we can not transform into Real and Concrete? " With the aim to answer the previous questions, we select a diversified sample, who we launch these challenges. With a distinct socioeconomic characteristic, respecting only, as a common characteristic the age group and education level where they were, that study was developed in two municipalities of the Greater Porto Metropolitan Area (Porto and

Paredes).This study was materialized in an inquiry in the questioner way and their analysis. The information for us obtained let us to conclude that the students have general perception about Environmental Sustainability and about the urgency e pertinence of these goals at the school. In despite of, exist a long way to go in achieving the goals of Citizenship Education, in the Sustainable Development. The School has, here, a basilar role.

Keywords: Sustainable Development; Cities of the Future; Ecocity; Ecoconscience; School Project

1. Introdução

O nosso projeto escolar assenta numa perspetiva multidisciplinar e multissensorial, onde, acreditamos, pela nossa juventude e ousadia, à semelhança de Orlando Ribeiro, que a Geografia está na base da compreensão do Mundo, desenvolvendo tanto o espírito analítico, sem o qual não existe aproximação válida da realidade, como a capacidade de coordenar, de aproximar, de procurar correlações explicativas. Mais do que as outras ciências e, "(…) muito além de simples catálogo mais ou menos organizado de dados referentes à superfície do Globo, é uma disciplina que implica, para quem a pratica, uma visão personalizada do Mundo, uma maneira de estar e de ser, que cada geração tem de reinventar ao seu modo, sem menosprezar o que os avós fizeram, mas em completa liberdade" (Daveau, 2012, p.5).

Nesta medida, e com a atual conjuntura social, ambiental, educacional, económica, política e cultural, somos quase que obrigados a "deter-nos" para meditar, sobre os verdadeiros motivos e aspirações dos nossos hábitos e padrões de consumo, e compreendemos que, apesar dos muitos esforços que têm sido encetados, no sentido de tornarmos a Terra num planeta mais verde, mais saudável e mais sustentável, continuamos pouco orgânicos, já que o nosso quotidiano prossegue, excessivamente, transformado, industrializado, artificial e tecnológico (Dupont *et al*., 2015). Aliás, consumimos produtos com elevado impacto ambiental, que inevitavelmente delapidamos e, certamente, contaminamos os recursos naturais existentes. Por isso, é perfeitamente compreensível que esta problemática tenha já merecido a atenção e preocupação da Humanidade, das escolas e da Comunidade Científica, pois "A relação entre o espaço urbano e a sustentabilidade é atualmente uma das questões mais debatidas na agenda ambiental internacional" (Fernandes, 2016, 12). Estamos em crer, portanto, que o grande desafio para a Humanidade se concentre na criação de uma sociedade sustentável que nutra respeito pela Natureza, conheça, compreenda e defenda os Direitos Humanos Universais, valorize a Justiça Económica e desenvolva uma Cultura da Paz.

Estas são, assim, as premissas essenciais que nas últimas décadas têm vindo a tentar persistir no seio das preocupações que a Humanidade enfrenta, muito particularmente, nas áreas urbanas. Marcadas por um exacerbado e crescente número de habitantes, em conjunto com o constante congestionamento automóvel e com o consumo gritante de recursos naturais, colocam, diariamente, a continuidade da vida no nosso planeta, em risco, de forma considerável. Por isso, é urgente que se alterem os nossos atuais estilos de vida para outros mais verdes e sustentáveis, assentes na conservação e respeito pela Natureza

e pelo (Meio) Ambiente, ajudando o planeta a resistir para que futuras gerações possam assegurar a marca humana na Terra (Leopold *et al*., 1971; Mucelin e Bellini, 2008).

Numa procura constante pela compreensão destas problemáticas, e na tentativa de encontrar soluções que as possam minorar, a escola e a educação (geográfica) assumem um papel estrutural, ao incentivarem os nossos estudantes a refletir e a intervir. Estes, regra geral, s(er)ão o motor impulsionador dos novos desafios e mudanças, pois conseguem, melhor do que ninguém, disseminar por toda a sociedade a mensagem da pertinência da mudança de atitudes e comportamentos perante o Ambiente.

2. (Breve) Revisão da Literatura Científica - Nos *Meandros* entre a Educação Ambiental e a Sustentabilidade Urbana

É certo que uma parte substancial do estudo e essência da Geografia, uma das disciplinas do *Curriculum* Escolar do Terceiro Ciclo do Ensino Básico, reside nas diversas abordagens que esta ciência faz à Sustentabilidade Ambiental, uma temática complexa e necessariamente multidisciplinar.

Uma dessas abordagens reside no domínio das cidades, consideradas, segundo o Relatório "Cidades Sustentáveis 2020" (p. 5) divulgado em Abril de 2015, pelo então Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, como espaços geográficos que

> "(…) concentram hoje a maioria da população, das atividades económicas e da riqueza, constituindo os lugares de maior potencial para a dinamização do crescimento económico e do emprego, da competitividade e da inovação. Não obstante, são simultaneamente os lugares onde mais se verificam complexos problemas ambientais e fenómenos de exclusão e polarização social, com consequências severas para a qualidade de vida dos seus cidadãos e a coesão do tecido social."

São, por isso, grosso modo, palco de uma localização espacial privilegiada, cujas dinâmicas que a Humanidade lhe imprime a obriga a repensar não só os seus atuais padrões de consumo, como também a sua íntima relação com o espaço que frequenta e o uso que lhe dá. Repare-se que, e é uma realidade inegável, a nível mundial, as aglomerações urbanas estão a crescer a um ritmo alucinante e, em boa verdade, de uma forma completamente desequilibrada e desordenada, originando graves e múltiplos problemas que oferecem à cidade contemporânea uma imagem desconfigurada e muito pouco atrativa.

Contudo, felizmente, possuem também a valência da mutação e da resiliência, o que lhes permite, neste novo milénio, insurgirem-se como espaços que, não marginalizando os problemas que a sobressaltam, se projetam e se alicerçam no respeito pelo Meio Ambiente, fomentam uma atuação economicamente sustentável e viável e protagonizam uma sociedade cada vez mais equitativa e justa. Portanto, são espaços urbanos que investem fortemente na melhoria da qualidade de vida da sua população e que procuram a eficiência dos seus serviços de uma forma sustentável (Mitchell e Casalegno, 2008; Rego *et al*., 2013), fortalecendo vigorosamente o Relatório "Cidades Sustentáveis

2020" (p. 12) que conclui que "Os conceitos de desenvolvimento urbano sustentável e de desenvolvimento sustentável estão fortemente ligados, implicando uma perspectiva ampla que abrange os domínios fundamentais do desenvolvimento: económico, social, ambiental, cultural e de governança.". Para que tal aconteça, é necessário, conforme Fernandes (2016, 2) nos elucida o "(…) desenvolvimento de novas estratégias, que permitam o alcance de uma melhor *performance* das cidades e da sua sustentabilidade (…)", surgindo, assim, o conceito de Cidades Inteligentes (*Smart Cities*[1]). Este conceito pressupõe que o território citadino se desenvolva numa perspetiva de equilíbrio urbano e harmonia económica. A ideia gerou recetividade e pretende aliar às sociedades contemporâneas, consumidoras de informação, a inovação, de modo a que as distâncias-tempo e custo sejam cada vez mais curtas. Ademais, esta *inteligência das cidades* é, de acordo com Mark Roseland (1997), referenciado por Rego *et al*. (2013, 548), "(…) o tipo mais durável de assentamento que o ser humano é capaz de construir. É a cidade capaz de propiciar um padrão de vida aceitável sem causar profundos prejuízos ao ecossistema ou aos ciclos biogeoquímicos de que ela depende.".

Portanto, este paradigma de Cidades Inteligentes é uma realidade global que não se confina apenas ao Meio Ambiente, mas engloba, também, todas as outras esferas da vida de uma sociedade, reforçando outros conceitos que surgiram em simultâneo com o das *Smart Cities.* Falamos, por exemplo, da *Sustentabilidade Territorial*, visível na relação que o território, neste caso, citadino, estabelece com a economia, a sociedade e o ambiente (Schaffers *et al*., 2011); ou ainda, dos *Territórios Inteligentes*, em que a competitividade se assume como eixo decisivo, numa Era marcada pelo acentuar do fosso entre diferentes territórios com graus de desenvolvimento e respeito pelo Homem e pela Natureza díspares, o que acresce, ainda, a realidade preocupante da nossa *Pegada Ecológica*[2]. É por isso que, nos últimos anos, os cientistas têm tentado advertir as sociedades para a importância das Cidades Inteligentes e Inovadoras, que necessariamente devem assentar em sete premissas fundamentais (*Figura 1*).

Desde a década anterior à viragem do milénio, que a União Europeia se tem preocupado cada vez mais com as questões ligadas à Ecologia "(…) e por dar uma nova orientação à sua política no domínio do ambiente, de modo a promover o desenvolvimento sustentável." (Fernandes, 2016, 15). Aqui, as escolas assumem, não tenhamos qualquer dúvida, um papel extremamente importante ao instruírem, numa lógica de *Environmental Education*, a comunidade estudantil. Este conceito, surge-nos pela primeira vez em 1965, no Reino Unido, definindo-se como um processo onde os jovens começam a apreender conceitos e conhecimentos sobre as questões ambientais, fortificando e modificando, até, a

[1] "(…) é designada por um conjunto de passos que um cidadão toma, juntamente com os serviços, para tornar a cidade um local mais habitável/confortável, tornando os serviços mais eficientes e sólidos, prontos a responder a qualquer situação." *In* https://paginas.fe.up.pt/~projfeup/submit_14_15/uploads/relat_GI32.pdf. [Consultado em: 27/12/2017].

[2] William Rees e Mathis Wackernagel desenvolveram, em 1996, o conceito de *Pegada Ecológica* "para nos ajudar a perceber a quantidade de recursos naturais que utilizamos para suportar o nosso estilo de vida, onde se inclui a cidade e a casa onde moramos, os móveis que temos, as roupas que usamos, o transporte que utilizamos, o que comemos, o que fazemos nas horas de lazer, os produtos que compramos, entre outros."
In http://conservacao.quercus.pt/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=46. [Consultado em: 27/12/2017].

sua opinião e visão sobre estas, no sentido de se transformarem num "agente" de proteção do Ambiente (Medeiros *et al*., 2011). Estes objetivos, ficaram, em 1987 reforçados numa lógica de "(…) formar os indivíduos, desenvolver habilidades e disseminar valores e princípios que permitissem à sociedade elaborar propostas para solução dos problemas ambientais" (Dias *et al*., 2016, 21).



Figura 1: Pilares de uma Cidade Inteligente. (Fernandes, 2016, 22)

Volvida uma década, a *Cimeira da Terra* realizada no Rio de Janeiro em 1992, correspondeu a uma preparação mais profunda e madura não só do conceito de Desenvolvimento Humano (D.H.), que se materializou nos 40 Capítulos da *Agenda 21*, como também do conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS), assumido como Meta Global da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1987 (Hopkins e Mckeown, 2002). Neste seguimento, a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (E.D.S.) desenvolveu-se entre 1987 e 1992, crescendo, como nos elucida Freitas (2004, 6), na "Barriga de aluguer" da Educação Ambiental, substituindo, grosso modo, este último conceito. Aliás, no mesmo ano, na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (C.N.U.M.A.D., 1992) deu-se logo ênfase à importância de se criarem sociedades mais sustentáveis e de se conseguir, de certa forma, criar caminhos para se ouvir a opinião dos mais novos, por modo a envolve-los na discussão destas temáticas, já que "(…) a criatividade, os ideais e a coragem dos jovens do mundo devem ser mobilizados para criar uma parceria global com vista a alcançar o desenvolvimento sustentável e assegurar um futuro melhor para todos" (C.N.U.M.A.D., 1992, 10).

Estes princípios fazem uma articulação clara e quase direta com as Orientações da Educação para a Cidadania (D.G.E., 2013, 1), que "(…) visa contribuir para a formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo". Ou seja, o que se deseja é que a escola, e todo o processo educativo, contribua para a formação de cidadãos (pro)ativos, sensíveis,

empenhados e que tenham uma participação ativa nos processos de tomada de decisão na resolução de questões da sociedade onde estão inseridos. No fundo, que formem *ecocidadãos*, cada vez mais *ecoconscientes* (Dias *et al*., 2016), capazes de favorecer a mudança completa de mentalidades das sociedades contemporâneas, para que as futuras gerações consigam ter igual acesso e usufruam de todo o tipo de recursos do planeta. Tal como nos refere Pedro (2009, 3),

> "(…) os mais novos, regra geral, são mais receptivos a novas informações, bem como se encontram numa fase onde as mudanças de comportamento são mais prováveis. É também consensual que é entre os mais novos, em fase de desenvolvimento cognitivo, que a consciência ambiental pode ser internalizada e traduzida em comportamentos de forma mais bem sucedida do que nos adultos".

O caminho da sustentabilidade faz-se, assim, através da mudança de atitudes e comportamentos, crenças e valores, motivações e prioridades, que, associadas e condicionadas pelo conhecimento, determinam as decisões de cada indivíduo relativamente ao seu estilo de vida (Figueiredo *et al*., 2004; Jaén e Barbudo, 2010). Com o auxílio da Escola, estamos em crer, que poderemos, num futuro muito próximo, modificar atitudes e comportamentos atuais da "(…) sociedade através dos alunos, das suas famílias e da restante comunidade educativa." (Wced, 1991; Peres, 2011, 3). Ou seja, avivamos, assim, o papel de protagonista que a Escola poderá e deverá ter, contribuindo para a construção de uma sociedade mais sustentável e justa, permitindo tornar os alunos conscientes dos diversos problemas que afetam o planeta, formando *ecocidadãos*, informados sobre a degradação ambiental e que estejam dispostos a participar de forma ativa e responsável na vida das comunidades e no processo de tomada de decisão para conduzir a possíveis alterações, tentando alcançar um futuro sustentável (Hernández *et al*.,2006; Pereira *et al*., 2007; Mogensen & Schnack, 2010).

Portanto, a E.D.S. é assim uma "(…) educação para o futuro, para todos em todos os lugares" (U.N.E.S.C.O., 2012b, 12), onde somente com a cooperação entre as várias instituições sociais, com a escola e a sociedade em geral conseguiremos alterar mentalidades, hábitos, costumes, comportamentos e atitudes dos cidadãos e alcançar, finalmente, a sustentabilidade no espaço urbano, sob a forma de Cidades Sustentáveis ou, por nós, designadas, *Cidades Imaginárias* (Soares, 2017).

3. Objetivo(s)

O principal objetivo deste projeto de investigação passa por compreender e apurar em que medida a Escola, e o espaço geográfico em que esta se insere, tem um papel fulcral na promoção da Educação Ambiental e na formação dos nossos alunos enquanto cidadãos ativos, reflexivos e conscientes das adversidades com que a Humanidade e a Terra, atualmente, se defrontam.

4. Metodologia(s)

O nosso projeto baseia-se numa amostra (98 alunos) composta por quatro turmas de 8º ano de escolaridade de duas escolas da Grande Área Metropolitana do Porto. Com as suas respostas/contribuições a um inquérito por questionário, composto por nove questões dicotómicas e por quatro questões de resposta aberta, procurou-se concretizar os objetivos anteriormente enunciados.

A organização do inquérito por questionário foi feita de forma a tentarmos dar aos nossos estudantes a liberdade de expressão, pois esta é, de acordo com Pinhal (2014, 54) "(…) um aspecto essencial se se quer que os alunos reajam, trabalhem e se manifestem tal e qual são e pensam (…)".

5. Resultados e Discussão

Como já havíamos referido, este projeto escolar abrangeu uma amostra composta por 98 alunos de quatro turmas do 8º ano de escolaridade, repartidas por duas escolas distintas da Grande Área Metropolitana do Porto: a Escola Secundária António Nobre (E.S.A.N.) e a Escola Secundária de Paredes (E.S.P.), sendo constituída essencialmente por elementos do sexo masculino (73% e 77%, respetivamente), com idades que rondam os 13 anos.

No que concerne às questões *per si* do inquérito por questionário, aplicado numa das sessões de Geografia, compreendemos que a grande maioria dos nossos estudantes (53%) já tinha uma conceção genérica do conceito de Sustentabilidade Ambiental. Desafortunadamente, e com uma preocupação acrescida, constatámos que 47% desta, em pleno século XXI, desconhecia o conceito em quesito, quando este é de extrema importância e do qual se ouve falar com tanta frequência. Aliás, de dia para dia, são cada vez mais os problemas ambientais que afetam a nossa qualidade de vida, sendo estes uma consequência inevitável da nossa péssima administração e do nosso uso irracional e excessivo dos recursos que a Terra nos oferece.

Por isso, tornou-se essencial que os inquiridos que responderam afirmativamente à questão dicotómica anterior nos dessem, agora, a sua opinião sobre o que julgavam ser a Sustentabilidade Ambiental. Pelas suas respostas, denotamos ideias e premissas muito distintas, desde "É usar os recursos sem que estes se esgotem"; "É apelar às pessoas que garantam o uso do mesmo espaço para as futuras gerações"; "Eu não sei bem, mas acho que serve para proteger o ambiente" ao "É cuidar do mundo, prevenir, cuidar e proteger o ambiente". Ou seja, através destas contribuições, tão características da sua faixa etária, concluímos que os estudantes, de uma forma muito genérica, compreendem que a Sustentabilidade Ambiental é um dos principais âmbitos do paradigma do Desenvolvimento Sustentável, no sentido em que analisa cuidadosamente os gastos que a Humanidade enceta sobre os recursos existentes no planeta, alertando-nos para uma mudança desejada e urgente no que concerne à forma como nos apropriamos destes, fazendo um uso cada vez mais consciente e cuidadoso, no sentido de não

comprometermos a sustentabilidade da vida das gerações vindouras. Neste âmbito, as escolas parecem assumir-se como *catalisadores* da mudança, ao dotarem os nossos estudantes não só de conhecimento científico imprescindível, como também ao ajudá-los a desenvolver e a (re)construir diariamente a sua personalidade e os seus principais hábitos de consumo, conduzindo à formação de adultos com valores e conhecimentos sólidos no que respeita à relação diária que se estabelece entre a Humanidade e o Meio Ambiente.

Desta forma, e porque acreditamos que a Sustentabilidade Ambiental é um conceito que necessita de ser continuamente trabalhado, foi nosso intento compreender qual a importância que as famílias dos alunos da nossa amostra relevam a esta problemática. Isto porque, estamos em crer, que uma parte substancial da instrução relativa à Sustentabilidade Ambiental começa no seio familiar. O facto dos pais, bem com de todo o agregado familiar, despenderem algum tempo da sua vida diária para conversarem com seus filhos, sobrinhos, amigos, netos e afilhados, sobre temas como o lixo, a reciclagem, as energias renováveis ou o consumo, são iniciativas que ajudam os nossos estudantes a (re)construírem os seus conceitos e argumentações sobre as questões inerentes ao Meio Ambiente, contribuindo para uma mudança (desejada!) das suas atitudes e comportamentos. Nesta medida, quando questionados se em casa já tinham ouvido falar sobre Sustentabilidade Ambiental, 50% dos alunos da E.S.A.N. e, somente, 33% dos da E.S.P. responderam afirmativamente. Este desfasamento do valor percentual, vai ao encontro dos argumentos supramencionados, estando, mesmo, relacionada, até com diferenças respeitantes aos níveis de qualificação dos pais/encarregados de educação e/ou agregado familiar dos alunos, bem como pelas diferenças socioeconómicas registadas, uma vez que, como já tivemos oportunidade de o frisar, estas têm uma importância acrescida no grau de interesse atribuído pelas famílias a estas mesmas questões norteadoras. Por conseguinte, este fosso existente entre as percentagens aferidas nas duas escolas é o *input* que permite a vivência e a adoção de comportamentos e atitudes (muito) contrárias às desejadas, o que nos preocupa bastante!

Sobre a importância do tratamento de temas relativos à Sustentabilidade Ambiental na escola, os alunos de ambas as instituições escolares foram perentórios nas suas respostas, ao considerarem fundamental o debate e a divulgação do conhecimento sobre esta temática. Em contrapartida, quando questionados se na sua escola faziam reciclagem – uma das formas mais básicas que têm de ajudar a proteger o planeta Terra –, os mesmos referiram (75%) que não, porque a própria instituição não predisponha de mecanismos para o efeito, o que nos intriga bastante. Porém, é certo que devemos fazer o grande esforço de perspetivar a nossa qualidade de vida em função de preocupações ambientais, sociais e económicas e, para isso, todos reconhecemos e reforçamos o papel essencial da escola neste processo, como um importante *catalisador* para a mudança de comportamentos, atitudes e perspetivas, por modo a salvaguardarmo-nos e a salvaguardar a sobrevivência das nossas futuras gerações no planeta em que habitamos.

Na questão seguinte, e como resultado à pergunta – "Por que achas que contribuir para a Sustentabilidade Ambiental da tua cidade te faz um cidadão melhor?" – os alunos inquiridos deram

respostas variadas, tais como, o dever de "Cuidar"; de se incentivar a ter um "melhor ambiente"; de se ser um "melhor cidadão"; o dever de se ter que "conservar o planeta/cidade" para conseguirmos assegurar a nossa sobrevivência no planeta Terra. No fundo, o dever de, como cidadãos, nunca esquecermos que todos devemos pensar que podemos e "devemos melhorar o mundo". Para isso, temos que ter, como eles bem nos referem, a "Obrigação de proteger o ambiente na cidade", de "zelar pela cidade tornando o ambiente melhor", através das nossas "ações (…) [que] podem melhorar o mundo".

Por último, ainda questionámos os nossos alunos sob a forma como eles, enquanto cidadãos conscientes sobre a importância vital da Terra, zelavam pelo Meio Ambiente da sua cidade. A esta questão central, os alunos responderam de formas distintas: "planto árvores"; incentivar a criação de espaços verdes"; "reciclar, reutilizar"; "andar de bicicleta, de bicicleta e transportes públicos"; "poupar água e recursos naturais"; "sensibilizar familiares"; "preservar"; "sensibilizar"; "dar importância com o meio ambiente". São argumentos que, de uma forma muito simples, demonstram, como já havíamos referido, que a *semente* fora lançada há alguns anos, está a crescer e certamente que a seu tempo dará frutos. Até lá, nós, professores, só podemos continuar a regá-la para que, ao crescer, se propague a todos e em todos os lugares, pois só dessa forma conseguiremos chegar às tão desejadas *Cidades Imaginárias*, e tornar algo que se vê como utópico, real.

6. Conclusão

O nosso projeto releva-nos, por um lado, que o paradigma da Sustentabilidade Ambiental, embora comumente conhecido por todos, não é relevado com o devido (e merecido!) valor pelas sociedades contemporâneas; por outro, elucida-nos que as nossas escolas assumem, por isso, em pleno século XXI um papel central na divulgação da importância da Educação Ambiental, sensibilizando os nossos estudantes para esta problemática, incutindo-lhes valores éticos, cidadania ativa e paixão pela Natureza! Até porque, a importância de preservar o ambiente e a Terra é uma realidade unívoca e crucial, cuja importância é diretamente proporcional aos feitos desastrosos que o ser humano nela opera. Quanto mais rápido compreendermos esta relação de causa e consequência com a Natureza, mais rápido aperceber-nos-emos que ao destruí-la estaremos a destruir também a nossa própria existência!

Por isso, acreditamos que a Educação Ambiental, como âmbito estrutural da educação para a cidadania, a formação escolar e a consciência crítica e reflexiva são *inputs* necessários e desejáveis para que se proceda à (re)construção de valores (éticos e ambientais), conhecimentos e atitudes que se devem focar no paradigma da Sustentabilidade Ambiental, produzindo efeitos diretos e significativos nas nossas vidas e na do próprio planeta.

Acreditamos que, se queremos uma sociedade melhor, um futuro promissor e um planeta para habitar devemos, então, mais do que fazer "chamadas de atenção" constantes à sociedade atual (embora também sejam necessárias e relevantes), devemos começar a investir nas camadas mais jovens da nossa população, nos nossos alunos. É preciso mostrar-lhes aquilo que não fomos e somos capazes de

ver e incitar-lhes a realizar aquilo que não somos capazes de fazer: cuidar da Terra! Porque, de um modo mais lato, precisamos de acreditar que a Sustentabilidade Ambiental pode ser o caminho necessário para abrandar, restaurar e até mesmo consertar, ainda que lentamente, os estragos provocados pela Humanidade.

7. Bibliografia

ALVES, F. L. (1998). *Grandes problemas ambientais*. In: C. Carapeto (Eds.). Educação Ambiental Universidade Aberta, Lisboa. pp.:133-193.

BÂTÂGAN, L. (2011). Smart cities and sustainability models. *Informatica Economică*. Vol.:15(3). pp.: 80-87.

BELLINI, M., MUCELIN, C. (2007). Lixo e impactos ambientais perceptíveis no ecossistema urbano. *Sociedade & Natureza, Uberlândia, Vol 20 (1), pp. 111-124*

C.N.U.M.A.D. (1992). *Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Disponível em: http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf. [Acesso em: 20/06/2017].

Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento.(1987). *O Nosso Futuro Comum*. Lisboa: Maribérica.

D.G.E. (2013). *Linhas Orientadoras da Educação para a Cidadania*. Disponível em: http://www.dge.mec.pt/educacao-para-a-cidadania/documentos-de-referencia. [Acesso em: 25/05/2017].

DALE, A.; NEWMAN, L. (2005). Sustainable development, education and literacy. *International Journal of Sustainability in Higher Education*. Vol.:6 (4). pp. 351-362.

DIAS, L. S.; LEAL, A. C.; JUNIOR, S. C. (2016). *Educação Ambiental – conceitos, metodologias e práticas*. S.P- Tupã. A.N.A.P..

DUPONT, F., GRASSI, F., ROMITTI, L. (2015). Energias Renováveis: buscando por uma matriz energética sustentável. *Revista eletrónica em gestão, educação e tecnologia ambiental Santa Maria. Vol 19, Ed. Especial, pp. 70-81*

FERNANDES, M. (2016). *Cidades Inteligentes: Um novo paradigma urbano – Estudo de caso da cidade do Porto*. Dissertação de Mestrado. Porto: Universidade Católica do Porto - Business School.

FIGUEIREDO, O.; ALMEIDA, P.; CÉSAR, M. (2004). O papel das metaciências na promoção da educação para o desenvolvimento sustentável. *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*. Vol.: 3. Nº: 3. pp. 320-338.

FREITAS, M. (2004a). Concepções de Desenvolvimento Sustentável em estudantes de uma Licenciatura em Educação, em Portugal. Implicações para a reorientação curricular no âmbito da Década das NU. *Actas do I Congresso International Educación, Lenguaje y Sociedad, Tensiones Educativas en América Latina*. Disponível em: //localhost/Volumes/IELES/705.htm

FREITAS, M. (2005). Educação para o desenvolvimento sustentável: sugestões para a sua implementação no âmbito da década das Nações Unidas. *In Actas Electrónicas do VIII Congresso Galaico- Português de PsicoPedagogia*.

FREITAS, M. (2006). Educação Ambiental e/ou Educação para o Desenvolvimento Sustentável? Uma análise centrada na realidade portuguesa. *Revista Iberoamericana de Educación*. Madrid. Vol.: 41. pp. 133-147.

GADOTTI, M. (2008). *Educação para a Sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o Desenvolvimento Sustentável*. Editora Instituto Paulo Freire. São Paulo.

HERNÁNDEZ, M.; TILBURY, D. (2006). Educación para el Desarollo Sostinible, V Nada Nuevo Bajo el Sol. Consideraciones sobre Cultura y Sostinibilidad. *Revista Iberoamericana de Educación*. Disponível em: http://www.rieoei.org/rie40ao4.pdf

HOPKINS, C.; MCKEOWN, R. (2002). *Education for sustainable development: an international perspective. Education and sustainability: Responding to the global challenge*. Vol.:13.

JAÉN, M.; BARBUDO, P. (2010). Evolución de las percepciones medioambientales de los alunos de Educación Secundaria en un curso académico. *Revista Eureka Enseñanza Divulgación de las Ciencia*. Vol.: 7, Nº: Extraordinario, pp.247-259.

MARTINS, M. J. D.; MOGARRO, M. J. (2010). A educação para a Cidadania no século XXI. *Revista Iberoamericana de Educación*. Nº: 53. pp.185-202.

MEDEIROS, A. B.; SOUSA, G. L.; OLIVEIRA, I. P.; LEMES, M. J. S. (2011). A importância da educação ambiental nas escolas nas séries iniciais. *Revista Faculdade Montes Belos*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA (2015). *Cidades Sustentáveis 2020*.

PEREIRA, C. M. M. C.; MARÓN, L. J. R.; FREITAS, M. J. C. C.; MAGALHÃES, H. G. D. (2007). Ecopedagogia: uma nova pedagogia com propostas educacionais para o desenvolvimento sustentável. *E.T.D. – Educação Temática Digital*. Vol.:8 (2).

PERES, I. A. S. (2011). *Atitudes Ambientais – um estudo com jovens do Segundo e terceiro ciclo do Ensino básico da região do Planalto Mirandês*. Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Bragança para obtenção do Grau de Mestre.

PINHAL, T. S. S. (2014). *A imagem fixa e em movimento: contributos para uma abordagem contexto da sala de aula*. Dissertação Mestrado. Porto – Uniservidade do Porto.

SANTOS, N. (2011). Cidade e sustentabilidade territorial. *Mercator - Revista de Geografia da UFC, vol. 10, núm. 23, pp.7-22*

SCHAFFERS, H., KOMNINOS, N., PALLOT, M., TROUSSE, B., NILSSON, M., & OLIVEIRA, A. (2011). Smart cities and the future internet: Towards cooperation frameworks for open innovation. *In The future internet assembly*. Springer, Berlin, Heidelberg.pp. 431-446.

SHAPIRO, J. M. (2006). Smart cities: quality of life, productivity, and the growth effects of human capital. *The review of Economics and Statistics*. Vol.: 88(2). pp.: 324-335.

SOARES, D. (2017). *Impactos derivados da exploração dos recursos naturais: perspetiva dos alunos no contexto da educação para o desenvolvimento sustentável e direitos humanos*. Dissertação de Mestrado. Porto: Universidade do Porto.

TILBURY, D. (2004). Environmental Education for Sustainability: a force for change higher education. *Higher Education and Challenge of Sustainability*. Chapter 9. pp.97-112

U.N.E.S.C.O., (1977). *The Tbilissi Declaration: Final Report Intergovernmental Conference in Environment Education*. Organized by UNESCO in Cooperation with U.N.E.P.. Tbilissi. pp.14-26

CONSTANTINESCU, I.; MOTATU, A. (2018). *L´emigration des roumains - une constante réalité au long du temps*, The overarching issues of the european space- preparing the new decade for key socio-economic and environmental challenges, Porto, Fac. Letras Univ. Porto. pp. 95 -103

L'ÉMIGRATION DES ROUMAINS – UNE CONSTANTE RÉALITÉ AU LONG DU TEMPS

Ileana CONSTANTINESCU
Académie d'Études Économiques de Bucarest
ileanaconstantinescu2017@gmail.com
Adriana MOȚATU
Académie d'Études Économiques de Bucarest
lucian_motatu@yahoo.com

Résumé

Le long du temps, 13.000.000 de Roumains répandus dans le monde à cause des caprices de l'histoire ou pour chercher une vie meilleure, ils ont formé au-delà des frontières de la Roumanie la diaspora roumaine. On peut trouver des Roumains aux États-Unis, au Canada, en Bessarabie dans les Pays-Bas, en France, en Espagne, en Allemagne, en Italie, en Angleterre, au Portugal, en Hongrie, en Ukraine, en Bulgarie etc. Parmi ces 13 millions de Roumains il y a 5.000.000 qui sont partis après 1990, donc après la Révolution roumaine de décembre 1989.

Parmi les émigrants roumains partis après l'entrée de la Roumanie au cadre de l'UE il y a beaucoup de médecins et d'ingénieurs qui sont partis en Italie, en Espagne, en Allemagne, en Grande-Bretagne où les salaires sont beaucoup plus grands qu'en Roumanie.

Étant donné le fait que beaucoup de jeunes ont quitté la Roumanie, cela pourrait contribuer en perspective à un manque de fonds pour soutenir le système public de pensions. De plus, la Roumanie perd 80.000 euros pour chaque émigrant roumain diplômé d'un institut d'enseignement supérieur qui quitte le pays.

Pour que les jeunes Roumains ne quittent plus leur pays, il faut élaborer un programme de développement économique de la Roumanie pour 5 ou 10 ans, un programme pour le développement de l'industrie, de l'agriculture et du tourisme en tenant compte des ressources naturelles et du potentiel, un programme qui vise aussi la création de nouveaux emplois mieux payés en tenant compte de la performance de chacun. Il faut créer aussi un système législatif qui oblige les entreprises à embaucher des jeunes sans payer d'impôt, au moins un an, et sans que ceux-ci payent d'impôt, pour leur offrir la possibilité d'obtenir un emprunt auprès d'une banque pour acheter un appartement et fonder une famille. De plus, les entreprises devraient être exemptées d'impôt un an si elles embauchaient des chômeurs.

En mettant l'accent sur la création d'entreprises, la création d'emplois, une rémunération en fonction de la performance, la Roumanie pourra maintenir sa main-d'œuvre et attirer aussi beaucoup de Roumains qui ont quitté le pays.

Mots-clé: émigration, médecins, ingénieurs, programme économique de développement, création d'emplois.

Abstract

Over the time, about 13.000.000 Romanians spread in the world because of the history's caprices or in order to look for a better life. Out of Romania's borders they have developed the Romanian Diaspora. One can find out Romanians in the United States, in Canada, in Bessarabia, in Netherland, in France, in Spain, in Germany, in Italy, in Great Britain, in Portugal, in Hungary, in Ukraine, in Bulgaria, etc. 5.000.000 from the 13.000.000 Romanians left Romania after 1990, therefore after the Romanian Revolution in December 1989.

After Romania came in the EU many medical-doctors and engineers left for Italy, Spain, Germany and Great Britain where the wages are much higher than in Romania.

As many young people left Romania, their absence could affect in the future the funds necessary to support the public pensions system. Moreover, Romania loses 80.000 Euros for each Romanian emigrant who left Romania, being bachelor of a higher education institute.

In order to prevent the young Romanians leave their country, an economic development program for Romania must be elaborated, for 5 or 10 years, a program for the industry, agriculture and tourism development taking into account the natural resources and the potential of Romania, a program intended to create new, better

paid jobs, according to the personal performances. One must create also a legislative system obliging the enterprises to employ young people exempting from taxes the concerned enterprises, at least for one year. As it regards the young people, they are themselves also exempt from taxes in order to enable them to enter in a loan agreement with a bank to buy a flat and to establish a family. Moreover, the enterprises employing unemployed people could be exempt from taxes for one year.

Focussing on the creation of enterprises, creation of jobs, wages according to the personal performance, Romania could keep its manpower and could also attract back many Romanians who have left their country.

Key-words: emigration, medical-doctor, economic development program, jobs creation.

1. Introduction

Nous allons présenter l'émigration des Roumains à partir du XIXe siècle jusqu'à nos jours en montrant les causes de ce phénomène et les conséquences négatives pour notre pays de même que les mesures qu'on peut prendre pour stopper ou réduire cette émigration.

2. Le commencement de l'émigration des Roumains

L'émigration des Roumains date depuis le XIXe siècle (Schiopu, 1913). Beaucoup de Roumains sont partis vers tous les coins du monde en cherchant une vie meilleure. Par exemple, le docteur Ilarie Mitrea de Răşinari est parti en 1866 au Mexique et puis dans les îles Sumatra, Java et Bornéo où il a passé plus de vingt ans.

L'émigration des Roumains de Transylvanie a augmenté surtout après 1894. Selon une statistique officielle de 1910 concernant les émigrations des Roumains de Transylvanie vers divers pays du monde, nous voyons qu'il s'agissait de 10.000 Roumains pendant une année (Schiopu, 1913).

Beaucoup de paysans roumains de Transylvanie sont partis au Canada où ils recevaient gratuitement des lots de terre. Ils ont commencé à s'occuper de l'agriculture, de la création de fermes agricoles et de l'élevage des moutons.

Les Roumains qui sont partis aux États-Unis se sont occupés de l'agriculture ou ils ont travaillé dans des fabriques ou des usines de tous les États américains. Dans les villes américaines où le nombre des Roumains était plus grand, ceux-ci ont fait construire des églises orthodoxes. Au commencement du XXe siècle aux États-Unis on publiait deux journaux en roumain: „Românul" en décembre 1905 et „America" en septembre 1906. En 1914 on estimait qu'environ 150.000 Roumains vivaient aux États-Unis (Chioreanu et al., 1978).

En 1937 Andrei Popovici affirmait que 150.000 Roumains vivaient aux États-Unis et 15.000 au Canada (Chioreanu et al., 1978).

Les Roumains ont commencé à partir en cherchant une vie meilleure et des possibilités de s'enrichir plus vite.

3. Quelques Roumains très connus dans le monde qui ont quitté la Roumanie

Parmi les Roumains célèbres qui ont quitté la Roumanie il y a des écrivains, des économistes, des sportifs, etc., et nous allons donner quelques exemples. **Mircea Eliade,** né le 13 mars 1907 à Bucarest, il est devenu citoyen américain en 1966. Il s'est occupé de l'histoire des religions, il a écrit beaucoup de romans, de nouvelles et d'essais philosophiques et il a enseigné à l'Université de Chicago à partir de 1957 où il a enseigné l'histoire des religions. Aux États-Unis il a reçu le titre de Distinguished Service Professor. Ses œuvres ont été traduites en 18 langues. Il est mort en 1986 et il est devenu post-mortem membre de l'Académie roumaine, en 1990 (wikipedia).

Une chose qui est moins connue partout dans le monde est le fait que Mircea Eliade a obtenu lorsqu'il avait 23 ans une bourse en Inde où il a étudié la langue sanscrite avec Surendranath Dasgupta et en 1933, revenu en Roumanie il a publié le roman Maitreyi qui présente son expérience indienne et son amour pour Maitreyi, la fille de son professeur indien. En 1972, Maitreyi Devi a répondu à Mircea Eliade par son roman L'amour ne meurt pas. Ce roman, où les héros principaux sont Mircea et Amrita a été déjà traduit en plusieurs langues parmi lesquelles l'anglais et le roumain (wikipedia).

Une autre personnalité roumaine qui a quitté la Roumanie a été le philosophe et l'écrivain roumain **Emil Cioran.** Celui-ci est né le 8 avril 1911 à Răşinari et il est mort à Paris le 20 juin 1995. Emil Cioran a fait ses études à l'Université de Bucarest. En 1933 il a obtenu une bourse et il a continué ses études de philosophie à Berlin. Son premier livre publié en Roumanie en 1934 a été „Pe culmile disperării" (Sur les sommets du désespoir) et il a reçu plusieurs prix. Il a publié ensuite beaucoup d'autres livres parmi lesquels en 1937 „Lacrimi şi sfinţi" (Des Larmes et des Saints). Emil Cioran s'est établi définitivement en France en 1945. On lui a retiré la citoyenneté roumaine et il n'a jamais sollicité la citoyenneté française. En France ses œuvres ont été publiées presque toutes chez Gallimard. Son premier livre publiée en français „Précis de décomposition" paru chez Gallimard en 1949 a été distingué par le Prix Rivarol. Après 1950 Emil Cioran a refusé toutes les autres distinctions attribuées. À Paris il a eu beaucoup d'amis parmi lesquels Eugen Ionescu, Mircea Eliade, etc. Parmi les livres les plus importants publiés par Emil Cioran en France il faut énumérer „Syllogismes de l'amertume, livre paru chez Gallimard en 1952, „La tentation d'exister" livre paru toujours chez Gallimard en 1956, „La chute dans le temps", livre publié en 1964 chez Gallimard, „De l'inconvénient d'être né" livre publié chez Gallimard en 1973, « Exercices d'admiration: essais et portraits », livre paru chez Gallimard en 1986, etc.

Emil Cioran a été un philosophe nihiliste, et „l'un des professeurs de désespoir" tels que Wittgenstein, Schopenhauer, Beckett, Améry, T. Bernhardt etc., selon Nancy Huston dans l'article „Professeurs de désespoir" (2004).

Emil Cioran est devenu membre post-mortem de l'Académie roumaine.

Un autre Roumain célèbre qui a connu sa consécration à l'étranger est **Nicolae Georgescu-Roegen**. Il est né en 1906 à Constanța. Il a étudié les mathématiques à Bucarest avec des professeurs réputés parmi lesquels Gheorghe Țițeica, Dimitrie Pompeiu, Traian Lalescu et Octavian Onicescu en obtenant son diplôme universitaire en 1926 et le titre de docteur en statistique en 1930 à l'Université de Paris. Il a fait ensuite des recherches à Londres avec Karl Piersen et aux États-Unis à Harvard avec A. Schumpeter. En 1948 il a quitté la Roumanie et, en juillet 1948 il est arrivé à l'Université Hardvard, aidé par ses amis Vassilly Leontiev et Edward S. Masson" selon les mentions faites par N. Constantinescu dans son livre Histoire de la pensée économique roumaine. Études (1999, p. 256).

Le livre qui a rendu célèbre Nicolae Georgescu Roegen c'est La loi de l'entropie et le processus économique, publié en 1971 et traduit en roumain en 1979. C'est toujours l'académicien N. Constantinescu qui rappelle dans son livre déjà cité que: „Nicolae Georgescu-Roegen a été professeur émerite à l'Université Vanderbilt des États-Unis, Docteur Honoris Causa de l'Université de Strasbourg, membre de plusieurs académies, sociétés et associations scientifiques des États-Unis et d'autres pays. Pour sa fécondité et son originalité scientifiques, Paul Antony Samuelson, lauréat du Prix Nobel a considéré Nicolae Georgescu-Roegen un économiste parmi les économistes et un savant parmi les savants". (Constantinescu N., 1999, p. 257)

Nicolae Georgescu-Roegen a été proposé pour obtenir le Prix Nobel, mais malheureusement il ne l'a pas obtenu. Il est revenu plusieurs fois en Roumanie où il a tenu des conférences et une fois à l'Académie d'Études Économiques de Bucarest le professeur N. Constantinescu lui a demandé comment s'explique le nom Roegen. La réponse a été : „C'est une anagramme, car depuis que j'étais jeune je ne voulais pas être tout simplement un Georgescu et alors j'ai ajouté à mon nom l'abréviation du nom de l'anagramme". (Constantinescu N., 1999, p. 258)

Nicolae Georgescu-Roegen est enterré, selon sa volonté, dans le secteur des académiciens au cimetière Bellu de Bucarest.

Un autre économiste roumain qui a connu la consécration à l'étranger est **Oreste Popescu**, né en 1913 à Vicovul de Jos de Bucovine, en Roumanie. Il a commencé ses études universitaires à Iași, en 1931, et il les a continuées à Bucarest et à Innsbruck, en Autriche. Il a obtenu son doctorat en 1948 en sciences politiques et économiques. Il a été conseiller du Corps diplomatique roumain entre 1938 et 1944 et il a travaillé aussi à Paris au cadre du système de l'ONU. Il a quitté la Roumanie en 1948 et en 1953 il est devenu citoyen argentin. À partir de 1955 il est devenu professeur titulaire de l'Université Nationale de La Plata et en 1957 il est devenu membre fondateur de l'Association d'économie politique d'Argentine. En mai 1985 il est devenu professeur émérite de l'Université Catholique d'Argentine et en 1996 il est devenu Docteur Honoris Causa de l'Université de Bucarest. (Constantinescu N., 1999 – le chapitre consacré à Oreste Popescu)

Le livre le plus important d'Oreste Popescu reste Studies in the History of Latin American Economic Thought, livre paru à Londres et à New York en 1997 mais il a publié aussi beaucoup d'autres livres et articles. Il est mort en 2003.

Nadia Comăneci c'est une autre Roumaine célèbre qui a quitté la Roumanie. Elle est née en 1961 à Onești. Nadia Comăneci est la première gymnaste au monde qui ait reçu la note 10 à un concours olympique de gymnastique. Elle a obtenu aussi cinq médailles olympiques en or. Elle a quitté la Roumanie en novembre 1989 et elle a sollicité l'asile politique aux États-Unis. Elle et son mari Bart Conner sont les propriétaires de l'Académie de Gymnastique Bart Conner Gymnastics Academy, Perfect 10 Production Company et ils sont aussi les éditeurs du Magazine de gymnastique internationale. Nadia Comăneci est l'ambassadrice des sports roumains et elle est la présidente d'honneur de la Fédération Roumaine de Gymnastique et la présidente d'honneur du Comité olympique roumain.

4. Quelques Roumains célèbres qui ont émigré une période de temps, mais qui sont revenus en Roumanie

Dans cette catégorie il y a beaucoup de Roumains célèbres, mais nous allons mentionner trois, c'est-à-dire Traian Vuia, Henri Coandă et Neagu Djuvara.

Traian Vuia est né le 17 août 1872 à Bujoru et il est mort le 3 septembre 1950 à Bucarest. Il a été avocat, inventeur et un pionnier de l'aviation mondiale. Après son examen de baccalauréat, il est parti à Budapest où il a suivi une année les cours de l'Université Polytechnique, la section de mécanique, aux cours du soir. Puis, parce qu'il n'avait pas d'argent pour continuer ses études, il s'est fait inscrire à la Faculté de droit et il a travaillé en parallèle dans des cabinets d'avocats pour pouvoir s'entretenir. En 1901 il a donné son doctorat en sciences juridiques. Après, il construit son premier avion appelé aéroplane-automobile à Lugoj et il part à Paris en juillet 1902. Ici, en 1903 il obtient un brevet d'invention pour son aéroplane-automobile. En 1904 il construit aussi un moteur pour lequel il obtient un brevet d'invention en Angleterre. C'est comme ça que l'appareil Vuia I^{er} a volé pour la première fois le 18 mars 1906 à Montesson en France. Cet appareil avait des systèmes propres de décollage, de propulsion et d'atterrissage. Traian Vuia a fait aussi d'autres inventions, c'est-à-dire un générateur de vapeurs en 1925 et deux élicoptères réalisés entre 1918 et 1922 pour lesquelles il a reçu aussi des brevets d'invention (Wikipedia). En 1946 il est devenu membre d'honneur de l'Académie roumaine. Après sa mort; en 1950, il a été enterré au cimetière Bellu de Bucarest.

Il faut mentionner qu'en Roumanie, l'aéroport international de Timișoara s'appelle Traian Vuia et en France, à Montesson, il existe depuis 2013 une plaque commémorative pour Traian Vuia.

Une autre grande personnalité roumaine est **Henri Marie Coandă**. Il est né le 7 juin 1886 à Bucarest. Il a été ingénieur, physicien et inventeur. Il a été aussi un pionnier de l'aviation et celui qui a découvert l'effet qui porte son nom.

En 1904 il a commencé ses études universitaires à l'Université Technique de Berlin – Charlottenbourg et en 1905 Coandă a construit un avion-fusée pour l'armée roumaine. En 1907 et 1908 il a suivi des cours en Belgique à l'Institut technique Montefiore de Liège. Il est revenu en 1908 en Roumanie où il est devenu officier dans le Régiment 2 d'artillerie. Puis, il se retire de l'armée et part en France où il se fait inscrire en 1909 à l'École Supérieure d'aéronautique et de constructions.

En 1910 il termine les cours de cette école et il devient ingénieur aéronautique. À l'aide de l'ingénieur Eiffel qui l'a aidé à obtenir les approbations nécessaires, il a construit le premier avion à réaction sans hélice appelé Coandă – 1910, présenté aussi au IIe Salon international d'aéronautique de Paris de 1910. Entre 1911 et 1914 Henri Marie Coandă a travaillé comme directeur technique des Usines d'aviation de Bristol. Puis il revient en France où il construit le premier train aérodynamique du monde. En 1934 il a obtenu toujours en France un brevet d'invention pour le Procédé et le dispositif pour la déviation d'un courant de fluide qui pénètre dans un autre fluide, c'est-à-dire ce qu'on appelle L'effet Coandă (Wikipedia).

Henri Marie Coandă revient en Roumanie en 1969 et il devient le directeur de l'Institut de création scientifique et technique et en 1970 il devient membre de l'Académie roumaine. Il est mort en Roumanie en 1972. Il faut rappeler que le plus grand aéroport international de Roumanie qui est à Otopeni s'appelle Henri Coandă.

Une autre personnalité roumaine **Neagu Djuvara**, historien, diplomate, philosophe, journaliste et romancier.

Neagu Djuvara est né à Bucarest en 1916 et il est mort en 2018 à 101 ans à Bucarest.

Il a fait ses études à Paris, à la Sorbonne où il a obtenu ses diplômes en philologie et histoire.

Il a donné aussi son doctorat en droit à Paris en 1940. À partir de 1943 il a travaillé au Ministère des Affaires Étrangères et il est envoyé en Suède où il est nommé secrétaire de légation à Stockholm par le gouvernement Sănătescu. Il reste ici jusqu'en 1947. Entre 1947 et 1961 Neagu Djuvara a fait partie de diverses organisations de l'exil roumain. En 1961, il est parti en Afrique, au Niger, où il a travaillé 23 ans comme conseiller diplomatique et juridique du Ministère nigérien des affaires étrangères et il a été aussi professeur de droit international et d'histoire économique à l'Université de Niamey. Il a étudié aussi la philosophie à la Sorbonne et en 1972 il a donné son doctorat avec une thèse de philosophie de l'histoire sous la direction du sociologue et philosophe français Raymond Aron (Wikipedia).

À partir de 1984 Neagu Djuvara a été le secrétaire général de la Maison roumaine de Paris jusqu'au moment où après la Révolution de 1989 il est revenu en Roumanie.

Il a été professeur associé entre 1991 et 1998 à l'Université de Bucarest. En 2012 il a reçu le titre de Docteur Honoris Causa de l'Université Dunărea de Jos de Galați. Il a reçu aussi en 2016 le titre de citoyen d'honneur de Bucarest. Parmi les livres publiés par Neagu Djuvara on peut mentionner : „Civilisations et lois historiques. Essai d'étude comparée des civilisations", Mouton, Paris, 1975, un livre qui a reçu le prix de l'Académie française, „O scurtă istorie a românilor povestită celor tineri" („Une courte histoire des Roumains racontée aux jeunes") livre publié chez Humanitas en 1999, 2006, 2008 et 2010, „Există istorie adevărată?", („Existe-il une vraie histoire?"), livre publié chez Humanitas en 2004, „Amintiri din pribegie" („Souvenirs d'exil"), Humanitas 2005, 2010, etc. Neagu Djuvara a collaboré aussi à beaucoup de volumes collectifs qui ont été publiés en Roumanie et il a donné beaucoup d'interviews, le dernier peu de temps avant sa mort, en 2017.

5. Le nombre des Roumains qui vit actuellement au-delà des frontières de la Roumanie

Aujourd'hui on affirme que 13.000.000 de Roumains vivent au-delà des frontières de la Roumanie, certains dans les pays où ils sont nés en Ukraine, en Serbie, etc., d'autres étant des émigrants plus anciens ou plus récents sur tous les continents avec la remarque qu'après la révolution de 1989 les Roumains qui ont quitté la Roumanie sont partis, en Italie, en Espagne, en Angleterre, en Allemagne, en France, au Portugal, en Hollande, en Norvège, en Australie, au Canada, aux États-Unis

Au niveau européen la Roumanie est un des pays les plus affectés par la fuite des cervaux et de personnel qualifié, notamment dans le domaine de la santé (Ramos, Deaconu, Radu, 2013).

6. L'émigration des Roumains après la révolution de 1989

Les causes de l'émigration des Roumains après la révolution de 1989 ont été multiples : les salaires relativement modestes en Roumanie par rapport aux pays économiquement avancés, le chômage dû au fait que beaucoup d'entreprises ont fermé leurs portes et beaucoup de métiers ne sont plus recherchés en Roumanie, les restitutions d'une partie des immeubles nationalisés aux anciens propriétaires, tandis que beaucoup de locataires sont restés sans abris, le fait que beaucoup de pays tels que la France, l'Angleterre, l'Allemagne, le Danemark ont besoin de médecins, d'infirmières et de spécialistes en informatique et leur offrent des salaires de 5.000-6.000 euros par mois le fait que beaucoup de jeunes diplômés ne trouvent pas d'emplois parce qu'ils n'ont pas d'expérience et, finalement, ils se décident à quitter la Roumanie.

Ces causes ont contribué à une diminution de la population de la Roumanie de 5.000.000 de personnes pendant les dix dernières années (données de l'Institut National de Statistique de Roumanie).

Le pic de l'émigration des Roumains a été après l'entrée de la Roumanie au cadre de l'UE en 2007. Beaucoup de jeunes hommes sont partis pour travailler dans le domaine des constructions ou les femmes comme ménagères en Italie, en Espagne, en Angleterre et beaucoup de médecins et d'ingénieurs ont quitté la Roumanie (données de l'Institut National de Statistique de Roumanie).

Dans ces conditions à l'avenir la Roumanie n'aura plus la possibilité de soutenir le fonds public de pensions. De plus, comme beaucoup de jeunes Roumains ont émigré „le rythme de vieillissement de la population de la Roumanie est le plus élevé d'Europe", selon les explications de l'ex-ministre du travail de Roumanie, Mariana Câmpeanu. (source : http://www.ziare.com)

Selon la même source 3% des médecins et 5%-10% des infirmières de Roumanie émigrent annuellement. Ils se dirigent vers l'Italie, la France, l'Espagne, la Grande-Bretagne et les pays scandinaves. Entre 2007 et 2013, 28.000 docteurs et 17.000 infirmières ont quitté la Roumanie.

Évidemment, il faut avoir une stratégie dans le domaine économique, médical, pour 5-10 ans en Roumanie pour résoudre ces problèmes, stimuler la création d'entreprises, stimuler l'embauche des jeunes en exonérant d'impôts les entreprises qui embauchent des jeunes pendant une période de deux ans et en exonérant aussi les jeunes du payement de l'impôt sur leurs salaires, par un système législatif adéquat, construire un plus grand nombre d'hôpitaux, dotés d'équipements très performants, développer la recherche dans le domaine pharmaceutique et l'industrie roumaine des médicaments, accorder des subventions pour pouvoir importer des médicaments étrangers très utiles contre le cancer, le diabète, le sida, etc. et les distribuer gratuitement dans les pharmacies aux malades à base d'ordonnance, augmenter les salaires des jeunes qui travaillent dans le système public et privé pour les déterminer à rester en Roumanie, développer l'agriculture, le système d'irrigations, les fermes agricoles et créer des supermarchés roumains pour vendre en priorité des produits roumains et obliger les patrons des supermarchés étrangers implantés en Roumanie à vendre aussi des produits roumains dans une proportion de 60% du total des produits vendus. Sinon, pour faire le tour du monde il suffit d'aller à un supermarché, comme par exemple, Carrefour, où en Roumanie on peut voir des fruits et des légumes de 14 pays du monde, de tous les continents.

Voilà pourquoi les députés de la commission d'agriculture ont voté, le 19 avril 2016 la loi des supermarchés de Roumanie qui prévoit que 51% des aliments vendus soient produits en Roumanie. La loi prévoit de tenir compte de la chaîne de courte distribution: producteur – magasin, en éliminant les distributeurs. Et on désire aussi l'élimination des taxes imposées par les magasins. Si la loi est votée dans la Chambre des députés, l'élimination des taxes contribuera à une réduction de jusqu'à 20% des prix.

7. Conclusions

Il ne faut pas être contents qu'un grand nombre de Roumains qui ait quitté le pays nous aide à avoir un taux de chômage raisonnable, il faut faire des efforts pour stopper l'émigration pour que la Roumanie puisse bénéficier des connaissances et du travail des Roumains pour pouvoir se développer et pour ne pas perdre annuellement 80.000 euros pour chaque émigrant roumain diplômé qui quitte la Roumanie (http://www.ziare.com).

Ce développement doit être conçu sur la base d'un programme économique de développement du pays pour une période de 5-10 ans, un programme basé sur un système législatif adéquat.

8. Bibliographie

1. CHIOREANU, Aurora, MÂCIU, M., NICOLESCU, Nicolae, RADULESCU, Gheorghe, ȘUTEU, Valeriu (coordinateurs), (1978) *Mic dicționar enciclopedic,* ediția a II-a revăzută și adăugită, Editura științifică și enciclopedică, București

2. CONSTANTINESCU, N. (1999), *Istoria gândirii economice românești. Studii,* Editura Economică, Bucarest, (volume qui est constitué de plusieurs articles publiés avant 1999 par l'auteur)
3. La collection du journal Libertatea, 2015
4. La collection du journal Financial Times, 2015
5. HUSTON, Nancy, (2004) *Professeurs de désespoir,* Arles, Actes Sud / Montréal, Léméac, p 2
6. RAMOS, M. C.; DEACONU, A.; RADU, C. (2013). Brain drain of health care professionals – can we manage the process?. Proceedings of the *7 th International Management Conference New Management for the New Economy*, Faculty of Management, Academy of Economic Studies, Bucharest, Romania, vol. 7(1), November, pp. 149-155 conferinta.management.ase.ro/archives/2013/pdf/17.pdf
7. ȘCHIOPU, Iosif, (1913) *Românii din America*, dans la revue Luceafărul, no 7-14 de 1913, Sibiu
8. http: //www.ziare.com (un site avec des journaux roumains)
9. Wikipedia, http://www.google.com (accès le 12 février 2017)

BOSCHILIA, R.; RAMOS, N. (2018). *Passados recompostos: narrativas sobre a experiência da i/emigração Portuguesa,* The overarching issues of the european space- preparing the new decade for key socio-economic and environmental challenges, Porto, Fac. Letras Univ. Porto. pp. 104 -118

PASSADOS RECOMPOSTOS: NARRATIVAS SOBRE A EXPERIÊNCIA DA I/EMIGRAÇÃO PORTUGUESA

Roseli **BOSCHILIA**
Universidade Federal do Paraná
roseli.boschilia@gmail.com
Maria Natália **RAMOS**
Universidade Aberta, CEMRI
natalia@uab.pt

Resumo

O artigo, ancorado nas reflexões teóricas sobre memória[1] e subjetividade[2], tem como objetivo problematizar questões ligadas ao contexto e/imigratório e ao perfil dos e/imigrantes portugueses, a partir de uma tipologia de fontes de pesquisa pouco usual que são as narrativas autobiográficas, literárias e orais deixadas pelos próprios sujeitos. Nessa perspectiva, enfocamos aqui a trajetória de três e/imigrantes que saíram de Portugal e se radicaram em países da América, no período entre 1920 e 1960, cujos testemunhos oferecem vislumbres sobre a experiência vivida nos processos de migração.

Palavras-chave: e/imigração portuguesa; narrativas autobiográficas; Serafim Alves de Carvalho; Sidónio Muralha; Manoel da Costa.

Summary

The article, anchored in theoretical reflections on memory1 and subjectivity2, aims to problematize questions related to the emigration/ immigration context and the profile of Portuguese emigrants/immigrants, from a typology of sources of unusual research that are the autobiographical, literary narratives and oral ones left by the subjects themselves. From this perspective, we focus here the trajectory of three immigrants who left Portugal and settled in countries of the Americas, between 1920 and 1960, whose narratives provide insight into the experience of migration processes.

Keywords: Portuguese emigration/immigration; autobiographical narratives; Serafim Alves de Carvalho; Sidónio Muralha; Manoel da Costa.

1. Introdução

Os estudos clássicos acerca do fenômeno dos deslocamentos da população portuguesa, durante os séculos XIX e grande parte do XX, foram realizados, via de regra, com base na documentação produzida por órgãos oficiais ligados direta ou indiretamente à política emigratória. Desse modo,

[1] A memória está sendo aqui entendida como um elemento constituinte do sentimento da identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa/grupo em sua reconstrução de si (Pollak, 1992, p. 204).

[2] De forma bastante simplificada a subjetividade pode ser definida como um modo de existir, um modo de se relacionar com o mundo, que decorre, segundo Guattari e Rolnik (1999, p. 31) dos sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de representação, de imagens, de valor, de produção de ideias, de sentimentos, etc.

ancorada nesta tipologia de fontes, a historiografia daquele período, preocupada em definir o perfil dos emigrantes e as principais causas que motivaram o seu deslocamento, concentrou-se nas políticas da e/imigração, privilegiando fundamentalmente as análises socioeconômicas.

Foi preciso aguardar, no entanto, as últimas décadas do século XX, para que o aprofundamento das discussões teóricas e metodológicas, resultantes do diálogo interdisciplinar, possibilitassem o acesso a novas modalidades de fontes, permitindo, desse modo, um olhar mais alargado e abrangente sobre o tema da e/imigração.

Como se sabe, a adoção dessa nova postura científica só ocorreu notadamente a partir do final dos anos setenta, quando as mudanças paradigmáticas no campo das ciências humanas tornaram possível a escrita de uma história ancorada em conceitos que, além de permitir a problematização de questões anteriormente relegadas ao esquecimento, também passassem a privilegiar grupos minoritários ou excluídos, como escravos, mulheres, crianças, pobres e imigrantes.

Neste novo contexto, alguns estudiosos da emigração portuguesa passaram a dedicar-se ao estudo de temas anteriormente ignorados, como a e/imigração clandestina, os movimentos de retorno, as narrativas (auto)biográficas migratórias e a situação dos que ficaram em Portugal enquanto os seus familiares partiam em busca de melhores condições de vida. No interior destas novas abordagens podem ser inseridas as análises realizadas, já a partir da década de 1980, pela historiadora Miriam Halpern Pereira (1981) preocupada em divulgar documentos que evidenciassem aspetos mais gerais sobre a emigração portuguesa, sobretudo no que dizia respeito aos grupos não contemplados pelos dados oficiais, como era o caso dos emigrantes ilegais.

A obra “Homens que partem, mulheres que esperam”, publicada em meados da década de 1980 pela antropóloga canadense Caroline Brettell (1991), também chama atenção pelo fato de analisar o tema da emigração por um viés singular, deslocando o seu olhar dos sujeitos que partiam para analisar os desdobramentos e as tensões que o fenômeno da emigração provocava em todo o grupo social envolvido nessa experiência.

A partir dos anos noventa, a historiadora e socióloga Maria Ioannis Baganha (1991) se dedicou ao tema da emigração clandestina, procurando dar visibilidade aos sujeitos anônimos que representavam um percentual significativo dos emigrantes portugueses, nomeadamente na Europa, e em países como a França (Ramos, 1991).

A preocupação com os efeitos da migração na estrutura familiar e as estratégias utilizadas pela sociedade portuguesa do século XIX no sentido de viabilizar o projeto imigratório serviu de motivação aos estudos realizados por Jorge Fernando Alves (1994). No seu estudo, além da utilização de registos de passaporte de emigrantes, o pesquisador português valeu-se de outras tipologias de documentos, como testamentos, processos de inventários, cartas, papéis avulsos e livros de anotações pertencentes às famílias emigrantes.

Os trabalhos desenvolvidos por estes e outros estudiosos, sem dúvida serviram de estímulo a outros pesquisadores interessados na problematização de questões que ainda estavam em aberto

quando o assunto eram os grupos de emigrantes minoritários, especialmente mulheres e crianças, e as suas experiências no mercado de trabalho.

No texto intitulado "Entre a saudade da terra e a América: memória cultural, trajetórias de vida e (re)construções de identidade feminina na intersecção de culturas", publicado na primeira metade dos anos noventa, a antropóloga Bela Feldman-Bianco (1993) recorreu aos testemunhos orais de duas gerações de mulheres açorianas, radicadas no estado de Massachusetts, na tentativa de «compreender como essas imigrantes diferentemente reinterpretam e reinventam as experiências vividas na terra natal, em um contexto de mudanças dramáticas nas suas condições de existência, causadas pela imigração» (Feldman- Bianco, 1993, p. 4). A historiadora Maria Izilda Matos (2014) é outra autora que tem se dedicado ao tema da e/imigração, a partir do uso de fontes pouco convencionais, como é o caso das cartas de chamada depositadas nos arquivos distritais.

No entanto, em que pese o interesse crescente de pesquisadores que buscam privilegiar a história da e/imigração, a partir de vestígios deixados pelos protagonistas dessa experiência, ainda são poucos os estudos realizados nessa direção, em virtude da escassez de narrativas deixadas pelos próprios e/imigrantes.

Com base nesta problemática, no presente artigo procuramos enfrentar o desafio metodológico de analisar, a partir de fontes autobiográficas, literárias e orais, as trajetórias de três imigrantes portugueses nascidos entre o final do século XIX e as duas primeira décadas do século XX, que têm em comum o fato de terem protagonizado múltiplos deslocamentos migratórios antes de escolherem o continente americano como lugar de destino.

A partir das narrativas construídas por estes sujeitos ou por seus familiares, acreditamos ser possível refletir sobre a experiência de deslocamento de muitos outros e/imigrantes que não deixaram qualquer vestígio que permita a reconstrução de suas memórias.

O primeiro deles, *Serafim Alves de Carvalho*, nasceu na região Norte de Portugal, em 1898 e aos 18 anos atravessou clandestinamente a fronteira da Espanha, para fugir do serviço militar. Em seguida, deslocou-se para a França e de lá emigrou para os Estados Unidos, onde conseguiu ascender economicamente, tornando-se empresário bem sucedido. Nos anos oitenta, algumas décadas após o seu retorno a Portugal, Serafim dedicou-se à escrita de sua autobiografia, publicada em 1986, poucos meses antes do seu falecimento.

Nosso segundo personagem é o escritor *Sidónio Muralha,* nascido em Lisboa, em 1920. Diferentemente da maioria dos emigrantes que saíram de Portugal por razões econômicas, Sidónio deixou a sua terra natal nos anos 40, no auge do regime salazarista, por razões políticas. Após a sua passagem por diferentes países da África e da Europa, acabou por radicar-se no Brasil no início da década de 1960, onde faleceu em 1982. A apropriação da sua produção literária como escrita autobiográfica justifica-se pelo fato das suas narrativas conterem elementos sobre a sua experiência como imigrante e exilado.

Além destes dois imigrantes que tomaram a iniciativa de registar as suas experiências de deslocamento, selecionamos um terceiro personagem, *Manoel da Costa*, nascido em 1927 e falecido em 1996, que deixou vestígios de sua trajetória de vida exclusivamente na memória de seus descendentes. Originário da região de Viana do Castelo, Manoel emigrou para o Canadá, em meados dos anos sessenta, após ter trabalhado na pesca do bacalhau e de ter residido por onze anos em França.

2. De pastor de cabras a homem de negócios em Wall Street

As memórias autobiográficas de *Serafim Alves de Carvalho*, publicadas sob o título *"Emigrar, emigrar: as contas do meu rosário"* (1986), constituem um documento raro e singular para quem deseja conhecer a trajetória de e/imigrantes que tal como ele, deixaram o país ilegalmente, sem deixar qualquer vestígio de sua experiência de deslocamento.

Oriundo de uma família de lavradores da região metropolitana do Porto, Serafim destaca em sua narrativa um aspeto bastante presente na trajetória da maior parte dos imigrantes que saíram da região Norte de Portugal, ou seja, as agruras de uma infância paupérrima, marcada por sucessivos deslocamentos internos e o ingresso precoce no mundo do trabalho.

> Nasci no lugar de Vila Chã, freguesia de Escariz, do concelho de Arouca, no dia 26 de maio de 1898 [...] Relembro com infinita saudade os meus pobres pais, carregados de filhos e de miséria [...] eram pequenos lavradores que, à custa de muito suor, tiravam das ubérrimas terras que cultivavam aquilo com que matavam a fome da numerosa família [...] Vivi na aldeia como todas as crianças, com mais boroa, menos boroa, com mais caldo ou menos caldo, a fazer recados e a trabalhar no que podia (Carvalho, 1986. p. 15-25).

Como a maioria dos meninos de sua aldeia, Serafim passou a trabalhar como pastor de ovelhas, por volta dos sete anos de idade, em um local próximo à freguesia onde a família vivia.

> Recordo agora com saudade a roupa que recebi de meus patrões e que era constituída por umas calças, um casaquito, uma camisa de estopa que me picava o corpo e outra camisa de linho para ir à missa, um chapéu de abas largas e uns tamancos pregados e outros de feira para ir também à missa (Carvalho, 1986. p. 29).

Ao falar sobre as condições de trabalho às quais os filhos de lavradores pobres, em geral, eram submetidos, ele relembra: "Se na minha casa havia miséria, para onde fui ela não era menor [...] a comida diária não passava de meia sardinha assada [...] o ordenado que era a módica quantia de mil e quinhentos réis[3]. Por um ano de trabalho! (Carvalho, 1986. p. 29).

Quando tinha dez anos, Serafim deixou a aldeia pela primeira vez e seguiu, na companhia do pai para a cidade do Porto, assumindo de vez a sua condição de migrante:

[3] Vale lembrar que nesta época o salário médio pago aos trabalhadores rurais era de 1200 réis por mês.

> Se até aí, nesses poucos anos em que trabalhei por conta de outrem [...] em localidades das redondezas, já auferira o estatuto de emigrante, pois que tivera já a experiência triste de deixar a terra onde nascera e os meus queridos familiares, daqui para diante vou ser mesmo emigrante, já que vão ser outras e mais distantes as terras por que virei a passar, outras as perspectivas de vida (Carvalho, 1986. p. 35).

Em 1914, ao completar 16 anos e após ter desempenhado diferentes atividades, seja na lavoura, como carregador de "água-choca" ou como ajudante em uma cerâmica, Serafim passou a fazer parte da massa de trabalhadores absorvida pelas minas de volfrâmio e de carvão, que foram instaladas na região Norte de Portugal, no contexto da Primeira Guerra Mundial. Dois anos depois, com o intuito de escapar do serviço militar, seguiu em direção à Espanha, na companhia de um colega que já havia trabalhado naquele país anteriormente. Ao rememorar a experiência de atravessar a fronteira "a salto", ou melhor dizendo, de modo clandestino, ele relata:

> Recordo que era dia de festa em S. Bento da Porta Aberta e por lá andavam polícias à cata de rapazes que, como nós, queriam passar para o outro lado. Prenderam alguns, mas não notaram a nossa presença e tivemos assim oportunidade de contactar o "passador" que, pelo trabalho, levou três coroas. Tivemos de passar três dias em ar de quem está gozando a festa a S. Bento, que é uma das mais concorridas da região e, ao terceiro dia, pela meia-noite quando o fogo de artifício estava a ser lançado, metemos os três – eu, o Zé Bento e o "passador" – os pés a caminho (Carvalho, 1986. p. 91).

Após chegar à Espanha e conseguir um emprego em uma mina de carvão, Serafim matriculou-se em uma escola noturna, onde aprendeu a ler e a escrever.

Com o fim da guerra e o fechamento das minas de carvão, ele viu-se sem trabalho e decidiu partir para a França que, naquele momento, necessitava de mão de obra para a reconstrução do país. Após ingressar no território francês, graças à obtenção de um passaporte falso, no qual ele era identificado como José Gonzalez, Serafim trabalhou inicialmente nas minas de St. Etienne du Loire, e tempos depois seguiu para Rouen, onde conseguiu um emprego nas docas.

Desde o momento que deixou a Espanha, Serafim passou a acalentar a ideia de emigrar para a América do Norte. Porém, ele tinha clareza que para alcançar este objetivo, dois grandes obstáculos precisavam ser enfrentados. Em primeiro lugar, era necessário obter um passaporte que permitisse o ingresso no território americano. Além disso, era preciso conseguir dinheiro suficiente não só para a aquisição da passagem, mas também para atender as exigências do serviço de imigração no sentido de comprovar que ele tinha condições de sobreviver ao chegar no país de acolhimento. Serafim relata que por fim, em agosto de 1920, após muitas peripécias, conseguiu ingressar nos Estados Unidos, viajando como tripulante de um navio e portando um passaporte português no qual constava seu verdadeiro nome e que fora obtido graças à ajuda do Consul Espanhol.

De acordo com a sua narrativa, os primeiros tempos em Nova Iorque, sobretudo os primeiros cinco anos, foram muito difíceis. Em 1926, entretanto, ele conseguiu viajar para Portugal para casar-se com Matilde de Castro, filha de um de seus antigos patrões, com quem ele se correspondia desde que deixou Portugal.

No início da década de 1940, depois de ter exercido várias atividades laborais, Serafim recebeu o convite de um imigrante catalão e tornou-se sócio de uma empresa de importação e exportação de vinho e bacalhau. Em 1945, fundou uma firma individual dedicada a assegurar os mais variados serviços de trafego naval (mantimentos, madeira, equipamentos e até mesmo trabalhadores).

Finalmente, em 1953, Serafim tomou a decisão de retornar a Portugal para atuar na área de pomicultura, mantendo paralelamente os seus negócios na América. Após a sua aposentadoria, no início dos anos oitenta, passou a dedicar grande parte do seu tempo à tarefa de "arquivar a sua própria vida". A obra (Carvalho, 1986), que foi redigida com a ajuda do escritor/jornalista Rui Castro, segue o modelo dos textos biográficos que visam enaltecer a figura do imigrante pobre que conseguiu ser bem sucedido e encontrar o seu pote de ouro sob o arco-íris, foi publicada pouco tempo antes do seu falecimento, ocorrido em 1986.

3. A experiência de um e/imigrante contada em prosa e verso ...

Diferentemente de Serafim e de Manoel, *Sidónio Muralha*, o nosso segundo personagem, nascido em Lisboa, em 1920, era oriundo de uma família de classe média e em momento algum se deparou com dificuldades materiais durante o seu período de infância e adolescência. Filho do jornalista socialista Pedro Muralha, Sidónio pode frequentar boas escolas e ingressar no Curso de Ciências Econômicas tão logo concluiu o ensino secundário.

Contudo, como tantos outros portugueses nascidos a partir da década de 1920, Sidónio cresceu e viveu a sua adolescência inserido em uma sociedade, que além de marcada pela pobreza e desigualdade social, frutos do secular modelo econômico, se via mergulhada na irredutível experiência do autoritarismo que fora imposto por Salazar, a partir de 1933.

Assim, o interesse pela escrita, aliado ao gosto pela leitura, que o acompanhou durante a trajetória educacional emergiu, no contexto político do final da década de 1930, como uma das poucas estratégias viáveis de contestação ao regime salazarista, que tinha como marcas a repressão política e a censura.

Nessa época, enquanto frequentava o curso superior, Sidónio, tornou-se membro de um grupo, formado por jovens artistas e escritores, que deu origem ao movimento artístico-cultural que, em Portugal, ficou conhecido como neo-realismo. Partidários de um posicionamento político em defesa de uma arte socialmente implicada, este grupo procurava demarcar uma rotura com o comportamento considerado excessivamente passivo da geração precedente, depositando na literatura as suas esperanças de uma sociedade mais justa.

Fiel a esses princípios, Sidónio procurava discutir em seus versos as contradições com as quais ele se deparava no cotidiano, privilegiando não só os problemas geralmente explorados pelos neo-realistas, como a miséria e pobreza, mas também chamando a atenção para outras questões igualmente

preocupantes como o descaso com os velhos ou as condições de vida de pessoas marginalizadas pela sociedade.

Em 1942, o convite para participar como um dos autores da coleção "Novo Cancioneiro", possibilitou a publicação da obra "Passagem de Nível", na qual Sidónio, reafirmando a sua vinculação aos ideais do neo-realismo, usa a poesia como arma, não só para combater as injustiças sociais, mas para intervir na realidade. No entanto, os seus escritos passam por uma grande mudança quando, em 1943, sufocado e desiludido com os rumos do seu país, Sidónio opta pelo autoexílio e, na companhia do amigo e escritor Alexandre Cabral, viaja para a África, iniciando aí a sua longa trajetória como imigrante que incluirá diferentes países como o Congo Belga, Guiné-Bissau, Senegal, Bélgica, Inglaterra e França até chegar, finalmente, ao Brasil, quase duas décadas depois.

A permanência no continente africano, durante a década de 1940, dará novos contornos à sua escrita, imprimindo em seus versos não só a sua indignação em relação à ditadura salazarista, mas também o desejo de "arquivar a própria vida" (Artières,1998).

Assim, os versos escritos ao longo deste período e das décadas seguintes[4], mais do que reforçar a opção pela poesia militante e de intervenção, expõe a subjetividade do autor, na medida em que ele procura partilhar com o leitor os seus sentimentos como exilado e as estratégias para reconstruir a sua identidade como imigrante, como se vê, por exemplo, no texto em que ele rememora a sua saída de Portugal:

> [...] É setembro, um Setembro antigo, meu pai está no cais para me dizer adeus, um adeus que sabemos definitivo mas fingimos que não, subo com o Alexandre Cabral, o "Quanza" se afasta, as pedras tremulam, navegamos para Leixões e depois para o Congo ... todos estes acontecimentos amanhã serão memórias mas nós ainda não temos consciência disso (Muralha, 1975a, p. 87-88).

O ressentimento de ter sido forçado a deixar a sua terra natal por questões políticas, reaparece, de modo bastante claro, no poema Raízes:

> Velhas pedras que pisei/ Saiam da vossa mudez/ Venham dizer o que sei/ Venham falar português/ Sejam duras como a lei/ E puras como a nudez./ Minha lágrima salgada/ Caíu no lenço da vida/ Foi lembrança naufragada/ E para sempre perdida/ Foi vaga despedaçada/ Contra o cais da despedida./Visitei tantos países/ Conheci tanto luar/ Nos olhos dos infelizes/ E porque me hei-de gastar? / Vou ao fundo das raízes / E hei-de gastar-me a cantar. (Muralha, 2012).

O contexto dos anos sessenta configurou-se como um novo marco na vida de Sidónio Muralha, quando ele vivencia novas experiências de deslocamento emigratório. Em 1960, no auge da efervescência política que culminou com a independência da República do Congo, os Muralha se afastam do país e, por dois anos, passam a residir em Bruxelas. Nesse período, em virtude da sua atuação como representante comercial de uma empresa multinacional, ele realizou dezenas de viagens

[4] Como representante comercial de uma empresa multinacional, Sidónio Muralha viajou pelo mundo, prestando assessoria econômica.

pelo mundo, prestando assessoria econômica em mercados financeiros. E foi, justamente, em decorrência da sua atividade profissional que, em 1962, Sidónio decide radicar-se no Brasil, residindo inicialmente em São Paulo e depois em Curitiba, onde permaneceu até à sua morte, em 1982.

A transferência para o Brasil teve um papel significativo na sua trajetória de vida, incidindo não só nas decisões tomadas pelo autor em relação à sua carreira profissional, mas causando também grande impacto na sua produção poética. Além de dedicar-se à literatura infantil, continuou a escrever histórias, poemas e contos de humor, que lhe deram diversos prêmios nacionais e internacionais.

Por outro lado, é importante destacar que a decisão de emigrar para o Brasil foi tomada em um momento particular da sua vida, que coincidia com a chegada à maturidade. Neste sentido, a experiência deste deslocamento foi absolutamente distinta daquela primeira saída de Portugal, quando ele tinha apenas 20 anos e a esperança do retorno era um sonho possível. Duas décadas após, Sidónio tinha plena consciência de que ele tinha vivido mais de metade da sua vida como um andarilho, um indivíduo deslocado, arrastado para longe de suas raízes. E é justamente a partir desta nova experiência de deslocamento que se evidencia, mais claramente, na produção literária de Sidónio o desejo de dedicar-se à escrita autobiográfica, ou seja, de "olhar para trás", investindo no arquivamento do eu.

> Acumulei experiências (...) e tudo isso um dia explodirá em prosa ou verso que imprimirei, talvez, guardando os livros como recordação nas gavetas, nos armários, nas prateleiras, prestigiados pela poeira dos séculos (...) (Muralha, 1975a, p. 22)

Pouco tempo depois de ter chegado ao Brasil, ao falar sobre os motivos que o trouxeram para a América, ele afirmou: "Escolhi o Brasil, sobretudo por causa da língua. Mas não acredito na existência de coisa mais trágica que o exílio." (Muralha, 2015, n.p.)

A partir de 1969, Sidónio passou a dedicar-se intensamente à escrita de poemas e crônicas nos quais ele aparece como personagem principal. No intuito de reconstruir as suas memórias ele publica várias obras, nas quais a sua subjetividade se manifesta desde a escolha dos próprios títulos. Desse modo, no rasto da obra "Esse Congo que foi belga" publicada, em 1969, com o objetivo de registar parte das experiências que ele teve no continente africano, Sidónio publica dois anos depois, "Que saudades do mar**"** (1971).

Atento ao cenário político do seu país e sempre esperançoso em relação ao esgotamento do regime salazarista, Sidónio escreve em um dos seus versos: "[...] Suave praia, tu não estás perdida/ pois nada está perdido enquanto há vida/enxuga os olhos, pátria, tem confiança" (Muralha, 2010, Soneto do difícil retorno (2) - *Que Saudades do Mar*, 1971, n.p.).

Na sequência, publica "Pássaro ferido**"** (1972), o livro de crônicas e poemas, de caráter autobiográfico, no qual ele faz um relato retrospectivo sobre a sua própria existência, falando sobre a saudade dos amigos, das cidades e da sua própria infância.

> Muito cedo deixei de ser criança/ E só guardei, à guisa de brinquedo,/ Encharcada de lua essa lembrança/ De não ser mais criança muito cedo./ E esse cheiro de terra e a brisa mansa/ Ondulante de verde e de arvoredo/ E o folguedo doirado dessa trança/ Que um dia me contou o seu segredo./ **O menino que eu fui ainda corre/ No meu país distante**.

> O dia morre,/ as sombras vão descendo, o sono vence-o./ E ele dorme, de mim desencontrado,/ **O menino que eu fui dorme embalado/ Na surdez em surdina do silêncio (**Muralha, 1972, p. 18) (sem grifo no original).

O desejo de revisitar o passado, cada vez mais presente na escrita do autor, resultará na obra intitulada "A caminhada" (1975a). Em 1973, quando este texto estava sendo gestado, Sidónio afirma:

> No presente momento (...) procedo a um inventário de vivências em cartas, contos, poemas, conferências (...) O livro chamar-se-á "A caminhada" e não será espartilhado pela ordem cronológica, para que o tempo tenha outras dimensões. É possível que haja buracos ao longo da estrada, porque nas minhas andanças pelo mundo fiquei sem cópia de centenas de cartas, sumiram artigos, naufragaram documentos (...) (Muralha, 1975a, p. 10).

Com a Revolução dos Cravos, ocorrida em abril de 1974, Sidónio sente-se livre para regressar definitivamente ao seu país, depois de mais de três décadas de exílio. Contudo, nesse momento, os tempos eram outros e os laços emocionais que ele havia estabelecido no Brasil o impediam de voltar. Além disso, ele sabia muito bem que, muito embora ele pudesse voltar ao lugar de origem, não se podia voltar ao tempo da partida, nem ao indivíduo que ele era no momento da partida (Sayad, 1998. p. 17).

Note-se que a decisão de não retornar a Portugal já havia sido tomada, pelo menos desde 1971, quando ele escreve o "Soneto do difícil retorno", texto no qual não deixa de reafirmar o seu vínculo identitário com a pátria portuguesa:

> Se fores a Portugal, um dia, se/pisares aquele chão, diz-lhe que aguarde/ o difícil retorno deste que/ nunca pensou voltar assim tão tarde./ Mas houve temporais e lutas e/ se a batalha foi ganha sem alarde,/ nunca foi sem alarde a raiva de/ um inimigo oculto, hostil, cobarde./ **Atravessei os mares e os continentes,/ conheci outras línguas, outras gentes,/ mas a minha poesia é lá que vive**./ É lá que sou poeta e na verdade/ a minha volta é só formalidade./ **- Voltar não voltarei./ Sempre lá estive** (Muralha, 1971) (sem grifo no original)

No contexto dos anos setenta, cada vez mais comprometido com a reconstrução de sua memória de vida, ele já havia publicado o romance "O homem arrastado**"** (1972) e a obra intitulada "O andarilho" (1975b). Nesta última, utiliza a ficção para falar de si e procurar fazer um balanço acerca da sua trajetória como imigrante.

> O inventário era implacável: - de tantas viagens, de tantos povos e fronteiras, um montão de destroços de vidas e de lembranças mutiladas. Mas ele tinha a perseverança dos cardos que irrompem da areia e ainda sentia a esperança no coração, quente e furiosa, como um bicho encurralado. Quilhas, mastros, velas e remos do cais da infância, impregnaram a sua memória de um gosto de sal. Gaivotas gritavam, uma poalha de cinza descia lentamente, as primeiras luzes tremulavam do outro lado do Tejo. Tudo rangia e balouçava, nos tombadilhos agitavam-se vultos brancos como lenços, vozes ocultas esfumavam-se, a tristeza do menino era maior do que ele, tomava a amplidão do apelo que vinha do largo. Como doía ser um barco na noite e ficar ancorado. Agora não. O tempo passara e tantas viagens fizera que não podia mais permanecer no mesmo lugar. Às vezes pensava acomodar-se, procurar num país frio a hospitalidade de uma lareira, percorrer um livro como quem descobre um território. Mas logo afastava a idéia confortável, fazia as malas e partia ... (Muralha, 1975b, p. 96).

Nos últimos anos da sua vida, todavia, Sidónio deixa de escrever sobre si mesmo, como se a tarefa autobiográfica já tivesse sido cumprida, e passa a dedicar-se com entusiasmo à literatura infantil. Porém, dois anos antes de morrer, como se quisesse despedir-se da pátria que havia deixado para sempre nos idos da sua juventude, ele escreve "Pátria Minha", um belo livro de sonetos em homenagem a Camões.

4. O pescador de bacalhau

Como já foi referido anteriormente, das três pessoas selecionadas para esta análise, *Manoel da Costa* é o único personagem que não deixou qualquer tipo de registo autobiográfico sobre a sua trajetória como e/imigrante. Com exceção da parca documentação oficial produzida a seu respeito, como registros censitários, cartoriais, eclesiásticos e de passaportes, ou mesmo de caráter privado, como cartas ou álbuns fotográficos, ele deixou poucos rastros sobre a sua experiência de vida. Para além da dificuldade em reunir documentos que possibilitem a reconstrução do percurso de Manoel como e/imigrante, o fato de ele possuir um nome extremamente comum, é outro aspeto que traz obstáculos para a reconstrução de sua biografia.

Em que pese o fato de Manoel ter sido selecionado como um caso singular no que tange aos objetivos específicos deste artigo, é forçoso lembrar que a sua condição como sujeito histórico, marcada pela invisibilidade, em razão da ausência de documentos, é muito similar à da maioria dos e/imigrantes portugueses. Diante do silêncio das fontes escritas, a metodologia da história oral emergiu, no final do século XX como uma contribuição imprescindível para a reconstrução das experiências de grupos subalternos, os chamados "excluídos da história", nos quais estão inseridos uma parcela significativa dos e/imigrantes, sejam eles europeus, asiáticos, africanos ou latino-americanos.

Mas como proceder quando as balizas temporais impedem o acesso às narrativas de sujeitos que, embora tenham protagonizado a emigração clandestina e realizado múltiplos deslocamentos migratórios, como foi o caso de Manoel da Costa, não deixaram registros desta experiência? Nesse caso, a tradição oral, aqui entendida como uma das vertentes do patrimônio imaterial, associada ao universo das fontes orais, emerge como um instrumento de pesquisa que permite a reconstrução destas memórias silenciadas. Através desta modalidade de história oral torna-se possível recorrer às recordações de pessoas que mesmo não tendo participado diretamente dos eventos narrados, preservam o conhecimento cultural compartilhado com gerações anteriores e transmitidos pela tradição oral. Dito de outra forma, a partir deste tipo de entrevista é possível aceder a uma parcela dos eventos "vividos por tabela" ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa "se sente pertencer" (Pollak, 1992:201).

Assim, do nosso ponto de vista, essa modalidade de entrevista cumpre um papel crucial para o estudo de trajetórias de pessoas que no passado protagonizaram experiências diversas, ligadas

frequentemente à pobreza, à dor e ao fracasso - como é o caso dos e/imigrantes que não obtiveram sucesso no seu empreendimento -, sobre as quais, por diferentes razões, elas preferiram silenciar.

Todavia, as recordações compartilhadas no espaço privado, com familiares ou outras pessoas, podem fornecer elementos para aprofundar o nosso conhecimento acerca das experiências vivenciadas por estes sujeitos. Foi a partir dessa perspectiva que realizamos a entrevista com o empresário Manoel da Costa, filho mais velho do "pescador de bacalhau", que emigrou para o Canadá aos 14 anos.

O filho de Manoel inicia o seu discurso sobre a trajetória do pai, destacando o fato de ele ter nascido "num capoeiro de galinhas, pois meus pais eram tão pobres que não tinham onde morar" (Costa, 2015).

Na sequência, relata que seu pai nasceu em 1927, na freguesia de Castelo de Neiva, situada na região de Viana do Castelo e que a família, composta pelos pais e outros 10 irmãos, vivia da pesca e da prestação de serviço aos lavradores que tinham maiores posses.

Ao fazer um exercício de metamemória, conforme define Candau (2012), o filho de Manoel menciona que, devido à extrema pobreza em que vivia, a família Costa enfrentou sempre muitas dificuldades para comer e vestir. Manoel menciona ainda que seu pai "casou-se com uma rapariga que trabalhava como criada na localidade de Castelo do Neiva" (Costa, 2015), quando tinha quase 30 anos. A partir daí, segundo ele, o jovem casal passou a residir em um casebre cedido por um morador da região, onde ele nasceu, em 1954. Depois dele, vieram mais seis filhos. Nos idos de 1955, diante das crescentes dificuldades de sobrevivência, com a presença de mais uma boca para alimentar, seu pai decidiu engajar-se na pesca do bacalhau, atividade extenuante e perigosa, realizada nos mares gelados de Terra Nova, nas costas do Canadá.

Praticada desde o século XVIII, a pesca do bacalhau sempre atraiu grande número de trabalhadores portugueses, mas foi a partir do Estado Novo que a atividade se intensificou, passando a ocupar, ao lado do trigo, um lugar central na economia política do "fascismo português" (Garrido, 2016: p. 159). A campanha do bacalhau, como ficou conhecida, foi, segundo o historiador Álvaro Garrido, a solução encontrada pelo regime salazarista para "manter as fainas locais como um amplo reservatório de mão-de-obra disponível para o recrutamento sazonal que era exigido pelas pescas longínquas do bacalhau e do arrasto" (Garrido, 2016, p. 158).

Para os pescadores que se dispunham a enfrentar os riscos que envolviam a pesca do bacalhau, a maior dificuldade era permanecer embarcado em um veleiro de pequenas dimensões, durante seis meses ininterruptos, conforme narra o pescador Vicente Fradoca Branco, que nasceu em 1943 e esteve oito anos na pesca do bacalhau: "Era uma vida dura. Estávamos no mar seis meses e o navio recebia tudo o que a natureza mandava: os ventos, as tempestades, o mar a partir na proa" (Branco, 2013).

Apesar dos obstáculos impostos pelas condições climáticas e pelas duras condições de trabalho que exigiam uma jornada diária de aproximadamente dezasseis horas, a possibilidade de receber um salário fixo ao final da jornada e poder construir uma moradia para a sua família foi o que provavelmente motivou o pai de Manoel a engajar-se por duas vezes naquela arriscada jornada.

De acordo com a narrativa de Manoel, do mesmo modo que outros homens da aldeia que participavam da campanha do bacalhau, seu pai ficava longe de casa de março a setembro. Durante este período, a rotina dos pescadores estava dividida entre o trabalho solitário da pesca - uma vez que passavam a maior parte do dia no interior de um bote de fundo chato (chamado dóri), que era tripulado por um só homem -, e a faina coletiva que envolvia o processamento do bacalhau, após os pescadores retornarem ao navio-mãe, com o fruto da pesca. Nesse momento, antes de ser armazenado, o produto passava pelo processo de escala (retirada das vísceras e da espinha) e de salga.

A pesca do bacalhau era uma atividade extremamente dura e perigosa, sobretudo pelo fato de exigir que os pescadores ficassem muito afastados do navio-mãe e à mercê de dois grandes inimigos, as tempestades e a neblina, o que não raro impedia o retorno dos trabalhadores, levando muitos deles a perecer de frio e de fome.

Para se ter uma ideia sobre a rotina de trabalho dos pescadores de bacalhau, recorremos novamente às memórias de Branco (2013).

> No dóri tínhamos um cesto, à proa, com linha e bocadinhos de lula e cavala e ainda dois mil ou três mil anzóis. A linha tinha um ferro e um balão na ponta. Depois de deitar a linha ao mar tínhamos de esperar. Eu tinha um relógio com uma protecção de madeira feita pelo meu pai e guardava-o sempre junto ao peito. Quando ouvíamos a sirene do navio ou víamos uma bandeira preta no mastro, puxávamos a linha e o bacalhau boiava. Tínhamos de usar umas luvas de borracha para não cortar as mãos e íamos colocando o bacalhau na ré. Quando a ré estava cheia, o bacalhau era colocado na proa, para controlar o barco. Se não arreávamos de ré. Quando o barco não carregava mais, deixávamos o balão no mar e íamos descarregar ao navio. Depois regressávamos para carregar outra vez o resto do bacalhau.

Para aqueles que conseguiam superar estas dificuldades, outra operação arriscada era o momento em que o bote, carregado com aproximadamente meia tonelada de peixes, devia ser içado ao navio.

Se a pesca à linha era uma atividade solitária e extenuante, tendo em vista que o bacalhau precisava ser retirado a cem metros de profundidade, as condições de trabalho e de higiene no interior do navio não eram melhores.

> Dormíamos três a quatro horas por dia, cheios de sangue do bacalhau, cheios de porcaria. Tomava-se banho ao fim de seis meses. Comida não faltava [...] batatas cozidas com pele, bacalhau, e o navio carregava barricas de carne, chispe, e matavam-se quatro bois para a viagem. Não se morria à fome. Só a água é que era pouca. Água para beber não faltava, mas não havia para tomar banho. Quando chovia aproveitávamos para lavar o que era preciso. Tínhamos as mãos sempre cheias de sangue do peixe. Era uma faina porca, não tem outro nome (Branco, 2013).

De acordo com a narrativa de Manoel, em 1957, após ver morrer muitos amigos, seu pai decidiu abandonar a pesca do bacalhau e seguiu para a França “a salto”, repetindo o percurso feito por milhares de portugueses que saíram clandestinamente de Portugal, em direção à França, no período salazarista (Ramos, 1991). Em Paris, Manoel permaneceu, trabalhando no setor da construção civil, durante onze anos. Neste período, o que sobrava dos parcos rendimentos era remetido à esposa que enfrentava sérias

dificuldades econômicas para sustentar os filhos em Castelo de Neiva. Somente depois de um período de aproximadamente cinco anos de permanência em França, Manoel deixou de ser considerado imigrante ilegal e pode retornar a Portugal anualmente para visitar a família.

Em 1967, logo após o Canadá abrir a possibilidade de receber imigrantes, Manoel decidiu deixar a França e emigrou legalmente para o Canadá. Após trabalhar por algum tempo numa região de minas, mudou-se para os arredores de Toronto, onde conseguiu emprego na construção civil. Em 1970, treze anos depois de ter saído de Portugal pela primeira vez, Manoel conseguiu, finalmente, trazer a esposa e os filhos para junto de si. Embora não tenha conseguido enriquecer, foi na cidade de Toronto, onde residiu até ao seu falecimento, ocorrido em 1996, que Manoel pode adquirir uma casa própria e educar os filhos.

5. Considerações finais

Depois da exposição acerca das diferentes trajetórias destes três imigrantes, algumas considerações merecem ser feitas. Longe de poder inseri-los no interior de um grupo homogêneo, é interessante percebê-los como sujeitos singulares que nos deixaram vestígios sobre as suas trajetórias como imigrantes.

Oriundos de uma mesma camada social, Serafim e Manoel protagonizaram experiências similares à de milhares de outros jovens, filhos de lavradores, que, por razões econômicas, deixaram a região norte de Portugal, de modo clandestino, para irem em busca de novas oportunidades de trabalho. Em que pese o fato de ambos terem realizado percursos semelhantes e lançado mão de táticas comuns para viabilizar o projeto e/imigratório, cabe lembrar que os resultados alcançados por eles foram bastante distintos. Se por um lado, Serafim teve oportunidade de construir um patrimônio significativo, Manoel precisou contar com a ajuda da esposa e dos filhos para adquirir um imóvel, investir na escolaridade dos filhos e guardar algumas economias para a velhice. Ou seja, enquanto o primeiro deles pode ser inserido no grupo minoritário de imigrantes bem sucedidos, Manoel, ao contrário, faz parte do grupo maioritário, constituído por aqueles que não conseguiram encontrar a sua “árvore das patacas”.

Já Sidónio Muralha, cuja emigração foi motivada por questões políticas, compõe um grupo menos numeroso, porém não menos importante, de emigrantes que deixaram Portugal durante o Estado Novo, por não concordarem com o regime salazarista.

Ao procurar recompor o passado destes e/imigrantes, com base nas narrativas deixadas pelos próprios sujeitos que protagonizaram a experiência de deslocamento, não podemos deixar de referir que fizemos aqui uma escolha, deixando de lado representantes de outros grupos subalternos, como é caso

de homens e mulheres que, devido ao fracasso de sua empreitada, deixaram pouquíssimos vestígios de sua trajetória como e/imigrantes.[5]

Apesar das limitações e das lacunas existentes nas fontes aqui elencadas, é importante destacar a relevância empírica das narrativas autobiográficas, literárias e orais para a análise de questões relacionadas à memória e à subjetividade de sujeitos que vivenciaram a experiência de múltiplos deslocamentos.

6. Fontes

CARVALHO, Serafim Alves de. (1986). *Emigrar, emigrar*: as contas do meu rosário. Auto-biografia. Compilado e escrito por Rui de Castro. Vila Nova de Gaia: Rocha Artes Gráficas.

COSTA, Manoel. (2015). Entrevista realizada por Roseli Boschilia em Toronto/CA, em 15 set. 2015.

MURALHA, Sidónio. (1941). *Bêco*. Poemas. Lisboa: Gráfica Lisbonense.

MURALHA, Sidónio. (1942). *Passagem de nív*el. Poemas. *Novo Cancioneiro.* Coimbra: Tipografia da Atlântida.

MURALHA, Sidónio. (1969). *Esse Congo que foi Belga.* São Paulo: Brasiliense.

MURALHA, Sidónio. (1971). *Poemas.* Porto: Editorial Inova Limitada.

MURALHA, Sidónio. (1972). *Pássaro Ferido*. Rio de Janeiro: Nórdica.

MURALHA, Sidónio. (1972). *O homem arrastado*. Coimbra: Atlântida Editora.

MURALHA, Sidónio. (1975a). *A Caminhada*: Livro de Vivências. Lisboa: Prelo Editora.

MURALHA, Sidónio. (1975b). *O andarilho*. Lisboa: Prelo Editora.

MURALHA, Sidónio (2010). Soneto do difícil retorno (2). In: Poema. Disponível em http://cravodeabril.blogspot.com/2010/02/poema_23.html. acesso out.2018.

MURALHA, Sidónio (2012). Raízes. In: *Lusografias; retalhos da língua portuguesa*. Disponível em https://lusografias.wordpress.com/2012/12/06/sidonio-. muralha/ acesso out. 2018.

CHÃO DE AREIA. Sidónio (2015). Sidónio Muralha. In: http://chaodeareia.agml.net/2015/07/sidonio-muralha/ acesso out. 2018.

7. Bibliografia

ALVES Jorge Fernandes. (1994). *Os Brasileiros*: emigração e retorno no Porto oitocentista: Porto: Ed. do Autor.

ARROTEIA, Jorge; ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. (1984). *Bibliografia da Emigração Portuguesa*. Lisboa: Instituto Português de Ensino à Distância.

[5] Uma destas trajetórias foi analisada pelas autoras no texto intitulado “Mulheres à proa: relatos sobre a experiência da emigração portuguesa no século XIX (no prelo).

ARTIÈRES, Philippe. (1998). Arquivar a própria vida. In: *Estudos históricos* (Rio de Janeiro). *11* (21).

BAGANHA, Maria Ioannis. (1991). Uma imagem desfocada: a emigração portuguesa e as fontes sobre a emigração. In: *Análise Social*, vol. XXVI (112-113), (3.º-4.º), 723-739.

BRETTELL, Caroline. (1991). *Homens que partem, mulheres que esperam*: consequências da emigração numa freguesia minhota. Lisboa: Publicações D. Quixote.

BOSCHILIA, Roseli. (2013). *Sidónio Muralha*: memórias autobiográficas de um homem arrastado. In Naveg@merica, (11), 1-18.

BRANCO, Vicente Fradoca. (2013). *Eu não quis ir lá para o capim e escolhi o bacalhau.* Entrevista e edição de Maria José Oliveira em nov. 2013. Disponível em http://www.as1001noites.com/eu-nao-quis-ir-la-para-o-capim-e-escolhi-o-bacalhau/ [Acesso em 15 out. 2018.]

CANDAU, Jöel. (2012). *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto.

FELDMAN-BIANCO, Bela (1993). *Entre a saudade da terra e a América:* memória cultural, trajetórias de vida e (re)construções de identidade feminina na intersecção de culturas*.* In Encontros de Antropologia. Curitiba/PR.

GARRIDO, Álvaro. (2016). *Estado Novo e maritimismo*: ideologia e discursos culturais. In *Biblos*. N. 2, 3.ª Série (pp. 141-167). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

GUATTARI, Felix e ROLNIK, Suely. (1999). *Micropolítica*: cartografia do desejo. Petropólis: Vozes.

MATOS, Maria Izilda S. de. (2014). *Elos de tinta e papel*: a presença feminina na correspondência entre e/imigrantes portugueses. In SIMAS, Rosa M. N. (coord). *A vez e a voz da mulher*: relações e migrações (pp. 97-111). Lisboa: Edições Colibri.

PEREIRA, Miriam Halpern. (1981*). A Política Portuguesa de Emigração*, 1850-1930. Lisboa: A Regra do Jogo.

POLLAK, Michel. (1992). Memória e identidade social. *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, *5* (10), 200-212.

RAMOS, Maria Conceição Pereira. (1991). *L' immigration clandestine: élément structurel du phénomène migratoire et donnée du système d'emploi des pays européens*, Communication presented to the 3rd Annual Conference of the Association of Labour Economics, EALE (org.) Madrid, 26-29 September 1991.

TRINDADE, Maria Beatriz (org.). (1981). *Estudos sobre a Emigração Portuguesa*. In: Cadernos da RHES 1-2. Lisboa: Sá da Costa.

SAYAD, Abdelmalek. (1998). *Imigração ou os paradoxos da alteridade.* São Paulo: Edusp.

PINTO, D.; FIGUEIRAS, C. (2018). *O contributo das bandas filarmónicas para a construção / preservação da identidade local: o caso de Baião*. overarching issues of the european space- preparing the new decade for key …, Porto, Fac. Letras Univ. Porto. pp. 119 -138

O CONTRIBUTO DAS BANDAS FILARMÓNICAS PARA A CONSTRUÇÃO/PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE LOCAL: O CASO DE BAIÃO

Diogo Miguel PINTO
Departamento de Geografia, FLUP
up201304874@letras.up.pt
Célia FIGUEIRAS
Departamento de Geografia, FLUP
up201304700@letras.up.pt

Resumo

As bandas de música são em Portugal muito relevantes, pois caracterizam os espaços onde se inserem, não só a nível musical, etnográfico e cultural, mas acima de tudo como entidades fundamentais para a criação e conservação da identidade local, além de que tais grupos ampliam a coesão social e possibilitam às pessoas uma fácil entrada no meio artístico musical. Apesar de reconhecida a importância destas associações, a geografia ainda não foi capaz de fazer um estudo aprofundado desta realidade, e por isso pretende-se com este artigo iniciar a abordagem, o estudo das Bandas Filarmónicas, ainda que de uma forma sucinta. Começaremos por fazer um breve enquadramento teórico das bandas filarmónicas em Portugal, suas características e sua tendência sociocultural, e prosseguiremos com a exploração de um caso concreto, Baião, apresentando a história de cada uma das bandas implantadas neste concelho. Por fim, será retratada a sua realidade. Assim se pretende demonstrar a importância crucial que as bandas filarmónicas desempenham nos lugares onde se inserem e mostrar de que forma se tornaram elementos chave para a preservação e o desenvolvimento da identidade coletiva.

Palavras chave: Identidade local, Memória Coletiva, Cultura, Bandas Filarmónicas, Baião.

Abstract

Philharmonic Bands are very important in Portugal, because they mark the places where they are integrated not only at the musical, ethnographic and cultural level, but also because they are fundamental entities for the creation and conservation of local identity. They are also important because they create social cohesion and make it easy for people to enter the artistic environment related to music. Although geography recognizes the importance of these associations, it has not yet been able to make an in-depth study of this reality, and so it is intended with this article to start the approach to the Philharmonic Bands, albeit briefly. The present work makes a brief theoretical framework to the philharmonic bands in Portugal, then the band history of the municipality of Baião is presented and finally its reality is described. This work intends to demonstrate the crucial importance that the philharmonic bands perform in the places where they are inserted and to show in what form they became key elements in collective identity.

Keywords: Local Identity, Collective Memory, Culture, Philharmonic Bands, Baião.

1. Introdução

As filarmónicas são parte imprescindível do cenário musical, cultural e etnográfico do país. As bandas alegram as romarias, realizam concertos, cantam as "janeiras", ou organizam outras atividades culturais, como festivais de bandas, entre muitas outras. É, pois, inquestionável o impacte das bandas filarmónicas no território onde se inserem, pelas diversas atividades que efetivamente organizam e disponibilizam à população. Recorde-se que elas são as principais escolas de música do país, além de serem o "berço" de muitos dos músicos das nossas orquestras. Estas instituições proporcionam às populações um denso leque de conhecimentos culturais e musicais, além de estimularem as relações sociais entre os seus membros. (Moreira, 2014)

Existem na Confederação Musical Portuguesa registadas cerca de 718 bandas filarmónicas[1], mas é possível detetar ainda outras dispersas pelo país. No concelho de Baião atualmente perduram duas: a Banda Marcial de Ancede e a Banda Musical da Casa do Povo de Santa Marinha do Zêzere. Estas duas bandas alegram as populações de Baião, sobretudo durante o verão, percorrendo várias localidades do Norte, que as recebem de braços abertos, para enobrecerem as suas festividades.

2. Metodologia

Para a concretização deste trabalho foi realizado um pequeno inquérito a alguns membros das referidas bandas filarmónicas, com o objetivo de, junto destes, se compreender, de uma forma mais realista, as motivações que os levaram a este tipo de associação, os momentos mais marcantes no seu percurso como músicos (primeira festa, etc.), o tipo de atividades que executam na associação, a importância que a Banda desempenha para cada membro em termos pessoais; e de se entender quais os problemas com que eles se deparam, quem os apoia, nomeadamente na comunidade envolvente. Conclui-se, auscultando a perspetiva dos mesmos sobre o papel que as bandas desempenham na conservação/criação da identidade local. Complementarmente, foi ainda efetuado um contacto com as direções destas bandas, realizando entrevistas semiestruturadas aos seus dirigentes/responsáveis, através das quais se percecionou melhor o funcionamento e os objetivos futuros para as mesmas. Em simultâneo, foi concretizada uma ampla pesquisa bibliográfica, socorrendo-nos não só de artigos científicos, como de numerosas notícias, artigos de opinião e outras publicações, para assim se construir um enquadramento teórico e histórico que retrate a realidade destas associações. Também se recorreu à experiência pessoal de um dos autores, músico em ambas as bandas, nomeadamente na Banda de Santa Marinha do Zêzere, onde ingressou em 2003 e permaneceu

[1] Informação adaptada do site da Confederação Musical Portuguesa (https://sites.google.com/site/confederacaomusicalportuguesa/inicio/acmp) [Acesso em 20 de outubro de 2017]

até 2014, e na Banda Marcial de Ancede, a partir de 2015. Assim se conseguiu perceber de uma forma mais direta como é o dia a dia de uma Banda Filarmónica, neste caso das baionenses.

O desiderato final deste breve trabalho é efetivamente perceber a realidade social e histórica destas associações e as perspetivas para o futuro das Bandas Filarmónicas do Município de Baião, demonstrando a importância que as mesmas possuem nas localidades onde se inserem, correspondendo a elementos chave na preservação da identidade coletiva local.

3. As Filarmónicas: algumas notas de enquadramento

Embora o seu historial recue bastante no tempo, foi nos meados do século XIX, sobretudo no pós-revolução liberal, que existiu uma proliferação das filarmónicas civis, se bem que muitas destas bandas tenham tido, inesperadamente, uma base social "*ligada sobretudo às novas elites locais do Liberalismo mais do que a um fenómeno de associativismo popular"* (Castro, 2017). Com o século XX e com a jovem República, mudou-se substancialmente esta realidade, deixando as bandas de serem *"um símbolo de distinção social local e [para ganharem] agora uma aura de «provincianismo»"* (Castro, 2017). Nestas circunstâncias, os reportórios alteraram-se e assumiram um papel mais "popular". Nesta época as bandas atuavam sobretudo em *"procissões, em atos fúnebres, em festas civis, em saraus, em bazares, em lugares de convívio e recreio, nos passeios públicos, em manifestações públicas, em receções de figuras ilustres, em festas desportivas, em excursões"* (Castro, 2017). Aliás, em muitos locais estas associações eram a única forma de animação habitual e, por isso, eram o pilar central das localidades, em termos culturais e de sociabilidade. Desempenhavam, também, e ainda desempenham, um importante papel na animação das festividades locais (Lopes, 2012). De facto, ainda hoje o imaginário ligado às filarmónicas está associado às festividades religiosas, ao coreto (fig. 1) e às procissões.



Figura 1: Coretos das Vilas de Ancede e Santa Marinha do Zêzere, respetivamente. Fonte: Google Street.

Já durante o Estado Novo as bandas não tiveram vida fácil, pois o regime repudiava todo o tipo de associativismo (Reis, 2010:5) e, por isso, foi necessário promover uma adaptação a esta realidade fortemente controlada pela máquina censória, nomeadamente durante a guerra colonial portuguesa, quando muitas bandas viram partir para as colónias grande parte dos seus

elementos, conduzindo a que este facto reduzisse "*também de forma substancial o número de Bandas em Portugal"* (Russo, 2007 citado por Costa, 2009:20*).*

Este cenário alterou-se no pós 25 de Abril de 1974, quando o movimento associativo teve um grande *boom* e, obviamente, também o número de filarmónicas aumentou. Mas, se até aqui as bandas eram quase exclusivamente compostas por homens, nos anos 80 esta prática alterou-se e as filarmónicas abriram-se à presença de mulheres, o que trouxe vantagens para a renovação dos elementos e transformou esta instituição musical num lugar *"salutar de convivência e divulgação artística"* (Mota, 2009 citado por Costa, 2009:23).

Com o fim do milénio e em forte contraste com as duas décadas anteriores, o movimento filarmónico sofre um revés, sobretudo no que diz respeito à atração de pessoas mais jovens pelo ingresso neste tipo de associações, já que, ao mesmo tempo, avançou o ensino artístico institucional, com o despontar de novas formações superiores ligadas à música. Esta alteração trará, contudo, maior qualidade às filarmónicas, que enviaram para *"formação especializada […] alunos das suas escolas e […] por receberem das Academias jovens músicos, sem qualquer ligação anterior às Bandas"* (Mota, 2009 citado por Costa, 2009:23). Apesar de, com frequência, a situação económica e financeira das bandas não permitir a evolução desejada, foi notório o posterior aumento da qualidade musical das mesmas e hoje grande parte dos diretores artísticos e alguns músicos possuem formação superior nesta área.

Também importante neste âmbito preliminar é a noção de Banda. Este termo é amplamente aceite como "*um grupo musical de instrumentos de sopro, aerofones (que em Portugal não utiliza normalmente a gaita-de-foles), de percussão de pele, membranofones, e percussão de madeira e de metal"* (Costa, 2009:18). Por sua vez, o conceito de Filarmónica advém do grego e exprime uma combinação de sons, mas, segundo alguns autores, o conceito está relacionado com grupos organizados da sociedade que produzem música de forma amadora. Na realidade, as filarmónicas são o "berço" de muitos músicos profissionais, pois "*Pelas Bandas Filarmónicas passaram, e ainda passam, alguns dos melhores músicos de sopro do país"* (Sardinha e Camacho, 2001:9, citado por Gomes, 2017:172). As Bandas Filarmónicas foram, pois, durante os últimos dois séculos, escolas importantes, no que diz respeito à música, aproximando muitos portugueses das artes, quase sempre de forma autónoma do Estado central (Pereira, 2014). Sobretudo nos meios rurais *"muitos músicos amadores das bandas filarmónicas[eram] analfabetos, sabendo contudo ler as partituras"* (Sousa, 2013:5).

3.1. A realidade Filarmónica de Baião

Em Baião existem atualmente duas bandas, que possuem cerca de 50 elementos cada. Na sua maioria, são constituídas por jovens, o que contrasta com um dos problemas que hoje afeta muitas filarmónicas, sobretudo as do interior. Estas filarmónicas são um espaço de encontro, convívio e produção de conhecimento musical, já que as filarmónicas em análise possuem hoje escola de música interna, devidamente organizada, com uma grande diversidade de instrumentos e respetivos executantes com elevada formação técnica e musical. No caso da

Filarmónica de Ancede, a sua escola funciona sob a dependência direta da Banda, e, no caso de Santa Marinha, a escola da Banda funciona sob orientação/gerência da Casa do Povo. É aqui que os pequenos pupilos aprendem as bases musicais, para poderem, finalmente, vestir a farda, o que representa um passo importante para o jovem músico e para a sua família.

No passado, o ensino era gratuito, mas hoje, e para responder às necessidades financeiras das bandas, é pedida a quantia de 15 ou 20 euros por mês, com os quais a banda fornece as bases teóricas do conhecimento musical, na disciplina designada por "Formação Musical", para além da componente prática, o "Instrumento" escolhido e a "Classe Conjunto" (fig.2). Na "Formação Musical" o aluno tem a hipótese de aprender as bases musicais, mas também as especificidades dos instrumentos existentes na banda, o que lhe facilita a posterior escolha. As aulas são lecionadas por professores especializados. Por fim, a "Classe Conjunto", a que se pode chamar "banda júnior", constitui o momento em que os jovens músicos aprendem a enquadrar-se num todo e, desde logo, a criar espírito de equipa e de sociabilização. De referir que, à medida que vão progredindo, os alunos atingem patamares mais elevados e com maior exigência.

Todas as aulas anteriormente referidas, decorrem aos sábados à tarde e a sua organização/funcionamento é semelhante em ambas as bandas. Assim, estas instituições comprovam o seu importante papel na democratização do ensino da música, na ocupação dos jovens ao longo do ano e nos seus tempos livres, contrastando com o individualismo cada vez mais notório e visível na nossa sociedade.



Figura 2: Cartazes alusivos às Escolas de Música. Fonte: Casa do Povo de Santa Marinha do Zêzere e Banda Marcial de Ancede, respetivamente.

Por outro lado, as bandas são espaços vivos e em constante evolução (Cunha, 2003). Assim, estas associações organizam diversas atividades, distribuindo-se por todo o ano, se bem que mais concentradas na época do verão, com o despontar das tradicionais festividades religiosas. Não obstante, durante o resto do ano também são organizados eventos, como concertos de Natal ou Ano Novo, festivais de bandas na primavera, cantares tradicionais, como "as janeiras", magustos no Outono, ou ainda concertos com cantores líricos, para além de elas convidarem maestros conceituados para a realização de estágios, entre muitas outras ações. Um dos objetivos é manter o grupo unido e um calendário de ações equilibrado, enquanto se preparam as mesmas com ensaios ao nível musical e de toda a logística.

Assim se cumpre outro dos objetivos da associação que é transmitir a música e a cultura musical ao mais diversificado público, enquanto se cria entre os seus elementos uma relação de grupo e uma identidade própria. Cada banda é distinta, e isso é extremamente valorizado, seja pelo seu reportório, seja pela postura, ou mesmo pela abordagem que fazem na realização das festas. Estas associações são, nas palavras de alguns músicos, autênticas "escolas da vida", que ajudam a formar civicamente melhores homens e mulheres. Curioso é verificar que as bandas com alguma longevidade lidaram em tempos com populações sem escolaridade e que através das bandas conseguiram aceder ao conhecimento e à arte musical, o que constitui um elemento importante na democratização cultural (Carvalho, 2009). O país deverá reconhecer a estas associações musicais o grande contributo que deram para o ensino musical, principalmente nos meios rurais, onde outrora não existia outra forma de ensino (Lourosa, 2012).

Outro aspeto a realçar: as atividades realizadas pelas Bandas têm uma dupla importância, pois alguns dos eventos referidos servem também para angariar fundos para a sustentação da filarmónica. Efetivamente, é aqui que reside o problema mais comum do mundo filarmónico: a falta de verbas. Nestes dois casos, como em muitos outros, o principal financiamento provém da autarquia, através de um subsídio, como forma de pagamento de alguns serviços prestados. É importante referir que os dirigentes destas associações são voluntários e os músicos recebem um subsídio anual variável, de acordo com o número de festas efetuadas nesse mesmo período. Valor nitidamente insuficiente, já que não chega, muitas vezes, para as despesas de deslocação. Outra forma de financiamento é através das quotas que os sócios das bandas pagam. No caso da Banda de Santa Marinha, as quotas são entregues à Casa do Povo, à qual ela pertence.

O apoio estatal e o proveniente de Mecenas é quase nulo, visto que a importância das Bandas raramente é reconhecida, apesar de estas serem os fulcrais *"conservatórios do povo*" (Sardinha e Camacho, 2001:9 citado por Gomes, 2017:172). Além disso, nelas se iniciam muitos dos jovens músicos que integram as orquestras nacionais. Por outro lado, só é membro da banda filarmónica quem efetivamente gosta de música e do que nela se faz, pois não há qualquer objetivo lucrativo, razão pela qual as bandas são também um agregador social que reúne num mesmo espaço e com um mesmo objetivo, diferentes sensibilidades, pessoas com as mais variadas idades, profissões e formações, tendo como único propósito a educação e a expressão musical, a música.

Ao nível da formação é visível que nos últimos anos uma parte considerável dos jovens músicos frequenta academias oficiais de ensino, o que se traduz também no aumento significativo da qualidade musical das nossas bandas. Em Baião este aspeto não é exceção. Aliás, traduziu-se no lançamento, em 2013, dos CD`s das duas bandas, disponibilizados por um valor simbólico de 10€: está em causa sobretudo o significado, o incentivo que tal incute nos jovens. Esta preocupação com o ensino da música é de facto importantíssima, razão pela qual numerosos jovens frequentam, ou já frequentaram, academias como a ArTâmega (Marco de Canaveses), ou a Academia d'Artes de Cinfães, sucedendo-se os descontos na propina por serem membros das bandas.

É relevante ainda analisar os laços de parentesco existentes dentro das bandas de música, um tema já trabalhado por outros autores, que confirmam as conclusões da nossa investigação: grande parte dos músicos possuem *"outros elementos do núcleo familiar ligados às mesmas instituições"* (Mota, 2004:15). Na verdade, é possível encontrar famílias inteiras numa só banda, transitando este historial e interesse musical de geração para geração, incluindo tios, primos, pai, mãe, irmãos: todos eles se encontram na mesma banda (Pereira, 2014). A vertente da sustentabilidade e do fortalecer dos laços familiares patrocinada por uma banda filarmónica é, de facto, inquestionável.

3.2. As Filarmónicas de Baião

3.2.1. Banda Marcial de Ancede

Como foi referido, existem em Baião duas bandas Filarmónicas. Abordemos a primeira, a Banda Marcial de Ancede (Fig.4). Fundada no primeiro dia de março do ano de 1845, é uma associação cultural e recreativa desde 1980, reconhecida como instituição de utilidade pública. Localiza-se na União de Freguesias de Ancede e Ribadouro, no concelho de Baião.

Foi fundada pelo ilustre fidalgo Miguel Carlos de Sottomayor e Azeredo, um escritor católico, historiador e compositor[2], autor do livro "*A Realeza de D. Miguel*"[3], sendo ainda o Senhor da Casa de Esmoriz (local de fundação da banda) e do Abelhal, em Ancede. Foi também administrador dos Vínculos de Outureça e da Laje, em Baião (Melo,1992) e, em 1858, o administrador do Concelho de Baião, o que pode ser confirmado na Fig.3.

Sendo escassa a informação escrita sobre a Banda Marcial de Ancede, aportamo-nos no periódico regional *"Flor do Zêzere"*. Através desta fonte, é notória a importância desta banda na época, já que a 5 de outubro de 1921, coube à Banda de Ancede a participação no cortejo de comemoração do 11º aniversário da Implantação da República Portuguesa. Concomitantemente, noutra crónica publicada no mesmo jornal sobre a Romaria da Nossa Senhora do Pé da Cruz, em Ancede, no ano 1928, descobre-se que foi "*muito concorrida a festividade que se realizou em*

[2] Para além de Pianista e Violinista.
[3] Encontra-se o referido livro na Biblioteca da Universidade de Toronto: "*A Realeza de D.Miguel: Resposta a um Livro do Snr. Thomaz Ribeiro, Porto 1882*". Recorde-se que o autor era um miguelista convicto: https://search.library.utoronto.ca/details?2235501.

Ancede…" tendo, no dia 20 de julho desse ano, durante a tarde, dignificado a festividade as Bandas de Ancede e de Tarouquela e "*à noite, [houve] arraial, em que se fizeram ouvir nas melhores peças do seu reportório aquelas filarmónicas, queimando-se até de madrugada algum fogo de artificio. (" Flor do Zêzere*", 1928[4]). Depreende-se desta notícia a importância que a banda possuía, já que é muito raro encontrar alguma referência às filarmónicas de outras localidades no periódico consultado.

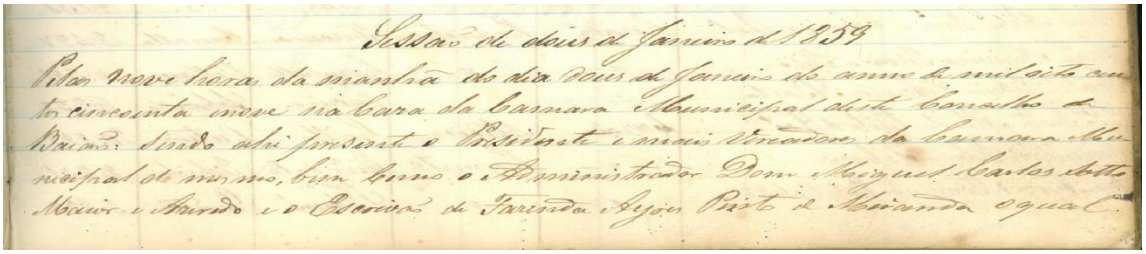


Figura 3: Cópia digitalizada das Atas das Reuniões da Câmara de 1858. Fonte: Câmara Municipal de Baião, 1858.

Muito mais tarde, já em 1982, é publicada, num jornal local designado *"Noticias de Baião"*, uma secção inteiramente sobre a Banda de Ancede, onde se entrevistou o secretário da direção da associação, Carlos Garcia Rodrigues. Neste contexto, sabe-se que a banda estava então a tentar angariar sócios, sendo a quota mínima 250$00. Obtém-se também a informação de que muitos dos sócios eram da cidade do Porto. O objetivo, na altura, era obter fundos para a construção da sede, pois "*a actual casa de ensaio (rés do chão de uma casa particular) é um remedeio onde nem sequer se podem conservar o[s] instrumentos. ("Notícias de Baião",*1982, novembro). Informa-se, de igual modo, que os instrumentos da banda eram os mesmos que usavam para a aprendizagem, notando-se aqui as poucas verbas para aquisição de instrumental.

Quanto a outras ajudas financeiras, na década de 80 a banda usufruía de financiamento através do FAOJ (Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis), mas remata Carlos Garcia Rodrigues: "*estamos um tanto desgostosos com a Direcção Geral de Acção Cultural, já que nos enviaram uns escassos 20 contos que esperamos não ser o subsídio definitivo! (…) só daqui a 2 anos é que temos outro" (**"Notícias de Baião",*1982, novembro). Tal prova a ligeireza com que a administração central sempre tratou estas associações. Aliás, no mesmo jornal, mas agora em 1983, noticia-se o 138º aniversário da Banda Marcial, a 8 de maio, além do pograma da comemoração, que incluiu um novo fardamento com a contribuição de músicos e antigos músicos. Na edição subsequente é transmitido que a associação recebeu, das mãos do presidente da Câmara de então, a 1ª Medalha de Mérito do Concelho, como reconhecimento da sua importância no concelho.

[4] É relevante referir que as edições deste jornal estão compiladas num único volume e sem numeração de páginas.

No presente as atividades desta associação são sobretudo de natureza artística, cultural, recreativa, social, mas também desportiva. Muito perto de fazer 175 anos, a Banda Marcial de Ancede garante hoje uma forte dinamização musical, seja a nível nacional ou internacional, com atuações em países como Espanha e Alemanha. Em Portugal participa em festivais de música por todo o país, desde o Alentejo até ao Norte, mas também organiza outros eventos e enobrece as festas populares da região. Neste contexto, pode destacar-se a participação na 5ª Edição do prestigiado Concurso de Bandas Ateneu Artístico Vilafranquense, em 2014. Coordenou Master Classes com professores como Iva Barbosa em clarinete (2006), Jorge Almeida em trompete (2007), Marco Pereira em flauta (2009) e Nuno Carvalho em euphonium e tuba (2013). Organizou também estágios para orquestra de sopros e percussão com maestros de renome internacional, como sucedeu em 2008 com o Maestro Paulo Martins, em 2014 com o Maestro André Granjo e, mais recentemente, em 2017, com o Maestro espanhol Jose Ignacio Petit. Estes eventos permitem alargar o conhecimento musical dos membros da banda e dar a conhecer à população novos artistas, o que contribui para o enriquecimento da cultura local, regional e nacional. Por último, refira-se que a Banda de Ancede teve o privilégio de ser a primeira a executar obras como "Bayam," em 2008, de Jorge Campos, que retrata temas do folclore de Baião.

Segundo alguns relatos populares, a Banda esteve descontinuada durante cerca de dois anos, mas não existem registos factuais que o comprovem. Na atualidade *"aproximadamente 90% dos seus elementos têm idades inferiores a 30 anos, desses 90%, 50% têm idades inferiores a 20 anos e o seu elemento mais novo tem 8 anos de idade*"[5]. A Banda Marcial (fig. 4) é formada por 54 elementos[6] e possui como atual Maestro o compositor Nuno Osório, Mestre pela Escola Superior de Música, Artes e Espetáculo do Porto (ESMAE), estando à frente da direção da Banda Marcial o presidente Nuno Pereira.



Figura 4: Banda Marcial de Ancede em arruada numa das suas atuações e tradicional foto de conjunto. Fonte: Banda Marcial de Ancede, 2017.

3.2.2. Banda Musical da Casa do Povo de Santa Marinha do Zêzere

Tal como na abordagem da anterior banda, para descobrirmos a história da Banda de Santa Marinha do Zêzere, tivemos de nos basear no jornal regional *"Flor do Zêzere"*, publicado entre os anos de 1920 e 1931. A primeira referência que se conhece da Banda de Santa Marinha

[5] Informação fornecida pela direção da Banda Marcial de Ancede.
[6] Distribuídos por vários instrumentos que se podem encontrar em anexo, na Tabela I.

(fig.5) surge no início do século passado, destacando-se a fundação em 1920 da então designada "Banda Zezerense", como se escreve no quinzenário "Flor do Zêzere", a 21 de outubro de 1920: *"… fez a sua aparição em público, pela primeira vez, a «Banda Zêzerense», que se afirmou prometedora."* Mais tarde, já no número 3 do referido jornal, publicado a 18 de novembro de 1920, constata-se que a regência da banda estava a cargo do maestro A. João Ferreira Couto, percorrendo então "*parte desta freguesia, nos dias 11-12 e 14 do corrente, a «Banda Zêzerense», a fim de angariar a quantia necessária para o seu instrumental. ("Flor do Zêzere",1920)*

Outra informação interessante obtida na publicação de 2 de junho é a referência ao primeiro serviço da Banda fora do concelho de Baião, o que acabou por acontecer em 1921, mas com um outro maestro, o senhor Marinho, participando pela primeira vez, num "*combate musical, com uma filarmónica de nome já criado. Os rapazes – porque são quasi todos novos- vão alegres; mostram no semblante confiança na vitoria."*

São ainda numerosas as referências à participação da banda em festas "intimas", festas dos pobres[7], despedidas de solteiro, ou em comunhões e em comemorações, como o 12º aniversário da implantação da República, a 5 de outubro em 1922[8]. De acordo com a publicação de 18 de setembro de 1922, a banda participa na procissão da comunhão com "*um hino adequado ao acto, obra do habil regente o nosso amigo Moisés A. De Sousa Pinto."* Existem ainda referências aos apoios concebidos à banda pelos habitantes de Santa Marinha do Zêzere, publicando-se no jornal os nomes dos benfeitores, o lugar onde residiam e a quantia, como se pode exemplificar com "*os donativos recebidos para a «Banda Zêzerense»: Francisco da Costa Pinto, Penedo 20$00*…". (*"Flor do Zêzere",* 1922)

Em 1923, analisando programa de festas em Honra da Padroeira Santa Marinha, publicado na imprensa regional a 5 de julho, pode-se observar já a magnitude destas festas, sobretudo a nível filarmónico. Neste ano participaram três bandas, sendo duas de Resende, as Bandas de São Cipriano - "A Nova" e "A Velha". A estas duas juntou-se a banda da terra. Refira-se que ambas as bandas de Resende chegaram à Ermida acompanhando cada uma a comissão de festas a dois lugares distintos da freguesia, Míguas e S.Pedro "*de visita aos seus moradores e moradores dos logares mais visinhos*" , rumando de seguida até à Igreja Matriz. Neste mesmo dia, pelas 22 horas, começou o arraial noturno, onde as três bandas abrilhantaram a festa: "*Em elegantes coretos, AS TRES BANDAS DE MUSICA executarão, a primor as suas melhores composições, despicando-se renhidamente até ao romper do sol."*

Ainda neste ano o Jornal *"Flor do Zêzere"* abriu uma subscrição para angariar verbas para as obras do Coreto da Freguesia, sucedendo-se as referências a esta subscrição, ao valor angariado e a quem o doou, mas é curiosa a forma acesa como esta publicação se refere a estas obras tentando mobilizar a população. Apesar disso, a adesão foi pequena, razão pela

[7]O Objetivo destas festas era a angariação de donativos para ajudar os desfavorecidos da freguesia. Pode-se encontrar informação sobre esta atividade no Jornal *"Flor do Zêzere"* de 6 de janeiro de 1921.
[8] Como já foi referido, o cortejo de comemoração de 5 de outubro de 1921 coube à Banda de Ancede.

qual a 11 de novembro, a Banda Zêzerense tocou no largo da feira e abriu uma subscrição para ajudar nas citadas obras do coreto.

Neste mesmo periódico também é publicada uma secção intitulada "*Pela nossa Música"* onde se tecem duras críticas pela falta de transparência com que a banda local estava a ser gerida: "*As cótas dos sócios entravam para o saco; mas, jámais sê sabia para que saiam." (Flor do Zêzere,*1923*),* denunciando ainda o mau funcionamento da Banda, sugerindo possíveis futuros dirigentes. Nesta sequência, a 6 de dezembro de 1923, foi divulgado o relatório de contas alusivo ao período entre abril de 1920 e 15 de setembro de 1921. Assim se confirma o mês exato da fundação da Banda, abril de 1920. Outra informação refere-se ao ordenado dos maestros e à despesa em instrumental. Assim, a uma receita de 1.147$50 resultante da subscrição para aquisição de instrumental, acrescentaram 361$00, o que totalizou um total de 1.508$50. Evidencia-se aqui um deficit de 908$75, como se pode analisar na tabela II em anexo.

Por seu lado, a 20 de dezembro de 1923 foi publicado o Regulamento da Sociedade Musical «Banda Zêzerense», descobrindo-se que todas as semanas existiam dois ensaios (quintas e sábados) com duração aproximada de três horas no inverno e duas horas no período das festas (1 de maio a 30 de setembro). Além destes ensaios, o maestro podia convocar outros extraordinários, sendo penalizados os músicos caso faltassem aos ensaios e às festas sem justificação.

Quanto às obrigações do regente, este deveria esforçar-se para que a banda atingisse "*alto grau de perfeição"*, escolhendo as peças a executar, como ainda hoje acontece, controlando as faltas dos músicos, reportando-as à direção. Não o fazendo, o seu ordenado mensal sofreria penalizações. O maestro era ainda responsável pelas lições dos aprendizes e pelos gasómetros da "*casa do ensaio*", pelos contratos das festas e pela contabilidade da banda. A direção da Banda tinha por obrigação a "*verdadeira fiscalização da Banda, procurando dar-lhe toda a sua proteção e auxilio moral e material",* sendo constituída por 3 membros com reuniões mensais. Existiam ainda o tesoureiro e o cobrador.

Mais tarde, no dia 30 de abril de 1924, inaugurou-se o coreto da freguesia, perante uma "*assistência de avultado numero de pessoas"*, ficando-se a saber que o Coreto ficou sobre alçada de uma comissão designada "Grupo de Defesa e de Propaganda de Santa Marinha do Zêzere"[9].

Como em outubro de 1924 "*A maior parte dos instrumentos, rôtos ou amolgados, ficariam melhor numa casa de ferros-velhos, do que num arraial de festa."*, foram adquiridos sete novos instrumentos. Para tal, foram abertas duas subscrições no Brasil.

Já em maio de 1925, a "Filarmónica Zezerense", sob a batuta do Maestro Manuel Ferreira, participou em algumas festas, nomeadamente em Gestaçô, na romaria de Santa Cruz, nas quais

[9] Até agora pensava-se que esta era a última referência factual à Banda Zezerense, havendo a possibilidade de a Banda ter estado inativa, como é referido por alguns relatos antigos. No entanto as nossas pesquisas encontraram referências após esta data e até finais de 1930 é garantido que a Banda ou "Filarmónica Zêzerense" esteve ativa excetuando-se um pequeno período, de meses, no início de 1926. Estas referências são por exemplo notícias de festividades religiosas, programas de festas, publicações a pedido da direção da banda, etc. Assim qualquer interregno de maior duração só poderá ter acontecido depois de 1930.

"Nestes dias, bem como nos subsequentes, tocarão nos coretos as filarmónicas de Vila Boa de Quires e Zêzerense".

A 10 de Janeiro de 1926 é publicado no *"Flor do Zêzere"* o seguinte: "*Historia pequena e triste, profundamente triste, para quem abriga no peito um verdadeiro amor por esta linda terra: a filarmónica Zêzerense…morreu!"*, todavia a 31 de janeiro escreve o periódico: "*Diz-se, por aí que a «Filarmónica Zêzerense» renascerá…"*, acrescentando que já existe um contrato com um novo maestro, em negociações a 11 de fevereiro [10]. Já em maio, com o apoio de Manuel Pinto de Carvalho e Domingos Alves[11], a banda ressurgiu efetivamente, tendo como maestro Manuel Rodrigues de Oliveira e executando-se no dia 30 algum reportório que *"deixou excelentemente impressionado o numeroso público que assistiu ao concêrto."*. Tal repetiu-se nas Festas da Freguesia, pois a Filarmónica abrilhantou as festividades e o arraial noturno[12]. Em 29 de agosto, realizou-se a Primeira Comunhão com a participação da banda.

No ano seguinte sob a mesma direção, a 26 de maio de 1927 renovou-se o fardamento: *"bem feito e vistoso "*. Entretanto, surge um novo regente, o Sr. Pontes, enquanto a Banda embelezou as Festas da Ascensão[13] em Jugueiros, Régua. Por seu lado, nas festas da padroeira (16 e 18 de julho de 1927), ficou o arraial noturno do dia 16 a cargo da Banda Zêzerense e da Banda de Castro de Aire, enquanto nos três dias de festa: *"far-se há ouvir no coreto da Avenida a «Filarmonica Zêzerense»"*. Em 13 de outubro, a Comissão da Filarmónica Zêzerense informa através da imprensa regional que decidiu continuar à frente dos destinos da banda, acrescentando que, no caso de a banda finalizar a sua atividade, o instrumental seria vendido em dois ou três anos, de forma a liquidar despesas e o excedente seria entregue à junta, legitimo representante da banda. É, pois, percetível que desde o início existem divergências no seio da filarmónica.

Dois anos depois, a 23 de Junho de 1929 a banda participou nas Festas ao Coração de Jesus e S. José (Comunhão das Crianças) na sua terra natal e no mês seguinte abrilhantou os "Grandiosos Festejos" em honra de Stª Marinha, entre os dias 18 e 21 de julho. Nestas festividades nos dias 18, 19 e 21 coube à "Banda da casa" abrilhantar as festas durante o dia, recebendo a colaboração no dia 20 de duas das mais afamadas bandas da região, não se sabendo quais.

Em agosto de 1930 a Banda Zezerense participou nas festividades e comunhão na freguesia vizinha de Viariz, sob regência do sr. Miguel Pereira. A 15 de Agosto coube mais uma vez a esta Banda realizar as festas de Nossa Senhora da Graça, na Freguesia de Gestaçô e a 25 de agosto é publicado no Jornal *"Flor do Zêzere"* o programa das festas de Nossa Senhora de Fátima na Freguesia de Tresouras, durante os dias 13 e 14 de setembro observando-se mais uma vez a participação da Banda Zezerense neste festejo. O interessante será atender que

[10] Neste mesmo mês foi constituída a Tuna Musical Zezerense composta por 22 rapazes.
[11] Ambos residentes nesta freguesia nos lugares da Ermida e Dízimos, respetivamente.
[12] Flor do Zêzere, 31 de julho de 1926.
[13] 26 de maio de 1927: Festa da Quinta-Feira da Ascensão, tradicionalmente celebrada numa quinta-feira, a décima-quarta da Páscoa.

neste pograma prevê-se a participação no dia 13 da Orquestra da Freguesia de Tresouras, uma informação ignorada até hoje.[14].

Como grande parte do historial destas bandas se baseou no jornal *"Flor do Zêzere",* encerrado em inícios de 1931, desconhece-se se factualmente a Banda de Santa Marinha voltou a ter um segundo interregno[15]. No entanto, no ano de 1937, foi fundada na freguesia a primeira Casa do Povo do distrito do Porto, designando-se "Casa do Povo de Santa Marinha do Zêzere" e mais tarde, em 1947, a "Banda Musical da Casa do Povo de Santa Marinha do Zêzere", denominação que se mantem, sem interregno até a atualidade (fig. 5).

No final do século XX, a Banda afirmou-se como uma das mais relevantes da região e foi requisitada para algumas das romarias mais importantes do Norte do país, sobretudo em Trás-os-Montes e Alto Douro. Todavia, foi nos anos 80 e 90 do século passado que se assistiu a uma onda de rejuvenescência, que prossegue. Hoje, a maioria dos músicos não possui mais de 30 anos e grande parte deles frequentou a escola de música da Casa do Povo.

Mas não é apenas o rejuvenescimento da banda que devemos realçar, já que também a sua imagem e divulgação evoluíram. Assim, em 2004, remodelou-se a imagem da Banda e fardamento, criando-se o atual símbolo próprio, e assim se reforçando a sua identidade. Dado o bom momento que a banda evidencia, aderiram novos membros, apoiados pelos familiares, mas também pela comunidade. Assim, multiplicaram-se as atuações da banda em atuações televisivas, festivais de música, romarias, procissões, eventos gastronómicos, etc.

Perante este fervilhar cultural, social e inclusivamente logístico, em 2013 a Banda Musical da Casa do Povo de Santa Marinha do Zêzere gravou o primeiro CD intitulado "Eternos", sob a direção artística do maestro Hermínio Fonseca, natural de Ancede e que rege a banda desde 2006.



Figura 5: "Philarmonica Zezerense" em data desconhecida e Banda Musical da Casa do Povo de Santa Marinha do Zêzere. Fonte: Banda Musical da Casa do Povo de Santa Marinha do Zêzere, 2017.

[14] Sendo esta a última referência que encontramos.
[15] Além do referido anteriormente, em 1926.

3.3. O Dia a Dia de uma Filarmónica

Após a análise do historial das filarmónicas de Baião, há que descrever o dia a dia de uma banda filarmónica, tendo como exemplo as de Baião. Assim, é consensual que, hoje em dia, já não existe a ideia preconcebida de que a banda filarmónica só toca marchas de rua e músicas populares. Aliás, as bandas foram-se adaptando aos novos tempos e hoje interpretam um pouco de todos os géneros musicais, desde música popular até alguns clássicos, passando por arranjos de bandas sonoras de filmes de renome, etc. Assim se vai ao encontro de novos gostos musicais e das tendências da sociedade, atraindo os mais jovens.

Por outro lado, na atualidade, nenhuma das bandas de Baião possui problemas no que diz respeito ao interesse e à adesão de jovens, pelo que o processo de regeneração está assegurado. Todavia, nem sempre foi assim, pois a juventude atual reflete a capacidade intelectual e social de se reinventar, de cativar estes grupos, apesar das dificuldades económicas existentes, pois são escassos os meios para adquirir novos instrumentos e fardas, pagar aos professores e manter o normal funcionamento das infraestruturas de apoio.

Do ponto de vista das estruturas, convém realçar que ambas as Bandas possuem boas instalações: a sede da Banda Marcial de Ancede, própria, foi inaugurada em 1991, e a Banda da Casa do Povo de Santa Marinha do Zêzere está sedeada na Casa do Povo de Santa Marinha do Zêzere, cujo edifício foi restaurado em 2009. Todavia, cada vez mais, as bandas filarmónicas são postas à prova e a exigência é maior, razão pela qual a Banda Marcial de Ancede aposta na diferença, privilegiando as tradições e os costumes locais e regionais. Tal estratégia traduziu-se, por exemplo, no concerto de Natal de 2017, quando se convidou quatro cantores líricos, que, acompanhados pela Banda, interpretaram peças como Nessun Dorma (Giacomo Puccini), Missa Brevis (Jacob de Haan), Brindisi - La Traviata (Verdi), numa conjunção de estilos de música distintos nunca antes experimentados em terras baionenses.

Mas especifiquemos um pouco mais as atividades, a orgânica de uma banda filarmónica ao longo de 365 dias. O ano começa para as Bandas com o “Cantar das Janeiras” que se prolonga por todo o mês de janeiro, numa dinâmica interessante, como se fosse um ritual. Aos fins de semana ambas as bandas se deslocam a casa dos seus conterrâneos, cantando e tocando músicas tradicionais destas quadras, afim de se angariar fundos e promover uma aproximação com a comunidade, confraternizando.

Já em fevereiro, com o Carnaval, as Bandas são convidadas a animar os desfiles carnavalescos que ocorrem no município, enquanto recomeçam os ensaios, normalmente aos sábados à noite, para preparar o reportório para as festividades estivais.

Com a chegada da Páscoa poderá haver ou não atuações, todavia em Ancede, a Banda ainda toca no recolher do compasso. Em Santa Marinha essa tradição foi interrompida pelo anterior pároco. Neste contexto, será relevante dizer que, ao longo da sua história, a posição da Igreja em relação a estas instituições foi mais tolerante em algumas épocas e menos noutras, mas sem descurar o papel das filarmónicas nas festividades religiosas (Russo, 2007).

Com a aproximação do Verão chegam também as festas, agora com maior regularidade. Em maio, a Banda Marcial de Ancede, em comemoração do seu aniversário, organiza um Festival de Bandas, convidando outros agrupamentos congéneres para, durante uma tarde, animarem a Vila de Ancede e divulgarem o seu trabalho. Por seu turno, em junho, é a vez de a Casa do Povo de Santa Marinha do Zêzere organizar o seu Festival, quando se festeja a fundação da Casa do Povo, estendendo-se pela noite dentro, o que proporciona aos presentes um belo concerto de verão.

Mas, efetivamente, é a partir de meados de maio, sobretudo aos domingos, que as bandas começam a ter uma agenda cheia, com as festividades religiosas típicas do período. Aliás, é neste período que se obtém grande parte dos proveitos destas instituições. Nestes dias, as Bandas iniciam a sua atuação durante a manhã com uma Marcha de Rua, tocando depois no palco ou no coreto até à hora da missa, onde participa com instrumental e coro. No fim da missa, é tocada uma marcha e faz-se uma pausa para almoço. Da parte da tarde, a atuação concentra-se sobretudo em palco, executando peças com um grau de dificuldade maior, mas também as rapsódias tão acarinhadas pelas pessoas. Ao fim da tarde a Banda acompanha a procissão, entoando marchas escritas propositadamente para esse desígnio, intituladas marchas graves ou de procissão. No fim do dia, poderá entoar algo mais, seguindo-se a despedida da banda.

O momento alto das filarmónicas em Baião é, porém, o concerto de Bandas, integrado no programa das Festas Concelhias em honra de São Bartolomeu, no dia 24 de agosto (fig.6). Nesse dia, ambas as bandas apresentam o seu trabalho e competem de uma forma positiva. *"Estes concertos com duas Bandas a tocarem alternadamente são uma tradição implantada principalmente no Norte do país"* (Cardoso, 2004). Apesar do caráter religioso da festa, o concerto noturno é de especial relevância, pois corresponde ao encerramento de uma semana de arraial, momento áureo para as famílias locais e dos concelhos vizinhos e municípios. Constitui o ponto alto da vida filarmónica baionense.

Em setembro o número de festas começa a diminuir e, nos inícios de outubro, é dada por encerrada a época. É aqui que se faz o pagamento pecuniário aos músicos, como recompensa pelo seu esforço[16]. Em Santa Marinha é tradição haver um jantar de final de época.

Com o início da nova época, em outubro, começam os ensaios, para além de em novembro as bandas organizarem magustos e outras atividades que têm como objetivo angariar fundos. Com a chegada de dezembro, em Ancede é organizado o Jantar de Natal, aberto à comunidade, para angariar fundos para a banda, apresentando ambas na véspera da quadra natalícia o seu trabalho, com os tradicionais concertos de Natal. Em Ancede este realiza-se no Mosteiro de Santo André e em Santa Marinha é na Igreja Matriz, imóveis classificados de interesse público. Assim se preservam tradições e se mantem uma relação peculiar de posse/proteção para com o património cultural, histórico, arquitetónico e religioso destas comunidades, contribuindo para a salvaguarda destes valores, sejam eles materiais ou imateriais.

[16] Reitero uma vez mais que este pagamento não paga as despesas de deslocação e, por isso, deve ser entendido como um subsídio.



Figura 6: Concerto Noturno das Bandas Concelhias no encerramento das Festas de São Bartolomeu. Fonte: Município de Baião, 2017.

4. Análise dos Inquéritos

Tal como referimos anteriormente, era importante conhecer o perfil dos membros das bandas, as suas aspirações, os seus problemas e incentivos. Para tal, concretizamos inquéritos a membros de ambas as associações. Os resultados são muito interessantes. Com efeito, relativamente à idade dos inquiridos, nas duas bandas observa-se que a maior parte, cerca de 75 %, era constituída por jovens, sendo os restantes adultos. No que diz respeito às habilitações académicas, cerca de 56 % estudavam no ensino secundário, 38 % no ensino superior e, no ensino básico apenas 6 %. Relativamente à sua ocupação, cerca de 63 % eram estudantes, 31 % trabalhavam e 6 % eram desempregados.

Notou-se que grande parte dos inquiridos ingressou na banda entre os oito e os treze anos de idade, mas também com quinze anos, sobressaindo entre os principais motivos de ingresso o incentivo por parte dos pais e avós. Inegavelmente, foi fulcral a influência da família e dos amigos, mas adicionado sempre o facto de gostarem bastante de música. É, pois, indiscutível o gosto pela música e pela banda. Nestas circunstâncias, como os membros integram as bandas em tenra idade, vão crescendo na instituição e, por isso, é muito comum ouvir os músicos referirem a sua banda como uma "segunda família".

Outra questão apelava à memória dos músicos, interrogando se eles recordavam a primeira festa enquanto músicos. E a maioria recorda-se, o que demonstra a importância para estes jovens: o primeiro dia com a farda! O que também se constatou é que, apesar de se lembrarem da primeira festa, nem todos recordam o local onde foi realizada.

Por fim, achamos que seria benéfico saber pelos músicos quais as atividades que são desenvolvidas na banda e qual a importância da banda na vida de cada um. Assim, quanto às atividades desenvolvidas, concluímos que são múltiplas, incluindo ações em prol do desenvolvimento pessoal, mas também festivais de bandas e outras atividades musicais anteriormente referidas. Porém, quando se comparam os resultados das duas bandas, há que realçar o maior número de eventos por parte da banda de Ancede, já que anexaram às festas religiosas, romarias, encontros entre bandas e estágios com prestigiados maestros. Contudo,

para todos estes jovens, o gosto pela música é inquestionável, bem como o papel que a banda tem nas suas vidas, no âmbito cultural, mas também social, já que é aqui que fazem amigos e ocupam grande parte do seu tempo.

Finalmente, havia que questionar a forma como a comunidade apoia as filarmónicas, o tipo de problemas com que se deparam hoje em dia as bandas e as possíveis soluções para atenuar estes problemas. Privilegiámos a opinião dos responsáveis das bandas e dos movimentos associativos que as sustentaram. Relativamente à primeira questão, concluímos que a comunidade pode auxiliar estas instituições através de donativos e sendo sócios, ou ainda através da cedência de espaços para atuações. Relativamente aos principais problemas com os quais as bandas se deparam, na opinião dos inquiridos, sobressaem a falta de músicos, sobretudo jovens (embora em menor escala do que no passado), mas também os problemas financeiros, a falta de interesse pela música na idade adulta, nomeadamente, quando ingressam no ensino superior ou na carreira profissional, e as poucas contratações para festas. Para solucionar estes problemas consideram os inquiridos que seria benéfica a redução do IVA[17] na compra de instrumentos, ampliar a divulgação de ambas as bandas, bem como das festas realizadas, ou ainda os apoios oficiais e a promoção da música em termos turísticos. Estas estratégias não anulariam os problemas, mas atenuariam e revitalizariam estas instituições.

5. Conclusão

O papel das filarmónicas é incalculável, seja como defensoras da cultura musical, mas sobretudo na forma como relacionam no mesmo espaço distintas pessoas, de diferenciadas idades com um objetivo comum. São elas que divulgam o nome da sua terra pelas festividades nacionais, representando um território com particularidades únicas. Estas instituições são relevantes também como forma de inclusão dos mais jovens num projeto comunitário, em prol da sua terra. É fácil perceber o amor com que os músicos falam da sua banda, sendo sempre a "melhor do mundo". Este sentimento de pertença irá traduzir-se no sentimento de unidade, mesmo em relação à comunidade que representam.

As filarmónicas são também autênticas famílias, unificando e aculturando os seus membros e, principalmente, os locais de onde são originárias. São espaços de sociabilização importantíssimos, sobremaneira nos meios rurais, onde se criam laços para a vida. As bandas preservam um património cultural, histórico e educativo magnífico, todavia a importância destas instituições contrasta com a falta de trabalhos científicos sobre o tema. As bandas merecem, porém, a maior atenção, pois democratizam a arte musical em Portugal.

O movimento filarmónico precisa de ser dignificado, reconhecido, valorizado e apoiado, não só pelos locais, mas também pelas entidades públicas regionais e nacionais. Aliás, é reconhecido legalmente o apoio a este tipo de instituições, através da lei 123/99, de 20 de agosto, regulamentada pelo DL 128/2001 que "*define as regras através da quais o Governo*

[17] Este apoio já está previsto na legislação.

apoiará anualmente as bandas de música" (Lei 123/99 de 20 de agosto) e onde se refere as deduções de IVA na compra de instrumentos, fardamento e material consumível. O legitimo reconhecimento estatal do trabalho realizado pelas filarmónicas, concretizou-se em 2013 com a seguinte resolução do conselho de ministros :"*Predominantemente de raiz popular e profundamente embebidas nas comunidades [*as filarmónicas*], são ainda muitas vezes o recurso para a aprendizagem da música para muitos jovens portugueses, em especial nas zonas mais afastadas dos centros urbanos*" (Conselho de Ministros nº53/2013) e ainda *"Para além do seu papel na preservação, divulgação e formação musical, as filarmónicas podem também ser facilmente apercebidas como centros de socialização locais e inter-relacionais, constituindo um capital social valioso, com substancial impacte e influência na vida da comunidade, através da agregação de valores sociais e culturais de inclusão, e da construção de identidade e coesão territorial."* (Conselho de Ministros nº53/2013). Assim se instituiu o dia 1 de setembro como o "Dia Nacional das Bandas Filarmónicas", uma justa homenagem ao árduo trabalho destas instituições/associações, cuja importância no território e na sociedade é vital. E, se dúvidas houvesse, qual é a localidade que não possui um coreto? Não podemos ficar a ver a "banda passar", pois só com o apoio de todos elas preservam a nossa cultura e identidade local, a tradição. Há muito trabalho a fazer.

6. Bibliografia

Banda Musical da Casa do Povo de Santa Marinha do Zêzere. (27 de maio de 2014). Obtido de Bandas Filarmónicas: http://www.bandasfilarmonicas.com

Banda Marcial de Ancede – Associação Cultural e Recreativa. (25 de Abril de 2016). Obtido de Bandas Filarmónicas: http://www.bandasfilarmonicas.com

BORGES, J. D. (s.d.). *Flor do Zêzere*. Baião.

Câmara Municipal de Baião. (1858). *Livro das Actas das Reuniões de 1858.*

CARDOSO, M. P. (s.d.). *Notícias de Baião*. Baião.

CARDOSO, L. (2004). *O lugar das Filarmónicas. Reflexões sobre as festas religiosos e a funcionalidade do repertório-Parte I*. Obtido de Bandas Filarmónicas: *http://www.bandasfilarmonicas.com*

CARVALHO, D. D. (2009). *A História das Bandas.* Obtido de Meloteca: *https://www.meloteca.com/*

CASTRO, J. (s.d*.). Para o conhecimento histórico das Bandas Filarmónicas. Obtido de Região de Rio Maior*: http://www.regiaoderiomaior.pt

Confederação Musical Portuguesa. (s.d.). Obtido de Confederação Musical Portuguesa: https://sites.google.com/site/confederacaomusicalportuguesa/inicio/acmp

COSTA, M. (2009). *Metodologias de Ensino e Repertório nas Filarmónicas de Valpaços*.: Universidade de Aveiro, Aveiro

CUNHA, P. (2003). *Filarmónicas ou Filarmonias*. Obtido de Bandas Filarmonicas: *http://www.bandasfilarmonicas.com*

GOMES, A.C.D (2007). *O contributo das bandas filarmónicas para o desenvolvimento pessoal e comunitário: um estudo efetuado no Alto Tâmega, sub-região do norte de Portugal.* Universidade de Vigo, Vigo.

Lei n.º 123/99 de 20 de agosto. Diário da República n. º 194/1999, Série I-A. Assembleia da República. Lisboa

LOPES, A. (2012). *Filarmónica recreio dos artistas: processos de sociabilidade em contextos de exibição e performance*. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

LOUROSA, H. (2012*). À sombra de um passado por contar: Banda de Música de Santiago de Riba-Ul*. Universidade de Aveiro, Aveiro.

MELO, Á. (1992). *Azeredos de Mesão Frio - Seus Ramos e Ligações*. Livraria Civilização Editora, Barcelos.

MILHEIRO, M. (s.d.). *"Escolas de Música, Escolas de Vida":* Estudo de Caso na Música Nova de Ílhavo. Revista Portuguesa de Educação Artística, ílhavo.

MOREIRA, B. (2014). *Pontes sonoras–roteiro de Portugal*. Aveiro: Universidade de Aveiro, Aveiro.

MOTA, G. (2009). *Crescer nas Bandas Filarmónicas: um estudo sobre a construção da identidade musical de jovens portugueses*. Edições Afrontamento, Porto.

PEREIRA, R. (2014). *A Importância Histórica, Educativa e Cultural das Bandas Filarmónicas em Portugal*. Universidade do Algarve, Faro.

REIS, M. H. (2010). *Animação musical: formação de uma filarmónica.* Chaves, Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2013. Diário da República n.º 156/2013, Série I. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa

RODRIGUES, J. M. (2006). *A proximidade das filarmónicas às crianças.* Obtido de Bandas Filarmónicas: *https://www.bandasfilarmonicas.com*

RUSSO, S.B (2007). *As Bandas Filarmónicas Enquanto Património: um estudo de caso no concelho de Évora*. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

SOUSA, P*. (2013). As Bandas de Música no distrito de Lisboa entre a Regeneração e a República (1850-1910): História, organologia, repertórios e práticas interpretativas*. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa

TAVARES, C. (2011). *O associativismo E a participação cívica dos jovens em meio rural.* Universidade Católica Portuguesa, Viseu

ANEXOS

Tabela I – Distribuição dos músicos pelos instrumentos na Banda Marcial de Ancede

Instrumento Musical	Número	Instrumento Musical	Número
Flauta	6	Trompetes	4
Fagote	1	Trompas	2
Clarinetes	13	Trombones	4
Clarinete baixo	1	Bombardinos	3
Saxofone alto	5	Tubas	3
Tenor	4	Percussão	7
Barítono	1		
Total de Músicos	**54**		

Fonte: Banda Marcial de Ancede,2017

Tabela II: Despesas inscritas do relatório de contas (abril de 1920 a setembro de 1921)

Descrição	Despesa
Maestro Couto (abril – outubro de 1920)	81$50
Maestro Couto (novembro a janeiro de 1921)	92$00
Maestro Marinho (fevereiro -15 de setembro)	737$00
Aquisição e reparação de Instrumental	1.431$75
Talões destinado Cobrança	6$90
Postais nomeação sócios e selos respetivos	22$50
3 Gasómetros	7$50
Carboneto para os ensaios	28$40
Despesa a quando da subscrição	9$70
Total de Despesa	2.417$25

Fonte: Flor do Zêzere,1923

Parte II – Patrimómio, Turismo e Desenvolvimento



CAWLEY, M. (2018). *An integrated and strategic approach to natural resource management for tourism: meeting the challenges of holistic sustainability*, The overarching issues of the european space - preparing the new decade for key …, Porto, Fac. Letras Univ. Porto. pp. 141 -154

AN INTEGRATED AND STRATEGIC APPROACH TO NATURAL RESOURCE MANAGEMENT FOR TOURISM: MEETING THE CHALLENGES OF HOLISTIC SUSTAINABILITY

Mary CAWLEY

Whitaker Institute and School of Geography and Archaeology, National University of Ireland Galway

mary.cawley@nuigalway.ie

Abstract

This paper discusses the holistic sustainability of a natural resource use for tourism; namely, the River Moy salmon fishery in Ireland. Concepts from a model of integrated rural tourism are applied to assess the management system followed. Sustainability through an integrated approach should be pursued in a strategic way, following PORTER (1996), with: (i) clearly defined objectives, supported by (ii) appropriate actions, and (iii) reinforced by networking with stakeholders, locally and extra-locally. The results illustrate that a model of integrated management within a strategic framework permits key strengths and weaknesses in a system of natural resource management for tourism to be identified.

Key words: holistic sustainability; salmon fishery; strategic evaluation.

Résumé

Cet article traite de la durabilité holistique de l'utilisation d'une ressource naturelle pour le tourisme, en utilisant l'exemple de la pêcherie de saumon de la rivière Moy en Irlande. Les concepts d'un modèle de tourisme rural intégré sont appliqués pour évaluer le système de gestion qui est suivi. La durabilité à travers une approche intégrée devrait être poursuivie de manière stratégique, à la suite de PORTER (1996), avec: (i) des objectifs clairement définis, soutenus par (ii) des actions appropriées, et (iii) renforcés par un travail en réseau qui maximise les liens avec les parties prenantes locales et extra-locales. Les résultats montrent qu'un modèle de gestion intégrée dans un cadre stratégique permet d'identifier les principales forces et faiblesses d'un système de gestion des ressources naturelles pour le tourisme

Mots clés: durabilité holistique; la pêche au saumon; évaluation stratégique.

1. Introduction

Natural resources may be viewed as forms of 'countryside capital' that, when properly managed, can contribute to environmental, economic and socio-cultural sustainability (Garrod et al., 2006; Saarinen, 2006). Identifying appropriate management approaches is challenging because many

stakeholders are often involved. Particular attention is given to the use of networks and networking (Rydin & Falleth, 2006; Prell et al., 2009). This paper is designed to analyse a natural resource of high ecological value that is intrinsically dependent on sustainable management and that is used for tourism purposes. This resource is the River Moy in western Ireland, a highly productive salmon fishery (Figure 1). The analysis draws on concepts from integrated rural tourism (IRT) which is defined as "tourism that is explicitly linked to the economic, social, cultural, natural and human resources of the localities in which it takes place" (Saxena et al., 2007, 351). Saxena et al. (2007) identify IRT as having seven features: (i) promotion of sustainability of the natural resource base, economy, society and culture; (ii) empowerment of local people (e.g., through income, employment and providing some influence over tourism development); (iii) incorporation of local ownership and involvement (which includes State ownership here, as explained), which are recognised as being more conducive to the protection of resources and the retention of expenditure locally than is international ownership, where profits may flow overseas; (iv) being of a scale appropriate to location (e.g., avoidance of largescale developments in small villages and towns); (v) being complementary to instead of conflicting with other local activities and *vice-versa* (e.g., a lack of conflict with agriculture); (vi) involve networking with appropriate stakeholders locally and extra-locally (e.g., nationally and, possibly, internationally); and (vii) the networking should be embedded in the local resource base and society but also appropriately dis-embedded (e.g., a capacity to attract tourists nationally and internationally).

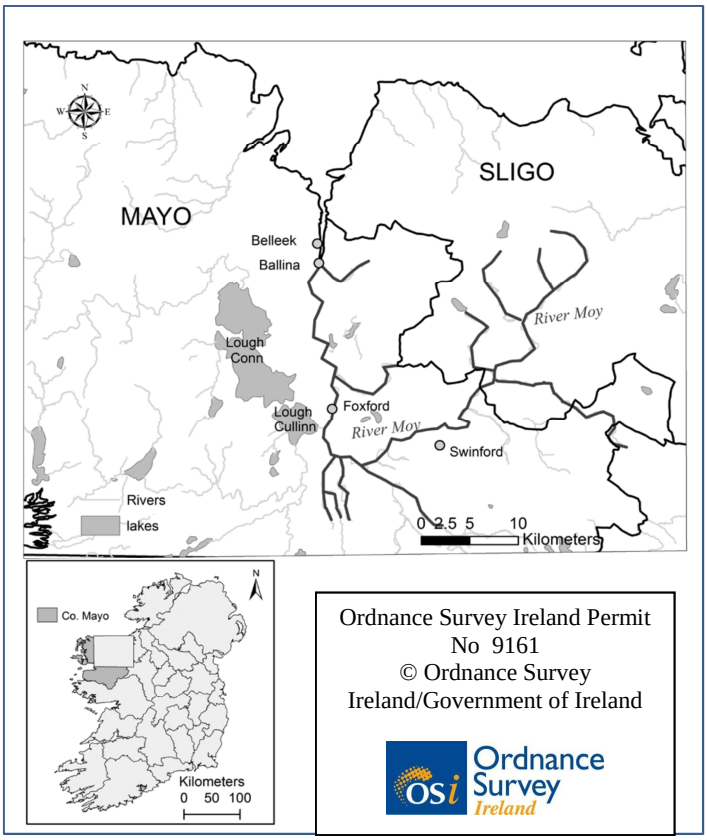


Figure 1- The River Moy catchment area
Source: Ordnance Survey of Ireland

The seven features of IRT are interrelated and together should contribute to attaining holistic sustainability of the resources on which tourism depends. Ideally, sustainability through an integrated approach should be pursued in a strategic way, where the activities undertaken reinforce each other (Cawley & Gillmor, 2008a, 2008b). This approach draws on Porter's (1996) work on strategy in the firm which he proposes as reinforcing the adding of value along the value chain so as to maximise the financial returns for the owner. Porter (1996) identifies a strategic approach as having three orders: (i) clearly defined objectives which form the strategy; (ii) activities that reinforce the strategy; and (iii) features that optimise the activities. Cawley & Gillmor (2008a, 2008b) have adapted Porter's (1996) concepts relating to strategy to the context of IRT, in a qualitative way. In this adaptation, value has meaning in terms of contributing to environment, society and culture as well as economy. First, there should be clearly defined objectives to promote holistic sustainability and empower local people. This may be conceptualised, in the case of the River Moy, as being the conservation of salmon stocks as an ecological resource, the maintenance of a productive fishery as a recreational resource and contributing to 'empowerment' of the local economy, society and culture (Table 1). Second, actions should be taken to support the attainment of sustainability. These involve the types of ownership, complementarity/lack of conflict between maintaining salmon stocks and other resource uses within the river basin, and appropriate scales of use. Third, networking by the fisheries management with individuals and organisations should be embedded in local (and regional) structures and appropriately dis-embedded to national and international levels in order to maximise the benefits that accrue locally (Jenkins, 2000; Cawley et al., 2007). This framework was applied to analyse the management of the River Moy as a resource for angling and identify the extent to which value was being added or lost, as understood qualitatively. The sources and methods are now introduced, the river is discussed, and the findings and conclusion follow.

Table 1- A strategic approach to integrated resource use

Porter (1996)	**IRT (Cawley and Gillmor, 2008a, 2008b)**
First order- strategic objectives	Holistic sustainability and local empowerment
Second order- supportive actions	Ownership, complementarity, appropriate scale
Third order- maximisation of benefits	Appropriate embedded and dis-embedded networking

Source: "Integrated rural tourism: concepts and practice" (Cawley & Gillmor, 2008a, 2008b).

2. Sources and methods

The research is based on two extended interviews and comments on drafts of the findings between June 2016 and February 2017 with the River Moy management staff. The fishery staff, in the town of Ballina, County Mayo (Figure 1), are employed by Inland Fisheries Ireland (IFI) which is responsible for inland fisheries in the Irish State and operates, currently, under the aegis of the Department of Communications, Climate Action and Environment (DCCAE) (Cawley, 2017). This paper relates to the River Moy but the staff have responsibility also for other river systems in the Ballina-Western Region Fisheries Basin (B-WRFB). Discussion took place also with a salmon

research scientist and a representative of the Office of Public Works relating, in the latter instance, to the improvement of conditions for the hatching of eggs and the development of salmon fry in river beds. This discussion informs the research. The interviews and communications with the River Moy management staff, which are cited here, were designed to: identify the history of salmon fishing on the river; the management systems followed, including the strategic objectives; the methods used to attain the objectives, including the networking that was undertaken with all pertinent state and private individuals and organisations locally, regionally, nationally and internationally; the extent to which the objectives were attained, any problems that arose and the measures taken to offset those problems. Critical analysis was also conducted on more than one hundred documents. The documents related to: Irish salmon and sea trout fisheries policy; research on wild salmon; methods used to protect the stocks of fish and how threats to those stocks were offset; changes in annual catches of wild salmon on Irish rivers since the 1990s; sources and incidences of water pollution of salmon fisheries; methods employed to protect the quality of the water and the agencies involved; and reports relating to expenditure by national and international salmon anglers. The web sites analysed were: the IFI web site and that of the Moy Fishery; the web sites of four private fisheries on the River Moy; three angling club fisheries; and those of three qualified fishery guides. Observation of salmon anglers, permit sellers and tackle shops was conducted also in the towns of Ballina, Foxford and Swinford, the main salmon angling locations on the River Moy. The analysis involved critical qualitative assessment of the various sources and, as pertinent, evaluation of the evidence against the principles associated with a strategic approach to the promotion of holistic sustainability. Strengths and weaknesses are identified.

3. Salmon angling and the River Moy

The lifecycle of the salmon is dependent on the ecology of the river where it is born, matures and returns to spawn after, usually, one or two years spent at sea. It is also dependent on climatic and environmental changes that affect its feeding grounds at sea, trawling for other fish and the potential for contracting parasites from farmed salmon in river estuaries. Following spawning, many salmon die because of the loss of energy involved and because they do not feed in fresh water. Some succeed in returning to the sea and come back to spawn again.

The River Moy is Ireland's most productive salmon rod angling destination and accounted for 20% of all catches by rod and line in 2014 (IFI, 2015a). It flows through Ballina town and drains a catchment area of just over 2000 km^2 in counties Mayo and Sligo (Figure 1). The fishery in Ballina and its environs comprises approximately 2.5 km of tidal water and approximately 1.8 km of single bank freshwater. It consists of seven separate 'beats' (defined areas of the river channel). Anglers are usually required to book in advance in order to fish on six of these beats. A seventh beat, the Point, is available to local members of the Ballina Salmon Anglers Association for a seasonal permit of €25. An eight beat further downstream, the Community Beat, is reserved for local members of the Ballina Traditional Angling Club, which leases it from the IFI at a nominal fee (€5 annually). There are seventeen fisheries between Ballina and Foxford, owned and managed by IFI, private individuals and angling associations and clubs (referred to as clubs from here on).

When the Irish State was established, in 1922, the fishing rights on many rivers were privately owned. During the twentieth century, some of these rights were purchased by the State. In 1987, the fishing rights on the River Moy in Ballina were purchased from a private company which had extracted salmon commercially with traps and nets in the past (Cooke, 2011). All trapping and netting ceased in 1998, because of declining numbers of salmon. Since then, the River Moy has been managed exclusively as a recreational fishery and the river in Ballina and several other areas along its length are now under the management of IFI. The Moy attracts many thousands of anglers of up to 30 different nationalities annually. Some 5087 angling licences were sold in the B-WRBD, in which the Moy is the main salmon river, in 2014 (IFI, 2015a, Table 18). The value accruing is an important contribution to the economy of Ballina and the surrounding region, as discussed below.

4. An integrated approach to resource use: the River Moy

Porter's (1996) concepts of strategy, reinforcing actions and appropriate maximisation of benefits are now discussed in the context of the River Moy, with reference to the principles of integrated management.

4.1. Strategy: promoting the holistic sustainability of salmon angling

Game angling, which includes sea trout as well as salmon, is regulated by IFI. The principal functions of IFI, are set out in Section 7(2) of the Inland Fisheries Act of 2010 and relate to the conservation and protection, management, development and improvement and business development of inland fisheries, including sea angling (IFI, 2015b, 5) (Table 2). These functions prioritise environmental sustainability, providing a resource for tourism as a social function and making economic contributions to the State and locally.

Table 2 summarises the main strategic actions in which regional IFI staff engage. Long-term conservation of the resource is a key objective. The annual extraction of fish is determined by the Standing Scientific Committee on Salmon, based on research. Maintaining counts of fish going up river informs the controls that need to be applied and a new weir and counting mechanism was installed in Ballina in 2011 for this purpose. The protection of the salmon stocks and the quality of the inland waters and the gravel beds in which salmon spawn, eggs are hatched and develop as fry, are of central importance. Control of predator species also takes place.

The fisheries manager explained (interview #1) that management involves a range of measures to protect the stocks of adult fish through licensing, issuing of permits, monitoring of catches, patrolling and imposition of sanctions, including legal prosecution, for breaches of regulations. Specific measures, designed to prevent the depletion of stocks, include a closed season which varies between

Table 2- Legally defined functions of IFI as they apply to the River Moy catchment

Function and Actions
Conservation and protection of stocks
• Long-term sustainable management of the resource • Implementation of the Fisheries Acts and the Water Pollution Acts, 1977 and 1990
Management
• Issuing of angling licences and permits to control the pressure that comes on the resource • Surveillance and protection of fish stocks and imposition of sanctions
Development and improvement
• Work to protect habitat for fish • Improving physical access to the river for anglers
Business development
• Developing the tourism potential by promoting salmon angling through local, national and international media

Source: Cawley (2017, 57).

rivers (from 1 February to 30 September on the Moy) (IFI, 2016a). A game angling licence must be held and can be purchased for periods from one day to one year. A permit is also required, which relates to a particular date and stretch of water (beat), and could cost up to €120 per day in the high season in 2017. There is a limit on the number of salmon that may be removed from the water daily (three between 12th May and the 31st August and one during the early and later parts of the season) and seasonally (ten salmon). Once that limit is reached, angling may continue on the Moy but the fish must be released back into the river. A plastic tag must be placed in the gills of fish removed from the water and the details of those caught and released must be entered in a log book, which should be returned to IFI at the end of the season. In order to protect the fish stocks, the sale of salmon caught by rod and line on the Moy is prohibited and illegal. Patrolling takes place to prevent poaching (illegal fishing with nets). State fisheries officers have extensive powers of search, to impose on-the-spot fines for minor misdemeanours and prosecute in the case of serious breaches of fisheries regulations (fisheries manager, interview #1).

The development and improvement of fisheries involves on-going survey and assessment of habitats by IFI. Restoration activities include major works to reinstate gravel beds and spawning grounds, which were damaged through deepening of the River Moy during the 1960s. A Salmon Conservation Fund provides grants of up to €15,000 for small scale improvements (e.g., weed removal) to private fisheries and angling clubs which contribute to the scheme by remitting fees from angling licences sold (fisheries manager, interview #2). Other recent work by IFI includes providing access for disabled anglers at one beat, parking spaces, signage and physical access to the river. Since 2016, under the National Strategy for Angling Development, a fishery owner or club may apply to IFI for a grant for capital works to provide physical access to the river, also funded from licence fees (fisheries manager, interview #2).

Business development is gaining growing attention as a revenue source. IFI staff liaise directly with anglers from local to international level, with the Regional Tourism Organisation and with Fáilte

Ireland (the National Tourism Development Authority) in this context. At a national level, a dedicated marketing officer promotes salmon angling nationally and internationally.

Since 1998, the State no longer gains financially from sales of salmon from the River Moy but receives income from sales of licences and permits by the fishery office in Ballina, through the internet and by other approved agents (angling clubs and shops) (fisheries manager, interview #2). This money is remitted to IFI centrally but some returns as grants for fisheries improvement through the Salmon Conservation Fund and grants to provide physical access to the river (IFI, 2015b, 43).

Based on figures relating to the number of anglers purchasing different types of licences, it may be estimated that some €252,000 was collected in licence fees in the wider regional fisheries basin, in 2014 (IFI, 2015a, Table 19). Income from sales of permits is not published by IFI or by private and angling club fisheries, so it is difficult to obtain information in that regard. A national survey of anglers in 2014/15 estimated average net annual expenditure (excluding travel costs and leakage, and including a multiplier) by Irish and overseas salmon and sea trout anglers as being €1628 per person (IFI, 2015c, Table 14). This gives an estimated total contribution of about €8.28m to the Western Regional Fisheries Basin (based on 5087 licences being sold). Some anglers purchase more than one licence but some also spend more than the average. Recent research findings suggest that a visiting angler to the Moy, who stays overnight, spends €387(excluding travel costs) (Grilli et al., 2017, 7). Many domestic anglers make multiple trips to fish, consisting of one or more days, and overseas anglers usually spend several days when they visit (TDI, 2013; Grilli et al., 2017).

Salmon (and sea trout) angling on the River Moy is, therefore, an important source of income locally during the main season, between April and early September. Accommodation providers (including some private fisheries), restaurants, public houses and tackle shops in Ballina, Foxford and Swinford reap the greatest financial benefits. Direct full-time employment in salmon fisheries on the Moy is limited. IFI employs three full-time, two part-time and two seasonal staff (in February 2017). The largest private fishery and one angling club each employ a full-time manager. The smaller private fisheries and angling clubs employ a seasonal manager on a basic salary, supplemented by a percentage of the fishing permits sold. Further seasonal employment (usually for about two people) is provided by fisheries for water keepers (who patrol to prevent poaching) and for local angling guides who provide advice on the best places to fish. Three professional angling guides host anglers throughout the year for coarse fish (pike, perch and other species), as well as game angling in season.

The largescale extraction of salmon from the River Moy in Ballina dates to the 16th century when the first weir was built by Franciscan monks, but it known that earlier weirs existed downstream (Cooke, 2011). The identity of Ballina is closely associated historically with salmon angling. Anglers are also a constant presence, locally, especially between April and early September. Fáilte Ireland awarded Ballina the title of *Salmon Capital of Ireland* in 2008 which is expressed in a logo (Figure 2). The elements include a salmon, the spire of St Muredach's Cathedral, after which the Cathedral beat on the river is named, and icons that represent the sea, rivers, lakes, countryside, mountains and the sun. Ballina is being promoted as a salmon angling destination located in an attractive physical environment.



Figure 2- Ballina salmon capital of Ireland
Source: Cawley (2017, 57)

The River Moy and angling are also celebrated in an annual Ballina Salmon Festival, held in mid-July. Prizes are awarded for the largest salmon caught during the festival by a local and by a visiting angler. IFI staff members register the weights of the catch. In recent years, two officially-qualified fishing guides provide free lessons in fly-casting on the Cathedral beat, during a half-day, for young people under 18 years of age. The beat is made available free by IFI, in order to promote the culture of angling. The association with the river is further underlined in a competition for the *Lady of the Moy* who presides over the festival.

4.2. Reinforcing actions to support the strategy

In a strategic approach to integrated resource management, holistic sustainability of the resource base through the retention or adding of value should be supported by features of the ownership, complementarity with other activities and appropriate scale of use.

Ownership

The River Moy is both a public and a private resource. The fishing rights to different stretches of the river are owned by the State and private owners, both of whom lease rights to local angling clubs. Public ownership of large stretches of the river brings benefits to owners and lessors of fishing rights, who gain from the research and remedial works undertaken by IFI. These activities include applied fisheries management, conducted to measure the attainment of salmon conservation limits and control invasive aquatic species (IFI, 2016a), and the extensive improvement of gravel beds for the laying and hatching of eggs that has taken place in collaboration with the Office of Public Works. Private owners and clubs who remit licence fees are also eligible to apply for the Salmon Conservation Fund grants to conduct improvement of the salmon habitat in the stretches of river that they own or lease (IFI, 2014). Stakeholders involved in providing physical access for angling may apply for grants, for that purpose, under the National Strategy for Angling Development.

Public ownership brings other benefits to local angling club members. In addition to the two beats made available to the Ballina Traditional Angling Club and the Ballina Salmon Anglers

Association, at nominal rates, members of both have access to the Cathedral beat after 6 pm each day. That beat is also free to anglers under 18 years of age after 6 pm. Such preferential access is designed to encourage a sense of ownership and responsibility towards the resource among local anglers and to reduce poaching and illegal fishing. Private fisheries and local angling clubs also supplement the work of IFI by employing water keepers to patrol the areas that they own or lease to prevent illegal angling and poaching.

Poaching was widespread on Irish salmon rivers when they were in private ownership, which was resented. It was hoped that poaching would decline when the commercial nets were removed from the River Moy in 1998, because of declining fish stocks. The fisheries manager explained that between 1998 and 2008, when Ireland's economy was growing rapidly and there was high employment, poaching declined as a supplementary source of income. However, because of the suspension of the commercial fishery on the Moy, there is a low availability of wild salmon on sale. Some consumers are willing to pay high prices for wild salmon and illegal fishing increased when the economy went into recession after 2008. In order to combat this practice, a confidential telephone line has been introduced where members of the public can report irregular angling activities to IFI (Kildarestreet.com, 2014). Where successful prosecutions ensue, the Minister for DCCAE has advised that the details should be published widely to deter the activity and encourage public reporting.

Complementarity with other uses of land and water

The absence of polluting substances in the water is critically important for the conservation of wild salmon stocks. Conflicts and loss of value arise from uses of water or land that cause eutrophication in streams, rivers, lakes and estuaries. Fish kills can arise in cases of severe pollution. The fisheries manager explained that, in the late 1990s, particular threats came from run-off from certain agricultural practices, including silage storage pits. Baled silage has now replaced pit silage for the most part, reducing the threat. Run-off from slurry spread on fields during rainfall conditions continues to be an occasional problem, as do leakage of pollutants from industrial workings and of nutrients from leaf decay, following the clear-felling of forested areas. The IFI staff monitor potentially deleterious activities and the public may use the confidential telephone line referred to above to report incidents. A range of EU legislation is also serving to reduce threats.

The Moy catchment is part of the European Natura 2000 network and is designated as a Special Area of Conservation, under the EU Habitats Directive (the salmon is recognised as an Annex II species worthy of protection). The estuary and the river as far as the village of Belleek are also designated as a Special Protected Area, under the EU Birds Directive, as are the two main lakes, Lough Conn and Lough Cuillin (EC, 2016a) (Figure 1). The National Parks and Wildlife Service is responsible for the protection of Natura 2000 habitats in Ireland and monitors all activities that might have implications for the designated species (NPWS, 2016).

The EU Nitrates Directive of 1991 (part of the Water Framework Directive) promotes good farming practices to prevent nitrates from polluting ground and surface waters (EC, 2016b). Under this Directive, water quality is monitored by county councils, the national Environmental Protection Agency

and the Department of Agriculture. The fisheries manager explained that reduced densities of grazing livestock and reduced application of fertilizers have helped to reduce pollution. If the IFI staff become aware of pollution incidents in the river catchment, they alert the other relevant authorities and work with them to secure whatever prosecutions might be required. The Ground Water Directive of 2008 relates specifically to the quality of (under)groundwater and has particular pertinence to septic tanks associated with private residences, where seepage into groundwater may eventually enter streams and lakes (EC, 2008).

Issues of scale

The physical scale of planned construction developments may have potentially negative implications for adjoining fishery waters through escape of solids and chemicals. Planning applications by the public for physical developments are notified by Mayo and Sligo county councils to IFI and are closely monitored. Reports from the public relating to incidences of pollution or inappropriate developments are investigated (IFI, 2015a). Developments by county councils and public agencies such as *Coillte* (the state forestry company), which can affect extensive areas, are also monitored and tension can arise between IFI and these bodies.

4.3. Maximising on the resource

Networking is of particular importance, both locally and extra-locally, in order to maximise on the actions designed to attain holistic sustainability and prevent the loss of or add to value (Saxena et al., 2007; Cawley & Gillmor, 2008a, 2008b). Local networking (local to the river, the county and the region) should be closely linked into or embedded in local social systems and the resource base. Appropriate extra-local, dis-embedded, networking to national and international levels is also necessary to access funding and specialist technical knowledge and, particularly, to attract anglers, because of insufficient local demand to meet the State's expectations of revenue generation. Some of the principal forms of local and extra-local networking engaged in by the IFI staff in Ballina are listed in Table 3 according to key functions.

In conducting its statutory functions to conserve and protect salmon stocks, the IFI in Ballina engages with a wide range of agencies at local and extra-local levels. These include Mayo and Sligo county councils in the context of: monitoring applications from the public to the councils for planning permission for developments in the River Moy catchment, and control of pollution. As noted, in the context of scale, IFI also monitors the councils' own construction works which may potentially impact negatively on the catchment, and makes representations as necessary. At a regional level, networking occurs with a range of state agencies: the National Parks and Wildlife Service with regard to the protection of ecosystems; *Teagasc*- the Farm and Food Development Authority- in providing information to farmers; and *Coillte* with reference to planned development or clearing of forests by them. At a national level, on-going communication takes place with IFI and the DCCAE, as required. The Standing Scientific Committee on Salmon provides information on which the annual extraction of

fish is based. The Environmental Protection Agency and the Department of Agriculture are important sources of information relating to water quality. Legal action against polluters may be pursued collaboratively with the former in particular. Relations with the national Marine Institute have been marked by tension recently because of the latter's support of aquaculture within the critical distance of the coast and estuarial areas where IFI research has shown that threats may be posed to wild salmon. Major road building projects involve contacts with the National Roads Authority. The North Atlantic Salmon Conservation Organisation provides information about salmon stocks internationally.

Table 3- Networking by IFI staff in Ballina by function and geographical level

Local, county and region	**National and international**
Conservation and protection of stocks	
• Mayo and Sligo county councils • National Parks and Wildlife Service • *Teagasc* • *Coillte*	• IFI • DCCAE • Standing Scientific Committee on Salmon • Environmental Protection Agency • Department of Agriculture • Marine Institute • National Roads Authority • North Atlantic Salmon Conservation Organisation
Management	
• Anglers • Private fisheries and angling clubs	• Anglers • IFI • DCCA
Development and improvement	
• Office of Public Works • Private fisheries, local angling clubs • Research institutions	• Office of Public Works • IFI
Business development	
• Anglers • A private residential fishery • Regional Tourism Organisation • Ballina Salmon Festival Committee	• Anglers nationally and internationally • National and international tourism promotion agencies

Source: Cawley (2017, 60)

In managing the fishery, IFI staff have on-going contact with anglers and would-be anglers, from local to international levels, for sales of licences and permits and booking of slots on beats on the river in Ballina. A member of staff also visits each fishery on the River Moy weekly during the angling season and collects details of the numbers and weights of salmon caught. Regular on-going contact also takes place with the parent IFI body nationally.

As noted earlier, IFI works in collaboration with the Office of Public Works in developing and improving the River Moy as an environment for salmon. Networking occurs, nationally, in the planning of restoration of gravel beds for spawning and hatching and, locally, in implementing works on the river. There is also extensive contact with private fisheries and angling clubs locally and with IFI nationally in administering grants for fisheries improvement and providing physical access to the river.

Researchers at the National University of Ireland Galway and the Galway-Mayo and Sligo Institutes of Technology are regional sources of scientific information.

The development and marketing of salmon angling as a tourist activity involves networking with anglers at various geographical levels through a wide range of media. The latter include a web cam on the most productive beat on the River Moy in Ballina, a weekly E-zine, daily reports on catches of salmon during the season and Facebook and Twitter posts. Marketing activities include collaboration with a private residential fishery in providing access for their clients to the Moy in Ballina and collaboration with the Salmon Angling Festival Committee. Contacts take place with the Regional Tourism Organisation to promote and market salmon angling to tour operators and agents. At a national level, a specialist IFI marketing officer works with Fáilte Ireland in national and international promotion.

5. Conclusions

Natural resources are of growing importance for tourism purposes and finding methods of attaining holistic sustainability is receiving increased attention (Rydin & Falleth, 2006; Prell et al., 2009). This paper reported the results of applying a strategic and integrated model to assess the factors that impinge on holistic sustainability in a salmon angling river used for tourism (Cawley & Gillmor, 2008a, 2008b). Evidence was found of the retention and adding of value to the resource and also of threats that require on-going attention.

A clearly defined strategy is in place and supported by staff actions to promote the holistic sustainability of the River Moy and its salmon stocks and contribute to local society, economy and culture. A range of actions support the strategy and these actions are operationalised through extensive networking at a range of levels from the local to the international.

State ownership of extensive stretches of the river involves management and conservation works that serve to protect the value of the resource. Private fisheries, local angling clubs and society benefit from these activities. This conservation work is further supported through the Salmon Conservation Grant Scheme which many private fisheries and angling clubs are eligible to apply for. Special measures are taken to nurture a sense of ownership and responsibility among local anglers, including young people. Nevertheless poaching and illegal angling continue. Since 2014, reporting of poaching and pollution incidents through a confidential telephone number has resulted in successful court prosecutions. These prosecutions are advertised widely as a deterrent to these threats to the intrinsic and monetary value of the resource.

Conflicts arise with agriculture, construction activities and clear-felling of forests which are sources of localised water pollution and contribute to loss of environmental and monetary value through a decline in salmon stocks. Tensions can arise with other state agencies and point to a need for greater consultation and networking with IFI when potentially harmful developments are being planned (Prell et al., 2009). More generally, EU legislation and enhanced monitoring by a range of state agencies are highly supportive of the remit of IFI in maintaining the intrinsic value of the fisheries'

waters and the salmon stocks. Extensive networking takes place locally, regionally, nationally and internationally (as required), with anglers and with a wide range of agencies, in support of the strategy and in implementing the measures for its attainment.

The evidence illustrates that analysis, based on principles of integration within a strategic framework, can provide insights into the strengths and weaknesses of the methods used to promote the holistic sustainability of a natural resource used for tourism purposes (Cawley & Gillmor, 2008a, 2008b; Cawley, 2017). The model permits the interrelationships and tensions between the resource and its management and other resources and stakeholders to be identified in a systematic way. Given the absence of a comprehensive framework for river basin management in Ireland, this framework offers one approach to monitoring the extent to which holistic sustainability is being attained.

6. Bibliography

CAWLEY, M. (2017). A strategic approach to protecting the sustainability of a natural heritage and tourism resource: the River Moy, Ireland. *Bulletin de la Société Géographique de Liège*, *69*, 53-62.

CAWLEY, M. & GILLMOR, D.A. (2008a). Integrated rural tourism: concepts and practice. *Annals of Tourism Research*, *35*, 316-337.

CAWLEY, M. & GILLMOR, D.A. (2008b). Tourismo rural integrado: teoría y práctica. *Annals of Tourism Research en Espagnol, 10*, 73-97.

CAWLEY, M., MARSAT, J-B., & GILLMOR, D.A. (2007). Promoting integrated rural tourism: comparative perspectives on institutional networking in France and Ireland. *Tourism Geographies*, *9*, 405-420.

COOKE, D. (2011). Ballina salmon weir, Tidy Towns Heritage Award winner. *Heritage News*, Winter 2011/Spring 2012, ISSN-1393-9777, 20-21.

EC (EUROPEAN COMMISSION). (2008). *Groundwater protection in Europe, the new Groundwater Directive*. http://ec.europa.eu/environment/water/water-framework/groundwater/resource.htm. [Accessed 5 May 2016].

EC (EUROPEAN COMMISSION). (2016a). *Natura 2000*. http://ec.europa.eu/environment/nature/natura2000/index_en.htm. [Accessed 1 July 2016].

EC (EUROPEAN COMMISSION). (2016b). *The Nitrates Directive*. http://ec.europa.eu/environment/water/water-nitrates/index_en.html. [Accessed 1 July 2016].

GARROD, B., WORNELL, R., & YOUELL, R. (2006). Re-conceptualising rural resources as countryside capital: the case of rural tourism. *Journal of Rural Studies, 27*, 117-128.

GRILLI, G., LANDGRAF, G., CURTIS, J., & HYNES, S. (2017). The value of tourist angling: a travel cost method estimation of demand for two destination salmon rivers in Ireland. *Working Paper No. 570, August 2017*. Dublin: Economic and Social Research Institute.

IFI (INLAND FISHERIES IRELAND). (2014). *Salmon Conservation Fund report*. Dublin: IFI.

IFI (INLAND FISHERIES IRELAND). (2015a). *Wild salmon and sea trout statistics report 2014*. Dublin: IFI.

IFI (INLAND FISHERIES IRELAND). (2015b). *Annual report 2014*. Dublin: IFI.

IFI (INLAND FISHERIES IRELAND). (2015c). *National strategy for angling development: the economic contribution of salmon and sea trout angling in Ireland 2015*. Dublin: IFI. http://www.fisheriesireland.ie/socio-economics/527-the-economic-contribution-of-salmon-and-sea-trout-angling-in-ireland. [Accessed 3 June 2016].

IFI (INLAND FISHERIES IRELAND). (2016a). *Fisheries research and protection*. Dublin: IFI. http://www.fisheriesireland.ie/Research-and-Development/fisheries-research.html. [Accessed 5 May 2016].

IFI (INLAND FISHERIES IRELAND). (2016b). *Management of the wild salmon fisheries*. Dublin: IFI. http://www.fisheriesireland.ie/Salmon-Regulations/salmon-regulations.html. [Accessed 3 June 2016].

JENKINS, T. (2000). Commentary, putting modernity into practice: endogenous development and the role of traditional cultures in the rural development of marginal regions. *Ecological Economics, 34*, 301-314.

KILDARESTREET.COM. (2014). Depletion of inland fish stocks and impacts of estuary poaching: Inland Fisheries Ireland. *Joint Oireachtas Committee on Transport and Communications*, Wednesday, 22 October 2014. https://www.kildarestreet.com/committees/?id=2014-10-22a.804. [Accessed 3 June 2016].

NPWS (NATIONAL PARKS AND WILDLIFE SERVICE). (2016), *Natura 2000*. https://www.npws.ie/faq/natura2000. [Accessed 30 June 2016].

PORTER, M. (1996). What is strategy? *Harvard Business Review, 74*, 61-78.

PRELL, C., HUBACEK, K., & REED, M. (2009). Stakeholder analysis and social network analysis in natural resource management. *Society & Natural Resources, 22*, 501-518.

RYDIN, Y. & FALLETH, E. (Eds.). (2006). *Networks and institutions in natural resource management*. Cheltenham: Edward Elgar.

SAARINEN, J. (2006). Traditions of sustainability in tourism studies. *Annals of Tourism Research, 33*, 1121-1140.

SAXENA, G., CLARK, G., OLIVER, T., & ILBERY, B. (2007). Conceptualising integrated rural tourism. *Tourism Geographies*, *9*, 347-370.

TDI (TOURISM DEVELOPMENT INTERNATIONAL). (2013). *Socio-economic study of recreational angling in Ireland, prepared on behalf of IFI*. Dublin: TDI.

……
……

Acknowledgements

Dr Siobhán Comer is thanked for her help in preparing Figure 1. The River Moy management staff and the other interviewees are thanked for their contributions, as is Dr Stephen Hynes, Director, Socio-Economic Marine Research Unit, NUI Galway, for bringing the research by Grilli et al. (2017) to my attention.

DERMENDZHIEV, A.; DOYKOV, M. (2018). *The monasteries in the Bulgarian lands – resource for development of the geography of cultural tourism*. The overarching issues of the european space - preparing the new decade for key socio-economic …, Porto, Fac. Letras Univ. Porto. pp. 155 -165

THE MONASTERIES IN THE BULGARIAN LANDS – RESOURCE FOR DEVELOPMENT OF THE GEOGRAPHY OF CULTURAL TOURISM

Atanas DERMENDZHIEV
Faculty of History, "St. Cyril and St. Methodius" University of Veliko Tarnovo
adermendjiev1960@abv.bg
Martin DOYKOV
Faculty of History, "St. Cyril and St. Methodius" University of Veliko Tarnovo
martin_doikov@abv.bg

Abstract

In Medieval times in the Bulgarian lands was created a network of large monastery centers. Long centuries the monasteries kept manuscripts, old books, beautiful mural paintings and woodcarvings or in other words – Bulgarian culture. Today they can be used as a resource for cultural and religious tourism. Religious sites are very visited especially on temple holidays and other religious feasts, and because of this they are included in the tours of route-cognitive tourism, together with other sites of different nature.

Key Words: monasteries, religious tourism, cultural tourism, Bulgaria

Resumo

No período medieval nas terras búlgaras criou-se uma rede de grandes centros monásticos. Ao longo de muitos séculos estes mosteiros guardaram manuscritos, bonitas pinturas murais e entalhes em madeira ou, por outras palavras – Cultura Búlgara. Nos dias de hoje este património pode ser utilizado como um recurso para o turismo cultural e religioso. Os locais religiosos são de facto muito visitados, especialmente em feriados ou festas religiosas e, por consequência, estão incluídos em circuitos turísticos, reunindo-se a outros locais de natureza distinta.

Palavras chave: mosteiros, turismo religioso, turismo cultural, Bulgária

1. Introduction

We specify the monasteries in the Bulgarian lands as resource for development of the geography of cultural tourism. They are product of the cultural achievements during the Middle Ages. Their appearance has been preceded by many processes, which resulted in literature works, Old-Bulgarian manuscripts and religious movements. One of them – the Bogomil movement, led to the appearance of the "apocryphal books" and to their introduction in folklore art. As they were copied, these books formed the spiritual peace of the people in many regions.

To the authors of books we add also the master-builders of monasteries and churches, the wall-painters, who created amazing decorative elements inside the temples. The original icon-paintings reveal the inner philosophy and social vitality, adequate to the conception the medieval man had of the world.

The monasteries in the Bulgarian lands are some of the most interesting objects of medieval culture, which preserved and preserve the memories from past times and the sacred spirit of the personal conception of the world.

In the Bulgarian history great was the significance of the literature schools in Pliska, Preslav, Ohrid and Tarnovo as a factor for the emergence of the territorial localization of religious cultural monuments. They are objective evidence of the degree of people's self-organization, for the world outlook and the way of living. They are materialized expression of its value system.

2. Monasteries as a Resource for Tourism

On the Balkans, where the prosperity of a nation is by default connected with the problematic survival of other, rules the polar model. It has infiltrated all spheres of life – economy, culture, religion. One of the main motive powers of cultural processes and center of spiritual energy is the religious site – church, monastery, religious monument. In Medieval times in the Bulgarian lands was created a network of large monastery centers. As a cultural phenomenon, they had the functions of literature centers, in which with sacred respect was preserved and reproduced the written word. The so needed for preservation of the family memory continuity was realized in them, books were created in them, that were structured usually about local cults. They are the active incubators of people's aspirations and spreaders of the feeling of life belonging. They are accelerators of the emergence and management of religious tourism. Religious sites are very visited especially on temple holidays and other religious feasts, and because of this they are included in the tours of route-cognitive tourism, together with other sites of different nature.

With a view to the numerous definitions, concerning its nature, we can conclude that religious tourism is a type of alternative tourism, which is connected with visiting of religious cult objects, provoked by the religious and spiritual necessities of the travellers.

Its basic resource are the cult monuments – religious sites, such as: holly springs, chaplets, monasteries, churches, religious temples.

As peculiar culture centers with interesting architecture and woodcarving they arouse professional, but also tourist interest.

Which, from the state's point of view, should be valorized.

* * *

The presence of numerous monastery complexes in Bulgaria presumes larger increasing of the number of monasteries as sites of route-cognitive tourism. From the Hundred national tourist sites eight

are monasteries – Aladzha monastery, Bachkovski, Dryanovski, the monastery in Patleyna, Preobrazhenski, Rilski, Troyanski and Shipchenski monastery. Another two of the monasteries are in a settlement, which is declared a national tourist site – the monasteries of "The Mother of God" and "St. Nikolas" in the village of Arbanasi.

From the eight Bulgarian sites under the protection of UNESCO three are monasteries – the Ivanovo Rock-hewn Churches, the Aladzha monastery and the Rila monastery.

Being anthropogenic tourist resources monasteries have peculiarities, too different from these of the natural resources, mostly from the point of view of the territorial organization of tourism. Generally we can distinguish the following:

1. In the visit of monasteries central role has the cognitive effect, but it is possible to be combined with recreative effect.
2. The acquaintance of particular monastery complex is not so long process, which allows the combination with visits to other anthropogenic sites.
3. Monasteries attract tourists with wider interests and higher culture. The formation of the tourist flow to them is influenced by factors, such as age, intellect, profession, nationality and others.
4. Only a small part of the monasteries are situated in settlements. Mostly they are 4-5 kilometers away from the nearest settlement and are situated in nature, which taken alone represents tourist attraction with recreative aesthetic value. The monasteries are usually built in more inaccessible areas, which create some difficulties regarding the direct access to them.
5. Monasteries don't have natural restoration capability. This imposes the need for protection, preservation and timely restoration.
6. Monastery complexes are immovable objects, which requires transportation of the tourists to them.
7. The influence of the tourist on the monastery complexes goes through several stages: getting general information about the object, direct visual contact, detailed exploration, critical assessment. Usually for the route-cognitive tourism are typical the first two stages, and the next are typical for the group of tourists having special interest and culture.
8. Monasteries have educative and aesthetic impact and are sites of great worldview value.

* * *

If in the ages before the conquering of Bulgaria by the Turks, mainly the rulers took care for the monasteries, who donated to them fields, lawns, water-mills and so on, during the Turkish rule the whole population made great efforts to preserve the privileges and lands monasteries had. Because of this after XIV century monasteries were usually built in mountainous regions, in areas which were suitable for defense. The predominant mountainous terrain in the Bulgarian lands is an advantage for the construction

of many monasteries, especially in the time of the Turkish rule. Numerous are the monasteries in the Balkan, Sredna Gora, Rila, Kraishteto. Not so many are they in the Rhodopes, where the Turkish and the Greek element, because of the territorial nearness, have negative influence. During the conversion to Mohammedanism of Bulgarians in the region of the Rhodopes many medieval churches and monasteries were demolished. Evidence for that are the chronicle notes of priest Metody Draginov from XVII century, in which is mentioned that the Turks "ruined all the churches from Kostenets to Stanimaka – 33 monasteries and 218 churches".

Typical phenomenon for the Bulgarian lands is the grouping of a number of monasteries around one central monastery or around a settlement. On the analogy of the monasteries on the Athos Peninsula a lot of monastery groups emerged and the places where they are concentrated are also called "Sveta Gora" (Mount Athos). A model of the medieval monastery group is the one of Tarnovo, in the lead of which is the monastery of "Holy 40 Martyrs". Significant monastery groupings during the Middle Ages were situated around Sliven, Asenovgrad and Vidin. Very popular are the four monasteries near Sofia, known by the unifying name "Malka Sveta Gora" ("Small Mount Athos").

There are regions without monastery complexes – in North-Eastern Bulgaria, The Eastern Rhodopes, in the central part of the Danubian Plain and the Upper Thracian Lowland.

The biggest concentration of monasteries is in Western Bulgaria – around Sofia, Pernik, Vratsa, Montana, Vidin, also around Veliko Tarnovo and Gabrovo.

Along the Seaside today there is only one well preserved monastery – the one of Pomorie.

In the map called "Better Known Bulgarian Monasteries" which is enclosed to the "Encyclopedia Bulgaria" are represented 74 monasteries, 55 of which are on the territory of Bulgaria and 17 in Serbia and Macedonia, as well as the Hilendarsky Monastery and the Bulgarian Zografsky Monastery on the Athos Peninsula.

G. Chavrakov and S. Dobrev consider that on the territory of the country exist about 130 monastery complexes or independent monastery churches (Chakarov, G., Dobrev, S., 1974).

According to I. Bogdanov their number is 100 (Bogdanov, I., 1971), and other researchers register 160 monasteries, 41 of which are larger and suitable for the tourist flows.

The Holy Synod considers that today there are around 20 monasteries in Bulgaria.

As anthropogenic tourist resources the exploration and evaluation of monasteries is based on the following principles:

1. Chronological. The objects are divided according to the age to which they belong. The monasteries in Bulgaria as objects of exploration originated mainly in the years of the First and the Second Bulgarian state, and their contemporary appearance they have from XIX century – in the age of the Bulgarian national revival or in the beginning of XX century.
2. Typological.
3. Spatial.

4. Functional. The monasteries of international and national significance are objects of intensified visiting, and the smaller monasteries of regional and local significance can be used for short-time recreation.

For characterization of the monasteries in the Bulgarian lands are used different indicators. The cultural-ethnographic approach is connected with the following algorithm: significance of the monastery; architectural completeness; cultural-historical heritage; written monuments and documentation; museum collections and monastery expositions; transport accessibility; existence of material base at the object or near it; condition and maintenance of the monastery; attendance; perspectives and possibilities for tourism.

3. Most Significant Monasteries in Bulgaria

Here we present some short information about the most significant monasteries in the Bulgarian lands by the firs indicator:

Rila Monastery "Saint Ivan of Rila" (figures 1 and 2). This is the most impressive monument of Bulgarian architecture and arts, and the biggest spiritual and literary center of the Bulgarian national revival in our lands from the time of the Turkish rule. Its establishment in X century is related to the life and activity of the Bulgarian hermit Ivan Rilsky. The oldest building in the monastery is a fortified defensive tower from XIV century. In 1469 from Veliko Tarnovo were brought the relics of St. Ivan Rilsky. In its contemporary outlook it has been preserved from 1834. Its main church impresses with its mural paintings. It gave shelter for many fighters for the Bulgarian Liberation. In 1961 it was declared a national museum, keeping a lot of manuscripts, documents, icons and etc., and from 1983 UNESCO gave it the greatest recognition – monument of the world culture.



Figure1- Rila Monastery "Saint Ivan of Rila".



Figure 2 - Rila Monastery “Saint Ivan of Rila”.



Figure 3 - Bachkovo Monastery “Dormition of the Holy Mother of God”.

Bachkovo Monastery “Dormition of the Holy Mother of God” (figure 3). It was established in 1083 by the Georgian brothers Gregory and Abazy Pakourianos, occupying high positions in the Byzantine army. In XI century here originated the Bachkovo literary school. Some translations of Sophocles, Euripides and others were made here. The main church is from 1604. Interesting is the miraculous icon “The Mother of God” (figure 4), which was brought from Georgia, and which is covered

with gold and silver. The monastery is connected with Euthymius of Tarnovo, who spent the last years of his life here.



Figure 4 - Bachkovo Monastery – procession with the miraculous icon “The Mother of God”.

Troyan Monastery “Dormition of the Holy Mother of God” (figures 5 and 6). It is third by size in Bulgaria. It was established in 1600 and became an important spiritual center from the time of the Bulgarian national revival. Zahariy Zograf made the mural paintings in the church “Assumption of the Mother of God”. The monastery is famous for its miraculous icon “The Mother of God of Three Hands”. It provides accommodation.



Figure 5 - Troyan Monastery “Dormition of the Holy Mother of God”.



Figure 6 - Troyan Monastery – external mural paintings.

Aladzha Monastery (figures 7 and 8). It is situated 14 km to the east of Varna. It was established in the early Christian era, but in its presence appearance it was constructed in X century, when in the Bulgarian lands spread reclusion. In the years of the Second Bulgarian state under the influence of the Hesychastic movement the rock monasteries in Bulgaria reached their highest development. Then also Aladzha Monastery reached its bloom. It was abandoned in XVIII century and today it is one of the most visited sites along the Bulgarian seaside.



Figure 7- Aladzha Monastery from outside.



Figure 8 - Inside Aladzha Monastery.

Dryanovo Monastery (figures 9 and 10). It was established at the end of XII century. In XIV century the monastery was one of the main centers of Hesychasm. During the Ottoman rule the monastery was burned twice and at its present place it was built in XVII century. In that time in it worked a church school. The monastery possessed a copy of the history by Paisiy, made in 1783-1793. A revolutionary committee was established at the monastery, in order to help for the organization of the April Uprising in 1876 against the Ottoman Empire.



Figure 9 - Dryanovo Monastery.



Figure 10 - Dryanovo Monastery from above.

4. Final Considerations

Monasteries are not only successors of the spiritual and material wealth, but also creators and organizers of spirituality in the Bulgarian lands for centuries. They are centers of the most cultured and active for their time Bulgarians, who communicated with other nations, acquired and spread new ideas, compositions, pictorial techniques in arts and so on.

Except for stimulation of the cultural-cognitive and religious tourism, monasteries, this living religious tradition and part of the Eastern Orthodoxy, help also for the preservation of the national sentiment in the conditions of increasing globalization and the more and more marginalizing multiculturalism.

5. Bibliography

BOGDANOV, I. (1971). *Balgarski tvardini. Knizhovni ognishta, kreposti i manastiri v Sofia i Sofiysko*. Sofia: Narodna prosveta.

CHAVRAKOV, G., DOBREV, S. (1974). *Balgarski manastiri: Pametnitsi na istoriyata, kulturata i izkustvoto*. Sofia: Nauka i izkustvo.

DERMENDZHIEV, A. (2009). *100 Natsionalni turisticheski obekta. Ot Vidin do Varna. Kolektsia Bulgaria – zagadki ot vekovete.* Tom 7. Sofia: Svetovna biblioteka.

DERMENDZHIEV, A. (2009). *100 Natsionalni turisticheski obekta. Ot Nesebar do Batak. Kolektsia Bulgaria – zagadki ot vekovete.* Tom 8. Sofia: Svetovna biblioteka.

DERMENDZHIEV, A. (2009). *100 Natsionalni turisticheski obekta. Ot Pazardzhik do Petrich. Kolektsia Bulgaria – zagadki ot vekovete.* Tom 9. Sofia: Svetovna biblioteka.

DERMENDZHIEVA, S., DERMENDZHIEV, A. (2013). *100 Natsionalni turisticheski obekta*. Sofia: Svetovna biblioteka.

GEORGIEV, V. (Eds.). (1978). *Entsiklopedia Bulgaria*.. Tom 1. Sofia: BAN.

GEORGIEV, V. (Eds.). (1981). *Entsiklopedia Bulgaria*.. Tom 2. Sofia: BAN.

GEORGIEV, V. (Eds.). (1982). *Entsiklopedia Bulgaria*.. Tom 3. Sofia: BAN.

GEORGIEV, V. (Eds.). (1984). *Entsiklopedia Bulgaria*.. Tom 4. Sofia: BAN.

GEORGIEV, V. (Eds.). (1986). *Entsiklopedia Bulgaria*.. Tom 5. Sofia: BAN.

GEORGIEV, V. (Eds.). (1988). *Entsiklopedia Bulgaria*.. Tom 6. Sofia: BAN.

BALEVSKI, A. (Eds.). (1996). *Entsiklopedia Bulgaria*.. Tom 7. Sofia: BAN.

KOEVA, M., YOKIMOV, P., STOILOVA, L. (2002). *Pravoslavni hramove po balgarskite zemi*. Sofia: Akad. izd. „Prof. M. Drinov".

STAMOV, ST., NIKOVSKA, K. (2015). *Religiozen turizam*. St. Zagora: KOTA.

TRIFONOVA, ZH., PASKALEVA, V. (2012). *Patevoditel na balgarskite manastiri i tsarkvi*. Sofia: Buk Butik.

DIMITROV, S. (2018). *Monateries in Bulgaria as a resource and destination for religious tourism***,** The overarching issues of the european space - preparing the new decade for key socio-economic and environmental challenges, Porto, Fac. Letras Univ. Porto. pp. 166 -181

MONASTERIES IN BULGARIA AS A RESOURSE AND DESTINATION FOR RELIGIOUS TOURISM

Slavi DIMITROV
"St. St. Ciril and Methodius" University of Veliko Tarnovo
slavi_omurtag@abv.bg

Abstract

Religious tourism is one of the modern types of tourism. It is developing very dynamically also in Bulgaria. A prerequisite for this is the rich cultural and historical heritage and the numerous religious temples preserved in the Bulgarian lands. Among them, the monks play a leading role.

Keywords: tourism, religion, monasteries, churches, Christianity

Résumé

Le tourisme religieux est l'un des types de tourisme modernes. Il se développe très dynamiquement aussi en Bulgarie. Une condition préalable à cela est le riche patrimoine culturel et historique et les nombreux temples religieux conservés dans les terres bulgares. Parmi eux, les moines jouent un rôle de premier plan.

Mots-clés: tourisme, religion, monastères, églises, christianisme

1. Introduction

One of the biggest wealth in Bulgaria is the great number of monasteries situated over the unapproachable peaks or enclosed by mountains and surrounded by incredible nature. The Bulgarian monasteries are unique, because of their rich architecture, icons and wall paintings, as well as with the legends and sagas, bringing a mythical outlook to some of them. Intensive monastery construction in Bulgaria started right after Christianity was officially adopted in the country in 865 AC. They became a Slavic writing, culture and orthodox religion centres. The monasteries preserved the national spiritual values during the hard times for the Bulgarian state. Most of the Bulgarian literature and painting was created in these holly cloisters. During the time of Ottoman rule the monasteries preserved not only the religion, customs and culture but they were also the heart of the revolutionary movement. Because of the Turkish attacks or as a result of the time small part of the today's operating monasteries have kept their original look. However visiting them is a great experience that gives the feeling of spiritual

calmness and leaves long lasting memories. Nowadays there are about 160 operating monasteries in Bulgaria and some of them are listed in UNESCO book including the exceptionally interesting rocky monasteries. Cutted in a cliff rocks, they are symbol of the strong will of the Bulgarians and their ability to survive during the hard times (Dimitrov, 2007).

The purpose of this study is to examine the monasteries in Bulgaria as a tourist resource and an opportunity for the development of religious tourism.

As leading factors for the development of religious tourism in Bulgaria, we can say:

- Religious tolerance characteristic of Bulgarian society;
- Temples of various religions located on the territory of the country;
- High cultural and artistic value of a large part of the religious temples;
- Pilgrimage, characteristic of both past epochs and nowadays;
- Specific syncretism of some religious practices, traditions and centers - common sites for the worship of different religions;
- Relatively good infrastructure of the most visited sites.

Thanks to this, religious trips in Bulgaria have grown from 25,000 participants in 1979 to over 1.7 million today. Of these, 93,746 are foreigners or 5% of the visits. The visits of the three Bulgarian-Bulgarian monasteries - Rilski, Bachkovski and Troyanski amount to 3 779 572 people, 285 490 of whom foreigners - 7,5% of the visitors.

2. Different methodological approaches of this heritage

Religious tourism in Bulgaria continues to be connected with visiting mainly monasteries. Despite the worrying state of the vast majority of them, more than 40 monasteries are involved in economic turnover through tourism (figure 1). They can be grouped by location as follows:

1. Monasteries in northwest Bulgaria: Chiprovsky, Lopushanski, Bistriski, Karlukovski;
2. Monasteries in Northern Bulgaria: Cherepishki, Etropole, Glozhene, Teteven, Troyanski, Batoshevski, Dryanovski, Kilifarevski, Plachkovski, Kapinovski, Lyaskovski, Arbanashki, Preobrajenski, Ivanovski rock monasteries, Aladzha monastery, etc.;
3. Monasteries in the region of Sofia: The Seven Thrones, Kurilovski, Seslavski, Lozenski, Dolopasaraleski, Alinski, Dragalevski;
4. Monasteries in Southwestern Bulgaria: Transki, Zemenski, Boboshevski, Rilski, Rozhenski;
5. Monasteries in Southern Bulgaria - Sopotski, Shipchenski, Maglizhki, Kuklenski, Bachkovski, Arapovski and others (Kostov, 2001).

A. Kazakov grouped the monasteries according to their accessibility, as follows:

- Excellent accessibility - Airport presence within 20 km or no more than 20 km, asphalted road to the monastery and securely placed signs;
- Very good accessibility - airport or train station not more than 50 km away, a macadam road and reliable signs;



Figure 1 - The most visited monasteries in Bulgaria (own production)

- Medium accessibility - Availability of an airport or train station of no more than 50 km, presence of a macadam road, but lack of plates or extremely insufficient ones;
- Poor accessibility - Availability of an airport or train station of no more than 50 km, dirt road.

According to the time of creation, the monasteries of Early Christian (IV - IX century), Medieval (X - XV century) and young (XVI - XX century) were divided.

Kazakov also offers other criteria such as: geographical location (about 60% of which are located in the mountains); distance from existing settlements (there is only one monastery 10 km distant, 12 are located between 5 and 10 km and all are within 5 km or in the settlement itself); availability of accommodation base; respect for monastic brotherhoods for visitors and tourists, etc.(Kazakov, 2013).

Based on the capacity of the monastery (number of monks), the following main types of monasteries are classified:

- Monomonastery - with a monk;
- A small monastery with two to five monks;
- Middle monastery - five to twenty monks;
- A large monastery with twenty to forty monks;
- Lavra - with over forty monks.

3. Some examples of religious heritage enhanced by tourism

Small and medium-sized monasteries predominate in Bulgaria. Depending on their location, tourism companies include them in their programs (general and specialized). The most frequently offered monasteries are Rilski, Bachkovski, Aladzha, Rozhenski, Troyanski, Preobrajenski, Dryanovski and others. Undoubtedly the greatest interest for tourists and especially for foreigners is the Rila Monastery (Kostov..., 2001).

3.1. Rila Monastery

The “St. Ivan Rilski” monastery is the biggest monastery complex in Bulgaria. It is situated at 117 km away from Sofia at 1147 m above the sea level in Rila Mountain (figure 2). Rila Monastery was declared as national historical monument and was listed in UNESCO book.



Figure 2 **-** Rila Monastery (Source: http://www.bulgariamonasteries.com)

The monastery was founded by the hermit St. Ivan Rilski in the 10th century. Ivan Rilski is one the greatest Bulgarian saints. He was born about 867 in village of Skrino near Dupnitsa town. He was a shepherd and at the age of 25 he went in “St. Dimitar” monastery in Osogovo Mountain. He got his ecclesiastical education here and beecame a monk but soon he left the monastery and became a hermit. At last he settled in the marvelous Rila Mountain where he lived to the end of his life. He started healing the locals and preeached the words of God in a way that anyone could understand. The Rila monk became popular and soon the rumour spread all over, and even the Bulgarian king Petar I came from the capital Preslav in Rila to see him. But Ivan Rilski just bowed to the king from a

distance. He didn't accept the gold that king Petar I send him as well. People started to respect him even more and other monks and hermits came to him to be his disciples. They built hovels around and thus the foundation of the most famous Bulgarian monastery was laid.

The local lord Stefan Dragolov (Hrelio) built the monastery at the place where it is now, but only the monument "Hreliova Tower" left from the middle aged building. The Rila monastery enjoyed great privileges and all the rulers and lords made a costly gifts and donations. During the 15th century the monastery was destroyed by the ottomans. The beginning of 19 century marks the start of the renovation of the complex. During this period the residence complex and the church "Virgin Mary's nativity" were built.

The most precious wealth of the monastery is the unique wall paintings. The oldest are in the chapel of "Hreliova Tower". They perform three stages of the St. Ivan Rilski life. The paintings date back from the 14th century. The oldest icon preserved in the monastery is from the same period as well. It is devoted to St. Ivan Rilski. Most of the other wall paintings are made by the great icon - painter Zhari Zograf. During the 19th century he painted most of the churches and monasteries in Bulgaria (Stamov, 2015).

3.2. Bachkovo Monastery

The "Assumption" monastery is the second large monastery in Bulgaria. It is situated in the western part of Rodope Mountain 10 km away from Asenovgrad (figure 3).



Figure 3 - Bachkovo Monastery (Source: http://www.bulgariamonasteries.com)

It was founded by Grigoriy Bukuriani – Georgian military commander who was at the service of the Byzantine Emperor. After the Ottomans conquered Bulgaria in the end of 14 century the heroic patriarch St. Evtimiy Tarnovski was send into exile in the monastery, were he stayed until the end of

the life. He was buried here. At first the monastery survived after the ottomans attacks but later it was burned down and plundered. During the 15th century it was renovated, and the main monastery church was built in 1604. The wall paintings in the refectory date back from 1643 and they are of great art value. There are stages of "the Doomsday", figures of holly monks, stages from the Orthodox Church history and many other mural paintings. The icon of Virgin Mary is very attractive too. It is said that the icon is miraculous. 103 manuscripts and 252 old printed booкs were found in the monastery in the beginning of 20 century and were called "a real literature depository" (Stamov, 2011).

3.3. Troyan Monastery

The third large monastery in Φulgaria is the "Assumption". It is situated in Stara Planina Mountain 10 km away from town of Troyan on the bank of Cherni Osum river. The legend says that the monastery was found by a hermit monk in the beginning of the Ottoman slavery. He came in the mountain to be closer to God and built a small chapel. Later the local people built a church in honor of Virgin Mary at the same place. The monastery was burned down many times, since it was built and the monks were killed by the Turks. In 1830 the priests procured some privileges for the monastery successfully and the prosperity of the temple started. The most significant monument of culture in the Troyan monastery is the "Assumption" church.

Troyan monastery like other monasteries in Bulgaria is centre of revolutionary in the 19th century. In the middle of the 18th century, a cell school was found in the monastery. Many important revival persons got their education here. The famous icon painter Zahari Zograf left the traces of his mastership in the monastery (Ivanov, 2012).

3.4. Klisura Monastery "St. St. Cyril and Methodius"

The Klisura Monastery is hidden in the picturesque valley of Vreshtitsa river, at the foot of Todorini KuKli peak in the the western part of the Balkan mountain. It is situated 4 km away from the village of Klisura, about 9 km away from the town of Berkovitsa, 28 km away from the town of Vratsa and 54 km away from Bulgaria's capital city, Sofia.

Klisura Monastery was founded in 1240 as at that time it was named Vreshetski. The monastery was devastated by the Ottoman conquerors in the 15th century and consequently it remained uninhabited for a long period. It was renovated in 1742 by donations of Klisura's reseidents. However, 40 years later it was destroyed once again. Nevertheless, the monastery for consecutive time has been brought to life because of the efforts of monks and local residents.

The year 1862 has been marked as a tragic in the history of the Klisura Monastery. On the celebration of the day of St St Cyril and Metodii, the cloister was burnt to ashes and all monks and

pilgrims were slaughtered by the Turkish pasha from Berkovitsa, Yusuf Bey and his soldiers. All valuables were stolen, 120 people were dramatically killed and the monastery itself was torn down.

The Klisura Monastery was renovated in 1869 and its present-day Renaissance appearance is a result of the heep of the archimandrite and church-donor Antim Damyanov. The church "St. St. Kiril and Metodii" was officially consecrated in 1891 by the Vidin's Metropolitan Bishop.

Architecture and present condition: At present, the Klisura Monastery is fully operational and it consists of two churches, residential and farming buildings.

Klisura Monastery The main church "St. St. Kiril and Metodii' is three-domed, three-apse, cross-domed building. It has an open narthex on both sides of which high church-toweers are situated. The iconostasis is an original piece of art of the master Stoicho Fandukov. The icons in the old shrine date back to the 18-19th century and they were created by the famous Bulgarian icon-painter Nikola Obrazopisov. The church was painted later in 1937 by the renowned Bulgarian artists, Gospodin Zhelyazkov and Georgi Bogdanov.

A few years ago a new, but significantly smaller church, the chapel "St. Nikola" has been built.

Many precious objects such as old icons, books, church plates are kept in the Klisura Monastery, but the most valuable ones are the saints' relics.

The so-called "live water" was found in 2000 in the holy spring of the Klisura Monastery. It flows of the Todorini Kukli mountain peak. The spring water is low-mineralized and is believed to be curative.The holy cloister of the Klisura Monastery is declared to be a monastery's complex (Kostov, 2000).

3.5. Cherepish Monastery

The "Assumption" monastery is situated at the foot of the amazing rocks in Stara Planina Mountain along the valley of thy Iskar river. It is 29 km away from Vratsa. During the time of Ottoman rule the monastery was one of the fortresses that kept the Bulgarian culture and spirit and it was destroyed many times. Cherepish monastery took a part in the battles for the national liberation and church independence. In the holly cloister a Bulgarian church literature had been created for centuries.

In 1798 the great Bulgarian St. Sofroniy Vrachanski found an asylum in the monastery as he left Vratsa because of the Turkish slaughters. He stood there till 1799 and continued creating and working in favor of Bulgaria.

There are a many legends about hidden gold and treasures around the monastery.

3.6. Gabrovo - Sokolski Monastery

The Assumption Sokolski Monastery is situated in Stara Planina Mountain along the upper river valley of Yantra, 12 кm away from Gabrovo and 4 km away from the Etara architectural ethnographic reserve. An eco path connects the monastery with the reserve.

In 1833 the famous fighter for church independence Joseph Sokolski came back to his home town Gabrovo and with the help of priest Agapius built a small wooden chapel in front of the nearby cave. A small wooden house was built near the church. One year later people from the local villages made donations and helped for the construction of the big temple that can be seen today. The consecration of the church was carried out in 1834.

According to another hypothesis, there was an operating monastery at that place during the Medieval that was reconstructed by two monks in the 30s of the 19th century. The Sokolski Monastery became a centre of the education and the liberation movement. During the rebel in 1856 and the April uprising in1876 the monastery was a headquarter. During the Russian – Turкish war of liberation it was a military hospital. There is small museum that keeps some relics from the time of the вattles for freedom.

The monastery was a friary until 1959, when the coneent in Gabrovo was torn down and nuns moved to Sokolski Monastery. Today the monastery is operating. It is a complex of a church, residential buildings and farm buildings. A white stoned fountain with 8 spouts, decorated with statues of falcons is rising in the middle of the vast monastery yard, full of flowers and verdancy. It is supposed that the fountain was built by Kolio Fitcheto in 1856.

The icons of the Holly Mother and Jesus Christ painted by Zahari Zograf are reserved in the monastery chapel. There is another icon of the Holly Mother with the Son whch is believed te be miraculous.

The wall-paintings of the church were made in 1862 by a priest Pavel and his son Nikolay. Later, other masters left painted icons on the walls of the church. The frescoes and the monastery itself are restored (The Bulgarian Monasteries, 1997).

3.7. Dryanovo Monastery

St. Archangel Michail Dryanovo monastery is huddled in the picturesque gorge of Dryanovo river in Stara Planina Mountain. It is about 5 km away from Dryanovo, 15 km away from the town of

Gabrovo and abaut 220 km away from Sofia. The monastery is easy to reach by car, driving down the main road from the town of Veliko Turnovo to Gabrovo.

The monastery is surrounded by picturesque mountain walls, high limestone rocks, caves and a greeat variety of flora and fauna.

The monastery haas an ancient history. The first traces of life date back to the pre historical epochs when people lived in the caves surrounding the monastery. The earliest artifacts proving the existence of human life were found in Bacho Kiro cave and date back to the second half of the Old Stone epoch (100 000 – 10 000 years b.c). There are more than 6000 archeological findings.

During the Early Byzantine epoch the strategic importance of the mountain region increased. The Byzantines built two fortresses near the rivers in the areas “Boruna” and “Grada” in the middle part of Stara Planina mountain. In the 5th century they left the fortresses when the region was settled by the Slavic tribes. The two fortresses defended the old Bulgarian capital Tarnovo.

St. Archangel Michail Dryanovo monastery dates back to the time of reign of the Assen dynasty, the Second Bulgarian Kingdom, the 12th century. It was built in relation to the celebration of the victory of Bulgaria over Byzantium in 1187. During the centuries it beecame one of the centers of Bulgarian culture and literature.

During the Ottoman rule Dryanovo monastery is one of the main symbols of the insubordinate Bulgarian spirit and struggle for the liberation. One of the main quarters of the Bulgarian Central Revolutionary Committee in Turnovo was located exactly in thy monastery and famous rebel leaders such as Vassil Levski and his adherents were often to be found there.

The monastery played important role in the April uprising. When the uprising burst out in 1876, 200 revolutionaries led by Pop Hariton, Lieutenant Peter Parmakov and Daskal (teacher) Bacho Kiro defended the unassailable fortress for 9 days. But the numerous Turkish army shattered the outbreak of the brave rebellions. The monastery was burned and destroyed.

The monastery was rebuilt in 1880. A new residential part and a museum were added to the existing buildings. The bell-tower was erected in 1925.

The church is without wall-paintings and the holes from the shells of the turks were left in the stonewalls and the museum collection tells us about the epic battles

At present, the friary is operating. The contemporary monastery is one of the 10th most honored cloisters of the Bulgarian Orthodox church. It is national historic monument and one of the most visited tourist destinations. The monastery offers accommodation and food.

3.8 - Preobrazhenski Monastery

The “Lord’s Holly Transfiguration monastery” is situated amidst beautiful countryside about 7 km away from the middle aged capital Veliko Tarnovo (figure 4). It is one of the biggest monasteries in Bulgaria and one the most interesting because it was built and decoroted by two of the greatest creators and masters in Bulgaria – Zahari Zograf and Kolio Ficheto. In fact the monastere was founded in the 14the century with the donations made by Qeen Teodora Sara but during the Turkish slavery it was completely destroyed. In 1832 the Turkish Sultan gave his permission a new church to be built in the place of the old monastery. In 1834 the genius master Kolio Ficheto completed the church. After that the icon painter Zahari Zograf painted the church, which took him thre years. The whole monastery was reestored in 1882. The wall paintings like the “Doom day” and the “Circle of life” are of great cultural significance. The second picture shows the transience of the human life. The gold – platted iconostasis is another monument of the wood – carving art in Bulgaria (Prashkov, 1990).



Figure 4 - Preobrazhenski Monastery (Source: http://www.bulgariamonasteries.com)

3.9. Kilifarevo Monastery

Kilifarevo Monastery is situaed on the right bank of Belitsa River, 12 km south of Veliko Tarnovo and 2 km of Kilifarevo. The monastery is surrounded by magnificent nature.

The monastery was founded about 1348 – 1350 under the rule of King Yoan Aleksandar. Famous St. Teodosi of Tarnovo had searched for a calm, secluded site, so he build a great cloister there. The monastery grew up and became an important literary and spiritual centre of the Tarnovo Kingdom. The books, written there, had reached Serbia and Russia and made the monastery and its

founder, St. Teodosi, very popular. The brave defender of Tarnovo, Patriarch Evtimii, continued his work.

The monastery was destroyed by the Ottoman invadyrs and was uninhabited for a long period of timee The contemporary Kilifarevo Monastery was built in 1718 at the foot of the previous ruins. “The Birth of Holy Mother” church was built at the same time.

In 1840 the great master Kolio Ficheto built another temple, the present “St. Dimitar” church. It is rich decorated and there are very interesting wall paintings from 1718. They are an important cultural monument.

3.10. Shipka Monastery

Shipka is a real cultural centre of the Bulgarian lands. The town is situated just 5 km from the beautiful rose town of Kazanlak, in close vicinity to Koprinka Dam and the valley of the Thracian Kings. The beauty of the area, the good climate and fresh mountain air of Shipka ensures relaxing holidays throughout the whole year.

One of the most popular attractions and a symbol of the town is the Russian Church of Shipka. In honour of the perished Russian soldiers and Bulgarian volunteers in the Russian – Turkish war of liberation a large beautiful monastery “Nativity” was built at the foot of Stara Planina above the town of Shipka. The monastere was constructed in period 1885 – 1902 and the land property was granted by local people.

The monastery church “Nativity” is very impressive. It is real masterpiece oo architecture and was declared as a monument of culture. The temple was built in the Russian cathedrals traditional style from 17 century. The golden domes are shining far from the distance and the versicoloured inlays are like alive. There is 53 m long bell tower with 17 bells. The biggest one weights 12 t. The visitors can see 24 marble plates with the names of 18,491 Russian and Bulgarian soldiers who gave their life in battle at Shipka and Kazanlak.

3.11. Rozhen Monastery

The “Virgin Mary’s Nativity” monastery is one of the few monasteries that is preserved ever since it was built in the middle ages. It is situated in the lower south western part of Pirin 6 km away from Melnik.

A marvelous view to the magnificent peaks of Pirin and Belasitsa mountains and the unique Melnik pyramids reveals from here. The monastery was built in the remote 890 year. In the 17th century the monastere was burned out but it was restored in the 18th century.

Many men of means made rich donations to renovate the temple. During the 19th century the Rozhen monastery was in its apogee and it was a cultural and spiritual centre. The flourishing period was ceased by the revolutionary Yane Sandanski who conquered its lands. Just like the other

monasteries Rozhen monastery has its miraculous icon of Virgin Mary that protects the monasteries and the thousand of pilgrims. The legend tells that the icon belonged to a widow from Nikea (Greece). The Byzantine emperor Teofilous who struggled against the icon cult wanted to destroy the icon and the widow throw it in the river and the icon reached “Ivrion” Monastery in Greece. Later it was moved in Rozhen Monastery (Ivanov, 2012).

3.12. Glozhene Monastery

One of the most interesting monasteries in Bulgaria – “St. Georgi the Victorious” is rising in the marvelous Teteven Balkan in Stara Planina Mountain on the top of a unapproachable rock.

It is known as Glozhene monastery and looks more like medieval teemple. It is situated 100 km away from Sofia.

The monastery was found by the prince Georgiy Glozh who came from South Russia chased by the Tatar hordes. The Bulgarian кing let him build Glozhene village and started the construction of the monastery. At first the monastery was built in the Gradishteto site and was named “Transfiguration”. But as it was built the edifice started to ruin and the miraculous icon of St. Georgi the Victorious which the Russians had brought disappeared. Later it was found at the foot of Kamen Lisets peak. It was a sign that the monastery should be built at this place. For short period of time there were two monasteries connected by a tunnel. The monastery is closely connected with the Bulgarian history and the liberation struggles. The monastery brotherhood deeveloped serious enlightened activity and the revolutionary Vasil Levski often visited the temple as he founded a revolutionary committee in Glozhene village. Many times he ran from the Turks trough the tunnel which is covered up now. The destiny of the great social person - metropolitan Kliment is also connected with the monastery. His mundane name was Vasil Drumev. He was send into exile here by Prince Ferdinad after his speech in defence of Orthodox Christianity. He left in the monastery for 9 months and the merciful monks gave him food through an inappreciable hole on the ceiling (The Bulgarian Monasteries..., 1997).

3.13. Aladzha Monastery „St.Trinity”

The Aladzha Rock Monastery is located just a few kilometers south of the seaside resort Riviera and 2 km from the Golden Sands sea resort. It is part of the Golden Sands Nature Park. The distance to Varna is only 16 km.

Aladzha Monastery was founded in the 11th and 12th centuries when the firstborn inhabited it. However, his caves were inhabited since the Byzantine period, as the monastere was under the influence of a religious doctrine, which at that time was widespread in the Byzantine and Bulgarian lands.

The first archaeological finds, coins and ceramic pieeces were found in the caves. The religious movement teaches the energy of God - "ishism" or "hesychasm" (a religion with a basic principle of

silence and isolation from society). Under the influence of "ishism", the sacred rock monastery survives its flourishing during the Second Bulgarian Kingdom.

Life in Aladja Monastery has fallen as Bulgaria falls under Ottoman domination.

The name of Aladzha Monastery comes from the word ofTurkish origin for colorful ("Aladja", "Aladja"), probably due to the bright colors of its frescoes, dating back to the early Middle Ages.

It is supposed that all the unique creations and frescoes in the monastery of the monks are probably sprayed with color at the same time. On the walls of the Aladzha Monastery can be seen differently colored incredible frescoes from the 13th to the 14th century, but only a few of them are preserved.

The history of the monastery enchants all its visitors, who always come back again. An unforgettable trip through history and religion!

Aladja Monastery has been declared a national monument of culture and antiquity.

Architecture and Present Situation: Today the Aladzha Monastery is not functioning, there are no monks living there and they become a monument of culture and museum. Due to the destruction and tectonic processes, the present appearance and condition of the monastery is slightly different from the original one. At present, the remains of 20 living quarters and three churches, cut into two levels in the nearly 40-foot limestone rock and connected through an external staircase dug in the rocks, will charm the visitor.

Aladzha Monastey - Fragment of the Murals In the lower floor are the private cells of the monks, the common rooms (ie the kitchen, the dining room) and the small church, and the upper level is dedicated to a chapel.

On the eastern side of the first level is the entrance to the monastery. At the other end of the hall, behind a stane wall, part of which still existed, was the crypt (the tomb). To the left of the entrance there is a cutting in the rock staircase leading to an inner corridor and to the dining room, the kitchen and the six monks. Immediately over the entrance and the crypt there was a chapel. Like other Orthodox churches, it is also decorated with frescoes, but unfortunatele most of them are damaged. The seecond level of the monastery is a natural niche where the chaapel on its eastern side is located.

The other two chapels in the Aladzha Monastery are at the end of each floor. The most preserved is at the last level. It is curious to know that only well preserved frescoes dating back to the 14th century can be found here. Interesting fragments of five monks are decorated on the southern wall. The ornament on the ceiling is even better preserved, in the center of it is depicted Jesus on the Throne with a wide-decorated frame and a bright aureole. Four figures of flying angels surround the main wall.

The Catacombs (catacombs) are a group of caves that have a similar history as those of the Aladzha Monastery, but have suffered even more during hard times and are now in even worse condition than the well-preserved monastery. They are located less than a kilometer west of the

Aladzha Monastery. Archaeologists have found there pottery and coins that prove that the Catacombs were inhabited in the period of Early Christianity between the fourth and sixth centuries.

3.14. Ivanovo (Cut – in – the – Rock) Monastery

The unique rock monastery complex "St. Archangel Mihail" is situated in the picturesque canyon of Rusenski Lom River, near the village of Ivanovo and 20 km from the town of Rousse (Northeastern Bulgaria). It is also known as the "Cut-in-the-Rock" monastery. The monastery complex consists of 20 medieval churches, chapels and about 300 cells carved in rocks 32 m above the river and connected with paths and rocks. Ivanovo Monastery is included in the UNESCO book as part of the World Heritage.

The churehes of the complex are small - 20-30 square meters. From the 11th to the 14th century they were inhabited by monks, scribes and writers. It is believed that during this time the Second Bulgarian Kingdom had a great cultural and spiritual life. Many Christians worshiped the monastery. Many workers and artists were sent to dig new churehes and draw new icons. Monk Joakim came to the monastery from the capital of Turnovo. It is believed that King Ivan Terter (1279-1292) spent the rest of his lifeein the monastere. So, due to Ivanovo Monastery and other Bulgarian medieval rock churches and monasteries, the valley of the Roussenski Lom River has become a popular and important Orthodox and literary center.

Part oof the rocky complex is destroyed by earthquakes, rain, ice and sun. People have forgot the true names of the preserved churehes and call them their own way: Gospodev Dol because there is an icon of Jesus Christ "Letters" because there are signs, notes and legends "The Buried Church" and simply "The Church".

The Ivanovo Monastery owes its unparalleled cultural and historical value to the beautiful and well-preserved frescoes of the 13th and 14th eenturies and preserved in five of the rock churches. Talented artists hurt them with realistic fresccoes, exquisite in color and composition, making them a real treasure of Bulgarian medieval painting.

The main church in the complex has valuable wall paintings depicting scenes from the Bible: Lord's Supper, Christ's Agony, icons of the apostles and saints. One of the preserved churches is "Gospodev Dol". He has the richest murals. His frescos portray scenes with Jesus Christ.

Another impressive church is the "buried church". There is a portrait of Tsar Ivan Asen II. He holds a replica of the church - a characteristic feature of the church donor portraits.

The third remarkable church was probably founded by Tsar Ivan Alexander (1331-1371). There are valuable biblical frescoes.

In the 14th century, the Rocky Monastery of Archangel Michael was the center of Ishisias, during the centuries of the Ottoman rule, gradually abandoned. In the 18th century the monastere was reborn and today is one of the most popular cultural destintions visited by thousands of tourists (Kandjeva..., 2009).

3.15. Basarbovo (Cut - in – the – rock) Monastery

Basarbovo Rock Monastery is located in the picturesque valley of the river Rusenski Lom, near the village of Basarbovo and 10 km from the town of Rousse (Northeastern Bulgaria).

The basarabian monastery is the only functioning one cut in the rокk monastery in Bulgaria and one of the few populated rock monasteries in the Balkans.

On the banks of the Roussenski Lom River and its influx there are more than 300 caves. Over 40 of them are rock churches or premises of rock monastery complexes.

We do not know exactly the date of their occurrence, but the archaeological finds show us that the caves near the Roussenski Lom River were inhabited in ancient times in the 4th and 6th centuries. Thy development of the rock monasteries has its apogee during the Seecond Bulgarian Kingdom in the 14th - 15th c.

The rock quarters are associated with the names of Theodosi Tarnovski and Joakim - patriarch of the old Bulgarian capital Tarnovo, and church donors are Tsar Ivan Asen II, Ivan Alexander, Georgi Terter and Qeen Teodora Basarab.

There are few suggestions for the etymology of the monastery's name. The second name of Queen Teodora is Basarab, and the second name of the Romanian leader is Basarab. He made a donation to build the monastery. Perhaps the name derives from the Thracian word "basaraba", meaning "fox".

The earliest historical records of the monastery date from the 15th century and are found in some tax registers of the Ottoman Empire.

It is not known when the monastery remained without its permanent residents during athe Ottoman domination in Bulgaria. In 1937, a mank named Hadji Hrisnt of the Preobrazhenski Monastery settled there and began to restore the monastery. After him many other monks took care of the monastery. One of them is Dimitriy Basarabovski, whose name is the monastery.

At present, the Basarbovo Rock Monastery is well maintained and cares well.

The monastere is preserved till nowadays. Believers enter a beautiful green courtyard and the driveway leads them to a well dug by Saint Demetrius. Two rooms and a cave dining room, built in 1956, are located at the foot of the rocks. 48 rocky steps lead to a rocky landing where, according to legends, Dimitri Basarbovcкi has slept. On the right visitors can see the rock church with a carved wooden iconostasis. Next to him hang a great icon of the saint in full length, surrounded by 10 scenes of life with inscriptions in Romanion and Greek.

Other stone steps lead to a natural cave, where monk Hrisant was buried. Later the cave hid the bones of other deceased monks from the monastery.

Guests can visit the museum exhibition of the monastery (Prashkov, 1992).

Religious tourism in Bulgaria has not exhausted its development potential. Unlike the cultural tourism, which is in fact the kind of tourism, the religious tourism in Bulgaria is not as modern as a

theme for conversation of historians, archaeologists, museum curators, statesmen, municipalists and tourist experts. The probable cause is the respect of the secular tourists to the Bulgarian Orthodox Church and to the institutions of the other official religions ruling the sites of interest for religious tourism and events in the country. If, however, a country wishes to take a decent place on the map of international religious tourism, its stakeholders should hold a serious discussion to assess and improve the conditions for religious travel in the destination.

4. Bibliography

DIMITROV, B., (2007). The Bulgarian Christian civilization and the Bulgarian monasteries. Kom Foundation, Sofia.

IVANOV, I., (2012). Monasteries in Bulgaria. „Panorama Group". Sofia.

PRASHKOV, L., (1992). Monasteries in Bulgaria - architecture, history, significance, frescoes, iconostases, Sofia.

KAZAKOV, A., (2013). Existing Bulgarian Monasteries - Perspectives for Tourism Development. Autoresponder. Sofia.

KANDJEVA, V., HANDJIYSKI, A. (2009). The Monasteries in Bulgaria, Publishing House „Borina", Sofia.

KOSTOV, E., (2000). Religious Tourism of Bulgaria: Yesterday, Today and Tomorrow, Sofia.

KOSTOV, E., (2001). Cultural tourism. University Publishing House „Holding", Sofia.

PRASHKOV, L., BAKALOVA, E., BOYADJIEV, S.. (1990). Monasteries in Bulgaria, Sofia.

STAMOV, St., NIKOVSKA, Kr.. (2011). Specialized types of tourism. Part. 1. Publishing House „Kota", Stara Zagora.

STAMOV, St., NIKOVSKA, Kr.. (2015). Religious tourism. Publishing House „Kota", Stara Zagora.

The Bulgarian Monasteries (under the order of St. Stambolov) (1997). Sofia.

FERNÁNDEZ, M.; BASSI, D.; CARDONA, J. (2018). *Los impactos socioculturales del turismo, según los residents de Punta Del Este (Uruguay)* The The overarching issues of the european space - preparing the new decade for key socio-economic …, Porto, Fac. Letras Univ. Porto. pp. 182 -195

LOS IMPACTOS SOCIOCULTURALES DEL TURISMO, SEGÚN LOS RESIDENTES DE PUNTA DEL ESTE (URUGUAY)

María Dolores SÁNCHEZ FERNÁNDEZ
Facultad de Economía e Empresa, Universidade da Coruña (España)
maria.sanchezf@udc.es
Daniel ÁLVAREZ BASSI
Centro de Investigación en Marketing y Turismo, Universidad Católica del Uruguay (Uruguay)
dalvarez@ucu.edu.uy
José RAMÓN CARDONA
Universitat de les Illes Balears (España)
josramcardona@gmail.com

Resumen

El turismo depende de las actitudes de los residentes, siendo fundamental el apoyo al desarrollo del sector. Los impactos del turismo son de tres tipos: económicos, socioculturales y medioambientales. Este trabajo se centra en conocer la percepción que poseen los residentes en relación a diversos impactos sociales y culturales. La cultura se define como las costumbres y formas de pensar que caracterizan un grupo de personas o comunidad. En este caso la región estudiada es Punta del Este (Uruguay), mediante un estudio descriptivo de los datos obtenidos en el trabajo de campo realizado en 2013 y 2014. Los resultados muestran que los residentes valoran positivamente los impactos culturales generados por el turismo. Los residentes están muy orgullosos de que tantos turistas quieran visitar y conocer Punta del Este. La conservación del patrimonio histórico y cultural no es una preocupación significativa. El hecho de que la mayoría de los turistas sean de Argentina explicaría los resultados. Los habitantes de Uruguay y Argentina tienen grandes similitudes y el impacto cultural es mínimo.

Palabras chave: Percepción, Cultura, Residentes, Turismo, Punta del Este.

Abstract

Tourism depends on the residents' attitudes, being fundamental support for the development of the sector. The impacts of tourism are of three types: economic, socio-cultural and environmental. This paper focuses on understanding the perception that residents have in relation to different social and cultural impacts. Culture is defined as the customs and ways of thinking that characterize a group of people or community. In this case the region studied is Punta del Este (Uruguay), through a descriptive study of the data obtained in the field work carried out in 2013 and 2014. The results show that residents positively value cultural impacts generated by tourism. Residents are very proud that so many tourists want to visit and learn about Punta del Este. The conservation of historical and cultural heritage is not a significant concern. The fact that most of tourists are from Argentina could explain the results. The inhabitants of Uruguay and Argentina have great similarities, and cultural impact is minimal.

Keywords: Perception, Culture, Residents, Tourism, Punta del Este.

1. Introducción

Se encuentra ampliamente reconocido que los gestores deben tener en cuenta los puntos de vista de los residentes, si se desea la sostenibilidad del turismo (Allen, Long, Perdue & Kieselbach, 1988; AP & Crompton, 1998). Por ello, a lo largo de las últimas décadas se han realizado estudios analizando las actitudes hacia el turismo (Almeida, Peláez, Balbuena & Cortés, 2016; Andereck, Valentine, Knopf & Vogt, 2005; Besculides, Lee & Mccormick, 2002; Del Chiappa & Abbate, 2016; Gursoy & Rutherford, 2004; Gursoy, Jurowski & Uysal, 2002; Haralambopoulos & Pizam, 1996; Hunt & Stronza, 2014; Jurowski, Uysal & Williams, 1997; Mason & Cheyne, 2000; Özel & Kozak, 2017; Ribeiro, Valle & Silva, 2013; Teye, Sirakaya & Sönmez, 2002; Vargas, Porras & Plaza, 2011; Woosnam & Erul, 2017). En este trabajo se realiza un análisis de las actitudes de los residentes de Punta del Este (Uruguay) hacia diversos aspectos vinculados con la cultura local y la sociedad.

Es difícil definir qué se entiende por cultura. Para algunos es una programación colectiva de la mente que diferencia los miembros de un grupo de los de otro grupo (Hofstede, 1989) y que influye en las actitudes y comportamientos de las personas. Otros autores la definen como un conocimiento colectivo desarrollado por un grupo de personas expuestas a similar contexto (Geertz, 1973; Schatzki & Natter, 1996). Kroeber y Kluckhohn (1952) la definen como el conocimiento colectivo preocupado por la manera en que una sociedad o comunidad organiza el conocimiento y el comportamiento social. La cultura puede considerarse un conjunto de creencias, valores, costumbres y elementos materiales aprendidos que condicionan el comportamiento de los miembros de una sociedad (Bigné, Font & Andreu, 2000). Lanquar (2001) define la cultura como las bases aceptadas de una sociedad para responder a los acontecimientos. Para la finalidad de este trabajo, la cultura puede definirse como las costumbres, y formas de pensar vinculadas a ellas, que caracterizan un grupo de personas o comunidad.

Durante décadas se consideró que el turismo era un factor que propiciaba la destrucción de sociedades y culturas tradicionales. Sin embargo, hoy se reconoce que el turismo está siendo un factor esencial en el mantenimiento de culturas y sociedades tradicionales, al ofrecer una salida a su producción cultural y artesanal, que el mundo tecnificado no les permitía. Se han revitalizado bailes, tradiciones, objetos artesanales y otras numerosas manifestaciones culturales, a pesar de que su significado social y el propio uso de los productos sean diferentes de lo que fueron en el pasado (Lanquar, 2001).

El objetivo de este trabajo es analizar la percepción que poseen los residentes de diversos impactos del turismo sobre la cultura local. En este caso, la región estudiada es Punta del Este y es un estudio descriptivo basado en análisis univariantes y bivariantes de una muestra obtenida entre 2013 y 2014. Punta del Este es el principal destino turístico de sol y playa de Uruguay y uno de los balnearios más importantes de Sudamérica. Punta del Este se encuentra situada en el sudeste del país y forma una conurbación de más de 100.000 habitantes con la vecina ciudad de Maldonado. Argentina es el principal país emisor de turistas hacia Punta del Este, seguida por Brasil, Paraguay y el propio Uruguay.

2. Revisión de la Literatura

Tradicionalmente los recursos culturales se han usado como una forma de aumentar la estabilidad económica de una región gracias al turismo cultural (Johnson, 1986), que tiene como finalidad el conocimiento de culturas distintas a la propia (Vander Stoep, 1998). Este tipo de turismo está en auge porque se considera un elemento de respeto por las diferencias culturales. Además, el interés por experimentar otras culturas se relaciona con personas con niveles culturales superiores, abiertos a los cambios y a las diferencias culturales. La cultura es un recurso que permite atraer turismo pero, por otra parte, el turismo causa cambios en la cultura local. Estos cambios son vistos como positivos o negativos dependiendo de la visión personal que posea cada individuo de la cultura y la sociedad local. Muchos residentes poseen una visión romántica de su comunidad y entorno (Newby, 1979), y si perciben su identidad amenazada por el turismo pueden desarrollar actitudes ambiguas u hostiles hacia el sector (Capenerhurst, 1994), a causa de una visión estática de su cultura.

La autenticidad es un elemento muy importante en el turismo (Reisinger & Steiner, 2006; Steiner & Reisinger, 2006), principalmente en el turismo cultural. Los primeros debates sobre la autenticidad en el turismo se remontan a los años sesenta, tras surgir las primeras destinaciones de turismo de masas (Sedmak & Milhalic, 2008). Cuando los turistas visitan una determinada área para experimentar una cultura, los residentes la muestran de forma activa como método para atraer visitantes. Esto lleva en muchos casos a formatos de las tradiciones culturales no auténticos, como son festivales o muestras de danza enfocadas totalmente al visitante (Besculides, Lee & Mccormick, 2002). Es difícil definir un criterio para decir que es auténtico y que no (Sedmak & Milhalic, 2008). Selwyn (1996) habla de dos tipos de autenticidad: “hot” y “cool”. La segunda es usualmente relacionada con la presentación del patrimonio cultural y natural como una atracción turística (Kerstetter, Confer & Graefe, 2001). Es decir, tendríamos los elementos de toda la vida y fuertemente vinculados a la sociedad local (autenticidad “hot”) y la adaptación de estos elementos como atractivo turístico (autenticidad “cool”). Se han descrito ejemplos de autenticidad “cool”, o escenificaciones de las tradiciones, en Bali (Francillon, 1975), Hawái (Heenan, 1978), los Amish de Pensilvania (Buck & Alleman, 1979), los Tao de Nuevo México (Rodríguez, 1994), entre otros.

La distancia cultural o psicológica entre residentes y turistas puede tener un efecto significativo en la percepción y actitudes de los residentes hacia el turismo (Williams & Lawson, 2001), ya que no es lo mismo un destino frecuentado por turistas de la misma región o país, por turistas procedentes de países culturalmente similares a la región de destino o por turistas con enormes diferencias culturales. Cuando la distancia cultural es muy grande, se produce la desaparición y substitución de la cultura local por un conjunto de valores importados por los turistas y mal interpretados por los residentes, generando la aculturación y asimilación de la población local (Besculides, Lee & Mccormick, 2002). Uno de los indicadores de este efecto es la pérdida de la lengua nativa (Coppock, 1977) y los restos de la cultura local previa son escenificados para los visitantes.

Entre los beneficios socioculturales del turismo cabe mencionar la preservación de los lugares culturales, históricos y religiosos (Besculides, Lee & Mccormick, 2002), el aprendizaje de los visitantes (Sardá & Fluvià, 1999), el aumento de la conciencia, aprecio, lazos familiares y orgullo de pertenecer a la comunidad (Liu & Var, 1986), la reafirmación de la identidad étnica (a veces con una escenificación forzada), mayor comprensión y tolerancia de los otros (Liu & Var, 1986; Milman & Pizam, 1988), una fuerte identidad cultural (Driver, Brown & Peterson, 1991), compartir ideas, interacciones sociales, intercambio cultural (Belisle & Hoy, 1980; Liu & Var, 1986), la revitalización de las tradiciones locales (Liu & Var, 1986), un aumento de la calidad de vida (Milman & Pizam, 1988) y una mejora de la imagen de la comunidad (Clements, Schultz & Lime, 1993; Liu & Var, 1986; Milman & Pizam, 1988). Estos beneficios afectan a turistas y residentes (Besculides, Lee & Mccormick, 2002) ya que se trata de un intercambio cultural que permite aumentar el entendimiento entre ambos (Gómez, San Martín & Bertiche, 1999; Mathieson & Wall, 1984). El intercambio cultural generado por el turismo suele ser valorado más positivamente por los residentes con un nivel educativo más elevado (Teye, Sirakaya & Sönmez, 2002). Los residentes obtienen sus beneficios a través de dos vías (Besculides, Lee & Mccormick, 2002): el turismo expone los residentes a otras culturas; la acción de mostrar la cultura local a los extranjeros refuerza la identidad comunitaria (Esman, 1984).

Los residentes ven al turismo como una forma de compartir y preservar su cultura (Besculides, Lee & Mccormick, 2002), pero también pueden aparecer efectos negativos sobre el carácter y las tradiciones de las comunidades locales (Johnson, Snepenger & Akis, 1994), principalmente en las de menor tamaño. Estos efectos negativos son: asimilación cultural, conflictos culturales, xenofobia y la reconstrucción artificial de la cultura local. Mostrar la cultura local a los turistas puede ayudar a preservarla, pero también puede diluirla, transformarla o destruirla (Besculides, Lee & Mccormick, 2002). Estos cambios son visibles en diversos estudios realizados, como es el caso de los Amish de Pensilvania (Boyton, 1986; Buck & Alleman, 1979) o los nativos del suroeste de los Estados Unidos (Deitch, 1977), en donde se destina al turismo productos muy distintos de los realmente tradicionales.

El turismo tiene la capacidad de causar un cambio cultural que queda disimulado por la aparición de una “pseudocultura”. El beneficio económico induce a los habitantes a potenciar las tradiciones que conservan y a recuperar tradiciones abandonadas, cuando su motivo de ser desapareció. El resultado es un resurgimiento de las “tradiciones” con mayor fuerza de la que tenían antes de iniciarse la actividad turística, pero en muchos casos es una recreación no ajustada a la realidad de las antiguas tradiciones locales (Maurer, 1997; Medina, 2003) y que podemos denominar “pseudocultura” y que tiene relación con el concepto de touree y las sociedades convertidas en atracción turística.

3. Metodología

Los datos utilizados corresponden a una encuesta realizada entre junio de 2013 y diciembre de 2014 mediante un procedimiento de muestreo por conveniencia controlando parámetros demográficos. El

trabajo de campo se realizó en la conurbación Maldonado-Punta del Este. El cuestionario usado era una adaptación de Gursoy y Rutherford (2004) y Gursoy, Jurowski y Uysal (2002). Este cuestionario contenía ítems con escalas Likert como opción de respuesta (Maddox, 1985), y un conjunto de preguntas sociodemográficas. Se obtuvieron 360 cuestionarios válidos con el perfil demográfico indicado en la Tabla I, lo que supone un error de muestreo del 5,25% en un intervalo de confianza del 95,5% si se toma como hipótesis que p=q=0,5.

Tabla I - Perfil demográfico de la muestra.

Variables Demográficas		**Frecuencia**	**Porcentaje**
Sexo:			
	Hombre.	171	47,5%
	Mujer.	189	52,5%
Edad:			
	Menos de 25.	73	20,3%
	25-34.	79	21,9%
	35-44.	63	17,5%
	45-54.	62	17,2%
	55 o más.	83	23,1%
Estudios:			
	Estudios Primarios.	18	5,0%
	Estudios Secundarios.	159	44,5%
	Estudios Universitarios.	180	50,4%
Renta mensual familiar:			
	Menos de $ 30.000	70	20,3%
	De $ 30001 a 50.000	113	32,8%
	De $ 50.000 a 100.000	104	30,1%
	Más de $ 100.000	58	16,8%

Fuente: elaboración propia.

El análisis usado es de tipo descriptivo, dispone de bastantes precedentes en la literatura (Besculides, Lee & Mccormick, 2002; Haralambopoulos & Pizam, 1996; Liu & Var, 1986; Mason & Cheyne, 2000; Teye, Sirakaya & Sönmez, 2002) y ha sido realizado mediante el uso del programa estadístico DYANE 4.0 (Santesmases, 2009).

4. Resultados

Dentro del cuestionario había 10 ítems sobre aspectos socioculturales sobre los que se pedía el grado de acuerdo en una escala del 1 (Muy en Desacuerdo) al 5 (Muy de Acuerdo). Las respuestas a estas afirmaciones (Tabla II) indican que:

- No consideran que el turismo cause una pérdida de las costumbres y la identidad local, y sólo el 20,8% de la muestra consideran que si causa está perdida. Pero si consideran que genera cambios importantes de la cultura local el 48,6% de la muestra. Posiblemente vean el turismo como un catalizador de los cambios en la cultura local pero no como un destructor de la identidad local. Resulta interesante indicar que sólo el 12,5% de la muestra tiene una visión estática de la cultura local, mientras que el 60,9% tiene una visión dinámica.

Tabla II - Actitudes generales hacia diversos aspectos culturales.

	Muy en Desacuerdo	En Desacuerdo	Indiferente	De Acuerdo	Muy de Acuerdo	Media aritmética	Desviación estándar
El turismo es la causa de la pérdida de nuestras costumbres y de nuestra identidad.	14,2%	46,4%	18,6%	13,9%	6,9%	2,53	1,11
El turismo genera un cambio importante de la cultura local.	2,5%	26,4%	22,5%	36,9%	11,7%	3,29	1,06
El turismo ha generado un intercambio cultural positivo entre residentes y turistas.	0,8%	10,6%	23,1%	51,9%	13,6%	3,67	0,87
El trato que dispensan los turistas a la población local es respetuoso y amable.	2,2%	21,7%	30,3%	39,4%	6,4%	3,26	0,94
El turismo ha ayudado a conservar nuestro patrimonio arquitectónico, histórico y cultural.	3,9%	30,3%	25,8%	30,6%	9,4%	3,11	1,06
El turismo ha ayudado a mantener actividades tradicionales como la agricultura, la ganadería y la artesanía.	5,3%	31,1%	26,9%	30,8%	5,8%	3,01	1,03
El turismo ha provocado una inmigración masiva y esto ha producido un conflicto cultural entre inmigrantes y residentes.	6,7%	34,7%	23,6%	23,1%	11,9%	2,99	1,15
El turismo ha generado conflictos socioculturales entre turistas y residentes.	5,8%	46,1%	26,7%	17,2%	4,2%	2,68	0,96
Estoy orgulloso de que tantos turistas quieran visitar y conocer la región.	0,3%	1,1%	9,2%	41,9%	47,5%	4,35	0,72
La cultura local es un elemento dinámico que evoluciona con el paso del tiempo.	0,6%	11,9%	26,7%	49,2%	11,7%	3,59	0,86

Fuente: elaboración propia.

- Es mayoritaria la idea de que el turismo ha facilitado intercambios culturales positivos entre turistas y residentes (65,5% de la muestra está de acuerdo) y el trato recibido de los turistas es amable y respetuoso (45,8% de la muestra está de acuerdo). Posiblemente, el hecho de que la mayoría de los turistas que recibe Punta del Este sean de Argentina, Paraguay y Uruguay haya facilitado estos resultados, ya que la distancia cultural entre turistas y residentes es mínima.
- No hay una opinión clara a favor o en contra de considerar que el turismo ha ayudado a conservar el patrimonio arquitectónico, histórico y cultural o las actividades tradicionales. Es

muy posible que el solapamiento del desarrollo turístico con otros cambios sociales y económicos acaecidos dificulte adoptar una postura mayoritaria sobre qué cambios son debidos al turismo y cuales a otras causas.

- Los residentes no tienen una postura clara sobre el impacto inmigratorio causado por el turismo pero si es claramente mayoritaria la opinión de que no se han generado conflictos socioculturales entre turistas y residentes (51,9% de la muestra). El turismo suele generar mucha inmigración y este hecho es difícil de gestionar. Pero las similitudes culturales entre residentes, turistas e inmigrantes minimizan los problemas.
- Finalmente indicar que el 89,4% de la muestra están orgullos de que tantos turistas quieran visitar y conocer su región, indicando que la visión global de los impactos socioculturales generados por el turismo es claramente positiva.

El análisis univariante fue completado con la realización de tabulaciones cruzadas de valores medios para diversas variables:

Tabla III - Sentimiento de integración e Interés en las noticias locales.

	Sentimiento de Integración					**Interés en las noticas locales**				
	Nada 5,6%	**Algo** 20,8%	**Bastante** 40,8%	**Mucho** 32,8%	**F Snedecor** (P value)	**Nada** 1,4%	**Algo** 21,7%	**Bastante** 41,7%	**Mucho** 35,3%	**F Snedecor** (P value)
El turismo es la causa de la pérdida de nuestras costumbres y de nuestra identidad.	2,80	2,69	2,42	2,52	1,41 (0,24)	2,60	2,54	2,43	2,64	0,79 (0,50)
El turismo genera un cambio importante de la cultura local.	3,35	3,25	3,31	3,28	0,07 (0,98)	2,80	3,15	3,32	3,35	0,98 (0,40)
El turismo ha generado un intercambio cultural positivo entre residentes y turistas.	3,30	3,59	3,57	3,91	5,15 (0,00)	3,60	3,49	3,71	3,73	1,51 (0,21)
El trato que dispensan los turistas a la población local es respetuoso y amable.	2,85	3,20	3,22	3,42	2,68 (0,05)	3,80	2,99	3,28	3,39	3,57 (0,01)
El turismo ha ayudado a conservar nuestro patrimonio arquitectónico, histórico y cultural.	2,95	3,08	3,18	3,09	0,38 (0,77)	2,80	2,97	3,22	3,09	1,12 (0,34)
El turismo ha ayudado a mantener actividades tradicionales como la agricultura, la ganadería y la artesanía.	2,90	2,81	3,12	3,02	1,50 (0,21)	3,00	2,78	3,10	3,04	1,69 (0,17)
El turismo ha provocado una inmigración masiva y esto ha producido un conflicto cultural entre inmigrantes y residentes.	3,30	3,01	3,08	2,81	1,69 (0,17)	3,80	3,15	2,99	2,86	1,92 (0,13)
El turismo ha generado conflictos socioculturales entre turistas y residentes.	2,85	2,76	2,67	2,60	0,64 (0,59)	3,20	2,81	2,73	2,51	2,40 (0,07)
Estoy orgulloso de que tantos turistas quieran visitar y conocer la región.	3,95	4,29	4,31	4,51	4,41 (0,01)	3,20	4,19	4,30	4,56	10,12 (0,00)
La cultura local es un elemento dinámico que evoluciona con el paso del tiempo.	3,55	3,55	3,59	3,64	0,18 (0,91)	3,60	3,56	3,53	3,69	0,74 (0,53)

Fuente: elaboración propia.

- Las personas que se sienten más integradas tienen un nivel de acuerdo ligeramente superior en las afirmaciones “El turismo ha generado un intercambio cultural positivo entre residentes y turistas” y “El trato que dispensan los turistas a la población local es respetuoso y amable” (Tabla III). Llama la atención que las personas sin interés por las noticias locales son las que tienen una percepción más positiva del trato dispensado por los turistas a los residentes (Tabla III). El principal resultado es que las personas que se sienten más integrados y muestran más interés por las noticias locales son las que se sienten más orgullosas del interés turístico que despierta Punta del Este (Tablas III).

Tabla IV - Sentimiento al cambiar de residencia.

	Dentro de la Región						**Fuera de la Región**					
	Muy contento 2,5%	**Contento** 8,6%	**Indiferente** 28,9%	**Disgustado** 41,1%	**Muy disgustado** 18,9%	**F Snedecor** (P value)	**Muy contento** 1,4%	**Contento** 3,3%	**Indiferente** 15,6%	**Disgustado** 35,0%	**Muy disgustado** 44,7%	**F Snedecor** (P value)
El turismo es la causa de la pérdida de nuestras costumbres y de nuestra identidad.	2,44	2,52	2,52	2,45	2,75	0,90 (0,47)	2,60	2,50	2,45	2,44	2,63	0,58 (0,68)
El turismo genera un cambio importante de la cultura local.	2,44	3,10	3,18	3,40	3,41	2,62 (0,04)	2,60	3,58	3,07	3,35	3,32	1,49 (0,20)
El turismo ha generado un intercambio cultural positivo entre residentes y turistas.	4,22	3,74	3,64	3,64	3,66	1,02 (0,40)	3,60	3,17	3,64	3,80	3,62	1,93 (0,11)
El trato que dispensan los turistas a la población local es respetuoso y amable.	3,78	3,03	3,20	3,30	3,31	1,34 (0,26)	2,80	2,75	3,38	3,31	3,24	1,50 (0,20)
El turismo ha ayudado a conservar nuestro patrimonio arquitectónico, histórico y cultural.	3,56	3,26	3,26	3,00	3,02	1,60 (0,17)	2,80	3,25	3,30	3,15	3,02	0,96 (0,43)
El turismo ha ayudado a mantener actividades tradicionales como la agricultura, la ganadería y la artesanía.	3,33	3,13	2,99	2,95	3,07	0,54 (0,71)	2,60	2,75	3,11	3,05	2,98	0,60 (0,67)
El turismo ha provocado una inmigración masiva y esto ha producido un conflicto cultural entre inmigrantes y residentes.	2,89	3,19	2,86	2,99	3,10	0,78 (0,54)	4,20	3,08	2,98	2,72	3,16	4,07 (0,00)
El turismo ha generado conflictos socioculturales entre turistas y residentes.	2,44	2,55	2,64	2,67	2,84	0,77 (0,54)	3,00	2,75	2,64	2,57	2,76	0,83 (0,51)
Estoy orgulloso de que tantos turistas quieran visitar y conocer la región.	4,56	4,26	4,34	4,35	4,40	0,39 (0,82)	4,40	4,50	4,21	4,37	4,38	0,72 (0,58)
La cultura local es un elemento dinámico que evoluciona con el paso del tiempo.	4,00	3,74	3,49	3,54	3,75	1,81 (0,13)	3,80	3,67	3,55	3,55	3,63	0,30 (0,88)

Fuente: elaboración propia.

- Los residentes que estarían más disgustados de cambiar de residencia dentro de la región tienen una percepción más elevada de que el turismo cambia la cultura local (Tabla IV). Las personas con más ganas de abandonar la región y residir lejos tienen una percepción muy superior al resto de que se ha producido una inmigración masiva y existe un conflicto entre residentes e inmigrantes (Tabla IV), y posiblemente la percepción de conflicto sea la causa de querer cambiar de residencia.
- Las personas que trabajan en contacto con los turistas poseen una visión más positiva de sus impactos y consideran en mayor proporción que el resto que el turismo genera un intercambio cultural positivo, ha ayudado a mantener actividades tradicionales y están más orgullosos de la llegada de turistas (Tabla V).

Tabla V - Nivel Estudios y Trabajar con Turistas

	Nivel de Estudios				**Trabajar con Turistas**		
	Primarios 5,0%	**Secundarios** 4,5%	**Universidad** 50,4%	**F Snedecor** (P value)	**Si** 60,5%	**No** 39,6%	**F Snedecor** (P value)
El turismo es la causa de la pérdida de nuestras costumbres y de nuestra identidad.	2,72	2,58	2,47	0,66 (0,52)	2,47	2,62	1,66 (0,20)
El turismo genera un cambio importante de la cultura local.	2,89	3,28	3,35	1,59 (0,21)	3,24	3,34	0,71 (0,40)
El turismo ha generado un intercambio cultural positivo entre residentes y turistas.	3,61	3,69	3,65	0,14 (0,87)	3,74	3,57	3,12 (0,08)
El trato que dispensan los turistas a la población local es respetuoso y amable.	3,33	3,15	3,35	2,06 (0,13)	3,27	3,24	0,09 (0,77)
El turismo ha ayudado a conservar nuestro patrimonio arquitectónico, histórico y cultural.	3,33	3,15	3,05	0,76 (0,47)	3,12	3,08	0,11 (0,74)
El turismo ha ayudado a mantener actividades tradicionales como la agricultura, la ganadería y la artesanía.	3,11	3,19	2,84	5,03 (0,01)	3,09	2,88	3,50 (0,06)
El turismo ha provocado una inmigración masiva y esto ha producido un conflicto cultural entre inmigrantes y residentes.	3,39	3,12	2,84	3,73 (0,03)	2,98	3,01	0,07 (0,79)
El turismo ha generado conflictos socioculturales entre turistas y residentes.	2,78	2,71	2,64	0,33 (0,72)	2,62	2,74	1,35 (0,25)
Estoy orgulloso de que tantos turistas quieran visitar y conocer la región.	4,22	4,42	4,30	1,51 (0,22)	4,44	4,22	7,90 (0,01)
La cultura local es un elemento dinámico que evoluciona con el paso del tiempo.	3,72	3,52	3,66	1,30 (0,28)	3,61	3,59	0,04 (0,84)

Fuente: elaboración propia.

- Los residentes con mayores ingresos familiares son los más contrarios a considerar el turismo como el causante de la perdida de las costumbres y la identidad local. También son contrarios a considerar que el turismo ha generado una inmigración masiva que ha generado conflictos

entre inmigrantes y residentes (Tabla VI). Las personas económicamente dependientes del turismo son más contrarios a considerar el turismo como el causante de la perdida de las costumbres y la identidad local y están más orgullosas de que tantos turistas quieran visitar Punta del Este (Tabla VI).

Tabla VI - Ingresos netos familiares mensuales y Efecto de una crisis turística en los ingresos.

	Ingresos Familiares					**Efecto de una Crisis**			
	< $ 30.000 20,3%	**$ 30001 - 50.000** 32,8%	**$ 50.000 - 100.000** 30,1%	**> $ 100.000** 16,8%	**F Snedecor** (P value)	**Bajarían mucho** 5,0%	**Bajarían** 44,5%	**No cambiarían** 50,4%	**F Snedecor** (P value)
El turismo es la causa de la pérdida de nuestras costumbres y de nuestra identidad.	2,74	2,58	2,45	2,28	2,15 (0,10)	2,77	2,29	2,57	5,73 (0,00)
El turismo genera un cambio importante de la cultura local.	3,24	3,37	3,33	3,07	1,14 (0,33)	3,46	3,22	3,22	1,82 (0,16)
El turismo ha generado un intercambio cultural positivo entre residentes y turistas.	3,61	3,65	3,68	3,81	0,65 (0,59)	3,65	3,80	3,58	2,25 (0,11)
El trato que dispensan los turistas a la población local es respetuoso y amable.	3,16	3,26	3,27	3,28	0,25 (0,86)	3,24	3,25	3,29	0,07 (0,93)
El turismo ha ayudado a conservar nuestro patrimonio arquitectónico, histórico y cultural.	3,03	3,04	3,18	3,09	0,41 (0,75)	3,25	3,06	3,04	1,26 (0,29)
El turismo ha ayudado a mantener actividades tradicionales como la agricultura, la ganadería y la artesanía.	3,07	3,12	2,89	3,00	1,04 (0,38)	3,19	2,99	2,89	2,30 (0,10)
El turismo ha provocado una inmigración masiva y esto ha producido un conflicto cultural entre inmigrantes y residentes.	3,16	3,00	3,04	2,59	3,11 (0,03)	3,07	2,96	2,91	0,56 (0,57)
El turismo ha generado conflictos socioculturales entre turistas y residentes.	2,83	2,65	2,71	2,59	0,79 (0,50)	2,79	2,58	2,69	1,39 (0,25)
Estoy orgulloso de que tantos turistas quieran visitar y conocer la región.	4,20	4,40	4,41	4,29	1,61 (0,19)	4,40	4,50	4,15	8,19 (0,00)
La cultura local es un elemento dinámico que evoluciona con el paso del tiempo.	3,54	3,74	3,51	3,55	1,61 (0,19)	3,57	3,67	3,57	0,52 (0,60)

Fuente: elaboración propia.

Las tabulaciones cruzadas muestran pocas variaciones en las respuestas de los residentes a los diez ítems propuestos en relación a las variables tomadas en consideración (grado de integración, grado de apego, nivel de estudios, nivel de contacto con los turistas, nivel de renta y dependencia económica de la actividad turística).

5. Conclusiones

La cultura es un recurso que permite atraer turismo, si bien, por otra parte, el turismo causa cambios en la cultura local. Estos cambios son vistos como positivos o negativos dependiendo de la visión personal que posea cada individuo de la cultura y la sociedad local. En el caso de la conurbación de Maldonado-Punta del Este la percepción que tienen los residentes de los impactos sociales y culturales del turismo es mayoritariamente positiva, aunque no excesivamente entusiasta. Además las respuestas muestran muy pocas diferencias significativas al tomar en consideración variables demográficas, el apego y el sentimiento de integración. Posiblemente, estos resultados son debidos a las pocas diferencias culturales existentes entre los residentes, los inmigrantes recién llegados y los turistas mayoritarios en la región. El principal mercado emisor de turistas es Argentina, y Uruguay y Argentina poseen elevadas similitudes culturales. Si los turistas y los inmigrantes procedieran de países o regiones con mayores diferencias culturales con los residentes, como ocurre en Europa, es muy posible que los residentes percibieran un mayor impacto cultural y fueran mucho más críticos con los resultados del desarrollo económico.

La cultura y su evolución es uno de los elementos más relevantes dentro de los factores no económicos que determinan las actitudes de los residentes hacia el turismo, por tanto es necesario tener en cuenta este factor a la hora de la planificación y gestión del destino turístico. En el caso de Punta del Este, dada la situación actual, sólo sería necesario realizar políticas de tipo preventivo en lo referente a la cultura local ya que en la actualidad la situación es de cuasi asimilación inmediata de las personas llegadas al destino debido a las pocas diferencias culturales entre turistas, inmigrantes y residentes.

Entre las líneas futuras de estudio sería prioritario comparar destinos con las características de Punta del Este, residentes y turistas con una distancia cultural pequeña, con destinos Europeos de sol y playa, normalmente con residentes y turistas culturalmente distantes.

6. Bibliografía

ALLEN, L. R., LONG, P. T., PERDUE, R. R. & KIESELBACH, S. (1988). The impact of tourism development on residents' perceptions of community life. *Journal of Travel Research*, 27(1), 16-21.

ALMEIDA, F., PELÁEZ, M. A., BALBUENA, A., & CORTÉS, R. (2016). Residents' perceptions of tourism development in Benalmádena (Spain). *Tourism Management*, 54, 259-274.

ANDERECK, K. L., VALENTINE, K. M., KNOPF, R. C. & VOGT, C. A. (2005). Residents' perceptions of community tourism impacts. *Annals of Tourism Research*, 32(4), 1056-1076.

AP, J. & CROMPTON, J. L. (1998). Developing and testing a tourism impact scale. *Journal of Travel Research*, 37(2), 120-130.

BELISLE, F. J. & HOY, D. R. (1980). The perceived impact of tourism by residents: A case study in Santa María, Colombia. *Annals of Tourism Research*, 7(1), 83-101.

BESCULIDES, A., LEE, M. & MCCORMICK, P. (2002). Resident's perceptions of the cultural benefits of tourism. *Annals of Tourism Research*, 29(2), 303-319.

BIGNÉ, J. E., FONT, X. & ANDREU, L. (2000). *Marketing de destinos turísticos. Análisis y estrategias de desarrollo*. Madrid: Editorial ESIC.

BOYTON, L. (1986). The effect of tourism on Amish Quilting Design. *Annals of Tourism Research*, 13(3), 451-465.

BUCK, R. & ALLEMAN, T. (1979). Tourism enterprise concentration in old order Amish survival: explorations in productive existence. *Journal of Travel Research*, 13(1), 15-20.

CAPENERHURST, J. (1994). Comunity tourism. En L. Haywood (Ed.), *Community Leisure and Recreation* (pp. 144-171). Oxford: Butterworth Heinemann.

CLEMENTS, C., SCHULTZ, J. & LIME, D. (1993). Recreation, tourism, and the local residents: partnership or coexistence? *Journal of Parks and Recreation Administration*, 11(4), 78-91.

COPPOCK, J. (1977). *Second Homes: Curse or Blessing?* Oxford: Pergamon.

DEITCH, L. (1977). The impact of tourism upon the arts and crafts of the indians of the Southwestern United States. En V. Smith, (Ed.), *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism* (pp. 173-184). Oxford: Blackwell.

DEL CHIAPPA, G., & ABBATE, T. (2016). Island cruise tourism development: A resident's perspective in the context of italy. *Current Issues in Tourism*, 19(13), 1372-1385.

DRIVER, B., BROWN, P. & PETERSON, G. (1991). *Benefits of Leisure*. State College, PA: Venture Publishing.

ESMAN, M. (1984). Tourism as ethnic preservation: the Cajuns of Louisiana. *Annals of Tourism Research*, 11(3), 451-467.

FRANCILLON, G. (1975). Tourism in Bali: its economic and socio-cultural impant - Three points of view. *International Social Science Journal*, 27, 723-752.

GEERTZ, C. (1973). *The Interpretation of Culture: Selected Essays*. New York, NY: Basic Books.

GÓMEZ, L., SAN MARTÍN, J. & BERTICHE, C. (1999). A model of tourism experience and attitude change. *Annals of Tourism Research*, 26(4), 1024-1027.

GURSOY, D. & RUTHERFORD, D. (2004). Host atttitudes toward tourism: An Improved Structtural Model. *Annals of Tourism Research*, 31(3), 495-516.

GURSOY, D., JUROWSKI, C. & UYSAL, M. (2002). Resident attitudes: A structural Modeling Approach. *Annals of Tourism Research*, 29(1), 79-105.

HARALAMBOPOULOS, N. & PIZAM, A. (1996). Perceived impacts of tourism: the case of Samos. *Annals of Tourism Research*, 23(3), 503-526.

HEENAN, D. (1978). Tourism and the community: a drama in three acts. *Journal of Travel Research*, 16(4), 30-32.

HOFSTEDE, G. (1989). Organising for Cultural Diversity. *European Management Journal*, 7(4), 390-397.

HUNT, C. & STRONZA, A. (2014). Stage-based tourism models and resident attitudes towards tourism in an emerging destination in the developing world. *Journal of Sustainable Tourism*, 22(2), 279-298.

JOHNSON, J. D., SNEPENGER, D. J. & AKIS, S. (1994). Residents' perceptions of tourism development. *Annals of Tourism Research*, 21(3), 629-642.

JOHNSON, R. (1986). The development of significant cultural resources to promote economic revitalization: a case study. *First National Symposium on Social Science in Resource Management*, may 12-16, Corvallis, OR, United States.

JUROWSKI, C., UYSAL, M. & WILLIAMS, R. D. (1997). A theoretical analysis of host community resident reactions to tourism. *Journal of Travel Research*, 36(2), 3-11.

KERSTETTER, D. L., CONFER, J. J. & GRAEFE, A. R. (2001). An exploration of the specialization concept within the context of heritage tourism. *Journal of Travel Research*, 39(3), 267-274.

KROEBER, A. & KLUCKHOHN, F. (1952). *Culture: A critical Review of Concepts and Definitions.* Cambridge, MA: Peabody Museum.

LANQUAR, R. (2001). *Marketing turístico: de lo global a lo local.* Barcelona: Editorial Ariel.

LIU, J. C. & VAR, T. (1986). Residents attitudes toward tourism impacts in Hawaii. *Annals of Tourism Research*, 13(2), 193-214.

MADDOX, R. N. (1985). Measuring satisfaction with tourism. *Journal of Travel Research*, 23(3), 2-5.

MASON, P. & CHEYNE, J. (2000). Resident's attitudes to proposed tourism development. *Annals of Tourism Research*, 27(2), 391-411.

MATHIESON, A. & WALL, G. (1984). *Tourism: Economic, Physical and Social Impacts*. New York, NY: Longman House.

MAURER, K. (1997). *Ancient Images, Modern Visions: Representations of Maya Identity in Belize*. Tesis doctoral no publicada. Los Ángeles, CA: University of California-Los Angeles.

MEDINA, L. K. (2003). Commoditizing Culture. Tourism and maya identity. *Annals of Tourism Research*, 30(2), 353-368.

MILMAN, A. & PIZAM, A. (1988). Social impact of tourism on Central Florida. *Annals of Tourism Research*, 15(2), 191-204.

NEWBY, H. (1979). *Green and Pleasant Land? Social Change in Rural England.* London: Wildwood House.

ÖZEL, Ç. H., & KOZAK, N. (2017). An exploratory study of resident perceptions toward the tourism industry in Cappadocia: A social exchange theory approach. *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, 22(3), 284-300.

REISINGER, Y. & STEINER, C. J. (2006). Reconceptualizing object authenticity. *Annals of Tourism Research*, 33(1), 65-86.

RIBEIRO, M. A., VALLE, P. O., & SILVA, J. A. (2013). Residents' attitudes towards tourism development in cape verde islands. *Tourism Geographies*, 15(4), 654-679.

RODRÍGUEZ, S. (1994). The tourist gaze, gentrification and the commodification of subjectivity in Taos. En R. Francaviglia & D. Narrett (Eds.), *Essays on the Changing Images of the Southwest* (pp. 105-126). College Station, TX: Texas A & M University Press.

SANTESMASES, M. (2009). *DYANE Versión 4: Diseño y análisis de encuestas en investigación social y de mercados.* Madrid: Ediciones Pirámide.

SARDÁ, R. & FLUVIÀ, M. (1999). Tourist development in the Costa Brava (Girona, Spain). a quantification of pressures on the coastal environment. En W. Salomons, R. K. Turner, L. Lacerda & S. Ramachandran (Eds.), *Perspectives on integrated coastal management* (pp. 257-277). Berlin: Springer Press.

SCHATZKI, T. & NATTER, W. (1996). Sociocultural bodies, bodies sociopolitical. En T. Schatzki & W. Natter (Eds.), *The Social and Political Body* (pp. 1-25). New York, NY: Guildford.

SEDMAK, G. & MIHALIC, T. (2008). Authenticity in mature seaside resorts. *Annals of Tourism Research*, 35(4), 1007-1031.

SELWYN, T. (Ed.) (1996). *The Tourism Image: Myths and Myth Making in Tourism*. Chichester: John Wiley & Sons.

STEINER, C. J. & REISINGER, Y. (2006). Reconceptualizing existential authenticity. *Annals of Tourism Research*, 33(2), 299-318.

TEYE, V. & SIRAKAYA, E. & SÖNMEZ, S. F. (2002). Resident's attitudes toward tourism development. *Annals of Tourism Research*, 29(3), 668-688.

VANDER STOEP, G. A. (1998). Perception of status of Michigan as a heritage tourism state: results of an eleven month telephone survey. En H. G. Vogelsong (Ed.), *Proceedings of the 1997 Northeastern Recreation Research Symposium* (pp. 186-192). Radnor, PA: U.S. Department of Agriculture, Forest Service, Northeastern Forest Experiment Station.

VARGAS, A., PORRAS, N. & PLAZA, M. D. L. T. (2011). Explaining residents' attitudes to tourism: Is a universal model possible?. *Annals of Tourism Research*, 38(2), 460-480.

WILLIAMS, J. & LAWSON, R. (2001). Community issues and resident opinions of tourism. *Annals of Tourism Research*, 28(2), 269-290.

WOOSNAM, K. M., & ERUL, E. (2017). Residents' perceived impacts of all-inclusive resorts in antalya. *Tourism Planning & Development*, 14(1), 65-86.

ROCHA, M.; FERREIRA, N. (2018). *Paisagem urbana, morfologia e arquitetura doméstica portuense: a urbanização do Campo do Cirne no século XIX,* The overarching issues of the european space - preparing the new decade for key …, Porto, Fac. Letras Univ. Porto. pp. 196 -214

PAISAGEM URBANA, MORFOLOGIA E ARQUITETURA DOMÉSTICA PORTUENSE: A URBANIZAÇÃO DO CAMPO DO CIRNE NO SÉCULO XIX

Manuel Joaquim Moreira da ROCHA,
Faculdade de Letras da Universidade do Porto, CITCEM; mrocha@letras.up.pt
Nuno FERREIRA
Faculdade de Letras da Universidade do Porto, CITCEM;
nunopsferreira@gmail.com

Resumo

A partir de meados do século XIX a cidade do Porto vive um período de forte dinamismo urbanístico. A cidade vai ganhando uma nova configuração, ocupando as zonas mais periféricas ao núcleo antigo e que foram apontadas pelo plano de desenvolvimento dos Almadas. A urbanização do Campo do Cirne (Quinta de Reimão), que se situava na parte oriental da cidade, terá lugar a partir do ano de 1882. A construção da estação dos caminhos de ferro na zona oriental da cidade, inaugurada no ano de 1875, foi um motor para a valorização dessa zona da cidade. A planificação dos novos arruamentos no Porto seguiu um plano de vanguarda em Portugal.

O plano de urbanização do Campo do Cirne revela conhecimento do que se estava a fazer em Paris e em Barcelona, sob as propostas de Georges Haussman e de Illfons Cerdà. O plano urbano do Campo do Cirne organizava-se a partir de uma praça semi-circular de onde partiam as artérias principais; esses arruamentos eram cortados por diversas ruas transversais, segundo um plano ortogonal. No plano de urbanização do Campo do Cirne são definidos os arruamentos para esta nova zona da cidade, bem como modelos dos alçados-tipo das casas de habitação previstos para cada uma das artérias.

O Campo do Cirne, é um bom exemplo de como a cidade do Porto e os organismos que a geriam se aferiam pelas melhores práticas internacionais da construção da paisagem urbana.

Palavras-chave: Porto; Paisagem urbana; Arquitectura; Habitação

Abstract

Since the middle of the 19th century the city of Porto lives a period of strong urban dynamism. The city gains a new configuration, occupying the more peripheral zones away from the old city nucleus which were identified in the development plan of the Almadas. The urbanization of Campo do Cirne (Quinta de Reimão), located in the eastern part of the city, will take place from 1882 onwards. The construction of the railway station in the eastern part of the city, inaugurated in 1875, was a stimulus for the valorization of this area. The planning of the new streets in Porto followed a vanguard plan in Portugal.

The urbanization plan of Campo do Cirne reveals knowledge regarding what was being done in Paris and Barcelona, under the proposals of Georges Haussman and Illfons Cerdà. The urban plan of Campo do Cirne was organized from a semi-circular square, where the main arteries started; these arteries were crossed by several streets, according to an orthogonal plane. In the urbanization plan of Campo do Cirne, the streets for this new area of the city were defined, as well as models of elevations for the houses to be built in each of the arteries.

Campo do Cirne is a good example of how Porto and the organisms that managed it were sticking to the best international practices of urban landscape construction.

Keywords: Porto; Urban landscape; Architecture; Housing

1. Introdução

A venda, expropriação e loteamento da Quinta do Reimão (ou Cirne) ocorreu a 3 de Maio de 1882. Em 29 de Agosto de 1883 o Município aprovou o "Projecto de arruamentos nos Campos do Cyrne", que fora apresentado por Joaquim Domingos Ferreira Cardoso e José Eduardo Ferreira

Pinheiro. Na concepção deste projecto foram tidos em consideração os princípios conceptuais usados na planificação urbana de cidades europeias dos séculos XVII e XVIII, como os defendidos no século XIX por Haussmann, na reconstrução de Paris, e por Cerdá, em Barcelona. Estes principios de vanguarda da prática urbana internacional cruzaram-se na planificação do Porto com o saber e a ciência utilizados na prática urbanística da recuperação da cidade de Lisboa, depois do terramoto de 1755.

Quando em finais do século XIX são planeados os arruamentos para esta nova zona de urbanização da cidade do Porto, foram também idealizados os alçados-tipo das casas de habitação, com modelos específicos para todas as ruas que estavam previstas na urbanização do Campo de Cirne, clarificando uma hierarquização da paisagem urbana entre as ruas principais e as ruas secundárias, tendo como ponto de partida a praça semi-esférica.

A criação desta zona residencial para habitação da elite burguesa representou uma importante operação urbanística de estruturação e organização espacial da zona oriental da cidade do Porto; mas é também um marco na história do urbanismo em Portugal, pela solução que foi adoptada em termos de desenho e de planificação da cidade.

2. Dados sobre paisagem urbana da zona oriental da cidade de Porto

A zona do Bonfim localizava-se para além de Santo Ildefonso no mais antigo e populoso núcleo extramuros da cidade. A zona do Bonfim foi crescendo num aglomerado que se formou a partir das saídas (antigo Caminho do Padrão de Campanhã, hoje Rua do Heroísmo), de Valongo (também conhecida como “estrada do pão”) e Penafiel (hoje Rua do Bonfim), e em redor do Monte das Feiticeiras, local onde fora erguido o cruzeiro do Senhor do Bom Fim e da Boa Morte, pertencente à duodécima estação da Via Sacra (figura 1; Câmara Municipal Do Porto, 2003; Nonell, 2002, 369).

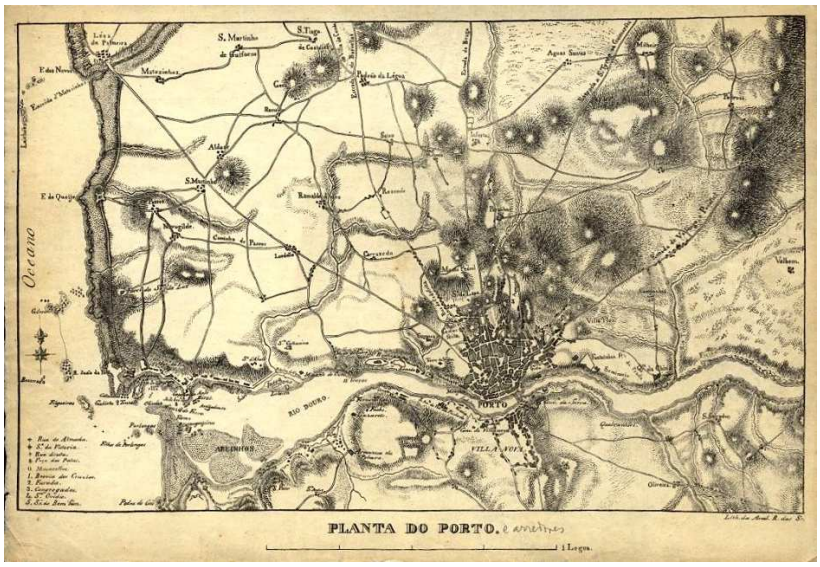


Figura 1 – Planta do Porto e seus arredores (1830)
[Fonte: http://portoarc.blogspot.pt/2015/09/rio-douro-ix.html]

O projecto de desenvolvimento e modernização impulsionado pela intervenção dos Almadas [João de Almada e Melo (1703-1786) e Francisco de Almada Mendonça (1757-1804)] e pela Junta de Obras Públicas do Porto, entre 1763 e 1833, alterou profundamente a fisionomia urbana da cidade do Porto. (Ferreira & Rocha, 2013, 191). No entanto, o território da futura freguesia do Bonfim, ainda distante do núcleo antigo e dos principais bairros residenciais exteriores à muralha, não estava, para o governo da cidade, incluído na cidade do Porto, o que fez com que estas intervenções se sentissem de forma menos acentuada (Nonell, 2002, 128). Será a partir de 1724 que estes arrabaldes começam a ganhar maior importância, com a construção da Igreja e Recolhimento das Meninas Órfãs, projecto do arquitecto Nicolau Nasoni, junto do Campo de S. Lázaro (Brandão, 1987, 60). A valorização e reestrutura do extenso arrabalde de Santo Ildefonso acontecera de forma lenta, apesar da aprovação de alguns planos e projectos (Nonell, 2002, 369). Muitos destes planos ocorreram com Francisco de Almada e Mendonça ou já fora da alçada da Junta de Obras Públicas. Estas intervenções ocorreram principalmente nos nós de ligação do eixo Batalha/ Campanhã (Praça da Batalha, Largo do Padrão, Campo 24 de Agosto), na construção da Casa de Pólvora, junto do Poço das Patas, nas fontes e aquedutos da Batalha e do Poço das Patas, na construção do Matadouro (1797), na construção de Passeios Públicos (Praça da Batalha/ Alameda das Fontainhas) e no melhoramento de alguns largos e ruas (Oliveira, 1973; Ferreira-Alves, 1988; PINTO, 2007; Mandroux-França, 1984). O alargamento, rectificação e alinhamento da Rua de Santo Ildefonso, acentuou o seu papel estruturante no território, e os arranjos da estrada de Campanhã, principalmente no seu traçado imediatamente após o Arrabalde de São Lázaro, tiveram profundas consequências na estrutura da freguesia (Pinto, 2011-2012, 9). A importância desta zona é também verificada quando confrontamos a “Planta Redonda” (1813, George Black; figura 2) onde uma parte da zona do Bonfim estava já contemplada, sendo delimitada pelas ruas de Santa Catarina, da Alegria, Formosa e Fernandes Tomás. Nas plantas cartográficas subsequentes (1833, 1839 e 1865) o mapeamento desta zona abrange uma área maior e é mais pormenorizado (figuras 3 e 4; Ferreira & Rocha, 2013, 193-202).

Os acontecimentos políticos, económicos e sociais ocorridos na primeira metade do século XIX na cidade, as invasões francesas (1807-1813), a Revolução Liberal, a guerra civil (1832-1834), as sucessivas vagas de epidemias de cólera, e o declínio do apogeu da Junta de Obras Públicas travaram o desenvolvimento económico e tiveram imediatas consequências no urbanismo da cidade. Os projectos ambiciosos planeados pelos Almadas foram postos de parte, sendo retomados de forma pontual. Com a Revolução Liberal é retomada a urbanização de novas áreas e a cidade ganha um novo fôlego urbanístico, principalmente nos finais da década de 30 (Ferreira & Rocha, 2013, 193-195). Foi precisamente neste período de turbulência que a periferia oriental da cidade foi adquirindo maior importância e a sua fisionomia foi-se alterando, levando à criação da freguesia do Senhor do Bonfim. Esta foi criada por iniciativa do bispo da cidade e com aprovação da Câmara Municipal e do Administrador Geral do Distrito através do plano de arredondamento das freguesias da cidade do Porto (aprovado pela Portaria de 13 de Fevereiro de 1838). No entanto, ela só se constituiu de facto como circunscrição administrativa com o “Plano de divisão e arredondamento das Parochias da

Cidade do Porto" decretado a 18 de Dezembro 1841 por D. Maria II, através do desmembramento das freguesias vizinhas: Santo Ildefonso, Sé e Campanhã (figura 5; Correia, 2009, 183).

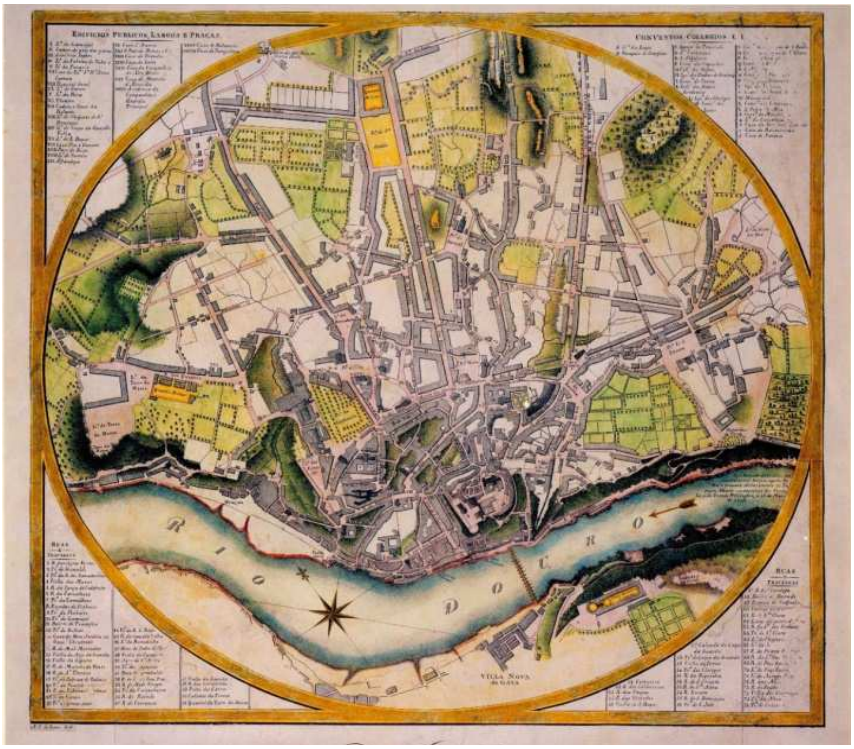


Figura 2 – "Planta Redonda" (George Black, 1813)
[Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (D-ALB-GRA-014-001)]



Figura 3 – Planta de W. B. Clarke (1833)
[Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (D-ALB-GRA-014-003)]

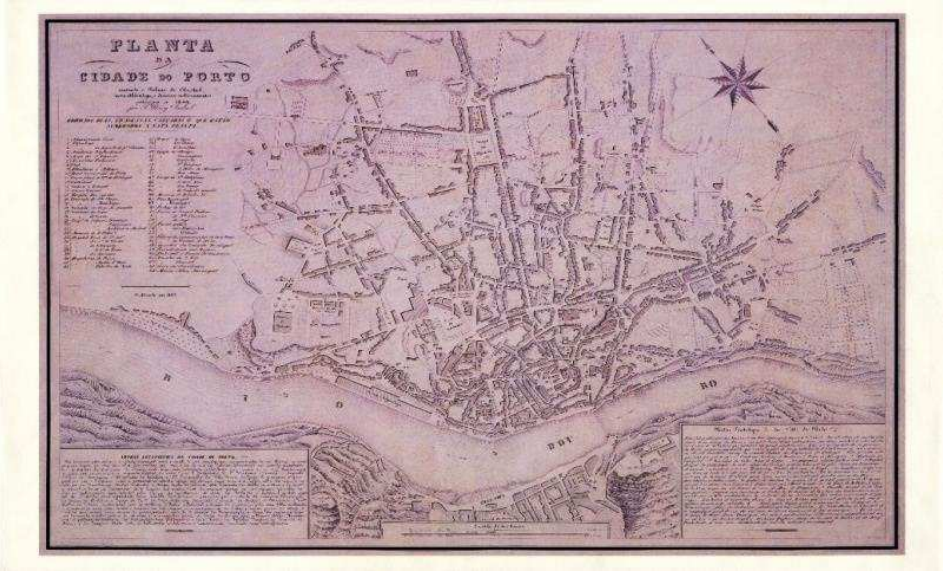


Figura 4 – Planta de Perry Vidal (1865)
[Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (D-ALB-GRA-014-005)]

Em meados do século XIX os impactos da Revolução Industrial faziam-se sentir na cidade. A aposta nos transportes urbanos, a criação de novas infra-estruturas públicas, o grande aumento da população e a sua deslocação para as zonas menos urbanizadas foram factores marcantes para a expansão e reorganização da cidade. Todos estes factores desencadearam uma série de preocupações urbanísticas, levando à criação dos "Planos Gerais de Melhoramento" para as cidades do Porto e Lisboa (31 de Dezembro de 1864), bem como promoveram propostas e estudos cartográficos (Barros, 1881; Ferreira & Rocha, 2013, 201).



Figura 5 – Localização actual da Freguesia do Bonfim [Adaptado de: http://www.cm-porto.pt]

A aplicação prática deste Plano na cidade do Porto irá ocorrer apenas em 1881. Dele consta a "Carta Topographica da Cidade do Porto" (Telles Ferreira, 1877-1892; figura 6) onde é feita a representação rigorosa dos limites administrativos do concelho do Porto e da evolução do espaço urbano, o que permite compreender a transição da cidade iluminista para a cidade liberal (Ferreira & Rocha, 2013, 202-204). O desenvolvimento do transporte urbano e a construção da Estação do Pinheiro de Campanhã são factores que transformaram esta freguesia numa "zona fabril «por excelência». […] Algumas das principais indústrias portuenses implantaram-se na área da freguesia […]" (Pinto, 2007, 63-67; Pacheco, 1984, 17). Apesar de todas estas inovações, a paisagem urbana

da freguesia do Bonfim irá manter um cunho de ruralidade, caracterizado por quintas de lavoura e de recreio, campos de cultivo, pequenos núcleos de casas, uma série de pequenos caminhos rurais, duas estradas (Campanhã e a estrada "do pão", no caminho para Penafiel), feiras, bosques, zonas pitorescas e bucólicas, onde eram abundantes os regatos de água. Estes aspectos de ruralidade ainda hoje são evidentes em alguma toponímia[1].

O contributo trazido pela revolução industrial contribuiu para o alargamento da freguesia com a abertura de uma série de arruamentos, loteamento de muitas propriedades e com a construção de vários edifícios, principalmente de habitação (Pinto, 2011-2012, 9). Depois da abertura da Estação do Pinheiro de Campanhã, a grande transformação espacial na zona oriental da cidade dá-se com a operação de loteamento, abertura e urbanização de uma série de ruas e zonas, em muitos casos por iniciativa de privados, como é o caso da Quinta do Reimão (ou Cirne).



Figura 6 – "Carta Topographica da Cidade do Porto" (Augusto Geraldo Telles Ferreira, 1892)
[Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (D-CDT-B4-001)]

3. A Quinta do Reimão (ou Campo do Cirne) na paisagem urbana do Porto

A antiga Quinta do Reimão (ou Campo do Cirne) era uma imensa propriedade que remonta aos finais do século XV quando a Câmara emprazou os vastos campos designados de Vale Formoso a Pedro Anes de Santa Cruz e seu filho Gonçalo Reimão. Este último viria a edificar a Quinta do Reimão. Anos mais tarde, a sua filha (Catarina Reimoa) e o seu genro (Diogo de Azevedo) venderiam a quinta a António de Madureira e sua esposa D. Maria Fernandes das Póvoas a quem o Senado

[1] Veja-se por exemplo o caso da Rua de Entreparedes, o sítio do Padrão (hoje Praça dos Poveiros), Rua e Travessa das Oliveirinhas, e os antigos sítios de Mijavelhas (hoje Campo 24 de Agosto), Malmerendas, Reimão, Poço das Patas ou Viela do Monte (Silva, 2012, 199).

renovou o emprazamento em 1548[2]. Após diversas sucessões, nos princípios do século XVII a quinta passaria a pertencer à família dos Cirnes, passado a ser designada de Quinta ou Campo do Cirne ou dos Cirnes, designação que se manteve até aos nossos tempos (Freitas, 1999, 301-302; Campos do Reimão e do Cirne, 1972, 105-106; Passos, 1955).

Foi neste período que grande parte da imensa propriedade começou a ser urbanizada. Nos registos paroquiais de Santo Ildefonso posteriores a 1640 já se encontrava a designação de Rua do Reimão, nome que se irá manter até segunda década do século XX (Freitas, 1999, 302). Esta situação é ainda comprovada pela cartografia e desenhos camarários de finais do século XVIII. Numa planta datada 1788, da autoria de D. José Champalimaud de Nussane é possível verificar a urbanização a norte da Quinta do Reimão, com o projecto da Ponte do Poço das Patas, pertença também da família Reimão, bem como a construção do canal de água que vinha do Campo da Mijavelhas, atravessava a Ponte das Patas e fazia a ligação à reedificação da Fonte localizada junto à "estrada velha" (figura 7).

Quando confrontada a Planta "Poço das Patas, Reimão e Quinta do Prado (…) mostrando as ruas projectadas" (1799, Teodoro de Sousa Maldonado (figura 8), é notória a ampla dimensão dos terrenos, divididos a meio pela Estrada de Campanhã (Rua do Reimão/ 29 de Setembro/ Heroísmo) em Reimão de Baixo e Reimão de Cima. Os terrenos desta quinta eram limitados pelo Campo de Mijavelhas, hoje Campo 24 de Agosto, e Ponte das Patas (a norte), a Quinta do Cativo (a este), a Quinta do Prado (a sul) e a Quinta da Fraga (a sudeste). Nesta planta cartográfica é ainda possível ver a projecção de uma outra rua que atravessaria o Campo de Reimão e ligaria com a Ponte das Patas, pertença também da família Reimão.

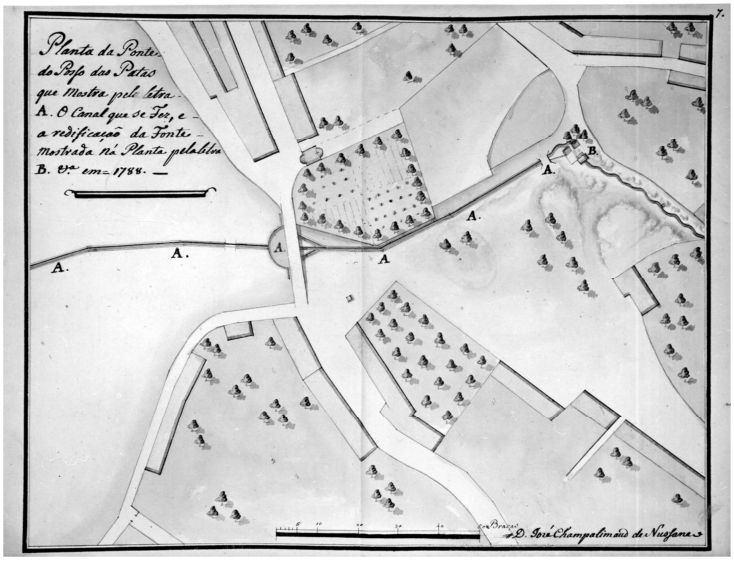


Figura 7 – "Planta da Ponte do Poço das Patas que se projectou em 1788" (D. José Champalimaud de Nussane) [Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (F-P/CMP/10/337(17))]

[2] António de Madureira foi provedor da Santa Casa (1554-1555) e vereador da cidade (1535,1538 e 1550). Esta venda foi feita por em aforamento perpétuo, pelo foro anual de 180 réis, e tinham direito absoluto à água da Arca do Poço das Patas e à do ribeiro de Mijavelhas tanto para o regadio como para o accionamento dos moinhos (FREITAS, 1999, 301-302; CAMPOS DO REIMÃO E DO CIRNE, 1972, 105-106; PASSOS, 1955).

De finais do século XVIII é também um projecto de loteamento da Quinta do Reimão, mas que na realidade nunca foi posto em prática (figura 9). Este projecto previa um parcelamento do solo em lotes de 5,5 metros de largura e longos logradouros, como era comum neste período; no entanto sugeria um traçado muito simples. A proposta previa ainda que os terrenos da Quinta fossem cortados longitudinalmente por uma artéria que partiria do Poço das Patas e terminava na zona noroeste da Quinta do Prado, e cruzaria com a Rua do Reimão. Previa ainda a abertura de uma outra artéria mais a sul, paralela à Rua do Reimão, que faria a união entre o largo da entrada principal da Quinta do Prado com a Rua da Palma, mantendo o desenho da Travessa da Nora e da Rua de Sacais. Neste documento é ainda possível ver projectadas uma série de artérias que circundavam a referida quinta: a Rua Direita (Rua de Santo Ildefonso), que fazia a ligação desta zona com a Praça da Batalha, a Rua do Morgado de Mateus, a Rua do Barão de São Cosme, a Rua do Reimão (Avenida Rodrigues de Freitas), o "Largo" do Prado (Largo Soares dos Reis), e a Rua de Ferreira Cardoso, circundadas pela Quinta do Prado (Cemitério do Prado do Repouso), pelo Poço das Patas, Arca de Água e Campo do Cirne (Campo 24 de Agosto).

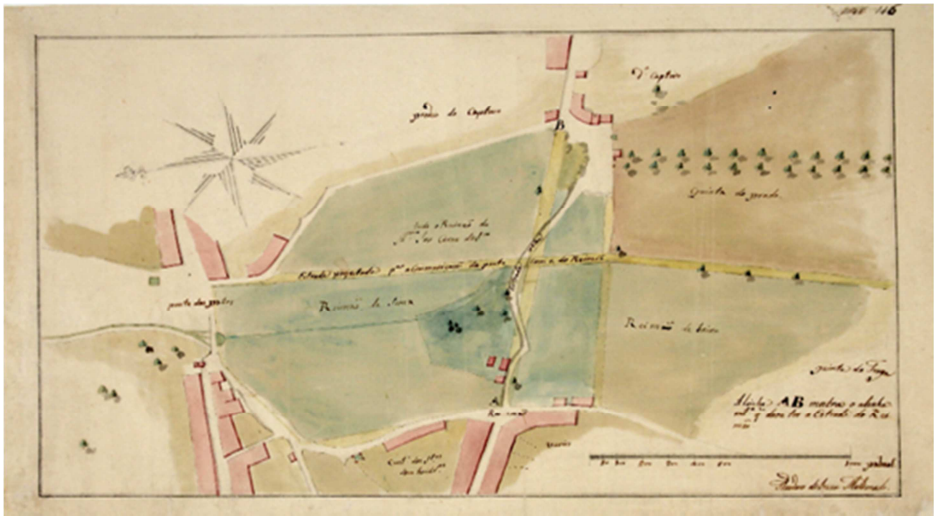


Figura 8 – Planta "Poço das Patas, Reimão e Quinta do Prado (…) mostrando as ruas projectadas" (Teodoro de Sousa Maldonado, 1799)
[Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (D-CDT/A3-106)

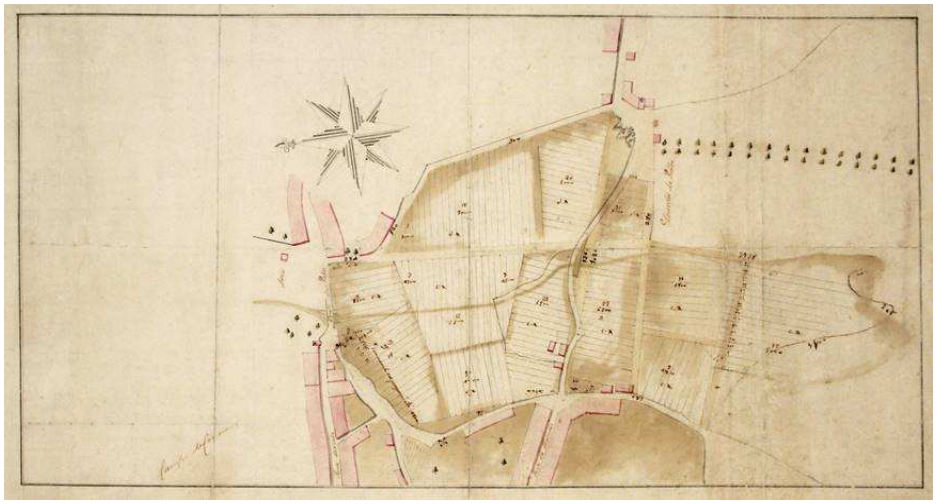


Figura 9 – Poço das Patas: Reimão e Quinta do Prado (finais do século XVIII)
[Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (F-P/CMP/10/508)]



Figura 10 – Casa do Poço das Potas ou Palacete dos Cirnes em meados do século XIX
[Fonte: http://monumentosdesaparecidos.blogspot.pt/2017/05/casa-do-poco-das-patas-ou-palacete-dos.html]

Nos inícios do século XIX a quinta estava na posse de Francisco de Sousa Cirne de Madureira[3], que no ano de 1812 mandou construir um palacete no limite das suas terras, com frente para o Poço das Patas, que ficou conhecido por Casa do Poço das Patas ou Palacete dos Cirnes. Tratava-se de um palacete de linguagem arquitectónica contida, destacando-se na sua composição o frontão onde estava representada a pedra de armas dos Cirnes (Figura 10). Com o falecimento deste último proprietário (1814), sucedeu-lhe o seu secundegénito filho, Francisco de Diogo de Sousa Cirne de Madureira Alcoforado[4], casado com D. Maria Isabel de Bourbon. Após o falecimento de Francisco de Diogo, sucedeu-lhe o seu filho Francisco de Sousa Cirne de Madureira, casado com D. Ana Maria Teixeira de Azevedo Cabral Canavarro; deste casamento nasceriam António de Azevedo Cabral de Sousa Cirne de Madureira, Maria Ana Isabel de Sousa Cirne Teixeira e José de Sousa Cirne de Madureira Azevedo Canavarro, sendo os dois primeiros os herdeiros da Quinta do Reimão já que o terceiro seria herdeiro da Quinta do Freixo[5] (Marçal, 2011). Ao longo do século XIX intensificou-se o número de projectos de intervenção urbanística em redor do espaço da quinta, o que veio reforçar o desenvolvimento desta zona[6].

[3] Francisco de Sousa Cirne de Madureira era fidalgo da Casa Real, Senhor de Gominhães, do Morgadio do Freixo e da Quinta do Reimão, membro da Junta Provisional do Reino, provedor da Real Companhia dos Vinhos do Alto Douro, foi casado com D. Rita Soares de Albergaria de Lemos e Roxas (Marçal, 2011).

[4] Francisco de Diogo de Sousa Cirne de Madureira Alcoforado, tal como o seu pai, era fidalgo da Casa Real e Cavaleiro da Ordem de Cristo (Marçal, 2011).

[5] José de Sousa Cirne de Madureira Azevedo Canavarro era designado de Morgado de Guilhabreu em Vila do Conde (Marçal, 2011).

[6] Vejam-se, por exemplo, o "Plano para regular o alinhamento que deve haver na travessa que vai do Padrão das Almas para o Campo de São Lázaro" (1822), o projecto de alinhamento e prolongamento das ruas de S. Victor no sentido de Jardim de S. Lázaro e da Rua do Reimão (1835); o "Plano levantado para regular o alinhamento da Rua do Mede Vinagre, desde o Campo de São Lázaro até [ao Poço das Patas]" (1835), a planta do alinhamento do lado do norte da Rua do Mede-Vinagre (hoje Rua da Murta; 1840); o projecto de "rompimento da Rua de São Vítor até São Lázaro" (1869), o "Projecto de directriz para a abertura d'uma rua transversal de ligação do extremo do Nascente da Rua do Heroísmo com a Rua de Pinto Bessa" (1879), ou o "Projecto de conclusão da Rua Nova da Batalha entre a Praça da Batalha e as Fontainhas e da transversal entre a Rua de São lazaro e a do Sol" (1882).

4. Urbanização dos Campos do Cirne

Numa altura em que a freguesia estava em desenvolvimento, os imensos Campos do Cirne tornavam-se um local desejado para se urbanizar, tal como vinha a acontecer com outras quintas da zona, ao mesmo tempo esta "era necessariamente uma espécie de barreira entre a cidade consolidada que residia até ao Jardim de São Lázaro e a cidade que crescia galopantemente entre a estação de Campanhã e o início da Rua do Heroísmo, junto à porta norte do cemitério do Prado do Repouso" (Pinto, 2007, 86). Foi na sequência desta vontade de urbanização, e após a morte dos últimos herdeiros que, a 3 de Maio de 1882, o negociante Eduardo Ferreira Pinheiro e o capitalista e proprietário Joaquim Domingos Ferreira Cardoso compraram a imensa propriedade pelo valor de 95 contos de reis[7]. Os terrenos foram cedidos gratuitamente ao município para serem abertas novas artérias e alargamento da Rua do Reimão, multiplicando-se assim as frentes de construção e, consequentemente, os rendimentos dos novos proprietários[8].

4.1. Projecto de Arruamentos. Do plano à execução

A 11 de Janeiro de 1883 foi aprovado em sessão camarária o projecto para a construção de um bairro de casas no Campo do Cirne. A 28 de Agosto de 1883 o município aprova o "Projecto de Arruamento nos Campos denominados do Cirne". Este novo bairro tinha como ponto de organização uma praça em quarto de círculo de onde saíam cinco ruas rectilíneas e radiais, orientadas para o "centro da cidade" ou na direcção de Santo Ildefonso. Estas cinco ruas principais do projecto de urbanização eram cortadas por três ruas transversais, no sentido norte-sul, seguindo, igualmente, o partido rectilíneo das ruas radiais. Na rua que fechava o projecto de urbanização estava prevista uma inflexão, na zona sul, quando forma o cruzamento com a penúltima rua radial do projecto (tendo como ponto de referência o cemitério). A malha utilizada na urbanização segue uma programação racional e matemática do espaço: sobre a quinta do Cirne foram definidas ruas e avenidas que tinham início na praça e que se abriam sobre a cidade, contribuindo para a criação de arruamentos entre a zona peri-urbana dominada pela estação do Porto (Campanhã) e a entrada no espaço urbano. A malha ortogonal, elaborada entre as ruas radiais e as transversais, definiu quarteirões trapezoidais (Figura 11). Neste documento são também apresentados modelos das diferentes fachadas, notando-se uma clara hierarquização destas de acordo com a importância da rua.

[7] Anos antes, de 1878 a 1884, o Palacete do Cirne serviu de instalações ao Liceu Central do Porto. Em 1890 este foi adquirido pela Junta Paroquial do Bonfim, e mais tarde, até aos dias de hoje, funciona como edifício da Junta de Freguesia do Bonfim. Nos anos 30 do século XX, viria a sofrer uma intervenção resultante no aumento de um piso.

[8] O processo utilizado para a urbanização desta quinta é em tudo semelhante ao utilizado na urbanização da Quinta do Fragoeiro por estes mesmos proprietários. (Pinto, 2007, 87)

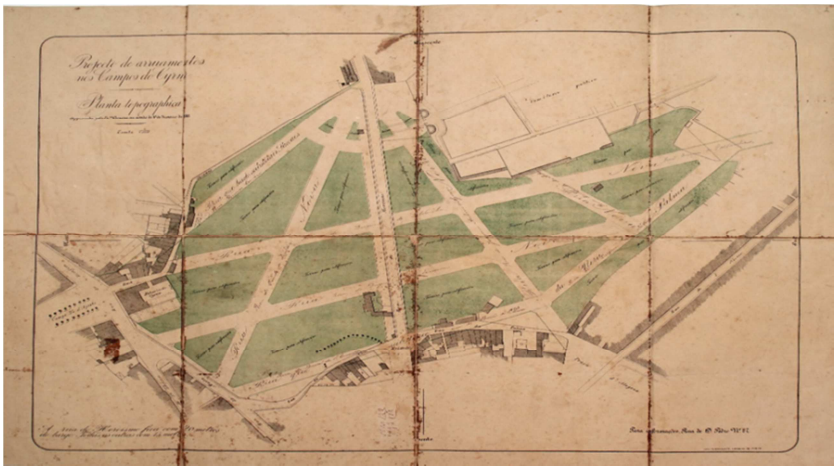


Figura 11 – Projecto de Arruamentos nos Campos do Cyrne (João Carlos d'Almeida Machado, 1883) [Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (PT/CMP/DMA/D-CMP/ 245)]

O processo foi encaminhado pelos empresários Joaquim Domingos Ferreira Cardoso e José Eduardo Ferreira Pinheiro, na qualidade de comitentes do projecto de urbanização. É curioso que este documento é assinado pelo engenheiro camarário João Carlos d'Almeida Machado, como "engenheiro do município". Quem era João Carlos d'Almeida Machado? João Carlos d'Almeida Machado encontrava-se à frente da 1.ª Repartição de Urbanismo e Expropriação da Câmara Municipal, dando continuidade ao trabalho dos engenheiros militares da Junta de Obras Públicas e tendo sido responsável por grande parte das operações urbanísticas previstas no Plano de Melhoramento de 1881. Embora sem dados documentais que o comprovem, cremos que João Carlos d'Almeida Machado terá sido o responsável por este projeto de urbanização para o Campo do Cirne.

No plano de urbanização do Campo do Cirne é clara a influência da planificação urbana com a utilização do sistema "Trivium"/ "Tridente"/ "Pata de Ganso"[9]. Este esquema de planificação foi usado na Piazza del Popolo, em Roma, no século XVI. Posteriormente foi adoptado noutros arranjos urbanos, tais como Versalles (França) ou Karlsrvhe (Alemanha). Foi um esquema de planificação muito utilizado na construção das grandes capitais europeias durante os séculos XVII e XVIII. A Piazza del Popolo, localizada no interior da Muralha Aureliana, facultava o acesso à cidade de Roma, propondo três longas vias organizadas a partir da Porta do Pópulo para quem se abeirava da cidade. A partir desse ponto fulcral de acesso à cidade, o visitante era confrontado com três grandes eixos longitudinais policêntricos. Essas longas ruas rectilíneas, traçadas sobre o casario e espaço urbano pré-existente, apresentavam a uma visão alargada da cidade e concretizavam na aplicação ao traçado da cidade o potencial do desenho e da programação tridimensional.

No caso da cidade do Porto a solução encontrada revela-se pioneira na história do urbanismo português. Tal como acontece em Roma, o desenho deste conjunto tem por base o Largo Fronteiro

[9] O "trivium" foi utilizado na "renovatio Romae" e tratou-se de um "elemento de enorme influência na cultura visual e do urbanismo da época barroca, remonta às primeiras décadas do século XVI. Este sistema de três ruas rectilíneas, que convergem para uma praça ou dela partem em ângulo igual ou equivalente encontramo-lo muito cedo na Ponte Sant' Angelo no Quartiere dei Banchi." Este esquema morfológico irá ser a opção para a Piazza del Popolo, criando desta forma a "feição teatral" tão característica do barroco (Jung, 2004, 15).

ao Cemitério Oriental (hoje Largo Soares dos Reis), donde irradiam cinco vias de acesso a diferentes zonas da cidade. No entanto, para além deste princípio urbanístico, é também evidente o uso dos conceitos urbanísticos internacionais do seu tempo, nomeadamente, os princípios de Georges-Eugène Haussmann (1809-1891) para a reconstrução de Paris. O eixo central já existente (Rua do Reimão, designada no plano de arruamento como Rua do Heroísmo e mais tarde de S. Lázaro e Avenida Rodrigues de Freitas) é aproveitado como trave-mestra deste desenho. Os restantes eixos são estruturados a partir de diferentes espaços públicos: a poente o Jardim de São Lázaro, a norte o Campo 24 de Agosto, a nascente o Largo Fronteiro ao Cemitério Oriental, a sudoeste a Praça da Alegria, e a sudeste o Largo do Padre Baltazar Guedes (figuras 12 e 13). A partir destes espaços foram projectadas ruas radiais que se iriam cruzar em diversos pontos. Da praça em quarto de círculo Largo Fronteiro ao Cemitério Oriental nascia a Rua Ferreira Cardoso até ao Campo 24 de Agosto; a Rua do Conde Ferreira confluiria na Rua da Murta (hoje Rua Morgado Mateus) e esta, no sentido norte-poente, fazia a ligação do Jardim de São Lázaro com o Campo 24 de Agosto.

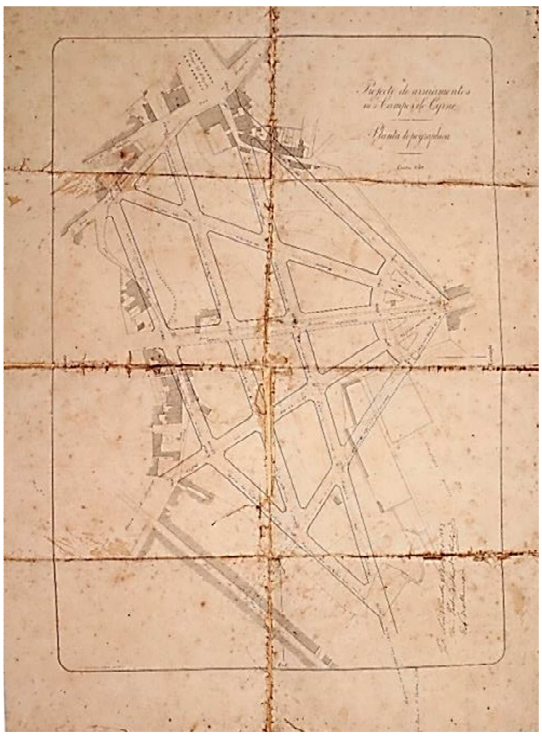


Figura 12 – Planta topográfica do Projecto de Arruamentos nos Campos do Cyrne (João Carlos d'Almeida Machado, 1883) [Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (PT/CMP/DMA/D-CMP/ 245)]

Para o eixo central do projecto foi proposta a execução de uma grande avenida (tal como os *boulevards* parisienses) sobre a rua já existente (Rua do Reimão); esta destacar-se-ia das restantes artérias pelas suas dimensões e faria a ligação entre o Jardim de São Lázaro e o Largo Fronteiro ao Cemitério Oriental. A ligação à Praça da Alegria seria feita pelas ruas de Joaquim António de Aguiar e do Conde das Antas e iria culminar na Rua de S. Victor. Estas artérias seriam cruzadas por outras paralelas entre si. No limite sudeste, a Rua de S. Victor iria rematar este conjunto unindo o Jardim de São Lázaro ao Largo do Padre Baltazar Guedes, passando pela Praça da Alegria. No limite nordeste

deste plano, e a cruzar com a Rua do Morgado de Mateus, partia a Rua do Barão de São Cosme, com continuação na Rua do Duque da Palmela, e do Campo 24 de Agosto partiam as ruas do Duque da Terceira e do Duque de Saldanha.



Figura 13 – Esquema usado por Haussmann para a reconstrução de Paris
[Fonte: https://free4kwallpaper.com/black-and-white-2016-paris-france-4k-wallpaper/]



Figura 14 – Esquema usado por Cerdá para a cidade de Barcelona
[Fonte: http://planocerda.blogspot.pt/2007/05/o-plano-cerd-nova-barcelona-proposta_29.html]

Com a justaposição destas artérias, foram concebidos quarteirões geométricos, com dimensões contidas e circunscritos por quatro lados irregulares. No caso dos quarteirões inicialmente triangulares um dos seus ângulos foi cortado, sendo que esta solução urbana se aproxima do plano desenvolvido por Idelfonso Cerdá (1815-1876) para a cidade de Barcelona (figura 14). Sabina Martins, a propósito do parcelamento dos quarteirões, refere que “a profundidade menor do quarteirão é dividida através de tiras contínuas com uma métrica regular ao longo da rua, correspondendo cada tira a dois lotes” e “nos topos mais retos mantinha-se a mesma métrica até

alcançar as tiras anteriores." Nos casos em que os quarteirões estreitavam "era traçada uma bissetriz a partir do vértice […] indo ao encontro do eixo central das tiras." Esta última solução é análoga ao que foi desenvolvido também por Haussmann (Martins, 2012, 61-73).

A execução deste plano decorreu de forma célere. Quando confrontada a Planta de Telles Ferreira (1892), verificamos que as artérias a norte da Rua do Heroísmo (agora designada Rua de São Lázaro) estavam já executadas, enquanto a sul os arruamentos se encontravam planeados. A partir de uma outra planta de 1908 relativa a esta urbanização é também possível verificar que alguns dos quarteirões já estavam ocupados com habitações (figuras 15 e 16).

A execução do desenho deste plano de arruamento foi posta em prática quase na sua totalidade (figura 17). Houve, no entanto, a necessidade de realizar alguns ajustes nos pontos de intersecção e no edificado já existente. No caso da Rua do Reimão foi necessário executar o seu alargamento para 20 metros, tal como já estava previsto no Plano de Melhoramentos (1881); as restantes artérias ficavam com 15 metros de largura. Algumas ruas situadas no limite espacial da Quinta do Reimão foram alinhadas, alargadas e substituídas. A Rua de Sacais foi substituída pela Rua de Ferreira Cardoso, e a Viela da Ponte Escura (também designada de Campos e do Padrão) foi substituída pela Rua do Conde Ferreira, com um traçado semelhante, mas mais larga e rectilínea. A Rua da Palma e a Travessa da Nora foram substituídas pela Rua do Barão de São Cosme; no entanto, esta execução não foi realizada na sua totalidade, conforme evidenciado pela existência, até à actualidade de parte da antiga Rua da Palma na zona sul da Praça da Alegria. Jorge Pinto aponta dois possíveis motivos para o "insucesso" desta operação: a existência na rua de um palacete que teria de ser demolido (não tendo o seu proprietário concedido autorização para tal) e, menos plausível, a manutenção do carácter romântico do espaço. A Rua do Conde das Antas, prevista no plano de arruamentos, nunca chegou a ser executada pois implicaria o desaparecimento do sector noroeste do Cemitério do Prado do Repouso e a abertura do tramo sul da Rua de S. Vítor. A não execução desta rua veio trair "barbaramente a beleza e o equilíbrio do desenho de Almeida Machado" e terá adensado "a guetização do sector mais antigo de São Vítor" (Pinto, 2007, 91-92).



Figura 15 – Planta de Telles Ferreira (1892)
[Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (D-CDT-B4-001)]

Apesar dos constrangimentos referidos à sua plena realização, o plano não perderia relevância, dada a criação de "uma verdadeira criação de arte citadina de excelência" em que se combinaram diversas soluções europeias de desenho urbano, destacando-se os sistemas de circulação, melhorados pelas ligações entre artérias. Este projecto foi fundamental na introdução de novidades morfológicas na forma de pensar a cidade (Pinto, 2007, 86-87).

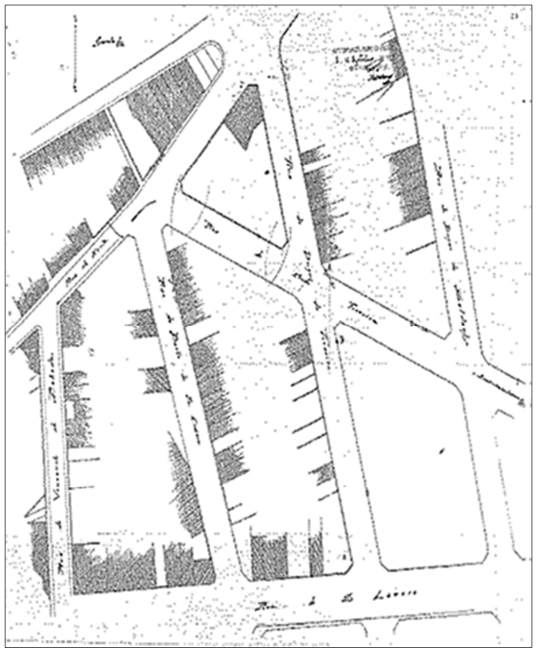


Figura 16 – Planta de 1908
[Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (PT/CMP/DMA/D-CMP/ 245)]



Figura 17 – Levantamento aerofotogramético do Porto na actualidade
[Fonte: Martins, 201

4.2. O Bloco Duque de Saldanha

Esta zona da cidade foi pensada como uma zona de elite, na qual o espaço urbano era mais qualificado e com melhores condições de salubridade, conforto e bem-estar. No entanto, é de realçar que, apesar disto, será também aqui que irá nascer o primeiro grande imóvel de habitação social colectiva, alterando a paisagem urbana daquela zona da cidade. O Bloco de Duque de Saldanha (Figuras 18 e 19), da autoria de A. Magalhães, foi uma das primeiras repercussões do Inquérito Geral às Ilhas (1936) e do programa de erradicação das ilhas da zona de São Vítor (Câmara Municipal do Porto, 1966, 8; Ferreira, 2012). O seu projecto apresentou duas fases, ambas concretizadas pela Câmara. O primeiro, datado de 1937, destinava-se a 115 famílias, e o segundo, de 1943, destinava-se a 43 famílias.



Figuras 18 e 19 – Bloco do Duque de Saldanha [Fonte: Autores]

A construção deste edifício "causou forte polémica por entrar em conflito com a ideologia que começava a ser defendida pelo Estado Novo, que visava o apartamento entre as habitações sociais e o centro da cidade". Trata-se de um projecto próximo de outros exemplares europeus, como o "Karl-Marx-Hof", bastante modernista e singular em termos tipo-morfológicos. A tipologia utilizada neste projecto era marcada pela presença de um pátio central semi-público de grandes dimensões e por um conjunto de galerias exteriores comuns (Ferreira, 2012).

5. Conclusão

A urbanização do Campo do Cirne representou uma importante operação urbanística de estruturação e reorganização espacial da zona oriental da cidade do Porto. Esta reflete a reorganização do tecido urbano associada ao crescimento demográfico e a especulação fundiária que a cidade vivia na segunda metade do século XIX. A execução deste plano deveu-se aos empresários Joaquim Domingos Ferreira Cardoso e José Eduardo Ferreira Pinheiro, na qualidade de comitentes do projecto de urbanização, e a mestria do engenheiro camarário João Carlos d'Almeida Machado, que assina o projecto de urbanização. Este plano demonstra uma articulação entre a renovação da cidade seguindo os princípios da burguesia liberal e reflete o conhecimento das melhores praticas

urbanas e arquitectónicas que estavam a ser utilizadas a nível internacionais, nomeadamente na cidade de Paris.

Considerada e pensada como uma zona de elite onde a paisagem e o espaço urbano eram mais qualificada e com melhores condições de salubridade, conforto e bem-estar será também aqui que irá nascer o primeiro grande imóvel de habitação social colectiva (Bloco de Duque de Saldanha, 1937-1943), alterando definitivamente a paisagem urbana daquela zona da cidade.

6. Fontes e bibliografia

Fontes

D-ALB-GRA-014-001 – Planta Redonda, George Black (1813). Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto.

D-ALB-GRA-014-003 – Planta de W. B. Clarke (1833). Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto.

D-ALB-GRA-014-005 – Planta de Frederico Perry Vidal (1865). Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto.

D-CDT/A3-106 – Poço das Patas, Reimão e Quinta do Prado (…) mostrando as ruas projectadas (1799, Teodoro de Sousa Maldonado). Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto.

D-CDT/A3-23 – Aqueduto de Mijavelhas, desde o Poço das Patas até São Lázaro, aprovada em 1795 (Teodoro de Sousa Maldonado). Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto.

D-CDT-B4-001 – Carta Topographica da Cidade do Porto, Augusto Geraldo Telles Ferreira (1892). Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto.

F-P/CMP/10/337(17) – "Planta da Ponte do Poço das Patas que se projectou em 1788" (D. José Champalimaud de Nussane). Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto.

F-P/CMP/10/508 – Poço das Patas: Reimão e quinta do Prado. Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto.

PT/CMP/DMA/D-CMP/ [245] – Projecto de arruamentos no campo denominados do Cirne. Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto.

Bibliografia

ANDRADE, Monteiro de (1943) – Plantas Antigas da Cidade. Porto: Câmara Municipal do Porto.

BARROS, José Augusto Correâ de (1881) – Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto. Apresentado à Camara Municipal em secção extraordinária de 26 de 1881, pelo seu presidente José Augusto Correâ de Barros. Porto: Typographia de António José da Silva Teixeira.

BRANDÃO, D. Domingos de Pinho; ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da; LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha (1987) – Nicolau Nasoni. Vida e Obra de um Grande Artista. Porto: Ed. Autor.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO (1966) – Planos de Melhoramento 1956-66. Porto: Direcção dos Serviços do Plano de Melhoramento da Câmara Municipal do Porto.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO (2003) – Património no Bonfim. Brochura das Jornadas Europeias do Património de 2003. Porto: Câmara Municipal do Porto/Pelouro da Cultura.

CAMPOS DO REIMÃO E DO CIRNE (1972). O Tripeiro. Série XII, n.º 4, 105-109.

CORDEIRO, José Manuel Lopes (2000) – Local Porto. Ainda a toponímia do Liberalismo. Público (16 de Abril de 2000). https://www.publico.pt/2000/04/16/jornal/ainda-a-toponimia-do-liberalismo-142719.

CORREIA, Luís Grosso (2009) – A evolução demográfica da Freguesia do Bonfim da Cidade do Porto na Época Contemporânea. Revista da Faculdade de Letras. História, III série (10), 181-196.

COSTA, Padre Agostinho Rebelo de (2001) – Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto. Porto: Frenesi.

FERREIRA, Nuno & ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da (2013) – Etapas de consolidação da paisagem urbana do Porto contemporâneo: Da programação dos Almadas ao Plano de 1952. CEM Cultura, Espaço e Memória: Revista do CITCEM (4), 191-230.

FERREIRA, Nuno (2012) – A rua do Duque de Saldanha (Porto). Morfologia urbana e arquitectura doméstica privada e estatal. In Simpósio EURAU12 Porto Symposium – Public Space and Contemporary City. http://eurau12.arq.up.pt/sites/default/files/566.pdf.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime (1988) – O Porto na época dos Almadas. Arquitectura. Obras Públicas, vol. I. Porto: Centro de História da Universidade do Porto.

FONSECA, Adélia Luísa T. Silva (1998) – Porto Norte. Dinâmicas urbanas e sua evolução. Dissertação de Mestrado e Geografia: Dinâmicas e Espaciais e Ordenamento do Território. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

FREITAS, Eugénio Andrade Cunha e (1999) – Toponímia portuense. Matosinhos: Contemporânea Editora Lda.

GARCIA, Paulo Emílio de Figueiredo (1946) – As barreiras da Cidade do Porto. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade.

JUNG, Wolfgang (2004) – Arquitectura e cidade em Itália entre o início do barroco e o início do neoclássico. In TOMAN, Rolf – O Barroco. Arquitectura. Escultura. Pintura. Könemann.

MADUREIRA, Helena (2001-2002) – Processo de transformação da estrutura verde. Revista da Faculdade de Letras – Geografia (vol. XVII-XVIII), 137-218.

MANDROUX-FRANÇA, M. (1984) – Quatro fases da urbanização do Porto no Século XVIII. Boletim Cultural da Câmara Municipal, 1- série. Vol. 2.

MARÇAL, Horácio (2011) – Família Cyrne de Madureira do Porto e da Casa do Poço das Patas no Porto. https://geneall.net/pt/forum/158099/familia-cyrne-de-madureira-do-porto-e-da-casa-do-poco-das-patas-no-porto/.

MARTINS, Sabina (2012) – Os edifícios de gaveto, as duas faces da mesma esquina. Estudo da cidade do Porto entre a segunda metade do seculo XVIII e a primeira do século XX. Dissertação de Mestrado em Arquitectura. Porto: Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada.

MOUTINHIO, Maria José (2001) – Bonfim – Séc. XIX. A regedoria na segurança urbana. Cadernos do Bonfim (1).

NONELL, Anni Günther (2002) – Porto, 1763/1852. A construção da cidade entre despotismo e liberalismo. Porto: FAUPpublicações.

OLIVEIRA, J. M. Pereira de (1973) – O espaço urbano do Porto. Condições naturais e desenvolvimento. Coimbra: Instituto de Alta Cultura. Centro de Estudos Geográficos.

PACHECO, Helder (1984) – Porto. Novos guias de Portugal. Lisboa: Editorial Presença.

PASSOS, Carlos de (1955) – O campo de Mijavelhas e a quinta do Reimão. Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, vol.18 (1-2), 88-89.

PINTO, Jorge Ricardo (2007) – O Porto Oriental no final do século XIX: um retrato urbano (1875 – 1900). Porto: Edições Afrontamento.

PINTO, Jorge Ricardo (2011-2012) – A expansão (sub)urbana no Porto Romântico. O caso da Freguesia do Bonfim. Percursos & Ideias (3-4)/2.ª série, 5-20. https://www.iscet.pt/sites/default/files/repository/content/magazine/444/file/7e4ddda6.pdf.

SILVA, Germano (2012) – Porto. Nos recantos do passado. Porto: Porto Editora.

TAVARES, Domingos (2017) – Transformações na arquitectura portuense. Porto: Equações de Arquitectura. Dafne Editora.

Vítor Manuel Araújo de (2013) – A evolução das formas urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX. Porto: U.PORTO editorial.

BORGES, I. (2018). *O contributo do enoturismo para o desenvolvimento territorial em destinos Património Mundial: o caso da Região Demarcada do Douro,* The overarching issues of the european space - preparing the new decade for key …, Porto, Fac. Letras Univ. Porto. pp. 215 -226

O CONTRIBUTO DO ENOTURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EM DESTINOS PATRIMÓNIO MUNDIAL: O CASO DA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO

Isabel BORGES
CEGOT - University of Coimbra
isabel.borges.pt@gmail.com

Resumo

À imagem do que se constata em muitos outros destinos turísticos, também em Portugal o turismo é um dos mais importantes setores para a economia, sendo considerado estratégico. Numa época de tempos instáveis e imprevisíveis torna-se urgente olhar para o território, em especial os de baixa densidade, numa ótica de preservação das paisagens e do património nas suas múltiplas vertentes, criando oportunidades e dinâmicas de turismo sustentável. Os recursos endógenos, determinantes no desenvolvimento de uma região são incorporados em novas formas de turismo que proporcionam experiências que correspondem às novas motivações dos turistas. O Enoturismo, que se tem expandido de forma muito consistente, tornou-se num pilar importante para a sustentabilidade de muitos territórios, sendo interessante tanto para os anfitriões como para os visitantes.

O Turismo, em particular o Enoturismo, tem sido identificado como umas das mais eficazes vias para a promoção do desenvolvimento socioeconómico da Região Demarcada do Douro, sendo mesmo considerado uma prioridade. Mas, após a classificação em 2001 como Património Mundial da Humanidade, com responsabilidades na preservação do bem classificado, é importante entender como está a ser gerido o destino e qual o impacte no desenvolvimento do território.

O principal objetivo deste estudo assenta em analisar o Enoturismo como componente importante da gestão dos sítios Património Mundial, o seu contributo para o desenvolvimento do território e para a notoriedade do destino.

Palavras-chave: Enoturismo, Douro, Desenvolvimento territorial, Património Mundial, Paisagem

Abstract

As it happens in many tourist destinations, also in Portugal tourism is one of the most important sectors for the economy, being considered strategic. But in an era of unstable and unpredictable times, it is urgent to look at the territory, particularly the low-density ones, in a perspective of preserving the landscapes and heritage in its multiple aspects, creating opportunities and dynamics of sustainable tourism. The endogenous resources that are decisive in the development of a region are incorporated into new forms of tourism that provide experiences that correspond to the new tourist's motivations. Wine tourism, which has expanded very consistently, has become an important pillar for the sustainability of many territories, being interesting for both, hosts and visitors.

Tourism, especially Wine Tourism, has been identified as one of the most effective ways to promote the socio-economic development of the Douro Demarcated Region, being considered a priority. But, after being classified as a World Heritage Site in 2001, with responsibilities for the preservation of classified assets, it is important to understand how the destination is being managed and the development impact in the territory.

The main objective of this study is to analyse wine tourism as an important component of the management of World Heritage sites, its contribution to the development of the territory and the association with the notoriety of destination.

Key words: Wine Tourism, Douro, Territorial development, World Heritage, Landscape

1. Introdução

A globalização da economia e o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação contribuíram, de forma significativa, para a universalização do turismo enquanto atividade económica global, com caraterísticas multifacetadas e multidimensionais. O crescimento mundial deste setor gerou uma competitividade entre os destinos turísticos que, recorrentemente, sentem a necessidade de se diferenciarem entre si, apostando na criatividade e na inovação dos serviços oferecidos, por forma a se tornarem mais competitivos, apelativos e sustentáveis.

A aceleração do processo de difusão de novos produtos turísticos, com uma multiplicidade de oferta, recorre à especialização de várias formas de turismo que seduzam os turistas e despertem o interesse pelo lugar. O regresso às origens, ainda que por breves períodos de tempo, é cada vez mais, um apelo sentido por milhões de pessoas em todo o mundo, ansiosas por contrariarem o frenesim diário com a experiência de um contacto com a vida simples, calma, de comunhão com a Natureza. Novos produtos associados ao turismo de experiências, permitem fazer com que cada viagem deva ser encarada como uma experiência, mais do que um produto tangível de curta duração, ou seja, uma forma de vivenciar algo fora do comum, de acordo com as expectativas e aspirações do turista, sempre únicas, mesmo quando são repetidas. A proliferação de produtos associados ao chamado "turismo de interesse específico" conduziu à emergência ou consolidação de novos produtos turísticos, como o Enoturismo.

Caraterizado por ser um tipo de turismo próprio de territórios de baixa densidade, potencia sinergias que apoiam a diversificação económica e o desenvolvimento de novas oportunidades para os atores da região, conduzindo ao desenvolvimento do território. Na Região Demarcada do Douro, uma paisagem associada à produção vitivinícola, o turismo tem vindo a ser identificado, nos últimos anos, como uma via promissora e eficaz de desenvolvimento socioeconómico da região.

No presente artigo pretende-se fazer uma reflexão sobre o contributo do Enoturismo para o desenvolvimento regional em destinos Património Mundial, em particular o caso da Região Demarcada do Douro.

2. Novos tipos de turismo em áreas de baixa densidade

A oferta turística nos territórios de baixa densidade conheceu, ao longo dos últimos anos, uma melhoria significativa. De facto, tem-se observado um crescimento considerável do turismo consequência tanto de modificações de necessidades e motivações a nível da procura, como por imperativos de reconversão e desenvolvimento ao nível da oferta. Neste âmbito, tanto na Europa, como em Portugal, as paisagens culturais de baixa densidade têm sido alvo de atenção, principalmente após 1987, devido às problemáticas relacionadas com o desenvolvimento sustentável. Desenvolver o turismo em áreas rurais, de acordo com a satisfação das necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de as

gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades, tornou-se, pois, imperativo e inquestionável para a sobrevivência destes territórios.

No caso concreto dos territórios de baixa densidade de matriz rural, dispersos um pouco por todo o sul da Europa, incluindo Portugal, estes perderam o seu caráter produtivo tradicional, apostando-se, cada vez mais, em atividades relacionadas com o consumo, nomeadamente as de turismo e recreio e as de proteção do ambiente. (Figueiredo, 2009). Intimamente associado à perda da importância da agricultura na economia e na sociedade, desde meados do século XX que assistimos a um processo de deslocação da população para o litoral, o que originou alterações significativas, com reflexos a vários níveis.

A necessidade de inovação, criatividade e a influência, cada vez maior, da cultura na área do turismo, convergiram para o aparecimento de um novo paradigma ao nível da oferta dos destinos, com implicações na sua imagem e, consequentemente, na sua marca: dilata-se a criatividade, através do desenvolvimento de novos produtos, de novas formas de turismo.

Efetivamente, com a alteração do comportamento do turista, surgiu a necessidade de corresponder às suas preferências, desenvolvendo mercados mais especializados, muitas vezes assentes nas economias locais, sendo que o mundo rural, com as suas particularidades, ganhou um novo impulso. Apesar de o turismo "sol e mar", produto estratégico para Portugal, atrair cada vez mais turistas, surgiram novas formas de práticas turísticas que começam a ter um impacte mais significativo. O interesse crescente pela prática de atividades ao ar livre, tanto a nível nacional como a nível internacional, aliado às virtualidades dos territórios de baixa densidade, potencia o desenvolvimento do turismo de natureza, mas também o de aventura, o ecoturismo, o turismo cinegético, o *birdwatching*, o astroturismo, o enoturismo, entre outros. Ou seja, um turismo de nicho, alternativo e muito orientado para públicos segmentados, o que implica um elevado nível de personalização, mas também a preservação regional.

Um rico património vitivinícola e a produção de vinhos de qualidade, produzido em regiões específicas, originaram esta nova forma de turismo: o Enoturismo. A ligação com as paisagens vitivinícolas, e as respetivas implicações, tornam pertinente o estudo desta nova forma de turismo que promove o desenvolvimento das comunidades e da economia. Com o objetivo de potenciar e gerir a riqueza vitivinícola de uma determinada região, o Enoturismo tem sofrido um crescimento exponencial nos últimos anos.

3. O Enoturismo

O turismo suscita, atualmente, vários tipos de interesse, sendo que o setor em geral e o Enoturismo em particular, representam, para a União Europeia, e para o nosso país em especial, um setor estratégico de desenvolvimento das referidas áreas de baixa densidade.

Ainda pouco trabalhado em algumas regiões e bastante incipiente na interligação do turismo vitivinícola com outras áreas (Hall *et al.*, 2000), o Enoturismo é uma experiência inovadora, que convida não só os conhecedores de vinhos, mas também o turista convencional, a mergulhar no mundo dos

vinhos. Frequentemente considerado como uma das formas de "turismo de nicho", desenvolveu-se sobretudo durante a década de noventa, numa altura em que a atividade vitivinícola registava profundas transformações. De uma forma isolada ou associado a outros produtos como a Gastronomia, o Turismo no Espaço Rural ou o Ecoturismo, entre outros, tem tido uma forte expansão, especialmente nas grandes regiões vitivinícolas mundiais, em países como França, Itália, Espanha, Alemanha, Estados Unidos, África do Sul, Austrália, Chile ou mesmo Nova Zelândia.

Em Portugal, tem-se expandido de uma forma muito consistente, sempre com o objetivo de potenciar e gerir a riqueza vitivinícola de uma determinada região. Efetivamente, é uma forma de turismo característica dos nossos dias e das solicitações do novo turista, com fortes potencialidades de proporcionar experiências únicas, sendo uma vertente do turismo criativo a desenvolver em determinadas atividades enoturísticas. Apesar de ser considerado uma forma de turismo recente, tem raízes ancestrais, ligadas à cultura da vinha e do vinho, já que os romanos, cerca do ano de 200 a.C., se interessaram pelo vinho, embora numa perspetiva de prazer lúdico. Contudo, foi sobretudo no pós-guerra, altura em que a maior parte das atividades turísticas surgiram que, entre as visitas culturais, se incluíram as visitas a caves e adegas. No entanto, o Enoturismo só foi reconhecido como um fenómeno autónomo na década de noventa, na continuidade da primeira conferência sobre turismo vitivinícola na Austrália, em 1998, servindo de estímulo decisivo à publicação de artigos científicos nesta área (Borges, 2017).

A definição e conceptualização do Enoturismo, não tem, contudo, uma abordagem uniforme. O primeiro autor, pioneiro numa definição de Enoturismo, é Hall que, em 1996, o enunciava como "a visita a vinhedos, adegas, festas e eventos vínicos cuja principal motivação é a descoberta do vinho e dos atributos de uma região vitícola" (Hall e Macionis, 1998). Em 1998, por seu lado, Dowling propôs uma definição mais abrangente do conceito, referindo que se tratava de um "turismo experiencial que ocorre em regiões vitivinícolas e que oferece uma experiência única que inclui vinho, gastronomia, cultura, artes, educação e viagem" (Carmichael 2005, 186). Benesteau e Morin (2001), definiam o Enoturismo como a organização e as atividades de animação referentes às estadas de turistas nas regiões vinícolas: visitas a caves, provas, alojamento e restauração, para além de atividades complementares ligadas ao vinho, aos produtos do *terroir* e às tradições regionais. Aliás, no contexto europeu, a França é o país mais referenciado no que diz respeito a estudos científicos sobre o conceito. Mais tarde Hall e Mitchell (2000) acrescentariam que seria o estímulo determinante para os visitantes.

Conseguimos, assim, perceber a diversidade de práticas deste produto turístico no qual o vinho é a principal motivação, mas que aglutina uma multiplicidade de possibilidades e experiências: as visitas às quintas, as visitas às adegas, as provas de vinhos e os eventos.

O Enoturismo encontra-se, efetivamente, ligado à experiência do local no qual se desenvolve e à gastronomia (Getz, 2000), mas também às paisagens naturais, aos baixos níveis de desenvolvimento turístico e à baixa densidade populacional. Permite divulgar as regiões vitivinícolas, desenvolvendo e potenciando os seus pontos fortes, através do aproveitamento turístico, tanto a nível de serviços como de património, funcionando como uma diversificação das práticas turísticas.

De particular relevância para os territórios de baixa densidade, é interessante para quem visita e prestigiante para os anfitriões, constituindo uma alavanca dinâmica e positiva para a região. É, no fundo, uma "combinação de cultura, estilos de vida e território" (Getz, 2000:2).

O Enoturismo pode, assim, ser entendido como uma atividade turística específica, ligada ao vinho, e especialmente destinada a gerar experiências. Por outro lado, pode ser encarado como um fenómeno destinado a ser a "experiência" do território. Nesta perspetiva, o Enoturismo implica a interligação de uma série de elementos, sendo que as componentes imateriais, onde a experiência ocorre, lhes devem adicionar valor.

4. O desenvolvimento territorial em destinos Património Mundial – o caso do Alto Douro Vinhateiro (ADV)

O Enoturismo está associado a territórios com forte legislação de proteção. As regiões demarcadas são espaços delimitados, abrangidos por legislação especial de defesa e promoção da produção vinícola. Sendo esta uma das formas de proteger o território das paisagens vitivinícolas, impõe-se assegurar a proteção das caraterísticas das vinhas e dos vinhos aí produzidos, através de uma regulamentação completa e integrada. Uma região demarcada é um sinal de distinção de um produto, de notoriedade do território.

A importância da demarcação duriense, comparativamente com outras regiões como Tokay ou Toscana, reveste-se de enorme relevância pela articulação entre o verdadeiro conceito de denominação de origem controlada (regulamentação, definição de limites, cadastro, classificação das parcelas, entre outros) e a criação de mecanismos institucionais de controlo e certificação.

Um produto distinguido por uma região demarcada fica protegido dos concorrentes, ganha prestígio junto dos consumidores e possibilita a associação de um variado leque de produtos regionais pois vender um vinho não é um ato isolado. Trata-se, na verdade, da base da organização da produção de vinho, principal garantia da sua qualidade e genuinidade, enquanto se promove uma região, as paisagens, o património, a gastronomia, a cultura e o modo de viver autóctones.

Por outro lado, a distinção da região como Património Mundial da Humanidade, em 2001, amplificou o interesse no território e estimulou o seu potencial como destino turístico. Uma das preocupações constantes é a de preservação do Bem, a proteção e manutenção da paisagem, símbolo territorial, reconhecido tanto pela United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) como por todos os agentes. Periodicamente, a região é estudada, monitorizada e avaliada, tanto pelas entidades nacionais como pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), através da Estrutura de Missão Douro, ou por universidades, como também por instâncias internacionais, como o International Council on Monuments and Sites/Conseil International des Monuments et des Sites (ICOMOS) ou a UNESCO.

Um dos estudos mais recentes foi elaborado por Andresen e Rebelo (2013a e 2013b), com o apoio de uma equipa externa. Trata-se de um relatório intitulado "Avaliação do Estado de Conservação do Bem Alto Douro Vinhateiro - Paisagem Cultural Evolutiva Viva", abrangendo o período de 10 anos após a classificação como Património Mundial. Os autores consideraram que "esta última década correspondeu sem dúvida a um ciclo de expansão da atividade económica espelhada em investimentos significativos na vinha, descritos no Estudo, e também noutros setores de atividade como o turismo e a oferta cultural sendo que esta no ADV tem sido estruturada à volta da navegabilidade do rio Douro e do *terroir*. Ao longo da última década, o turismo no Douro tem sido assumido como elemento chave e catalisador do desenvolvimento regional, mas, apesar de uma evolução positiva, o ADV não é, felizmente, um lugar de turismo de massas" (2013a, 17). O mesmo estudo conclui que, ponderados todos os fatores que afetam o ADV, os atributos que lhe conferem autenticidade e integridade se mantêm.

A região tem, efetivamente, valências que lhe dão notoriedade internacional, imprescindíveis para o fortalecimento do destino turístico Douro e, inevitavelmente, para a captação de turistas. São exemplo as classificações da UNESCO (da paisagem e da Arte Rupestre de Foz Côa), a integração na rede de "Capitais de Grandes Vinhedos"[1] (Great Wine Capitals), onde recorrentemente é vencedora de prémios relacionados com o Enoturismo, ou a nomeação como sétimo destino turístico sustentável do mundo pela National Geographic.

Embora os recursos naturais e culturais constituam os principais atrativos de um território e a base das suas vantagens competitivas, é imprescindível ter em consideração a forma como estes recursos são incorporados em produtos turísticos de qualidade, satisfazendo as necessidades dos turistas em alojamento e restauração, para além de atividades e experiências culturais e de animação.

Sentiu-se a necessidade de adaptação às tendências de diversificação dos destinos e dos produtos turísticos, gerando oportunidades para o desenvolvimento e consolidação de formas de turismo mais consonantes com as necessidades, motivações e preferências do "novo turista", de que é exemplo, com o já referimos, o Enoturismo. Os espaços rurais, lugares de memória e de herança cultural, despertam, de facto, um apelo especial para o turista atual, contribuindo para o desenvolvimento de um mercado mais especializado. De uma maneira geral, as motivações deste tipo de turista baseiam-se sobretudo em valores éticos e ambientais, relacionados com a segurança, a autenticidade e a qualidade, mas também com um toque de inovação.

Assiste-se, assim, a uma maior valorização dos territórios de baixa densidade, proporcionada pela respetiva qualificação e pelo aumento da oferta turística, para além de uma maior consideração pelo

[1] Lançado em 2003, o concurso "Best of Wine Tourism" é um dos principais projetos da Rede de Capitais de Grandes Vinhedos (www.greatwinecapitals.com), composta pelas cidades do Porto, Bordéus, Mainz, S. Francisco, Bilbao, Florença, Mendoza e Cidade do Cabo. Em Portugal os seus destinatários são os agentes de Enoturismo do Norte de Portugal, nomeadamente das regiões vitícolas do Porto e Douro e dos Vinhos Verdes. Os critérios em avaliação são a qualidade dos serviços e das instalações, a originalidade da oferta, o serviço proporcionado ao cliente, o grau de envolvimento no Enoturismo local e regional e a preocupação com o desenvolvimento sustentável e as questões ambientais.

ambiente, património, tradições e costumes. Esta qualidade prende-se não só com o alojamento, mas também com a existência de outros serviços de excelência, como a restauração e a animação turística, assim como com a formação profissional dos recursos humanos. Cada vez mais se aposta na animação turística, tanto como elemento catalisador do turista, como fator determinante para dinamizar a população e as entidades locais, desenvolvendo uma cultura empreendedora e mobilizando as pessoas para a ação.

Assente numa valorização da autenticidade e da herança cultural, imbuído de uma vivência rural dinâmica, aliada às especificidades da paisagem, percebe-se que a paisagem se reveste de novas dimensões. Numa ligação da região com a visita às vinhas, conhecendo e interagindo com o local onde o vinho é produzido e, no final, usufruir de uma prova, o Enoturismo envolve os cinco sentidos e está indelevelmente associado à gastronomia e à experiência do local em que se desenvolve (Getz, 2000), único e diferenciador, e não apenas à qualidade do vinho.

O desenvolvimento do turismo vitivinícola tem reflexos ao nível de toda a economia regional. Assim, um dos principais estímulos ao desenvolvimento do turismo vitivinícola, decorre da compreensão da amplitude dos seus efeitos, induzindo à necessidade de articular e potenciar diversos elementos, como sejam o alojamento, a gastronomia, os desportos de caça e pesca, entre outros. De facto, as experiências e os atributos, em torno de uma região vitivinícola, poderão ser tão variados e contemplar interesses tão diferenciados, que nem os turistas vitivinícolas conseguem associar a si próprios sob tal rótulo ou designação (Charters e Ali-Knight, 2002).

Embora o turismo deva contribuir para a proteção e preservação dos sítios Património Mundial, o equilíbrio entre a competitividade e os impactes indesejáveis podem ser difíceis de atingir. No entanto a responsabilidade internacional do ADV e a necessidade de gerir de forma sustentável o seu património exige a conciliação entre a conservação do bem e as necessidades económicas e sociais desencadeadas pelo turismo. Aliás, uma prática de turismo responsável é essencial, assim como o uso adequado do património, a melhor forma de preservação da multifuncionalidade destes territórios (Troitiño, 2002).

5. O Enoturismo na Região Demarcada do Douro

Em Portugal, o Enoturismo encontra-se em crescimento, sendo as regiões com maior expressão a dos Vinhos Verdes, a do Alentejo e a do Douro. É nestas duas últimas regiões, aliás, onde se concentra o maior número de espaços dedicados ao Enoturismo.

A evolução da paisagem vinhateira na RDD e, consequentemente, a identificação das suas principais potencialidades turísticas, são refletidas num conjunto de recursos turísticos diversificados e diferenciadores. Sendo uma paisagem associada à produção vitivinícola, a região tem-se evidenciado, também, pela sua afirmação turística.

Reflexo de uma paisagem que, por si só, representa a arte da natureza, a vinha assume, ainda, tal como o vinho, um importante significado de tradição secular. Na realidade, sendo a vitivinicultura um dos principais fatores de atração turística do Douro, quando se alia ao seu património etnográfico, gastronómico, cultural, histórico e, acima de tudo, aos seus recursos paisagísticos/ambientais, constitui-se o leque diversificado que o turista procura. Recorde-se que, qualquer turista, apreciador de vinho, sabe que a paisagem é a "alma" de uma denominação de origem, crucial para a identidade dos vinhos.

De acordo com as caraterísticas do território e tendo em consideração os recursos turísticos existentes, tanto o Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT) como o Plano Desenvolvimento Turístico Vale do Douro (PDTVD), definiram como produtos estratégicos o "Turismo de Natureza", o "*Touring* Cultural e Paisagístico" e a "Gastronomia & Vinhos". Acrescentamos, pelo seu acentuado crescimento, o "Turismo de Saúde e Bem-Estar" e o "Turismo Náutico". Associado à Gastronomia & Vinhos, o Enoturismo tem uma vasta oferta como as Rotas do Vinho, Aldeias Vinhateiras, Quintas do Douro ou a Festa das Vindimas.

A Festa das Vindimas, promovida pelos diferentes agentes económicos, é tida como o evento de maior projeção, a nível nacional e internacional. As empresas e hotéis ligados ao Enoturismo não ficaram indiferentes a esta época festiva e procuraram oferecer aos turistas a possibilidade de visitarem as adegas e até de participarem nas vindimas. Tem a particularidade de envolver os turistas que visitam a região, dando-lhes a possibilidade de efetuarem o percurso da vindima, desde a apanha da uva até à pisa no lagar, sempre associada a uma componente de animação cultural. Atualmente, é realizada um pouco por toda a região, durante todo o período em que decorre a vindima, com programas trabalhados de forma isolada pelos diferentes agentes e que são repetidos durante a Festa. A programação incide, sobretudo, na apanha da uva, visita à adega e armazéns, prova de vinhos, jantares temáticos e lagaradas.

As vindimas não são só sinónimo de trabalho árduo. São também motivo de festa e, exatamente por isso, transformaram-se num dos principais cartazes de promoção turística das várias regiões vitivinícolas. Nesse período, as autarquias e empresas ligadas à produção de vinho organizam e promovem programas de animação cultural, espetáculos musicais, bailes, provas de vinhos, entre outras atividades. O trabalho, atualmente, já não é tão manual, mas recria-se o cenário das atividades tradicionais para os turistas. Desta forma, participar nas vindimas ou observá-las durante um passeio tranquilo, proporciona um reencontro com tradições e com um estilo de vida rural que a vida quotidiana urbanizada tem esfumado.

Quinze anos depois de Portugal assumir o compromisso de zelar pelo ADV, verifica-se que a região tem crescido em todas as vertentes, nomeadamente no que se refere a estruturas hoteleiras. Andresen e Rebelo (2013) constatam que "… em resultado da maior procura turística que o ADV passou a registar, esta categoria deveria constar em futuros planos de gestão devido a dissonâncias, principalmente de carácter visual que podem potencialmente introduzir. Se bem que no Douro se tenha registado um forte movimento no sentido de uma cultura de turismo em espaço rural reabilitando

construções existentes, o surgimento de novas estruturas acaba por procurar localizações privilegiadas, com grande abrangência visual, o que aumenta o impacte potencialmente provocado. Estes impactes são causados pela volumetria, cor, materiais de construção e revestimento das edificações e também, por vezes, pelo tratamento do espaço envolvente, com a criação de estruturas de apoio" (Andresen e Rebelo, 2013, 61). Apesar da existência de potenciais riscos para a paisagem, estes investimentos contribuíram para a valorização do território e para a melhoria da qualidade de vida dos durienses.

O aumento dos fluxos turísticos conduziu ao desenvolvimento de diferentes tipologias de alojamento turístico, sendo de salientar um crescimento do número de empreendimentos no Eixo Régua - Lamego - Vila Real, onde também incidem os maiores fluxos turísticos.

De acordo com o Observatório Económico Social[2] (Douro Alliance, 2012) verificamos que, em 2011, estas 3 cidades se mantinham com a maior percentagem de alojamento da NUTS III Douro, sendo Lamego o concelho com maior capacidade de alojamento (Figura 1).

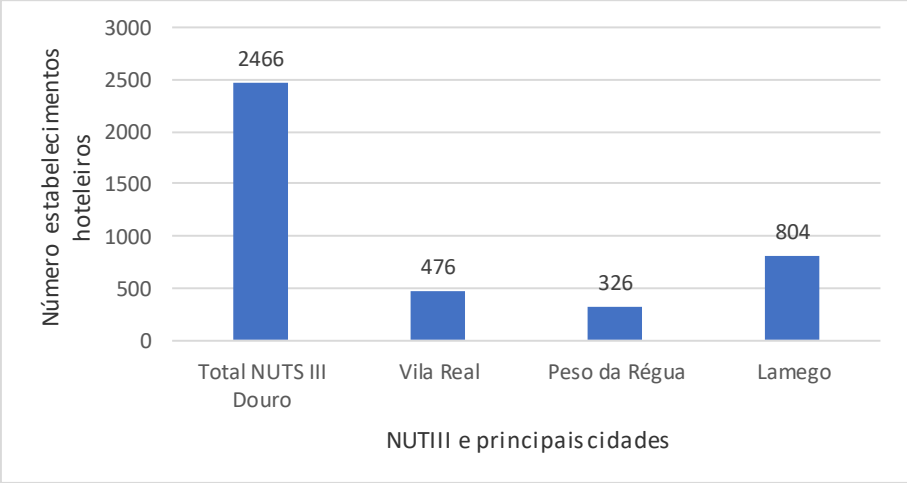
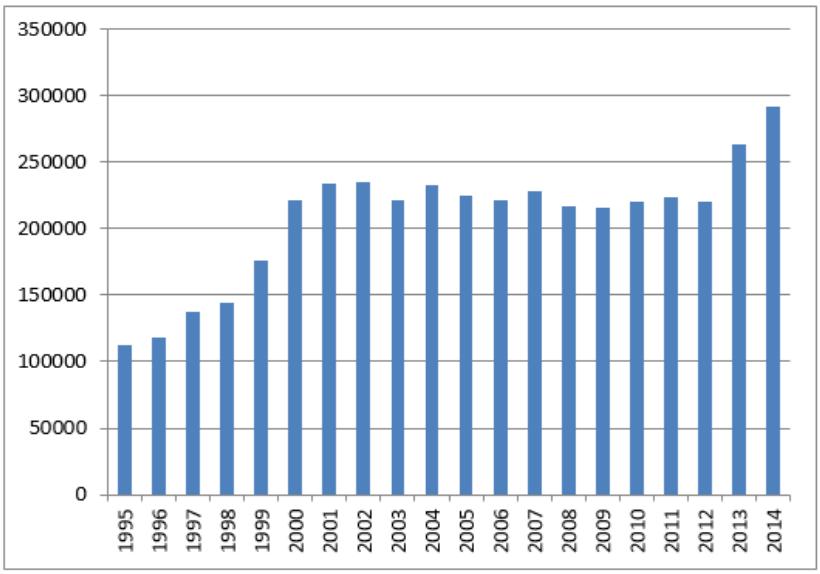


Figura 1 - Capacidade de alojamento dos estabelecimentos hoteleiros no Douro, em 2011
Fonte: Douro Alliance (2012)

Em relação à procura turística, confirma-se que tem havido um crescimento ao longo dos anos. No que diz respeito às dormidas, a Figura 2 permite-nos verificar que, na NUTS III – Douro, se registou um crescimento significativo entre 1995 (112 409 dormidas) e 2001 (233 464 dormidas). Mas, a partir de 2001, inicia-se uma diminuição contínua até 2009 (com 215 248 dormidas), recuperada a partir de 2013, atingindo-se, em 2014, as 292 164 dormidas.

[2] A Douro Alliance é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, nascida no âmbito da candidatura ao Programa "Política Cidades Polis XXI". O seu objetivo é criar uma plataforma de diálogo e partilha entre os agentes, para o desenvolvimento e crescimento dos Municípios de Vila Real, Peso da Régua e Lamego. Tem como projetos de apoio o Gabinete de Turismo, o Douro Cultural, o Observatório Económico Social e a Plataforma Comum Empresarial.



Nota: em 2013, não inclui os dados de Murça, Penedono, S. João da Pesqueira, Sernancelhe e Tarouca

Figura 2 - Indicadores das Dormidas na NUTS III – Douro
Fonte: Borges, I (2017)

Ainda muito dependente do mercado nacional, o Douro é uma região com um enorme potencial e com fortes possibilidades de ser um destino preferencial das motivações dos turistas.

No entanto, o desenvolvimento sustentável de um destino implica que todos os seus elementos correspondam às necessidades da procura turística, assim como às suas constantes mutações. Os diversos atores envolvidos, a sua articulação em rede e a capacidade de inovação, são fatores que não podem ser ignorados. De facto, exige-se cada vez mais a capacidade de gestão, integração e cooperação numa rede, direcionada, sobretudo, para a satisfação do consumidor.

Uma opção estratégica poderá passar pela diversidade e singularidade das experiências, com uma componente acentuada de aprendizagem, uma fruição sensorial, compatível e desejável com os produtos turísticos do território. Adequar o tipo de atividades que os enoturistas realizam neste tipo de turismo com as motivações e as necessidades do novo tipo de turista.

6. Conclusões

A afirmação do turismo como setor estruturante para a economia, sociedade e território é atualmente um valor incontestável, o que sustenta a necessidade de reforçar a atenção em torno da preservação da paisagem.

Portugal afirma-se como um cenário interessante para a dinamização do crescente interesse mundial pelo Enoturismo, apesar de ainda não ser um produto consolidado. O dinamismo das regiões vitivinícolas, a organização do produto, a decisão de escolha do turista define o sucesso do destino

turístico. No entanto, afigura-se uma multitude de variáveis a considerar antes da chegada do turista, se se pretender que as experiências sejam satisfatórias e memoráveis.

É inegável que o desenvolvimento de um território depende, cada vez mais, da consistência das relações e da qualidade das redes de atores, mas também dos quadros coletivos de ação, da pujança dos programas e da capacidade de antecipação do futuro. No caso dos territórios de baixa densidade, isto pressupõe um esforço adicional de organização e coordenação das instituições e dos atores, tendo em mente uma nova visão da coesão territorial que privilegie a redução das assimetrias, criando riqueza e valor em cada território, estimulando a valorização económica dos recursos endógenos e uma maior interação da economia com o território.

No caso do Douro, a singularidade das suas paisagens, decorrente da longa tradição enquanto região demarcada, mas também da (re)criação continuada da cultura da vinha, acresce a qualidade e notoriedade dos seus vinhos e o valor único do seu reconhecimento como Património Mundial. Esta ligação confere-lhe uma identidade própria, com um caráter muito particular e único que os turistas querem conhecer, aprender, experienciar, diretamente no local de produção

O Douro é uma região dinâmica em termos turísticos e, prova disso, é a capacidade para atrair novos investidores e visitantes. Contudo, a relação entre a produção vínica e o turismo é ainda frágil. Não podemos esquecer que vender um vinho é vender uma região no seu todo: a gastronomia, a animação turística, o património, a cultura. É, pois, fundamental, a interligação e o empenho de todos os agentes económicos públicos e privados.

O Enoturismo deverá ter, necessariamente, uma relação direta com o Douro como destino turístico. Este tipo de turismo deverá ser encarado como uma interação, um desenvolvimento sustentado, associado ao conhecimento, à valorização e à preservação do património arquitetónico, independentemente de ser cultural ou paisagístico. Por isso, o Enoturismo, um produto com capacidade para desenvolver as regiões interiores, faz todo o sentido no caso da Região Demarcada do Douro.

7. Referências Bibliográficas

ANDRESEN, T. e REBELO, J. (2013a). *Avaliação do Estado de Conservação do Bem Alto Douro Vinhateiro - Paisagem Cultural Evolutiva Viva*. Volume 1 - Relatório de Avaliação. Porto: CCDRN/ EMD, CIBIO UP/UTAD.

ANDRESEN, T. e REBELO, J. (2013b). *Avaliação do Estado de Conservação do Bem Alto Douro Vinhateiro - Paisagem Cultural Evolutiva Viva*. Volume 2 - Estudos de Base. Porto: CCDRN/EMD, CIBIO UP/UTAD.

BENESTEAU, A. e MORIN, L. (coord.) (2001). *Le Tourisme Viti-vinicole, "Les Cahiers de L'Afit*". Paris: AFIT.

BORGES, I. (2017). *O Enoturismo na Região Demarcada do Douro: a Festa das VIndimas como produto turístico.* Dissertação de Doutoramento. Coimbra: Universidade de Coimbra.

CARMICHAEL, B. A. (2005). *Understanding the Wine Tourism Experience for Winery Visitors in Niagara Region, Ontario, Canada*. In Tourism Geographies (7,2), p. 185 -204. London: Routledge.

CHARTERS, S. e ALI-KNIGHT, J. (2002). *Who is the wine tourist?* In Tourism Management, 23 (3), p.311-319.

COSTA, A. e KASTENHOLZ, E. (2009). *O enoturismo como factor de desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas*. In 1.º Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde/2º Congresso Lusófono de Ciência Regional.

Douro Alliance. Disponível em: http://www.douroalliance.org/douroalliance/ (acedido em 2 de maio de 2017).

Estrutura de Missão do Douro (2008). *Plano Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro 2007-2013*. Porto: CCDR-N.

Estrutura de Missão do Douro (2008). *Vale do Douro – Norte de Portugal – relatório Executivo do Sistema de Medição de Excelência dos Destinos* (SMED). Porto: CCDR-N.

FIGUEIREDO, E. (2009). *One rural, two visions - environmental issues and images on rural areas in Portugal*: Journal of European Countryside, 1(1), p. 9-21.

GETZ, D. (2000). *Explore wine tourism: management, development, destinations*. New York: Cognizant Communication Corporation

HALL, C. M. e MACIONIS, N. (1998*). Wine Tourism in Australia and New Zealand.* Cap. 12 in R. Butler, M Hall, and J. Jenkins (eds), Tourism and Recreation in Rural Areas. Chichester: Wiley.

HALL, C. M. *et al.* (2000). *Wine Tourism Around the World: Development Management and Markets*. Oxford: Elsevier Science.

HALL, C. M. e MITCHELL, R. (2000). *Wine Tourism in the Mediterranean: A Tool for Restructuring and Development.* Thunderbird International Business Review, Vol.42, N. º 4, p. 445-465.

Instituto Nacional de Estatística (de 1995 a 2015). *Contas Satélites do Turismo*.

KASTENHOLZ, E. (coord.) *et al*. (2014). *Reinventar o turismo rural em Portugal: cocriação de experiências turísticas sustentáveis*. Aveiro: UA Editora.

TROITIÑO, M., A. (2002). Ciudades Patrimonio de la Humanidad: desafíos de interpretación, planificación y gestión turística. In Blanquer, D. (dir*.). Ordenación y Gestión del Territorio Turístico,* Valencia: Tirant lo Blanch, p. 351-405.

Turismo de Portugal, I.P. (2007). *Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT),* Resolução de Conselho de Ministros nº 61/2007, de 13-02-2007, Lisboa.

Turismo de Portugal (2013). *Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT – Revisão e objetivos 2013-2015)*. Resolução do Conselho de Ministros n. º 24/2013, de 10-01-2013. Lisboa: Turismo de Portugal.

UNESCO (2012a). *UNESCO World Heritage Center.* www.unescaga: Universidade do Minho.

BINET, A. (2018). *O vinho na obra de Queiroz: a criação de um espaço europeu do "savoir-vivre" entre a Cidade das Luzes e as serras de Portugal*, The overarching issues of the european space - preparing the new decade for key …, Porto, Fac. Letras Univ. Porto. pp. 227 - 233

O VINHO NA OBRA D'EÇA DE QUEIROZ: A CRIAÇÃO DE UM ESPAÇO EUROPEU DO "SAVOIR-VIVRE" ENTRE A CIDADE DAS LUZES E AS SERRAS DE PORTUGAL

Ana Maria BINET
Université Bordeaux Montaigne
Ana-Maria.Binet@u-bordeaux-montaigne.fr

Resumo

Eça de Queiroz, personagem maior do nosso panorama literário português, era uma personalidade fundamentalmente cosmopolita, que colocava o seu país natal num lugar à parte, entre uma ruralidade "saudável" e uma tentativa, muitas vezes lograda, de se elevar ao nível da Europa "civilizada". O conceito de "savoir-vivre", na época "evidentemente" francês, era para ele um marco a alcançar, assim como um instrumento de civilização. O vinho, produto desenhando um território civilizacional milenário, não podia deixar de ser um elemento central dessa arte do "savoir-vivre" ocidental. Reflete ele, na obra d'Eça de Queiroz, as qualidades (e por vezes os defeitos) intrínsecas de cada sociedade, servindo de ponto de comparação permitindo caraterizar domínios culturais ultrapassando as fronteiras políticas.

Os romances d'Eça de Queiroz, como o sobremaneira conhecido *As Cidades e as Serras,* apresentam numerosos exemplos do que afirmamos, e são esses exemplos que nos propomos estudar nessa perspetiva guiada por um conceito de "savoir-vivre" que participa na criação de um espaço cultural europeu.

Palavras-chave : cosmopolitismo, civilização, vinho, "arte de bem viver", espaço cultural

Resumé

Eça de Queiroz, auteur majeur du panorama littéraire portugais, était une personnalité fondamentalement cosmopolite, qui plaçait son pays natal dans une place à part, entre une ruralité qu'il pensait « saine » et une tentative, à plusieurs reprises ratée, de s'élever au niveau de l'Europe « civilisée ». Le concept de savoir-vivre, à l'époque « évidemment » français, était pour lui un objectif à atteindre, tout comme un instrument de civilisation. Le vin, produit dessinant un territoire civilisationnel millénaire, ne pouvait pas ne pas être un élément central dans cet art du savoir-vivre occidental. Il reflète, au sein de l'oeuvre d'Eça de Queiroz, les qualités (et parfois les défauts) inhérents à chaque société, permettant des comparaisons servant à caractériser des domaines culturels dépassant les frontières politiques.

Les romans d'Eça deQueiroz, comme *A Cidade e as Serras,* connu de tous, présentent de nombreux exemples de ce que nous affirmons ici, et ce sont ces exemples que nous nous proposons d'analyser dans cette perspective guidée par un concept de savoir- vivre qui participe à la création d'un espace culturel européen.

Mots-clé : cosmopolitisme, civilisation, vin, savoir-vivre, espace culturel.

BINET, A. (2018). *O vinho na obra de Queiroz: a criação de um espaço europeu do "savoir-vivre" entre a Cidade das Luzes e as serras de Portugal*, The overarching issues of the european space - preparing the new decade for key …, Porto, Fac. Letras Univ. Porto. pp. 227 - 233

« Enivrez-vous sans cesse
De vin, de poésie, de vertu, à votre guise. »
Charles Baudelaire

1. Introdução

Uma das riquezas, económica, mas também cultural de Portugal, é o vinho, produto de uma grande diversidade, e um dos elementos constitutivos da imagem do país. O vinho é parte do nosso quotidiano, mas sobretudo das circunstâncias festivas que marcam a nossa existência. Além desse papel, por si só suficientemente importante, o vinho, sobretudo o tinto, tem vindo a ser considerado pelo corpo médico, e em quantidades razoáveis, bem entendido, como um ótimo preventivo contra as doenças ligadas a uma má circulação do sangue e contra o colesterol e, a partir de uma certa idade, contra a doença de Alzheimer. Desde sempre fanáticos de vinho e outras substâncias alcoólicas, os Gauleses acham aí uma relativa justificação para o seu amor imoderado por esse nétar divino. Chegaram mesmo a servir-se dele para dominar os «bárbaros», como sabem todos aqueles que leram as aventuras de Asterix. O facto é que os povos entre os quais a vinha foi desde sempre cultivada nos parecem possuir uma «arte de bem viver» superior à dos povos que não cultivam tradicionalmente a vinha. Disso posso testemunhar, vinda da nobre cidade de Bordéus na qual as propriedades onde cresce a vinha merecem quase sempre o título de *château*! Estamos aqui perante uma verdadeira encenação de elementos puramente culturais que tendem a criar uma imagem «fabricada» de um produto que aparece contudo estrategicamente como o mais natural possível. Tradição e modernidade, solenidade e simplicidade marcam assim a cultura da vinha, o seu território secular.

2. Identidade

Essas caraterísticas paradoxais aparecem naturalmente na obra d'Eça de Queiroz, e singularmente no seu último romance, *A Cidade e as Serras,* que se destaca do conjunto dos romances queirozianos pelo papel específico que o vinho tem no interior da economia do romance: com efeito, o vinho é aqui um elemento fundamental da demonstração, por vezes extremamente caricatural, da superioridade da vida no campo sobre a vida numa grande metrópole. O vinho torna-se mesmo o símbolo da regeneração de Jacinto, o qual, na primeira parte do romance, que se passa em Paris, Cidade das Luzes, é um "tremendo bebedor de água"[1], considerando com um ar melancólico «um filete de veado, macerado em Xerez»[2] ou «um biscoito molhado em vinho de

[1] Eça de Queirós, *A Cidade e as Serras*, Lisboa, Livros do Brasil, [s. d.], p. 34.
[2] *Idem.*

Tokai»[3], que pretende oferecer a Madame d'Oriol. Até o Grão-Duque Casimiro acha que «os Borgonhas são tão maus»... No entanto, "Sua Alteza [...] esvaziou poderosamente dois copos de Chateau –Lagrange[4]. [...] E os escudeiros serviram o "Barão de Pauillac", cordeiro das lezírias marinhas, que, preparado com ritos quase sagrados, toma este grande nome sonoro e entra no Nobiliário de França". [5] Notemos a relação direta entre o conhecimento, da parte do autor, e, portanto, da personagem que ele inspira no romance, dos vinhos e o da gastronomia franceses[6]. Aliás, Zé Fernandes, voltando a Paris, regala-se com os vinhos franceses, que parecem provocar nele uma forma de entusiasmo místico:

> *Antes do Borgonha, uma garrafa de Champagne, com muito gelo, e um grande copo!... Creio que aquele Champagne se engarrafara no Céu onde corre perenemente a fresca fonte da Consolação, e que na garrafa bendita que me coube penetrara, antes de arrolhada, um jorro largo dessa fonte inefável. Jesus! Que transcendente regalo, o daquele nobre copo, embaciado, nevado, a espumar, a picar, num brilho de ouro! E depois, garrafa de Borgonha! E depois, garrafa de Conhaque!*[7]

Claro que a variedade dos vinhos, o caráter cosmopolita do seu consumo[8], mas também a sensualidade que o acompanha são evidentes, mas o que nos parece especialmente interessante neste excerto é a relação do vinho com a transcendência, como se Deus tivesse criado a vinha para que o seu fruto pudesse constituir uma forma de «consolação» para o ser humano.

O *spleen* de Jacinto sendo talvez contagioso, Zé Fernandes parte para um *tour* da Europa «tristonho», esperando, diz ele, que «o copeiro me trouxesse a garrafa de Bordéus que eu provava e repelia com desditosa carantonha»[9].

Mas em Tormes, o vinho, desta vez bem português, vai-se transformar em elemento regenerador, em elixir capaz de transmitir uma força vital, de que Jacinto se encontrava completamente desprovido em Paris. Até os copos participam dessa força, como se o vinho neles contido durante várias gerações lha tivesse transmitido: «Os copos, de um vidro espesso,

[3] *Ibidem,* p. 47.
[4] Diga-se em abono do rigor vinícola que o Château Lagrange é um grande vinho cuja denominação é Saint-Julien, portanto da região de Bordéus...
[5] *Ibidem*, p. 68.
[6] É de sublinhar a variedade de vinhos franceses que é citada neste romance de Eça : dos champagnes de várias marcas, aos vinhos de Borgonha e, sobretudo, da região de Bordéus, passando pelos diferentes Sauternes (Château Yquem, o maior, mas também Barsac, por exemplo), os Médoc, a paleta é vasta, testemunhando do conhecimento que o autor tinha do vinho francês em geral.
[7] *Ibidem,* p.77.
[8] Como bebida de fama internacional que era já, o vinho do Porto aparece também na bem conhecida cena do jantar dado em honra do Grão-Duque Casimiro , como no passo que a seguir citamos, em que são subentendidas as falsificações da grande bebida nacional : "Este Porto de 1834, aqui em casa de Jacinto, deve ser autêntico...hem?" *(Ibidem*, p. 64).
[9] *Ibidem,* p.101.

conservavam a sombra roxa do vinho que neles passara em fartos anos de fartas vindimas»[10]. O vinho de Tormes é o sangue dessa terra pátria da qual Jacinto se afastara, perdendo a força vital que só ela lhe podia transmitir:

> *Mas nada o entusiasmava como o vinho de Tormes, caindo do alto, da bojuda infusa verde – um vinho fresco, esperto, seivoso, e tendo mais alma, entrando mais na alma, que muito poema ou livro santo. Mirando, à vela do sebo, o copo grosso que ele orlava de leve espuma rósea, o meu Príncipe, com um resplendor de optimismo na face, citou Virgílio :*
> *- Quo te carmina dicam, Rethica? Quem dignamente te cantará, vinho amável destas serras?*[11]

O vinho português possui assim uma vitalidade sagrada que o distingue do "desconsolado néctar" das terras do Médoc, de que falaremos mais adiante, participando de uma identidade portuguesa que o narrador carateriza pelo seu vigor, a sua proximidade da natureza, a sua força vital. Elemento identitário essencial, o vinho, verde de preferência, aparece com efeito na obra queiroziana como um sinal indicador das raízes profundas que um indivíduo ou uma família possuem na terra portuguesa[12]. O vinho português de velha casta é um marcador da legitimidade social, como os quadros e móveis antigos, participando de um ritual secular, que nos vem das nossas origens latinas, e da implantação, com os pés de vinha, de uma civilização ligada justamente a uma «arte de bem viver», perante a qual o homem do norte da Europa se inclina:

> *Bucelas? – murmurou-lhe sobre o ombro o escudeiro.*
> *O administrador ergueu o copo, depois de cheio, admirou-lhe à luz a cor rica, provou-o com a ponta do lábio, e piscando o olho para Afonso :*
> *- É do nosso!*
> *- Do velho – disse Afonso. Pergunte ao Brown…Hem, Brown, um bom néctar?*
> *- Magnificente! – exclamou o preceptor com uma energia fogosa.*
> *Então Carlos, estendendo o braço por cima da mesa, reclamou também Bucelas. E a sua razão era haver festa por ter chegado o Vilaça. O avô não consentiu : o menino teria o seu cálice de Colares, como de costume, e um só*[13]*.*

[10] *Ibidem*, p. 142.
[11] *Ibidem,* p. 148.
[12] V. por exemplo Eça de Queiróz, *A Ilustre Casa de Ramires*, Porto, Livraria Chardron, Lello & Irmão, 1917, p. 81: «a mesa - onde dominavam, com os seus ricos lavores, duas altas enfusas de crystal antigo, uma cheia de açucenas e a outra de vinho verde (…)", excerto onde é bem visível que, no âmbito da sala de jantar da Torre, onde abundam os objetos que indicam a antiguidade e lustre familiares, o vinho verde, numa "enfusa de cristal", ganha foros de fidalguia!»
[13] Eça de Queiroz, *Os Maias*, Lisboa, Livros do Brasil, [s.d.], p.61.

É verdade que a nossa cultura meridional é baseada no pão, no vinho, no azeite, e que o vinho está ligado à convivialidade, que é um elemento central na sociedade portuguesa. Tradicionalmente, o vinho está relacionado com a força, que outrora se tentava, por exemplo, fazer recuperar às parturientes, a quem se dava um copo de vinho, sem falar já da ideia de que este aumentava a lactação. Também as crianças bebiam regularmente vinho no século XIX, e mesmo mais tarde, facto a que Eça se refere em *As Farpas*[14]*.*

3. Arte de bem viver

Mas como definir, a propósito do vinho, «a arte de bem viver» *(savoir vivre)* ? Na nossa opinião, a definição será dupla: num sentido literal, o «saber viver» é a arte de bem dirigir a vida, de gerir de forma sensata as oportunidades que esta oferece, mas também, no sentido figurado, a arte de se comportar em sociedade segundo um certo número de códigos estabelecidos de longa data e transmitidos geralmente dentro do contexto familiar.

Eça de Queiroz, diplomata e necessariamente cosmopolita, é um dos grandes nomes da literatura portuguesa a deixar transparecer na sua obra uma experiência inegável de um «savoir vivre» europeu. Os exemplos, inevitavelmente fragmentários, das referências ao vinho, e ao ato de beber em sociedade, testemunham de um conhecimento indubitável dos vinhos mais em voga na sua época. Na sua *Correspondência*[15], podemos ler uma carta a António Nobre em que a referência a um vinho francês é particularmente interessante:

> *Se eu o desejava ver, era justamente para lhe repetir quanto o estimo, e para bebermos juntos um pouco de Médoc, que é o desconsolado néctar destes tempos.*

A metáfora «desconsolado néctar destes tempos» para se referir ao vinho do Médoc, atualmente um dos mais famosos vinhos do mundo, testemunha, primeiramente, do conhecimento que Eça tinha dos vinhos franceses, mas também do facto que se tratava de um vinho, o "Médoc" que era já apreciado na época dele, e, finalmente, que, para um Português, habituado, apesar do seu cosmopolitismo, a beber vinhos mais «encorpados», o vinho do Médoc, região próxima de Bordéus, de uma complexidade gustativa incontestável, mas leve e relativamente pouco alcoolizado, passava por «desconsolado».

O champagne aparece igualmente amiúde na obra d'Eça, em França, claro, mas também nos meios afrancesados lisboetas. Ligado aos ambientes festivos, à frivolidade mundana, à tentativa de

[14] Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, *As Farpas*, Lisboa, Principia, 2004, p. 204.
[15] Eça de Queiroz, *Correspondência*, 2008*,* pp. 253, 254.

sedução de mulheres de costumes ligeiros[16], o seu consumo testemunha, na época, de um nível de vida bem superior ao do comum dos mortais portugueses.

As referências aos vinhos portugueses são muito numerosas na obra de Eça, desde o Alvaralhão (em *A Ilustre Casa de Ramires,* aquando de uma refeição na Taberna do Gago, em que Gonçalo «esvasiou uma caneca vidrada de Alvaralhão» – a «caneca vidrada» indicando evidentemente a rusticidade do sítio onde se passa o almoço, e, eventualmente do vinho)[17], passando pelo «vinho verde de Amarante, de *Vidainhos*» (toponímia aparentemente fictícia) que o mesmo Gonçalo bebe com o Padre Soeiro[18], até às inúmeras referências ao vinho do Porto.

No mesmo romance, Gonçalo declara que «o vinho é uma dádiva amável de Deus», sublinhando o prazer do consumo do vinho, consumo moderado e sem culpabilidade, pela razão fundamental de que é um dom de Deus. Aliás, no mesmo romance, o excerto seguinte explora, a propósito do vinho, o campo lexical do religioso :

> *- Oh Cavalleiro ! eu tenho empenho em que você prove esse vinho com cuidado…É da minha propriedade do Corvello…Faço muito gosto n'elle. Mas prove com atenção!*
> *S. Ex.a provou com devoção, como se comungasse. E com uma cortezia compenetrada para Barrôlo que reluzia de gosto :*
> *- Uma delícia ! uma verdadeira delícia !*
> *- Hein ? Não é verdade ? Eu, para mim, prefiro este vinho do Corvello a todos os vinhos francezes, os mais finos…Até alli o nosso amigo Padre Soeiro, que é um Santo, o aprecia![19]*

Segundo vários autores, como Feliciano Ramos, «Eça de Queirós parece ter apreciado bastante os prazeres da mesa»[20]. Em todo o caso, as suas personagens são geralmente sensíveis à qualidade das iguarias que lhes são oferecidas, inclusive o vinho.

Nos romances d'Eça, como nas nossas sociedades, é evidente que o vinho possui um poder de discriminação, através da qualidade do produto consumido, mas também do respeito das regras que devem presidir a esse consumo, do ritual que nos indica o grau de civilização da sociedade em que se insere. Já na Antiguidade grega assim era, os povos Bárbaros reconhecendo-se também pela maneira totalmente «desregrada» como bebem. O vinho é, pois, um «marcador» social, que revela a origem dos que o bebem. Para fazer parte de uma certa élite, torna-se necessário integrar na prática do ato de beber vinho uma série de regras e de gestos, por vezes complicados, cujo domínio

[16] Eça de Queiroz, *Os Maias, op. cit.,* p.150 : «A rolha estalou, ele encheu os copos em silêncio; e numa saúde muda os dois amigos beberam o champagne – que Jacob arranjara ao Ega, para o Ega se regalar com Raquel».
[17] Eça de Queiroz, *A Ilustre Casa de Ramires, op. cit*.
[18] *Ibid*em, p. 128.
[19] *Ibidem*, p. 259.
[20] Feliciano Ramos, *Eça de Queirós e os seus últimos valores*, Lisboa, Ocidente, 1945, p. 130.

representa uma forma de «saber de experiência feito». «Diz-me o que bebes, como bebes, como sabes falar da dita bebida, e dir-te-ei quem és», poderia ser a fórmula resumindo este aspeto social da questão. A origem aristocrática dos rituais ligados ao vinho permanece viva, e tem um forte poder de atração nas outras camadas sociais.

4. **Conclusão**

Uma das questões que se põe a todos aqueles que se interessam pelo vinho enquanto objeto de estudo, e não apenas de prazer, é a de saber se poderemos ou não falar de uma «civilização do vinho». O conceito é contestável, mas não pode deixar de ser tomado em consideração. Pessoalmente, tendemos para considerar que é possível falar de uma cultura própria às regiões do mundo onde a vinha foi plantada, uma cultura constituída por elementos materiais (geográficos, económicos, sociológicos), mas também por grande número de representações em que o imaginário tem um papel preponderante.

O vinho representa, entre outros, a vitória do Homem sobre a Natureza. O seu valor simbólico, a sua complexidade polissémica explica a sua utilização como motivo literário recorrente. Mesmo os enólogos utilizam as metáforas literárias para definir um vinho...

Do símbolo ao mito, do mito à poesia, o vinho atravessa assim o território do imaginário, fecundando-o graças à alquimia dos sentidos e da imaginação. Do ritual da prova ao do sagrado, o vinho reúne os atores de uma tentativa comum para penetrar o mistério da substância, material e espiritual. A busca de todos estes elementos, de toda esta riqueza, na literatura e na arte de diferentes países da Europa, deveria assim permitir-nos fazer surgir uma «poética europeia do vinho», que traçaria as vias da criação literária e artística nas suas manifestações concretas, na sua *poiesis*.

5. Referências Bibliográficas

QUEIRÓZ, Eça de (1917). *A Ilustre Casa de Ramires*. Porto: Livraria Chardron, Lello & Irmão.

QUEIRÓZ, Eça de [s.d.] *Os Maias*. Lisboa: Livros do Brasil.

QUEIRÓZ, Eça de [s.d.] *A Cidade e as Serras*. Lisboa: Livros do Brasil.

QUEIRÓZ, Eça de (2008). *Correspondência*. Lisboa: Caminho.

QUEIRÓZ, Eça de, ORTIGÃO, Ramalho (2004). *As Farpas*. Lisboa: Principia.

RAMOS, Feliciano (1945). *Eça de Queirós e os seus últimos valores*. Lisboa: Ocidente.

CARDOSO, A. (2018). *Vinho Verde – um "vinho diferente" para a Europa e para o mundo*. The overarching issues of the european space - preparing the new decade for key socio-economic and environmental challenges, Porto, Fac. Letras Univ. Porto. pp. 234 -246

VINHO VERDE – UM "VINHO DIFERENTE" PARA A EUROPA E PARA O MUNDO

António Barros CARDOSO
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
abarroscardoso@sapo.pt

Resumo

Procuramos à luz da evolução histórica dos sistemas de condução da videira na atual Região Demarcada dos Vinhos Verdes, fazer compreender a designação destes vinhos como "vinhos diferentes". As diferenças para outros vinhos produzidos em Portugal, sobretudo vinhos brancos, tem-se esbatido face à evolução tecnológica das condições da sua produção

Palavras-chave: Vinho Verde, viticultura, Região dos Vinhos Verdes

Abstract

We seek to understand the designation of these wines as "different wines" in light of the historical evolution of grapevine management systems in the current Demarcated Green Wine Region. The differences for other wines produced in Portugal, especially white wines, have been dwarfed by the technological evolution of the conditions of their production

Keywords: Vinho Verde, viticulture, Vinhos Verdes Region

1. Introdução

Entre nós, portugueses, faz sentido a expressão "Vinho Verde" porque nos referimos a um vinho produzido numa região vitivinícola nacional, demarcada em 1908, constituída hoje por nove sub-regiões, cuja especificidade está na predominância de uma casta que embora apareça quase sempre associada a outras, se lhes sobrepõe em abundância. Desta forma confere-se variedade aos vinhos produzidos em cada uma das subdivisões que, ainda assim, recebem o qualificativo de "Verdes". Ou seja, em Portugal ainda é comum a distinção popular entre vinho verde e maduro, que pretende contrastar os "Vinhos Verdes" com os vinhos produzidos nas restantes regiões vitícolas portuguesas. Apesar disso, tecnicamente, "vinho

verde" é uma região vinícola e não um tipo de vinho. Por isso, para um estrangeiro faz pouco sentido falar-se de vinhos verdes e maduros, mas apenas de vinhos.

A denominação "vinho verde" é assim equívoca, associa o vinho a uma cor - o verde. Daí ser legítima a interrogação, porque é que este vinho se chama de "verde"? Sem querermos resolver a questão definitivamente, propomo-nos, em breves linhas, tentar fazer um ponto da situação no que se refere a respostas diversas a esta.

2. Dos sistemas de condução tradicionais

Associada à Região produtora dos vinhos que prendem a nossa atenção nestas linhas está uma forma tradicional de armar a videira, hoje pouco importante quando se fala de grandes propriedades mas, ainda assim, presente em áreas de minifúndio ou de agricultura intensiva face à pequenez das explorações agrícolas. Referimo-nos à vinha armada em uveira, conhecida também por enforcado. Depois de abandonado o sistema de mergulhia, mais associado à plantação da vinha nos tempos medievais, gerando vinhas que atapetavam de verde o chão dos campos de plantio, as uveiras ou enforcado constituíram uma alternativa. Responderam ao aumento da densidade populacional pela libertação da parte central dos campos para outras culturas. Em 1610, Duarte Nunes de Leão já identificava esta forma de condução (Duarte Nunes de Leão, 1610, fls. 66).

Mais tarde (1659) a venda de uma bouça e uveiras feita por Gonçalo Martins e sua mulher ao abade de São Vicente, António de Faria de Abreu, volta a referir-se-lhe[1]. Um decreto de 1715 onde se ordena o arrendamento do *uzual*[2] do *"...vinho e carne em todo o reino...*" é expressamente referido "Que os vinhos verdes que se produzem na Provincia do Minho… por serem de menos reputação…" pagavam apenas 3 réis por canada. Refere-se ao mesmo tempo que eram vinhos "que chamaõ de enforcado, & se daõ em arvores, sem cultura" para os distinguir dos restantes vinhos que pagavam 5 réis do mesmo imposto[3]. Ou seja, da armação da vinha em uveiras no território nacional também se conhece a importância dos réditos fiscais sobre os vinhos no reino.

No decurso do século XVIII a vinha de enforcado ou uveira, importa reconhecer, já se encontrava difundida por todo o território dos Vinhos Verdes. Assim era na Sub-Região de Monção-Melgaço, na freguesia de Fontoura, terras de Valença, onde a "A terra produz de todos os frutus se lhos cultivar, porem os moradores são preguiçosos na cultura e hé terra pobre, labra-se trigo, senteio e algum azeite, porem a maior parte que esta nesta colhem hé milho groço e vinho de uveiras e vinhas" Ou seja vinhas baixas mas também a vinha de enforcado ou uveiras[4]. Em Barbeita, no concelho de Monção, a vinha estava armada em latadas (ramadas

[1] APC-Arquivo do Paço de Calheiros – B-B-005-DOC-126-CX-47.
[2] Direito fiscal pago à coroa.
[3] PORTUGAL. *Leis, decretos, etc., (D. João V.) - Condiçoens da noV. a forma com que Sua Magestade que Deos guarde pela Junta dos Tres Estados mandou se arrendasse o uzual do Vinho, & carne em todo o Reyno*: Lisboa, por Antonio Manescal Livreyro de Sua Magestade, 1715. - 6, [1] p. ; 2º (26 cm), fls. 3.
[4] ANTT – Memórias Paroquiais - V. 16, n.º 115, fls. 731-732.

baixas) mas também se fala de vinho de cepa, numa alusão à vinha baixa[5]. Na freguesia de Segude, ainda em terras de Monção, "…a maior copia dos frutos dos moradores hé milham e vinho de latadas…", ou seja a vinha era armada em ramadas[6], o mesmo sucedendo na freguesia de Cristóval[7].

Já no Vale do Lima, na freguesia de Beiral do Lima, em 1758 fala-se de produções de "…trigo, senteio, milhão, vinho de vinhais e inforcado e muito boas frutas". Quer dizer, do vinho que se colhia a partir de vinha contínua (vinha baixa) e de enforcado[8]. Anais[9] outra freguesia limiana para além de milho e algum centeio e feijão, produzia-se igualmente vinho de enforcado[10]. Nas freguesias de Ardegão, Calvelo e Fojo Lobão, avultava a produção de *Vinho Verde*, sem que a fonte que seguimos especifique a forma como as vinhas estavam implantadas no terreno[11]. Pelo menos ficamos a saber que nas 22 das 28 freguesias do concelho de Ponte de Lima produziam vinho e essas produções eram consideradas abundantes nas freguesias de Brandara[12], Fornelos[13], Friastelas[14], Gaifar[15], Gandra[16] e Gondufe[17].

Centrando-nos na Sub-Região do Cávado, em Gemeses, concelho de Esposende, o vinho era de enforcado[18]. Na Freguesia de Tenões, em Braga, parece que o vinho era mau "…por ter muitas árvores e nas terras e com muita sombra não amansa capazmente…"[19]. Já em Celeirós, alude-se apenas a "… vinho verde"[20], com toda a certeza igualmente de árvores. De resto, noutras freguesias da Sub-Região, produzia-se vinho verde em abundância, como por exemplo em Dume[21], Escudeiros[22] ou Lamas, sendo que neste último caso sabe-se que que era "…bastantemente verde, por ser a terra de sua natureza fria…"[23]. Podemos, sem correr o risco de errar, dizer que o mesmo se passava na freguesia de Sobreposta[24].

São Martinho de Ferreiros, na Sub-Região do Ave, concelho de Póvoa de Lanhoso, o vinho era de uveiras e é referenciado em 1758, como do melhor que se podia encontrar nos arredores da cidade de Braga. Aí era onde se vendia "…por maior preço não só pela qualidade,

[5] IAN/Torre do Tombo - Memórias Paroquiais, V. 6, n.º 29, fls. 179-193.
[6] ANTT – Memórias Paroquiais - V. 34, n.º 101, fls. 791 - 802.
[7] ANTT – Memórias Paroquiais - V. 11, n.º 316, fls. 2181 - 2193.
[8] ANTT – Memórias Paroquiais - V. 6, n.º 76, fls. 314.
[9] Esta freguesia estava antes incluída no concelho de Albergaria de Penela. ANTT – Memórias Paroquiais - V. 4, n.º 16, fls. 79.
[10] Idem, *Ibidem*.
[11] ANTT – Memórias Paroquiais - V. 4, n.º 60, V. 8 n-º 50 e V. 15 n.º 61.
[12] ANTT – Memórias Paroquiais - V. 7, n.º 62.
[13] ANTT – Memórias Paroquiais - V. 16, n.º 126.
[14] ANTT – Memórias Paroquiais - V. 16, n.º 126.
[15] ANTT – Memórias Paroquiais - V. 17, n.º 4.
[16] ANTT – Memórias Paroquiais - V. 17, n.º 16.
[17] ANTT – Memórias Paroquiais - V. 12, n.º 42.
[18] ANTT – Memórias Paroquiais - V. 17, n.º 31, fls. 165-169.
[19] ANTT – Memórias Paroquiais - V. 36, n.º 42, fls. 239-256.
[20] ANTT – Memórias Paroquiais - V. 10, n.º 256, fls.1723-1730.
[21] ANTT – Memórias Paroquiais - V. 13, n.º 33, fls.197.
[22] ANTT – Memórias Paroquiais - V. 14, n.º 57, fls.409.
[23] ANTT – Memórias Paroquiais - V. 19, n.º 35, fls.181.
[24] ANTT – Memórias Paroquiais - V. 35, n.º 199, fls.1451.

mas porque ordinariamente não ferve no Verão."[25]. No concelho de Santo Tirso, na freguesia de Santiago da Carreira a produção de vinho verde era de enforcado."[26] e o mesmo se passava em São Miguel das Aves[27].

No concelho de Famalicão, em meados do século XVIII, a vinha de enforcado está presente em cinco freguesias do concelho. Em Delães, o pároco explica a qualidade do vinho aí produzido – era "Verde" e obtido em vinhas de enforcado[28]. O mesmo sucedia em Esmeriz[29] e em Lemenhe[30] e em São Paio d´Antas[31] e em Cabeçudos[32], terra onde Alberto Sampaio desenvolveu nos finais do século XIX a primeira estação experimental na Região dos Vinhos Verdes, na sua Quinta de Boamense (CARDOSO, António Barros – MACHADO, Ana Catarina - *Alberto Sampaio e os vinhos da Quinta de Boamense em Famalicão (1871-1908)* in "Vinho Verde – História e Património – History and Heritage", n.º2, Porto: APHVIN/GEHVID – Associação Portuguesa de História da Vinha e do Vinho, 2016, p. 15-60).

Descendo para a Sub-Região do Sousa, em Felgueiras, freguesia de Borba de Godim o vinho era "…de inforcado em arvores que chamam uveiras…" e é referido como "…verde*...*"[33]. Bustelo, em Penafiel, tinha o vinho como principal produção da freguesia e era de enforcado[34]. Em Astromil, no concelho de Paredes, também se cultivava a vinha do mesmo modo, de enforcado[35].

Na Sub-Região de Baião, freguesia de São Cipriano, em Resende, o vinho verde que se produzia era de enforcado ou da árvore[36]. Expressão idêntica era usada para classificar a vinha em Miomães, ainda em Resende[37]. Em Ovadas, no mesmo concelho, o vinho era muito verde e igualmente de enforcado ou de uveiras[38].

Na freguesia de Santa Maria de Sardoura, agora na Sub-Região de Paiva, junto às margens do rio havia árvores que davam vinho[39], numa clara alusão a uveiras. Na freguesia de Sobrado ainda em terras de Castelo de Paiva é mais explícita a referência ao modo de armação da vinha em enforcado quando afirma que "Os frutoz desta terra que os moradores desta recolhem com mais abundancia; he milhão, centeyo, algum milho miudo e painso, trigo pouco ou nenhum, vinho verde a que chamão de inforcado, azeite uns annos maiz, outros menos, sendo com abundancia nos annos de safra"[40].

[25] ANTT – Memórias Paroquiais - V. 15, n.º 59, fls. 381-384.
[26] ANTT – Memórias Paroquiais - V. 9, n.º 153, fls. 988-996.
[27] ANTT – Memórias Paroquiais - V. 5, n.º 56, fls. 879.
[28] ANTT – Memórias Paroquiais - V. 13, n.º 11, fls. 61-64.
[29] ANTT – Memórias Paroquiais - V. 14, n.º 59, fls. 421-424.
[30] ANTT – Memórias Paroquiais - V. 20, n.º 74, fls. 557-572.
[31] ANTT – Memórias Paroquiais - V. 13, n.º 4, fls. 3.
[32] ANTT – Memórias Paroquiais - V. 8, n.º 15, fls. 89-94.
[33] ANTT – Memórias Paroquiais - V. 7, n.º 39, fls. 1003-1008.
[34] ANTT – Memórias Paroquiais - V. 7, n.º47, fls. 1047-1057.
[35] ANTT – Memórias Paroquiais - V. 5, n.º27, fls. 715-720.
[36] ANTT – Memórias Paroquiais - V. 12, n.º 489, fls. 3397-3402.
[37] ANTT – Memórias Paroquiais - V. 23, n.º 151, fls. 969-972.
[38] ANTT - Memórias Paroquiais, V. 26, n.º 43, fls. 341-344.
[39] ANTT – Memórias Paroquiais - V. 34, n.º 82, fls. 673-682.
[40] ANTT – Memórias Paroquiais - V. 35, n.º 188, fls. 1391-1400.

Na Sub-Região de Amarante as memórias paroquiais de 1758, embora falem de vinho nas 23 freguesias referenciadas no concelho do Marco de Canavezes, não se referem à forma de condução da videira. Contudo, o enforcado estava presente na freguesia de Ataíde onde se produzia: "…senteio, milhão, milho meudo, painço, e vinho verde de enforcado e outros legumes meudos", sendo que "…milhão e vinho…" eram "em mayor abundancia"[41]. O enforcado encontrava-se igualmente na freguesia de Figueiró[42] e na de Paços de Gaiolo[43].

Como corolário, diremos que no século XVIII, à exceção das terras mais a norte, hoje terras da Sub-Região de Monção Melgaço, e na Sub-Região do Lima, em que a vinha baixa já é mencionada, nas restantes Sub-Regiões do Vinho Verde predominava o enforcado como forma de condução da videira. Não raras vezes fala-se de vinho verde e muito verde, numa clara alusão à acidez das produções resultante da predominância do enforcado e da uveira como forma de implantação da vinha.

3. As mudanças na condução da videira - século XIX

As notícias deste período deixam perceber que as formas mais tradicionais de armar as vinhas na Região dos Vinhos Verdes não eram exclusivas deste território, mas apenas preponderantes. Cincinato Costa inventariou o erguer da videira em Castelo Branco e no Alentejo, há mais de um século, em particular nos arredores de Castelo de Vide e escreveu que aí a vinha se plantava "…em tronco alto, enroscando-se às árvores que lhe servem de tutor…" (Cincinato da Costa B.C., 1900, p. XXV. III-XXIX). As árvores tutoras eram a cerdeira, o carvalho, o castanheiro e o choupo. Quer isto dizer que estamos perante a vinha de enforcado, mais conhecida no Entre Douro e Minho. Mas há algo que distingue as videiras aqui armadas desta forma. No Minho a vide estendia os seus ramos sobre a copa dessas espécies a uns 6 a 8 metros do solo, conferindo pitoresco relativamente às formas de erguer a videira noutras áreas do país. Em Viana do Castelo e sobretudo nos distritos de Braga e do Porto, neste último caso em terras de Ermesinde, Penafiel e Amarante, esta forma de condução da vinha era frequentemente usada, atingindo as cepas uma altura de 15 a 20 metros[44]. Falamos, é claro, de uveiras, videiras em árvores, videiras de enforcado ou de embarrado como também eram conhecidas[45].

[41] ANTT – Memórias Paroquiais - V. 5, nº 35, fls.751-756.
[42] ANTT – Memórias Paroquiais - V.15, nº 79, fls.501-502.
[43] ANTT – Memórias Paroquiais - V.15, nº 79, fls.501-502.
[44] Idem, *Ibidem*.
[45] Esta forma de implantação da Vinha, conhece-se para além da Galiza em Itália onde perde importância face à reestruturação operada nas últimas décadas, a exemplo da Umbria (Itália central, a Norte do Lazio e W da Toscana), onde se destacam os Vinhos (AOC) Colli dei Trasimeno, Orvieto e Torgiano. Existem ainda aqui, tal como no Norte de Itália e noutras áreas, campos plantados de árvores, em fiadas paralelas, separadas de 8 a 20 metros, que servem de tutores a 2 ou 4 pés de Vinha e que sustentam os sarmentos na copa. Nalguns casos, entre as duas árvores mais próximas, fios metálicos orientam as V. aras em direção à outra árvore. SACCI DE ANGELIS; MENNELLA, Vincenzo - *Caracteres des installations Vinicoles em Ombrie*, in «Géographie Historique des V. ignobles», T. 2, Bordeaux, CERV. IN, 1979, p. 78. Citado por MARQES, Hélder - *Região demarcada dos Vinhos Verdes*. In: Revista da Faculdade de Letras: Geografia, 1987. 03, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1987, p. 135.

Coabitavam com esta pitoresca e tradicional forma de armação da vinha na Região dos Vinhos Verdes, outras formas de condução das cepas que chegaram até aos nossos dias e continuam hoje a marcar a paisagem regional. A ramada, latada ou parreira, por exemplo, era armada segundo as posses do proprietário (António Xavier Pereira Coutinho, 1895, p. 352). Neste caso, a planta era, e ainda é, suportada no tronco principal por esteios ou tutores de pedra de lousa ou de granito, usando-se por vezes neste tipo de armação também o ferro e a lousa. Sistema de condução da videira, igualmente não exclusivo da região dos Vinhos Verdes, já que foi usado no sul do país, sobretudo nos arruamentos e caminhos principais das quintas, reservado para suportar qualidades de videiras como a Ferral, a Diagalves e outras destinadas a produzir uva de mesa (Cincinato da Costa B.C., 1900, p. XXV. III-XXIX). Contudo, quer as uveiras quer as ramadas foram e são mais frequentes no norte do país, assumindo características mais altas ou mais baixas, mais horizontais ou oblíquas (António Xavier Pereira Coutinho, 1895, p. 352). Por exemplo nas proximidades de Viana do Castelo as ramadas eram tão baixas que "…sob elas mal se pode ter um homem curvado…". Já noutros concelhos da região dos Vinhos Verdes, como por exemplo em Felgueiras e Lousada, a sua altura era mais do que suficiente para se poder passear debaixo (Cincinato da Costa B.C., 1900, p. XXV. III-XXIX). Quintais, pátios ou eidos, a entrada das habitações os caminhos e cercando as hortas, estas ramadas chegavam a confundir-se com os jardins e são ainda hoje traço típico da paisagem do noroeste de Portugal.

Pelo menos nas Sub-Regiões do Alto Minho e em particular na Sub-Região do Lima, sabe-se que o vinhedo se expandiu desde o século XVIII (José Viriato Eiras Capela, 1987, p. 5.), de tal forma que, em meados do século XIX, a região era já classificada como vinhateira substituindo a vinha áreas de mato e pinheiro (Henrique Rodrigues, 2007, p. 192). Por essa altura o Vinho Verde era descrito como bebida refrigerante por ser pouco alcoólica e classificada de muito saudável, recomendando-se o seu consumo nomeadamente porque saciava a sede ao bebedor sem produzir os efeitos nefastos da embriaguez, como sucedia muitas vezes com os vinhos maduros.

Falando de vinhos tintos, os então predominantes na região, já se assinalava a diversidade. Havia vinhas baixas onde frutificavam já boas castas doces e saborosas que produziam vinhos com capacidade de rivalizarem com os de França mas os custos de produção não entusiasmavam os vinhateiros. Antes preferiam continuar a armar as suas vides em uveiras com custos médios de produção muito inferiores ao da vinha em latada embora o vinho fosse de menor qualidade. No entanto, os cordões verticais ou bardos, como entre nós se designam, já constituíam no século XIX forma de armação da vinha no território dos verdes mas em menor escala (Cincinato da Costa, *Portugal Vinícola*… p. XXV. III-XXIX). Nesta época, a armação da vinha em bardos fazia-se de molde a aproveitar os recursos locais, recorrendo a tanchões de madeira com travessas de menor espessura, ou ao entrecruzar de canas ou de tutores que eram ligados horizontalmente por fio de ferro zincado e recorrendo por vezes em sua substituição ao "…refugo dos fios telegráficos" (António Xavier Pereira Coutinho, 1895, p. 352). A altura dos bardos era variável como acontecia com as ramadas ou parreiras. Ou seja, o

sistema de condução da vinha contínua baixa na região dos Verdes é antigo, usado há mais de um século (Rui Graça Feijó, António Homem Cardoso, 1990, p.46)[46]. Já as videiras, em regra são plantadas num compasso apertado com cerca de 1 metro de intervalo e espalmadas, para que comecem a frutificar à altura do primeiro arame, ou seja, muito próximo do solo. As linhas de videiras distam entre si 3 metros, o que acompanha a mecanização moderna dos vinhedos na região, não impedindo que a poda excessiva que implica origine desequilíbrios vegetativos e produtivos, visíveis ao nível da longevidade das plantas (bastante curta) e de uma produção mais irregular.

4. Século XX – fusão dos sistemas antigos e modernos

Hoje percebem-se melhor os principais inconvenientes da forma tradicional de implantar a vinha neste território. Sabe-se que favorecem a propagação de doenças nas plantas e compreendem-se os avultados custos de produção que lhe estão associados. Igualmente se percebe que deles não se obtêm vinhos de grande qualidade já que a maturação das uvas é tardia e são baixos os teores de açúcar e de álcool (António Barros Cardoso e Francisco Ribeiro da Silva, 2007, p. 122). Por isso, a vitivinicultura tradicional na região dos Vinhos Verdes, que enquadrava uma agricultura pouco especializada, lançou mão outras formas de condução da videira. Primeiro foram os *Arjões,* evolução das *Uveiras* face à generalização do uso do arame. Na tentativa de rentabilizarem melhor as suas produções, os agricultores procuraram fazer passar fios de arame a uma altura de 6 a 8 metros nos troncos das árvores, deixando as videiras expandir-se por estes novos condutores. A qualidade das uvas não difere da das *Uveiras* e os problemas relacionados com doenças persistiram.

As *Ramadas* ou *Latadas* continuaram a fazer parte integrante da paisagem do Entre Douro e Minho e pontuam ainda o espaço agrícola da região. Este sistema de condução da vinha pode considerar-se igualmente uma evolução a partir das *Uveiras* e dos *Arjões* que permite ocupar apenas áreas marginais dos terrenos agrícolas, continuando a favorecer uma agricultura baseada na exploração intensiva dos solos. Mas, no que toca a vinhas novas, predomina o *Bardo*, ou seja, a vinha contínua baixa. É agora uma exigência da agricultura contemporânea que busca conjugar quantidade e qualidade. Neste caso os bacelos são implantados em linha e distam entre si cerca de um metro. A fim de facilitar a mecanização, os *Bardos* são separados por uma distância de cerca de três metros. A vinha é conduzida por 4 a 6 arames seguros numa linha de esteios com 1,5 a 2 metros de altura.

Outras experiências foram levadas a cabo. Em Moure, no concelho de Póvoa de Lanhoso levantaram-se os primeiros exemplos de armação da vinha em *Cruzeta* ou *Festão* ou vinha em "T". Correspondeu a uma tentativa de adaptação das *Uveiras* a formas mais manuseáveis e ergonómicas (Rogério de Castro, 2007, Vol. II, p. 17).

[46] Hoje arruma-se em linhas de esteios com 1,5 a 2 metros de altura, espaçados de 6 a 8 metros, que sustentam 4 a 6 arames.

Entre os anos 60 e os anos 80 do século XX, ganhou expressão em propriedades emblemáticas da atual Região dos Vinhos Verdes. Em Monção a Quinta da Brejoeira adotou o sistema, exemplo seguido pela Quinta de S. Cláudio, na Sub-Região do Cávado, propriedade da família Costa Leme, na Sub-Região do Sousa pela Quinta da Aveleda da família Guedes, na Sub-Região de Amarante pela Quinta de Vilacetinho, propriedade de Francisco Girão e mais para o interior, já na Sub-Região de Baião, pela quinta de Tormes, hoje propriedade da Fundação Eça de Queirós (Rogério de Castro, 2007, Vol. II, p. 17). Pretendia-se fundamentalmente simplificar os procedimentos culturais da vinha, indo de encontro à necessidade de redução dos custos de produção no que se refere aos tratamentos fitossanitários, poda e vindima (Rogério de Castro, 2007, Vol. II, p. 18). Ou seja buscava-se com a *Cruzeta* encontrar um sistema de condução que incorporasse as principais prerrogativas da vinha tradicional de bordadura e preservasse as características enológicas dos Vinhos Verdes. Contudo o sistema continuava a gerar algumas sombras que dificultavam uma maturação uniforme das uvas e levantou algumas dificuldades no que respeita aos tratamentos da vinha.

Mais recentemente tem-se vindo a desenvolver a implantação do *Cordão Duplo* ou *Sobreposto* em que a cepa origina um cordão unilateral, com vegetação retombante e cada qual a diferente cota, muito semelhante ao antigo *Bardo*. Tal como neste sistema de condução da vinha, as linhas de esteios espaçados entre si de 6 a 8 metros, distam umas das outras 2,5 a 3 metros, facilitando a mecanização e são unidos por arames a partir de 1,2 metros de altura do solo. As plantas são dispostas ao longo do *Cordão* mais ou menos espaçadas de forma a obter-se uma maior ou menor produção (António Barros Cardoso e Francisco Ribeiro da Silva, 2007, p. 124).

Sem procurar o detalhe técnico, outras formas de armação da vinha têm sido ensaiadas como o "monoplano vertical ascendente", aconselhável na Região dos Vinhos Verdes se pelo menos duas das operações da viticultura habitualmente manuais, forem mecanizadas, a desponta e pré-poda e a vindima (Rogério de Castro, 2007, Vol. II, p. 27). Se tal não suceder, é desaconselhável a adoção deste tipo de condução, face a uma menor capacidade de produção da vinha assim conduzida. O saber fazer, produzido na região durante séculos, parece casar melhor com outros sistemas de condução da vinha já experimentados ou em fase experimental. Neste caso estão os "monoplanos" se as entrelinhas de videiras for de distância inferior a 3 metros, podendo ser *ascendente* se houver capacidade de mecanização ao nível de intervenções diretas sobre as videiras ou, na ausência delas podem ser *retombantes*. Importa ainda fazer referência aos "triplanos" ou "bi/triplanos" para entrelinhas de videiras superiores a 3 metros, conhecido por sistema *Lys,* que permite uma mais elevada capacidade de captação de energia pelas plantas e maior produtividade e qualidade das uvas (Rogério de Castro, 2007, Vol. II, p. 28).

Outras formas de condução são ensaiadas com afinco na atual região dos Vinhos Verdes. Ainda em biplano, referimos o sistema R5C ou o seu sucedâneo conhecido

tecnicamente por R5C2. Trata-se de sistemas em que às linhas de videiras correspondem dois planos verticais "retombantes", paralelos e independentes, afastados cerca de 45 cm.

Seja qual for o sistema de condução adotado, a instalação de vinhas modernas na Região demarcada dos Verdes pede estruturas de suporte diversas das de outras regiões. Tal deve-se à necessidade de manter as características próprias dos vinhos aqui produzidos. Por isso, procura-se casar sistemas de condução modernos que visam facilitar os amanhos das vinhas e melhorar as condições de produção, sem alterar os princípios tradicionais da cultura da vinha (Rui Graça Feijó, António Homem Cardoso, 1990, p. 51). Amândio Galhano, grande especialista da viticultura regional dos Verdes, em 1986, considerou que as formas de armação tradicionais o "enforcado", o "arejão", a "ramada" e a "latada" eram formas condenadas a desaparecer por imperativos socioeconómicos e culturais e um obstáculo à mecanização e racionalização da viticultura (Amândio Galhano, 1986, p. 41). Com esta transformação, melhorava-se igualmente o combate às doenças e partia-se para uma vitivinicultura nova na região.

5. Então Vinho Verde porquê?

Esta é uma das perguntas mais frequentes quando alguém convida estrangeiros ou pessoas menos conhecedores dos vinhos portugueses para conviver em torno de uma garrafa de Vinho Verde. Durante muito tempo a explicação mais simplista, por remeter para as paisagens mais idílicas do Entre Douro e Minho foi a de que a designação do vinho se confundia com a dominância do verde na paisagem das terras que o produziam. Esta explicação tem tanto de simpática como de pouco verdadeira. Na realidade, a denominação de Vinho Verde, nada tem a ver com a cor da paisagem, muito menos com a cor do vinho, mas antes está ligada à circunstância de estes vinhos serem feitos a partir de uvas em estado de maturação pouco avançado, mesmo verdes. Por isso, são vinhos com uma graduação alcoólica baixa que se situava ainda há bem pouco tempo (anos 60 do século XX) entre os 8,5 e 11,5 graus de teor alcoólico, à exceção dos "Alvarinhos" que podiam atingir uma graduação entre 11,5 e os 13 graus. De facto a predominância dos sistemas de condução tradicionais até ao século XX, aos quais já nos referimos, é a grande responsável pela criação de um "vinho diferente". A história confirma e explica melhor esta circunstância. De facto, já na descrição da cidade de Lamego e do seu espaço envolvente, escrita por Rui Fernandes em 1531-1532, refere-se: "*Item ha muitas e mui formosas uvas de muito booas castas… e asi há outras que chamam amaral em alguãs partes, que he da calidade do vinho dantre douro e minho, e sam muito más uvas, e o vinho destas val menos preço do vinho bom a metade, e há pé de vide, que dá hua pipa, o qual vinho seu natural he em ramadas altas, ou em arvores, dado que he proveitoso pera lavradores, e para beberagees de mar vai muito, e nesta terra nom se faz delle muita calidade, e a casta das uvas deste vinho chamam amaral* (Ruy Fernandes,1824, p.559).

O sentido da designação da casta amaral refere-se claramente a amargo, Vinho Verde, feito de castas que produziam muita quantidade de uva e se davam bem em terrenos menos próprios. Para trepar, a videira servia-se de um tutor (árvore) ou era feita em ramadas altas.

A designação, *Vinho Verde*, aparece pela primeira vez na obra de Gil Vicente: "*e sobe o malvado às figueiras/ come o verde e o maduro; e quantas uvas penduro/ jeita nos gormileiras:/ parece negro monturo*" (Gil Vicente,1942-44, p. 227), muito embora seja conhecido o desprezo deste autor pelos vinhos do Minho que teve oportunidade de provar quando se instalou em Amares, na Quinta da Tapada, em meados do século XVI (António Baião, 1953, p. 6). Pouco tempo depois, em 1545 a expressão é usada nas posturas municipais da cidade do Porto[47]. Em 1571, a ata da Vereação da mesma cidade de 10 de Janeiro, que fixa os preços da almotaçaria portuense, diz-nos, reportando-se à colheita de 1570 que "*este anno presemte ouve pouco vinho como hera notorio pelo que era necessario por-lhe taxa mais alta pera se não ir pera fora. Assim, de hoje em diante valha o vinho vermelho, o melhor o cartilho a quatro reais e o branco um real mais e o cartilho do verde a três reaes*" (Aurélio de Oliveira, 2011). Ou seja, a referência a Vinho Verde está lá, depreciado no preço relativamente ao vinho vermelho. Mais tarde, quando se volta a fixar o preço dos vinhos atavernados na cidade, em 1584, a designação "Vinho Verde" volta a constar da documentação municipal (Francisco Ribeiro da Silva, 1988, p. 173). Quer dizer, a expressão era usada oficialmente em finais do século XVI e vulgariza-se ao longo das centúrias seguintes. Nas posturas municipais da primeira metade do século XVII é regularmente usada.

Parece-nos pois que o nome Vinho Verde se deve precisamente à conjugação do clima e solos da vasta região que o produz e às antigas técnicas de viticultura locais (vinhas exuberantes, conduzidas em altura e profusamente regadas pela água das hortas) que condicionavam a maturação das uvas. Vinhos Verdes porque efetivamente feitos a partir de uvas pouco amadurecidas.

6. A concluir

Um vinho diferente dos restantes vinhos produzidos no norte de Portugal ganhou a designação de "Verde" pelo menos desde os alvores do século XVI. Acabou a emprestar nome à Região Demarcada dos Vinhos Verdes, criada em 1908. Mas, a vinha e o vinho nesta região conheceram desde finais do século XIX enormes transformações que se foram acentuando nas últimas três décadas. A região dos Vinhos Verdes é agora uma área vitícola marcada pela modernidade. São apuradas as castas que melhor se adaptam às nove sub-regiões que a constituem, como por exemplo o Alvarinho, o Loureiro, o Avesso, o Vinhão para os tintos e, face à evolução dos sistemas de condução da videira a maioria das uvas produzidas atinge pontos de maturação apropriados a fazer vinhos de qualidade que vão desmerecendo a designação original de Verdes. Esta é tomada apenas pela tradicional denominação de origem

[47] AHMP – vereações – 1545, A-PUB/16-Liv. 15, fls. 43v.

controlada que regulamenta a produção e comércio de tais vinhos. Por isso, nela se fabricam hoje alguns dos melhores brancos nacionais "vinhos diferentes".

7. Fontes

Arquivo Histórico Municipal do Porto

AHMP – Vereações – 1545, A-PUB/16-Liv. 15, fls. 43v.

Arquivo Nacional – Torre do Tombo

ANTT – Memórias Paroquiais, V. 6, n.º 29.
ANTT – Memórias Paroquiais - V. 10, n.º 256.
ANTT – Memórias Paroquiais - V. 11, n.º 316.
ANTT – Memórias Paroquiais - V. 12, n.º 42.
ANTT – Memórias Paroquiais - V. 12, n.º 489.
ANTT – Memórias Paroquiais - V. 13, n.º 11.
ANTT – Memórias Paroquiais - V. 13, n.º 33.
ANTT – Memórias Paroquiais - V. 13, n.º 4.
ANTT – Memórias Paroquiais - V. 14, n.º 57.
ANTT – Memórias Paroquiais - V. 14, n.º 59.
ANTT – Memórias Paroquiais - V. 15, n.º 59.
ANTT – Memórias Paroquiais - V. 16, n.º 115.
ANTT – Memórias Paroquiais - V. 16, n.º 126.
ANTT – Memórias Paroquiais - V. 16, n.º 126.
ANTT – Memórias Paroquiais - V. 17, n.º 16.
ANTT – Memórias Paroquiais - V. 17, n.º 31.
ANTT – Memórias Paroquiais - V. 17, n.º 4.
ANTT – Memórias Paroquiais - V. 19, n.º 35.
ANTT – Memórias Paroquiais - V. 20, n.º 74.
ANTT – Memórias Paroquiais - V. 23, n.º 151.
ANTT – Memórias Paroquiais - V. 34, n.º 101.
ANTT – Memórias Paroquiais - V. 34, n.º 82.
ANTT – Memórias Paroquiais - V. 35, n.º 188.
ANTT – Memórias Paroquiais - V. 35, n.º 199.
ANTT – Memórias Paroquiais - V. 36, n.º 42.
ANTT – Memórias Paroquiais - V. 4, n.º 16.
ANTT – Memórias Paroquiais - V. 4, n.º 60, V. 8 n-º 50 e V. 15 n.º 61.
ANTT – Memórias Paroquiais - V. 5, n.º 56.
ANTT – Memórias Paroquiais - V. 5, n.º27.
ANTT – Memórias Paroquiais - V. 5, nº 35.
ANTT – Memórias Paroquiais - V. 6, n.º 76.
ANTT – Memórias Paroquiais - V. 7, n.º 39.
ANTT – Memórias Paroquiais - V. 7, n.º 62.
ANTT – Memórias Paroquiais - V. 7, n.º47.
ANTT – Memórias Paroquiais - V. 8, n.º 15.
ANTT – Memórias Paroquiais - V. 9, n.º 153.
ANTT – Memórias Paroquiais - V.15, nº 79.
ANTT – Memórias Paroquiais - V.15, nº 79.
ANTT - Memórias Paroquiais, V. 26, n.º 43.

Arquivo do Paço de Calheiros:

APC-Arquivo do Paço de Calheiros – B-B-005-DOC-126-CX-47.

8. Bibliobrafia

BAIÃO, António (1953) *O Vinho Verde na História e na Literatura*. Separata de "*Estudos, Notas e Relatórios*", nº 4, Julho de 1953. Porto: Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes.

CAPELA, José Viriato Eiras (1987) *Entre Douro e Minho, 1750-1830. Finanças, Administração e Bloqueamentos Estruturais no Portugal Moderno*, vol 1, Braga: Universidade do Minho, (policopiado).

CARDOSO, António Barros, MACHADO, Ana Catarina (2016) *Alberto Sampaio e os vinhos da Quinta de Boamense em Famalicão (1871-1908)* in "Vinho Verde – História e Património – History and Heritage", n.º2, Porto: APHVIN/GEHVID – Associação Portuguesa de História da Vinha e do Vinho.

CARDOSO, António Barros e SILVA, Francisco Ribeiro da (2017) *Porto do Vinho – Port of Wine*. Porto: Civilização Editora.

CASTRO, Rogério de (2007) *A Viticultura da Região dos Vinhos Verdes – Os primórdios e do Virar do século à atualidade:* in "Francisco Girão – Um inovador da Viticultura do Norte de Portugal", Porto: Fundação Francisco Girão, Vol. II.

COSTA; B. C. Cincinato da (1900) *O Portugal Vinícola*: Lisboa, Chaves Ferreira, 1999. - XLV. III: LXXXIV. est. - (Edição fac-simile da obra O Portugal Vinícola de B. C. Cincinato da Costa Imprensa Nacional).

COSTA; B. C. Cincinato da (1900) *O Portugal Vinícola*… p. XXV. III-XXIX.

COUTINHO, António Xavier Pereira (1895) *Tratado elementar da Cultura da Vinha (cêpas europeas e cêpas americanas, granjeios, doenças da Videira)*: Lisboa, José António Rodrigues - editor.

FEIJÓ, Rui Graça, CARDOSO, António Homem (1990) *Os Vinhos Verdes*. Lisboa: Chaves Ferreira.

FERNADES; RUY (1824) *Descripção do terreno em roda da cidade de Lamego duas leguas*… In "Ineditos da História Portugueza". Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa.

GALHANO, Amândio (1986) *O Vinho Verde – Uma Região Demarcada – Uma Denominação de Origem*, Porto: Edição da Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes.

LEAO, Duarte Nunes de (1610) *Descripção do Reino de Portugal / per Duarte Nunez do Leão, desembargador da casa da supplicação*: *dirigido ao... Sñor Dom Diogo da Sylva, Duque de Francavilla...:* Lisboa, impresso com licença, por Jorge Rodriguez.

MARQES, Hélder (1987) *Região demarcada dos Vinhos Verdes*. In: Revista da Faculdade de Letras: Geografia, 1987. 03, 135-242, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

OLIVEIRA; Aurélio de (2011) "*Vinhos verdes, desde quando?*". In. "Actas do I Congresso Internacional vinhas e vinhos", António Barros Cardoso; Silvia Fernandes Trilho (coord.), Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo.

PORTUGAL. *Leis, decretos, etc., (D. João V.) (1715). Condiçoens da noV. a forma com que Sua Magestade que Deos guarde pela Junta dos Tres Estados mandou se arrendasse o uzual do Vinho, & carne em todo o Reyno*: Lisboa, por Antonio Manescal Livreyro de Sua Magestade.

RODRIGUES, Henrique (2007). *A Produção de Vinhos Verdes no Alto Minho e emigração oitocentista*. In "Vinho Verde – História, Economia Sociedade e Património", APHVIN/GEHVID – Associação Portuguesa de História da Vinha e do Vinho e Confraria do Vinho Verde, Porto.

SILVA, Francisco Ribeiro da (1988). *O Porto e o seu termo (1580-1640): os homens, as instituições e o poder*. Coleção "Documentos e Memórias para a História da Cidade do Porto", nº 46, vol. I: Porto: Câmara Municipal do Porto.

VICENTE, Gil (1942-44). *Obras completas*, vol. I: Lisboa: Sá da Costa Editora.

Parte III – Economia e Desenvolvimento do Território



TEIXEIRA, G.; CARVALHO, M. (2018). *Os mais recentes desafios da política fiscal da União Europeia***,** The overarching issues of the european space - preparing the new decade for key socio-economic and environmental challenges, Porto, Fac. Letras Univ. Porto. pp. 249 -258

OS MAIS RECENTES DESAFIOS DA POLÍTICA FISCAL DA UNIÃO EUROPEIA

Glória TEIXEIRA,
Faculdade de Direito da Universidade do Porto,
gteixeira@direito.up.pt
Marlene Teixeira de CARVALHO,
Faculdade de Direito da Universidade do Porto,
marttcarvalho@gmail.com

Resumo

A Política Fiscal da União Europeia tem vindo a conhecer novos desafios inerentes a problemas já conhecidos de todos os cidadãos como a Concorrência Fiscal Nociva, o Planeamento Fiscal Abusivo, a Evasão e Fraude Fiscais ou a Cooperação entre Administrações Tributárias. Conhecer estas temáticas e as suas medidas de combate permitirá acompanhar o esforço redobrado tanto das Nações, da UE e de toda a Comunidade Internacional na obtenção de uma fiscalidade mais justa, mais simples e mais eficiente.

Palavras-Chave: Concorrência Fiscal Nociva; Planeamento Fiscal Abusivo; Evasão e Fraude Fiscais; Cooperação entre Administrações Tributárias.

Abstract

The European Union's tax policy has experienced new challenges inherent to known problems of all its citizens such as Harmful Tax Competition, Abusive Tax Planning, Evasion and Tax Fraud or Cooperation between Tax Administrations.
Knowing these topics and their fight back measures will help to motorize the redoubled effort of Nations, EU and the entire international community in order to achieve a fairer, simpler and more efficient taxation.

Keywords: Harmful Tax Competition; Abusive Tax Planning; Evasion and Tax Fraud; Cooperation between Tax Administrations.

1. Introdução

A fiscalidade é a base da soberania das nações, correspondendo a um instrumento de regulação económica capaz de incentivar a poupança, influenciar o consumo e de nortear a forma de organização das empresas. Numa Europa dita unida é cada vez mais importante – e aliás, é já reconhecida como uma das novas prioridades do espaço europeu – garantir que os regimes fiscais nacionais sejam abertos e equitativos e não concebidos para diminuir a matéria coletável dos países vizinhos ou recorrer a métodos desleais para atrair empresas estrangeiras. O que se pretende não é a uniformização dos sistemas nacionais através de imposições obrigatórias, mas sim a sua compatibilização de forma a garantir um bom funcionamento do mercado único.

De facto, a União Europeia (doravante "UE") não tem responsabilidades diretas na fixação das taxas de tributação e de cobrança de impostos, sendo aliás necessária a unanimidade para que a UE

possa tomar decisões em matéria fiscal. Assim, a atuação da UE nestas matérias passa por uma supervisão e controlo das regras impostas por cada Estado-Membro aos seus contribuintes de forma a garantir a sua compatibilização com a política de crescimento económico da União e do mercado único. Note-se, porém, que esta função não deverá ser desprezada. Esta é fundamental para combater e solucionar um conjunto de desafios, cada vez mais problemáticos, que se impõem à UE como um todo. Vejamos.

2. Os Desafios

Constituem desafios atuais da política fiscal da UE, a eliminação de obstáculos fiscais à atividade económica transfronteiriça, o combate à concorrência fiscal nociva, à evasão e à fraude fiscais, ao planeamento fiscal abusivo, ao branqueamento de capitais, a promoção de uma maior cooperação entre as administrações fiscais, e, não menos importante, o apoio aos objetivos políticos de âmbito mais geral da UE, definidos na estratégia "Europa 2020", para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Tanto a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu, como a própria Jurisprudência do TJUE – esta última com a sua reconhecida influência – têm vindo a adotar medidas significativas, reforçando a cooperação, a coordenação e a transparência entre Estados-Membros nestas matérias. O que nos propomos no presente trabalho é efetuar uma abordagem sucinta dos mais recentes desafios da política fiscal da UE elencando, nesse sentido, as principais e mais importantes medidas de combate já em vigor e as propostas existentes para um futuro próximo, concluindo com uma sintética esquematização dos pontos chaves a reter das reflexões apresentadas.

2.1. Concorrência Fiscal Nociva

Iniciaremos a nossa abordagem pela Concorrência Fiscal Nociva, fenómeno cada vez mais comum em que o sistema fiscal de uma entidade governamental afeta o sistema fiscal de uma outra entidade governamental. As situações associadas a este tipo de concorrência são os regimes fiscais preferenciais e os paraísos fiscais. Como sabemos estes regimes – mais benéficos e extremamente procurados pelos contribuintes – são conhecidos pela ausência de impostos ou pela aplicação de taxas de imposto efetivo baixas, pela falta ou ausência de troca de informações efetiva possibilitada por leis e práticas administrativas do Estado-Membro em questão, pela existência de políticas discriminatórias (o chamado "*ring-fenced regime")* ou pela inexistência de sigilo bancário. De facto, todos os estados que recorrem a estas práticas pretendem criar regimes fiscais especiais, tendo como principal objetivo atrair investimento estrangeiro apresentando diversas regalias aos contribuintes, como a possibilidade de evitar a dupla tributação ou a ausência de troca de informações efetivas.

Assim, dúvidas não podem persistir que este problema entronca num dos desafios atuais da política fiscal da UE atendendo ao impacto imediato causado nos países da UE e nas suas políticas fiscais, a par da tendência para a sua permanência devido ao aumento da internacionalização que

acompanha os mercados internacionais, a mobilidade cada vez mais comum e fácil dos contribuintes, a competitividade audaz existente no mercado único, a presença de telecomunicações cada vez mais ágeis, etc.

Por conseguinte, questionemo-nos o que pode a UE fazer. O Tratado de Funcionamento da UE (doravante "TFUE"), desde logo, estatui nos artigos 107.º, 108.º, 116.º e 117.º um conjunto de auxílios concedidos pelos estados que são incompatíveis com os mercados internos e que ajudam no combate a esta concorrência fiscal nociva. O compromisso político, adotado sob a forma de recomendação, em anexo às conclusões do Conselho de Assuntos Económicos e Financeiros (ECOFIN), implementado em 01 de dezembro de 1997 e designado por código de conduta constitui outro auxílio importante no combate a estas práticas, a par do relatório da OCDE, *"Concorrência Fiscal Prejudicial – Um problema Mundial",* apresentado em 1998 ou ainda a Comunicação da Comissão sobre a Política Fiscal da União Europeia – prioridades para os próximos anos, de 23 de maio de 2001.

Em termos nacionais, Portugal estabeleceu uma listagem de países, territórios e regiões com regimes de tributação privilegiada, conforme Portaria n.º 150/2004, de 13 de fevereiro (alterada de acordo com a Portaria n.º 345-A/2016, de 30 de dezembro, que veio a ser revogada pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro)[1]. O objetivo central da referenciada lista é ter em consideração esses países no âmbito das normas anti-abuso dispersas pelo sistema tributário português que *infra* abordaremos. No mesmo sentido, a União Europeia chegou a acordo, no dia 05 do dezembro de 2017, sobre uma "lista negra" de 17 países offshores[2].

Ressalve-se ainda que os pontos referenciados não são exaustivos quanto às medidas de combate viáveis e elencáveis. Na verdade, e devido à natureza das práticas aqui em análise estas são obrigatoriamente compatibilizadas com as medidas de combate à evasão e fraude fiscais adotadas na UE que *infra* analisaremos e com as medidas nacionais adotadas em cada Estado-Membro nestas matérias. A título de exemplo veja-se a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre uma estratégia externa para uma tributação efetiva de 28 de janeiro de 2016[3] que aborda estas temáticas em conjunto.

2.2. Planeamento Fiscal Abusivo

Outro dos desafios mais recentes da política fiscal da UE e que pretendemos abordar é o Planeamento Fiscal Abusivo[4]. Como é sabido, do disposto nos art.º 103.º e 104.º da Constituição da

[1] De acordo com o art.º 290.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro: *"É revogada a Portaria n.º 345-A/2016, de 30 de dezembro, que retira a Ilha de Man, Jersey e o Uruguai da lista dos países, territórios e regiões com regimes de tributação privilegiada claramente mais favoráveis, aprovada pela Portaria n.º 150/2004, de 13 de fevereiro, repristinando-se a lista anteriormente vigente".*

[2] Coreia do Sul, Panamá, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Barbados, Samoa Ocidental, Samoa Americana, Granada, Macau, Namíbia, Tunísia, Trinidad e Tobago, Guam, Mongólia, Ilhas Marshall, Ilhas Palau, Santa Lúcia.

[3] [COM (2016) 24 final]

[4] Quanto à distinção entre planeamento fiscal abusivo e agressivo *vide* Caldas, M. (2015). O Conceito de Planeamento Fiscal Agressivo: Novos Limites ao Planeamento Fiscal? *Cadernos IDEFF*, 18.

República Portuguesa (doravante "CRP"), decorre a obrigatoriedade e o dever de pagar impostos[5]. Porém, a lei não proíbe os contribuintes de gerirem os seus encargos fiscais recorrendo ao planeamento fiscal[6]. Ou seja, podemos referirmo-nos a um planeamento fiscal (*intra legem* ou mais conhecido como "tax planning") o qual diz respeito a um conjunto de benefícios legítimos que podem ser aproveitados pelos contribuintes, nos termos por exemplo das disposições do Estatuto de Benefícios Fiscais ou do Código Fiscal do Investimento, para obter um aumento dos seus proventos.

Prática diferente e à qual nos referimos na presente subsecção, é o Planeamento Fiscal Abusivo que se encontra no limbo dos atos de elisão fiscal (ou *extra legem* ou mais conhecido "tax avoidance"), comumente designado como "fora da lei", onde o contribuinte desrespeita o espírito da lei para não pagar impostos ou ser tributado em valor inferior, através, por exemplo, da prática de negócios jurídicos fiscalmente menos onerosos. De facto, estas práticas não são ilícitas, mas arrastam consigo um conjunto de preocupações de moralidade fiscal, atendendo às consequências que lhes são inerentes.

Segundo informações da OCDE, muitos podem ser os motivos a considerar para o recurso a este tipo de planeamento fiscal. As taxas cada vez mais altas impostas pelos Estados-Membros, instáveis e pouco equitativas que são aplicadas a uma base tributária estreita, a par da falta de transparência nos sistemas fiscais e dos abusos praticados pelas administrações fiscais, são alguns dos exemplos que podemos elencar. Aos Estados-Membros, perante este quadro factual, é exigível que alterem os seus sistemas fiscais, implementando medidas que limitem estas práticas e que desincentivem os contribuintes.

Desde a década de 90 que Portugal tem vindo a consagrar medidas de combate a estas práticas. Comecemos por recordar o Decreto-Lei n.º 37/95 de 14 de fevereiro de 1995, o qual estabelece medidas anti-abuso de combate à fraude/evasão fiscal internacional com o objetivo principal de preservar as receitas fiscais e assegurar a justiça na tributação. O legislador português tipificou, posteriormente, um conjunto de normas especiais ditas especificadas, casuísticas e estipuladas para casos concretos e identificados, designadas por normas anti-abuso, capazes de ajudar no combate ao planeamento fiscal abusivo, como é o caso dos preços de transferência (cf. art.º 63.º e seguintes do CIRC), a não dedutibilidade dos pagamentos efetuados a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (cf. art.º 65.º do CIRC), a exclusão da aplicação do regime de neutralidade fiscal nas operações de fusão, cisão e entrada de ativos, quando estas operações tenham como principal ou principais objetivos a evasão fiscal (cf. art.º 73.º e seguintes do CIRC), a exclusão do regime de isenção de mais-valias nas SGPS nos termos do art.º 73.º, n.º 10 do

[5] De acordo com MARTA CALDAS, *"o sistema fiscal se assume como um veículo de arrecadação de receitas do Estado e promotor do Princípio da Igualdade, que face a insuficiências e ambiguidades da lei fiscal pode ver aquelas diminuírem fazendo perigar a eficiência do sistema e a «justa distribuição» da carga fiscal"* (CALDAS, 2015, 19).

[6] Atente-se nas sábias palavras de SALDANHA SANCHES ao esclarecer que: "*o planeamento fiscal consiste numa técnica de redução da carga fiscal pela qual o sujeito passivo renuncia a um certo comportamento por este estar ligado a uma obrigação tributária ou escolhe, entre as várias soluções que lhe são proporcionadas pelo ordenamento jurídico, aquela que por ação intencional ou omissão do legislador fiscal, está acompanhada de menos encargos fiscais."* (SANCHES, 2006, 21)

CIRC, ou ainda as normas estabelecidas nos art.º 39.º, n.º 1, da LGT, art.º 19.º, n.º 3 e 4 e art.º 80.º, n.º 1 do CIVA, art.º 27.º, n.º 2 e 3 e art.º 46.º, n.º 1 do EBF.

Optou-se ainda por criar uma Cláusula Geral Anti-abuso estatuída no art.º 38.º, n.º 2, da LGT, na qual se dispõe que *"são ineficazes no âmbito tributário os actos ou negócios jurídicos essencial ou principalmente dirigidos, por meios artificiosos ou fraudulentos e com abuso das formas jurídicas, à redução, eliminação ou diferimento temporal de impostos que seriam devidos em resultado de factos, actos ou negócios jurídicos de idêntico fim económico, ou à obtenção de vantagens fiscais que não seriam alcançadas, total ou parcialmente, sem utilização desses meios, efectuando-se então a tributação de acordo com as normas aplicáveis na sua ausência e não se produzindo as vantagens fiscais referidas".* Esta é fundamental para garantir um melhor funcionamento do sistema fiscal, desempenha uma função preventiva e pedagógica e abrange todos os contribuintes e impostos.

Todas estas disposições permitem um combate permanente a práticas de planeamento fiscal ilegítimo, contudo, devemos realçar ainda o Decreto-Lei n.º 29/2008, de 25 de fevereiro de 2009 que é, aliás, a medida que assume maior relevância no combate ao planeamento fiscal abusivo no caso do sistema fiscal português. O Decreto-lei referenciado criou uma obrigação de comunicação, informação e de esclarecimento à Autoridade Tributária, de todos os esquemas cuja finalidade visasse exclusivamente ou predominantemente a obtenção de vantagens fiscais (cf. art.º 7.º do referenciado diploma). Pretendeu o legislador conseguir, a partir do reporte obrigatório, produzir novas normas que corrijam as incorreções ou lacunas da lei, melhorando as formas de combate à fuga fiscal e à fraude fiscal.

2.3. Evasão e Fraude Fiscais

Fenómeno diverso dos até então explanados é o Planeamento Fiscal Ilícito, mais conhecido por Evasão Fiscal (*contra legem* ou *tax evasion*) e Fraude Fiscal (*contra legem* agravada). Como já fomos aflorando *supra,* o contribuinte pode não só recorrer ao planeamento fiscal abusivo e à elisão fiscal na busca desenfreada pela redução do valor do imposto a entregar ao estado, mas ainda socorrer-se de comportamentos *contra legem*, criminalmente tipificados e sujeitos a sanções criminais e contraordenacionais, os quais provocam na economia efeitos nefastos.

Informações recentes disponibilizadas por Bruxelas vão no sentido que "*no total, perdem-se anualmente cerca de 150 mil milhões de euros de IVA, o que significa que os Estados-Membros se veem privados de receitas que poderiam utilizar em escolas, estradas e cuidados de saúde"*[7]*,* sendo certo que estima-se que "*cerca de 59 mil milhões de euros (o equivalente a 100 euros por cidadão da União Europeia) são desviados em fraudes de IVA transfronteiriças"*[8] e estes podem ser usados para fins ilegais. Referimo-nos a valores globais altíssimos. Recorde-se que a Comissão Europeia emitiu em 27 de junho de 2012 um comunicado de imprensa *"Fraude e Evasão Fiscais: Comissão apresenta*

[7] Cf. Artigo "Bruxelas espera reduzir fraudes em 80% com reforma profunda do regime do IVA", in Jusjornal mensal n.º 20, outubro de 2017, disponível em: http://jusnet.wolterskluwer.pt/content/Home.aspx [Acedido em 15 de novembro de 2017]

[8] Cf. Artigo "Bruxelas espera reduzir fraudes em 80% com reforma profunda do regime do IVA", in Jusjornal mensal n.º 20, outubro de 2017, disponível em: http://jusnet.wolterskluwer.pt/content/Home.aspx [Acedido em 15 de novembro de 2017]

medidas concretas", onde o então comissário europeu Algirdas Semeta, responsável pela Fiscalidade e União Aduaneira, Luta contra a Fraude e Auditoria, declarou: *"não tenhamos ilusões, os responsáveis pela evasão fiscal roubam o cidadão comum e privam os Estados-Membros de receitas que lhes são imprescindíveis. Se queremos regimes fiscais justos e eficazes, devemos pôr termo a esta prática. A economia subterrânea está avaliada em quase um quinto do PIB médio dos Estados-Membros, representando quase 2 biliões de euros, no total".*

De facto, a importância de combate a estas práticas reside não só na sua ilicitude mas principalmente na violação dos bens jurídicos tutelados acompanhados de efeitos negativos que as condutas evasivas e fraudulentas provocam nas receitas dos orçamentos nacionais, na confiança dos cidadãos, na equidade e eficácia dos sistemas fiscais, não só internos como europeus. Assim, facilmente é percetível que as soluções a apresentar têm obrigatoriamente de ser comuns e paralelas a todos os sistemas fiscais nacionais, não sendo funcionais as soluções unilaterais. Foi, por isso, traçado pelos Estados-Membros, na busca da otimização da eficácia na prevenção e no combate a estas práticas, um conjunto de objetivos estruturantes a atingir, como por exemplo, aumentar a equidade fiscal, eliminar os fatores de distorção, nomeadamente ao nível da competitividade empresarial, proteger a comunidade contra o comércio desleal e ilegal, incentivando simultaneamente as atividades económicas legítimas, impedir a erosão do património do Estado e fomentar impactos socialmente positivos, como a redução de outro tipo de crimes associados à fraude fiscal, entre outros. Estes objetivos serviram de alicerce às medidas adotadas, a par das já referenciadas aquando da análise do Planeamento Fiscal Abusivo[9].

A Comunidade Internacional revelou através da OCDE um Plano de Ação dos BEPS (Plano de ação do G20/OCDE – Base Erosion And Profit Shifting – BEPS Action Plan), o qual surgiu em reunião de Ministros de Finanças do G20 em 19 e 20 de julho de 2013 e representa "*o fim da era do Ouro", "do não pagamento em lado nenhum"*[10]*.* Pretende o Plano de ação do BEPS prevenir a dupla tributação, melhorar a transparência do mercado e efetuar um alinhamento de tributação, de forma a garantir um equilíbrio no sistema, com a remoção da possibilidade do uso de hybrid mismatches[11]. Para tal recorreu-se a 15 ações específicas, a serem adotadas por todos os Estados-Membros, garantindo assim que não se verifica entre eles qualquer desvantagem concorrencial no mercado.

Na senda do exposto, a UE foi adotando diversas medidas, como o Regulamento (UE) n.º 1286/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de dezembro de 2013 ("Fiscalis"), o Pacote Antielisão Fiscal: próximas etapas para uma tributação eficaz e maior transparência fiscal na UE de 28.01.2016, a Diretiva (UE) 2016/1164 de 12 de julho de 2016[12] que estabelece regras contra as práticas de elisão fiscal que tenham incidência direta no funcionamento do mercado único e que tem

[9] Referir-nos-emos às medidas mais importantes sem pretensão de exaustão.
[10] Conforme palavras de Saint-Amaus, Diretor do Centro de Política Fiscal e Administrativo da OCDE. Na voz das ONGS que atuam em prol da justiça fiscal, a OCDE errou por não ter ido além: *"O plano de Ação é uma tentativa de consertar um sistema tributário falido, e remendos não são suficientes"* (Representante da UK Uncut, Kirsty Walker).
[11] Veja-se *Neutralising the Effects of Hybrid Mismatch Arrangements*, OCDE/G20 Base Erosion and Profit Shifting Project, Action 2. Do recurso a ação pode resultar a não tributação, a dupla dedução e o diferimento do pagamento dos impostos a longo prazo.
[12] Esta deverá ser aplicada pelos Estados-Membros até 31 de dezembro de 2018.

como objetivo melhorar a resiliência do mercado interno no seu conjunto contra práticas de elisão fiscal transfronteiras, a Diretiva (UE) 2017/952 do Conselho de 29 de maio de 2017, que altera a Diretiva (UE) 2016/1164 no que respeita a assimetrias híbridas com países terceiros, e ainda o estimulo de diversas ações coordenadas e recomendações emitidas aos Estados-Membros, como a Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social Europeu, intitulada *"Estratégia coordenada para melhorar o combate à fraude ao IVA na União Europeia"*[13] ou mais recentemente a Declaração Comum sobre as prioridades legislativas da UE para 2017 (2016/C 484/02), onde o combate à fraude fiscal, a evasão fiscal e a elisão fiscal, bem como assegurar um sistema fiscal sólido e justo se mantêm como objetivos a prosseguir pela UE[14].

Em termos nacionais, o Plano Estratégico *"Combate à Fraude e Evasão Fiscais e Aduaneiros"* (2015/2017), onde são apresentadas 40 medidas prioritárias de combate à Fraude e Evasão Fiscais, em 5 grandes domínios (IVA, IRS, IRC, retenção na fonte, emissão e comunicação de faturas e controlos transversais), e que integra um conjunto articulado de estratégias de âmbito legislativo, criminal, operacional, institucional e de relação com o contribuinte, é um exemplo claro que evidencia, interna e externamente, os esforços que se pretendem levar a efeito na luta contra estes problemas.

Diga-se ainda que o recurso à Cláusula Geral Anti-abuso, prevista no art.º 38.º, n.º 2, da LGT e a tantas outras normas anti-abuso específicas já referenciadas *supra*, são igualmente importantes e úteis, tal como a tipificação por parte do legislador de um conjunto de crimes e contraordenações, como a Fraude Fiscal (cf. art.º 103.º RGIT) ou o Branqueamento (cf. art.º 368-A.º, n.º 1, do Código Penal, art.º 5.º- A da Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto e Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto que transpõe parcialmente as Diretivas 2015/849/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, e 2016/2258/UE, do Conselho, de 6 de dezembro de 2016, altera o Código Penal e o Código da Propriedade Industrial e revoga a Lei n.º 25/2008, de 5 de junho e o Decreto-Lei n.º 125/2008, de 21 de julho).

Por fim, mas não menos importante, não devemos esquecer outros meios de combate igualmente relevantes como a educação fiscal e legislativa, que deveria ser trabalhada ao nível institucional, a par da gestão tributária que permite um controlo interno do cumprimento tributário e da correção das declarações apresentadas pelos contribuintes, a inspeção tributária que garante esse controlo de forma detalhada e individualizada e a justiça tributária que permite um controlo coercivo dos pagamentos dos impostos e da aplicação das coimas provenientes dos seus incumprimentos.

2.4. Cooperação entre Administrações Tributárias

Para terminar a abordagem efetuada a todos os desafios referenciados analisaremos o problema da cooperação entre Administrações Tributárias. Na verdade, a boa e eficiente cooperação

[13] [COM (2008) 807 final – Não publicada no Jornal Oficial].
[14] Nestas temáticas *vide* Dondena, Institute for Advanced Studies, CASE, IEB, PwC (2017). Literature review on taxation, entrepreneurship and collaborative economy. *Taxation paper*. [Online] 70. Disponível: https://ec.europa.eu/taxation_customs/publications/taxation-services-papers/taxation-papers_en [Acedido em 30 de novembro de 2017].

entre administrações tributárias permite trocar informações que ajudam no combate à fraude e evasão fiscal e ainda aos restantes desafios referenciados.

Ao longo dos tempos têm vindo a ser adotadas diversas diretivas, acordos europeus e internacionais que regulam estas matérias. Veja-se, a título de exemplo: a Convenção 90/436/CEE relativa à eliminação da dupla tributação no caso de correção dos lucros provenientes de operações entre empresas associadas, o Regulamento (CE) n.º 1798/2003 do Conselho, de 7 de Outubro de 2003, relativo à cooperação administrativa no domínio do imposto sobre o valor acrescentado e que revoga o Regulamento (CEE) n.º 218/92, a Diretiva n.º 2010/24/UE do Conselho, de 16 de março de 2010, relativa à assistência mútua em matéria de cobrança de créditos respeitantes a impostos, direitos e outras medidas (revoga a Diretiva n.º 2008/55/CE); o Regulamento (UE) n.º 389/2012 do Conselho relativo à cooperação administrativa no domínio dos impostos especiais de consumo e que revoga o Regulamento (CE) n.º 2073/2004, a Diretiva n.º 2014/107/UE do Conselho, de 9 de dezembro de 2014, relativa à troca automática de informações obrigatórias no domínio da fiscalidade (altera a Diretiva nº 2011/16/EU), a par das Diretivas (UE) 2015/2376 do Conselho, de 8 de dezembro de 2015, (UE) 2016/881 do Conselho de 25 de maio de 2016 e (UE) 2016/2258 do Conselho de 6 de dezembro de 2016 que alteram a Diretiva (UE) 2011/16/UE; a Diretiva 2014/86/UE do Conselho, de 8 de julho de 2014 e a Diretiva (UE) 2015/121 do Conselho, de 27 de janeiro de 2015, que alteram a Diretiva 2011/96/UE relativa ao regime fiscal comum aplicável às sociedades-mães e sociedades afiliadas de Estados-Membros diferentes; a Diretiva (UE) 2015/2060 do Conselho, de 10 de novembro de 2015, que revoga a Diretiva 2003/48/CE relativa à tributação dos rendimentos da poupança sob a forma de juros ou ainda o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

Em termos de acordos de troca de informações de cariz multilateral, é de salientar o Acordo de Cooperação fiscal previsto no Plano de Ação BEPS, titulado *Multilateral Competent Authority Agreement (MCAA)*, assinado no dia 27 de janeiro de 2016, entre 31 países[15], incluindo Portugal e que permite a troca automática de relatórios por país. Este acordo tem ainda uma importância significativa ao ajudar na entrada em vigor dos novos parâmetros de documentação fiscal de Preços de Transferência, previstos na Ação 13 do Plano de Ações do BEPS[16].

Quanto a protocolos de assistência administrativa mútua, podemos referir a existência de protocolos em matéria de troca de informações tributárias (*v.g.* brasil), em matéria de impostos sobre o rendimento (*v.g.* República de Cabo verde) ou em matéria de assistência mútua administrativa (*v.g.* moçambique), que subsistem a par da convenção sobre assistência mútua administrativa em matéria fiscal, de acordos sobre troca de informações ou ainda do tratado de troca de informações automáticas com os EUA (FATCA).

[15] África do Sul, Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Chile, Costa Rica, Dinamarca, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Japão, Liechtenstein, Luxemburgo, Malásia, México, Nigéria, Noruega, Países-Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, República Eslovaca, Suécia e Suíça.
[16] Trata-se do modelo de relatório por País ("country-by-country Report").

Saliente-se ainda o Regulamento (UE) n.º 1286/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de dezembro de 2013 ("Fiscalis") que apresenta um programa de ação destinado a aperfeiçoar o funcionamento dos sistemas de tributação da UE para o período de 2014-2020 e revoga a Decisão 1482/2007/CE. O "Fiscalis" desempenha um papel fundamental num conjunto de áreas estratégicas, não só na garantia do intercâmbio de informação e apoio à cooperação administrativa e o reforça da capacidade administrativa das autoridades fiscais, mas ainda ajuda na aplicação coerente da legislação da UE no domínio da fiscalidade, garantindo um melhor funcionamento do mercado interno e protegendo os interesses financeiros e económicos dos Estados-Membros.

Mais recentemente refira-se ainda a nova Diretiva sobre a resolução de litígios em matéria de dupla tributação (Diretiva (UE) 2017/1852 do Conselho, de 10 de outubro de 2017), relativa aos mecanismos de resolução de litígios fiscais na UE. O objetivo central é combater a dupla tributação e garantir uma correta interpretação e aplicação dos tratados fiscais bilaterais e da Convenção de Arbitragem da União, recorrendo para esse efeito a um processo eficiente, rápido e eficaz.

3. Conclusões

Considerando que a dimensão da evasão e da elisão fiscais está estimada pela Comissão Europeia em um bilião de euros por ano, e pela OCDE numa perda de receitas a nível mundial entre 75 a 180 mil milhões de euros anuais (a níveis de 2014), todas as medidas referenciadas *supra* se demonstram essenciais.

O objetivo dos Estados-Membros, através de uma ação comum, deverá focar-se na criação de um sistema de impostos que não distorça a concorrência dentro da UE, que não produza efeitos indesejados na livre circulação de pessoas, mercadorias e capitais e que espelhe a igualdade e justiça possíveis. As soluções terão obrigatoriamente de ser comuns a todos de forma a garantir um bom funcionamento do mercado único, sem que, porém, se pretenda uma uniformização dos sistemas nacionais, a qual é aliás impossível. Mas tal só será viável se a UE, em conjunto com os Estados-Membros, der mais ênfase a estes recentes desafios, fomentando o apoio à luta contra a fraude e evasão fiscais, planeamento fiscal agressivo, redução dos encargos administrativos das autoridades fiscais, redução dos custos de cumprimento dos contribuintes e evitar os casos de dupla tributação.

As medidas adotadas são muitas, como vimos, mas existe ainda muito caminho a percorrer. Uma cooperação internacional forte, na qual se destaca o plano de ação do G20/OCDE ("BEPS") a par de todas as ações adotadas pela UE e pelos Estados-Membros nos seus sistemas fiscais com o intuito de reforçar a transparência e combater a elisão e a evasão fiscais, materializado mais recentemente na Declaração Comum sobre as prioridades legislativas da UE para 2017 (2016/C 484/02), demonstram o esforço cada vez mais evidente tanto das Nações, da UE e de toda a Comunidade Internacional na obtenção de uma fiscalidade mais justa, mais simples e mais eficiente. Só assim será possível combater os recentes desafios da Política Fiscal da UE.

4. Bibliografia

AMORIM, J. C. (2007). Algumas Medidas de Combate à Evasão Fiscal. *Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas*, 12. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

ANTUNES, F. V. (2006) A Evasão Fiscal e o crime de Fraude Fiscal no Sistema Legal Português. *Estudos de Direito Fiscal – Teses seleccionadas do I Curso de Pos-Graduação em Direito Fiscal*.

BORGES, A. (2013) Fraudes Tributárias e evasão fiscal – planeamento fiscal e planeamento da investigação fiscal. Curso de Especialização Direito Fiscal – *Centro de Estudos Judiciários*. [Online]. Disponível em http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/DireitoFiscalPenal/Curso_Especializacao_Direito_Fiscal_Penal.pdf [Acedido em 20 de novembro de 2017]

CACHIA, F. (2017) Aggressive Tax Planning: an analysis from an EU perspective. *EC TAX REVIEW*, 26, Issue 5, 257-273.

CALDAS, M. (2015). O Conceito de Planeamento Fiscal Agressivo: Novos Limites ao Planeamento Fiscal? *Cadernos IDEFF*, 18.

CÂMARA, F. S., SANCHES, J.L.S., GAMA, J. T. (2009). *Reestruturação de empresas e limites do planeamento fiscal.* Coimbra: Coimbra Editora.

COURINHA, G. L. (2009). *A Cláusula Geral Anti-abuso no Direito Tributário - Contributos para a sua compreensão.* Coimbra: Almedina.

Direção-Geral da Comunicação (Comissão Europeia). (2015) Fiscalidade: Promover o mercado interno e o crescimento económico. *Publicações da UE*. [Online]. Disponível em: https://publications.europa.eu/pt/publication-detail/-/publication/b075f231-bd9b-4e10-b4a3-7f248360c5ae [Acedido em 29 de novembro de 2017]

DONDENA, Institute for Advanced Studies, CASE, IEB, PwC (2017). Literature review on taxation, entrepreneurship and collaborative economy. *Taxation paper.* [Online] 70. Disponível: https://ec.europa.eu/taxation_customs/publications/taxation-services-papers/taxation-papers_en [Acedido em 30 de novembro de 2017]

European Anti-Poverty Network (2011). A Estratégia Europa 2020 [Online]. Disponível em: https://www.eapn.pt/iefp/docs/Estrategia_Europa_2020.pdf [Acedido em 18 de novembro de 2017]

MARQUES, D. B., CARNEIRO, E. S. (2015). O planeamento fiscal, os seus limites e o direito legítimo ao planeamento, *Fiscalidade Revisores e Auditores* [Online] 71. Disponível em: http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Revista/71/Fiscalidade.pdf [Acedido em 15 de novembro de 2017]

MORAIS, R. D. (2011) Convenções para evitar a dupla tributação e direito comunitário na jurisprudência recente do STA. *Fiscalidade,* 48, 5-17

RAMOS, L. (2013) Fraudes Tributárias e evasão fiscal – planeamento fiscal e planeamento da investigação fiscal. *Curso de Especialização Direito Fiscal – Centro de Estudos Judiciários.* [Online]. Disponível em http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/DireitoFiscalPenal/Curso_Especializacao_Direito_Fiscal_Penal.pdf [Acedido em 10 de novembro de 2017]

SANCHES, J. S. (2006). *Os limites do Planeamento Fiscal – Substância e Forma no Direito Fiscal Português, Comunitário e Internacional*. Coimbra: Coimbra Editora.

SANTOS, A. C. (2009). Planeamento Fiscal, evasão fiscal. Elisão fiscal: o fiscalista no seu labirinto. *Revista Fiscalidade*, 38.

SILVA, J. N.C. (2006). Elisão fiscal e cláusula geral antiabuso. *Revista da Ordem dos Advogados*, 66, 791-832.

TEIXEIRA, G. (2016). Manual de Direito Fiscal. Coimbra: Almedina.

***FERNANDES, J.* (2018).** *Fronteiras, muros e passaportes – uma geografia das desigualdades,* The overarching issues of the european space - preparing the new decade for key socio-economic and environmental challenges, Porto, Fac. Letras Univ. Porto. pp. 259 -267

FRONTEIRAS, MUROS E PASSAPORTES – UMA GEOGRAFIA DAS DESIGUALDADES

João Luís J. FERNANDES
Universidade de Coimbra/CEIS20/CEGOT
jfernandes@fl.uc.pt

Resumo

À escala global, as populações continuam desiguais e apresentam níveis diferenciados de desenvolvimento e poder. Uma das variáveis dessas desigualdades é o capital de mobilidade espacial. O passaporte, apesar de uniformizado em todo o mundo, é o retrato dessas assimetrias. Para os cidadãos de alguns países, esse documento é uma porta de fácil mobilidade entre Estados. Para outros, o passaporte tem menos poder e os movimentos espaciais são mais difíceis. Num período de recrudescimento das fronteiras, dos muros e dos fluxos de refugiados, esta é uma diferença crucial. Este é um texto que balança entre o mundo plano do movimento fácil e o mundo rugoso das barreiras.

Palavras chave: Mobilidade espacial, Fronteiras, Passaportes

Abstract

Globally, populations remain unequal in terms of development and power. Space mobility capital is one of these visible asymmetries. The passport, despite being a uniform document throughout the world, is a factor that reinforces these unequalities. For citizens from some countries, this document is a gateway for easy inter-state mobility. For others, the passport has less power and space movements are more difficult. This is a crucial difference in a time of growing up in the construction of walls, border control and refugee flows. This is a text that balances between the flat world of easy movement and the rugged world of barriers.

keywords: Spatial mobility, Frontiers, Passports

1. Notas introdutórias

Tim Harford (2018) considera o passaporte uma das inovações que mudaram o mundo. Para este autor, na atualidade, mostrar esse documento na fronteira é um ritual que ocorre naquilo que Alain Musset (2015) carateriza como um território de espera. Este é um contexto regulado por uma autoridade que confere os elementos de cidadania do viajante (nome e fotografia, entre outros) e cruza essa informação com múltiplas bases de dados. Em princípio, esta imersão digital da identidade de quem se desloca e pretende atravessar a barreira garante a segurança do país de chegada e interceta qualquer potencial ameaça.

Ainda segundo Harford (2018), antes deste contexto, quando as viagens eram mais difíceis e os trajetos mais inseguros, o passaporte era uma carta conferida a alguém, a quem se atribuia o poder de atravessar limites e o privilégio da proteção. Estes documentos, pode ler-se ainda no mesmo trabalho, foram usados para que os lugares não apenas regulassem as entradas mas impedissem também a saída de cidadãos mais especializados e, por isso, considerados valiosos e imprescindíveis. O século XIX, com o caminho de ferro e o barco a vapor, numa fase de expansão e aceleração das mobilidades, das viagens e das trocas comerciais, tornou obsoleto e pouco exequível o controlo desses movimentos.

Em 1890, e continuamos com Harford (2018), era possível visitar os EUA sem passaporte. Na China e no Japão, apenas eram necessários documentos de autorização para aceder às áreas mais remotas. A aceleração das trocas comerciais após a revolução industrial parecia apontar para a livre circulação de pessoas. Contudo, a I Guerra Mundial trouxe novos obstáculos à mobilidade das populações: "Com as preocupações de segurança a levarem a melhor sobre a facilidade de viajar, os governos impuseram novos controlos sobre as deslocações e mostraram-se renitentes em prescindir desses poderes uma vez restabelecida a paz" (Harford, 2018, 62).

Em 1920, a então criada Sociedade das Nações organizou a "Conferência Internacional sobre Passaportes, Formalidades Alfandegárias e Bilhetes Únicos", criando os passaportes tal como agora os conhecemos, impondo formatos e regras, tais como a fotografia obrigatória. Só mais tarde, em 1980, no âmbito da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), se uniformizou esse documento, (Kalm, 2017; Harford, 2018).

A globalização que se reforçou nas últimas décadas do século XX, em muito intermediada pela tecnologia e pelo acréscimo dos fluxos materiais e imateriais, deu-nos a ideia aparente de um espaço plano no qual a localização pouco importava. As distâncias teriam perdido o efeito condicionador da vida económica, social, cultural e política. Para alguns autores, neste cosmopolitismo massificado e nesta aparente ubiquidade espacial, estas inovações conduziriam à desconstrução da Geografia enquanto ciência da localização e das acessibilidades. Segundo Thomas L. Friedman (2000), onde se está já não faz a diferença. A localização será uma variável irrelevante. Não importa estar aqui ou ali, a centralidade será garantida pelo acesso às novas tecnologias de informação. Para o seguidor da metáfora da aldeia global, Kenichi Omahe (1999 e 2005), viveríamos num *Borderless World*, um mundo *não político* e *não geográfico*, sem barreiras nem obstáculos e de caminhos abertos em nada condicionados pelo efeito de atrito das distâncias.

2. O mundo mais lento do efeito de atrito, das distâncias e dos limites

Esse determinismo tecnológico teria criado uma realidade mais pequena e curta, com vivências que se aceleraram numa dinâmica que David Harvey (2002) denominou por compressão do espaço-tempo. De forma direta, viaja-se para mais longe a uma velocidade mais elevada e a um ritmo mais intenso, daí resultando o efeito combinado do encolhimento do tempo e do espaço, Contudo, nem em

termos sociais nem sob o ponto de vista geográfico essa *time-space compression* é uma conquista universal. Apenas um exemplo, a difusão ampla dos grandes aeroportos, à escala do globo, não universalizou o acesso aos aviões nem, por exemplo, às viagens transcontinentais. Na verdade, em especial em cidades asiáticas, africanas ou sul americanas, os territórios aeroportuários são ilhas espaciais vedadas à maior parte da população local que, muitas das vezes, reside em espaços contíguos a essas infraestruturas. Este é o caso no qual a clássica distância euclidiana (a proximidade quilométrica ao aeroporto) não coincide com a distância custo ou com a distância social.

Por isso, apesar da suposta liberdade de movimentos que a tecnologia nos sugere, o contexto empírico foi sempre outro, mais assimétrico e desigual, mais rugoso e limitador das opções geográficas. A hipermobilidade espacial de todos é uma ilusão. A par do mundo fluído da viagem e da troca, coexiste outro, mais fragmentado, lento e de enclausuramentos (voluntários e/ou involuntários), barreiras e processos de alargamento (diferenciado) das distâncias.

Na verdade, as fronteiras e os limites, sendo uma realidade histórica (QUÉTEL, 2014), não desapareceram nesta fase mais otimista do progresso tecnológico. Nunca as restrições ao movimento deixaram de ser instrumentalizadas como fatores de afirmação política e manifestação de complexas e desequilibradas relações de poder. Para Foucher (2007), existirão mesmo uma obsessão pelas fronteiras e uma arte de demarcação de espaços que se universalizou, como se universalizaram, por exemplo, os conceitos de Estado e de parques naturais, cada um traçando determinadas barreiras no espaço geográfico.

Estas limitações regulam as mobilidades e fazem parte de estratégias de restrição dos acessos e defesa de certos espaços geográficos que se pretendem reservar e proteger face às ameaças externas que não se conseguirão controlar de outra forma.

Como refere Soja (1971, 1), “The surface of the earth is enmeshed in a labyrinth of boundaries created and mantained by men. Embedded within the pastel colors of a satellite photograph of the earth are layers of intricate and overlapping mosaics of spatial organization unseen by the distant eye but nevertheless profoundly influencing human activity and behavior”.

A este respeito, a propósito dos muros que vão fragmentando o Rio de Janeiro e escondendo algumas favelas em espaços confinados, Rogério Haesbaert (2014, 242) segue a mesma linha: “(…) ao mesmo tempo que hoje os limites territoriais aparentam ser muito mais porosos e ambivalentes em suas práticas de abertura e fechamento, alguns limites passaram a ser reforçados apelando-se inclusive (...) para o velho recurso das cercas e dos muros, em processos que denominamos de contenção territorial”.

Com efeito, na contemporaneidade, assistiu-se ao aumento das desconfianças, a uma crescente sensação de insegurança perante fenómenos difusos e atores transnacionais que não se controlam (das redes criminosas aos fluxos de refugiados), traduzindo-se naquilo que autores, tais como Laurent Davezies (2015), denominam como manifestações de novos egoísmos territoriais. Significa isto que, a par dos discursos, muitas vezes retóricos, a respeito da cooperação, da solidariedade e da justiça espacial, outras práticas de segregação geográfica se impõem.

Para Reece Jones (2012, 1), este recrudescimento das distâncias, das barreiras de acesso e das políticas de segurança, tem-se materializado na construção de fronteiras e limites físicos em diferentes espaços geográficos à escala global: "In the first decade of the new millennium, despite predictions of the creation of an increasingly borderless world, the countries often described as the oldest democracy in the world [USA], the largest democracy in the world [India], and the most stable democracy in the Middle East [Israel] built a combined total of 5700 kilometers of security barriers on their political borders".

Nesta equação não se discutem outras demarcações mais discretas, como aquelas impostas por expressões geográficas da sociedade urbana contemporânea. Já atrás se referiram os aeroportos, mas podem acrescentar-se exemplos como os parques temáticos, os *ressorts* turísticos ou os condomínios habitacionais fechados. Também não se problematizam as consequências espaciais, sociais, políticas e até culturais destes processos de fragmentação e insularização territorial por parte de algumas elites que, por exemplo, terão como efeito direto a indiferença perante a degradação do espaço público. Apesar de não merecerem aqui aprofundamento, estes confinamentos voluntários contribuem para o aumento do rendilhado de fragmentação de um mundo que, afinal, é rugoso e de distâncias ainda bem vincadas, sobretudo para alguns grupos sociais com menor capital de mobilidade espacial, como se verá mais adiante.

Nesta dinâmica contraditória de encolhimento/alargamento das distâncias, a União Europeia é um objeto de estudo relevante pelo modo como ilustra e exemplifica os avanços e recuos em matéria de permeabilidade dos limites e das fronteiras. Por um lado, assina-se o tratado de Schengen, que prevê a livre circulação interna dos cidadãos. Por outro, reforçam-se as barreiras no contacto com as periferias do continente europeu, sobretudo no rescaldo da crise dos refugiados que teve o seu apogeu no verão de 2015. Esta pressão migratória, mais sentida e percebida que real, traduziu-se ainda no levantamento de limites internos. Apenas alguns exemplos: nesta fase de maior tensão, a Hungria ergueu um muro entre a Sérvia e a Croácia. A Grécia criou uma barreira física nos limites com a Macedónia, assim como na fronteira com a Turquia.

Ao mesmo tempo, em paralelo com as ameaças e os medos associados ao terrorismo (como ocorreu após os ataques em Nice, em 2015), mas também como forma de proteção suplementar de alguns eventos ocasionais que concentram população e ampliam as vulnerabilidades (como o campeonato europeu de futtebol, o Euro 2016), têm sido frequentes as reintroduções dos controlos fronteiriços na Europa Schengen. Este é um recurso previsto nos tratados. No entanto, não pode deixar de ser considerado um recuo nos princípios de fluidez promovidos pela matriz da União Europeia e pela identidade da Europa (Steiner, 2007).

De certo modo, a extensão quilométrica dos muros e, nalguns casos, a respetiva sofisticação tecnológica em termos de vigilância (recordam-se aqui as *geofences* digitais), correspondem à reação de uma velha geografia materialista, euclidiana e reguladora perante fluxos topológicos mais difusos, líquidos e de controlo mais difícil (Bauman; 2000).

Se os muros pretendem conter os movimentos ilegais e até criminosos que ameaçam uma determinada ordem, o mundo rugoso que acrescenta atrito à circulação das populações estende-se aos sistemas de regulação dos fluxos legais. Contudo, as deslocações que seguem os caminhos formais de mobilidade, são confrontadas com fronteiras protegidas por níveis muito assimétricos de permeabilidade. Perante a deslocação de algumas populações, as fronteiras parecem mais flexíveis e abertas à passagem de alguns, fechando-se depois ao atravessamento de outros.

O velho mundo das flexibilidades geográficas assimétricas e a nova tendência para uma retração desglobalizadora, podem analisar-se a partir do documento que regula esses movimentos – o passaporte. Enquanto representação de cidadania e filiação a um território político (o Estado), o passaporte é, à escala global, um fator de diferenciação e assimetria e uma condição de desigualdade entre os diferentes cidadãos do mundo.

3. O passaporte como metáfora (e reflexo) de um mundo assimétrico

Numa edição do *Huffington Post*, de 30 de junho de 2014 (citado por Mau *et al*, 2015), perguntava-se: “How powerful is your passport? More than a simple grant of access into a country, passports and the visas they contain are a reflection of geopolitics, the relationship between two nations, and a country’s stature relative to the rest of the world”.

Esta interrogação (“How powerful is your passport?”) levanta algumas questões. Os passaportes, e os visas, isto é, as autorizações suplementares para a viagem que o portador desse documento pretende efetuar, de um país para o outro, são muito assimétricos. Existem passaportes mais poderosos, que podem circular pelo mundo sem necessidade de visas na maior parte das fronteiras. Noutros casos, ocorre o contrário. O passaporte apenas dará acesso a determinados territórios politicos caso seja acompanhado por um visto que será, nestas circunstâncias, o meio que permite a autorização, ou a negação do acesso do proprietário desse passaporte a um determinado país.

Nesta perspetiva, os vistos constituem um meio de regulação e uma manifestação de poder do Estado recetor e de chegada, mas é também um filtro que separa as mobilidades mais desejáveis e aceitáveis das outras, menos confiáveis. Apesar dos avanços no sentido da concertação global intermediada por várias instituições, das quais a Organização das Nações Unidas é o paradigma, continuam ativas as estratégias de regulação à escala nacional.

Contudo, a montante do desequilíbrio entre os passaportes mais e menos poderosos, é pertinente acrescentar outros problemas a esta discussão. Desde logo, a diferença entre o possuir ou não possuir um passaporte. Pelos custos, ou por qualquer outra imposição, muitos não têm acesso a esse documento. Nalguns lugares do mundo, a aquisição de um passaporte implica um esforço financeiro suportável. Em muitos países, e para algumas classes sociais, a realidade é diferente, tornando-o um bem de luxo inalcansável para muitos.

Para potenciais viajantes, com maior poder aquisitivo, é possível adquirir passaportes mesmo com a bandeira de um outro país, que não o seu de origem. O mesmo acontece com vistos especiais (a exemplo dos vistos *gold*, em Portugal), que abrem os canais de circulação e permanência, num determinado país, a cidadãos mais poderosos.

Noutro ponto de vista, não possuir, ou não usar, um passaporte, pode ser um ato voluntário que poderá sugerir algum desinteresse pelo mundo exterior à sua comunidade, problema a seguir em função do comportamento político que estes mapas mentais diferenciados possam induzir. Os resultados eleitorais que elegeram, em novembro de 2016, o Presidente Trump, nos EUA, ou a vitória do Brexit no referendo realizado no verão do mesmo ano, podem ser discutidos nesta perspetiva (Goodhart, 2017).

Noutro ponto de vista, o passaporte, enquanto registo de passagem e permanência num determinado território nacional, pode significar segurança e garantia de assistência (por exemplo, através da rede de embaixadas e consulados) sempre que se está noutro país, longe da zona de conforto e, nesse sentido, em situação de maior vulnerabilidade.

Em sentido contrário, o passaporte, sobretudo em ambiente de conflitos políticos, pode ser um fator de risco e uma exposição acrescida. Em determinados contextos recentes, um passaporte emitido pelos Estados Unidos da América, apesar de estar entre os mais poderosos e livres do mundo (já o veremos), pode ter implicações em lugares nos quais aquele país é percebido como o 'outro' e o 'inimigo'. Não é por acaso que os Estados emitem alertas frequentes sobre a conveniência, ou não, dos respetivos cidadãos viajarem para determinados destinos.

Na mesma perspetiva, perder o acesso ao passaporte, vê-lo apreendido pelas autoridades locais durante uma viagem, é uma forma de violência e um modo subtil de supressão da liberdade e, nos casos mais extremos, de encerramento e impedimento de abandono de um território nacional.

Contudo, enquanto identificador que abre passagem e permite o acesso a outros Estados, o passaporte não tem um valor absoluto. A relação entre dois territórios políticos soberanos pode ser intermediada pela necessidade do prévio reconhecimento à entrada - o *visto*. Não existe uma única categoria de vistos, dependendo, entre outros aspetos, do tempo de permanência permitido. Contudo, em primeiro lugar, estes são condicionados pela origem e pelo nome do Estado emissor do passaporte requerente desse visto. Assim se estabelecem diferenças entre os passaportes mais valiosos, que podem circular por um maior número de territórios políticos sem vistos prévios, e aqueles para os quais o mundo é mais rugoso e restritivo.

A respeito das dinâmicas contraditórias entre as tendências da globalização e os efeitos contrários antiglobalizantes e do difícil equilíbrio entre os fatores de abertura e de encerramento dos Estados, Mau *et al* (2015) tiram partido desse valor diferenciado dos passaportes e deixam-nos algumas indicações pertinentes. Por um lado, referem que, entre 1969 e 2010, se verificou um aumento generalizado do capital de mobilidade. Contudo, este fez-se sentir sobretudo nos países da OCDE. O mundo tornou-se, neste aspeto, mais fragmentado e os países com menores índices de desenvolvimento ficaram mais longe destas trajetórias globalizantes. Estados ditaturiais, com menores rendimentos *per capita*, com

níveis mais elevados de conflitualidade, vão constituindo *clusters* de maior encerramento e de cidadãos com menos capital de mobilidade.

Para os mesmos autores, entre 2010 e 2017, a tendência de fragmentação mantém-se. Verifica-se um aumento global do capital de mobilidade, isto é, dos passaportes que permitem a circulação, sem vistos, para um maior número de Estados. No entanto, neste mesmo intervalo temporal, a fragmentação e as desigualdades aumentam. Nesse período, muito por pressão dos fluxos turísticos, a liberdade de viajar sem visto aumentou para os cidadãos de 88% dos países. Contudo, verificou-se um retrocesso no que se refere à mobilidade de potenciais viajantes provenientes de países africanos e de Estados do Próximo e Médio Oriente, como a Síria, a Líbia, o Iémen ou o Afeganistão, facto ao qual não é alheia a distribuição espacial dos conflitos da última década.



Figura 1 – *Passport Index* (2017): classificação dos passaportes nacionais, de acordo com o número de países para os quais os respetivos cidadãos podem viajar sem necessidade de visto (Fonte: https://www.passportindex.org/, consultado a 20 de abril de 2017).

Observando a cartografia destes passaportes, entre os mais e os menos poderosos (Figura 1), não é difícil fazer um ajustamento aproximado entre este *passport index* e, numa proporcionalidade direta, valores como o Índice de Desenvolvimento Humano, um indicador composto, calculado anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Ainda que seja difícil estabelecer uma relação de causa-efeito (o capital de mobilidade espacial aumenta com o desenvolvimento humano ou

acontece o contrário?), os passaportes mais poderosos estão na posse dos cidadãos dos Estados com indicadores de desenvolvimento mais favoráveis ou, como referem Mau *et al* (2015), dos países da OCDE, ainda que se encontrem exceções. Em 2017, no topo da lista mundial, os portadores de passaportes provenientes da Alemanha e de Singapura conseguem viajar para 159 países sem necessidade de visto. Logo de seguida, Suécia e a Coreia do Sul (158) e, a curta distância (entre 156 e 157), um número alargado de países europeus, ocidentais e de desenvolvimento humano elevado, entre os quais a Dinamarca, a Finlândia, a Itália e a França, mas também o Japão, os EUA e, entre outros, a Suíça e Portugal.

Em sentido contrário, encontramos países a partir dos quais a mobilidade espacial é mais difícil. Apenas alguns exemplos: um passaporte afegão apenas dá acesso a 22 países sem a apresentação do necessário visto. Paquistão, Iraque, Síria, Sudão, Bangladesh, Iemen, Eritreia ou Líbia são outros dos territórios políticos a partir dos quais é difícil a viagem para o resto do mundo.

Não será coincidência o facto de muitos destes países estarem na origem de alguns dos maiores fluxos de refugiados da última década, questão que terá implicações diretas e indiretas nas questões da segurança. Não possuir um passaporte apropriado implica seguir rotas informais e mais arriscadas, mesmo que se pague por um trajeto de fuga clandestina um valor muito acima do necessário para uma mais segura viagem de avião (Harford, 2018). Significa isto que o alargamento dos muros e das restrições ao movimento (neste ponto de vista, os vistos podem ser considerados uma barreira institucional) acabam por ter efeito direto no reforço dos flexíveis e difusos atores multiterritoriais associados ao crime, ao tráfico de pessoas e às estratégias clandestinas de passagem de um país para outro (Tinti & Reitano, 2018).

4. Notas finais

Em suma, enquanto fator e símbolo de uma cidadania diferenciada, esta geografia dos passaportes é resultado, por um lado, dos muros assimétricos e, por outro, das desigualdades que caraterizam o sistema e a população mundial. A ideia de um mundo livre e em movimento está distante da realidade. O mito da globalização na qual todos se deslocam sem restrições é uma ideia apressada e de senso comum. À escala global, são muitos os atritos que se colocam à mobilidade espacial. São também extensas as faixas demográficas encravadas em geografias mais ou menos confinadas, populações para as quais está limitado, ou mesmo vedado, o exercício da mobilidade enquanto projeto de vida. O direito à viagem está desigualmente repartido e é um dos responsáveis pela complexa cartografia das desvantagens comparativas. A deslocação para fins de lazer, estudo, exercício de uma atividade económica ou procura de espaço de segurança e paz não é um direito universal.

Este facto aumenta a precariedade e promove os fluxos informais. Ao mesmo tempo, reforça o poder de redes criminosas multiterritoriais que se promovem pelo medo, pelos sentimentos de

insegurança e pelos obstáculos ao acolhimento e à hospitalidade. Em diferentes escalas geográficas, o levantamento de um muro pode ser entendido como um sinal de repulsa e negação da alteridade.

Em síntese, o passaporte é uma janela para se entenderem as contradições do mundo. A sua instituição, e uniformização, ocorreu na sequência de uma visão integrada e de um processo gradual de concertação alargada. Contudo, enquanto instrumento de regulação, controlo e vigilância dos movimentos formais, este documento é um fator de diferenciação da cidadania à escala global e um retrato das distâncias que separam as populações. Esta cartografia de heterogeneidades traduz, num certo sentido, as espacialidades do medo que, de modo crescente, vão marcando as vivências quotidianas e a Geografia Política contemporânea.

5. Bibliografia

BAUMAN, Z. (2000). *Liquid modernity*. Cambridge Polity Press.

DAVEZIES, L. (2015). *Le nouvel égoïsme territorial. Le grand malaise des nations*. Paris: La Republique des Idees/Seuil.

FOUCHER, M. (2007). *L'obsession des frontières*. Paris: Perrin.

GOODHART, D. (2017). *The Road to Somewhere: The Populist Revolt and the Future of Politics*. London: C Hurst & Co Publishers Ltd.

HAESBAERT, R. (2014). *Viver no limite*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

HARFORD, T. (2018). *50 Coisas que mudaram o mundo*. Lisboa: Objectiva.

HARVEY, D. (2002). *The condition of postmodernity*. Cambridge: Blackwell.

JONES, R. (2012). *Border walls. Security and war on terror in the United States, India and Israel*; London and New York: Zed Books.

KALM, S. (2017). Standardizing Movements: The International Passport Conferences of the 1920s. Stance, 8, 1-38.

MAU, S., GÜLZAU, F., LAUBE, L. & ZAUN, N. (2015). The Global Mobility Divide: How Visa Policies Have Evolved over Time. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 1-22.

MUSSET, A. (2015). De los lugares de espera a los territorios de la espera. ¿Una nueva dimensión de la geografía social? *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, 61/2, 305-324.

QUÉTEL, C. (2014). *Histoire des murs*. Paris: Perrin.

SOJA, E. (1971). *The political organization of space*. Washington: Association of American Geographers; Washington.

STEINER, G. (2007). *A ideia de Europa*. Lisboa: Gradiva.

TINTI, P. & REITANO, T. (2018). *Migrant, refugee, smuggler, savior*. London: Hurst & Company.

AS ORGANIZAÇÕES COLETIVAS DO CAMPO DA MESORREGIÃO DA ZONA DA MATA MINEIRA, BRASIL: FORMAS DE RESISTÊNCIA OU DE ADAPTAÇÃO?

Edna Lopes MIRANDA
Programa de Pós graduação em Extensão Rural/Univ. Federal Viçosa
edna.miranda04@hotmail.com
Ana Louise de Carvalho FIÚZA
Departamento de Economia Rural/ Univ. Federal Viçosa
María Dolores Sánchez FERNÁNDES
Universidad de Coruña

Resumo

Este estudo teve por objetivo analisar o repertório de ação coletiva das Organizações Coletivas do Campo da mesorregião da Zona da Mata Mineira, Minas Gerais, Brasil. Este estudo foi realizado a partir da análise de duas Organizações: a dos pequenos agricultores (MPA) e da agroecologia. Neste sentido, assumimos a perspectiva teórica de Manoel Carlos Silva (1998) e James Scott (1985), que defendem a necessidade de se considerar as formas cotidianas de resistência dentro dessas Organizações. Adotou-se como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e a análise documental das Organizações investigadas. Os resultados mostraram que a estratégia de atuação da Organização Coletiva dos pequenos agricultores se situava entre um repertório cotidianamente construído e embates contra as formas de dominação do modelo agrícola capitalista. Já a análise da Organização agroecológica revelou que seu repertório de ação se dava em prol da implementação de práticas sustentáveis relativas ao uso da terra, o que confere às ações uma orientação cultural. Os pequenos agricultores que participaram dessas duas Organizações apresentaram elementos de reciprocidade e também dispositivos de organização coletiva por meio da realização de feiras livres, possibilitando relações diretas entre produtores e consumidores. Constatou-se assim, que, a terra deixou de ser percebida pelos participantes como um meio para a produção agrícola e ganhou notoriedade como uma componente importante de reprodução de um modo de vida.

Palavras chave: Organizações Coletivas do Campo, agricultores familiares, ação coletiva.

Abstract

This study aimed to analyze the repertoire of collective action of the Collective Organizations of the Field of the mesoregion of the Zona da Mata Mineira, Minas Gerais, Brazil. This study was carried out based on the analysis of two organizations: small farmers (MPA) and agroecology. In this sense, we assume the theoretical perspective of Manoel Carlos Silva (1998) and James Scott (1985), who defend the need to consider the daily forms of resistance with these Organizations. Adopted as methodological procedures research bibliographic and documentary analysis of the organizations investigated were. The results showed that the strategy of action of the Collective Organization of small farmers was between a daily repertoire and attacks against the forms of domination of the capitalist agricultural model. The analysis of the agroecological organization revealed that its repertoire of action was in favor of the implementation of sustainable practices related to land use, which gives the actions a cultural orientation. The small farmers who participated in these two Organizations presented elements of reciprocity and also devices of collective organization through the realization of free fairs, enabling direct relations between producers and consumers. It was thus found that the land ceased to be perceived by participants as a means for agricultural production and gained notoriety as an important component of reproduction of a way of life.

keywords: Collective Field Organizations, Family Farmers, Collective Action

1. Introdução

As ações e estratégias de resistência desenvolvidas peças Organizações Coletivas do Campo[1] vêm criando condições para que as suas demandas sejam publicizadas e cheguem até as instâncias decisórias do Estado. Neste sentido, as associações agrárias, as cooperativas e movimentos sociais trazem, na sua gênese, a característica de contestação da realidade na qual estão inseridos e se organizam para promover a ruptura de uma situação de ausência de direitos (Martins, 1981; Telles, 1985; Touraine, 1994, Navarro, 1996; Sader, 1995, Gohn, 2003; Picolotto, 2007).

Ademais, a literatura corrente sobre as Organizações Coletivas do Campo têm valorizado as práticas de luta e de resistência, desempenhadas pelos movimentos sociais em escala pública e institucional, como a realização de grandes encontros, marchas, eventos e manifestações, que criam um fato político e garantem grande repercussão na sociedade. Entretanto, existem outras práticas que extrapolam os limites destas Organizações e estão assentadas nas relações micro fundamentadas sócio e culturalmente. Estas são gestadas por uma lógica de mobilização e ação coletiva inscrita nas relações sociais cotidianas, na qual implica em um aprendizado que não está limitado somente à conquista das condições materiais (geração de renda, direito a educação, saúde, lazer etc), mas se baseia em uma dimensão simbólica da ética moral, dos valores, da cultura e costumes do homem do campo. Ou seja, são práticas para além das Organizações, cuja resistência não está circunscrita a enfrentamentos amplos e estruturais, mas geram práticas de resistência e ou adaptação que podem repercutir no cotidiano dos pequenos agricultores.

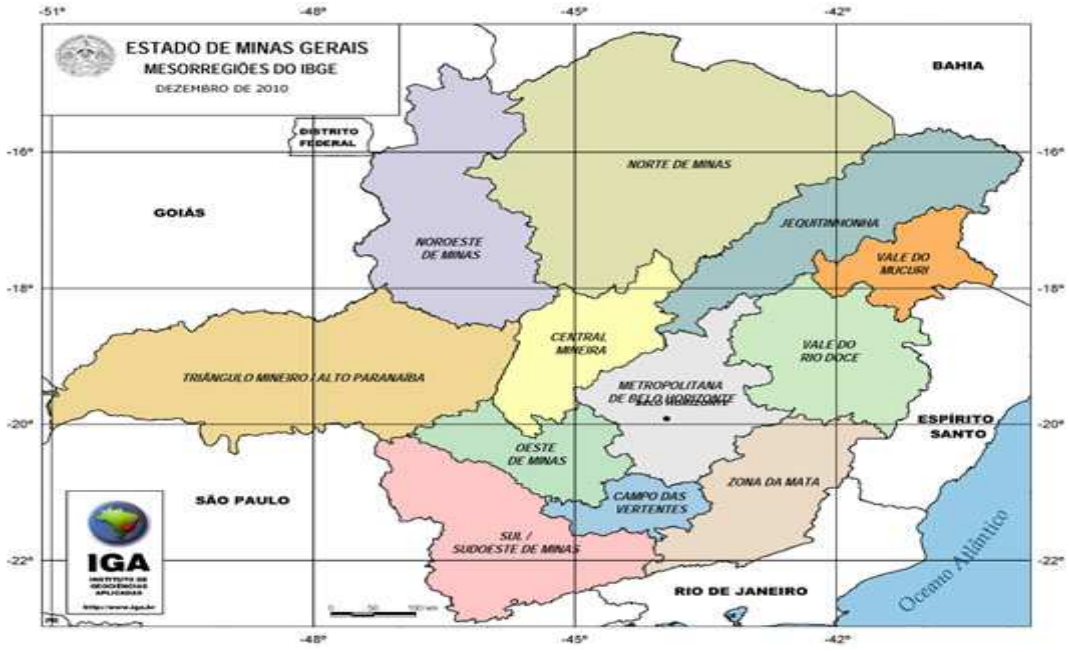


Figura 1- Localização da mesorregião da Zona da Mata Mineira
Fonte: Instituto de Geociências Aplicadas, 2012

[1]A utilização neste trabalho do termo Organizações Coletivas do Campo não tem como objetivo cunhar mais uma sigla entre as tantas já existentes nas discussões sobre o desenvolvimento rural, mas sim enfatizar o caráter diferenciado das experiências estudadas, que pode trazer aspectos positivos para o campo dos estudos rurais

Assim, o que procuramos com este estudo, é colocar a experiência dos sujeitos envolvidos diretamente nas Organizações Coletivas do Campo no centro de nossa análise, discutindo e compreendendo a escala da luta camponesa não basta apenas considerar o destino da produção agrícola, mas também sua dimensão política e a interação dos pequenos agricultores dentro do repertório de ação coletiva. Consideramos interessante a abordagem de Melucci (2001) para a análise das duas Organizações Coletivas do Campo da mesorregião da Zona da Mata Mineira como mostra o mapa a seguir, por destacar que a atuação dos mesmos se dá nos sistemas microssociais, ou seja, não estariam necessariamente interessados na construção da hegemonia dentro do Estado, mas pela conquista de direitos específicos de uma determinada classe ou categoria.

Localizada no sudeste do estado de Minas Gerais, na divisa com os Estados do Rio de Janeiro

e Espírito Santo, a Zona da Mata Mineira é constituída por 142 municípios, divididos em sete microrregiões (Cataguases, Juiz de Fora, Muriaé, Ubá, Manhuaçu, Ponte Nova e Viçosa). Por sua vez, a Zona da Mata Mineira, possui área de 35.747,729 Km², que corresponde a 6,09% da área do estado de Minas Gerais. Em 2010, detinha 7,8% do PIB e 11,9% da população de Minas Gerais, segundo dados do IBGE (2010). Segundo Comerford (2003), no início da ocupação da Zona da Mata Mineira, as fazendas de café foram implantadas ao lado de áreas ocupadas por sitiantes de poucos recursos, através dos quais as famílias com mais posses obtinham doações de sesmarias, consolidando domínios relativamente extensos, e famílias de menos recursos também se aposseavam de terrenos e estabeleciam suas lavouras, o que resultou em intensas disputas pela posse de terra nesta região. Ao longo de sua história, a mesorregião da Zona da Mata Mineira exerceu progressiva mudança na especialização econômica da região, destacando-se como berço da extração do ouro no século XVIII e que, com o declínio do ciclo do ouro, especializou-se ao longo do século XIX na agricultura e na pecuária.

Os municípios que compõem a mesorregião da Zona da Mata têm a menor concentração fundiária de Minas Gerais (média de 40 hectares por propriedade rural), possuindo características marcadamente rurais, em que predomina a pequena propriedade de caráter familiar (RICCI, 2002). Com base neste contexto, a mesorregião da Zona da Mata Mineira se caracteriza pelas estratégias de reprodução social e econômica desempenhadas pelos agricultores familiares face à realidade de ameaças e privações decorrentes da dinâmica capitalista de produção. Neste sentido, os agricultores familiares começaram a se organizar em meados de 1980, formando as organizações coletivas do campo. Por conseguinte, é necessário compreender o processo de socialização e as práticas cotidianas dos pequenos agricultores para entender, se de fato, ocorre uma resistência ou uma adaptação de suas práticas a partir da sua participação nos movimentos sociais rurais. Com base nestas reflexões, este estudo teve por objetivo analisar o repertório de ação coletiva das Organizações Coletivas do Campo da mesorregião da Zona da Mata Mineira, Minas Gerais, Brasil.

2. Resistência e adaptações

A defesa dos interesses dos pequenos agricultores perpassa por escolhas morais articuladas em suas diferentes vivências cotidianas, permitindo que estes resistam àqueles que estão em posições dominantes nas relações sociais que estabelecem. A compreensão é a de que as práticas sociais são realizadas pelos indivíduos tanto em seu tempo "histórico", quanto em seu sentido mais restrito, ou seja, o chamado tempo "cotidiano", isto porque, como lembra Bourdieu (1980), o *habitus* dos agentes sociais circunscreve em um sistema de disposições (modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar) que nos levam a agir de determinada forma em uma dada situação. Portanto, Bourdieu (1980) defende o desenvolvimento de um "sistema de disposições", associado à trajetória no espaço social. O ponto central da sua análise está circunscrito por uma via de mão dupla entre as estruturas objetivas (dos campos sociais) e as estruturas incorporadas (do *habitus*).

Neste sentido, para compreender o repertório de ação dos participantes das Organizações Coletivas do Campo, entendemos as suas estratégias como vistas por Scott (2002), ou seja, são formas cotidianas de resistência, que possuem uma dimensão oculta, que não ficam tão públicas e por isso não geram um confronto aberto. Para tratar das práticas de resistência, assumimos neste estudo, a perspectiva defendida pelo antropólogo americano James Scott, que coloca a necessidade de considerarmos as formas de agir e o sentido que os agricultores atribuem a sua cotidianidade, ou seja, o que ele denominou de "formas cotidianas de resistência". Este conceito foi desenvolvido com base em trabalho etnográfico com os camponeses realizado por Scott (1985) no final da década de 70, em uma pequena aldeia da planície Muda, localizada no Estado de Sedaka, Nordeste da Malásia.

Esta aldeia de camponeses se dedicava tradicionalmente à agricultura do arroz e, ao chegarem as mudanças trazidas pela revolução verde, especialmente a utilização de máquinas de ceifar e trilhar, a desigualdade entre os pobres aumentou de forma considerável, porque vários trabalhadores da colheita do arroz perderam seu emprego. Nesta aldeia, os conflitos de classe não se expressaram através de movimentos organizados, mas por meio de uma série de práticas e representações inseridas no espaço rural cotidiano, ou seja, as chamadas formas de resistência cotidiana, que segundo este mesmo autor constituem na: "luta prosaica, mas constante entre o campesinato e aqueles que buscam extrair trabalho, comida, impostos, rendas e juros dos camponeses" (Scott: 1985, pp. 32-33)

Além disso, Scott (1985) também observou que, em virtude do alcance limitado da vigilância e da dominação como um todo, esses camponeses se apropriavam de pequenas quantidades de produtos agrícolas, em especial de arroz, que em outras concepções essas resistências poderiam ser entendidas como delitos ou roubo. Entretanto, na concepção de Scott (2002) tais "delitos" são legítimos, pois é inerente a um senso de justiça moral, já que esses camponeses faziam isto para sobreviverem de forma muito elementar e retiravam esse arroz de grandes proprietários de terra, evidentemente não logravam largas vantagens, nem individuais, nem coletivas, muito menos vantagens monetárias. Compartilhando desta mesma perspectiva, outros estudos relacionados à história do campesinato (Thompson, 1987; Silva, 1998), trazem á necessidade de considerarmos as formas de agir e o sentido que os agricultores atribuem a sua cotidianidade diante dos processos de

dominação e exploração em que estão envolvidos. É interessante ressaltar que estes autores também buscam superar o determinismo das perspectivas teóricas fundamentalmente estruturalistas, que acaba tornando invisíveis as ações dos indivíduos.

Neste contexto, Thompson (1987) utiliza o termo "sujeitos sociais" e propõe uma metodologia de análise que procura justamente colocar estes sujeitos no centro dos processos sociais, de modo que possam ser compreendidos como seres ativos e reflexivos através de suas experiências. Estas interpretações têm apontado que em uma relação de dominação, o polo considerado subordinado deve ser pensando como parte ativa de uma relação e como parte que interessa ao subordinador. Resgatando as observações de Simmel (1986, p.108), os autores enfatizam que "toda relação de dominação é um caso de interação e ao dominante não interessaria ver sua influência anular a vontade do outro".

As lentes teóricas desenvolvidas por estes autores nos permitem enxergar uma tessitura das formas e modos de resistência dos agricultores que se desenvolvem através da "intriga", dos questionamentos, da memória e dos discursos ocultos presentes em suas práticas cotidianas e que dão corpo a uma estruturação do conflito que se traduz em outra lógica, muito típicas em contextos onde o conflito não é institucionalizado (Scoot, 2002). Neste contexto, partimos da hipótese de que as formas de resistência e ou adaptação desenvolvidas pelos agricultores que participam das Organizações Coletivas do Campo, não estão circunscritas apenas no confronto direto com seus opositores, mas pelos atos cotidianos em uma negociação silenciosa.

3. Metodologia

Adotou-se como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica (livros, teses, dissertações, artigos científicos) e a análise documental de duas Organizações Coletivas do Campo presente na mesorregião da Zona da Mata Mineira: o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento Agroecológico. Para alcançar o objetivo proposto esta pesquisa foi executada em dois momentos complementares: em um primeiro momento, foi realizada a coleta de dados através de pesquisas bibliográficas e em um segundo momento a análise documental de atas de reuniões, panfletos e material de divulgação das duas Organizações investigadas. A mesorregião da Zona da Mata Mineira[2] se caracteriza por apresentar uma elevada concentração de pequenas propriedades (menos de 100 ha), onde se predomina a agricultura de base familiar. Acrescenta-se também, o fato de estes municípios, possuírem uma grande capacidade histórica de mobilização da sociedade civil, em que as experiências de movimentos de base político-religiosas, ancoradas na ação das pastorais sociais católicas, contribuíram para formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, dos Movimentos Sociais Rurais e das Cooperativas e Associações de Agricultura Familiar (Freitas, Freitas, 2013).

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) de caráter popular e nacional nasceu das lutas e resistências a marginalização das famílias camponesas. Suas práticas sociais e sua organização

[2] Localizada no sudeste do estado de Minas Gerais, na divisa com os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, a Zona da Mata Mineira é constituída por 142 municípios, divididos em sete microrregiões: Cataguases, Juiz de Fora, Muriaé, Ubá, Manhuaçu, Ponte Nova e Viçosa (IBGE,2010)

buscam recriar o mundo do trabalho, da cultura e da vida dos camponeses. Entretanto, quando nos referimos ao MPA como movimento social, pensamos nele não apenas como espaço para compreender as transformações sociais do ponto de vista do poder político, mas pensamos também do ponto de vista do poder de agência dos atores sociais que nele estão envolvidos, gerando novas práticas e sociabilidade no campo. Na Zona da Mata Mineira, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) surgiu a partir do fim dos anos 1990, onde buscava enfrentar ás condições adversas do capitalismo produtivista, passando a se organizarem localmente, tanto frente às imposições do poder estatal centralizado quanto à própria ausência do Estado.

O Movimento Agroecológico na Zona da Mata Mineira remonta a década de 1980, quando se utilizava o termo agricultura alternativa. Desde as suas origens, o movimento da agroecologia na região tem sido marcado pela articulação estabelecida pelos pequenos agricultores e organizações sindicais para o combate a um legado histórico de exclusão e expropriação dos seus meios de produção. A mobilização do Movimento agroecológico contou primeiramente com a participação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que embasada na Teologia da Libertação buscou conscientizar os agricultores, no sentido de buscar condições para lutar por seus direitos (CTA, 2002).

4. Resultados e Discussões

Os resultados mostraram que as estratégias de atuação dos agricultores que participam destas Organizações se situavam entre um repertório cotidianamente construído no trabalho e na sociabilidade entre os agricultores, com também embates contra as formas de dominação do modelo agrícola capitalista. A partir desses questionamentos, podemos constatar que a organização produtiva familiar dos pequenos agricultores, bem como a prática da agricultura agroecológica, confunde-se com o próprio pertencimento à localidade, ao gosto pela terra e pela tradição e se destaca como uma condição para manter um modo de vida que seria impensável em outros espaços, principalmente na cidade. Constatou-se entre os agricultores uma espécie de significado simbólico da terra, ao ponto de afirmarem que não se desfariam dela em troca de outra atividade.

No entanto, mesmo sendo esta uma concepção majoritária entre os agricultores, vale ressaltar que o significado material e real do patrimônio também permeia as relações na produção familiar e consequentemente reafirma sua resistência ao modelo produtivista de produção capitalista. Neste contexto, a identidade dos agricultores familiares é constituída a partir de tradições, saberes, crenças, comportamentos e valores, que consideram tanto as dimensões materiais quanto simbólicas.

Observou-se que as formas de resistência dos pequenos agricultores se orientavam pelas tradições, por hábitos e costumes que se perpetuam, por uma relação de pertencimento com a terra e com o território, o que vem fortalecer o pensamento de Candau (2011) de que não existe identidade sem memória, assim como não há memória sem identidade.

Diante do exposto, constatou-se que formas de resistência dos pequenos agricultores foram adquiridas através da memória coletiva, ou seja, pelas práticas sociais vivenciadas pelo grupo em seu cotidiano. Esta cartografia subjetiva da resistência dos agricultores nos trouxe uma representação

crítica da realidade, evidenciando como estes atores sociais se organizam em seu espaço cotidiano, seja pela resistência e/ou adaptação ao modo capitalista de produção, como mostra a figura 2.

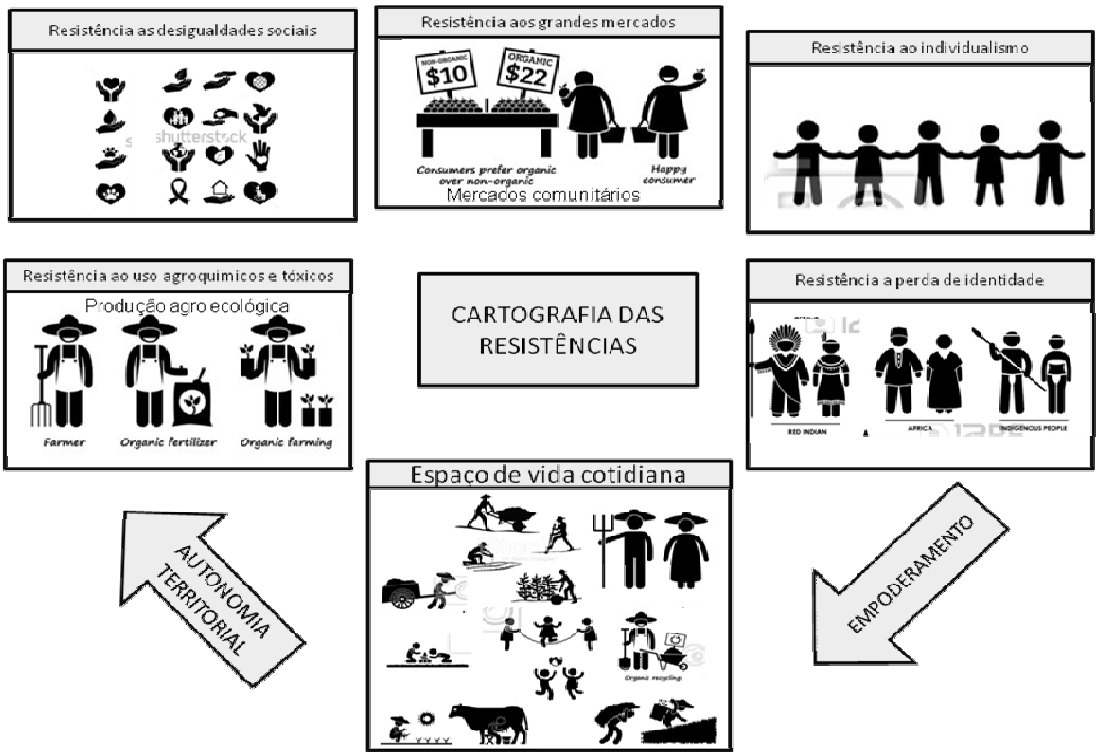


Figura 2: Cartografia subjetiva da resistência dos pequenos agricultores da mesorregião da Zona da Mata Mineira /Brasil (Fonte: Dados da pesquisa (2016))

Partindo desta análise cartográfica, pode-se observar que os pequenos agricultores da Zona da Mata Mineira têm em comum o fato de privilegiarem as ações não violentas, mas que levam a enfrentamentos, como, por exemplo, a resistência ao uso dos agrotóxicos, aos grandes mercados, ao individualismo mercadológico próprio do capitalismo e, principalmente, à perda da identidade e de um "modo de vida" das pessoas que moram no meio rural.

Desta forma, as práticas sociais desenvolvidas pelos agricultores partem de um discurso no qual o agricultor familiar é valorizado e reconhecido pela sua experiência. Embora o cotidiano dos agricultores em sua organização produtiva seja também marcado por assimetrias e conflitos, eles evidenciam a possibilidade de criar coletivamente espaços de relações simétricas, através das práticas e atividades costumeiras desenvolvidas nas comunidades rurais.

Estes espaços estão presentes nos círculos de cooperação e solidariedade, nas assembleias e reuniões das Organizações, nas manifestações culturais (festas religiosas, quadrilhas e festa da colheita) e na vida cotidiana dos agricultores. Este cotidiano, por sua vez, deve ser entendido como um espaço singular em que se dão as vivências pessoais, os diferentes tipos de trocas e as mais variadas formas de resistência, que se balizam por uma autonomia territorial.

De posse dos resultados, esta cartografia subjetiva da resistência mostrou que as estratégias dos pequenos agricultores se situam entre um repertório cotidianamente construído por práticas

rotineiras, cujo repertório de ação não se dá somente pelo acesso à terra, mas também em prol da implementação de práticas relativas ao seu uso, o que confere à sua luta uma nova orientação cultural. Diante deste contexto, a cartografia de atuação dos agricultores sinalizou novas formas de produção e organização social da vida e do trabalho, nas quais se valoriza a autonomia do agricultor.

Os resultados mostraram ainda, que o repertório de ações dos agricultores que participam do Movimento dos Pequenos Agricultores era construído cotidianamente, por um conjunto de ações caracterizadas tanto por práticas voltadas para a adaptação nas formas de produzir e como comercializar os produtos agrícolas, como por assegurar um modo de vida específico orientado por práticas tradicionais. Já a análise da Organização agroecológica revelou que seu repertório de ação se dava em prol da implementação de práticas sustentáveis relativas ao uso da terra, o que confere às ações uma orientação cultural, onde os atores sociais buscam reivindicar uma relação mais equilibrada com a natureza.

Os pequenos agricultores que participaram dessas duas Organizações apresentaram elementos de reciprocidade e também dispositivos de organização coletiva por meio da realização de feiras livres, possibilitando relações diretas entre produtores e consumidores. Os resultados apontaram que o campo, longe de ser um espaço homogêneo e pacífico, está entranhado de diferentes conflitos sociais, nos quais a terra deixou de ser percebida como um meio para a produção agrícola e ganhou notoriedade como uma componente importante de reprodução de um modo de vida particular.

Estes resultados evidenciaram que nas duas Organizações Coletivas estudadas, as relações sociais, as práticas de reciprocidade e as redes sociais de cooperação são utilizadas como recurso para formas de trabalho e produção e assim assumem uma característica de resistência por parte dos produtores. As relações de proximidade, as trocas e atividades em conjunto entre as famílias, o interconhecimento relativo às amizades e aos vizinhos são elementos aglutinadores da vida social local destes agricultores.

Apesar do evidente fenômeno da mercantilização das práticas econômicas no campo, notou-se que os pequenos agricultores da mesorregião da Zona da Mata Mineira /MG têm realizado estratégias de resistência e também de reprodução social fundamentadas em relações de ajuda mútua, trocas de dias de trabalho e mutirão, oferecendo um horizonte profícuo acerca de como as lógicas mercantis podem ser contrapostas através de práticas cotidianas e das relações de proximidade entre as pessoas. Este aspecto também é apontado nos estudos de Schneider (2006), Scott (2002) e Silva (1998) ao enfatizarem a necessidade de se considerar as manifestações e práticas sociais não necessariamente hegemonizadas pelos agricultores em seu dia a dia.

A ética da subsistência, além da estratégia produtiva, pressupõe a manutenção de regras sociais baseadas em relações de reciprocidade do camponês com parentes, amigos, vizinhos e de modo mais distanciado, com o próprio Estado. Esta ética também serve de elemento balizador das relações de trabalho do pequeno agricultor e do seu comportamento diante do contexto sociopolítico implementado, como encontrado por Silva (1998) ao analisar os constrangimentos vividos pelos agricultores em consequências da modernização da agricultura nas famílias residentes das aldeias minhotas no Norte de Portugal. Quanto às transformações percebidas pelos produtores em seu modo de vida, houve

unanimidade na valoração das vantagens econômicas geradas pela organização, que refletiu significativamente na economia familiar dos produtores:

Acredita-se assim que, nas relações face a face, os pequenos agricultores tornam-se conscientes dos jogos de representação que marcam seu cotidiano de vida e de trabalho, podendo atuar ou representar de acordo com as regras já existentes. Diante do exposto, os resultados deste estudo vieram confirmar a hipótese de que as formas de resistência e ou adaptação desenvolvidas pelos agricultores que participam das Organizações Coletivas do Campo, não estão circunscritas apenas no confronto direto com seus opositores, mas pelos atos cotidianos em uma negociação silenciosa.

5. Conclusões

Este estudo mostrou que a construção de estratégias de resistência e/ou adaptação desenvolvidas pelos agricultores familiares na mesorregião da Zona da Mata Mineira/ Brasil, contribuíram para a revitalização do espaço rural, reafirmando a relevância da agricultura familiar no cenário nacional. Neste contexto, nota-se uma revalorização identitária do “ser agricultor familiar” na qual se assenta a capacidade dos agricultores em elaborar estratégias coletivas em defesa de um rural sustentável. Neste sentido, pode-se inferir que as Organizações Coletivas do Campo da mesorregião da Zona da Mata têm passado nos últimos anos por um processo significativo de diferenciação, incorporando tanto identidades coletivas distintas (agricultor familiar e camponês), quanto também na adoção de estratégias de resistência diferenciadas.

Diante do exposto, aponta-se o papel do campesinato na reprodução social da agricultura familiar e de um modo de vida específico, que na contraditoriedade do processo capitalista de produção têm utilizado mecanismos e estratégias de luta e resistência, no sentido de reproduzir-se socialmente. Sem a pretensão de esgotar o debate, espera-se que esta pesquisa possa contribuir para a elaboração de mecanismos e estratégias de reconhecimento e valorização do agricultor familiar, fornecendo informações para a criação e implementação de políticas públicas direcionadas aos movimentos sociais rurais e a agricultura familiar, bem como subsidiar outras pesquisas

6. Bibliografia

BOURDIEU, P. (1980). Esboço de uma teoria da prática. In ORTIZ, Renato, Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática.

CANDAU, J. (2011) Memória e identidade. São Paulo: Editora Contexto.

COMERFORD, J. Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999

CTA – CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA. (2002). Sistemas de Produção Agroecológicos. Revista 15 anos CTA.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F (2013).Análise institucional de mudanças organizacionais em um sistema cooperativo de crédito solidário em Minas Gerais. Revista de Administração Pública, 47(4),999 – 1020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).(2010).Censo demográfico de Araponga,2010. Araponga, Minas Gerais, 2010. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=310370.

MARTINS, J. S (1981). Os camponeses e a política no Brasil. São Paulo: Vozes.

MELUCCI, A. (2001). A invenção do presente : movimentos sociais nas sociedades complexas, Petrópolis: Vozes,2001.

NAVARRO, Z (1996). Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. In NAVARRO, Z. (org.). Política, protesto e cidadania no campo (pp. 54-86). Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS.

PICOLOTTO, E. L (2007). Novas identidades e novas dinâmicas dos movimentos sociais do campo na região sul do Brasil (Monografia de Especialização), Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

RICCI, R. A trajetória dos movimentos sociais no campo: história, teoria social e práticas de governos

. Revista Espaço Acadêmico, Maringá/PR, ano V, n. 54, p. 1-5, nov. 2002.

SADER, E (1995*).* Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de janeiro: Paz e Terra.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: FROEHLICH, J.M.; VIVIEN DIESEL. (Org.). (2006). Desenvolvimento Rural – Tendências e debates contemporâneos. Ijuí: Editora Unijuí.

SCOTT, J.(1985).Weapons of the Weak: everyday forms of peasant resistance. Yale University Press: New Haven and London.

SCOTT, J.(2002). Los dominados y el arte de la resistência. México: Ediciones Era.

SILVA, M. C. (1998). Resistir e adaptar-se: constrangimento e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal. Porto: Edições Afrontamento.

THOMPSON, E.P. (1987). Costumes em comum – Estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras.

COELHO, A. (2018). *Economia Circular: como lidar com a complexidade?*, The overarching issues of the european space - preparing the new decade for key socio-economic and environmental challenges, Porto, Fac. Letras Univ. Porto. pp. 278 -288

ECONOMIA CIRCULAR: COMO LIDAR COM A COMPLEXIDADE?

Ana COELHO
Circular Economy Portugal & Faculdade de Economia da UP
alcoelho.pt@gmail.com

Resumo

Os sistemas do mundo real são complexos, não bastando a mera análise das partes ou agentes, já que ligadas aos retornos das relações. Não há sistemas separados – há um continuum: as fronteiras ou limites dependem de objetivos e modelos pretendidos. Técnicas visam melhoria contínua, com a tecnologia digital e computação desenvolveram-se modelos que refletem o mundo e a sua complexidade. Big Data e a Internet of Things levam organizações e a sociedade a adotar conceitos que se tornam presentes no quotidiano. Na Educação, reconhece-se a natureza adaptativa e complexa do mundo real e usa-se pensamento em sistemas. Compreender como as partes se influenciam umas às outras num todo (e dentro dos contextos económico, ambiental e social) e a relação do todo com as partes é crucial.

Pensar em sistemas relaciona-se com os sistemas do mundo real: não lineares, ricos em feedback, e interdependentes. Nestes, condições iniciais e feedbacks têm consequências surpreendentes, com resultados não proporcionais aos inputs. Não geríveis no sentido linear, exigem maior flexibilidade e adaptabilidade às mudanças.

Este artigo procura responder ao como pensar em sistemas para lidar com a complexidade atingindo maior eficácia; mostrar como gerar metabolismos cíclicos que permitem sinergias com acumular de inteligência; analisar o que podem ser princípios de sistemas complexos, o que se entende por “pensar em sistemas” em eficiência vs. eficácia para identificar problemas e oportunidades, e a utilidade da tecnologia de ponta para a noção do todo. Mostrar atividades que exploram a interconectividade, a resiliência e as fases de transição de sistemas adaptativos complexos, e como são importantes para transições de paradigma como o novo da Economia Circular.

Palavras-chave: Sistemas complexos, Pensar em Sistemas, Inovação, Educação, Economia Circular

Abstract

Real-world systems are complex, not understandable through simple analysis of the parts or agents, hence these are linked to the returns of the bonds. There are no separate systems - there is a continuum: the boundaries or limits depend on purposes and intended models. Techniques search for continuous improvement, with digital technology and computing models that reflect the world and its complexity models were developed. Big Data and Internet of Things lead organizations and society to adopt concepts that are present in our daily lives. In education, the adaptive and complex nature of the real world is recognized and systems thinking is used. Understanding how the parties influence each other within a whole (and in the economic, environmental, and social contexts) and the relationship of the whole to the parts is crucial.

Systems thinking is related to real-world systems: nonlinear, feedback-rich, and interdependent. In these, initial conditions with feedbacks lead to surprising consequences, with results not proportional to inputs. Such systems nonlinear, require greater flexibility and adaptability to changes.

This article addresses how to think of systems to deal with complexity and achieve more effectiveness than efficiency; how to generate cyclic metabolisms that allow synergies with the accumulation of intelligence; what can be the principles of complex systems, what is meant by "thinking in systems" in an efficiency, to identify problems and opportunities, and the usefulness of cutting-edge technology to know the whole. Show activities that explore interconnectivity, resilience, and transition phases of complex adaptive systems, and how these are important for transitions of paradigm as the new of the Circular Economy.

Keywords: Complex System, Systems Thinking, Innovation, Education, Circular Economy

1. Introdução

O nosso sistema económico (que nos fornece todos os bens e serviços necessários para um padrão de vida moderno) não opera sem o apoio dos sistemas ecológicos de plantas e animais, e das suas interrelações (colectivamente conhecidos como biosfera) e não vice-versa. A maior parte dos sistemas do mundo real são complexos. As ciências complexas são diversas e as suas raízes encontram-se, por exemplo, nas leis da termodinâmica em que a geração de resíduos deve igualar a extração de recursos, ou seja, a matéria proveniente do ambiente deve igualar a matéria que será depositada no ambiente, tendo presente que quanto mais matéria for extraída, mais resíduos serão gerados e que há limites para as possibilidades de reciclagem dentro do sistema, logo, consequentemente, os resíduos não recuperáveis tendem a aumentar (Pearce, Turner, 1990).

A complexidade constrói-se a partir de uma amálgama de disciplinas como a biologia, a física e as ciências sociais que são base para a computação, por exemplo. A economia é um sistema adaptativo complexo, fortemente associado a sistemas ecológicos. Aspeto que está claramente presente no modelo da Economia Circular, na medida em que desenhar um produto ou serviço exige considerar as interações de sistemas económico com ecológico ao longo do seu ciclo de vida. Os sistemas complexos são frequentemente designados como adaptativos, porque conseguem adaptar-se às mudanças de ambiente, no entanto, não existem em sentido estrito, sistemas separados – o universo é um *continuum* (Figura 1 e Figura 2).

2. Complexidade: conceptualização e relevância

David Hockney, artista inglês considerado dos mais influentes no século XX, representou a ideia de uma imagem mais alargada em que se invertermos a nossa visão temos uma infinidade de perspectivas: vemos um enquadramento mais alargado (Figura 1), já que a nossa perspetiva nos dá uma visão limitada. Esta não é de todo uma ideia nova. A ideia de transformação contínua no universo – o ouroboros: a serpente a comer a sua cauda é um símbolo com milhares de anos – é uma ideia antiga, mas não temos que lidar com uma ideia à moda antiga (Webster, 2015).

O diagrama da Figura 2 sugere que a maioria dos sistemas é dinâmico e é uma complexidade ordenada. Anteriormente, pensava-se que a maioria era sistemas mecânicos, lineares, determinísticos ou o oposto – aleatórios. Neste último caso, estes tratam-se através da estatística. Olhar para os sistemas com *feedback* (retorno), foi algo que os computadores nos permitiram passar a fazer. Agora, a lógica será: se a maioria dos sistemas são complexidade ordenada, então a nossa atenção em termos educativos deverá ser compreender esta complexidade ordenada, acima de tudo porque este é o mundo real (Webster, 2015). É muito mais confortável a visão estática do mundo, mas o mundo é muito mais uma composição de sistemas complexos, daí ser uma visão dinâmica (Quadro I).

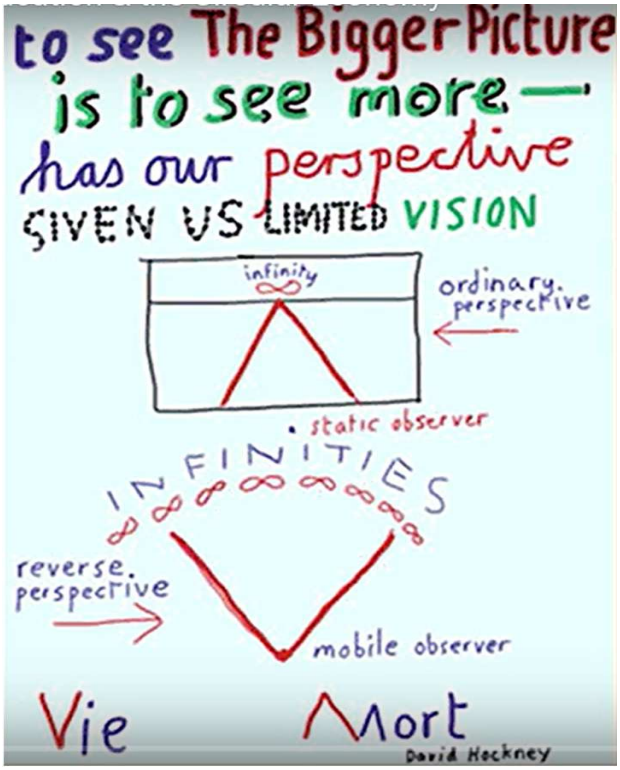


Figura 1- Imagem de David Hockney. Fonte: Webster, 2015

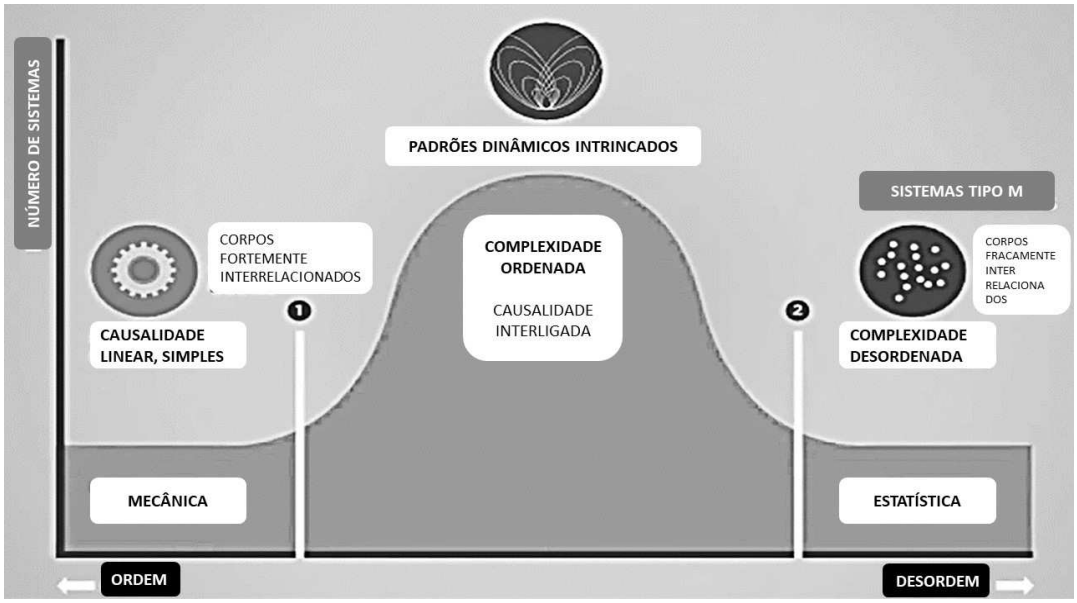


Figura 2- Sistemas por prevalência e tipo. Fonte: EMF, 2014 (adaptado)

Quadro I - Visão dinâmica (sistemas complexos).

Visão dinâmica (sistemas complexos)
FLUÍDO
FLUXO
SISTEMA ABERTO
CAUSALIDADE CIRCULAR • Estabilidade dinâmica • Estado estacionário • Contínua rotatividade
EQUILÍBRIO DE FLUXO
Exemplo: UMA CÉLULA
COMPORTAMENTO DE SISTEMAS • Imprevisível • Irreproduzível • Irreversível

Fonte: Webster, 2015 (adaptado)

Uma economia é um sistema dinâmico em que existe possibilidade de melhoria contínua (Webster, 2015). No século XXI, os economistas são jardineiros a moldar a economia à medida que evolui (Raworth, 2017). Temos de mudar para um modelo que se baseie mais nos princípios agrícolas, em que não nos baseamos tanto nos resultados do desenvolvimento, mas mais no criar condições para florescer (Raworth, 2017, Webster, 2015).

Um exemplo de um sistema complexo de complexidade ordenada é a forma como vivem as formigas. As formigas são uma espécie eficiente e eficaz. Os serviços e as técnicas da natureza são, regra geral, muito mais eficazes e mais sustentáveis do que as abordagens técnicas de engenharia (Pedersen, Storey, 2007). As formigas fazem com que todo o seu sistema prospere garantindo a sua sobrevivência. São organismos altamente evoluídos. Constroem cidades, sistemas de transporte, cemitérios, ar condicionado e sistemas de reciclagem de resíduos. Dividem o trabalho em agricultores, soldados, professores e adolescentes, entre outros. Têm todos os tipos de trabalhadores. A sua biomassa é maior do que a dos humanos, mas as formigas têm regras que mantêm, são as regras para produção benigna e benéfica que, embora com uma biomassa maior, o seu impacto para o ambiente é positivo. Aprendemos sobre a natureza, mas aprender com a natureza essa é que é a profunda mudança (Benyus, 2002).

A Economia Circular trata-se de um modelo constituído por um modelo de desenvolvimento contínuo e positivo focado na preservação e aumento do capital natural, optimizando recursos e minimizando os riscos dos sistemas, ao gerir os *stocks* (materiais) finitos e os fluxos de energias renováveis, mantendo os componentes e materiais dos produtos na sua melhor utilização e valor (EMF, 2015). É uma ideia diferente do que deve ser a economia (Figura 3).

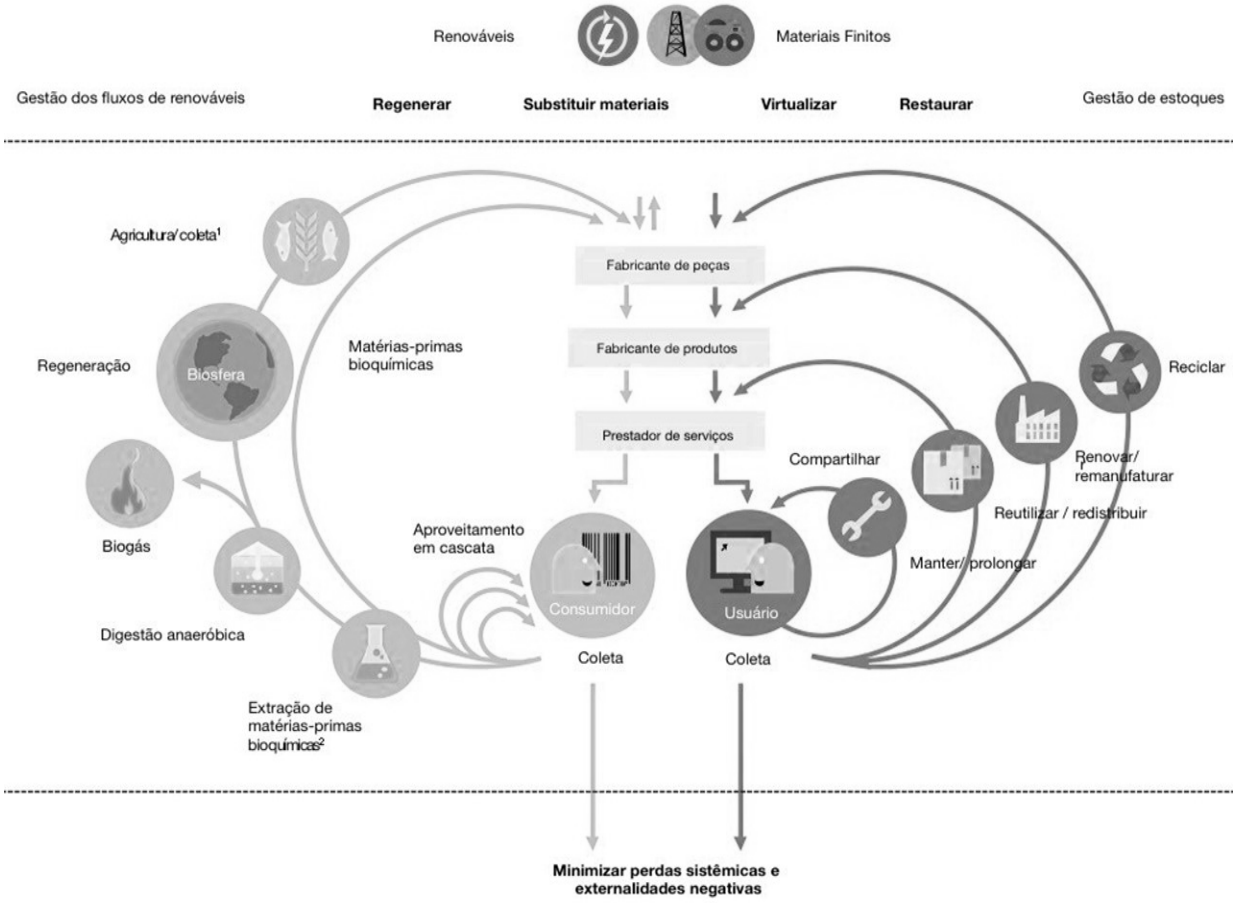


Figura 3- Diagrama Borboleta que representa a Economia Circular. 1 caça e pesca; 2 pode aproveitar tanto resíduos pós-colheita como pós-consumo como insumos. Fonte: EMF, SUN, MCKINSEY, 2015; Desenho de Braungart & MacDonough Cradle to Cradle (C2C) (adaptado)

3. Breve noção de Sistema

Um sistema é mais do que a soma das partes, a sua estrutura influencia o seu comportamento (como se ilustra na Figura 3) e muitas das interligações em sistemas são fluxos de informação. Estes são os princípios base dos sistemas complexos. Mas os círculos de retorno (*feedback loops*) estão também presentes.Trata-se de uma cadeia de ligações provenientes de um *stock* (*input*) para um fluxo que, quando se altera, vai alterar o nível desse *stock* que nada mais é que a memória da história dos fluxos que mudam dentro do sistema (Meadows, 2008).

Os *stock*s podem ser aumentados quer por diminuição do seu *output*, quer por aumento de *input* (Meadows, 2008). A avaliação de ciclos de retorno conduzem o sistema para um determinado equilíbrio ou objetivo como o aumento de preços gera uma diminuição da procura, o que provoca, regra geral, uma diminuição do preço. Reforçar estes círculos pode conduzir a crescimento exponencial e evitar o colapso

como numa inovação tecnológica que fornece posterior desenvolvimento de tecnologias. Deve ter-se sempre presente que nenhum sistema cresce infinitamente num ambiente finito e que os recursos não-renováveis têm limite e que os renováveis são fluxos limitados. Mas sistemas adaptativos complexos são frequentemente capazes de se auto-organizarem: estruturam-se e restruturam-se, aprendem, diversificam e aumentam a sua complexidade (Meadows, 2008).

4. BIG DATA & IoT e a Economia Circular

A aceitação deste modelo económico circular é ainda modesta. O surgimento de novas tecnologias alavancadas pela Internet, mobilidade, rastreabilidade, baixo custo, entre outros, e as mudanças de comportamento dos consumidores (acesso em vez de propriedade) podem ser fatores de alavancagem da Economia Circular (Nobre, Tavares, 2017).

Tecnologias emergentes como *Big Data*[i] e *Internet of Things*[ii] (IoT) podem ser benéficas para a Economia Circular. *Data* é crucial para as organizações e poderá ser a maior *commodity* transacionada. A IoT alavancada pelo *Big Data* permitirá um enorme avanço no armazenamento, análise e distribuição de dados, que se podem converter em informação útil. Quando se compreende a base dos conceitos de Economia Circular, *Big Data* e IoT, facilmente se compreende como podem interligar-se e ter um papel de desenvolvimento de uma sociedade melhor (Nobre, Tavares, 2017).

A adoção dos princípios de Economia Circular pode ser alcançada com o apoio destas tecnologias podendo gerar benefícios de cerca de 1,8 biliões de euros até 2030 na Europa, mais de 0,9 biliões de euros do que o atual modelo linear de economia e, mais, podendo atingir poupanças no valor de 1 bilião de dólares (EMF, 2015). A atual economia, também denominada de linear, não está a funcionar bem, e as razões são: (i) os recursos (combustíveis fósseis, alimentos e água) estão mais difíceis de obter; (ii) a biodiversidade está em declínio, mas aparentemente assumimos como garantidos os serviços ecológicos fornecidos pelo mundo natural; e (iii) o sistema financeiro quase "*crashou"* toda a economia. Associados a estas razões temos salários reais estagnados ou baixos durante décadas, uma intensa competição entre empresas, e os 3 mil milhões de novos consumidores a entrar no mercado nos próximos 20 a 30 anos irão colocar uma enorme pressão sobre os recursos se continuarmos com a nossa atual maneira linear (Webster, 2015).

Um exemplo da benéfica interligação (Economia Circular, Big Data e IoT) é a Arup. Esta empresa usou tecnologias Big Data/IoT para maximizar a utilização de componentes e materiais na construção de edifícios. Estes foram desenhados para ser desmontados, foram usados componentes não tóxicos e pre-fabricados que foram feitos para ser desmantelados sem ser danificados. Foi usada uma ferramenta de tecnologia digital que permite comunicação de dados entre as partes interessadas durante todas as fases de vida do bem. Ao incorporar informação sobre os materiais, podem estar a comunicar-se externalidades negativas e oportunidades de reciclagem e remanufatura. Esta ferramenta atua também

como um banco de materiais para reutilização de componentes. Outras empresas como a Uber e a AirBnB também fazem uso e se apoiam no Big Data e na IoT para operarem (Nobre, Tavares, 2017).

Economia Circular, Big Data e IoT juntos oferecem um enorme conjunto de oportunidades tanto para a sociedade como para as organizações. Amplificar a rastreabilidade, por exemplo, é uma oportunidade económica para poupar materiais, reduzir os resíduos e utilizar recursos que anteriormente eram vistos como resíduos. Assim, IoT tem um papel fundamental no fornecimento de Big Data valiosos sobre usos de energia, bens subutilizados, e fluxos de materiais, conduzindo a uma maior eficiência das organizações (EMF, 2015)

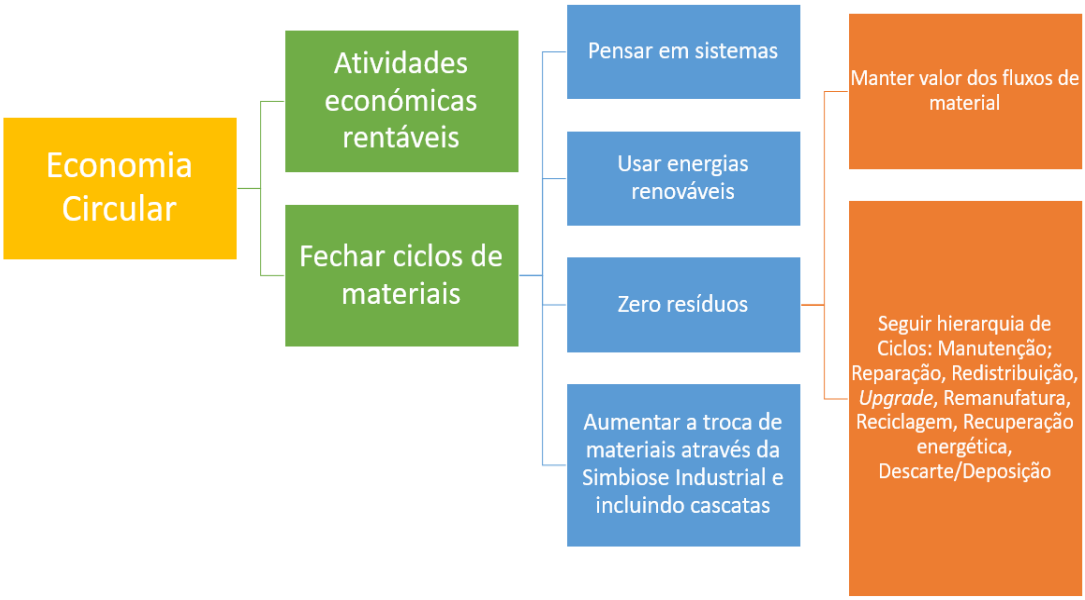


Figura 4- Esquema da definição Economia Circular. Fonte: Elaboração própria a partir de informação de MENTHINK, 2014; EMF, SUN, MCKINSEY, 2015

A Economia Circular é um modelo económico com sistemas de produção e consumo em circuitos fechados, onde se redesenham processos, produtos e se criam novos modelos de negócio otimizando a utilização de recursos ("circulando" produtos, componentes e materiais nos ciclos técnicos e/ou biológicos) (ver Figura 3). É um modelo que visa desenvolver novos produtos e serviços economicamente viáveis e ecologicamente eficazes e materializa-se na minimização da extração de recursos, na maximização da reutilização, no aumento da eficiência e no desenvolvimento de novos modelos de negócios (Figura 4).

Os pontos-chave da Economia Circular são: (i) resíduo é recurso; (ii) resiliência através da diversidade; (iii) usar energias renováveis e (iv) pensar em sistemas. Neste modelo as perdas são excluídas desde o princípio (não há resíduos), a diversidade faz a força, as fontes de energia renováveis movem a economia, e o pensamento sistémico. Os preços ou mecanismos de *feedback* devem refletir os custos reais (os custos efetivos das externalidades negativas são revelados e tidos em conta e ps

subsídios perversos são removidos). A falta de transparência das externalidades são uma barreira à transição para a Economia Circular. A transição do linear para circular significa: (i) ser circular em vez de linear – ou seja, em ciclo contínuo de fluxos "sem princípio meio e fim", em que se reutiliza, se recupera e reusa em vez de se extrair, produzir e descartar; (ii) encarar o resíduo como recurso; (iii) resíduo alimenta novos processos produtivos; (iv) tornar a fazer em novos ciclos produtivos ao invés de "fazer" o mesmo ciclo e; (v) ser mais eficaz além de eficiente nos ciclos produtivos (EMF, 2015).

Neste mundo cada vez mais exigente e com cada vez maior grau de exigência, os governos, as empresas e as sociedades começam a ver a Economia Circular como um caminho a seguir.

5. O Pensamento sistémico e a Economia Circular

O pensamento sistémico foca-se em como os elementos decisórios interagem com todas as partes do sistema, ou seja, tudo é parte do sistema e as partes têm impacto umas nas outras. Analisar estas interligações e interrelações pode conduzir a conclusões diferentes do que as que se tiram da análise tradicional. É o *To see the Bigger Picture* de David Hockney (Figura 1) que atualmente pode ser apoiado por ferramentas de Big Data e IoT, mas antes os decisores devem: (i) compreender o problema, o desafio ou a oportunidade por inteiro incluindo fatores, limitações, forças, pessoas, contexto e dinâmicas e as interconexões entre elas; (ii) desenvolver objetivos comuns e mensuráveis focados no que se pretende que o sistema seja capaz de atingir a longo-prazo; (iii) definir o conjunto de ações para atingir os objetivos; (iv) avaliar e comparar as opções para determinar o impacto e consequências de cada opção para escolher a melhor; (v) agir e implementar a opção com monitorização e adaptabilidade ao longo do tempo e, ainda, recolher informação passível de permitir alterar a opção. A mudança pode não ser negativa, pois tratar as causas e os sintomas do que está a acontecer fornece soluções sistémicas (EMF, 2015; Meadows, 2008). A vantagem económica reside em encarar o resíduo como um recurso, em facilitar o acesso em detrimento da propriedade, em recuperar materiais em sistemas de aproveitamento em cascata de recursos (ver Figura 3) com vista à reconstrução de capital e resiliência. As tecnologias estão a alterar as relações com os materiais, as ferramentas, os produtos e as ideias (Webster, 2015).

5.1. Exemplo de pensamento sistémico nas organizações

Já existem organizações que tomam o pensamento sistémico como o cerne do seu projeto. As empresas mais inteligentes vêem que conseguem na realidade realizar rendimento com ciclos fechados, mas para tal têm de repensar completamente a cadeia. Percebemos que para criar uma economia circular e um futuro sustentável temos de fechar os ciclos, no entanto, os ciclos fechados só funcionam se existir um modelo de negócio adequado que garanta rentabilidade a longo prazo. As decisões de *design* da Fairphone são um bom exemplo do "pensar em sistemas" da Economia Circular.

Os computadores, *tablets*, telemóveis e *smartphones*, entre outros usam centenas ou milhares de toneladas de metais como o ouro e a prata, entre outros materiais todos os anos. Se se olhasse para a lista de ingredientes de um *smartphone* seria algo como: ferro, titânio, nióbio, flúor, prata, cobre, lítio, antimónio, paládio, bório, crómio, molibdénio, tântalo, estrôncio, oxigénio, arsénio, manganês, zinco, fósforo, gálio, cádmio, ruténio, carbono, magnésio, chumbo, platina, bismuto, hidrogénio, latão, bário, brómio, potássio, índio, cobalto, enxofre, berílio, nitrogénio, zircónio, níquel, tungsténio, ouro, alumínio, silício, ítrio, neodímio, cloro. Na sua grande maioria são sinónimo de milhares de milhões de dólares de valor que acabam como resíduos por ano, sinónimo de recursos (valor) desperdiçados.

O *smartphone* Fairphone resultou de um grupo de pessoas que se juntou e angariou dinheiro através de crowdfunding e construiu o seu próprio *smartphone*. Trata-se de um produto desenhado para ser desmantelado e passível de reparação. A filosofia da Fairphone é criar *smartphones* que possam ser mantidos, reparados e *upgraded*, são *smartphones* que duram mais que a média de um habitual *smartphone*. A Fairphone procurou ainda incorporar questões sociais (*fair trade*) no desenvolvimento deste produto.

5.2. O pensamento sistémico e a educação

Ações como a anterior transmitem uma mensagem à economia circular, ao pensar em sistemas e à educação de que a mudança está a acontecer a um ritmo bem acelerado e de forma profunda. Assim, a educação formal forçosamente irá acompanhar esta mudança (Webster, 2015).

Por isso muita da aprendizagem deve debruçar-se sobre estes com um pouco de análise e um pouco de foco para a tornar completa (Webster, 2015). A educação do século XXI deve mudar de foco como podemos ver no quadro seguinte (Quadro II).

Quadro II - A mudança de foco na educação: como a educação deve ser encarada no século XXI.

EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI
Apreciação e reenquadramento do problema
Síntese
Ênfase em todo o sistema
Múltiplas influências ao longo do tempo e do espaço
Aprendizagem em equipa ou grupo
Competitiva e colaborativa
Aprendizagem através da questionação com orientação adequada
Meta-aprendizagem

Fonte: Webster, 2015 (adaptado)

A Economia Circular alicerça-se em diferentes escolas de pensamento (EMF, 2013) como a Permacultura (Mollison & Holmgren, 1978), a Economia de *Performance* (Stahel & Reday-Mulvey, 1981), a Ecologia Industrial (Frosch & Gallopoulos, 1989), o Design Regenerativo (Lyle, 1996), a Biomimética (Benyus, 1997) e a *Blue Economy* (Pauli, 2010). Logo, enquanto conceito é um modelo de pensamento sistémico que percebe as interligações, também patentes nos seus antecedentes em diversos campos históricos, económicos e ecológicos que ajudam a compreender a aplicação subsequente do conceito na prática.

6. Conclusão

A economia do século XXI será uma economia que abraça a complexidade e o pensamento evolutivo e dinâmico, pois trata-se de um sistema em constante evolução (Raworth, 2017).

Procurou aqui mostrar-se como pensar em sistemas para lidar com a complexidade do mundo real e atingir eficácia, abordou-se a utilidade da tecnologia com o Big Data e a IoT para ter uma noção do todo e através de exemplos que com pensamento sistémico identificam problemas e oportunidades de forma diferente, são atividades que exploram características de sistemas adaptativos complexos como a interconectividade, sistemas que são a maioria do mundo real, atividades que promovem e atribuem a desejada relevância ao novo paradigma - a Economia Circular que busca na natureza soluções sustentáveis.

Os modelos conceptuais, projetos a decorrer e as tendências apresentam-se ainda um pouco como "possibilidades imaginadas" de casos de verdadeiro desenvolvimento baseados em medições dos benefícios. Apesar de já existirem organizações a seguir esse caminho, falta aos investigadores explorá-las cientificamente e serem, inclusive, introduzidas no sistema educativo como modelos de aplicação.

"O objetivo não é ver o que ninguém viu, mas ver o que todos vêem de uma maneira totalmente diferente." – Arthur Schopenauer, filósofo alemão do séc.XIX

7. Bibliografia

BENYUS, J. (2002). *Biomimicry: Innovation Inspired by Nature*. New York: Harper Collins.

BOULDING, K. (1966). The economics of coming spaceship earth. In H. Jarred (Ed.), *Environmental quality in a growing economy.* Baltimore, MD: John Hopkins University Press.

EMF, MCKINSEY, SUN (2015). *Growth within: a circular economy vision for a competitive Europe*, [Report by] Ellen MacArthur Foundation (EMF), McKinsey Center for Business and Environment, Stiftungsfonds für Umweltökonomie und Nachhaltigkeit (SUN), June 2015.

EMF: Ellen MacArthur Foundation (2013). *Towards the Circular Economy: Economic and Business Rationale for an Accelerated Transition*. Isle of Wright: Ellen MacArthur Foundation.

EMF: Ellen MacArthur Foundation (2014). *Towards the Circular Economy: Accelerating the Scale-up across Global Supply Chains*. Isle of Wright: Ellen MacArthur Foundation

FROSCH, R., & GALLOPOULOS, N. (1989). Strategies for manufacturing. *Scientific American, 261*(3), 144-152.

LYLE, J. (1996). *Regenerative Design for Sustainable Development*. New York: Wiley.

MEADOWS, D. H. (2008). *Thinking in Systems – A primer*. White River Junction: Chelsea Green.

MOLLISON, B., & HOLMGREN, D. (1978). *Permaculture One*. Melbourne, Australia: Corgi.

MURRAY, A., SKENE, K., & HAYNES, K. (2015). The Circular Economy: An interdisciplinary exploration of the concept and application in a global context. *Journal of Business Ethics*, *140*(3), 369-380.

NOBRE, G. C., & TAVARES, E. (2017). Scientific literature analysis on big data and internet of things applications on circular economy: a bibliometric study. *Scientometrics*, *111*(1), 463-492.

PAULI, G. (2010). *The Blue Economy: 10 Years, 100 Innovations, 100 Million Jobs. Report of the Club of Rome*. Taos: Paradigm Publications.

PEARCE D. W., & TURNER, R. K. (1990). Economics of Natural Resources and the Environment. London: Harvest Wheatsheaf.

PEDERSEN, Z., & STOREY, J. (2007). An Ecosystem based biomimetic theory for regenerative built environment. Lisbon. *Lisbon Sustainable Building Conference*, September 2007.

RAWORTH, K. (2017). *Doughnut Economics: Seven Ways to Think Like a 21st-Century Economist*. UK: Penguin Random House.

STAHEL, W., & REDAY-MULVEY, G. (1981). *Jobs for Tomorrow, the potential for substituting manpower for energy*. New York: Vantage Press.

WEBSTER, K. (2015). *The Circular Economy: A Wealth of Flows*. Isle of Wright, UK: Ellen MacArthur Foundation.

[i] *Big data*: este termo refere-se basicamente ao armazenamento, processamento e análise de uma enorme e contínua quantidade de dados. É uma complexidade de 4V's: volume, variedade, velocidade e veracidade (NOBRE, Tavares, 2017).

[ii] IoT: Internet of Things, também conhecida como a Internet of objects, é sobre a ligação dos objetos diários, muitas vezes equipados como inteligência, uns com os outros e com as pessoas. As aplicações de IoT incluem: sensores inteligentes em automóveis; melhores diagnósticos de doenças, prevenção e tratamento; utensílios domésticos inteligentes, prateleiras de supermercado inteligentes, monitorização de stocks em tempo real, monitorização ambiental (Nobre, Tavares, 2017).

FERREIRA, A.; PINA, H. (2018). *A multifuncionalidade como estratégia de desenvolvimento aplicada ao concelho de Cinfães*, The overarching issues of the european space - preparing the new decade for key socio-economic and …, Porto, Fac. Letras Univ. Porto. pp. 289 -306

A MULTIFUNCIONALIDADE COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO APLICADA AO CONCELHO DE CINFÃES

Ana Rita da Silva FERREIRA
CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade de Porto
anarita_silvaferreira@hotmail.com
Maria Helena Mesquita PINA
CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade de Porto
mpina@letras.up.pt

Resumo

Enquanto o mundo se globaliza e a urbanização se acentua, em simultâneo, nas áreas rurais regista-se um declínio populacional, indissociável de um progressivo envelhecimento dos que persistem nestes espaços. Não obstante, despontam casos como os "Neo-rurais", que proporcionam dinâmicas importantes num país fortemente marcado pela ruralidade, como é Portugal, e a "naturbanização", ou seja, a mobilidade de pessoas das áreas urbanas para áreas rurais de interesse natural, "sejam estas nas proximidades de parques naturais e nacionais, inseridas nestes, ou em zonas de grande riqueza paisagística" (Prados, 2004, 15). Estes espaços distinguem-se muitas vezes pelas suas paisagens naturais, pelo património arquitetónico e cultural, pelos produtos endógenos e os costumes, ou ainda pela qualidade de vida que oferecem à população residente.

No concelho de Cinfães, desde meados do século passado que o declínio demográfico é significativo. Todavia, Cinfães apresenta-se pleno de potencialidades, que se dividem entre a beleza paisagística da serra do Montemuro e a natureza preservada que envolve o rio Bestança, pelo que, Cinfães é um concelho extremamente rico em património natural e cultural, especialmente no que concerne ao património arqueológico. Contudo, existem problemáticas que condicionam o seu desenvolvimento, nomeadamente a alta taxa de desemprego e as débeis acessibilidades. Face ao exposto, este artigo focou-se na multifuncionalidade como estratégia para o desenvolvimento do concelho, fundamentado sobretudo na conjugação de estratégias públicas com outras privadas, para além da experiência da população residente, percecionada através da aplicação de inquéritos, que confirmaram a existência de problemáticas várias, mas também de potencialidades que introduziram algumas estratégias de desenvolvimento para o concelho de Cinfães.

Palavras-Chave: áreas rurais; desenvolvimento rural; multifuncionalidade; Cinfães;

Abstract

As the world globalizes and urbanization is accentuated, in rural areas there is a population decline, inseparable from a progressive aging of those who persist in these spaces. Nevertheless, there are cases such as the "Neo-rural", which provide important dynamics in a country strongly marked by rurality, such as Portugal, and the "naturbanization", that is the mobility of people from urban areas to rural areas of natural interest. "These are close to natural and national parks, inserted in these, or in areas of great landscape richness" (Prados, 2004, 15). These spaces are often distinguished by their natural landscapes, by their architectural and

cultural heritage, their endogenous products and customs, or the quality of life they offer to the resident population.

In the county of Cinfães, since the middle of the last century, the demographic decline is significant. Nevertheless , Cinfães is full of potentialities that are divided between the scenic beauty of the Montemuro mountain range and the preserved nature that surrounds the river Bestança. Therefore, Cinfães is a municipality extremely rich in natural and cultural heritage, especially in what concerns the archaeological heritage. However, there are problems that affect their development, namely the high unemployment rate and the weak accessibility. Under these circumstances, the objective of this article was to focus on multifunctionality as a strategy for the development of the county, based mainly on the combination of public strategies with other private strategies, in addition to the experience of the resident population, perceived through the application of surveys, which confirmed the existence of several problems, but also potentialities that introduced some development strategies for the county of Cinfães.

Keywords: Rural areas; Rural development; Multifunctionality; Cinfães;

1. Introdução

Conceito que assume perspetivas distintas entre os vários países da Europa, os espaços rurais interligam-se com o ritmo de urbanização que ocorreu em épocas díspares nos diversos países, sobressaindo, consequentemente, grandes assimetrias territoriais, visíveis em termos paisagísticos, sociais, económicos e culturais. Exemplo claro desses contrastes são os que existem entre a Europa do Norte e a Europa Mediterrânea, ou ainda as evidenciadas entre o ocidente e o oriente europeu. Efetivamente, o território europeu é marcado por diferenças notórias entre países, ou mesmo de região para região.

Perante a multiplicidade de cenários, não é de estranhar que proliferem as definições de "espaço rural". Uma das mais referenciadas é da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 2013) que distingue o rural e o urbano através da densidade populacional, referindo que as áreas rurais são aquelas que possuem menos de 150 hab/km^2. Acresce a esta definição uma classificação em diferentes níveis: "Regiões Predominantemente Rurais", aquelas em que mais de 50% da população vive em comunidades rurais; "Regiões Intermediárias" aquelas onde 15% e 25% da população vive em unidades rurais e "Regiões Predominantemente Urbanas", aquelas onde menos de 15% da população está em regiões com menos de 150hab/km^2. Recorde-se que a OCDE confirmou a importâncias destes espaços na Europa, até porque aí se gerava 43% do valor acrescentado bruto (VAB), num período em que viver em áreas rurais já era considerado repulsivo (Magalhães, 2010).

Atualmente, apesar das suas potencialidades, as áreas rurais atravessam numerosas dificuldades. Tal repete-se em Portugal onde as assimetrias regionais se impõem de forma crescente, refletindo um despovoamento indissociável do êxodo rural, da emigração e do consequente envelhecimento estrutural dos remanescentes. Por consequência, muitas explorações agrícolas foram abandonadas, assim como o setor da pecuária, o que afeta a qualidade de vida das populações e

promove a descaracterização paisagística. Além disso, a débil formação técnica do agricultor também é um problema incisivo nas áreas rurais, já que a maioria possui formação empírica e uma literacia que não ultrapassa o nível básico.

Mas, apesar de todas as dificuldades que estas áreas evidenciam, existem hipóteses para as revitalizar, sobretudo se apoiadas na multifuncionalidade. Assim, neste artigo, abordaremos um caso exemplificativo destas dinâmicas, o concelho de Cinfães, território problemático mas, em simultâneo, atrativo e pleno de potencialidades, desde os "picos do Montemuro", debruçados sobre o rio Douro, ao esplendoroso património paisagístico, natural, ou ainda, o soberbo património arquitetónico e, para citar apenas mais algumas potencialidades, a cultura, a gastronomia e os vinhos, e também as tradições e os diferenciados cenários naturais. Cinfães é, na realidade, um destino único e que, dinamizado, favorecerá a fixação da população e de empresas, potenciando-se ainda, como destino turístico.

2. Metodologia

Para a concretização deste estudo, apostamos em distintas fases metodológicas. Assim, procedemos a uma ampla pesquisa bibliográfica e documental sobre o concelho, muito diversificada em termos temáticos, dada a abordagem polifacetada que pretendíamos adotar, conjugando documentos históricos, com outros técnicos (demográficos, enquadramento físico, evolução económica, entre outros), dos quais destacamos diversas publicações do INE, nomeadamente os censos da população e os recenseamentos agrícolas.

Desta forma, concretizou-se o enquadramento de Cinfães, fase complementada pelo tratamento estatístico (em Microsoft Office Exel) e cartográfico dos dados estatísticos obtidos (em ArcMap, versão 10.1). Por outro lado, é imprescindível realçar o trabalho de campo de modo a conhecer a visão dos cinfanenses sobre o concelho, especialmente sobre os principais problemas e potencialidades. Este trabalho centrou-se em inquéritos/entrevistas distintos, direcionados a setores específicos da população, nomeadamente os jovens estudantes e os adultos, forma de conseguirmos congregar a opinião de diferentes setores etários. Assim, o primeiro inquérito que estruturámos direcionou-se aos proprietários de estabelecimentos de TER situados no concelho de Cinfães, trabalho complementado com entrevistas aos responsáveis pelo serviço de apoio ao turismo situado no centro da vila de Cinfães e à coordenadora da loja de recordações e produtos locais.

No sentido de adquirir uma maior abrangência e diversidade de opiniões sobre Cinfães, estruturamos também um segundo inquérito direcionado à população jovem e adulta do concelho. Foi objetivo central aferir a opinião dos primeiros sobre o que é atualmente viver nesta área e quais as suas necessidades mais permanentes, ao mesmo tempo que se pretendia que os adultos estabelecessem comparações entre o passado e o presente. Como corolário, estabelecemos ainda contactos com os agentes locais responsáveis pelo planeamento, pela gestão e pelo desenvolvimento do território, designadamente a Câmara Municipal de Cinfães, a Associação de Desenvolvimento Rural das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira (ADRIMAG), do GeoPark de Arouca e da DOLMEN (Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega). Estávamos,

pois, em condições de estudar o concelho de Cinfães, percebendo as características e as suas dinâmicas.

3. Cinfães, duas perspetivas – a oficial e a dos cinfanenses

Cinfães é um concelho rural do norte de Portugal, integrado no distrito de Viseu e na NUT III Tâmega. Situado na margem sul do Rio Douro, dista cerca de 75 km da cidade do Porto e, à data dos censos de 2011, acolhia uma população residente de 20.427 habitantes. Na sequência da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica (Lei nº 59 11-A/2013, de 28 de janeiro), o município passou a ser constituído por catorze freguesias que, no total, ocupam uma área de 293km^2. Os concelhos que o enquadram são Baião e Marco de Canaveses a norte, Resende a leste, Castro Daire a sul, Arouca a sudoeste e, por fim, Castelo de Paiva a oeste.

3.1 - Principais entraves ao desenvolvimento do concelho

Cinfães é um concelho periférico, onde se foi descurando quer a agricultura, quer a criação de gado. Acresce que, como o setor industrial nunca foi estratégico, as oportunidades de emprego escasseiam, razão pela qual continua a população a diminuir, enquanto se perde dinâmica e atratividade. Registe-se que, em 2013, Cinfães foi considerado o concelho com menor poder de compra em Portugal, agregando sempre os piores indicadores relativos à qualidade de vida (INE, 2016). Neste contexto, e apesar das múltiplas potencialidades existentes, realcemos neste artigo alguns dos problemas existentes, distinguindo os mais significativos, como as acessibilidades, a débil formação técnica dos habitantes, a reduzida oferta de emprego, os serviços especializados insuficientes, a fraca valorização do património e a forte incidência de incêndios florestais

Indiscutivelmente, um dos maiores problemas do concelho, considerado tanto pela população inquirida, quanto pelos responsáveis e dirigentes da Câmara Municipal de Cinfães, relaciona-se com as fracas acessibilidades, pois tal dificulta a deslocação da população e a fixação de empresas. Na realidade, apesar de Cinfães se situar apenas a 75km de distância da cidade do Porto, como os acessos são deficitários, até o percurso em transporte privado se alonga por 1 hora e 20 minutos de viagem. Efetivamente, se pelas EN222 e EN108 proliferam os veículos pesados a transitar a baixas velocidades, o acesso à A4 (autoestrada), por seu lado, só é possível a partir do Marco de Canaveses ou de Penafiel. Por outro lado, se optarmos pelos transportes públicos, apesar de acessíveis, a única empresa que executa o trajeto entre Cinfães e o Porto, demora entre 2h 15m e 2h 45m, pois este não é direto. Por seu turno, o transporte ferroviário, não é uma opção viável para o concelho de Cinfães, já que a estação mais próxima é a de Mosteirô, (linha do Douro), situada a cerca de 16km do centro da vila de Cinfães. Se acrescentarmos ao tempo necessário para viagem de comboio o percurso para as freguesias, especialmente para as serranas e as do extremo ocidental do concelho, confirma-se que é de facto incomportável. O transporte ferroviário beneficia, sobretudo, a freguesia de Oliveira do Douro.

Quando analisamos, porém, a ligação à sede de distrito, Viseu, o cenário ainda piora, pois se antes da aplicação das SCUT na A24, bastava subir a Serra do Montemuro, para entrar na autoestrada, após a sua implementação tal deixou de ser uma alternativa.

Outro problema incisivo, como se confirma também pelos inquéritos à população jovem, é a deficiente informação e formação técnica dos residentes. Assim, os jovens desconhecem não só muitas das potencialidades do concelho, como a história local, facto que incrementa a "repulsividade" de Cinfães. Foi notório entre os jovens a terminarem o secundário, este "afastamento" e desinteresse pelas suas raízes e pelo seu território. Acresce que a proporção de residentes com ensino superior é mínima, apesar dos incentivos camarários e da intervenção do *Rotary Club*. É, pois, necessário perceber os fundamentos deste quadro e revertê-lo. Na realidade, apesar de existirem cursos de formação para adultos, será que estes estão adaptados, facilitando a sua inserção no mercado de trabalho? Sendo cursos subsidiados, é necessário que à vertente social se adicione a aplicação prática das competências e dos conhecimentos adquiridos. Todavia, sendo exígua a oferta de emprego, um dos problemas referidos com maior insistência, sobremaneira depois da crise que se instalou no setor da construção - o "barómetro económico" do dinamismo concelhio -, tal defrauda as expectativas dos jovens, incluindo os mais qualificados, o que facilita o êxodo rural e a emigração. É certo que a Câmara Municipal e os órgãos responsáveis se têm esforçado por combater este problema, fornecendo numerosas vantagens às empresas que se queiram fixar no concelho e implementando programas de estágios, mas estas medidas são insuficientes, pelo que, uma das apostas mais seguras, seria na agroindústria, uma vez que o concelho detém uma significativa aptidão para esta atividade.

Outro problema detetado é a deficiente oferta de serviços de apoio social, económico e cultural, sobretudo os mais especializados, o que implica que os autóctones se dirijam às cidades mais próximas, como Marco de Canaveses e Penafiel, ou até mesmo ao Porto, em casos extremos. Apesar de se registarem melhorias recentes, sobretudo no âmbito cultural e lúdico, no lazer, na sequência da criação, em 2015, pelas entidades autárquicas de espaços de diversão noturna, no setor da saúde o problema persiste, uma vez que no concelho não existem clínicas ou equipamentos para análises e exames médicos. Como a população é cada vez mais idosa, perspetivam-se problemas agravados no futuro.

Outra debilidade incide na insuficiente preservação do rico património natural e arqueológico, e, embora exista um interesse crescente, visível sobretudo no vale do Bestança, o património arqueológico continua descurado e desconhecido por parte da população residente e dos turistas que visitam o concelho. Significativamente, foram identificados mais de 140 elementos de património arqueológico que não se encontram inseridos em qualquer rota disponibilizada pelos hotéis ou pelos estabelecimentos de Turismo em Espaço Rural. Assim, prossegue a sua degradação, perdendo-se milhares de anos de histórias, testemunhos únicos de povoamento, da cultura local.

Para mitigar os problemas antes descritos, há que olhar para todos os elementos da paisagem, quer sejam sociais, económicos, ou ambientais, como a floresta. Fonte de ocupação tão importante no concelho, esta é devastada com frequência pelos incêndios, repetindo-se tal cenário todos os verões, consumindo centenas de ha de áreas de mato e floresta. Num contexto em que as elevadas temperaturas se associam a baixos níveis de precipitação e humidade, como mais de 10% da floresta é constituída por resinosas e cerca de 75% das áreas florestais do concelho são de domínio privado, administradas por idosos descapitalizados, estas áreas não são limpas, nem o sub-bosque, acumulando-se no solo este material altamente combustível. Assim se compreende que, grande parte do concelho de Cinfães se integre nos escalões de risco de incêndio mais altos, segundo a CRIF (Cartografia de Risco de Incêndio Florestal), razão pela qual são necessárias mais medidas para prevenir a recorrência dos incêndios, enquanto se incrementa também a replantação florestal mas, com espécies endógenas, em detrimento das resinosas que potenciam os incêndios florestais.

Confirma-se que Cinfães corresponde a um território, de facto com múltiplos atrativos diferenciados, mas também graves problemas, que são reconhecidos pelas entidades oficiais, considerando algumas das estratégias de desenvolvimento local. Era porém imprescindível, neste nosso estudo, conhecermos a perspetiva da população residente, principalmente no que consta aos principais problemas e potencialidades deste concelho. Para o efeito, foram aplicados 300 inquéritos à população cinfanense, divididos em dois grupos distintos: 150 aos estudantes do concelho de Cinfães, com idades compreendidas entre os 16 e os 23 anos e outros 150 aos adultos, com idades entre os 24 e os 89 anos.

A aplicação destes inquéritos permitiu-nos perceber os problemas e as potencialidades do concelho de Cinfães, segundo a perspetiva dos autóctones e/ou residentes do concelho, tanto a nível económico, como paisagístico, cultural e social. Era igualmente importante para nós, perceber se a ótica dos cinfanenses era semelhante à dos agentes de desenvolvimento do concelho. Os resultados obtidos são elucidativos e permitiram-nos completar os antes analisados, confirmando que questões como o desemprego e as acessibilidades externas foram também considerados os maiores entraves ao desenvolvimento do concelho pelos grupos inquiridos. Debruçemo-nos, assim, sobre o resultado dos inquéritos.

Relativamente à evolução observada no concelho nas últimas décadas, (figuras 1 e 2), é possível perceber que os dois grupos etários inquiridos detêm perspetivas diferentes sobre o que mais se alterou no concelho de Cinfães, já que, enquanto 1/3 dos jovens não respondeu à pergunta, outros 30% privilegiaram novas infraestruturas, nomeadamente as acessibilidades. Por outro lado, o grupo dos adultos valoriza sobretudo a existência de novos serviços, a melhoria dos acessos e o embelezamento da vila. Acresce que, como seria de esperar, os adultos responderam com uma maior diversidade, enquanto os jovens destacaram sobretudo o aumento das infraestruturas.

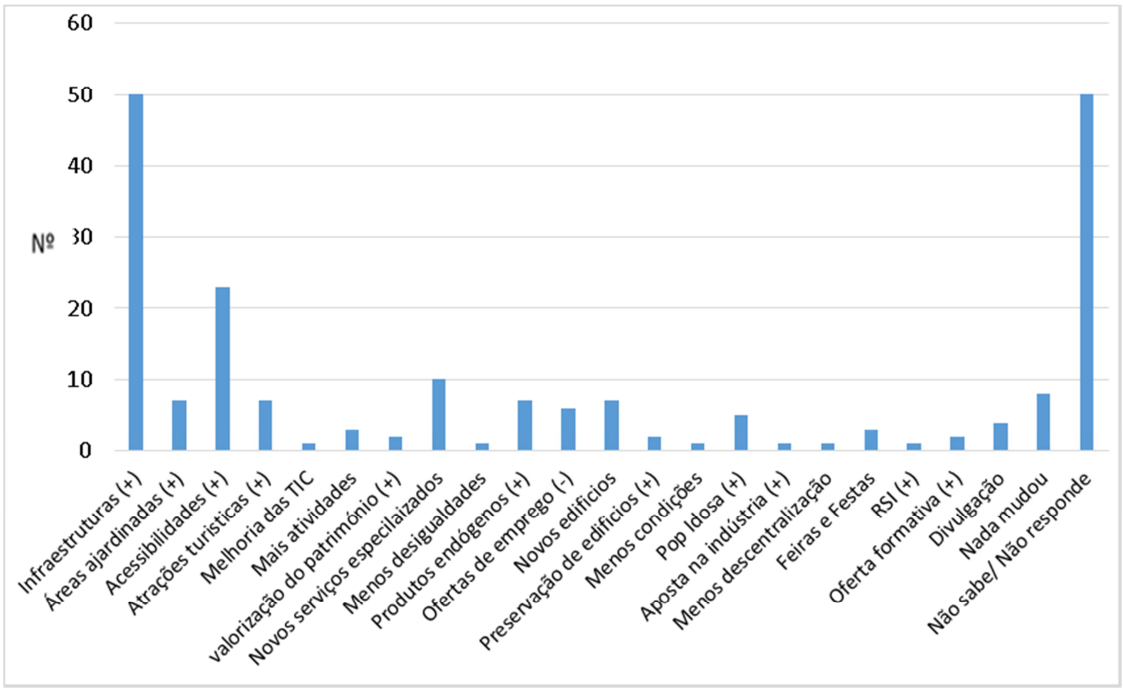


Figura 1 – Evolução observada pela população jovem, no concelho de Cinfães, entre a sua infância e a atualidade (pergunta 2) - sendo o símbolo mais (+) aumento e menos (-) diminuição

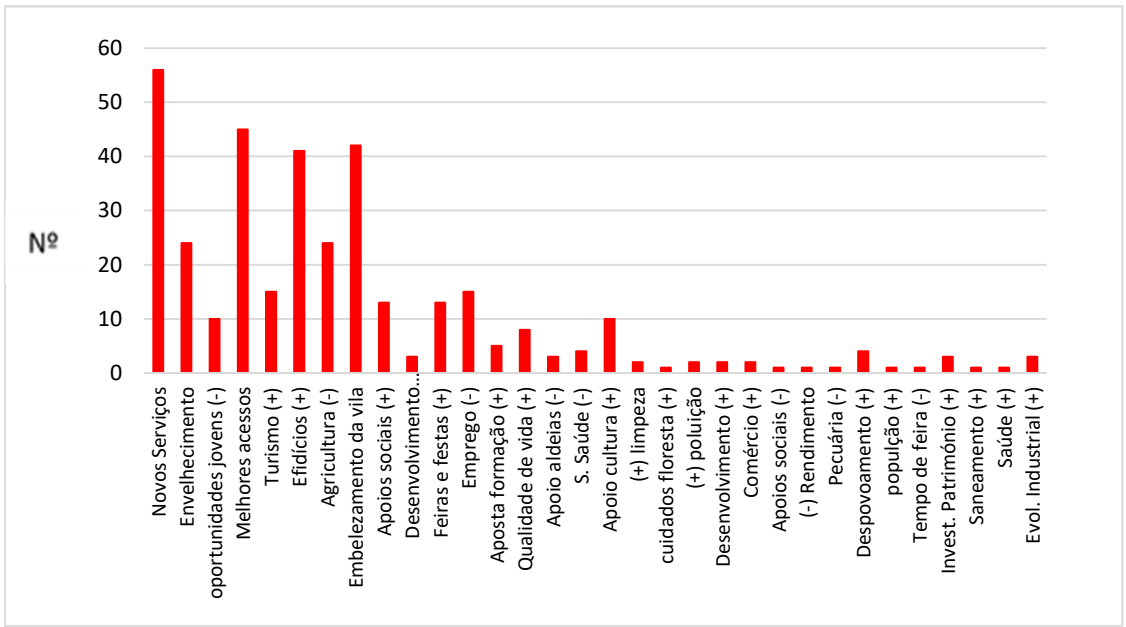


Figura 2 – Evolução observada pela população adulta, no concelho de Cinfães, entre a sua infância e a atualidade (pergunta 2) - sendo o símbolo mais (+) aumento e menos (-) diminuição

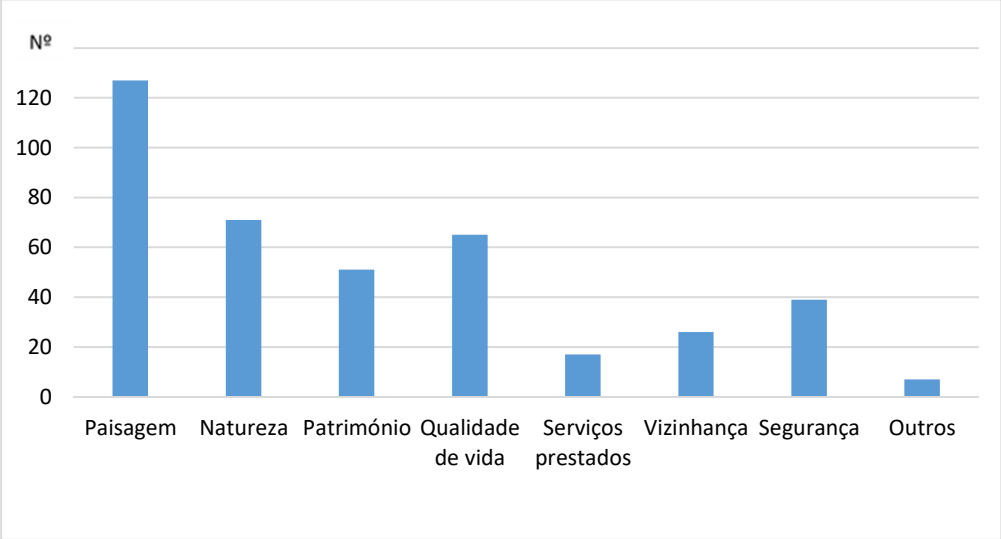


Figura 3 – Referência ao que os jovens inquiridos mais gostam no concelho de Cinfães (pergunta 4).

Em relação à pergunta nº 4, sobre o que mais lhes agradava em Cinfães, os jovens valorizaram sobremaneira a paisagem, a qualidade de vida e a natureza, enquanto os adultos realçaram a paisagem, a natureza e a segurança. Os serviços prestados foram a opção menos referenciada. Deste modo, podemos concluir que o ambiente e a qualidade de vida foram as respostas que mais sobressaíram, sobretudo entre a população adulta.

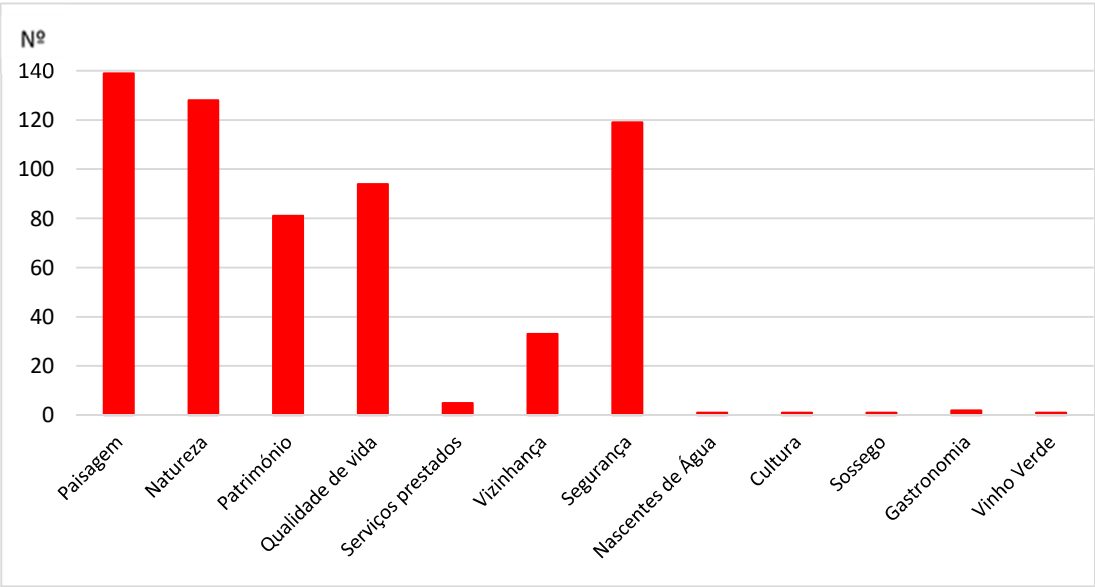
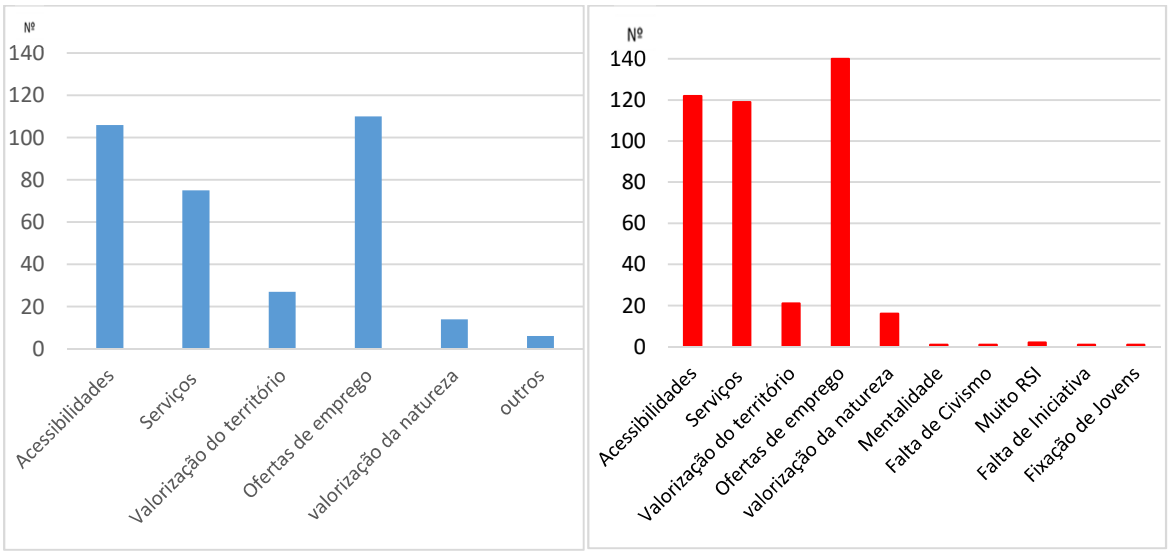


Figura 4 – Referência do que os adultos inquiridos mais gostam no concelho de Cinfães (pergunta 4)

No que concerne aos aspetos menos atrativos (pergunta nº 5), ambos os grupos realçaram a falta de oportunidades de emprego, seguida pelas acessibilidades deficitárias aos concelhos limítrofes e, por fim, os serviços. Registe-se ainda que a valorização da natureza aparece como o indicador que congrega menos desagrado por parte dos cinfanenses (figuras 5 e 6). Os autóctones têm, pois, consciência da singularidade do seu património natural, se bem que tal seja mais evidente entre os adultos.



Figuras 5 e 6 – Referência do que os jovens (a azul) e adultos (a vermelho) inquiridos menos gostam no concelho de Cinfães (pergunta 5)

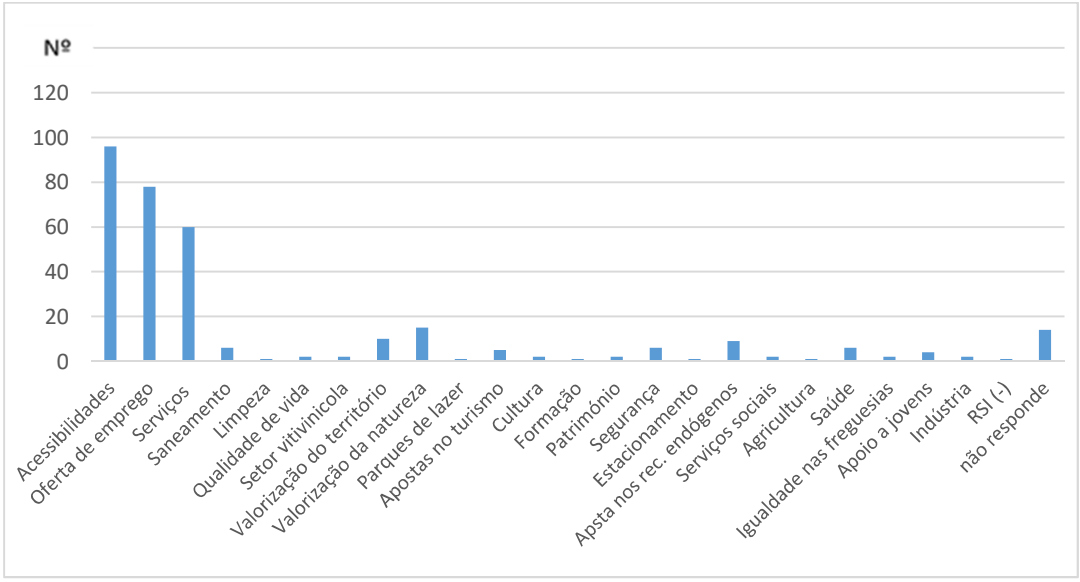


Figura 7 – Aspetos a serem melhorados no concelho de Cinfães, de acordo com os jovens (pergunta 6)

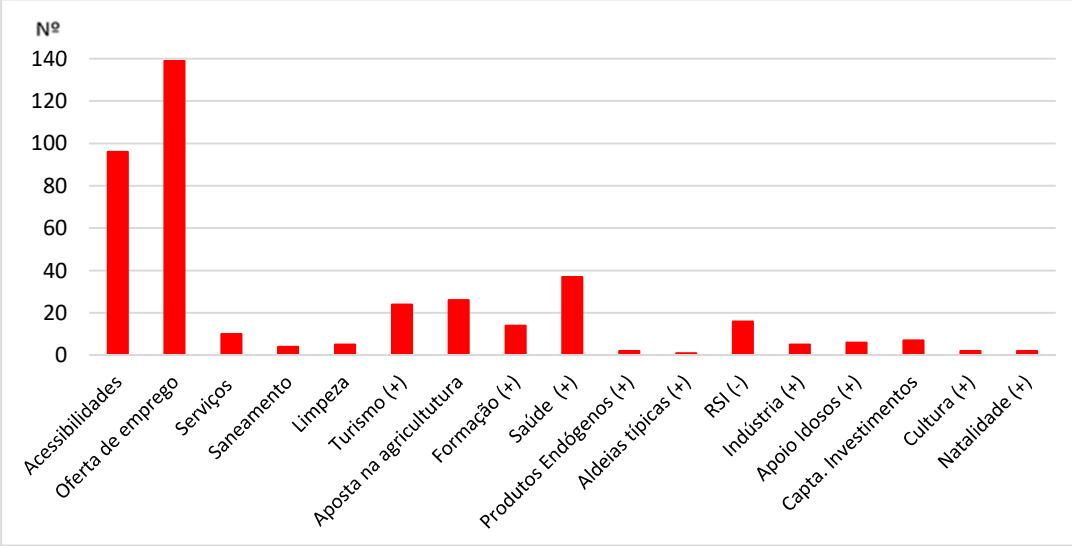


Figura 8 – Aspetos a serem melhorados no concelho de Cinfães, de acordo com os adultos (pergunta 6)

Relativamente à questão número 6, que solicitava três aspetos a serem melhorados no concelho de Cinfães, o grupo dos jovens valorizou sobretudo as acessibilidades, as ofertas de emprego e os serviços, enquanto os adultos realçam as ofertas de emprego, as acessibilidades e os serviços de saúde. Nesta pergunta de respostas abertas, também foi mencionada a aposta na agricultura, nos recursos endógenos e a diminuição do RSI (Rendimento Social de Inserção) (figuras 7 e 8). Nesta questão confirma-se, pois, que as prioridades entre os jovens e os adultos são distintas, já que os jovens privilegiaram os serviços de um modo geral, enquanto os adultos destacaram os cuidados de saúde, de facto cada vez mais solicitados pelos grupos mais idosos.

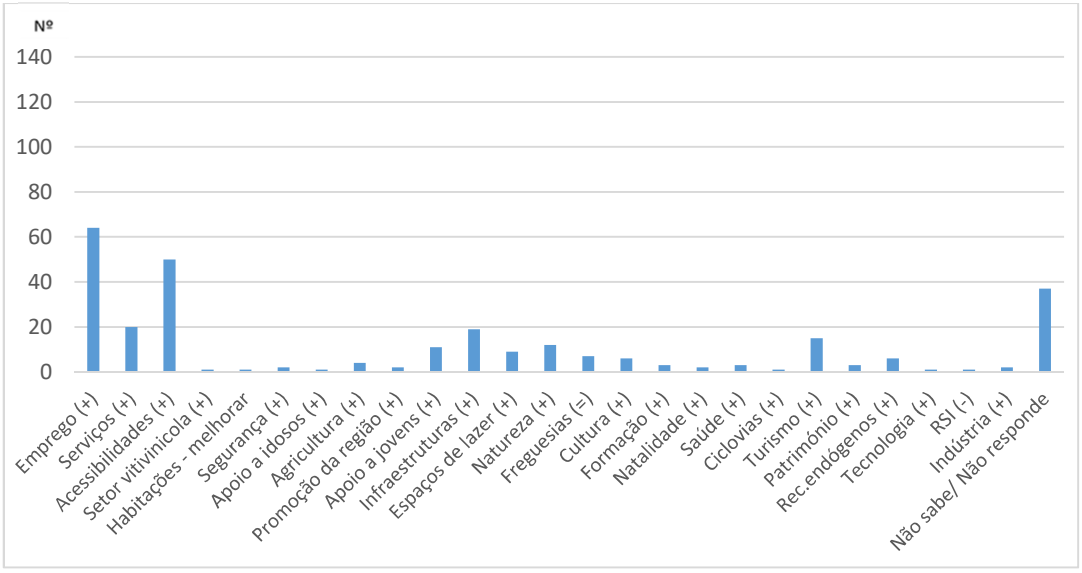


Figura 9 – Três medidas a serem aplicadas para melhorar o concelho de Cinfães, na perspetiva dos jovens (pergunta 7) - sendo o símbolo mais (+) aumento e menos (-) diminuição

Por último, quando na questão 7 se solicitavam três medidas para implementar no concelho de Cinfães, as respostas foram muito semelhantes às da questão anterior (figuras 9 e 10). Assim, a aplicação dos inquéritos permitiu-nos perceber quais os problemas e as potencialidades do concelho de Cinfães, na perspetiva da população residente, aspetos muito semelhantes aos referidos pelos responsáveis oficiais. Por outro lado, o tratamento destes dados permitiu-nos confrontar os problemas aqui detetados com os mencionados para outras áreas rurais, por diferentes autores, de modo a percebermos que, para além dos problemas mencionados pelos inquiridos, o concelho possui outros que impedem o desenvolvimento do concelho.

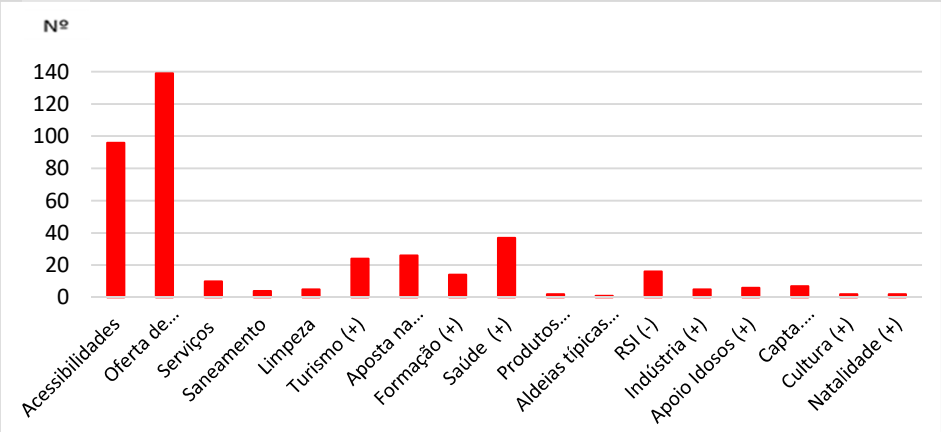


Figura 10 – Três medidas a serem aplicadas para melhorar o concelho de Cinfães, na perspetiva dos adultos (pergunta 7) - sendo o símbolo mais (+) aumento e menos (-) diminuição

Após a realização dos inquéritos, confirmamos o destaque unânime dos principais problemas, e das principais potencialidades do concelho, fundamentando algumas estratégias de modo a desenvolver Cinfães.

3.2. Algumas estratégias para potenciar o desenvolvimento do concelho de Cinfães

Apesar dos problemas detetados, em Cinfães multiplicam-se, de facto, as potencialidades das mais diversas tipologias, aspeto, aliás, confirmado pelos inquéritos. Com efeito, o património histórico e cultural é imenso e diversificado, abrangendo diferentes períodos. A título de exemplo, refira-se a Ponte românica de Covelas, restos de construções dolménicas e Igrejas como as da Rota do Românico e a Capela Cádiz, solares e casas abastadas de lavoura (Quinta da Fervença, Quinta da Soalheira), ou ainda aldeias tradicionais, como é o caso de Aveloso, Boassas, e Vale de Papas, onde podemos encontrar moinhos, azenhas, lagares, canastros, engenho de linho, alminhas.

O concelho é ainda rico em artesanato, especialmente relacionado com cestaria, tecelagem e tamancaria, divulgado em feiras como a ExpoMontemuro e a Feira Antiga, bem como em usos e costumes, preservados pela Banda Marcial de Tarouquela e Municipal de Cinfães, ou mesmo pelo

Rancho Cantas e Cramóis de Pias. Acrescem as romarias, eventos que se complementam com outras festas como o FolkCinfães, ou ainda a ação dinamizadora dos grupos desportivos (CDC). E como ignorar o património paisagístico, nomeadamente a Serra do Montemuro e o rio Bestança?

Realcemos, contudo, a Serra do Montemuro. Uma forma sustentável e viável de potenciar o Montemuro, seria através de percursos pedestres e de BTT (Vieira, 2005/2006). De salientar que a CM de Cinfães, com o apoio do QREN e do FEDER criou o "Montain Bike Centre", um centro de BTT, e apresentou seis percursos com quatro níveis de dificuldade, que variam entre o fácil e o muito difícil, que totalizam 140 km. Se os concelhos pertencentes à Serra do Montemuro (Cinfães, Lamego, Resende, Castro Daire e Arouca) cooperassem em percursos mais longos que abarcassem os diferentes concelhos, poderia criar-se apenas dois trilhos principais, sendo um ligado ao património cultural e outro ao património natural e paisagístico (Vieira, 2005/2006). Assim se valorizariam os recursos endógenos, materiais e imateriais, apoiando, inclusivamente, o turismo.

Outra hipótese decorreria da eventual expansão do Geoparque Arouca, que se poderia fundamentar na "geobiodiversidade" das serras do Montemuro e Gralheira, integradas na Rede Natura 2000. O que significaria que seriam agregados ao Geoparque de Arouca as "Portas do Montemuro", tendo como principais atrativos o rio Douro e o Vale do rio Bestança.

Por outro lado, o turismo de neve poderia também ser fomentado. Recorde-se que todos os anos milhares de curiosos residentes nas proximidades, rumam à Serra do Montemuro, para as crianças brincarem com a neve. É certo que os desportos radicais ligados a este fenómeno são difíceis de implementar devido às rochas graníticas que afloram à superfície, mas poderiam ser incrementadas algumas rotas específicas, ou as subidas ao topo da serra, utilizando o transporte adequado, instalando-se aí um hotel de charme.

Não é, porém, apenas no turismo cultural e desportivo que se requer uma complementaridade com os concelhos vizinhos. Há que impulsionar também a partilha de serviços de saúde especializados, de forma a rentabilizar os investimentos associados, bem como as grandes infraestruturas, cenário que possibilitaria que mais recursos fossem aplicados nos concelhos, melhorando as condições de vida das populações.

Mas, indiscutivelmente, a agropecuária continua a ser incisiva no concelho, apesar dos problemas que envolvem este setor. Ainda que referenciado nos inquéritos, muito pela significativa recessão registada, mitigados ou ultrapassados os problemas que o manietam, seria possível o seu desenvolvimento, bem como a aposta em agroindústrias interligadas com a pecuária, com a raça bovina arouquesa. Na realidade, se historicamente a economia de Cinfães se baseava na agricultura, nos últimos 20 anos observou-se um enorme decréscimo na produção agrícola, pelo que, dada a persistência de potencialidades, há que "voltar às raízes". Todavia, como já foi comprovado que a produção de queijo proveniente do leite dos bovinos de raça arouquesa, típicos da região, não seria rentável, uma das soluções passaria pela aposta na produção de batidos *vegan*. Com a produção destes batidos potenciar-se-iam também os produtos hortícolas e as frutas da região, numa agricultura biológica, sustentável e rentável. Por outro lado, lamentamos que, embora dominem minúsculas explorações agrícolas, muito parceladas e, por isso, com frequência, abandonadas, não se aproveite para criar um "banco de terras" que revitalize este concelho. Embora a Câmara Municipal de Cinfães

não tenha projetos neste sentido, como a DOLMEN coordena a "ECOALDEIA JANA", que inclui o "banco de terras – terrenos e casas para ceder, alugar e vender", em vigor desde o início de 2016, seria interessante incentivar uma parceria neste sentido com a DOLMEN, ou criar um "banco de terras" próprio no concelho, com vantagens para os proprietários e para os agricultores. Congregando esta iniciativa com a formação da população na área agrícola e com um emparcelamento das explorações agrícolas, Cinfães poderia prosperar economicamente, tendo por base os produtos agrícolas endógenos.

Há, ainda, outra potencialidade a incrementar: a raça bovina arouquesa, projeto sugerido por alguns dos inquiridos. Raça de porte pequeno, pode ser encontrada nos distritos de Aveiro, Viseu, Porto e Braga. A aposta na raça arouquesa é, de facto, necessária para dinamizar Cinfães, aliás, o concelho que mais bovinos de raça arouquesa produz, apesar da significativa diminuição registada nos últimos anos (ancra.pt). Neste sentido, a Câmara Municipal de Cinfães já detém um programa específico para incentivar os produtores a investirem nesta raça, mas perante a falta de pastagens, se surgisse um "banco de terras", esse problema seria minimizado. Acresce que, para incentivar os jovens, no início deveriam ser disponibilizados apoios financeiros mais dilatados.

Se recordarmos que Cinfães se insere na sub-região de "Baião" onde domina a casta Avesso e na região "Paiva" onde já predominam as casas Amaral e Vinhão (tintas) e Arinto, Loureiro e Trajadura entre as brancas, compreendemos que estamos perante um cenário muito atrativo em termos vitivinícolas, conducente à produção de vinhos diferenciados. Aqui está outra potencialidade a valorizar no concelho.

Refira-se, aliás que, dos 12 produtores de vinho registados do concelho, apenas quatro integram a última sub-região, encontrando-se um em Travanca (a Quinta da Carvalha) e três em Souselo (a "Quinta das Fontes", a "Quinta do Fijó" e o "Inspir'ar"). Nestas circunstâncias, em Cinfães é sendo notório o incremento do número de produtores, sobretudo na freguesia de São Cristóvão de Nogueira, alguns dos quais ganhadores de prémios em feiras internacionais. Caso se reforce a produção de vinhos no concelho, conjugando fundos comunitários com investimentos privados ou subsídios da Câmara Municipal de Cinfães, criar-se-ão condições para revitalizar a Adega Cooperativa de Cinfães, num cenário onde a inovação também esteja presente.

Outra grande aposta, apoiar-se-ia na conjugação da tradição com a inovação. Efetivamente, Cinfães é um concelho muito rico em tradições, visíveis no modo de vida das populações, mas também nas aldeias históricas, nos antigos ofícios ou no património construído. Tal confirma-se com a demonstração das artes e ofícios antigos que visualizamos nas feiras regionais, daqueles que ainda persistem, já que muitos desapareceram, ou encontram-se em risco de extinção. É o caso da chapelaria, da latoaria, da tamancaria, da cestaria, dos carvoeiros, ou mesmo dos barqueiros (especialmente na envolvente do rio Bestança e em Escamarão). Acrescem os colmadores, os pastores, os padeiros (que podemos ver na Aldeia do Pai Natal – Gralheira), ou ainda os moleiros, os seareiros e os carreteiros. Também seria importante representar as artes e ofícios nas aldeias onde estes eram mais significativos, de modo a que, quem visitasse a aldeia, percecionasse as antigas profissões e ofícios, a par dos serviços modernos, como é o caso dos hotéis e estabelecimentos de TER. Nas envolventes dos estabelecimentos de TER, poderíamos apostar

ainda numa agricultura tradicional para que os turistas participassem nas atividades agrícolas, aprendendo e auxiliando os proprietários, como sucede na quinta da Ventuzela. Este cenário participativo, delicia os hóspedes citadinos. Assim se conjugaria uma agricultura tradicional, com outra moderna e mais rentável, mas também com a agricultura biológica. É de extrema importância que esta aposta multifacetada se concretize.

Outra grande estratégia incide no turismo, sendo necessário que Cinfães se posicione também em termos turísticos, não só à escala do "Douro Verde", como também à escala nacional, mas baseada num turismo de qualidade, em estabelecimentos recomendados, integrados na paisagem e na cultura local, como o TER. Para que isto seja possível, temos de despertar o interesse do turista para o concelho de Cinfães, criando atratividades diversas, enquanto se preservam as já existentes. Há que os direcionar também para os museus do concelho de Cinfães, o posto de turismo e o centro de interpretação do Vale do Bestança. Dado que estes têm horários restritivos, encerrando, habitualmente, durante o fim-de-semana, precisamente quando aumentam as visitas de turistas, urge igualmente corrigir esta falha.

Por outro lado, como Cinfães é um concelho do interior, mas atravessado ou delimitado por diversos rios, deve criar-se praias fluviais bem infraestruturadas. Na verdade, existem já duas em Cinfães, nomeadamente a do rio Bestança, em Pias, onde se aproveita a maior profundidade de rio e espaços agradáveis para fazer um pic-nic em família, deliciada com a envolvente natural. Seria necessário, porém, colocar aqui uma área de churrasco e arborizar mais o recinto, tornando-o mais atrativo ainda. Existe também a praia de Granja, em Espadanedo, nas margens do rio Douro, muito frequentada pela população mais jovem, mas descurada e sem estruturas para ser utilizada por toda a família. Registe-se que a aposta nesta vertente beneficiaria o turismo, mas, acima de tudo, a população local.

Às diversas estratégias apresentadas há, contudo, que anexar outra que revitalizaria e dinamizaria o património arqueológico local: designá-la-íamos "Arq'Cinfães" (Rota do Património Arqueológico do concelho de Cinfães) (figura 11). Com este projeto, a criar, proporcionar-se-ia um maior conhecimento sobre as origens do povoamento no concelho de Cinfães, ao mesmo tempo que se recuperaria o património arqueológico do concelho. Para tal, seriam necessários fundos comunitários, que apoiariam a criação de uma rota específica que viesse a aglomerar o património arquitetónico da pré-história, desde o neolítico ao calcolítico, ou o da idade do ferro, assim como o referente à ocupação romana e da idade média. Desta forma, abarcar-se-ia todo o património arqueológico, desde a pré-história (aproximadamente 3500 a. C.) até aos séculos XV e/ou posteriores. Para tal, propomos a criação de quatro rotas específicas, intitulando-se a primeira, "Rota do Bronze e do Ferro", com um percurso de 2 km. A segunda, nomeada "Rota do Neolítico e Calcolítico", com 24 km de extensão, reunir-se-ia à terceira, designada "Rota do Romano", com um total de 22 km; e, por fim, a "Rota da Idade Média", com uma extensão de 24 km.

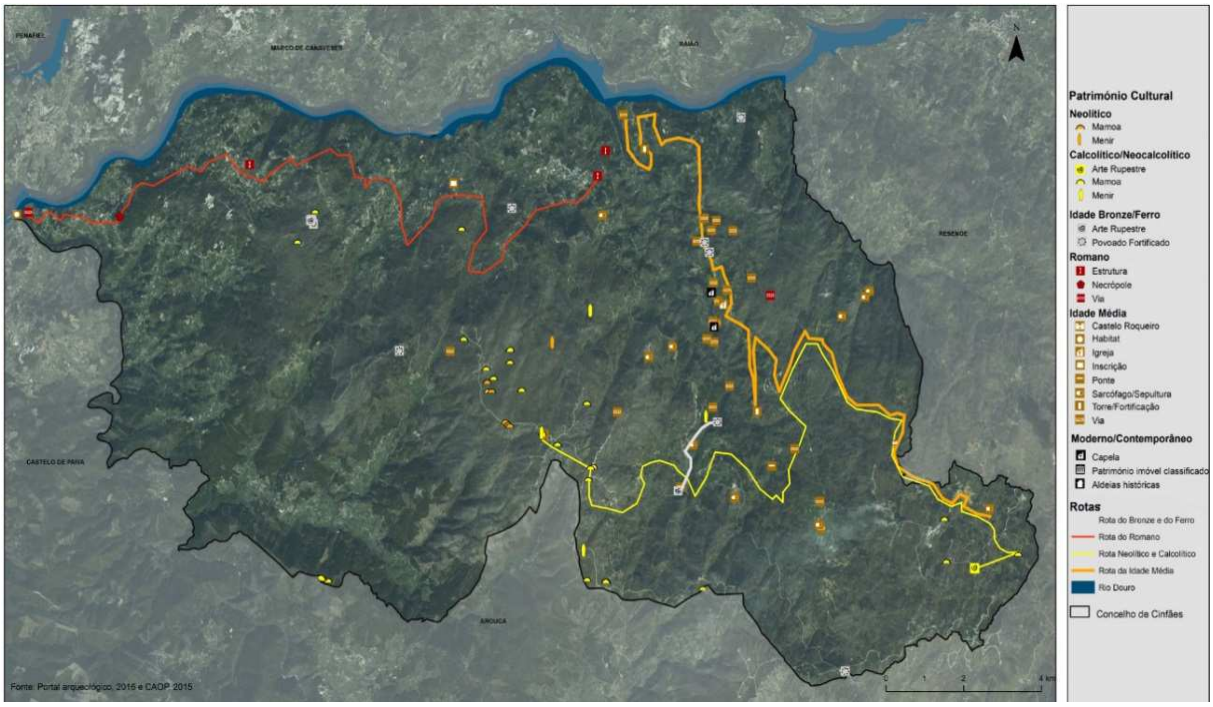


Figura 11- Arq'Cinfães.

Nesta nossa proposta, todas as rotas seriam elaboradas tendo por base a rede rodoviária municipal, de modo a que o acesso a todos os sítios de interesse arqueológico estivesse assegurado. Foram também destacados os monumentos de maior relevância, de modo a garantir que as rotas sejam o mais completas possíveis.

Devido ao seu elevado interesse, o património natural também merece destaque, sobretudo o relacionado com as portas do Montemuro e o Vale do Bestança. Em síntese, conjugando ideias inovadoras com o património e as tradições existentes, Cinfães tornar-se-ia num concelho multifuncional e dinâmico, onde a aposta nos produtos endógenos, mencionados também nos inquéritos efetuados, possibilitaria a criação de espaços únicos, relevantes a nível local, regional, nacional e até internacional, já que os turistas estrangeiros representam, aproximadamente, 70% dos que ficam hospedados no concelho (como foi referido nas entrevistas efetuadas aos proprietários de estabelecimentos de TER). Por isso, a aposta no turismo é efetivamente um meio difusor de dinamismo económico, cultural e social.

4. Síntese Final

Os territórios rurais e em particular o concelho de Cinfães, detêm numerosas potencialidades, que, não obstante, nem sempre são devidamente revitalizadas e dinamizadas. No entanto, a aposta nestas áreas permite não só conter a contínua pressão sobre o litoral, mas também travar o despovoamento e a degradação do interior.

No caso específico do concelho de Cinfães, os principais problemas detetados prendem-se sobretudo com a elevada taxa de desemprego, as fracas acessibilidades e a falta de serviços especializados, motivos evidenciados pelos dados estatísticos, fundamentados pela posição periférica do concelho, factos comprovados quer pelos responsáveis públicos, quer pelos privados e pelos residentes, de distintos perfis socioculturais, como se verificou através da aplicação dos inquéritos. Por outro lado, as potencialidades relacionam-se sobretudo com a paisagem, a natureza, a qualidade de vida e a segurança, na opinião dos inquiridos, mas conjugadas com o património cultural e os usos e costumes típicos da região. Assim, concluímos que o concelho de Cinfães se dinamizou e se tornou mais atrativo, contudo a falta de emprego e as débeis acessibilidades são fatores que não permitem a fixação de população, especialmente nas freguesias "serranas", retardando o seu efetivo desenvolvimento, sustentável.

De qualquer modo, não é utópico potenciarmos as áreas rurais, como se comprova com as estratégias de dinamização apresentadas para o concelho, gerando emprego e fomentando a qualidade de vida da população autóctone.

5. Bibliografia

ALBERGARIA, H., PIRES, S. (2000). "O turismo e o desenvolvimento dos espaços rurais de fraca densidade". Coimbra: Atlas do VIII encontro nacional da APDR;

Associação de defesa do vale do Bestança (1997) "Património arqueológico do vale do Bestança". Viseu;

BENTO, R.; AZEVEDO, N; RAMOS, L. (2012). "Determinação do Conceito e Mapeamento dos Territórios de Muito Baixa Densidade" (Relatório técnico);

CERVEIRA P., SANTOS M. (2008). "Boassas – Uma aldeia histórica"; Cinfães: Jornal Miradouro Edições, Lda;

COVAS, A. (1997) "Ajustamento, diversificação e desenvolvimento rural". Lisboa: Direção Geral de Desenvolvimento Rural;

COVAS, A. (1997) "Ajustamento, diversificação e desenvolvimento rural"; Direção Geral de Desenvolvimento Rural. Lisboa: Coleção Estudos e Análise 8 – Política de diversificação e a política de ajustamento: duas componentes da política de desenvolvimento rural;

COVAS, A. (2006) "Desenvolvimento e território: Espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer – homenagem à Professora Dra. Carminda Cavaco". 2006, Lisboa;

COVAS, A. (2003) "Portugal e a conquista europeia estratégica". Lisboa;

CUNHA, M. (2012) "Animação, tradição e cultura como fatores de preservação da memória e desenvolvimento rural". Revista do turismo e desenvolvimento, nº 17/18, volume 3;

Direção Geral de Desenvolvimento Rural (1997) "Desenvolvimento rural: novas realidades e perspetivas". Lisboa;

Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2004) "Contributo para a Identificação e caracterização da Paisagem em Portugal continental". Évora;

GALVÃO, M.; VARRETA, N. (2010) "A multifuncionalidade das paisagens rurais: uma ferramenta para o desenvolvimento"; Porto: Cadernos do curso de doutoramento em geografia;

Geoatributo (2015) "R.01 Caracterização e diagnóstico – Revisão do PDM de Cinfães"; Volume 1;

GIVORD, D. (2000/2001) "The european rural model – Defending the european rural and agricultural model at WTO"; Leader magazine, Nr 25;

HOGGART, K.; BULLES, H.; BLACK, R. (1995) "Rural Europe – Identity and change". Arnold;

La Documentation française (2011) "Des systèmes spatiaux en prospetive – territoires 2040", Revue d'études et de prospetive, Datar, Nº 4;

LUÍS, E. (2001/2002) "Turismo e desenvolvimento do espaço rural: o caso do concelho de Santa Marta de Penaguião", Inforgeo – Associação Portuguesa de Geógrafos, nº 16/17;

MAGALHÃES, L. (2010) "Revitalização das áreas rurais de baixa densidade da ERPVA (Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental); Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

MARQUES, H. (2000) "Modernidade e inovação na ruralidade do noroeste de Portugal". Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

MARTINS, F. (1997) "Terras Cinfaneneses". EFEMART;

MENDES, N. (2000) "Sinfães 1900". Cinfães: Monografia de Cinfães;

MONTEREY, G. (1985) "Terras ao léu – Cinfães". Porto: Edição do autor;

PINA, H.; TEIXEIRA, P. (2015) "The new generation and the strategic development of the alto Douro: the importance of innovation and entrepreneurship";

PINHO, L.; SILVA, A. (2000) "Antes de Cinfães – da pré-história à idade média"; Cinfães: Monografia de Cinfães;

PINTO CORREIA, T.; Breman, B.; Jorge, V.; Dneboská, M. (2006) "Estudo sobre o abandono em Portugal continental – Análise das dinâmicas da ocupação dos solos, do setor agrícola e da comunidade rural". Évora: Universidade de Évora – Departamento de Planeamento Geofísico e Paisagístico;

PINTO CORREIA, T. (2007) "Multifuncionalidade da paisagem rural: Novos desafios à sua análise"; Inforgeo;

ROCHA, D. (2015) "Avaliação do alargamento do Geoparque Arouca ao território Montemuro e Gralheira - Um estudo sobre património geológico e proposta de um plano de desenvolvimento territorial"; Vila Real: Universidades de Trás-os-Montes e Alto Douro (Tese de Doutoramento em Ciências da Terra e da Vida);

SEQUEIRA, T.; DINIZ, F. (2013) "Impacto do investimento em áreas rurais: para além do betão, a emergência do 3º setor (Portugal)"; Cuadernos de Desarrollo Rural, Nº10;

SOARES, L.; PACHECO, E; LUCAS, J; "Geo diversidade, cultura e património: uma leitura integrada da paisagem; CEM – Cultura, Espaço & Memória, nº4;

VASCONCELOS, M.; RIBEIRO, J.; MATOS, E. (2000) "Geografia de Cinfães". Cinfães: Monografia de Cinfães;

VENTURA, J.; PEREIRA, L. (2000) "Património e História – imagens que valem por 1000 palavras". Cinfães: Monografia de Cinfães;

VIEIRA, A. (2005/2006) "Património natural da serra do Montemuro: Factor de potencialização da área de montanha"; Cadernos de Geografia, nº 24/25; Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;

http://www.bolsanacionaldeterras.pt/quem.php (acedido a 02-02-2016)

https://acervo.publico.pt/noticia/um-mundo-ruralmoderno-esta-a-desenvolverse-em-auvergne-1703668 (acedido a 03-08-2015)

http://turismo.cm-cinfaes.pt/ (acedido a 02-02-2016)

http://www.dolmen.co.pt/NoticiasMenu.htm (acedido a 23-02-2016)

http://ecoaldeiajanas.org/grupos/banco-de-terras-terrenos-e-casas-para-ceder-alugar-ou-vender/ (acedido a 23-02-2016)

http://www.vinhoverde.pt/pt/regiao-demarcada (acedido a 28-03-2016)

http://www.ancra.pt/descriraca.htm (acedido a 23-03-2016)

COELHO, A. (2018). *Sustentabilidade a circular como economia circular? Como um modelo económico pode primar pela sustentabilidade*. The overarching issues of the european space - preparing the new decade for key socio-economic..., Porto, Fac. Letras Univ. Porto. pp. 307 - 321

SUSTENTABILIDADE A CIRCULAR COMO ECONOMIA CIRCULAR? COMO UM MODELO ECONÓMICO PODE PRIMAR PELA SUSTENTABILIDADE

Ana COELHO
Circular Economy Portugal & Faculdade de Economia da Universidade do Porto
alcoelho.pt@gmail.com

Resumo

Com a crescente pressão sobre os recursos e o ambiente, a União Europeia tem procurado um modelo económico que promove eficiência de recursos. É o que defende o Manifesto de 2012 por uma Europa Eficiente em Recursos e o Plano Nacional de Reformas para Portugal de 2016. Em que é que se configura?

Um modelo no qual os materiais se mantêm no ciclo produtivo, através de reutilização, recuperação e reciclagem de materiais atingindo-se ciclos fechados. Defendido e disseminado no mundo por várias instituições, visa gerar mais valor com menor uso de materiais, consumo de energia e emissões de CO2eq. Segundo o Fórum Económico Mundial este modelo circular contribuirá para um milhão de milhões de dólares anuais globalmente em 2025. Mas, como se segue esta "revolução industrial para a nova geração"?

Começa na conceção do sistema ou produto, onde se (re)pensa mecanismos e se desenvolve eco-design, assegurando sustentabilidade. A Europa almeja várias políticas, sendo o Pacote Europeu da Economia Circular um bom ponto de partida. Mas afinal, como circula a Economia Circular (EC)?

Impulsionadores e bloqueadores de EC foram tratados numa análise SWOT: uma ferramenta-chave de planeamento estratégico que identifica elementos-chave e prioridades de ação, uma análise qualitativa complementar à previsão quantitativa; identifica e formula estratégias que usam as forças para tirar vantagem de oportunidades e reduzir ameaças; corrige as fraquezas tirando vantagem das oportunidades; e são táticas defensivas para reduzir fraquezas e evitar ameaças de sustentabilidade económica, social e ambiental. Sustentabilidade e as suas interconexões são cruciais para o bom entendimento e transmissão de desenvolvimento sustentável dentro das sociedades e organizações.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Economia Circular, Análise SWOT

Abstract

With increasing pressure on resources and the environment, the European Union has searched for an economic model that promotes resource efficiency. This is what defends the manifesto of 2012 for an efficient Europe in resources and the 2016 National Reform Plan for Portugal. What is it then exactly?

A model in which materials are maintained in the productive cycle, through reuse, recovery and recycling of materials reaching closed cycles. Defended and disseminated in the world by various institutions; it aims to generate more value with less use of material, energy consumption, and emissions of CO2eq. According to the World Economic Forum this circular model will contribute to 1 billion dollars annually in 2025. But how to follow this "Industrial revolution for the new generation"?

It begins in the design of the system or product, where we (re)think mechanisms, and we develop eco-design, assuring Sustainability. Europe is targeting several policies, and the European package of the economy is a good starting point. But after all, how does the Circular Economy (CE) circulate?

Boosters and blockers of CE were treated through a SWOT analysis: a key tool for strategic planning that identifies key elements and acting priorities, a qualitative analysis complementary to the quantitative forecast; identifies and formulates strategies that use forces to take advantage of opportunities and to avoid or reduce the impact of threats; correcting weaknesses by taking advantage of opportunities; and are defensive tactics aimed at reducing weaknesses and avoiding threats of economic, social and environmental sustainability. Sustainability and its interconnections are crucial for the good grasp and transmit sustainable development within the societies.

Keywords: Sustainability, Circular Economy, SWOT Analysis

1. Introdução

Já existem soluções que nos são familiares para melhorar as condições ambientais como a política dos 3Rs (Reduzir, Reutilizar, Reciclar). Vivemos numa economia global, sofisticada e moderna que, regra geral, gera benefícios. A produção em massa e o consumo após a Revolução Industrial acabaram por, de alguma forma, aumentar a qualidade e o nível de vida, mas também a produção de resíduos e a pressão sobre os recursos finitos apesar dos desenvolvimentos tecnológicos. A escassez dos recursos naturais e o rápido aumento da produção de resíduos têm levado pesquisadores e decisores políticos a reformular práticas de extração, consumo e descarte de recursos para reduzir a pressão sobre os sistemas naturais e humanos (Lehtoranta et al, 2011; Costa, Ferrão, 2010).

A 17 de dezembro de 2012 no Manifesto por uma Europa Eficiente em Recursos, um manifesto de representantes de vária ordem entre eles diretores executivos de empresas, promove-se uma utilização mais eficiente dos recursos naturais (EC, 2012). Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OECD, 2010) passar para a Economia Circular pode conduzir a crescimento económico estável com grandes oportunidades de negócio. Em 2015 foi aprovado o Pacote Europeu para a Economia Circular pela Comissão Europeia (EC, 2015). E em 2016 está presente no Plano Nacional de Reformas para Portugal, onde se advoga o seu desenvolvimento em todos os setores, se salienta a importância do Eco-design e se promovem práticas de Contratos Públicos Verdes da União Europeia e a Reforma Fiscal Verde (RP, 2016). Mas em que é que se configura efetivamente a Economia Circular?

Procura contar-se ao longo deste artigo uma história em duas partes: uma sobre a oportunidade económica e a outra sobre uma visão do mundo que denota um caminho para um desenvolvimento sustentável.

2. Economia circular: conceptualização e definições

2.1. Economia Linear: a nossa atual oportunidade económica

A nossa oportunidade económica atual assemelha-se a uma Economia Linear em que se extrai produz e “deita fora” como se vê na Figura 1.

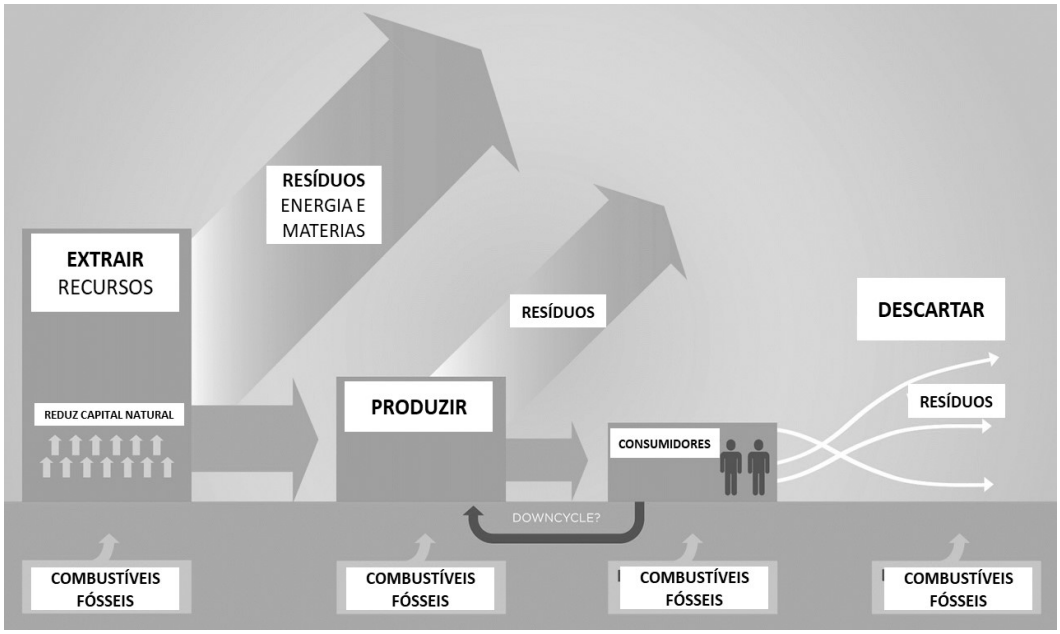


Figura 1 – Economia Linear. Fonte: EMF, 2013 (adaptado)

Mas esta oportunidade pode estar a mudar para uma em que temos uma ideia diferente do que a economia é. E por quê agora?

Razões que levam a esta proposta de mudança são a escassez de recursos naturais (Lehtoranta et al, 2011; Costa & Ferrão, 2010), os preços elevados das matérias-primas, a maior volatilidade dos preços dos materiais e o aumento estimado da população (BCSD, 2017; EMF, 2013). Em 2050, o número de habitantes do planeta deverá atingir mais de 9 mil milhões, com mais de 5 mil milhões a pertencer à classe média (Kharas, 2010), o que poderá gerar uma procura crescente de milhares de milhões de consumidores de classe média, podendo originar mudanças no como os consumidores/utilizadores adquirem, possuem e consumem, avanços em materiais, modos de fabrico e tecnologias. A volatilidade dos preços (de metais e alimentos) aumentou fortemente na primeira década do século XXI quando comparado com qualquer outra década do século XX. O novo milénio representa o ponto de mudança com os preços dos recursos a aumentar, arrasando com um século de preços em declínio (Figura 2). O mundo atual depara-se com uma tendência para *commodities* mais onerosas e com maior volatilidade. Também a intensidade energética para produzir metais está a aumentar devido ao declínio de teor (concentração de metal) em minérios como nos metais raros, por exemplo, o ouro e a prata vitais para vários setores (como a saúde) podem esgotar-se num período compreendido entre 5 a 50 anos (EMF, 2013). O mundo assiste a tendências que restringem o crescimento "linear", assim as organizações deparam-se com riscos que devem procurar antecipar (EMF, Mckinsey, Sun, 2015).

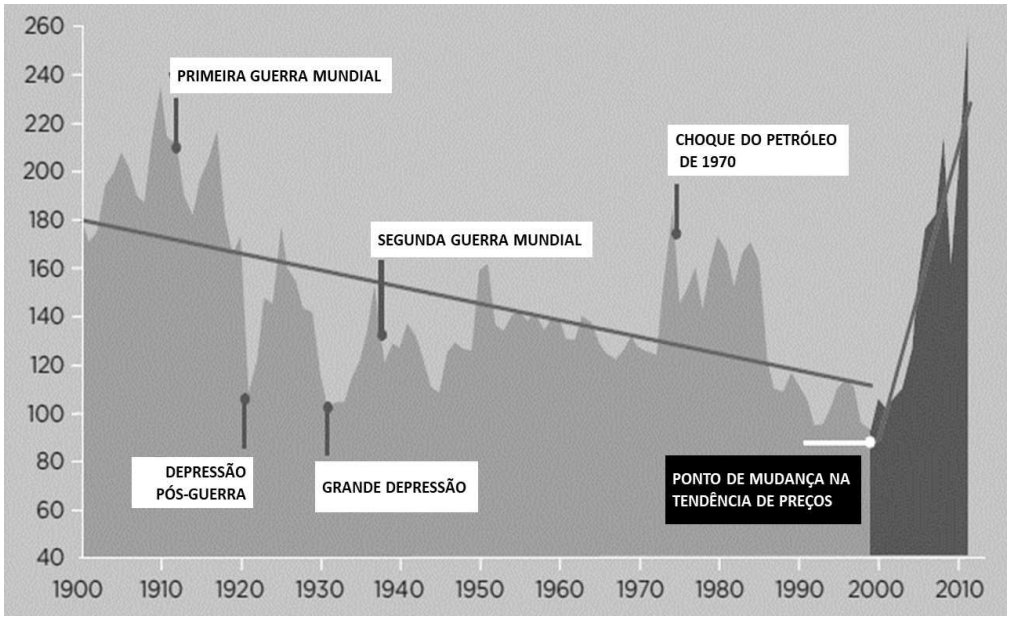


Figura 2 – Índice McKinsey de Preços de *Commodities* (anos 1999-2001 = 100)*: Aumentos de preços de *commodities* desde 2000 anularam declínio de preços do século XX. *com base na média aritmética de 4 subíndices de *commodities*: alimentos, produtos agrícolas não alimentares, metais e energia; 2011 preços com base na média dos primeiros oito meses de 2011. Fonte: EMF, 2013 (adaptado)

A Economia Circular propõe passar do modelo linear explorador para o circular: restaurador e regenerativo. Linguisticamente é antónimo da Economia Linear, uma economia baseada num sistema de um único sentido (Boulding, 1966), em que se extrai capital natural (extração mineira e colheitas insustentáveis) e se reduz valor do capital natural com a poluição e a aquisição de recursos. Descritivamente, relaciona-se com dois ciclos: biogeoquímico (biológico) e "reciclar" produtos (técnico) (Figuras 3 e 4) (EMF, Mckinsey, SUN, 2015; EMF, 2013). Em Economia Circular restauram-se os danos feitos na aquisição de recursos gerando poucos resíduos na produção e ciclo de vida do produto: um modelo complexo e de vários níveis subentendendo fluxos económicos e físicos, guiados por princípios como reduzir, reutilizar e reciclar, e impulsionadores-chave para fechar ciclos – um sistema de ciclos fechados (Murray et al, 2015).

2.2. Economia Circular: uma outra forma de olhar o mundo

A Economia Circular é a identificação de uma oportunidade económica, uma forma de olhar o mundo para manter produtos, componentes e materiais no mais alto nível de utilidade e valor o tempo todo (Webster, 2015), distinguindo ciclos técnicos e biológicos (Figura 3).

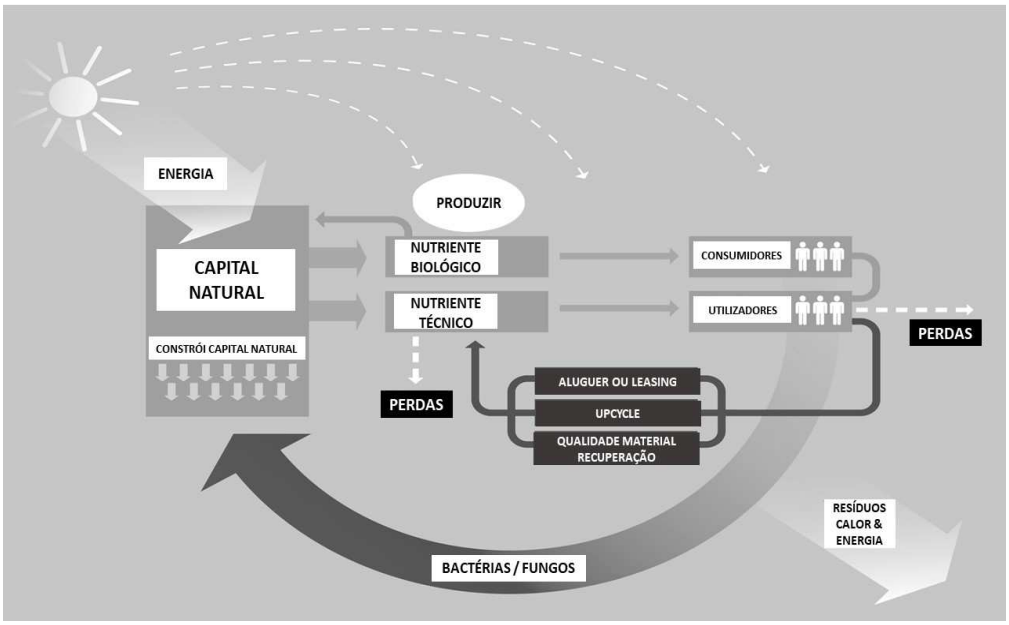


Figura 3 – Economia Circular. Fonte: EMF, 2013 (adaptado)

É um conceito cada vez mais conhecido, embora de propagação difícil e passível de perceção errada, que integra as dimensões económica, ambiental e social nas atividades – uma condição necessária ao desenvolvimento sustentável que, apesar das suas muitas definições, o seu princípio reside no garante da satisfação das necessidades das gerações atuais sem comprometer as das gerações futuras e no assegurar a produtividade contínua dos recursos e preservação das espécies da fauna e flora (Unwced, 1987). A Economia Circular é encarada por diferentes entidades e autores com várias nuances: nova estratégia de desenvolvimento para reduzir a falta de fornecimento aumentando a produtividade dos recursos e a eficiência da produção (Yuan et al, 2006); concretização de um ciclo fechado de materiais no sistema económico (Geng, Doberstein, 2008); política para integrar crescimento económico com sustentabilidade ambiental (Park et al, 2010); sistema restaurador e regenerador por intenção e desenho (EMF, 2012); modelo económico para proteger o ambiente e evitar a poluição (Ma et al, 2014); forma de proteger o ambiente e os recursos, e de alcançar desenvolvimento sustentável (Wang et al, 2014); estratégia para reduzir inputs de matérias-primas e outputs de resíduos ao fechar ciclos de recursos ecológica e economicamente (Haas et al, 2015); paradigma social, ambiental e económico para regenerar e prevenir o esgotamento dos recursos através de ciclos fechados de materiais e diminuir perdas energéticas no processo (Prieto-Sandoval et al, 2016); modelo económico em que planeamento, criação de recursos, compras públicas, produção e reprocessamento são desenhados e geridos como processo, output para maximizar o funcionamento do ecossistema e do bem-estar humano, pois reconhece o ser humano, as suas atividades e o ambiente como ligados a um ciclo, envolvendo redes de produção com responsabilidade difundida em que produtor e consumidor não permanecem eticamente neutros (Murray et al, 2015).

Origem da Economia Circular

Este conceito tem antecedentes em diversos campos históricos, económicos e ecológicos que ajudam a compreender a aplicação subsequente do conceito na prática. Alicerça-se em diferentes escolas de pensamento (EMF, 2013) como Permacultura (Mollison, Holmgren, 1978), Economia de *Performance* (Stahel, Reday-Mulvey, 1981), Ecologia Industrial (Frosch, Gallopoulos, 1989), Design Regenerativo (Lyle, 1996), Biomimética (Benyus, 1997) e *Blue Economy* (Pauli, 2010).

2.3. Economia Circular: Definição da Ellen MacArtur Foundation

Para a Ellen MacArthur Foundation (EMF, Mckinsey, Sun, 2015), entidade que se assume como a maior promotora da Economia Circular, a mesma baseia-se na economia industrial focada em zero poluição e zero resíduos, por intenção e design. Fluxos e ciclos de materiais devem ser naturais e de dois tipos: biológico – reentra na biosfera sem dano para o ambiente (por exemplo, biodegradável) e técnico – desenhado para circular de volta ao fabricante (original ou a outros) como novo recurso, fazendo com que todo o modelo funcione como um sistema vivo, onde o resíduo é um nutriente. Um modelo contrastante com o linear, concebido como um ciclo contínuo de desenvolvimento positivo de preservação do capital natural, otimização da produtividade de recursos e diminuição dos riscos sistémicos gerindo stocks finitos e fluxos renováveis (figuras 3 e 4).

No ciclo técnico, faz-se gestão de stocks de materiais finitos e o uso tende a substituir o consumo. Os materiais técnicos são (quase sempre) recuperados e restaurados neste ciclo. No ciclo biológico, os fluxos de materiais renováveis (biológicos) são regenerados (quase sempre) neste ciclo. Os nutrientes biológicos são inseridos na biosfera para decomposição. Os produtos são projetados para ser consumidos e metabolizados pela economia e regenerar novos valores: a essência da criação de valor está na oportunidade de extrair mais valor de produtos e materiais aproveitando-os por exemplo em cascata. Um sistema circular não compromete a eficácia (EMF, Mckinsey, Sun, 2015; EMF, 2013).

A Economia Circular apoia-se na desmaterialização de produtos e serviços (entrega virtual; tecnologias e processos com recursos renováveis ou de melhor desempenho; com fluxos de nutrientes dentro do sistema); remanufatura, renovação e reciclagem (componentes e materiais técnicos a circular e a contribuir para a economia; circuitos internos menores (manter em vez de reciclar) com preservação de energia e valores dos componentes ou materiais; maximizar ciclos consecutivos, prolongar a vida útil dos produtos, intensificar a reutilização e a partilha); redução de danos em áreas e sistemas (alimentar, mobilidade, habitação, educação, saúde e entretenimento), e a gestão de externalidades (uso da terra, ar, água e poluição sonora e da libertação de substâncias tóxicas).

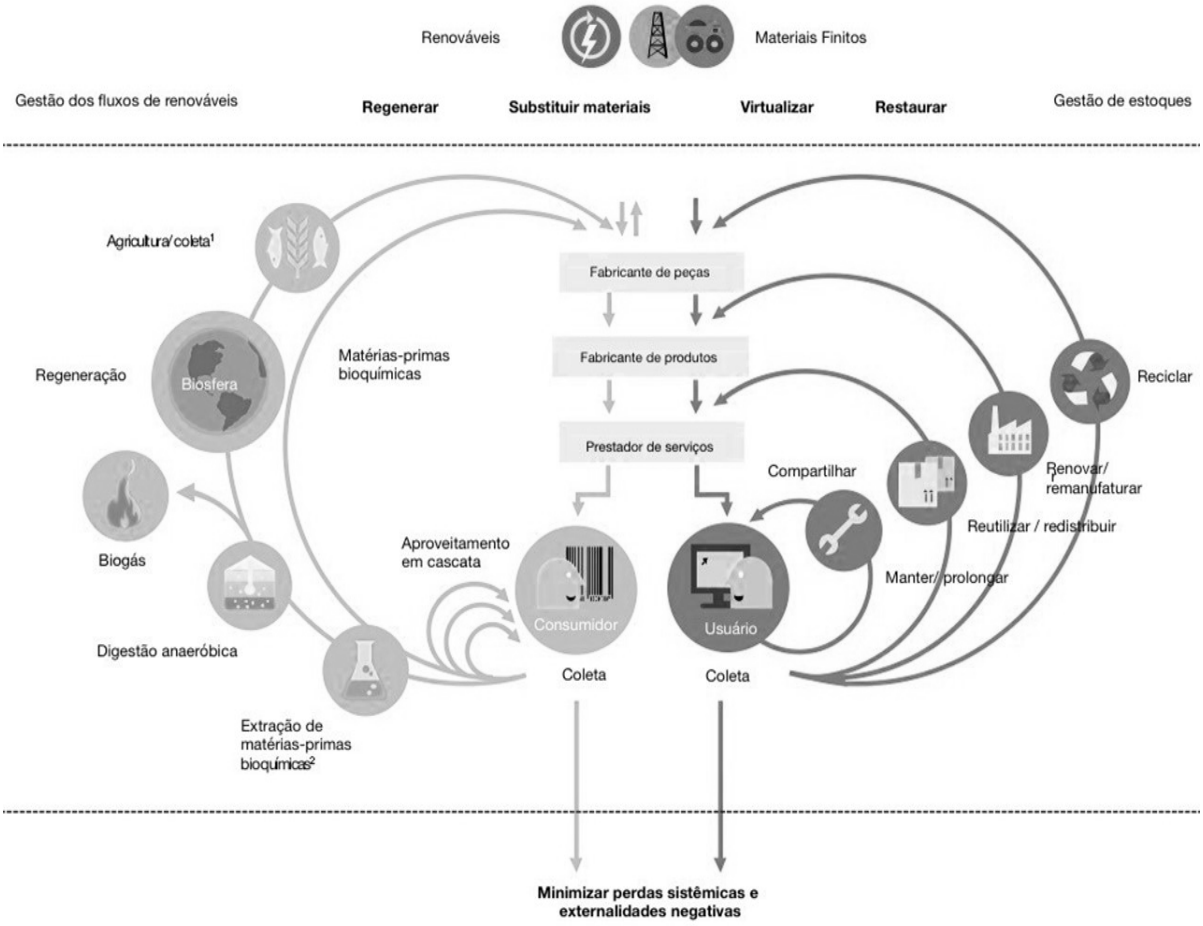


Figura 4 – Diagrama Borboleta. 1 caça e pesca; 2 pode aproveitar resíduos pós-colheita e pós-consumo como insumos. Fonte: EMF, MCKINSEY, SUN, 2015; Desenho de Braungart & MacDonough Cradle to Cradle (C2C) (adaptado)

Embora os princípios mencionados atuem como princípios para a ação, as características que descrevem a economia circular são: (i) os resíduos são recursos, (ii) a diversidade faz a força, (iii) as fontes de energia renováveis movem a economia, (iv) o pensamento é sistémico e (v) os preços ou mecanismos de feedback devem refletir os custos reais (os custos efetivos das externalidades negativas são revelados e tidos em conta, e os subsídios perversos são removidos) (EMF, Mckinsey, Sun, 2015).

Exemplos de Economia Circular

Já existem exemplos de produtos ou negócios que encaixam na Economia Circular representada na Figura 4 e que começam a ilustrar esta nova visão do mundo.

O primeiro é **Kintsugi**, a arte japonesa de reparar cerâmica partida com lacre de ouro em pó. Cada objeto não é simplesmente reparado, torna-se peça de arte, adquire beleza superior à possível enquanto peça intacta. Esta arte é um ciclo técnico, porque é uma remodelação numa total lógica de upcycling.

No segundo substitui-se o plástico por alternativas ambientalmente responsáveis: os biocompostos. São as embalagens a partir de cogumelos e de resíduos agrícolas da **Ecovative**, uma empresa de biomateriais de Green Island, Nova Iorque nos Estados Unidos da América. Estas embalagens são desenhadas para serem devolvidas ao solo como um nutriente após o uso. Encaixam no ciclo biológico, pois são matérias-primas bioquímicas.

Também dentro do ciclo biológico, um modelo que imita os ecossistemas vivos, dinâmicos e complexos é a **Quinta de Furuno** no Japão. Um sistema agrícola de pequena escala que produz arroz em sinergia com outros alimentos e que pode ultrapassar colheitas industriais entre 20-50%. Seis hectares do agricultor japonês Takao Furuno podem obscurecer a receita bruta de uma quinta de arroz de 600 hectares no Texas. Sem usar pesticidas e fertilizantes provenientes de combustíveis fósseis, Furuno coloca no mercado arroz a preço *premium* (20-30% mais que o arroz convencional no Japão). Trata-se de um sistema de multi-espécies independente de quaisquer inputs externos. Primeiro, faz-se a sementeira de arroz, depois introduzem-se os patos, as botias (uma variedade de peixe de cultivo fácil (que é posteriormente vendida)) e azolas (um jacinto aquático que fixa o nitrogénio do ar, importante para o crescimento saudável do arroz substituindo fertilizantes artificiais). O crescimento do arroz é assim controlado por patos e peixes. Os dejetos dos animais são nutrientes adicionais ao arroz. Os patos são verdadeiros 'sachadores', eliminando a necessidade de 240 pessoas/hora por hectare/ano, controlam as ervas e os insetos e, ao nadar, oxigenam a água, encorajando as raízes do arroz a crescer. Logo que se formam grãos de arroz, os patos são retirados dos campos e alimentados com o excedente. Faz-se rotação de culturas para evitar as pragas nos solos. Esta sinergia biológica gera rendimento anual de 160 mil dólares, e são métodos empregues por 75 mil agricultores de pequena escala no Japão, Vietname, Filipinas, Laos, Cambodja, Malásia, China, Taiwan, Índia, Cuba e Bangladesh, já que Furuno partilha conhecimento e processos com governo e organizações agrícolas (Furuno, 2000).

Por último, uma associação entre empresas em Kalundborg (Dinamarca) na qual os resíduos e/ou subprodutos de uma se tornam as matérias-primas de outra – **Simbiose de Kalundborg** é a primeira simbiose industrial do mundo e ainda a funcionar. Já há mais de 50 anos que Kalundborg tem albergado o primeiro – e ainda mais avançado – exemplo deste conceito. A Simbiose Industrial (uma das ferramentas da Economia Circular) reduz custos das matérias-primas e descargas de resíduos; gera novos rendimentos a partir dos resíduos e subprodutos; desvia resíduos da deposição em aterro, reduz emissões de carbono; e gera novas oportunidades de negócio. Traz vantagens a ambas as partes, acontecendo por razões comerciais e ambientais. Traduz, por exemplo, aqui uma poupança de 3 milhões de metros cúbicos de água com a reciclagem e a reutilização graças a uma das ferramentas da Economia Circular (Onita, 2006).

2.4. Economia Circular em Portugal: Definição

Segundo o Ministério do Ambiente Português, a Economia Circular é um modelo económico reorganizado focado na coordenação dos sistemas de produção e consumo em circuitos fechados. Ultrapassa o âmbito e foco estrito das ações de gestão de resíduos e de reciclagem, visa uma ação mais ampla, desde redesenho de processos, produtos e modelos de negócio até à otimização do uso de recursos ("circulando" produtos, componentes e materiais nos ciclos técnicos e/ou biológicos). Visa desenvolver novos produtos e serviços economicamente viáveis e ecologicamente eficientes, radicados em ciclos idealmente perpétuos de reconversão a montante e a jusante. E tem também ainda como objetivos minimizar a extração de recursos, maximizar a reutilização, aumentar a eficiência e desenvolver novos modelos de negócios.

3. Oportunidades e barreiras para a Economia Circular nas organizações

Abordamos alguns impulsionadores e barreiras à aplicação da Economia Circular nas organizações através de uma análise SWOT, um mecanismo que facilita a ligação entre as forças e as fraquezas das organizações, e as ameaças e oportunidades do mercado, e contribui para identificar e formular estratégias, ajudando gestores a desenvolver estratégias para tirar vantagem de oportunidades e evitar ou reduzir o impacto de ameaças como táticas defensivas para reduzir fraquezas internas e evitar ameaças ambientais (Weihrich, 1982).

3.1. Breve explicação da Análise SWOT

"SWOT" é um acrónimo para as palavras "strengths" (forças), "weaknesses" (fraquezas), "threats" (ameaças) e "opportunities" (oportunidades). Um enquadramento SWOT envolve listagens de forças internas e fraquezas relevantes para um projeto, e de oportunidades e ameaças fora da organização, mas que podem ter impacto(s) sobre o projeto (Weihrich, 1982). Esta análise apresenta limitações como algumas circunstâncias serem encaradas de forma demasiado simplista, o descurar algum aspeto estratégico e, como o mercado é cheio de incertezas, categorizar aspetos como forças, fraquezas, oportunidades e ameaças pode ser muito subjetivo. Esta análise salienta a importância destes aspetos, apesar de nada indicar como os conseguir identificar. É um mecanismo de análise crucial na estabilidade da organização. Todos os aspetos devem ser identificados de forma adequada e analisados e, acima de tudo, considerar a ação assumida para isso, na medida em que, cada ação assumida pelas organizações gera algum grau de mudança nos seus ambientes interno e externo (Osita, Onyebuchi, Justina, 2014; Ayub et al, 2013).

Para haver estabilidade em qualquer organização, a gestão de topo terá de identificar as suas visão e missão, considerar os objetivos, e dar ênfase aos seus registos anteriores, quais as suas áreas de sucesso, fracassos, qual a maior força e fraqueza e como lidaram com estas, quais as oportunidades

que tiveram no passado e como as utilizaram e, finalmente, as ameaças e como reagiram a estas (Ayub et al, 2013). O que constitui fraqueza numa organização pode ser força numa outra. É muito importante que se saiba quais os recursos humanos que serão alocados à identificação de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças e analisá-las regularmente pela estabilidade e produtividade das organizações (Osita, Onyebuchi, Justina, 2014).

3.2. Análise SWOT para aplicação da Economia Circular a organizações

Geralmente, os impulsionadores identificados como mais importantes para um modelo de negócio circular são o aumento da volatilidade dos preços dos recursos e o risco de fornecimento associado, as tendências sociais para a partilha de produtos (consumo colaborativo), o aumento da legislação para eficiência de recursos e economia circular (países da Europa do Norte e a União Europeia em geral), e o aumento e nova colaboração na cadeia de produção (co-criação, novas cooperações *bottom-up*, entre outros) (Mentink, 2014; EMF, 2013). Estes impulsionadores são uma mistura de ameaças do atual modelo linear e de forças ou oportunidades do circular.

O modelo linear continua a ter forças e mudar para o circular significa também deparar-se com barreiras, obstáculos e custos que devem ser tidos como fraquezas ou ameaças. As forças, as fraquezas, as oportunidades e as ameaças mais importantes são apresentadas na Tabela I e brevemente explicadas de seguida.

Ameaças lineares são **oportunidades circulares** pois uma das categorias mais importantes para as oportunidades circulares é o **risco de fornecimento de recursos cruciais** essenciais para o bom funcionamento dos habituais modelos de negócios 'lineares', sendo este o principal motor da maioria dos interessados no modelo circular. O risco de fornecimento de recursos é muito complexo e está enraizado em mecanismos como a volatilidade dos preços de *commodities* que aumentou na última década (Figura 2), principalmente quando é escassez no curto prazo, porque as cadeias de fornecimento não conseguem acompanhar a procura da crescente população, o aumento da média de consumo e a urbanização (EMF, 2013). O aumento e a maior volatilidade de preço (Figura 2) são causados igualmente por um complexo conjunto de fatores: diferentes estruturas de mercados, mudança política e questões ambientais. A geopolítica (protecionismo, boicotes) e a instabilidade política também são riscos para o fornecimento dos materiais de determinados países. As interligações, por exemplo, a escassez e os preços elevados nos combustíveis sobrecarregam os alimentos, porque a produção alimentar depende de energia (maquinaria, fertilizantes) (Mentink, 2014; EMF, 2013). As interconexões são cruciais para o bom entendimento e a boa transmissão de desenvolvimento sustentável dentro das sociedades e suas organizações (Glavič, Lukman, 2007).

Tabela I – SWOT para aplicação da Economia Circular nas organizações.

FORÇAS (S)	**OPORTUNIDADES (O)**
(S) Novos pontos de lucro (S) Otimização do Sistema (S) Inovação do Sistema (S) Mudança radical	Ameaças Lineares: (O) Risco de fornecimento de recursos (O) Aumento da intervenção governamental (O) Legitimidade Tendências Sociais: (O) Compras públicas circulares (O) Consumo Colaborativo (O) Criação de valor múltipla (O) Co-criação de propostas de valor
FRAQUEZAS (W)	**AMEAÇAS (T)**
(W) Complexidade de organização e gestão (W) Confidencialidade, confiança, benefícios mútuos, dependência, entre outros. (W) Necessidade de Informação (W) Ligação emocional e valores intangíveis (W) Custos de Transação	**(T)** Competitividade dos modelos lineares **(T)** Matérias-primas baratas **(T)** Substitutos de materiais raros **(T)** Necessidade de transição do sistema **(T)** Custos de investimento inicial **(T)** Retorno num horizonte de longo prazo

Fonte: MENTINK, 2014 (adaptado)

Uma segunda categoria de oportunidades circulares pode ser o **aumento da intervenção governamental**, pois preve-se aumento de regulamentação ambiental na produção. Especialmente na Europa, planos e legislação visam aumentar a eficiência de recursos, tornando a legislação sobre produção de resíduos mais restritiva ou estimuladora de modelos circulares. Exemplo disso são políticas europeias como aumento da implementação do princípio “poluidor pagador” e da “responsabilidade do produtor alargada” (Diretiva-Quadro dos Resíduos); a redução do consumo de matérias-primas primárias ao aumentar a eficiência dos recursos e promover a reciclagem (Iniciativa de Matérias Primas); os incentivos para reutilizar, reciclar e outras atividades de recuperação e limitar a recuperação de energia para material não-reciclável e eliminar aterros para (quase) zero (Roteiro para uma Europa Eficiente de Recursos) e o Pacote Europeu da Economia Circular (EC, 2015). E, o já referido, Manifesto (EC, 2012) que lista objetivos para estimular uma transição para uma economia resiliente, e de eficiência de recursos. Preve-se aumento destas intervenções em outras partes do mundo, porque em países como China há um crescente aumento de problemas ambientais (EMF, 2013).

Uma terceira categoria é a **legitimidade**. Métodos produtivos mitigadores de danos ambiental e social, e responsabilidade social empresarial são cada vez mais preocupação dos consumidores no ato de comprar alimentada por maior disponibilidade de informação, etiquetas e marcas de qualidade de terceiros, transparência de processos produtivos, relatórios (externos ou internos) e atividades públicas de ONGs.

Ao fechar ou facilitar o fecho de ciclos de materiais – a principal característica da Economia Circular – uma organização pode mitigar ou tornar os riscos vantagem competitiva. Pode permitir aos negócios dependentes de matérias-primas raras ou materiais de regiões politicamente incertas, encontrar novas fontes de materiais; instalar modelos que retêm a propriedade dos produtos e/ou materiais. Ao fazer sistemas de ciclo fechado, resíduos e emissões podem baixar drasticamente. Para os pioneiros, maiores desempenhos sociais e ambientais podem aumentar a reputação e atrair ou reter clientes (Prakash, 2001). E pode ter poupanças nos custos de materiais (EMF, 2013). Estratégias de preservação de valor como Simbiose Industrial criam benefícios duais (valor adicional extraído de fluxos de materiais que de outra forma seriam custos como resíduos).

Além de mitigar vários riscos ou "ameaças lineares", o modelo circular oferece oportunidades associadas às suas forças. Primeiro, existem oportunidades de novos pontos de lucro que se estima ser de € 604 milhares de milhões/ano (EC, 2013). Segundo, estão a desenvolver-se novas estratégias para extrair mais valor dos resíduos como passar de processador de resíduos a fornecedor de resíduos, e outros novos modelos de negócios (Wef, 2014).

Tais otimizações de sistema, que geram mais valor na cadeia produtiva pode resultar em maior eficiência ou criação de valores novos ou adicionais (EMF, 2013) e apoiam-se no foco da Economia Circular em colaboração setorial e cruzada, já que a falta de transparência das externalidades são barreira à transição para este modelo (EMF, Mckinsey, Sun, 2015).

4. Conclusão

No fundo, a Economia Circular é uma Nova Escola de Pensamento importante e significativa de sustentabilidade adotada por uma grande nação do planeta, a China, como principal enquadramento para mudança ambiental e desenvolvimento económico nos próximos 10 anos. Beneficiará o ambiente e a sociedade se não se permitir simplificar os seus objetivos (Murray et al, 2015). São atividades económicas rentáveis com fecho de ciclos de materiais com pensamento sistémico, com uso de energias renováveis, visando zero resíduos e troca de materiais. Para obter zero resíduos procura manter-se o valor dos fluxos do material e seguir a hierarquia de ciclos: manutenção, reparação, redistribuição, upgrade, remanufatura, reciclagem, recuperação energética, descarte (Mentink, 2014). É um sistema industrial restaurador por design e intenção com ciclos de materiais biológico e técnico. Os biológicos crescem e acabam por voltar ao solo (por compostagem ou digestão anaeróbica) enriquecendo-o. São descartáveis, não tóxicos, e permitem a regeneração do solo. Os técnicos são metais, polímeros, entre outros desenhados para fluir continuamente com alta qualidade em ciclos fechados. Os fluxos de materiais são o maior denominador comum ao longo dos ciclos produtivos que têm de ser tricotados para equilibrar a nossa existência com a restante biosfera.

O conceito circular promove riqueza e emprego no contexto de restrições de recursos, mantém o valor acrescentado nos produtos pelo maior tempo possível e elimina o desperdício e impulsionará a

competitividade da União Europeia ao proteger contra escassez dos recursos e volatilidade dos preços, criando novas oportunidades e formas inovadoras e mais eficientes de produzir e consumir (EC, 2015; Wef, 2014).

Uma vez que este artigo é de raiz conceptual, outros estudos no futuro poderão aumentar o conhecimento através de casos de estudo que possam adicionar contribuições.

5. Bibliografia

AYUB, A., RAZZAQ, A., ASLAM, M. S., IFTEKHAR, H. (2013). A conceptual Framework on Evaluating SWOT Analysis as the mediator in strategic marketing planning through Marketing Intelligence. *European Journal of Business and Social Sciences, 2*(1), 91-98.

BENYUS, J. (2002). *Biomimicry: Innovation Inspired by Nature*. New York: Harper Collins.

BOULDING, K. (1966). The economics of coming spaceship earth. In H. Jarred (Ed.), *Environmental quality in a growing economy.* Baltimore, MD: John Hopkins University Press.

COSTA, I., FERRÃO, P. (2010). A case study of industrial symbiosis development using a middle-out approach. *Journal of Cleaner Production*, *18*(10-11), 984-992.

EC: European Commission (2012). *Manifesto for a Resource-efficient Europe*. MEMO 12/989/. [Online] http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-12-989_en.htm [Acedido em 3 de abril de 2017]

EC (2014). *Towards the Circular Economy: A Zero Waste Programme for Europe*, [Communication from] The Commission to the European Parliament, The Council, The European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions, Brussels, 2.07.2014, COM(2014) 0398 final.

EC (2015). *Closing the loop – An EU action plan for the Circular Economy*, [Communication from] The Commission to the European Parliament, The Council, The European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions, Brussels, 2.12.2015, COM(2015) 614 final.

EMF, MCKINSEY, SUN (2015). *Growth within: a circular economy vision for a competitive Europe*, [Report by] Ellen MacArthur Foundation (EMF), McKinsey Center for Business and Environment, Stiftungsfonds für Umweltökonomie und Nachhaltigkeit (SUN), June 2015.

EMF: Ellen MacArthur Foundation (2013). *Towards the Circular Economy: Economic and Business Rationale for an Accelerated Transition*. Isle of Wright: Ellen MacArthur Foundation Publications.

EMF (2014). Towards the Circular Economy: Accelerating the Scale-up across Global Supply Chains. Isle of Wright: Ellen MacArthur Foundation Publications.

FROSCH, R., GALLOPOULOS, N. (1989). Strategies for manufacturing. *Scientific American, 261*(3):144-152.

FURUNO, T. (2000). *The Power of Duck - Integrated Rice and Duck Farming*, Tasmania, Australia: Tagari Publications.

GENG, Y., DOBERSTEIN, B. (2008). Developing the circular economy in China: Challenges and opportunities for achieving 'leapfrog development'. *International Journal Sustainable Development & World Ecology*, 15(3), 231-239.

GLAVIČ, P., LUKMAN, R. (2007). Review of sustainability terms and their definitions. *Journal of Cleaner Production*, *15*, 1875-1885.

HAAS, W., KRAUSMANN, F., WIEDENHOFER, D., HEINZ, M. (2015), How Circular is the Global Economy?: An Assessment of Material Flows, Waste Production, and Recycling in the European Union and the World in 2005. *Journal of Industrial Ecology, 19*, 765-777.

KHARAS, H. (2010) *The Emerging Middle Class in Developing Countries*, OECD Development Centre Working Paper No.285. Paris: OECD Development Centre.

LEHTORANTA, S., NISSINEN, A., MATTILA, T., MELANEN, M. (2011). Industrial symbiosis and the policy instruments of sustainable consumption. *Journal of Cleaner Production*, *19*(16), 1865-1875.

LYLE, J. (1996). *Regenerative Design for Sustainable Development*. New York: Wiley.

MENTINK, B. (2014). *Circular Business Model Innovation: a process framework and a tool for business model innovation in a circular economy.* Master Thesis in Industrial Ecology. Delft: Delft University of Technology & Leiden University.

MOLLISON, B., HOLMGREN, D. (1978). *Permaculture One*. Melbourne, Australia: Corgi.

MURRAY, A., SKENE, K., HAYNES, K. (2015). The Circular Economy: An interdisciplinary exploration of the concept and application in a global context. *Journal of Business Ethics*, *140*(3), 369-380.

OECD: Organization for Economic Co-operation and Development (2010). *Project on Green Growth and Eco-Innovation*. France: OECD. [Online] www.oecd.org/dataoecd/43/48/45169190.pdf [Acedido em 6 de abril de 2017]

ONITA, J. (2006). *How does Industrial Symbiosis Influence Environmental Performance?*, Master of Science Thesis. Sweden: Linköpings Universiteit, The Tema Institute.

OSITA, I. C., ONYEBUCHI, I., JUSTINA, N. (2014). Organization's stability and productivity: the role of SWOT analysis an acronym for strength, weakness, opportunities and threat. Research Article. *International Journal of Innovative and Applied Research, 2*(9), 23- 32.

PARK, J., SARKIS, J., WU, Z. (2010). Creating integrated business and environmental value within the context of China's circular economy and ecological modernization*. Journal of Cleaner Production, 18*(15), 1494-1501.

PAULI, G. (2010). *The Blue Economy: 10 Years, 100 Innovations, 100 Million Jobs. Report of the Club of Rome*. Taos: Paradigm Publications

PRAKASH, A. (2001). Why do firms adopt 'beyond-compliance' environmental policies?. *Business Strategy and the Environment, 10*(5), 286–299.

PRIETO-SANDOVAL, V.; JACA, C.; ORMAZABAL, M. (2016). Circular Economy: An Economic and Industrial Model to Achieve the Sustainability of Society. *22nd International Sustainable Development Research Society Conferenc*e, Lisbon (Portugal) [Online]. https://www.researchgate.net/publication/302580675_Circular_Economy_An_economic_and_industrial_model_to_achieve_the_sustainability_of_the_society [Acedido em 3 de abril de 2017]

RP: República Portuguesa (2016). *Programa Nacional de Reformas: mais crescimento, melhor emprego, maior igualdade*. Abril 2016. República Portuguesa, XXI Governo. [Online] http://www.portugal.gov.pt/pt/pm/documentos/20160421-pm-pnr-pe.aspx [Acedido em 8 de março de 2017]

STAHEL, W., REDAY-MULVEY, G. (1981). *Jobs for Tomorrow, the potential for substituting manpower for energy*. New York: Vantage Press.

UNWCED: United Nations World Commission on Environment and Development (1987). *Our Common Future* (Brutland Report). Oxford: Oxford University Press.

WANG, P. CHE, F., FAN, S., GU, C. (2014). Ownership governance, institutional pressures and circular economy accounting information disclosure: An institutional theory and corporate governance theory perspective. *Chinese Management Studies, 8*(3), 487-501.

WEBSTER, K. (2015). The Circular Economy: A Wealth of Flows. Isle of Wright, UK: Ellen MacArthur Foundation Publications.

WEF: World Economic Forum (2014). *Towards the Circular Economy: Accelerating the scale-up across global supply chains.* [Online]. http://www3.weforum.org/docs/WEF_ENV_TowardsCircularEconomy_Report_2014.pdf [Acedido em 2 março 2017].

WEIHRICH, H. (1982). The TOWS Matrix—A Tool for Situational Analysis. *Long Range Planning, 15* (2), 54-66.

YUAN, Z., BI, J., MORIGUICHI, Y. (2006). The Circular Economy: A New Development Strategy in China. *Journal of Industrial Ecology, 10*, 4–8.

BOTTLED MINERAL WATERS CLASSIFICATION AND LABELING ADJUSTMENT AMONG BRAZILIAN AND EUROPEAN COMMUNITY POLICIES

Lucio Carramillo CAETANO
Departamento de Geociências, UFRRJ
carramillo@gmail.com
Sueli Yoshinaga PEREIRA
Instituto de Geociências, UNICAMP
sueliyoshinaga@gmail.com
Heitor MOTHÉ FILHO
Departamento de Geociências, UFRRJ
heitorfmothe@gmail.com
Thiago Andrade de SOUSA
Doutorando Geoquímica Ambiental, UFF
thiagoandrade.geologia@gmail.com
Ricardo Correia Carramillo CAETANO
Mestre em Ciências Sociais, UFRRJ
ricardoccc3@gmail.com
Thiago Machado do PINHO
Mestrando Departamento de Geotecnia, USP
thiagompinho@usp.br
Igor Cristiano SILVA
Graduando Geologia, UFRRJ
igorcristiano@hotmail.com

Resumo

Ainda que a legislação voltada à área de alimentos no Brasil venha sendo atualizada em concordância com o CODEX ALIMENTARIUS, o mesmo não ocorre em relação à legislação da água mineral no contexto da gestão da mineração brasileira. O Código de Águas Minerais foi promulgado em 1945 e chega ao século XXI sem sofrer alteração significativa. Essa situação dificulta o setor a identificar-se com as águas minerais envasadas no Mundo, especificamente na Comunidade Europeia.

O presente trabalho propõe uma nova política da água mineral brasileira envasada, aproximando-a da legislação em vigor na Comunidade Europeia.

Pequenos ajustes, principalmente em relação as informações contidas na rotulagem da água mineral brasileira, realizados em consonância com as diretrizes já praticadas pela Comunidade Europeia propiciarão a ampliação da participação da água mineral brasileira envasada no mercado externo fazendo, com que a indústria de água mineral envasada no Brasil obtenha a visibilidade necessária para penetrar no mercado internacional das águas envasadas a partir do continente Europeu.

Dessa forma, o Brasil ampliaria sua presença nesse mercado participando com uma qualidade de água mineral envasada diferenciada, propiciando geração de empregos, tanto no Brasil através da ampliação de sua produção com criação de novas plantas industriais, bem como na Comunidade Européia com a criação de postos de distribuição desse novo produto com características diferentes das águas envasadas na Europa.

Palavras chave: Água mineral engarrafada, Política Nacional de Água Mineral, Rotulagem, Classificação de Água Mineral, Comunidade Europeia

Abstract

Although the food legislation in Brazil has been updated in accordance with CODEX ALIMENTARIUS, the same is not true of mineral water legislation in the context of Brazilian mining management. The Mineral Water Code was promulgated in 1945 and reaches the twenty-first century without significant change. This situation makes it difficult for the industry to identify itself with the bottled mineral waters in the world, specifically in the European Community.

The present work proposes a new policy of Brazilian bottled mineral water, bringing it closer to the legislation in force in the European Community.

Small adjustments, mainly in relation to the information contained in the labeling of Brazilian mineral water, carried out in accordance with the guidelines already practiced by the European Community, will increase the share of Brazilian bottled mineral water in the foreign market, making the bottled mineral water industry in Brazil obtain the necessary visibility to penetrate the international market of bottled waters from the European continent.

In this way, Brazil would expand its presence in this market by participating with a differentiated bottled mineral water quality, providing employment generation, both in Brazil through the expansion of its production with the creation of new industrial plants, as well as in the European Community with the creation of distribution points of this new product with different characteristics of the bottled waters in Europe.

Key Words: Bottled mineral water, Brazilian Mineral Water Policy, Labeling, Mineral Water Classification, European Community

1. Introduction

In the last decades, the growth of the bottled water industry in Brazil has demanded a constant change in Brazilian legislation, aiming to regulate the use of this mineral that is also considered a food.

As a mineral resource, the mineral water exploitation is governed by the National Mining Agency (Agência Nacional de Mineração - ANM), the former National Department of Mineral Production (Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM), attached to the Ministry of Mines and Energy (Ministério de Minas e Energia - MME).

On the other hand, as a food, its industrialization and commerce are governed by municipal, state and federal agencies, which are guided by the National Health Surveillance Agency (Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA) of the Ministry of Health (Ministério da Saúde - MS).

Therefore, being considered a mineral resource and food at the same time generates a confusing and high administrative burden in order to legalize the extraction, classification, bottling and commercialization of mineral waters in Brazil.

The Brazilian Code of Mineral Waters, in force until the present day (January 2018), was promulgated in 1945 and,despite many suggestions for amendments, it was not possible to change it since any modification must pass through the National Congress and be approved by the Presidency of the Republic.

Thus, the classification of Brazilian mineral water is still defined by standards existing in the 1940s. This situation, as well as many others imposed by legislation with more than 70 years of existence, has been making it difficult for the Brazilian industry to identify itself with the bottled mineral water industry in the world, especially those situated in Europe.

Bottled water has become a worldwide business and the consumption has increased fast, and enters to the international trade circuit beverages as branded commodity (Wilk, 2006). The Plastic bottled water (BW) has a rapid growth, as a healthy drinking choice and as a safer alternative to existing drinking water (Hawskins 2017). According to the author, the markets of Bottled Waters emerged for the following factors: consumer drinking practices; opportunistic strategies on the part of beverage companies; the development of PET bottles; the sophisticated branding techniques, and various drinking water problems, as state failure to dubious water quality. Erkomaishvili (2015) presented competitive advantages of Georgia in mineral water production and the need to adjust

regulations and institutions, and propose a strategy to development the Georgia bottled mineral water.

Thereby, this work proposes a new Brazilian mineral policy focused on mineral water, through the suggestion that the new National Mining Agency (ANM) allow the introduction of new terms to the labels of the Brazilian bottled mineral water with the intention of bringing them closer to the concepts used in bottled mineral waters in the Member States of the European Community, and with that, making it possible to expand Brazilian exports to the European continent. A review and restructuration of Brazilian regulations and economic policies need to be adjusted to international standards. The article presents a singular strategy for improving the effectiveness for a global commercialization of this good.

2. Comparative aspects between bottled mineral waters in Brazil, the United States of America (USA) and the European Community (CE)

The mineral water has been one of the mineral resources most used by society in recent years (Caetano, 2009). This chapter describes the classifications and denominations of mineral waters that occur and are marketed in Brazil, the United States of America and the European Community. As the interest of this work is to discuss the possibility of expanding the market of Brazilian mineral water in the European continent, by adapting the rules of the European Community, only the differences in classification and labeling regulated in Brazil and in the European Community will be discussed.

2.1 . The Bottled mineral water in Brazil

Brazilian mineral waters are classified according to the Brazilian Code of Mineral Waters (Decree-Law n°. 7.841, 08/08/1945), which defines t hem in Article 1 as "those from natural or artificial sources which have chemical, physical or physicochemical properties distinct from ordinary waters, with characteristics that give them a medicinal action". In its third chapter, this code also defines table water as "normal composition waters from natural sources or artificially collected sources, which only fulfill the drinking conditions for the region" (PINTO, U. R.,2008).

In addition to classifying them, this Decree-Law regulates its use, whether through a spa, or as a commodity. Furthermore, this Code distinguishes mineral waters both in terms of their chemical composition and the nature of their sources, as can be seen in Tables I and II.

The growing demand for bottled water, both in national and international trade, has allowed the bottling of several types of water, which, together with mineral water, play a role in global bottled water statistics. Those waters are not differentiated in relation to their classification, but to the introduction or not of carbon dioxide.

The Brazilian mineral water Code, although based on the French legislation of the time,1945, does not consider the total dissolved solids concentration for the classification of a mineral water nor does it allow the treatment of mineral water by ozone to reduce the concentration of iron, manganese, sulfur and arsenic in order to make bottled mineral water attractive for trade.

Queiroz (2015) identifies that 35% of the Brazilian mineral waters are classified as Fluoridates, 20% are classified as Bicarbonated Alkaline, 10% as Earth-alkalines and another 10% rich in lithium. The rest of the Brazilian mineral waters are classified as carbo-gaseous, sulphated, Thermals', Radioactive among others (Table I and II). It is important to note that Queiroz (2015), in this work, studies all Brazilian mineral waters, not just those used for bottling.

2.2. The Bottled mineral water in the United States of America (USA)

Artesian water, ground water, mineral water, purified water, demineralized water, sparking bottled water, sterile water, well water are some types of bottled water found in the United States of America. In that country, mineral waters may be defined as waters having an equal or greater concentration of total dissolved solids (TDS) of 250 mg/L. Water that TDS content is bellow 500 ppm (mg/L) is called Low Mineral Content and water that TDS content is greater than 1.500 ppm (mg/L) is called Hight Mineral Content (Code of Federal Regulations, Title 21, Volume 2, Sec. 165, revised as of April, 1, 2017. [Accessed on Feb. 09th 2018]).

Table III shows the different names that are given to the bottled waters in the United States of America and the characteristics of each one. It is important to note that water treatment is permitted in USA except for waters that are termed mineral waters.

2.3. The Bottled mineral water in the European Community (EC)

Unlike in Brazil, the consumption of bottled mineral water in Europe provide a true complement to the diet of the European population due to certain characteristics that differentiate it from other waters. it is important to highlight certain characteristics of bottled mineral waters in the European Community such as:

1) Very low mineral content, when Mineral salt content, calculated as a fixed residue, not greater than 50 mg/L;

2) Low mineral content, when mineral salt content, calculated as a fixed residue, not greater than 500 mg/L;

3) Medium mineral content, when mineral salt content, calculated as a fixed residue, not greater than 1,500 mg/L;

4) Rich in mineral salts, when mineral salt content, calculated as a fixed residue, greater than 1,500 mg/L and

5) Suitable for low-sodium diet, when sodium content is less than 20 mg/L.

Unlike in Brazil (where the waters can also be classified as table water) and in the USA (where there is a plethora of bottled water types), EC bottled waters are always classified as minerals. In addition to this difference, it is also worth noting that in the EC the treatment of mineral waters with ozone is permitted only for the purpose of reducing the high concentrations of iron, manganese, sulfur and arsenic, which is not allowed in Brazil, neither in the USA.

Table IV shows the current classifications of bottled waters in the countries that are part of the European Community (Annex III of Directive 2009/54/CE of European Parliament and Council. Jun. 18, 2009).

2.3. Comparative Analysis of the mineral water bottled in Brazil and in the European Community.

The main focus of this work is the possible insertion of Brazilian bottled mineral water in the European market through the attempt to change some of the labels on the labels or even change the Brazilian policy for the classification and labeling of mineral waters, only the differences and similarities found between the classification and labeling of bottled mineral waters in Brazil and in the European Community will be discussed.

Caetano (2009) makes a comparative analysis between the information contained in tables I, II and IV and concludes that:

1) The mineral waters bottled in the European Community are mainly distinguished by the concentration of dry residue (or total dissolved solids - TDS), unlike what occurs in Brazil that does not take the TDS into account;
2) The mineral waters bottled in the European Community are classified as fluoridated when the concentration of fluoride is greater than 1 mg/L. In Brazil a concentration equal to or greater than 0.02 mg/L of fluoride already allows the classification of this water as fluoridated;
3) Radioactivity, despite being used as a standard for water classification in Brazil, is not used as a classification standard for bottled waters in the European Community;
4) In Brazil, bottled mineral waters can be classified as minerals waters by their temporary temperature and radioactivity and
5) In the European Community, bottled mineral waters may have a therapeutic assignment stamped on their labels, such as "It is suitable for low sodium diet", when the sodium concentration in the water is less than 20 mg/L. In Brazil, the use of such information on labelsis still not allowed.

Among the different standards for the classification of a mineral water in Brazil and in the European Community, it is possible to highlight the concentration of total dissolved solids (TDS) and the concentration of sodium, which, if adopted in Brazil, would categorize Brazilian mineral water in the same standards adopted by the European Community.

Brazilian mineral waters, unlike the European ones, have few solids dissolved. Therefore, if they were classified according to the European Community Directives they would receive the denomination of "very low mineralization", TDS < 50 mg/L and "low mineralization" or “oligomineral water” TDS<500 mg/L. Table V briefly describes the bases and differences in mineral water classification in Brazil and in the European Community.

To exemplify, we selected 10 best-known brands of bottled water in Brazil. Based on their concentration of dissolved solids, 6 of those brands would be classified in any European Community country as "low mineralization or oligomineral waters". They are: Indaiá (Bahia), TDS = 100 mg/L; Minalba (São Paulo), TDS = 85 mg/L; Ouro Fino (Paraná), TDS = 133 mg/L; Crystal Coca-Cola (São Paulo), TDS = 130 mg/L; Bioleve (São Paulo), TDS = 83 mg/L and Schin (São Paulo) TDS = 242 mg/L. The other 4 brands would be classified as “mineral waters of very low mineralization”, they are: Dias D'Avila (Bahia), TDS = 43 mg/L; Petrópolis Nestlé (Rio de Janeiro) and Levíssima Nestlé (Rio de Janeiro), both with TDS = 19 mg/L and Bonafont Danone (Minas Gerais), TDS = 18.5 mg/L.

According to Queiroz (2004), 48.2% of the Brazilian bottled mineral waters are classified as fluoridated, 16.2% as hypothermal to hyperthermal sources, 14.68% as cold radioactive to hyperthermal sources and 10.20% as table water. Also according to Queiroz (2004), 72% of the Brazilian bottled mineral waters have less than 100 mg/L of total solids dissolved.

This aspect of Brazilian mineral waters has become the object of desire of major international groups, such as the French group Danone, which made a huge investment in the search for sources of waters with low values of dry residue in the Brazilian territory. This group, at the end of 2008, fulfilled its dream and from August 2009 launched the Bonafont water (from Jacutinga - MG) with the lowest concentration of sodium (0.34 mg/L) and TDS (18.5 mg/L) in the Brazilian market.

Regarding the characteristics of bottled mineral waters in the European Community, it is found that the most well-known brands in the European market have a much higher dissolved salt concentration (TDS) when compared to Brazilian waters. The traditional brands Evian (TDS = 357 mg/L), Perrier (TDS = 475 mg/L), Salvelar (TDS = 850 mg/L), San Pellegrini (TDS = 1,109 mg/L) and Contrex (TDS = 2,078 mg/L) can reach salt concentrations 112 times higher than the amount of dissolved salts found in Brazilian mineral waters. However, some bottled mineral waters in the European Community show concentrations of salts similar to the concentrations typical of most Brazilian mineral waters. They are: Spa Reine (33 mg/L), Spa Finesse (88 mg/L) and Valvert (201 mg/L). Table V and figure 1 show some characteristics that greatly differ from the bottled mineral waters in Brazil and in the European Community. Table VI and Figure 1 show the different concentrations of dissolved solids (TDS) in some important bottled mineral waters in Brazil and the European Community.

Queiroz (2015), classify all the bottled mineral waters in Brazil as follows:

1) 41% of Brazilian Mineral Waters have less than 50 mg/L of total dissolved solid (TDS);
2) 30% of Brazilian Mineral Waters have more than 50 mg/L and less than 100 mg/L of TDS;
3) 23% of Brazilian Mineral Waters have more than 100 mg/L and less than 200 of TDS and
4) 6% of Brazilian Mineral Waters have more than 200 mg/L.

So more than 53% of Brazilian Mineral Waters could be call as "Oligomineral or low Mineralization" and 41% could be call as "Slightly Mineralized" if they were classification by EC Directives.

In true, Brazil has 94% of Bottle Mineral Water poor in salts. Only 6% of the Mineral Water Bottled in Brazil exceeds 250 mg/L of TDS.

Carpinelli & Bertolo (2006) calculated the medians of the values found in Brazilian mineral waters bottled by regions and found the following values:

1) In the North and Midwest regions of Brazil the median TDS is 30 mg/L;
2) In the Northeast region, the median TDS is 50 mg/L;
3) In the Southeast region, the median TDS is 90 mg/L and
4) In the South region, the median TDS is 160 mg/L.

The mean value of TDS for Brazil is 82 mg/L, which allows us to conclude that the bottled mineral waters in Brazil could be classified as "low mineralization" in the EC and that probably the bottled mineral waters in the North, Central West and Northeast Brazil would be within the European classification of "very low mineralization".

According to Carpinelli and Bertolo (2006), the median TDS calculated in bottled mineral waters in some European countries were as follows:

1) Portugal - 94 mg/L;
2) Italy - 250 mg/L;
3) England - 260 mg/L;
4) Spain - 270 mg/L and
5) France - 270 mg/L.

With these values it is possible to indicate a value of 269 mg/L for the median TDS of mineral waters bottled in European territory. Figure 2 shows the distribution of the median TDS in some European countries and Figure 4 shows the comparison of these values with the median values of bottled mineral waters in the different Brazilian regions.

3. Conclusions and Suggestions

It can be concluded that the main differences between the bottled mineral waters present in the Brazilian market and the bottled mineral waters in the European Community are related to the concentration of salts (TDS) in each of these waters.

Brazilian mineral waters, in general, are poor in dissolved minerals, which results in different characteristics when compared to those bottled in the European Community, where the concentration of salts is much higher.

Thus, in order to achieve the objectives of this work, which is focused on the expansion of the Brazilian mineral water market beyond Brazilian borders, numerous suggestions can be given to the Regency Agency (ANM) dedicated to the management of bottled mineral water in Brazil, such as:

- Changing the Brazilian mineral water classification for exporting applying the same European Community Policy;
- Checking sodium concentration in Brazilian Mineral Water Law to classify it as "*It is suitable for low sodium diet*" and
- Appropriate labelling in accordance to the EC requirements.

These procedures would bring beneficial results, such as:

1) Job creation mainly in Brazil (there are currently more than 13.5 million of unemployed people – April, 2017);

2) Tax revenues growth (federal, state and municipal);

3) Brazil and European Community partnership development.

4) Dissemination of product quality and market expansion to all the world.

4. Figures and Tables

Table I – Brazilian Mineral Water Classification (Brazil/1945) - Chemistry Composition (mg/L)

Classification	Decription
Oligomineral	Only one drug action
Radiferous	Contain dissolved radioactive substances that sustain a permanent radioactivity
Bicarbonate-alkaline	Sodium bicarbonate = or> 200 mg/L
Earth-alkaline	Sodium carbonate = or> 120 mg/L
Earth-alkaline Ca dominated	calcium = or> 48 mg/L as calcium bicarbonate
Earth-alkaline Mg dominated	magnesium = or> 30 mg/L as magnésium bicarbonate
Suphated	$SO_4^=$ = or> 100 mg/L
Sulphured	Sulfate = or> 1 mg/L
Nitrated	$NO_3^=$ (mineral origin) = or> 100 mg/L
Chlorinated	Sodium chloride = or> 500 mg/L
Ferruginous	Iron = or> 5 mg/L
Radioactive	Contain dissolved radon
Weakly Radioactive	Radon content between 5 to 10 Mache Unit per liter at 20℃ and 760mmHg pressure.
Radioactive	Radon content between 10 to 50 Mache Unit per liter at 20℃ and 760mmHg pressure.
Strongly radioactive	Radon content higher than 50 Mache Unit per liter at 20℃ and 760mmHg pressure.
Thoriferous	Minimum of 2 Mache unit per liter of dissolved thoron.
Carbogasous	Dissolved carbon dioxide gas = or> 200 mg/L at 20℃ and 760mmHg pressure.
Predominanting element	(> 0,02 mg/L): Iodized, fluoridated, lithium, etc.

Source: Caetano, 2004 updated Caetano, 2009

Table II – Brazilian Mineral Water Classification (Brazil/1945) - Classification at the source

Classification	Description
According to Gases:	
Radioactive	
Weakly radioactive	Those having a gas flow of at least 1 liter per minute with a radon content of 5 to 10 units Mache Unit per liter at 20℃ and 760mmHg pressure.
Radioactive	Those having a gas flow of at least 1 liter per minute with a radon content of 10 to 50 units Mache Unit per liter at 20℃ and 760mmHg pressure.
Strongly radioactive	Those having a gas flow of at least 1 liter per minute with a radon content higher than 50 Mache Unit per liter at 20℃ and 760mmHg pressure.
Thoriferous	Those having a gas flow of at least 1 liter per minute with a minimum of 2 Mache Unit per liter of dissolved thoron.
Sulfurous sources	Those that have definite releases of hydrogen sulphide gas.
According to the Temperature:	
Coldwaters	Temperature lower than25^{0}C
Hypothermal waters	Temperatures ranging from 25 to33^{0}C.
Mesothermal waters	Temperatures ranging from 33 to36^{0}C.
Isothermal waters	Temperatures ranging from 26 to 38^{0}C
Hyperthermal waters	Temperature higher than25^{0}C.

Source: Caetano, 2004

Table III – United States of America Bottled Water Classification/Denomination

Classification/Denomination	Description
Artesian Water ou Artesian Well Water	Water from a well tapping a confined aquifer in which the water level stands at some height above the top of the aquifer
Ground Water	Water from a subsurface saturated zone that is under a pressur equal to or greater than atmospheric pressure.
Mineral Water	Water containing notless than 250 parts per million (ppm) total dissolved solids (TDS), coming from a source tapped at one or more bore holes or springs, originating from a geologically and physically protected undeground water source.
Low Mineral Content	Water that TDS content is below 500 ppm..
Hight Mineral Content	Water that TDS content is greater than 1,500 ppm.
Purified Water, Demineralized Water, Deionized Water, Distilled Water, Reverse Osmosis Water[1]	Água que sofreu algum tipo de tratamento. Os pontinhos da última denominação deve ser substituído pelo tipo de método utilizado (purified ou demineralized ou deionized, etc.)
Sparkling Bottled Water	Water that, after treatment and possiblo replacement of carbon dioxide, contains the ame amount of carbon dioxide from the source tha it had at emergence from the source.
Spring Water	Water derived from underground formation from which water flows naturally to the surface of the earth.
Sterile Water ou Sterilized Water	Water that meets the requirements under "Sterility Tests".
Well Water	Water from a hole bored, drilled, or otherwise constructed in the ground which taps the water of an aquifer.
From a Community Water ou From a Municipal Source	Water that comes from a mommunity water system.
Not Sterile. Use as directed by Physician or by Labeling directions for use of infant formula	When the label or labeling of a bottled water product states or implies that the bottled water is for use in feeding infants, and the product is not commercially sterile.

Source: Caetano, 2004 updated https://www.accessdata.fda.gov/scripts/cdrh/cfdocs/cfcfr/CFRSearch.cfm?fr=165.110, [Accessed on Feb. 12 2018].

[1] It can also be termed as Purified Drinking Water, Demineralized Drinking Water, Deionized Drinking Water, Distilled Drinking Water, Reverse Osmosis Drnking Water.

Table IV – European Mineral Water Classification

Classification	Description
Very low mineral content	Mineral salt content, calculated as a fixed residue, not greater than 50 mg/l
Low mineral content	Mineral salt content, calculated as a fixed residue, not greater than 500 mg/L
Medium mineral content	Mineral salt content, calculated as a fixed residue, not greater than 1.500 mg/L
Rich in mineral salts	Mineral salt content, calculated as a fixed residue, greater than 1 500 mg/L
Contains bicarbonate	Bicarbonate content greater than 600 mg/L
Contains sulphate	Sulphate content greater than 200 mg/L
Contains chloride	Chloride content greater than 200 mg/L
Contains calcium	Calcium content greater than 150 mg/L
Contains magnesium	Magnesium content greater than 50 mg/L
Contains fluoride	Fluoride content greater than 1 mg/L
Contains iron	Bivalent iron content greater than 1 mg/L
Acidic	Free carbon dioxide content greater than 250 mg/L
Containssodium	Sodium content greater than 200 mg/L
Suitable for alow-sodium diet	Sodium content less than 20 mg/L

Source: *Directiva del Consejo* 80/777/CEE, of jul, 14th,1980, amended by *Directiva del Consejo* 96/70/CE, of oct, 28, 1996

Table V -Classification: Brazilian Mineral Water x European Community Bottled mineral water

Limits for Bottled mineral water Classification	**Brazilian Mineral Water**	**European Community Mineral Water**
FLUORINE(mg/L)	0.02	1
SODIUM (mg/L)	No limits	<20 - It is suitable for low sodium diet
TDS (mg/L)	No limits	<50 - Slighty Mineralized; <500 - Oligomineral or Low Mineralization and >1500 - Rich in Mineral Salts
RADIOACTIVITY	> 10 Macheunits	Noclassification
TEMPERATURE	25º C	No classification
DRINKING WATER	Potability Standard	Potable

Table VI - TDS Comparison: Brazilian Mineral Water x Europian Ccommunity Mineral Botlled Water

Brazilian	Bonafont (Danone)	Levíssima (Nestlé)	Petrópolis (Nestlé)	Dias D´Ávila	Lindóia Bioleve
TDS mg/L	18,5	19	19	43	83
Brazilian	**Minalba**	**Indaiá (BA)**	**Crystal (Coca-Cola)**	**Ouro Fino**	**Schin**
TDS mg/L	85	100	130	133	242
EC	**Spa Reine**	**Spa Finesse**	**Valvert**		**Evian**
TDS mg/L	33	88	201		357
EC	**Perrier**	**Salvelat**	**San Pellgrini**	**Contrex**	**Hepar**
TDS mg/L	475	850	1109	2078	2513

Source: Caetano, 2009

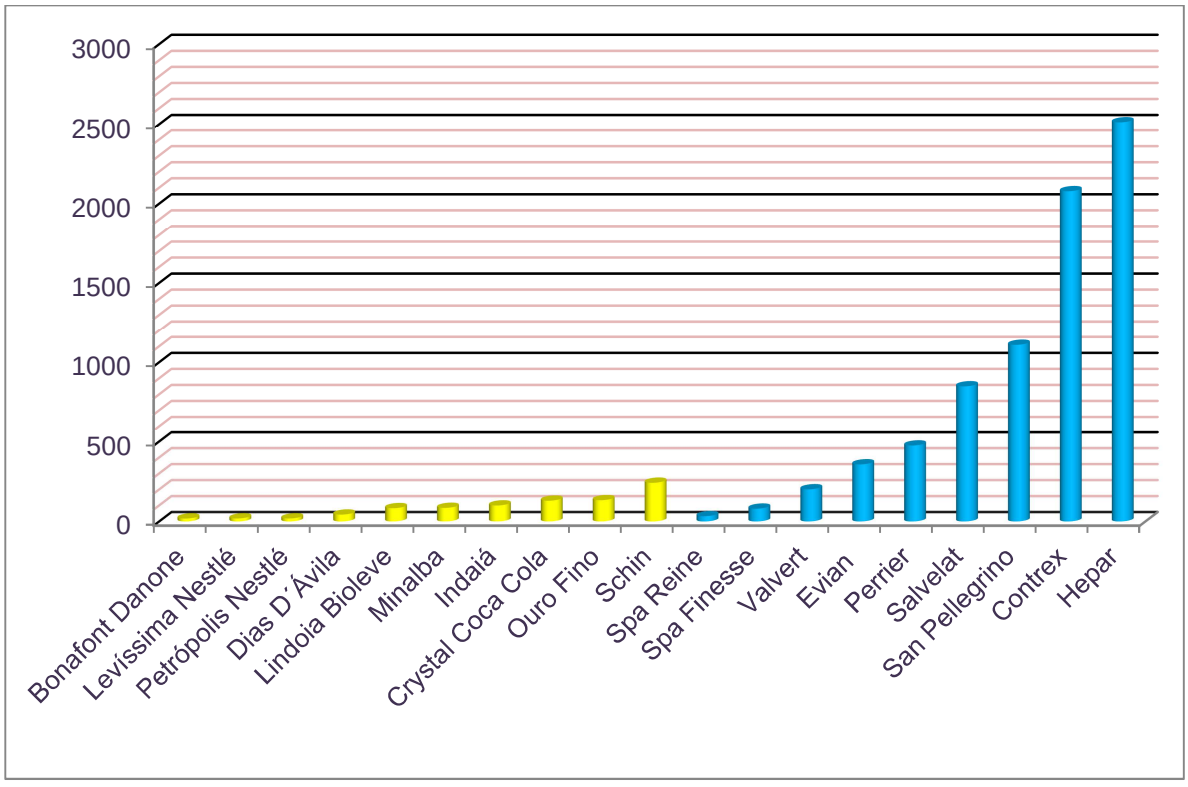


Figure 1 - TDS Comparing: Brazilian Bottled mineral water (yellow columns) x EC Bottled mineral water (blue columns)

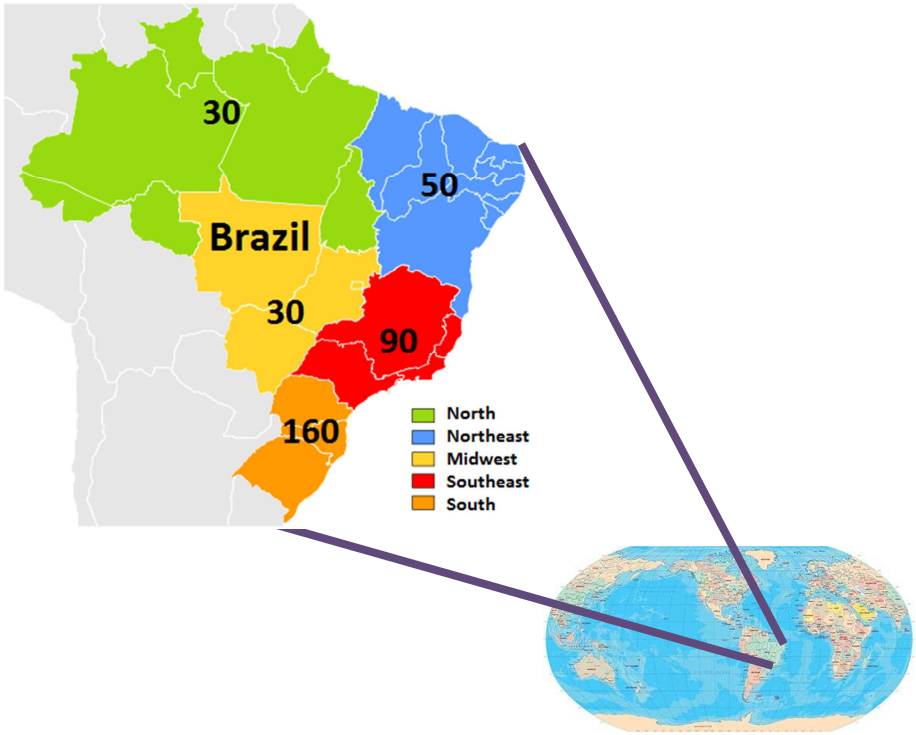


Figure 2 - The median TDS concentration (mg/L) in relation to the Brazilian regions (mg/L)
Source: Carpinelli & Bertolo (2006)
https://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%B5es_do_Brasil. [Accessed on Feb. 10 2018]



Figure 3 - The median TDS concentration (mg/L) in relation to some countries in the Europe (mg/L):
Source: Carpinelli & Bertolo (2006)
http://casalemgalway.blogspot.com.br/2016/11/vantagens-da-cidadania-europeia-na.html [Accessed on Feb. 10, 2018]

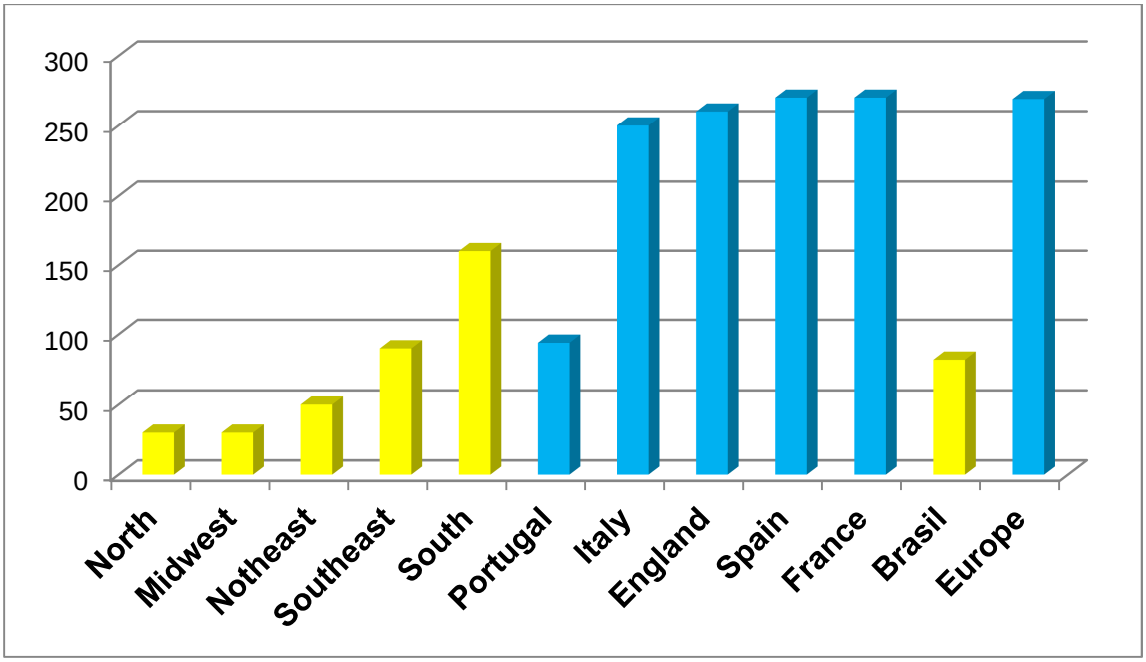


Figure 4 - TDS (mg/L) Comparing: Brazilian Regions Mineral Water X Some Countries in Europe Mineral Water
Source: Carpinelli & Bertolo (2006)

5. Bibliography

CAETANO, L. C. (2004). A Política da Água Mineral. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP.

CAETANO, L. C. (2009). Relatório Técnico nº 57, Perfil da Água Mineral, http://www.mme.gov.br/documents/1138775/1256650/P31_RT57_Perfil_da_xgua_Mineral.pdf/a92381ad-d385-4f64-bfa6-2348795f3d7a. [Acessed on jan. 17, 2018.].

CARPINELLI, M. & BERTOLO, R. (2006). Águas Minerais Brasileiras e Europeias: Características Químicas e Classificação. Available in: https://uspdigital.usp.br/siicusp/cdOnlineTrabalhoVisualizarResumo?numeroInscricaoTrabalho=4052&numeroEdicao=16. [Accessed on Feb 13 2018].

Code of Federal Regulations, Title 21, Volume 2, Sec. 165, revised as of April, 1, 2017. [Accesed on feb. 09, 2018].

Code of Mineral Waters, 1945 http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7841-8-agosto-1945-416551-norma-pe.html [Accessed on Feb. 10, 2018].

Directiva del Consejo 80/777/CEE, of jul. 14, 1980, amended by Directiva del Consejo 96/70/CE, of out. 28, 1996.

Erkomaishvili, G. Consumer Market for Mineral Water and Development Policy in Georgia. World Academy of Science, Engineering and TechnologyInternational Journal of Economics and Management Engineering. Vol: 9, No:5, 2015

Hawskins, G. The impacts of bottled water: an analysis of bottled water markets and their interactions with tap water position. WIREs Water 2017, 4:e1203. doi: 10.1002/wat2.1203

PINTO, U. R. (2008). Consolidação da Legislação Mineral e Ambiental, Brasília: LGE Editora.

QUEIROZ, E. (2004). Águas Minerais do Brasil: Distribuição, Classificação e Importância Economica. Modified in jun, 14 2017. Available in: http://www.anm.gov.br/dnpm/publicacoes/serie-

sustentabilidade/aguas-minerais-do-brasil-distribuicao-classificacao-e-importancia-economica/view. [accessed on feb, 13 2018].

QUEIROZ, E. T & PONTES, C.H.C. (2015). Estudo Diagnóstico da Águas Minerais e Potáveis de Mesa. Available in: https://aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/article/viewFile/23434/15520. [Accessed on jan. 31, 2017].

http://casalemgalway.blogspot.com.br/2016/11/vantagens-da-cidadania-europeia-na.html [Accessed on Feb. 10, 2018].

https://www.accessdata.fda.gov/scripts/cdrh/cfdocs/cfcfr/CFRSearch.cfm?fr=165.110,

[Accessed on Feb. 12 2018].

https://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%B5es_do_Brasil. [Accessed on Feb. 10 2018].

WILK, R. 2006. Bottled Water. The pure commodity in the age of branding. Journal of Consume Culture. SAGE Publications, p. 303-325.

ROCHA, F.; RAMOS, C. (2018). *Modelos de gestão do transporte público urbano de passageiros: as experiências das cidades do Porto (Portugal) e de Salvador (Brasil),* The overarching issues of the european space - preparing the new ..., Porto, Fac. Letras Univ. Porto. pp. 336 -349

MODELOS DE GESTÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO URBANO DE PASSAGEIROS: AS EXPERIÊNCIAS DAS CIDADES DO PORTO (PORTUGAL) E DE SALVADOR (BRASIL)

Francisco Ulisses Santos ROCHA
Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Escola Politécnica
chicoulisses@gmail.com
Maria da Conceição Pereira RAMOS
Universidade do Porto (UP) – FEP
cramos@fep.up.pt

Resumo

Esse trabalho analisa os modelos de gestão do transporte público de passageiros nas cidades do Porto (Portugal) e Salvador (Brasil), objetivando levantar subsídios de diferentes realidades urbanas que viabilizem a eficácia e a racionalização da mobilidade urbana. O Porto é a segunda cidade de Portugal em população, com 238 mil habitantes, onde são realizadas diariamente 1,2 milhões de viagens abrangendo todos os modos de transporte. Salvador é a capital do estado da Bahia, terceira maior cidade do Brasil, com três milhões de habitantes e com 4 milhões de viagens diárias. Para esse estudo realizou-se, em ambas as cidades, pesquisa bibliográfica, análise documental de planos estratégicos e relatórios de gestão das empresas públicas e privadas, de teses e dissertações sobre o assunto e foram entrevistados gestores de empresas públicas e privadas. Nas conclusões, avaliam-se quais os aspectos dos modelos de gestão de cada uma das cidades que podem ser incorporados positivamente.

Palavras chave: mobilidade urbana; transporte público; gestão de transporte público.

Abstract

This work analyses the models of public passenger transport management in the cities of Porto (Portugal) and Salvador (Brazil), aiming to raise subsidies of different urban realities that make feasible the efficiency and rationalization of urban mobility. Oporto is the second largest city in Portugal with a population of 238,000, where 1.2 million trips are carried out every day covering all modes of transport. Salvador is the capital of the state of Bahia, the third largest city in Brazil, with three million inhabitants and 4 million trips daily. For this study, bibliographical research, documentary analysis of strategic plans and management reports of public and private companies, theses and dissertations on the subject were carried out in both cities, and public and private company managers were interviewed. In the conclusions, it is evaluated which aspects of the management models of each of the cities that can be incorporated positively.

Keywords: urban mobility; public transportation; public transport management.

1. Introdução

Além de sua grande relevância, a mobilidade urbana é tema de grande complexidade na problemática atual das grandes cidades, seja no Brasil, em Portugal, na Europa, seja em todo o mundo. A convivência da população com os congestionamentos diários, a poluição ambiental, o longo tempo gasto nas viagens, o desgaste físico e psíquico das pessoas verificados nas metrópoles mundiais tem provocado o debate sobre como eliminar ou reduzir os impactos negativos na qualidade de vida urbana,

decorrente da priorização do veículo individual sobre o coletivo, como meio de deslocamento nas cidades e o papel dos transportes na redução das desigualdades sócio espaciais urbanas (ROCHA, 2014).

Assim, os problemas urbanos colocam desafios à gestão das cidades e dos transportes públicos, levantando importantes questões económicas, ambientais e educacionais para os cidadãos e as autoridades, como a degradação ambiental nos centros urbanos, onde a poluição atmosférica e sonora afeta a população (PATRÍCIO, 2012), e onde é necessário promover a sustentabilidade territorial, ambiental, económica e social (RAMOS e PATRÍCIO, 2014).

A gestão do transporte e da circulação nas cidades são atividades essenciais para o Poder Público, tendo em vista sua responsabilidade em garantir a provisão adequada de transporte público, mobilidade e acessibilidade para a população das cidades, como também a aferição de sua qualidade e de seu custo. Uma maior qualidade e produtividade do transporte e da circulação urbana exigem a implantação de um modelo organizacional / institucional e de gestão para estes setores, onde estejam definidos claramente os papéis e o quadro de relações para os agentes públicos e privados envolvidos, e que seja adequado ao cumprimento dos papéis e responsabilidades previstas.

Neste artigo são analisadas as particularidades, em termos de organização, gestão e financiamento, do transporte público de passageiros, nas cidades do Porto (Portugal) e Salvador (Brasil). Para o estudo, em ambas as cidades, realizou-se pesquisa bibliográfica, análise documental de planos estratégicos, relatórios de gestão das empresas públicas e privadas, teses e dissertações sobre o assunto, legislação pertinente e entrevistas com gestores de empresas públicas e privadas. A partir da observação dessas diferentes realidades urbanas, espera-se levantar subsídios na busca de melhores soluções que viabilizem a eficácia e a racionalização da mobilidade urbana nas metrópoles.

2. As cidades e suas características

Porto é a segunda maior cidade de Portugal, depois de Lisboa, situada no noroeste do país e capital do Distrito do Porto e da região Norte. O município tem 41,42 km² de área e possui uma população de 237.591 habitantes (INE, 2011). É uma cidade conhecida mundialmente pelo seu vinho, pela gastronomia, por suas pontes e arquitetura contemporânea e antiga, sendo seu centro histórico, classificado como Património Mundial pela UNESCO. A área metropolitana do Porto agrupa 17 municípios com 2.494.741 habitantes em 2.089 km² de área, com uma densidade populacional próxima de 1098 hab/km², o que torna a maior metrópole do noroeste peninsular e a 13ª área urbana mais populosa da União Europeia.

Salvador é a capital do estado da Bahia/Brasil, fundada em 1549, e foi a primeira capital do país até 1763, quando esta foi transferida para o Rio de Janeiro. Salvador é uma metrópole nacional com, aproximadamente, 3,0 milhões de habitantes, sendo o município mais populoso do Nordeste, a terceira cidade mais populosa do Brasil, abaixo de São Paulo e Rio de Janeiro, tendo 706,8 km² de área. As

belezas naturais e os sítios históricos, que se desenvolveram ao longo de seus 467 anos, fazem do turismo sua principal fonte de renda. Sua Região Metropolitana, conhecida como "Grande Salvador", possui 3,5 milhões de habitantes, o que a torna a terceira mais populosa do Nordeste, sétima do Brasil e uma das 120 maiores do mundo (PMS, 2015). Na Figura 1 são mostradas as localizações das duas cidades.

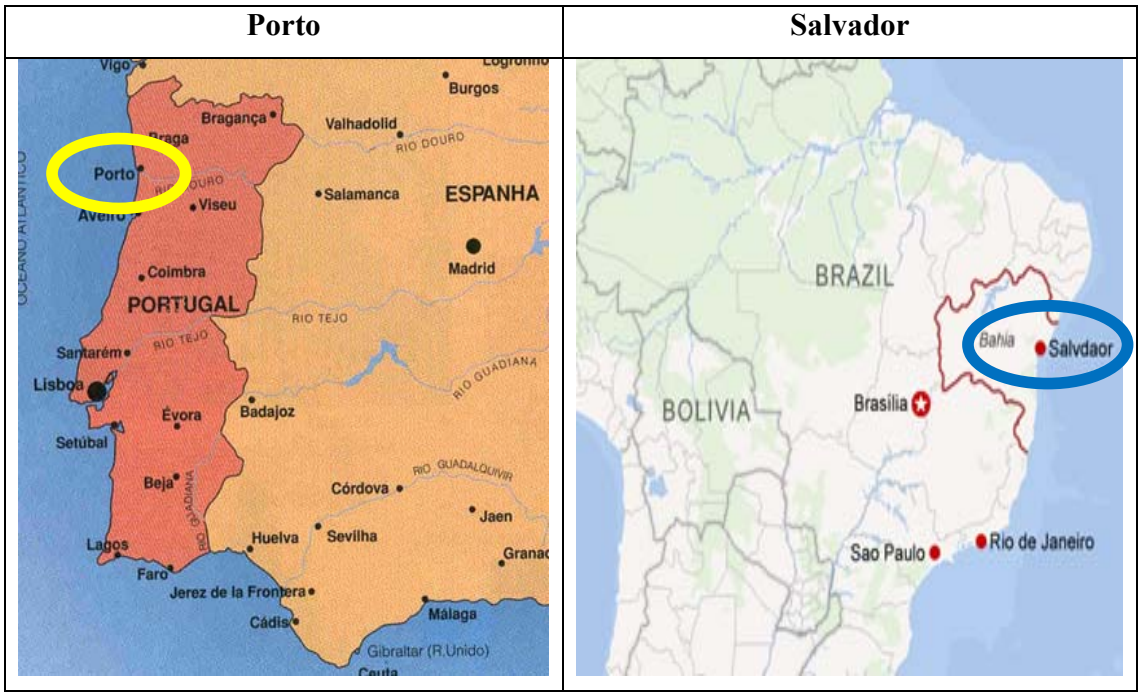


Figura 1 - Localizações do Porto e Salvador.

3. Mobilidade urbana

3.1. Porto

No Porto são realizadas diariamente, 1,2 milhões de viagens por todos os modos de transporte, sendo que 50% são intramunicipais e as demais 50% são atraídas de fora do Porto (40%) e para fora do Porto (10%). Em 2001, segundo a pesquisa de Origem e Destino (OD), o transporte individual respondia por 42,6% das viagens, vindo em seguida o modo a pé, com 30%, e por fim o transporte público com 25,4%. Deve-se ressaltar que nesta época ainda não havia o Metrô no Porto, e o transporte coletivo era feito quase que exclusivamente pelo modo rodoviário, através da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto – STCP (ALMEIDA, 2015).



Figura 2 - Linhas do Metro do Porto. Fonte: METRO DO PORTO (2014)

Quanto aos motivos de deslocamento, 41% das viagens no interior da cidade são de regresso à residência, 34% para trabalho e 25% para estudo e outros motivos (ALMEIDA, 2015). O índice de mobilidade do Porto é de 3,2 viagens por habitante (viagens/hab). Considerando-se apenas a população móvel, o índice de mobilidade passa para 4,3 viagens/hab, enquanto que o percentual de pessoas que não se deslocam é de 24,6%. A taxa de motorização na cidade (veículos/1000 habitantes) passou de 334,8 (2001) para 439,24 (2011), o que representa um aumento de 31% no período de dez anos (ALMEIDA, 2015).

O transporte público da cidade do Porto é operado por duas empresas: Metro do Porto e a STCP. O Metro do Porto, composto de uma rede ferroviária eletrificada subterrânea e de superfície, assegura a mobilidade de e para sete municípios da área metropolitana do Porto e é composta de 81 estações e 6 linhas que totalizam 66,6 km. Nos primeiros 10 anos de operação (2005-2014), a demanda de passageiros do metro do Porto evoluiu em crescimento, atingindo cerca de 57 milhões de passageiros em 2014, um crescimento de 1,8% em relação ao ano anterior. A Estação Trindade, no cruzamento da

linha Amarela com todos os ramais das outras linhas, é o ponto central da rede do metro (METRO DO PORTO, 2014).

A STCP, S.A. é uma sociedade anônima de capitais exclusivamente públicos (Decreto-Lei nº 202/94, de 23 de julho), e é a empresa responsável pela gestão da rede de autocarros (ônibus) no município do Porto e também por várias linhas dos municípios da Área Metropolitana do Porto e conta com um efetivo de 1.173 trabalhadores (STCP, 2014).

3.2. Salvador

Em Salvador são realizadas diariamente 4,6 milhões de viagens por todos os modos, sendo que o índice médio de mobilidade do município é de 1,70 viagens/habitante/dia. Dessas viagens, 44% ocorrem através do transporte coletivo, 22% por transporte individual e 33% por transporte não motorizado (a pé e bicicleta). Quanto aos motivos dessas viagens, 47,3% são de retorno à residência, 23.1 % para trabalho, 13,1 % para escola e outros motivos absorvem o restante. A cidade também é origem ou destino de cerca de 80% das 6 milhões de viagens de sua Região Metropolitana. A taxa de imobilidade de Salvador é de 27,7%. (SEINFRA, 2012).

O transporte público coletivo por ônibus é o principal meio de transporte da cidade, atendendo a mais de 94% da demanda transportada, embora existam outros meios de transporte à disposição da população de Salvador e sua Região Metropolitana subordinados a diferentes níveis da administração pública Municipal e Estadual. Atualmente, existem 3 empresas operadoras no sistema de transporte coletivo por ônibus de Salvador - STCO, que contam com uma frota de 2.432 veículos em operação, atendendo a uma demanda mensal de 28 milhões de passageiros pagantes. A rede de ônibus embora tenha uma boa cobertura espacial, do ponto de vista temporal apresenta tempos de percursos muito longos e irregularidades de horários, o que faz com que o sistema tenha um baixo nível de serviço (OFICINA, 2015).

O Metrô de Salvador iniciou a operação comercial da Linha 01 de 12,4 km em janeiro de 2016, e uma segunda linha do Metrô está sendo construída ao longo do eixo da Avenida Luís Viana (Av. Paralela) até o Aeroporto da cidade, devendo ser estendida até o vizinho município de Lauro de Freitas e cujas obras estão previstas de conclusão para 2017, totalizando as duas linhas 41 km de extensão, com investimento total de R$ 4,7 bilhões (CCR, 201**6**).

Na Tabela I a seguir, onde se apresenta as principais características da mobilidade nas duas cidades, destaca-se a predominância do transporte coletivo em Salvador (44%) em relação ao individual (22%), inversamente ao que ocorre no Porto, onde o transporte individual (43%) prevalece sobre o coletivo (25%). Ressalta-se também o índice de mobilidade do Porto, de 3,2 viagens/hab., representando quase o dobro de Salvador, de 1,7 viagens/hab. A condição de renda média baixa predominante da população pode ser um importante fator que justifique a baixa taxa de mobilidade e a baixa participação do transporte individual em Salvador (PMS, 2015).



Figura 3 - Linhas do Metro de Salvador Fonte: CCR (2016)

Tabela I - Caraterísticas da mobilidade urbana de Porto e Salvador

CIDADE	Viagens/ Dia (milhões)	Viagens/ hab	Transp. Coletivo (%)	Transp. Particular (%)	Não Motorizado (%)	Motivo Residência (%)	Motivo Trabalho (%)	Motivo Estudo (%)	Imobilidade (%)
PORTO	1,2	3,2	25	43	30	41	34	25	25
SALVADOR	4,6	1,7	44	22	33	47	23	13	28

Fonte: elaborado pelos autores a partir de SEINFRA (2012) e ALMEIDA (2014).

4. Contexto legal e institucional dos transportes urbanos

4.1. Portugal

O Regulamento de Transportes em Automóveis desde 1948, mesmo com diversas alterações, foi o instrumento legal que embasou jurídica e tecnicamente a regulação do serviço público coletivo de transportes de passageiros em Portugal, até ser revogado em 8 de agosto de 2015. A Constituição da República Portuguesa (1976), aprovada em 02 de abril de 1976, apenas no artigo 65º diz que o Estado assume o papel de programar e executar uma política de habitação apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e equipamento social. Ao longo desse período, foram promulgados diversos instrumentos legais que embasaram a regulação jurídica e técnica do transporte público no país, conforme mostra a Tabela II a seguir.

Tabela II - Principais marcos legais na área dos transportes urbanos em Portugal

ANO	INSTRUMENTO LEGAL
1948	Lei nº 37272 - Regulamento do Transporte Automóvel (RTA).
1976	Constituição da República Portuguesa, aprovada em 02 de abril de 1976.
1990	Lei nº 10/90 - Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres (LBTT).
2007	Regulamento 1370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho - trata das obrigações e contratos de serviço público de transporte de passageiros.
2009	Lei nº 1/2009 - São constituídas e entram em exercício de funções as Autoridades Metropolitanas de Transportes.
2013	Lei nº 75/2013 - Novo regime jurídico das autarquias locais que consagra a atribuição plena de competências às autarquias e CIM.
2015	Lei no. 52/2015 de 9 de junho de 2015 - Novo Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP).

Fonte: IMT

Existe, atualmente, um novo quadro regulamentar no setor de transportes em Portugal, que está embasado nas recomendações estabelecidas nos seguintes documentos:

- Plano Estratégico de Transportes, PET 2011-2015 (MEE, 2011), que faz o diagnóstico e elabora proposições de todas as áreas do setor e clarifica o papel do Estado no setor dos transportes e infraestruturas.

- Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020 (ME, 2014), denominado de PETI3+, projeta uma segunda fase de reformas estruturais, bem como o conjunto de investimentos em infraestruturas de transportes a serem concretizadas até o ano de 2020.
- Regulamento n.º 1370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho que fixa, para toda a União Europeia (UE), o regime de abertura à concorrência dos serviços de transportes públicos de passageiros;
- Novo regime jurídico das autarquias locais (Lei n.º 75/2013) que consagra a atribuição plena de competências de Planejamento e Gestão do Sistema de transportes local e regional às autarquias e Comunidades Intermunicipais (CIM).
- Novo Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros - RJSPTP (Lei no. 52/2015 de 9 de junho de 2015), que estabelece novas regras para o setor.

4.2. Brasil

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, define as áreas de atuação da União e dos municípios, cabendo à primeira, a instituição das diretrizes da política de desenvolvimento urbano e dos transportes urbanos e aos Municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de transporte coletivo urbano, sempre através de licitação. Na Tabela III são apresentados os principais marcos legais na área dos transportes urbanos no Brasil.

Tabela III - Principais marcos legais no transporte urbano no Brasil

ANO	INSTRUMENTO LEGAL
1988	Constituição da República do Brasil, que consolida o transporte e a circulação urbana como atribuições dos municípios.
1993	Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
1995	Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.
2001	Lei nº 10.257, de 10 de junho de 2001, denominada de Estatuto da Cidade, que estabelece as diretrizes gerais e os instrumentos da política urbana no Brasil.
2012	Lei nº 12.587, Lei da Mobilidade, que estabelece as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável.
2015	Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, denominada de Estatuto da Metrópole, que traça diretrizes para as funções públicas metropolitanas.

Fonte: elaborado pelos autores a partir de IPEA (2013)

5. Gestão e financiamento dos transportes urbanos

5.1. Porto

Com a nova Lei no. 52/2015 de 9 de junho de 2015, que também revogou o Regulamento de Transportes em Automóveis – RTA, os municípios portugueses veem os seus poderes reforçados na área da gestão e organização dos transportes. As autarquias e as Comunidades Intermunicipais poderão, também, associar-se entre si e criar, por exemplo, redes de transportes de âmbito regional. O novo RJSPTP prevê três grandes níveis de competências para o setor dos transportes de passageiros de Portugal, assim distribuídos:

- Estado (Governo Federal) – passa a ser a autoridade competente quanto ao serviço público de transporte de passageiros de âmbito nacional: modo ferroviário pesado, transporte expresso e internacional.
- Municípios – responsáveis pela organização dos transportes na esfera municipal.
- Entidades intermunicipais - comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas (do Porto e de Lisboa), responsáveis pelos transportes no âmbito intermunicipal.

No caso do Porto, as empresas STCP e Metro do Porto, continuam sob a responsabilidade do Estado e a Área Metropolitana do Porto poderá, também, adotar o modelo de organização que considerar mais adequado, seja por meio dos respetivos órgãos ou por meio de serviços intermunicipalizados.

Quanto ao financiamento dos transportes, o Artigo 11º. do RJSPTP (2015) discrimina as fontes de financiamento para os serviços de transporte público de passageiros em Portugal, dentre as quais destacam-se as receitas tarifárias, as receitas da publicidade e receitas decorrentes de taxas de até dois por cento do total das receitas geradas pelas respetivas empresas, cobradas como contrapartida do exercício das funções de organização, supervisão, fiscalização e prestação de serviços relativos ao sistema de transportes públicos de passageiros de âmbito municipal, intermunicipal e inter-regional, bem como destinadas à manutenção e desenvolvimento dos sistemas de transportes públicos de passageiros. Também está prevista a criação pelo Governo de um Fundo para o Serviço Público de Transportes de forma a auxiliar o financiamento das autoridades de transporte que deverá ser até 30 de junho de 2016 (RJSPTP, 2015).

5.2. Salvador

Em atendimento à Constituição, e de acordo com a Lei Municipal no. 8.725/2014, que modifica a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Salvador – PMS, cabe ao Município, através da Secretaria Municipal de Mobilidade – SEMOB, o planejamento, coordenação, execução e controle da política municipal dos transportes públicos, a engenharia de tráfego e a regulação e controle dos serviços municipais de transportes públicos de passageiros e à Superintendência de Trânsito e Superintendência

de Trânsito de Salvador – TRANSALVADOR a gerência do Sistema de Trânsito do Município, estacionamentos públicos e a execução das atividades previstas no Código de Trânsito Brasileiro. Os serviços são realizados através da delegação a três empresas privadas, mediante concorrência pública que foi realizada em 2014, cujos contratos, com prazo de 25 anos e improrrogáveis, não preveem subsídios públicos para compensar possíveis déficits operacionais das operadoras privadas.

Já a operação dos serviços de transportes de passageiros intermunicipais, inclusive os da Região Metropolitana de Salvador, está sob a responsabilidade do Estado da Bahia, através da AGERBA - Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia. Também são de responsabilidade do Governo Estadual, através da empresa pública Companhia de Transporte do Estado da Bahia - CTB, o transporte urbano sobre trilhos de Salvador, que engloba o trem urbano e o Metrô de Salvador.

No caso do metrô, foi realizada uma concorrência pública em 2014, na modalidade de Parceria Público-Privada, que abrange o projeto, construção, operação e manutenção do sistema, com previsão de subsídios para déficits operacionais e participação pública no investimento e aquisição dos veículos, sendo vencedora a empresa CCR. O contrato tem vigência de 30 anos.

Em termos de financiamento dos serviços, o que está definido nos contratos com as operadoras de transporte por ônibus de Salvador, obedece ao modelo vigente brasileiro, em que os custos operacionais são cobertos com as receitas tarifárias, não havendo previsão de subsídios por parte do governo municipal. O critério de julgamento adotado na concorrência foi o de maior outorga, que totalizou R$180 milhões, valor esse que deverá ser totalmente investido na mobilidade urbana, por força da Lei no. 12.587/2012.

Além desses recursos a administração municipal poderá recorrer a fontes do Governo Federal e as operadoras às receitas adicionais, vinculadas à publicidade nos veículos e na bilhetagem eletrônica.

6. Discussão

Busca-se nesse trabalho, agregar conhecimento à temática da gestão dos transportes públicos, através da análise das realidades diferenciadas de duas cidades, Porto (Portugal) e Salvador (Brasil), como também, mais especificamente, avaliar o que Salvador pode aprender com o Porto nessa área e vice-versa e que subsídios podem ser extraídos das experiências dessas duas cidades que contribuam para a maior eficácia e racionalização da mobilidade urbana nas metrópoles.

No campo legal, um primeiro aspecto positivo a destacar do Brasil, é que a Constituição Federal de 1988 define com bastante clareza os papéis a serem desempenhados pelas diversas instâncias governamentais no que se refere ao planejamento e gestão do transporte municipal, enquanto que, nesse aspecto, em Portugal a Constituição é vaga, ou mesmo omissa nesse tema, fazendo apenas uma breve referência ao transporte quando trata da questão da habitação (Artigo 65). O documento *PETI 3+*

(ME, 2014) diagnostica em Portugal a inexistência ou a falta de clareza da repartição de competências entre o Estado, Municípios e órgãos de representação regional/metropolitana no planejamento, organização e financiamento dos serviços públicos de transporte de passageiros a nível local, regional e metropolitano.

Quanto à Salvador, verifica-se a clareza dos papéis e instâncias de decisão na gestão dos transportes e a experiência exitosa de realização das concorrências públicas dos sistemas de transportes rodoviários e metroviários, com delegação entre poder público e operadoras para empresas privadas, sob controle do Poder Público, cujos contratos estabelecem as relações entre o órgão gestor e as operadoras e uma nova parametrização do serviço visando o aumento da sua qualidade. Os novos contratos estabelecem prazos de longa duração, 25 anos para os ônibus e 30 anos para o Metrô, que propiciam a necessária estabilidade dos investimentos na rede de transportes.

Já do ponto de vista de qualidade da rede de transportes, em Salvador a multimodalidade é ainda incipiente, pois os ônibus transportam mais de 95% dos passageiros do município. Numa cidade de quase 3 milhões de habitantes, o metro recém-inaugurado tem apenas uma linha de 12 km de extensão, com integração mínima com a rede de ônibus (apenas 10 linhas) e uma demanda ainda pouco representativa (30.000 pass/dia) e um trem urbano com 11 km de extensão e demanda insignificante de 11.000 pass/dia. Mesmo com as melhorias introduzidas no sistema de ônibus após a concorrência, como renovação parcial da frota, implantação de sistema de monitoramento em tempo real por GPS, o nível de serviço prestado pelos ônibus ainda é deficiente.

Quanto ao Porto, ao contrário de Salvador, já existe uma consolidada rede multimodal e integrada, composta de metrô, ônibus e trens urbanos, com razoável cobertura espacial abrangendo, inclusive, a área metropolitana e com oferta superior à demanda. Numa cidade de 238 mil habitantes, portanto, menos de 10% da população de Salvador, o Metro do Porto possui uma rede de 66 km de extensão e uma demanda transportada da ordem de 57 milhões de passageiros/ano (METRO DO PORTO, 2014). A ligação do metrô do Porto ao respectivo aeroporto constitui um fator competitivo para o turismo regional e desenvolvimento do turismo internacional. Outro aspecto positivo são os novos sistemas tarifários focados no apoio a segmentos da população com baixos rendimentos, através da criação do Passe Social+.

No que se refere ao financiamento, em Salvador, cerca de 95% do transporte público urbano de passageiros é realizado através de ônibus e seu custo operacional é arcado, exclusivamente, por seus usuários através das tarifas pagas pela utilização do serviço. Dessa maneira, não havendo subsídios, o equilíbrio custo/receita é, geralmente, alcançado com a queda de qualidade do serviço ofertado.

Na Europa, em grande parte dos países existe um sistema de financiamento do transporte público que, em linhas gerais, cobre entre 40% e 50% dos custos dos sistemas (IPEA, 2013). Em Portugal, a legislação vigente prevê a possibilidade de indenizações compensatórias (IC) para os sistemas de transportes públicos, que consistem em complementações financeiras para suprir o déficit operacional das empresas públicas do setor. As indenizações compensatórias às cidades do Porto e Lisboa são

pagas pelo orçamento de Estado aos operadores de transporte público, sendo anualmente fixadas através de Resolução de Conselhos de Ministros (DUARTE, 2012). Nos demais centros urbanos, onde existem serviços de transporte coletivo, são os municípios os responsáveis pela política de preços e pelas opções de indenizações compensatórias, caso os preços praticados não cubram os encargos da exploração dos serviços (DUARTE, 2012).

A situação de insustentabilidade das empresas do setor público dos transportes e infraestruturas, dentre elas o Metro do Porto e a STCP, e a inevitabilidade de introduzir reformas profundas e urgentes foi diagnosticada pelo PET – Plano Estratégico de Transportes 2011/2015 (MEE, 2011). Entre as conclusões desse documento, consta que essas empresas ao longo das últimas décadas, apresentavam um contínuo e elevado déficit operacional, mesmo após o pagamento de indenizações compensatórias, o qual, associado à realização de projetos de investimento de baixo retorno econômico, majoritariamente viabilizados através de crédito bancário, conduziu a um crescente endividamento, pondo em risco a sustentabilidade destas empresas.

De uma maneira geral, os sistemas de transporte público urbano não geram receitas suficientes para a cobertura integral dos custos e os sistemas de transporte público de ambas as cidades apresentam graves problemas nessa área a serem ainda equacionados e superados. Em Salvador, como no Brasil, um dos grandes desafios, nesse momento, refere-se à definição de novas fontes de financiamento do setor, na medida em que esse modelo de se aumentar o preço das tarifas para financiar as melhorias reivindicadas pelos usuários dos serviços mostra-se totalmente inadequado para se alcançar os objetivos de um transporte público de alta qualidade com baixo custo.

No Porto, o desafio consiste em solucionar o problema do histórico e elevado nível de endividamento do Metro do Porto e a STCP, empresas públicas de transportes públicos de passageiros da cidade. De acordo com o PET, a SCTP apresentava em 2010 uma situação de capitais próprios negativos em 276 milhões de euros enquanto que o Metro de Porto registrou em 2010 uma situação de capitais próprios negativos de 1.158 milhões de euros e encargos com juros, resultantes da dívida acumulada, de aproximadamente 89 milhões de euros nesse ano.

Diante desse quadro, o documento *PETI 3+* (ME, 2014) recomenda, então, a necessidade dessas empresas de conciliar crescimento com rigor orçamental, para solucionar o déficit operacional. Além disso, o documento relata também como problema a falta de alinhamento de incentivos entre os municípios e o Estado no que se refere ao planejamento, gestão, oferta e financiamento de sistemas públicos de transporte de passageiros de Portugal.

Em síntese, Salvador apresenta como subsídios positivos os modelos de concorrência pública para os sistemas urbanos de transportes sobre pneus e trilhos, enquanto o Porto mostra como uma experiência exitosa, a consolidação de uma rede multimodal, com boa cobertura espacial e temporal e integrada através de um sistema de bilhetagem bastante eficiente, o Andante.

7. Conclusões

Para que a gestão dos transportes públicos urbanos de passageiros seja eficiente e efetiva é necessário, antes de tudo, que estejam bem definidos o papel do poder público e das operadoras de serviço de transportes e suas respectivas esferas de atuação. Em seguida, a estrutura organizacional responsável deve estar bem caracterizada, quanto às suas atribuições, na esfera de governo na qual está inserida, sem acumular funções muito díspares, que lhe requeiram vocações e atenções muito diversificadas.

Além disso, deve dispor de corpo técnico qualificado para o exercício de atribuições que vão além da administração operacional, de modo a ser capaz de avaliar a qualidade e funcionalidade dos serviços que são prestados à população. Da mesma forma, é imprescindível que disponha de infraestrutura condizente, recursos técnicos e metodológicos, instalações e equipamentos, para viabilizar as atribuições e funções que exercerá.

Buscou-se nesse trabalho, extrair subsídios de experiências contrastantes das cidades do Porto, em Portugal, e Salvador, no Brasil, em termos de gestão e financiamento de transportes urbanos de passageiros, que possam contribuir para a maior eficácia e racionalização da mobilidade urbana nas metrópoles. Tanto no Porto quanto em Salvador, alguns desafios estão postos ao planejamento e gestão dos transportes coletivos com vista ao desenvolvimento local e ao bem-estar social.

Em Salvador, as recentes concorrências públicas para delegação dos serviços de transporte público rodoviários e metroviários se, por um lado, criaram uma certa estabilidade institucional, legal e gerencial desses sistemas, por outro lado passaram a exigir uma adequada reestruturação dos órgãos públicos para corresponder às demandas geradas pelo novo quadro legal, o que vai demandar tempo e o enfrentamento do modelo burocratizado de gestão existente.

No Porto, constata-se um momento de transição, fruto da necessária adequação legal e institucional dos gestores ao novo Regime Jurídico que, dentre outras medidas estruturais, extingue as Autoridades Metropolitanas do Porto e de Lisboa, de âmbito federal, e transfere suas atribuições em termos de planejamento e gestão dos transportes para as respectivas Áreas Metropolitanas, de âmbito municipal. A dúvida existente, é se o aumento desses encargos para os municípios, virá acompanhado do respectivo aumento das verbas necessárias para viabilizá-los.

Outro problema, diz respeito aos possíveis questionamento legais decorrentes da decisão tomada pelo novo Ministério do Ambiente e Transportes de suspensão dos recentes contratos de sub-concessão da operação das empresas públicas de transporte STCP e Metro do Porto com os operadores privados do Porto. Também a reestruturação/fusão dessas duas empresas, decisão tomada no Governo anterior, está sendo prejudicada pela incerteza quanto ao modelo de organização da mobilidade na Área Metropolitana do Porto.

O desenvolvimento eficiente dos transportes nas grandes cidades e nas regiões metropolitanas não só é uma condição para a competitividade e o crescimento económico, mas também um meio de promover a coesão social e territorial e o desenvolvimento regional.

8. Referências bibliográficas

ALMEIDA, S. D. R. (2015). *Mobilidade sustentável em meio urbano: estudo da cidade do Porto*. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil. Porto: Universidade do Porto.

CCR METRO BAHIA (2015). *Sistema de Metrô de Salvador e Lauro de Freitas*. Relatório. Salvador: CCR.

DUARTE, M. S. D. M. (2012). *Modelos de gestão e financiamento de transportes coletivos urbanos*. Dissertação de Mestrado em Engenharia. Porto: Universidade do Porto.

IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (2014). *A nova governação do serviço público de transportes de passageiros - principais mudanças*. Lisboa.

INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2011). *Censos 2011 – Resultados Provisórios.* Lisboa: INE.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2013). *Tarifação e financiamento do transporte público urbano*. Brasília: IPEA.

MEE - MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO (2011). *PET - Plano Estratégico dos Transportes - Mobilidade Sustentável (2011-2015).* Lisboa: Governo de Portugal.

ME - MINISTÉRIO DA ECONOMA (2014). *PETI 3+ - Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (2014-2020).* Lisboa: Governo de Portugal.

METRO DO PORTO (2014). *Relatório e Contas 2014.* Porto: Metro do Porto.

OFICINA CONSULTORES ASSOCIADOS (2016). *Proposta de reestruturação do sistema de transporte coletivo por ônibus de Salvador*. Salvador: OFICINA.

PATRÍCIO, O. (2012). Meio Ambiente, Transportes e Poluição. *Revista Tempos e Espaços em Educação,* nº 8, jan-jun, 42-56.

PMS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR (2015). *Salvador hoje e suas tendências.* Salvador.

RAMOS, M. C.; Patrício, O. (2014). Políticas e estratégias de coesão económica, social e territorial para um desenvolvimento sustentável. In Pina, H.; Remoaldo, P.; Ramos, M. C.; Marques, H. (Eds.) *Grandes Problemáticas do Espaço Europeu - Diversidade Territorial e Oportunidades de Desenvolvimento num Cenário de Crise. The Overarching Issues of the European Space - The Territorial Diversity of Opportunities in a Scenario of Crisis* (pp. 316-335). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ROCHA, F. U. S. (2014). *O perfil da mobilidade urbana em Salvador (1975 a 2012): a cidade dividida*. Tese de doutorado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura.

RJSPTP - Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (2015). *Anexo da Lei nº. 52/2015 de 9 de junho de 2015*. Portugal.

SEINFRA – Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (2012). *Banco de Dados da Pesquisa Origem e Destino da Região Metropolitana de Salvador 2012.* Disponível em < http://www.seinfra.ba.gov.br/mobilidade2012/mobilidade.html>. Acesso em 27 de agosto de 2013.

STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto (2014). *Contas do exercício 2014.* Porto: STCP



Parte IV – Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



OLIVEIRA, L. (2018). *A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – 2012 (Rio + 20): uma breve avaliação após cinco anos.* The overarching issues of the european space - preparing the new decade for key socio-economic ..., Porto, Fac. Letras Univ. Porto. pp. 353 - 363

A CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – 2012 (RIO + 20): UMA BREVE AVALIAÇÃO APÓS CINCO ANOS

Leandro Dias de **OLIVEIRA**
Departamento de Geografia, UFRRJ [Seropédica, Brasil]
ldiasufrrj@gmail.com

Dedico este texto à Helena Pina, com amizade.

Resumo

Em 2012 ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20), que reuniu 193 delegações diplomáticas para discutirem, na cidade do Rio de Janeiro, o modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável. Este artigo, baseado em uma leitura geopolítica desse encontro, objetiva refletir sobre a construção desse receituário "inconteste" para a consecução de um equilíbrio sócio-ecológico planetário, cujo escopo é o ajuste da natureza aos interesses econômicos através de estratégias para a conservação das riquezas naturais situadas, em maior parte, no território dos países periféricos. Neste breve balanço, é possível perceber as incongruências, limites e potencialidades das formulações da conferência.

Palavras-chave: geopolítica; desenvolvimento sustentável; meio ambiente; Rio+20.

Abstract

In 2012, occurred the United Nations Conference on Sustainable Development (Rio + 20), which brought together 193 diplomatic delegations to discuss in the city of Rio de Janeiro the model of ecologically sustainable development. This article, based on a geopolitical reading of this event, reflects on the construction of this recipe "undisputed" to achieve a global socio-ecological balance, whose scope is the adjustment to the economic interests of nature through strategies for conservation of natural resources located in most of the territories of peripheral countries. In this brief report, it is possible to notice the inconsistencies, limitations and potential of the conference proposals.

Keywords: geopolitics; sustainable development; environment; Rio +20.

1. Introdução

Em 2012, ocorreu na cidade do Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20), que reuniu 193 delegações diplomáticas para discutirem na cidade do Rio de Janeiro o modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável. Dividida entre o Riocentro, onde estiveram reunidas as delegações diplomáticas e chefes de governo, e o Aterro do Flamengo, onde ocorreu o "Cúpula dos Povos", com a participação de ONGs e Movimentos Sociais, a Rio + 20 permite realizar uma leitura geográfica do contexto territorial global e local. Os objetivos aqui

podem ser assim sintetizados: [1] refletir sobre os pressupostos e legados da Rio + 20; [2] pensar a Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável; por fim, [3] fazer um breve balanço da conferência cinco anos depois.

2. Pressupostos analíticos

Parte-se do pressuposto neste trabalho que o desenvolvimento sustentável implica na construção de uma nova realidade espacial e propõe um profundo acerto técnico nas relações econômico-industriais. Em tempos de capitalismo industrial-financeiro (ver: Chesnais, 1994) – o termo parece adequado quando percebemos que está em curso um novo processo de industrialização, localizado particularmente na periferia do sistema-mundo, como por exemplo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Oliveira, Rocha, 2014) – e aprofundamento da sociedade de consumo, a mudança proposta pelo desenvolvimento merece uma leitura próxima o que podemos denominar reestruturação territorial-produtiva.

A problemática ambiental contemporânea impôs aos países centrais uma profunda mudança no perfil de suas fábricas, já que a poluição, com seus aquecimentos globais subsequentes, é a "inimiga" a ser enfrentada. Houve progressivamente uma migração do alvo dos debates ambientais, antes focado na poluição e agora com escopo na proteção da biodiversidade, que, por conseguinte, transferiram o vínculo espacial dos problemas ambientais do centro para a periferia do sistema-mundo, tornando o Brasil um país central nos debates ambientais. Mas como é notório, com o esgotamento de fordismo nos países centrais e quebra das fronteiras produtivas pela globalização, a grande indústria desertou para os países outrora entendidos como subdesenvolvidos. Segundo Slavoj Žižek (2009 [2008], p. 28), com a deslocalização das fábricas exportou-se o lado sombrio da produção industrial – trabalho disciplinado e hierarquizado, contaminação ambiental etc. – para o Terceiro Mundo, ou melhor, para lugares invisíveis ao mundo desenvolvido.

Por outro lado, nestes países periféricos assistimos a emersão de um fordismo extemporâneo, cuja adequação ao desenvolvimento sustentável é seletiva e ideológica. Permanece assim um estilo de desenvolvimento, nascido com a revolução industrial e reforçado pelo fordismo, onde a natureza se transformou em "combustível" – ou seja, matérias-primas e recursos naturais – e o homem (proletário) em "engrenagem" na máquina econômica mundial. E, evidentemente, ao invés de se pensar em uma reformulação profunda no significado de desenvolvimento, cada vez mais mecanizante e excludente, assistimos o fausto de seus pressupostos técnicos. A concepção hegemônica de desenvolvimento acaba se afastando cada vez mais de processos de melhorias das questões sociais quando embates infrutíferos sobre as possibilidades de sucesso de novos modelos de desenvolvimento o mantém com caráter técnico-econômico, como o modelo com qualificativo sustentável.

Assim, a construção do desenvolvimento sustentável implica particularmente no aprofundamento de atitudes que estão alinhadas com a reestruturação territorial-produtiva em curso, como:

[1] Mudança no padrão de uso das riquezas naturais, através da adoção do princípio de uso racional da natureza, com manutenção e renovação de estoques, garantindo matérias-primas mais criteriosamente utilizadas e lucrativas;

[2] Renovação do parque tecnológico-industrial com engenharia ecologicamente correta, de maneira que filtros e outros mecanismos antipoluição forneçam ainda mais subsídios para uma renovação técnica, fundamental para as indústrias neste início de século;

[3] Investimento em fontes alternativas de energia, em um horizonte de renovação na alimentação da tecnologia existente; o fortalecimento das engenharias no campo biológico-genético é bem-vindo por explorar justamente a possibilidade de se produzir "natureza" em larga escala;

[4] Transformação da ideologia do desenvolvimento sustentável (ou das práticas ambientalmente corretas) em interesse comum, aproximando diferentes atores da sociedade civil através de um consenso forjado, possibilitando que se torne agenda dos mais variados sujeitos sociais do presente;

[5] Controle de territórios, cada vez mais geopolitizados e espacialmente fluídos, incorpora, agora com gabarito técnico-jurídico, a necessidade de transformar de forma estatutária a natureza em valor, etiquetando-a segundo as necessidades do capital (Smith, 1988).

Inserido na reestruturação espacial contemporânea que assistimos, entendemos que o desenvolvimento sustentável está no bojo das necessidades produtivas do capital neste século que se inicia. Em pares dualísticos, globalização e neoliberalismo, desenvolvimento sustentável e reestruturação territorial-produtiva, afastam as decisões reais do processo tão necessário de construção coletiva, maior autonomia e liberdade.

3. A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável

Denominamos o projeto político de dominação territorial com base no controle das riquezas naturais, articulado estrategicamente de forma diplomático-protocolar, destacadamente através das grandes conferências, de "Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável" (Oliveira, 2011, 2012 e 2014). E para compreender os pressupostos da Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável em sua plenitude torna-se fundamental empreender "uma releitura da relação entre poder e território" (Rodrigues, 1998, p.

130), pois se trata de um novo significado da geopolítica na contemporaneidade, "que não mais atua na conquista de territórios, mas na apropriação da decisão sobre seu uso" (Becker, 2004, p. 21).

Isto porque o desenvolvimento sustentável corresponde a um acerto de ordem geopolítica, uma vez que as matérias-primas localizadas nos países periféricos requerem cuidados protocolares para evitar que a máquina político-econômica do desenvolvimento coloque em risco os estoques de natureza existentes. Este controle pactuado internacionalmente através de diversos protocolos – com destaque para a Agenda 21, assinada na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (conhecida como Eco-92), entre outros acordos –, não pode ser compreendido de maneira simplista: não é que aquilo que entendemos como natureza (divorciada do homem) encontra-se extinta nos países centrais, mas sim o fato de riquezas naturais primordiais para a manutenção da potência produtiva – petróleo, água, recursos florestais, para ficarmos somente nestes exemplos – encontrar-se peremptoriamente localizadas nos países periféricos. Acresça-se aqui outro ponto nevrálgico: os países ditos periféricos já detêm em grande parte tecnologia semelhante – quando não superior – para a extração destes recursos, e a disciplinaridade ambiental recoloca os países mais ricos como detentores de métodos "ecologicamente corretos" de gestão da natureza que agora deve ser protegida (Oliveira, 2014).

Ocultado como geopolítica, o desenvolvimento sustentável ainda se consolida como uma ideologia contemporânea, de grande capacidade de sedução e diapasão. Não é por outro motivo que suas implicações se espraiam rapidamente como políticas de Estado em suas diversas escalas, na plataforma de ação de diferentes empresas, nas escolas, universidades, imprensa e mídias diversas, assim como nas políticas de planejamento urbano, agrícola e de transportes. Todavia, com os olhares novamente voltados para a Eco-92, podemos apontar que as discussões propostas no âmbito da sustentabilidade oferecem, em meio às operações geopolíticas, possibilidade utópicas de construção de um mundo melhor.

4. Rio + 20: um breve resumo

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio + 20, ocorreu entre os dias 13 e 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro. Esta mega-conferência superou em número de delegações oficiais a Rio-92 (ou Eco-92) e a Cúpula do Milênio [Nova Iorque, Estados Unidos, 2000] se tornando a maior de todos os tempos, ao totalizar a participação de representantes de 193 países, com a presença de mais de 100 chefes de Estado e de Governo e aproximadamente 12.000 delegados oficiais. O número total de participantes oficiais na Cúpula das Delegações realizada no Centro de Convenções Riocentro foi de 45.381 pessoas.

Em paralelo à Cúpula das Delegações, no Riocentro, ocorreu a Cúpula dos Povos da Rio+20 por Justiça Social e Ambiental, no Aterro do Flamengo. A Cúpula dos Povos norteou seus trabalhos em três

eixos centrais: [1] denunciar as causas da crise socioambiental; [2] apresentar soluções práticas e, por fim, [3] fortalecer movimentos sociais do Brasil e do mundo. Com as atividades da Rio + 20 dissipadas por toda a cidade – além do Aterro do Flamengo e Riocentro, ocorreram eventos paralelos no Parque dos Atletas e Arena da Barra, na Barra da Tijuca, Píer Mauá e Galpão da Cidadania, na área central, além do Forte de Copacabana –, a Cúpula dos Povos não conseguiu romper com a estética de ser apenas uma "festa" e fazer com que suas demandas fossem levadas em consideração pelas delegações presentes no Riocentro.

A Rio + 20 revelou, acima de tudo, a desconfiança prévia destes megaencontros diplomáticos, seja pela mera descrença sobre a política (e sobre os políticos) – o atual momento político brasileiro é ao mesmo tempo didático e lamentável, após a consumação de um golpe jurídico-parlamentar que depôs a presidente Dilma Rousseff e iniciou uma nova era de incerteza em nossa jovem e frágil democracia –, seja pela certeza da incapacidade de eventos deste porte resolverem os problemas mais cadentes da humanidade. Evidentemente, toda questão internacional é uma complicada equação a ser resolvida como em um tabuleiro geoeconômico. Como cada delegado-diplomata lê qualquer documento da conferência prioritariamente por meio dos interesses de seu país, a solução acaba sendo justamente a formulação de protocolos abertos em cartas frágeis e de intenções elásticas, como pouco lastro prático-concreto.

Algumas medidas há muito tempo discutidas não avançaram:

(i) a constituição de um Fundo Verde não logrou sucesso, sendo mantido o Global Environmental Facility (GEF), que está inserido no Banco Mundial e sujeito à lógica das instituições de Bretton Woods;

(ii) medidas severas sobre controle de poluição não foram alinhavadas, devido às dissonâncias entre os conselhos diplomáticos e chefes de Estado;

(iii) a questão das patentes permaneceu sob os auspícios da Rodada Uruguai e do Acordo TRIPS (Acordo sobre Aspectos do Direito de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio), que nem sempre privilegia o que é melhor para o meio ambiente. A Rio + 20 não trouxe esperanças neste sentido.

Da mesma maneira, a Rio + 20 se consolidou como o corolário de um processo de consagração do desenvolvimento sustentável e consolidação do binômio economia-ecologia sob o manto da chamada "Economia Verde". Tal termo implicou numa leitura econômica da questão ambiental e, ao privilegiar a economia, a Rio + 20 gerou desinteresse, desconfiança e ceticismo. O verdadeiro *show-roo*m que ocorreu no Parque dos Atletas, onde todos os países participantes apresentaram pavilhões com *stands*

contendo as mais diferentes possibilidades de adoção de princípios de sustentabilidade, causou ainda mais a impressão da Rio + 20 ter sido uma grande "feira de negócios" (Consultar nos Anexos as imagens dos *stands* do Parque dos Atletas).

Por outro lado, as ONGs e movimentos sociais de cunho ambientalista não consolidaram discursos alternativos e se dividiram entre os que adotam práticas empresariais e aqueles que praticam um radicalismo discursivo ingênuo e pouco efetivo. A Rio + 20 não conseguiu romper com a estética da festa e a Cúpula dos Povos legitimou as decisões tomadas no Riocentro, auferindo a toda conferência – assim como o que ocorreu em 1992 – um estigma de "Festa do Meio Ambiente", inócua socialmente e economicamente lucrativa (Consultar nos Anexos as imagens da Cúpula dos Povos).

5. Conclusão

Ao contrário da ideia de decepção e fracasso alardeados após o final da Rio +20, é possível afirmar que esta conferência apenas confirmou algumas desconfianças que emergiram neste *intermezzo* de duas últimas décadas que a separam da Eco-92:

> [1] O desenvolvimento sustentável não se refere a uma ruptura do modelo hegemônico de produção de mercadorias a qualquer custo, mas trata-se não mais que um ajuste ecológico da máquina econômica capitalista; logo, a adoção da "Economia Verde" revela definitivamente a conciliação economia-ecologia sob os auspícios da ONU;
>
> [2] Houve uma saturação da questão ambiental, tratada geralmente de maneira catastrofista, na grande mídia, o que se tornou ainda mais evidente com a cobertura em "tempo real" da Rio + 20, através de estúdios ambientados nos espaços de debates e eventos, tanto na Cúpula das Delegações quanto na Cúpula dos Povos;
>
> [3] Consolidou-se, conforme anteriormente indicado, a desconfiança destes mega-encontros diplomáticos, pautada na descrença sobre a política (e sobre os políticos) e pela certeza da incapacidade de megaeventos deste porte em resolver os problemas mais cadentes da humanidade;
>
> [4] Algumas medidas de cunho econômico-ambiental há muito tempo discutidas não serão implementadas em curto prazo se dependerem de acordos firmados nestas grandes conferências. O *Global Environmental Facility* (GEF) é o melhor exemplo, pois se trata de uma ação eminentemente econômica e não um verdadeiro fundo de investimentos em melhorias no meio ambiente.

[5] A aceitação inequívoca e universal dos princípios do desenvolvimento sustentável pelas maiores empresas do mundo não significou mudanças estruturais, mas sim a vulgarização de experiências de obtenção de lucros a partir de inventos tecnológicos anti-contaminantes.

[6] As ONGs e movimentos sociais de cunho ambientalista não ofereceram alternativas à sustentabilidade, acabando por repetir os discursos dominantes ou tecer críticas demasiado distantes da concretude.

Assim, a Rio +20 não conseguiu romper com a estética da festa (Oliveira, 2011), e se "a história se repete como farsa" (Marx; Engels, 2001), a Cúpula dos Povos se mostrou uma caricatura da Eco-92, com o sentimento de perda de capacidade de transformação. O fato das ONGs se consolidarem como importantes atores aceitos em termos gerais pelo regime internacional (Altvater, 1999) não impediu uma ação mais incisiva das mesmas. A Cúpula dos Povos novamente legitimou — ainda que à revelia — as decisões tomadas no Riocentro, auferindo a toda conferência um estigma de "Festa do Meio Ambiente".

O legado imediato da Rio + 20 ainda é difícil de mensurar, mas apoia-se em fatos como o sucesso do desenvolvimento sustentável no meio empresarial, onde as empresas adotam cada vez mais o meio ambiente como forma de obter lucros – por meio de experiências de despoluição, de filtragem e de replantio –, ou da consolidação das cidades ambientalmente corretas, que tornam-se progressivamente uma tônica da urbanização pós-moderna, com a paulatina adoção arquitetura ecológica, formas de tratamento e reutilização de água e coleta seletiva de lixo. Entretanto, estes avanços são seletivos e muito modestos em países periféricos, onde quadros de pouca regulação ambiental e segregação social urbana não serão revertidos com ações pouco enérgicas por parte do Estado.

O principal ponto desta sintética avaliação é que, assim como na cidade do Rio de Janeiro – sede da conferência –, em grande parte do mundo há uma certeza indisfarçável: o sustentável não é o problema e nem precisa de mais debate; assim, o que é fundamental para se pensar é uma reformulação – a partir das esferas política, econômica, social, cultural, urbana, agrária e ambiental – do conceito de desenvolvimento. A grande vitória da Rio + 20 foi consolidar esta realidade: pensar a sociedade e o modelo de desenvolvimento vigente como o verdadeiro grande desafio deste século que se ainda se inicia.

6. Bibliografia

AGENDA 21. (1996). CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *A Agenda 21.* Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas/

ALTVATER, Elmar (1999). Reestructuring the space of democracy. The effects of capitalist globalization and the ecological crisis on the form and substance of democracy. *Ambiente e Sociedade.* Campinas, SP, Ano II, n.º 03 e 04, NEPAM / UNICAMP, 1.º Semestre.

BECKER, Bertha (Org.) (2004). *Amazônia: Geopolítica na Virada do III Milênio.* Rio de Janeiro: Garamond.

BRUNDTLAND, Gro Harlem (Org.) (1988). COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - 1988. *Nosso futuro comum* (Relatório Brundtland). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

CHESNAIS, François (1996). *A mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (2001). *A Ideologia Alemã.* São Paulo: Martins Fontes.

OLIVEIRA, Leandro Dias de (2011). *A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável: Um estudosobre a Conferência do Rio de Janeiro (RIO-92).* Tese de Doutoramento. Campinas: Universidade de Campinas.

OLIVEIRA, Leandro Dias de (2012). Os Limites do Crescimento 40 anos Depois: Das Profecias do Apocalipse Ambiental ao Futuro Comum Ecologicamente Sustentável. *Continentes - Revista de Geografia do Departamento de Geociências da UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Ano 1, N.º 1, p. 72-96, Jul./ Dez. 2012. Disponível em: http://r1.ufrrj.br/revistaconti/pdfs/1/ART4.pdf.

OLIVEIRA, Leandro Dias de (2014). Rio + 20: Reflexões sobre geopolítica e ideologia*. Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica,* Ano 2, Número 4, Jan./Jun. de 2014. Disponível em: http://espacoeconomia.revues.org/854.

OLIVEIRA, Leandro Dias de; ROCHA, André Santos da (2014). Neodesenvolvimentismo e reestruturação produtiva: O processo de reordenamento territorial no Oeste Metropolitano Fluminense (Rio de Janeiro, Brasil) In: Helena Pina; Paula Remoaldo; Maria da Conceição Ramos; Helder Marques. (Org.). *Grandes Problemáticas do Espaço Europeu: Diversidade Territorial e Oportunidades de Desenvolvimento num Cenário de Crise* (pp. 126-142)*.* Porto: Fundação Universidade do Porto - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014, v. 1,

RODRIGUES, Arlete Moysés (1998). *Produção e Consumo do e no Espaço: Problemática Ambiental Urbana.* São Paulo: Hucitec.

SMITH, Neil. (1988). *Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção do Espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

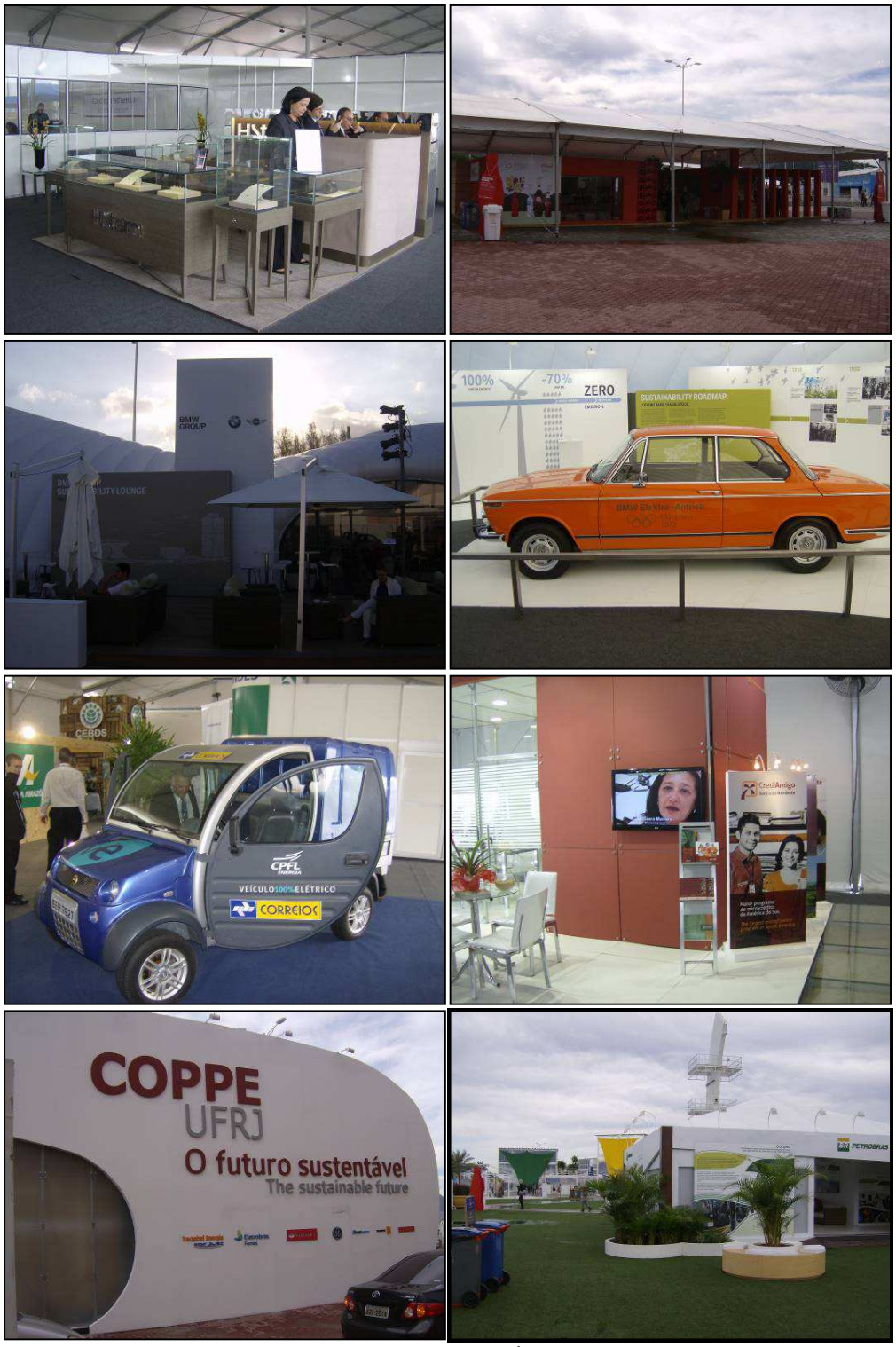
ŽIŽEK, Slavoj (2009). *Violência: seis notas à margem.* Lisboa: Editora Relógio D'Água.

ANEXOS

Imagens da conferência



Imagens: Parque dos Atletas, na Barra da Tijuca, onde governos de diferentes escalas apresentaram seus "produtos e projetos ambientais": Estande dos Estados Unidos [Imagem 1], fechado em grande parte do evento [Imagem 2]; Estandes de Israel [Imagem 3], China [Imagem 4], Indonésia [Imagem 5], Brasil [Imagem 6], Yokohama [Imagem 7] e Portugal [Imagem 8]. Todos os registros são de autoria de Leandro Dias de Oliveira (Acervo Pessoal).



Imagens: Parque dos Atletas, onde empresas privadas e estatais também apresentaram seus "produtos e projetos ambientais": *Stands* da Joalheira H.Stern [Imagem 9], da Coca-Cola [Imagem 10], da BMW [Imagem 11] com um carro elétrico antigo em destaque [Imagem 12], dos Correios do Brasil [Imagem 13], do Banco do Nordeste (Brasil) [Imagem 14], da COPPE-UFRJ [Imagem 15] e Petrobrás [Imagem 16]. Todos os registros de Leandro D. de Oliveira.



Imagens: Cúpula dos Povos, no Aterro do Flamengo – stands, plenárias, feirinhas, apresentações, fantasias [Imagens 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24]. A imagem de "Festa do Meio Ambiente" se sobrepôs assim como na Eco 92. Todos os registros são de autoria de Leandro Dias de Oliveira (Acervo Pessoal).

VÁZQUEZ, J. ; FRANQUEIRA, D. (2018). *Paisaxe e territorio: os piares da ensinanza para o profesor José Valverde Álvarez (1909-2000)*. The overarching issues of the european space - preparing the new decade for key socio-economic and ..., Porto, Fac. Letras Univ. Porto. pp. 364 - 378

PAISAXE E TERRITORIO: OS PIARES DA ENSINANZA PARA O PROFESOR JOSÉ VALVERDE ÁLVAREZ (1909-2000).

José Antonio ALDREY VÁZQUEZ
Facultade de Xeografía e Historia. Universidade de Santiago de Compostela
joseantonio.aldrey@usc.es
Daniel Del RÍO FRANQUEIRA
Facultade de Xeografía e Historia. Universidade de Santiago de Compostela
danieldel.rio.franqueira@usc.es

Resumo

O profesor José Valverde Álvarez (1909-2000) realizou unha intensa obra investigadora en múltiples campos do coñecemento. O valor e a extensión do seu traballo científico é un feito sumamente meritorio dada a súa condición de mestre comprometido cos seus alumnos. Por iso sorprende o extensa e fecunda que foi a súa labor investigadora, primeiro en Galicia, fundamentalmente en Maceira (Covelo, Pontevedra) o seu destino obrigado como mestre, forzado polo exilio interior ao ser represaliado polo franquismo tras acusárselle de simpatizador coas ideas de esquerda.

Así, desde o primeiro momento, alí onde estivese (xa fose por traballo, por desprazamentos estivais, por vivencia...) o primeiro que facía o profesor Valverde era achegarse ao territorio no que se atopaba e procuraba entendelo, estudalo e transmitilo, facendo unha aproximación integral a ese espazo. Así, analizaba e describía na súa xeneralidade todos aqueles aspectos humanos que teñen que ver coa xeografía: a paisaxe como pegada humana, os feitos históricos que explicaban o presente, a arqueoloxía e o patrimonio, a riqueza etnográfica, a lingua dos paisanos, a toponimia. E todo iso sen deixar nunca de lado a súa profesión e vocación, cunha continua preocupación polo ensino e a pedagoxía.

Neste traballo faremos unha aproximación ao traballo de Don José Valverde Álvarez, erudito comprometido non suficientemente recoñecido nin difundido, cunha prolixa e valiosa obra no ámbito das humanidades que trataremos de abordar no que concirne aos seus traballos realizados en Galicia até o seu traslado a Sanlúcar de Barrameda en 1955, onde continuou co seu labor docente e investigador, pero xa centrado en terras andaluzas.

Palavras chave: José Valverde, paisaxe, territorio, ensinanza

Abstract

Professor José Valverde Álvarez (1909-2000) was a tireless researcher. His work is important because he did it as a teacher of primary education. He developed his work first in Galicia, mainly in Maceira (Covelo, Pontevedra). There he was bound by the regime of General Franco, reprisal for being sympathetic to the ideas of the left.

His work always began with an integral approach to the territory he studied. Thus, he analyzed and described all the human aspects that are related to geography: landscape as a human footprint, history, archeology and heritage, ethnographic wealth, language, toponymy. And all with a deep concern for teaching and pedagogy.

In this work we will make an approach to the work of Don José Valverde Álvarez, with a neat and valuable work in the field of the humanities. We will do it in relation to his work in Galicia until his transfer to Sanlúcar de Barrameda in 1955. There he continued with his work as a teacher and researcher, but already focused on Andalusia.

keywords: José Valverde, landscape, territory, teaching.

1. Introdución

Cabe preguntarse o porqué da elección de un Xeógrafo apenas coñecido, profesor de ensinanza primaria, para reivindicar a súa figura nun artigo como este. A resposta é clara, existen moitos investigadores cunha labor moi importante, que fóra dos círculos académicos universitarios, e en momentos nos que a inexistencia de canles de difusión masiva como as actuais, están oscurecidos polo descoñecemento da súa obra que de non reivindicala e difundila pode perdese para sempre. Personaxes, que, por outra banda contribuiron en grande medida ao desenvolvemento científico, docente e social da Xeografía (Zoido Naranjo, 2015, 5)

Neste caso o empeño da filla de Don José Valverde, Pilar Valverde, de dar a coñecer a obra do seu pai, fixo que se pusexe en contacto con Florencio Zoido, xeógrafo da Universidade de Sevilla, e se iniciase un contacto coa Universidade de Santiago para poder facer unhas xornadas de difusión da vida e obra de Valverde. A partir dese momento prodúcese a donación dos seus arquivos e escritos inéditos á Universidade Pablo de Olavide (Sevilla), que levou a cabo unha catalogación dos mesmos (López Gutiérrez et Al., 2015, 96) e unha publicación que recolleu os traballos presentados nas mencionadas xornadas celebradas en Santiago de Compostela (Aldrey Vázquez, 2015).

O profesor José Valverde Álvarez (1909-2000) realizou unha intensa obra investigadora en múltiples campos do coñecemento. Como indicábamos, o valor e a extensión do seu traballo científico é un feito sumamente meritorio dada a súa condición de mestre comprometido cos seus alumnos, aos que dedicaba moitas horas máis aló das estritamente recoñecidas no curriculum académico para formalos non só nos coñecementos escolares senón tamén como persoas no amplo sentido da palabra. Por iso sorprende o extensa e fecunda que foi a súa labor investigadora, primeiro en Galicia, fundamentalmente en Maceira (Covelo, Pontevedra) o seu destino obrigado como mestre, forzado polo exilio interior ao ser represaliado polo franquismo tras acusárselle de simpatizante coas ideas de esquerda. Neste momento, 1940, acababa de licenciarse en Filosofía e Letras na Universidade de Santiago, pero fora imbuído antes en Madrid das ideas pedagóxicas máis avanzadas e progresistas tras matricularse en 1934 na Facultade de Pedagoxía e entrar en contacto coa Institución Libre de Ensinanza (Valverde Arias, 2015, 15).

Así, desde o primeiro momento, alí onde estivese (xa fose por traballo, por desprazamentos estivais, por vivencia...) o primeiro que facía o profesor Valverde era achegarse ao territorio no que se atopaba e procuraba entendelo, estudalo e transmitilo, facendo unha aproximación integral a ese espazo, a ese territorio, sen cinguirse en absoluto aos aspectos xeográficos (que eran do seu especial interese), senón que analizaba e describía na súa xeneralidade todos aqueles aspectos humanos que teñen que ver coa xeografía: a paisaxe como pegada humana, os feitos históricos que explicaban o presente, a arqueoloxía e o patrimonio, a riqueza etnográfica, a lingua dos paisanos, a toponimia. E todo iso sen deixar nunca de lado a súa profesión e vocación, o ensino, de maneira que atopamos sempre o verniz pedagóxico na súa maneira de explicar o territorio e en diferentes escritos seus nos que a preocupación polo ensino e a pedagoxía sempre son patentes.

Por outro lado, é sumamente relevante o seu contacto con figuras da época, tanto no ámbito local, como no nacional e internacional (dominaba varios idiomas e mostrouse disposto á traducción en varias ocasión de autores alemáns). Entre eles poden ser mencionadas figuras relevantes como os xeógrafos Otero Pedrayo, Casas Torres, Floristán, Hinz; prehistoriadores como Florentino López Cuevillas; eruditos como Filgueira Valverde; etc.

Con todo, e a pesar da súa extensa obra manuscrita coa que puidemos traballar, conta con poucas obras publicadas, de moita calidade, pero que recollen tan só unha pequena parte do seu minucioso labor de moitos anos.

Neste traballo faremos unha aproximación ao traballo de Don José Valverde Álvarez, que foi un erudito comprometido non suficientemente recoñecido nin difundido, cunha prolixa e valiosa obra no ámbito das humanidades en sentido amplo que trataremos de abordar no que concirne aos seus traballos realizados en Galicia até o seu traslado a Sanlúcar de Barrameda en 1955, onde continuou co seu labor docente e investigador, pero xa centrado en terras andaluzas.

2. As investigacións de José Valverde en Galicia

José Valverde Álvarez non perdeu ocasión de analizar con profusión e tomar notas sobre todos os lugares que visitaba, aínda que dous grandes espazos centraron o seu labor investigador en territorio galaico. Por unha banda a *Terra de Camba*, en terras de Rodeiro (Pontevedra), espazo ao que se achegou fundamentalmente en época estival, durante as vacacións (era a terra natal da súa esposa), e sobre o que non deixou de estudar unha vez que se produce a súa marcha a Sanlúcar de Barrameda. E, por outro, ao *Val de Tielas* (figura 1), na cunca do río Tea, no municipio de Covelo (Pontevedra), o seu lugar de vida e traballo durante quince anos, onde estivo destinado de maneira forzosa tras ser declarado "simpatizante de esquerdas" pola Xunta Depuradora franquista.

José Valverde mostrouse como un estudioso incansable: nos seus paseos ("itinerarios" nas súas anotacións), cando podía acceder a arquivos, estatísticas, en conversacións cos seus veciños, etc., aproveitaba para recoller notas, curiosidades, aspectos etnográficos, describir a paisaxe, etc., que despois utilizaba para tentar sacar adiante unha Xeografía da Galicia Central (Val do Camba) e outra Xeografía do Val do Tielas, como pode observarse nos índices e borradores que se conservan deses ensaios (Aldrey Vázquez, 2015, 50). Trátase de xeografías entendidas á maneira das monografías rexionais francesas (Ortega Valcárcel, 2000), cunha marcada influencia da escola vidaliana (Goméz Mendoza et Al., 1994), nas que aparece unha exhaustiva descrición do espazo que estudaba.

Era unha persoa moi sistemática á hora de desenvolver os seus traballos, pensaba o que quería estudar e que necesitaba para facelo.



Figura 1 – *Val de Tielas* (Covelo, Pontevedra, Galicia). Cartografía de José Valverde

Podemos comprobar na seguinte pequena nota de traballo (figura 2) como Valverde reflexionaba sobre aqueles materiais que necesitaría para a súa investigación e sobre como abordar o estudo da Terra do Camba:

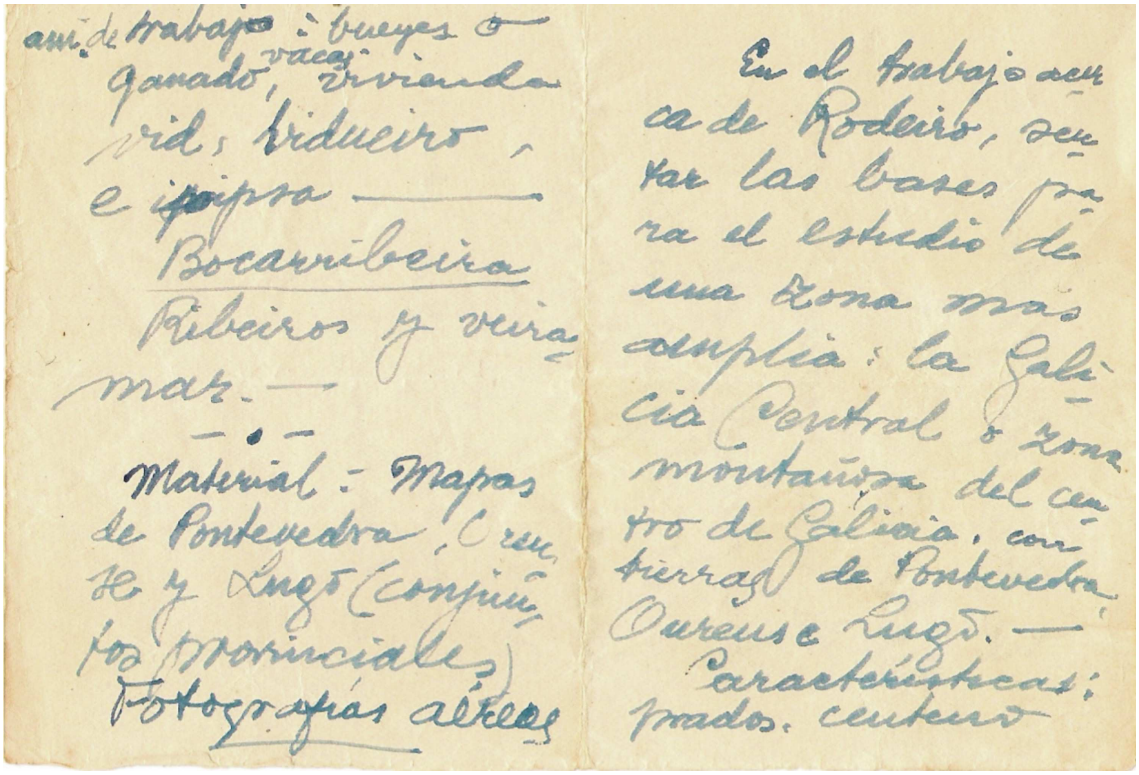


Figura 2 – Nota manuscrita de José Valverde preparando os seus estudos sobre o Val do Camba

Valverde percorría, "pisaba", o territorio que quería estudar antes de escribir sobre el, preguntaba, charlaba cos paisanos, párrocos, mestres das escolas veciñas e persoas que puidesen informarlle sobre ese espazo que el quería aprehender, catalogar, describir e analizar. Calquera fonte de información que servise aos seus principios era utilizada por el e catalogada a modo de notas que lle servían para posteriormente elaborar os seus escritos. Puidemos consultar notas deste tipo por decenas, nas que o profesor Valverde rexistraba calquera aspecto que considerara relevante para as súas respectivas xeografías da *Terra de Camba* e do *Val de Tielas*. Estas notas, sen dúbida, foron utilizadas tamén por el para as súas clases na escola, onde abordaba todos estes aspectos buscando esa formación integral dos nenos e nenas que o entendía que era o ensino (Valverde Arias, 2015, 20) .

Realizaba, ademais, esbozos ou borradores que arquivaba e utilizaba despois como notas para a redacción dos diferentes capítulos das obras xeográficas que sobre ambos vales quería realizar, como este exemplo:

"Valle medio.

En Piñeiro (Areas), agrios y viña. A partir de Areas robleda, que se adensa en la Carballeira dos Garridos, a que alude el cantar, en la divisoria de las dos vertientes: Tea y Oitabén. // El primer lugar que se encuentra es Bustelo, de la parroquia de Estacas. // El Oitabén separa las Estacas de Berducido, en este punto punto, puente romano asimétrico (recuérdese el de Puenteareas-Remedios).-"

Como apuntamos con anterioridade, Valverde quería facer un estudo integral de *Xeografía do Val de Tielas* e unha *Xeografía da Terra de Camba*. No caso do seu espazo de vida durante quince anos contamos, entre a documentación que nos chegou do profesor, cunha primeira versión que el elaborara xa en bosquexo (figura 3). Pero antes de chegar a este borrador, ou borradores (porque existen varios sucesivos entre a súa documentación), el foi percorrendo o territorio obxecto do seu traballo de maneira sistemática mediante toda unha serie de "itinerarios" (así denominados por el).

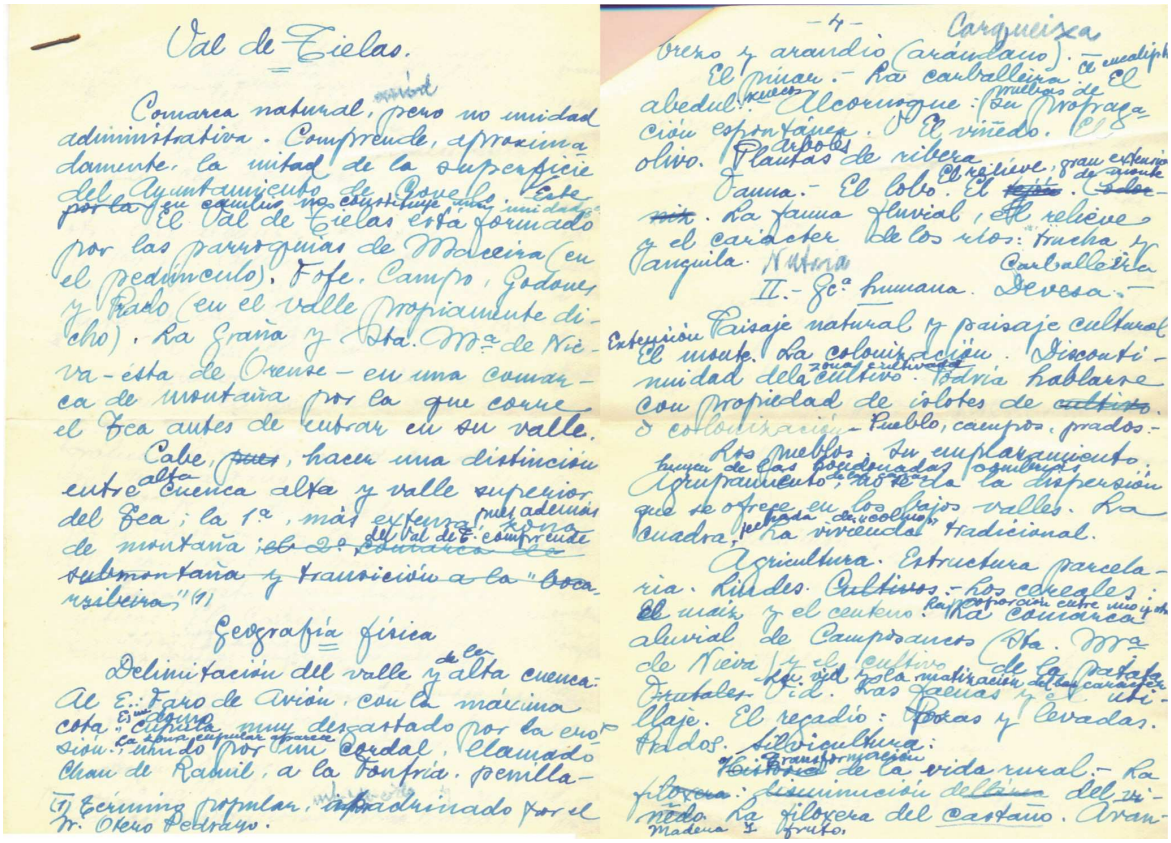


Figura 3. Inicio do manuscrito-borrador da *Xeografía do Val de Tielas* que elaborou José Valverde durante a súa estancia en Maceira (Covelo, Pontevedra).

Durante a realización dos itinerarios recollía información nunha serie de fichas de cada unha desas excursións, reflectindo nelas as súas reflexións, datos primarios e descricións da paisaxe, do poboamento, das actividades económicas, de elementos etnográficos, en definitiva, dos modos de vida das xentes deste espazo galego de transición entre o interior e a costa, o val fluvial e a media montaña.

Nesas propias fichas que elaboraba froito dos itinerarios, Valverde facía un posterior traballo de catalogación, marcando sobre elas en vermello aqueles aspectos que lle permitían indexar o seu traballo para logo inserilo no lugar correspondente do seu esquema previo do traballo (figura 4): diferenciaba

entre arqueoloxía, poboación/poboamento, hidroloxía, vexetación, relevo, cultivos, etc., e aderezaba todo iso con pequenos esbozos (figura 5) que logo trasladaba á elaborada cartografía que utilizaba para as versións avanzadas do traballo.

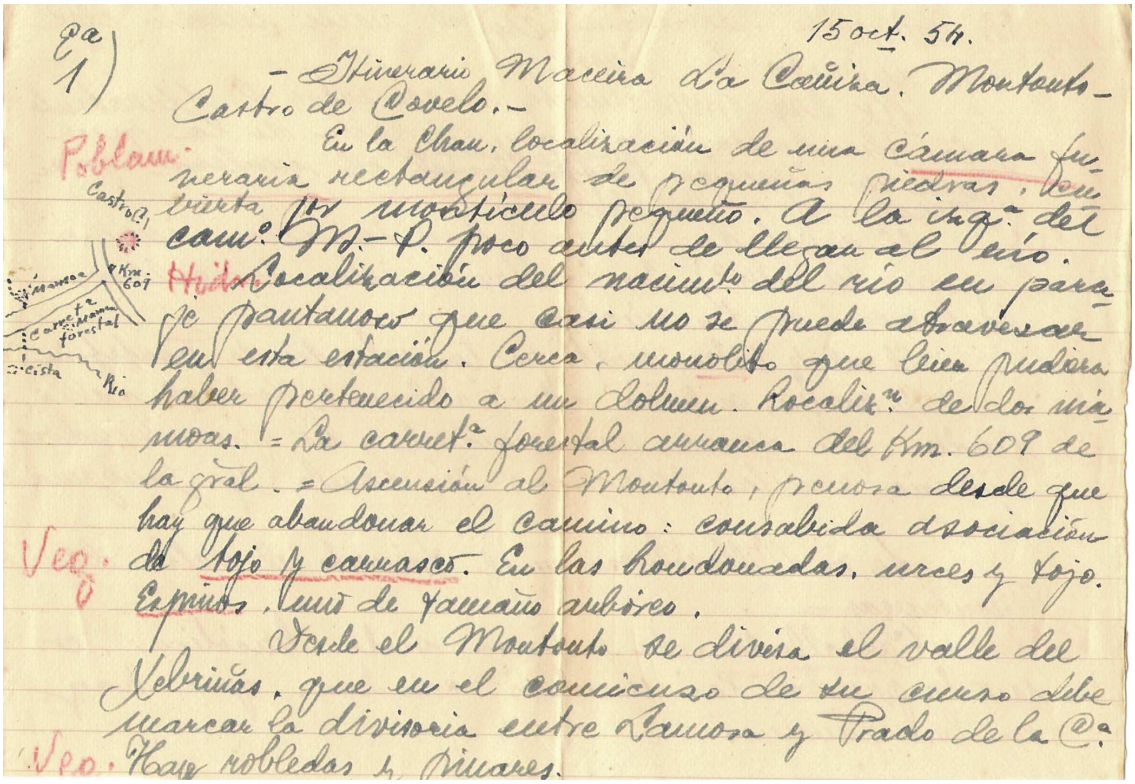


Figura 4. Ficha do “Itinerario Maceira-La Cañiza-Montouto-Castro de Covelo” datada o 15 de outubro de 1954.

Esas descricións, a análise territorial e da paisaxe, acompañábaas de traballo estatístico recollendo aqueles datos que lle eran de utilidade, tanto en anuarios estatísticos como indagando sobre o terreo, elaborando gráficas, cadros e cartografía variada, sempre coa mente posta nas dúas magnas obras que quería levar a cabo.

José Valverde presenta, así mesmo, unha notable destreza como debuxante, propia da súa condición de mestre que tiña que iniciar aos nenos e nenas nesa disciplina. A profusa documentación que Valverde recollía nas súas saídas de campo acompañábaa de ilustracións daqueles elementos que eran destacables na paisaxe, tanto desde o punto de vista natural como patrimonial. Os debuxos sobre aspectos xeomorfolóxicos son os máis abundantes, pero entre eles destacan tamén armas heráldicas das diferentes casas grandes e pazos que visitou, xacementos e vestixios arqueolóxicos, ermidas, pontes, etc. (figura 6).

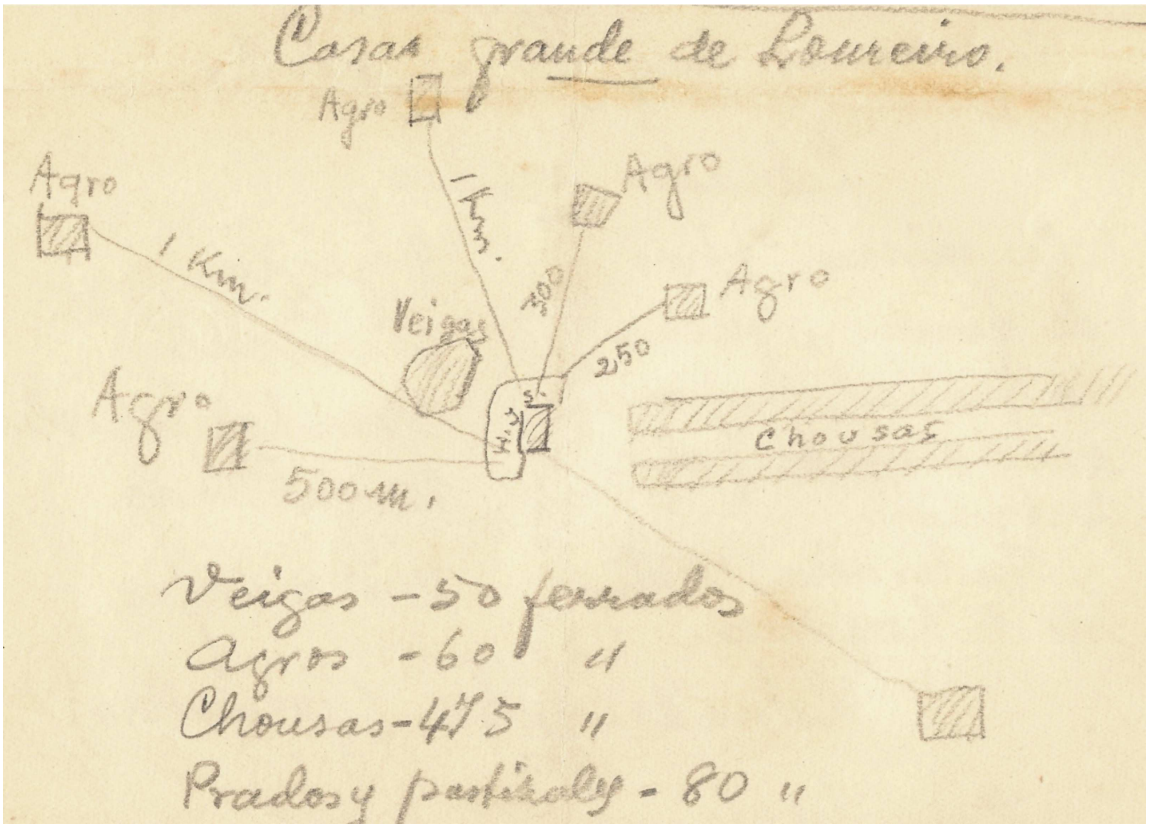


Figura 5. Elaboración de gráficos e bosquexos para estudos posteriores.

Son ilustracións realizadas con grande mestría, que acompañan ás súas notas e que axudan a comprender como entendía o profesor Valverde a paisaxe, cunha concepción da mesma tremendamente actual. Concibía a paisaxe como un todo, como un elemento holístico onde as pegadas natural e a antrópica danse a man para conformar ese espazo visible, perceptible, que se presenta ante os nosos ollos cargado de significados, de vivencias, empapado das características climáticas e xeomorfolóxicas do territorio, característica que o acompañará na súa interpretación do territorio tanto na súa traxectoria inicial en Galicia (Aldrey Vázquez, 2015, 43) como posterior en Andalucía (Ojeda e Andreu, 2015, 57).

O profesor Valverde desenvolve o traballo de campo, a excursión xeográfica, cunha concepción que calou nel durante os seus estudos de Filosofía e Letras en Madrid. Alí descubriu a excursión e o traballo de campo como unha vía fundamental para a obtención de datos primarios. Don José tiña moi presente que o coñecemento xeográfico ten que nutrirse de datos directos obtidos mediante o recoñecemento do territorio. No marco da xeografía rexional, a comezos do século XX, foron Vidal de la Blache, Fleure ou Sauer algúns dos principais propoñentes e sistematizadores desta función recompiladora (Gómez Zotano e Riesgo Chueca, 2013, 341), que Valverde coñecía ben. Nesta idea anticípase o concepto de espazo vivido ou marco vital, que don José asumiu como propio á hora de facer

provisión de información de todos aqueles aspectos que para el explicaban a idiosincrasia propia tanto da *Terra de Camba* como do *Val de Tielas*, así como tamén a concepción da xeografía cultural expresada por Sauer na que cría Valverde (Sauer, 1925).

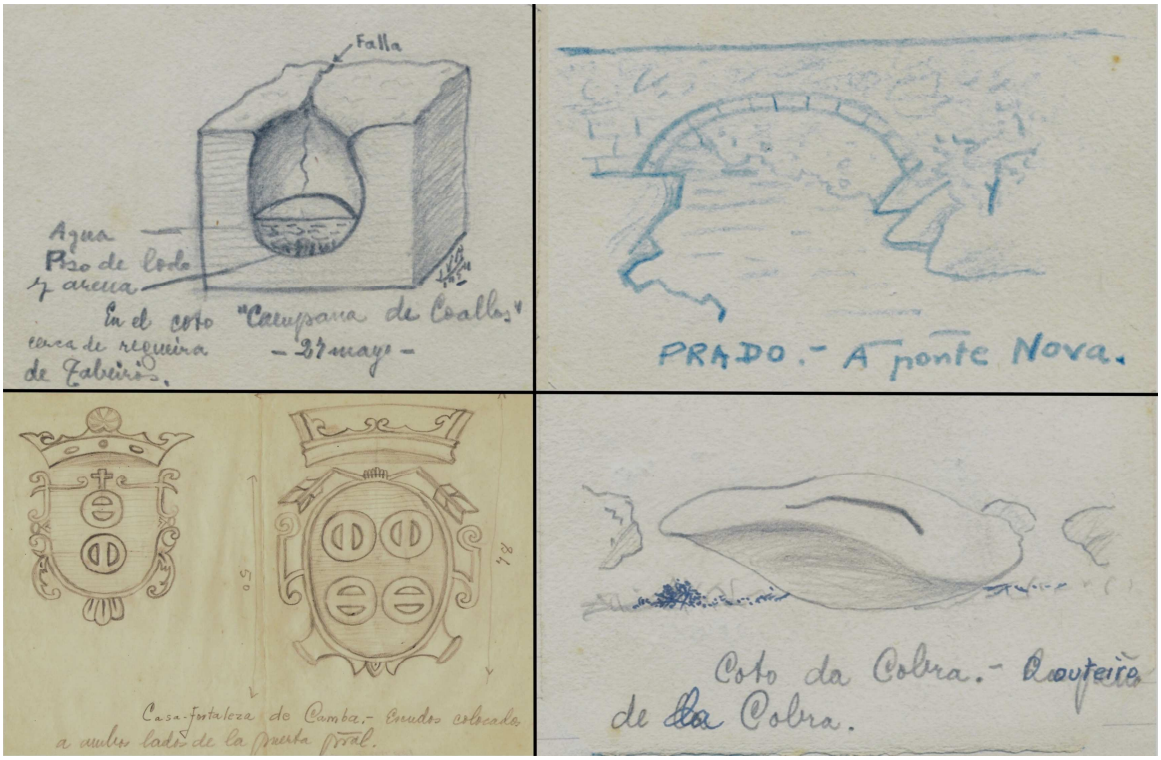


Figura 6. Debuxos de José Valverde que acompañaban as súas notas nos "itinerarios" que seguía durante as súas xorndadas de campo.

Pero ademais, para el, a excursión tamén tiña un compoñente educativo fundamental, era un instrumento de dobre vía, que utilizaba para as súas investigacións, pero tamén para preparar as súas clases, nas que ía utilizar os coñecementos adquiridos para achegar conceptos xeográficos aos seus alumnos a partir da vida cotiá que estes coñecían. Apréciase dee novo neste aspecto a formación recibida por Valverde, pois estamos diante dunha concepción da excursión como ferramenta didáctica que parte da pedagoxía de Pestalozzi, á que se achegou na súa época de estudante en Madrid, que propón a intuición e a indución como vías principais para inculcar coñecementos (Martí-Hennenber, 1992, 36). Esta concepción da educación incentiva o interese polas saídas ao terreo, polas súas virtudes para o exercicio da atención e por ser unha maneira de fortalecer anímica e corporalmente ao alumno, aspectos fundamentais para o noso profesor. Valverde recoñecía o terreo tanto para os seus estudos como para as súas clases, establecía os mellores lugares para poder inculcar aos seus alumnos os coñecementos xeográficos, pero tamén buscaba coas excursións converter aos seus alumnos e alumnas en persoas

con valores morais, sociais e éticos a través da observación directa do mundo cotián que rodeaba aos seus estudantes.

Esa maneira de entender a paisaxe de maneira integral, pero cunha fonda pegada humana, podemos apreciala nas seguintes transcricións dalgunhas das súas notas:

"--- Un "sesteiro"-

En la estación estival, el vacuno de la alta cuenca y el valle medio es conducido al Suído, donde pasa la temporada. Durante las horas de más calor, el ganado abandona los jugosos pastos de las hondonadas, huyendo del ataque de los insectos, y busca el fresco del sesteiro (de sestear). Todos los cerros del Suído están ocupados por sesteiros, obra conjunta de la naturaleza y el hombre. Cada lugar cuida y utiliza el suyo. Los pacíficos animales escalan, pese a su peso y aparente torpeza, las rocas más elevadas para gozar de la brisa---

----

---La aspereza del relieve defiende el bosque de la codicia humana. En algunos puntos, este resulta impenetrable, pues las madreselvas obran a modo de lianas. Los terrenos de cultivo se abren entre el arbolado y el monte bajo. Es claramente perceptible la labor colonizadora…---"

O profesor Valverde nas súas investigacións fai, en definitiva, un compendio de xeografía física e humana:

"--- Orientado en el eje del valle en dirección NE-SO, está ampliamente expuesto a las influencias oceánicas. Las masas nubosas que entran siguiendo la dirección del Tea van elevándose gradualmente y condensándose, de manera que producen gran cantidad de precipitaciones, que los torrentes montañosos, espumeantes en época de lluvias, conducen al Tea.

Los vientos que aportan las masas nubosas son del SO. Los del NE alcanzan gran intensidad en Maceira, situada en la garganta entre el Suído y la Fontefría. Coveliño, Pardellas y otros lugares de Prado quedan protegidos por el murallón del Faro y del Cartelán. Las primaveras suelen ser lluviosas…---

---…El estudio de algunas de las especies vegetales nos servirá para caracterizar las condiciones climáticas y la altitud. El monte bajo está constituido por el tojo, que es la planta dominante, del que se conocen dos variedades: el "molar" y el "arnal", aquél de espinas suaves, grato al ganado, que crece en las "chans" húmedas. En lucha con el tojo, disputándose el suelo, las gramíneas, que en ciertos puntos forman prados naturales, como en el Suído, donde el delicado trébol entra también en algunas formaciones pratenses…---

--- Cuando contemplamos un pueblo desde lejos, de suerte que podamos apreciar todo el conjunto, vemos que las fincas quedan siempre a un nivel inferior al de las casas. El aspecto de las mismas recién labradas es claramente geométrico. La división, favorecida por el quebrado del relieve, como en la mayoría de las comarcas de la región, ha sido llevada al último límite, siendo la mayor parte de las fincas muy reducidas. Todas aparecen rodeadas de muros de granito, exentos o de contención de terrazas…---

---…los prados están situados en las partes más húmedas y sombrías. Se riegan mediante un cauce que corre por la cabecera, del cual parten a corta distancia, canalillos secundarios, por los que corre el agua hasta llegar al reborde…---

--- La industria carece de importancia, limitándose a solucionar los problemas de construcción y alimentación que la vida local plantea. En la esfera comercial, percíbese claramente la incontestable fuerza de atracción de la urbe viguesa, hacia donde sale la madera, huevos y aves, y donde se remite el comercio local. La presencia de la ciudad de Vigo se hace notar además en otros aspectos de la vida económica, como la emigración de empleados y el establecimiento de negocios. Falta todavía por fomentar la atracción del turismo y conversión de los parajes de montaña en lugar de esparcimiento y veraneo para los habitantes de la ciudad.---"

Don José non se limitaba só a abordar os aspectos estritamente xeográficos, como xa apuntamos, senón que ademais presta atención a todas aquelas cuestións e feitos que podían explicar as paisaxes do presente. Así, entre as súas notas atopamos consultas a libros parroquiais no concernente a segregacións de freguesías; apuntamentos históricos que considera relevantes para explicar a propiedade do espazo que está a estudar; transcricións de actas notariais sobre xurisdicións, que el mesmo copiaba de puño e letra dos documentos orixinais; notas sobre o poboamento e os servizos existentes nos diferentes núcleos que pertencían á súa área de estudo; observacións sobre os materiais de construción das casas, aspecto este moi relacionado coa paisaxe e a adaptación do hábitat humano ao mesmo; anotacións sobre as variedades de castes de uva cultivada, ou sobre a diversidade dos sistemas de medida e as súas correspondencias entre unhas parroquias e outras.

Se o territorio, a xeografía, a paisaxe, foi para o profesor Valverde o seu principal punto de atención na súa labor investigadora, non podemos deixar de lado que tamén tiña unha especial querenza polos aspectos arqueolóxico. Niso notábase a súa formación como historiador na etapa final dos seus estudos na Universidade de Santiago, aínda que hai que matizar que lle interesaban en canto á súa relación co emprazamento xeográfico que ocupan eses vestixios da antigüidade, como moi ben o explicaba na a introdución á "*Carta Arqueolóxica do Val do Tea*" que elabora como unha peza separada da súa obra estritamente xeográfica do *Val de Tielas*. Trátase de 17 páxinas mecanografiadas onde Valverde deixa patente que o que o quere facer é unha obra de "*xeoarqueoloxía*".

Nela, ademais da necesaria descrición xeográfica e paisaxística do territorio estudado, recolle todos os elementos arqueolóxicos que consegue documentar nos seus múltiples e incansables itinerarios por estas parroquias: insculturas ou petróglifos, castros (figura 7), restos romanos, pontes medievais, restos megalíticos, etc. Ao mesmo tempo, faise eco das lendas existentes sobre os "mouros", seres míticos que a cultura popular identifica cos habitantes dos antigos castros.

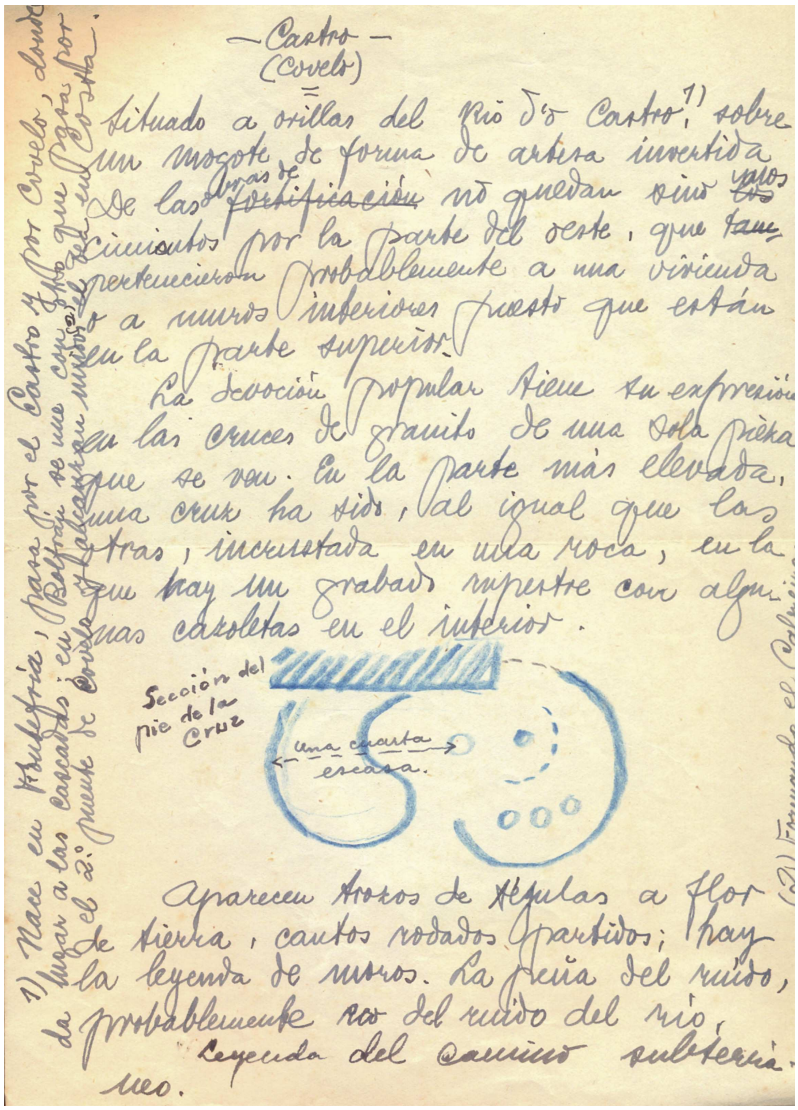


Figura 7. Nota do profesor Valverde onde se recolle a localización, descrición e croque dun castro situado en Covelo (Pontevedra).

O outro espazo obxecto de atención do profesor Valverde foi, como xa indicamos, a *Terra de Camba* que ocupa fundamentalmente o espazo do municipio de Rodeiro (Pontevedra). Trátase dun territorio atravesado pola Dorsal Meridiana galega, conxunto continuo de serras de altitude moderada que serven de límite natural ás provincias de Pontevedra, Lugo e Ourense (Aldrey Vázquez e Lois González, 2010). Este carácter de media montaña dálle o contrapunto fronte ao *Val de Tielas*, espazo cunhas condicións climáticas e edáficas máis benignas, e permítelle achegarse a uns compoñentes paisaxísticos e territoriais en parte diferentes, aínda que socialmente moi semellantes, que son os que presentaba o espazo rural interior de Galicia.

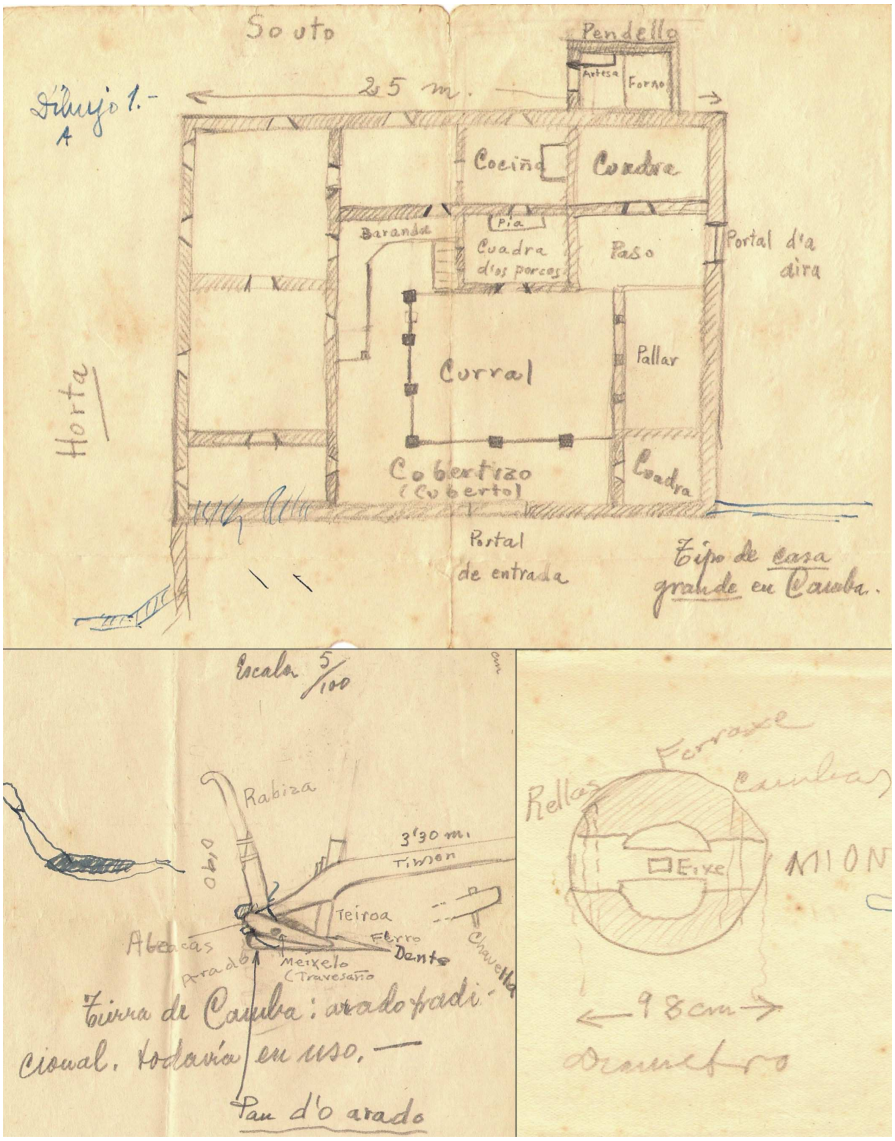


Figura 8. Croque dunha casa tipo, o arado e a roda de carro da *Tierra de Camba*.

Para desenvolver o traballo sobre esta área xeográfica, as súas notas e borradores son de índole moi semellante aos que acabamos de referirnos para o *Val de Tielas*. Abarca os mesmos aspectos xeográficos, etnográficos, arqueolóxicos, patrimoniais, lingüísticos... Pero neste caso concreto, Valverde quería facer unha máis ambiciosa *Xeografía da Galicia Central*, e entre os seus papeis atopamos un índice e borradores avanzados do que podería ser esta obra. Ademais, traballou tamén nunha *Xeografía do municipio de Rodeiro* dentro da mesma concepción e como complemento á máis extensa obra citada. O índice/esquema volve estar totalmente imbuído da escola rexionalista vidaliana, da que non se aparta Valverde en ningún dos seus estudos xeográficos, pois non debemos esquecer que foi ese a paradigma dominante na xeografía española durante boa parte do século XX (Goméz Mendoza et Al., 1994).

O método de traballo é idéntico ao apuntado xa, cunha minuciosa descrición do espazo que estudaba e ocupándose de múltiples aspectos: topografía, vexetación, hidroloxía, relevo, agricultura, etc. A principal novidade, neste caso, é que presenta unha maior minuciosidade e interese pola recollida de documentación sobre os aspectos etnográficos (figura 8), que describe e debuxa con moito detalle. Ese material empregouno despois para un artigo que publicou en 1968 co suxestivo título de "Notas típicas del paisaje cultural de Tierra de Camba" (Valverde Álvarez, 1968), que demostra a concepción da paisaxe en Valverde, moi próxima á actual.

3. Conclusión

Sorprende atoparse cunha figura como a de José Valverde Álvarez e descubrir que non foi o suficientemente coñecida nin reivindicada. Estamos diante dun mestre en toda a extensión do seu significado. Un home que vivía por e para o ensino, cunha vocación que lle facía implicarse na educación de cada un dos seus discentes ata límites insospeitados, buscando que tivesen unha formación que os convertese en persoas para unha vida futura con máis oportunidades.

Pero, ademais desa condición, de por si suficiente para recoñecelo e reivindicalo, aparece unha faceta de investigador incansable, de xeógrafo integral, preocupado pola relación da sociedade co seu medio, da paisaxe cultural que xera esa sociedade. Unha persoa cun labor investigador inxente e que quedou semi-esquecida nos seus centos de papeis que afortunadamente puideron recuperarse grazas ao empeño da súa filla Pilar. A súa obra está agora catalogada e posta a disposición de calquera investigador que no futuro queira indagar en profundidade sobre os traballos xeográficos e pedagóxicos de Valverde.

Os estudos que de Valverde conservamos para Galicia, para o *Val de Tielas* e a *Terra de Camba*, coa súa exhaustiva recollida de datos, coa súa capacidade de análise do territorio, o seu compromiso co seu traballo e o avanzado da súa concepción da paisaxe, móstrannos que é un xeógrafo de primeira orde, pero que afastado das canles oficiais de difusión dos resultados das súas investigacións, permaneceu oculto. É esta unha circunstancia curiosa, pois non eran poucos os xeógrafos e eruditos destacados da época cos que mantivo contacto epistolar continuo e duradeiro e que eran coñecedores de aspectos parciais da súa obra. Esperemos que esta pequena aportación poida servir para comezar a darlle a presenza e importancia que un erudito da súa condición merece.

4. Bibliografia

ALDREY VÁZQUEZ, J. A. (2015). Los studio geográficos y humanistas del professor Valverde en Galicia. In J. A. Aldrey (Ed.), *José Valverde, geógrafo gallego. Un exilio fecundo* (pp. 35-55). Santiago de Compostela: USC.

ALDREY VÁZQUEZ, J. A. e LOIS GONZÁLEZ, R. C. (2010). *Breve Xeografía de Galicia*. Vigo: A Nosa Terra.

LÓPEZ GUTIÉRREZ, A. J.; LÓPEZ VALLEJO, Mª T.; e, SÁNCHEZ LÓPEZ, M. J. (2015). El rescate de la memoria: el archivo familiar del profesor José Valverde Álvarez. In J. A. Aldrey (Ed.), *José Valverde, geógrafo gallego. Un exilio fecundo* (pp. 93-132). Santiago de Compostela: USC.

GÓMEZ MENDOZA, J.; MUÑOZ JIMÉNEZ, J. e ORTEGA CANTERO, N. (1994). *El pensamiento geográfico*. Madrid: Alianza Universidad Textos.

GÓMEZ ZOTANO, J. e RIESCO CHUECA, P. (2013). La interpretación de los paisajes en Geografía. De la excursión tradicional al establecimiento de itinerarios y fichas para la aplicación del Convenio Europeo del Paisaje. In, P. Paneque Salgado e J. F. Ojeda Rivera, *El viaje en la Geografía Moderna* (pp. 337-357). Sevilla: Universidad Internacional de Andalucía.

MARTÍ-HENNENBERG, J (1992). Pestalozzi y la enseñanza de la Geografía en el cantón de Vaud (Suiza) durante el siglo XIX. *Revista de Geografía*, 26, 35-43.

OJEDA RIVERA, J. F. e ANDRÉU, C. (2015). La Mirada comprensiva y didáctica del profesor Valverde a paisajes y modos de vida de Sanlúcar de Barrameda. In J. A. Aldrey (Ed.), *José Valverde, geógrafo gallego. Un exilio fecundo* (pp. 57-92). Santiago de Compostela: USC.

ORTEGA VALCÁRCEL, J. (2000). *Los horizontes de la Geografía*. Madrid: Ariel Geografía.

SAUER, C. O. (1925). The morphology of Landscape. *University of California Publications in Geography*, 2, 19-35.

VALVERDE ARIAS, P. (2015). El exilio fecundo. In J. A. Aldrey (Ed.), *José Valverde, geógrafo gallego. Un exilio fecundo* (pp. 11-24). Santiago de Compostela: USC.

VALVERDE ÁLVAREZ, J. (1968). Notas típicas del paisaje cultural de la Tierra de Camba. Revista de Dialectología y Tradiciones Populares, Tomo XXIV, cuadernos 3º e 4º.

ZOIDO NARANJO, F. (2015): Pesentación. In J. A. Aldrey (Ed.), José Valverde, geógrafo gallego. Un exilio fecundo (pp. 5-9). Santiago de Compostela: USC.

COSTA-CASAIS, M.; ALVES, M.; BLANCO CHAO, R. (2018). *Valorization and conservation of geomorphological heritage: The Monte Pindo on the Galician Coast (NW Spain).* The Overarching Issues of the european space- preparing the new decade..., Porto, Fac. Letras Univ. Porto. pp. 379 - 392

VALORIZATION AND CONSERVATION OF GEOMORPHOLOGICAL HERITAGE: MONTE PINDO ON THE GALICIAN COAST (NW SPAIN)

Manuela COSTA-CASAIS
Faculty of Geography and History, University of Santiago de Compostela., Spain.
manuela.costa@usc.es
M. Isabel Caetano ALVES
Lab2PT and CCT/ECUM; University of Minho, Portugal.
icaetano@dct.uminho.pt
Ramón BLANCO CHAO
Faculty of Geography and History, University of Santiago de Compostela., Spain
ramon.blanco@usc.es

Abstract

This work focuses on the granite mountain known as Monte Pindo in the Autonomous Community of Galicia (NW Spain). It's included in the area classified as "Costa da Morte" established in the Coastal Planning Policy (Politica de Ordenación Litoral – POL) for the region of Galicia. The main objective of this research is to assess the geomorphological heritage of Monte Pindo, thus revealing its wide geodiversity and its landforms. This work aims to demonstrate the importance and interest of its granite landscape in the hope that the area will be recognised as a Geosite, with the dimension of Area. We will analyse and highlight: its scientific and educational value and its geotouristic potential in order to promote its preservation as Geological and Geomorphological Heritage, that is to say, its Geoconservation.

keywords: Geomorphological heritage, granite landscape, geosites, geoconservation, Monte Pindo-NW Spain

Resumen

Este trabajo se centra en el macizo granítico conocido como Monte Pindo, localizado en la Comunidad Autónoma de Galicia (NW España). Se engloba en el área clasificada como "Costa da Morte" siguiendo la Política de Ordenación Litoral de Galicia (POL). El principal objetivo de esta investigación es valorar su Patrimonio Geomorfológico, sus formas graníticas y su amplia geodiversidad. Para ello se resalta el interés de su paisaje granítico con la finalidad de que el Monte Pindo sea reconocido como un Geositio, con dimensión de Área. Para ello se analizarán y destacarán sus valores: científico, educacional y su potencial geoturístico, para promover su conservación como Patrimonio Geológico-Geomorfológico, que es como decir su Geoconservación.

Palabras clave: Patrimonio geomorfológico, paisaje granítico, geositios, conservación, Monte Pindo-NW España

1. Introduction

Over the last decade a knowledge base, along with the legislation that this implicitly requires, has been built up worldwide in relation to the characterization, conservation and management of both geological heritage and geodiversity. During 2007 for the first time in the history of Spain, important laws were passed by the Spanish Parliament explicitly mentioning geological heritage and geodiversity (Law

5/2007 -National Parks Network, Law 42/2007 -Natural Heritage and Biodiversity, Law 45/2007 - Sustainable Development of Rural Environment) (Costa-Casais and Caetano Alves 2013; Costa-Casais et al. 2015). The new legislative framework referring to natural conservation, supposes that inventories and on-going studies of the state of conservation of geodiversity and geological heritage be carried out. There are a multitude of concepts and definitions in scientific literature concerning geodiversity, geological heritage, geosites and geoconservation (Carcavilla et al. 2012; Gray 2008, 2013; Nieto 2001; Serrano and Ruíz Flaño 2007). Geodiversity is an important term for future geoheritage management strategies. It describes a complexity of natural attributes on all levels and represents both opportunities and challenges for management strategies (Erikstad 2013). Geological interpretation is a strategy that aims to facilitate communication between different kinds of publics, aiding the promotion of their scientific culture and the generation of feelings of esteem and protection for geoheritage (Pacheco and Brilha 2014). The identification and characterisation of sites are decisive steps in any geoconservation strategy (Brilha 2015; Henriques et al. 2011).

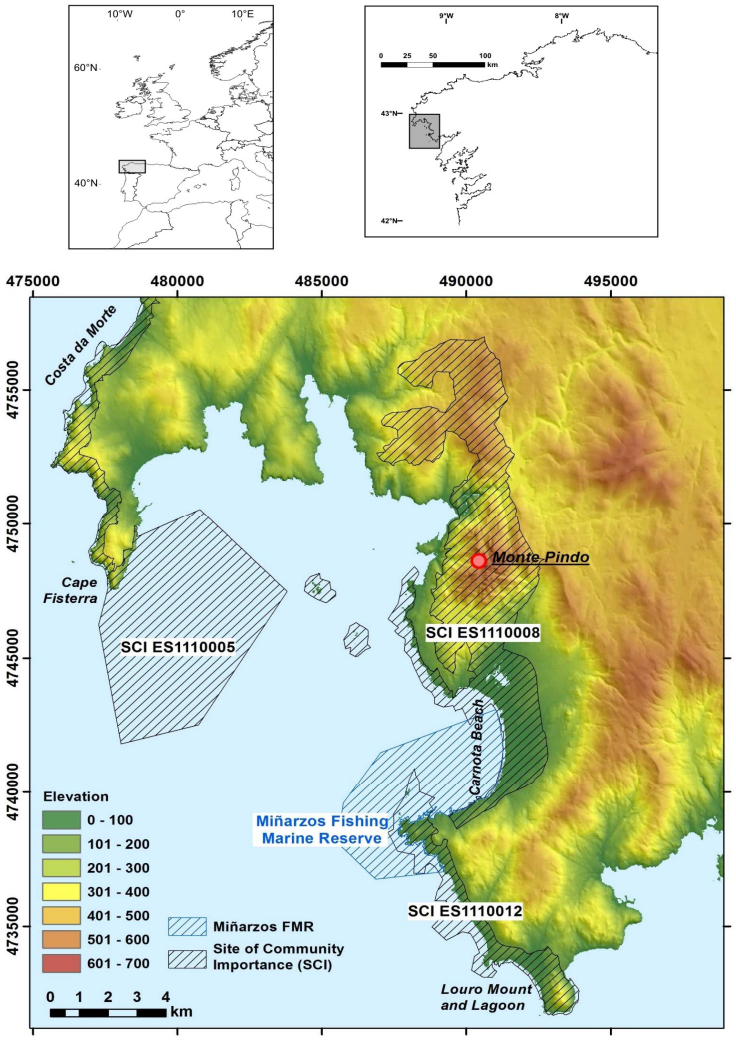


Figure 1 – Location of the study sector with the protected areas cited in the text.

This study focuses on the granite mountain known as Monte Pindo in the Autonomous Community of Galicia (NW Spain). This territory is included in the area classified as “Costa da Morte” established in the Coastal Planning Policy (Politica de Ordenación Litoral -POL) for the region of Galicia (Xunta de Galicia 2014). Currently, Monte Pindo’s biotic values are partially protected. It is designated as SCI (Site of Community Interest) 1110008 Carnota-Monte Pindo, and is included in the Natura 2000 network as an area of special protection of natural values related to both its vegetation and birdlife (ZEPA) (Figure 1). The abiotic values and geological heritage of this territory have been forgotten, and are, therefore, unprotected (Costa Casais et al. 2015). There is an urgent need to accentuate the principle that natural diversity is composed of both geodiversity and biodiversity, and that proficient conservation requires a holistic approach that views nature as a complex interaction of biodiversity and geodiversity patterns and processes. There are many elements of geodiversity which do not have a particular scientific value but which are still important resources for education, tourism, or the cultural identity of their communities (Brilha 2015).

The main objective of this work is to assess the geomorphological heritage of Monte Pindo. This study aims to demonstrate the importance and interest of its granite landscape in the hope that the area will be recognised as a Area, containing a high number of potential geosites. We will analyse and highlight its scientific, educational and geotouristic potential in order to promote its preservation as Geological Heritage.

2. Regional setting and geological context

The research focuses on the granite mountain known as Monte Pindo (627 m above sea level) in the Autonomous Community of Galicia (NW Spain). This territory is included in the area classified as “Costa da Morte” as established in the Politica de Ordenación Litoral (POL) (Coastal Planning Policy) for the region of Galicia. This space is located between the areas classified in the POL as “Rías Baixas'” and “Cape Fisterra” (figure 1).

The massif of Monte Pindo is made up of Late Hercynian calc-alkaline granitoids, with a predominance of biotite, within the group of the late granodiorites (IGME 1981). It belongs to the migmatitic domain of granitic rocks. The predominant type of rock is late granodiorite, which intruded after the late phases of folding. It is possible to differentiate two types in the massif: late granodiorite, with marginal facies occupying the northern half and late granodiorite, with central facies, occupying the southern part (GEODE 2015). They are biotitic granites, pink in colour, which have facies with medium to thick grain and are without orientation (Capdevila and Floor 1970). They are composed of: quartz, plagioclase, potassium feldspar and biotite. They also have apatite, zircon, clinozoisite, zoisite, fluorite and opaques as accessories. The phases of deformation which gave rise to the vertical structure of the area were fundamentally the Late Hercynian tectonics which determined their future evolution. The geomorphological features appear to show that Neogene tectonics caused a period of decompression

leading to the creation of an intense set of blocks, which used the NE-SW fractures of the Late Hercynian period (Pérez-Alberti 1982). This activity produced an extensive network of vertical joints, determining the granitic modelling. The breakdown of the granite was produced by means of both physical and chemical weathering.

3. Results and discussion: The Heritage Values of Monte Pindo "vs." Vulnerability and Risk

Monte Pindo, demonstrates a wide variety of added values: intrinsic (representativity, a site of reference, of a scenic nature), intrinsic and relating to use (educational content), use heritage (association with other elements of natural, historical or ethnological-traditions), use and protection (fragility, accessibility, etc.) (figure 2). All of which contributes towards a site of exceptional natural and cultural value but at present the natural value is vulnerable and is at risk. In the following sections we analyze this topics.

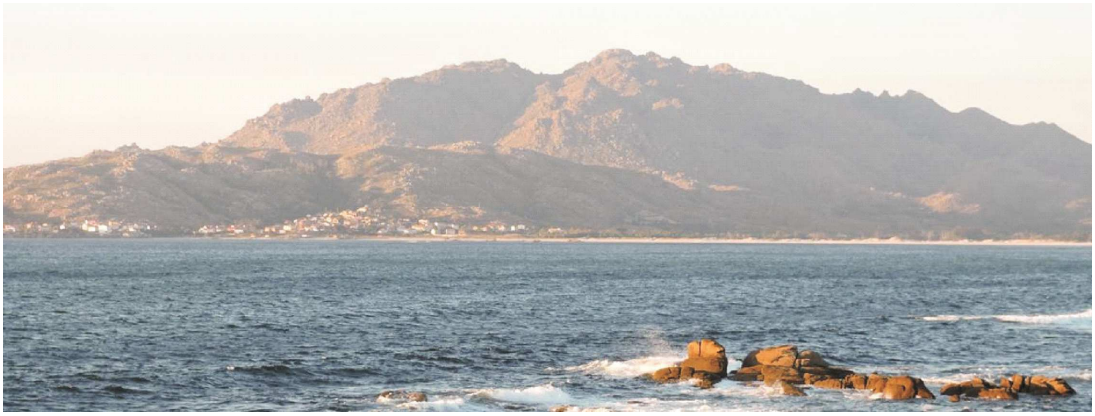


Figure 2 –View of the massif of Monte Pindo.

3.1. Heritage values

3.1.1. Geomorphological value

Monte Pindo has great potential for explaining geological processes. Its geomorphological heritage is characterised by a high degree of diversity of its granite landforms (Fernández-Mosquera 2002; Mayor-Rodríguez 2011; Twidale 1981, 1982; Vidal-Romaní 1989; Vidal-Romaní et al. 2014). The granite landforms are classified into two groups depending on their size: megaforms or large scale forms, and microforms or smaller forms (Godard 1977; Twidale 1986, 1989).

Megaforms are those with a minimum size of about 100 metres and can be up to 1 km in length. Some macroforms (tors, blocks) may have decametric size. There are convex megaforms (bornhardts or rock domes, nubbins, castle-kopjes, tors, blocks) and concave megaforms (alveoles). The most important are convex megaforms, represented by bornhardts or rock domes, nubbins or incipient rock domes and castle-kopje. *Bornhardts* present typical curved surfaces of bare rock, as result of sheet fractures. These landforms dominate the upper sections of the granite massif. The most representative example corresponds to the hill's highest point (A Moa, 627 m) (figure 3A). Its surface has been carved by numerous gnammas. The *castle-kopje* is defined by systems or orthogonal joints which give rise to castle shaped reliefs. They are numerous in the whole sector and are associated with *tors* (figure 3B). These are convex forms with vertical development. They have horizontal joints, creating parallelepiped blocks, on top of each other, resulting in chaotic forms. They can be identified by visitors because they have anthropomorphic, zoomorphic or other resemblances and they have particular names (e.g. “O Xigante - The giant”, “O guerreiro - The Warrior”). The slopes are covered with abundant *blocks* (Figure 4A). *Alveoles* are also present in this sector. Due to their morphology, they have the capacity to retain and accumulate matter, favouring the formation of soil. Their profile is gentle, almost flat, soil can develop easily and small wetlands can form, which become spaces with a high degree of palaeoenvironmental value and biodiversity for the area. Chan das Lamas and Chan da Moa are good examples.

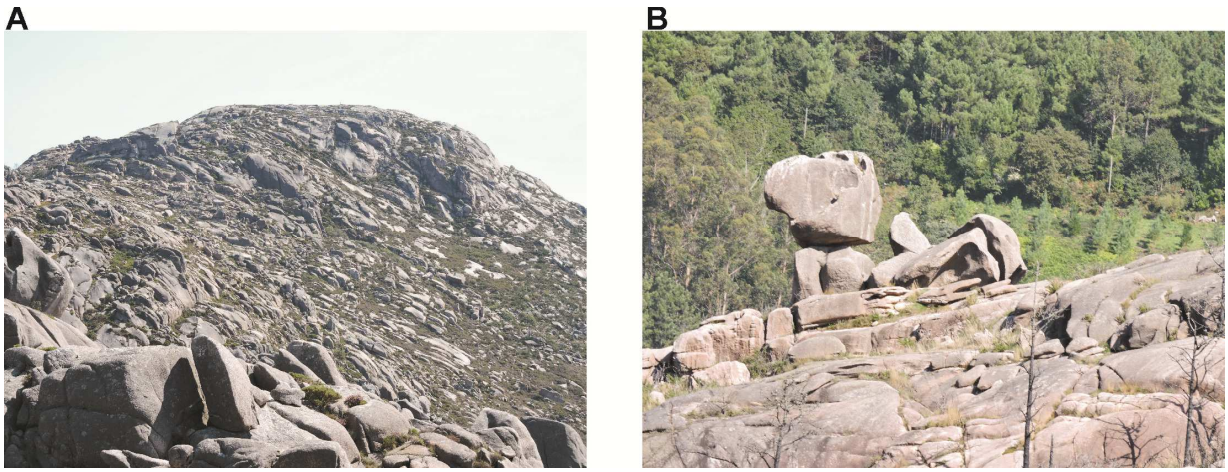


Figure 3 – (A) *Bornhardts* present typical curved surfaces of bare rock, as result of sheet fractures. These landforms dominate the upper sections of the granite massif. (B) *Tors,* are convex forms with vertical development. They have horizontal joints, creating parallelepiped blocks, on top of each other, resulting in chaotic forms.

Microforms are defined as having a maximum size of one metre, although they are frequently smaller and are associated with macroforms. Two groups can be distinguished: (a) forms without any evident relationship to the rock structure, and (b) forms with an evident relationship to the rock structure. The first group is represented by *linear forms* and point forms. The linear forms are: *runnels, gutters*

(developed on a horizontal or very slightly sloped topography), or *grooves* and *flutings* (corresponding to similar features developed on inclined surfaces). The *point forms are concave*: gnammas, tafone, vasques. *Gnammas* are small circular depressions. They develop both on flat and sloped surfaces and can be enclosed or have a drainage channel (Figure 4B). Sometimes the concavities appear on the inner part of a wall. In this case the resulting landform is known as a *tafone*.

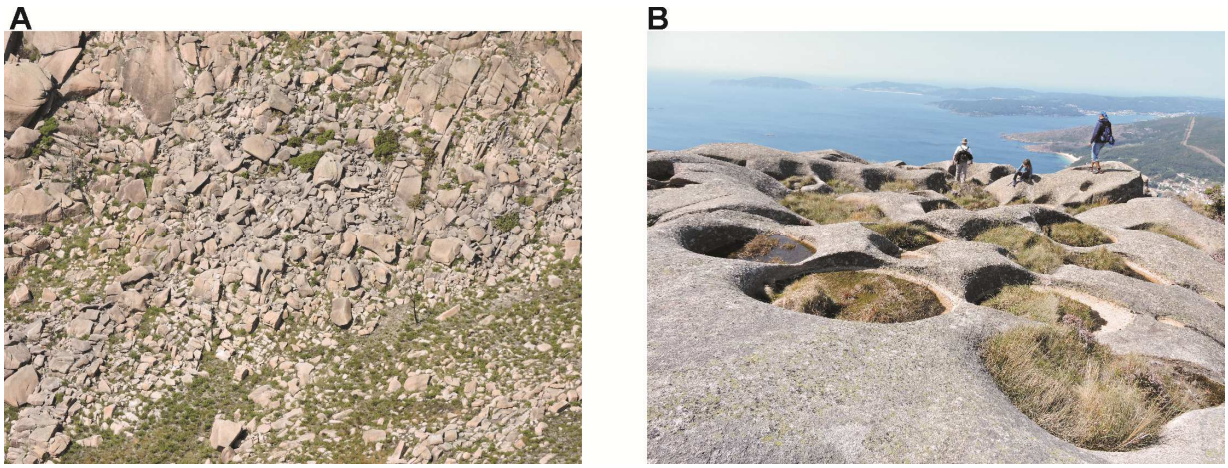


Figure 4 – (A) The slopes are covered with fallen blocks. (B) *Gnammas*, small circular depressions, on a *bornhardt*

Concavities can appear in connection with water courses. These can reach several metres in size, as is the case of the *vasques*, or *plunge pools* of larger dimensions, which are best shown at the base of the Xallas waterfall (figure 5A). The *microforms with an evident relationship to the rock structure,* can be divided into: *linear and planar forms*. In the first, *clefts* can be included and in the second*, pseudo bedding*, *structural caves* and *fractured slabs*. The presence of granitic slabs near the mouth of Xallas river must be highlighted. They are minor forms which are related to the structure of the rock – their joints are flat in shape and are tilted slightly down.

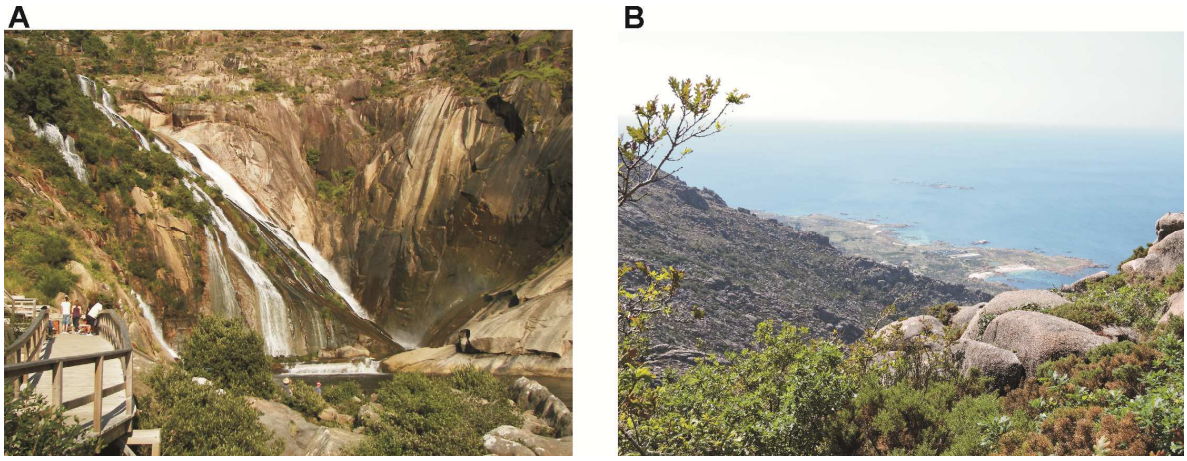


Figure 5 – (A) The Xallas River falls in waterfall, directly on the sea. (B) Quercus lusitanica, between granitic-rocks

3.1.2. Biodiversity value

The mountain has a protection category at Community level (SCI) due to its wealth of plant species. About 650 species have been catalogued, fifty of them protected and some in "critical" danger of extinction. It has five habitats protected by a European directive, eight plant species and twelve different species of wildlife also have regional protection. Monte Pindo is designated as SCI ES (Site of Community Interest) 1110008 Carnota-Monte Pindo, and is included in the Natura 2000 network as an area of special protection of natural values related to both its vegetation and birdlife (ZEPA). The *Quercus lusitanic*a, a shrub existing only in Galicia, central Portugal, the southern provinces of Cádiz and Málaga and in the north of África, deserves special mention (figure 5B). Fauna and vegetation (mainly oaks, wetland vegetation and threatened species) suffer the directly from intentional fires. The effects are catastrophic for wildlife, vegetation and soil.

3.1.3. Geocultural value

On an archaeological level, Monte Pindo is rich in cultural heritage. Archaeological remains can be found dating from different historical periods. Rock art carved out of the pink granite, remains of Neolithic structures, forts (the castle of San Xurxo and castle of Peñafiel), hermitages, walls, paths, etc., all reflect the fact that this place has been occupied and used by different cultures throughout history (Barreiro 1970, 1986; Gago 2011, 2014; Galovart 2015) (figure 6A).

Monte Pindo is a symbol of identity with the landscape for both the local population and visitors from outside the area. This fact leads to the hill being valued in different ways. An association has been set up by some members of the local population with the aim of protecting the landscape. This association is supported by other groups, political parties and researchers, who argue that Monte Pindo should be proclaimed a "Natural Park" in order to protect the landscape with the aim of ensuring its preservation for future generations. On the other hand, another part of the local population is against this idea although the Monte is also a symbol of identity for them, an idea which is often reinforced by the assessment made of this landscape by visitors. The concern for the protection is not only a current matter. The first reference to the site’s protection comes from a 1917 Royal Decree dated February 23rd, as is cited by the geographer (Mulero 2002). From ancient times, historians, geographers and writers have made reference to the greatness and the mystery surrounding Monte Pindo, one of the most mythical places in Galicia (Pensado 1975). Monte Pindo dominates a landscape of great beauty, rising to the Alto da Moa at 627 m above sea level. It is a spectacular viewpoint over the coastline extending from Fisterra Cape to beyond the Muros-Noia Ria. Monte Pindo has come to be known as the Celtic Olympus of Galicia and the hill came to be a reference point and a symbol of identity in the strengthening of Galician roots and was used by the intellectuals of the time belonging to the Xeración Nós (Otero Pedrayo 1926, 1991). According to oral tradition, the Monte Pindo is also, a place where the sun, the stars and the elements were worshipped. The particular shape of the hill has led to the creation of a multitude of legends. Furthermore, very real

stories, close to the heart of the local population, have been forged, such as those in which the rocks of the hillside served as a refuge for those escaping the enemy during the Spanish Civil War.

3.2. Vulnerability and Risk

The construction of an electric power station, a reservoir, wind farms, quarries and a fish farm have had a great impact on the area, which is not reflected economically in the local population. Monte Pindo is severely threatened and extremely vulnerable. The *electric power station* located in the council of Ézaro, at the foot of Monte Pindo, has a great visual impact on the area, both due to the construction of the plant and to the pipelines which scar the hillside. The *reservoir*, built by the company Carburos Metálicos, was finished at the end of the 1980s. It was built at the mouth of the river without respecting its environmental flow. This has resulted in alterations to the minimum flow necessary for the preservation of the river's ecological, its environmental functions and the preservation of the landscape. This river, before it meets the sea, has formed three waterfalls over granitic material and wide pools with sculpted columns. The largest of the waterfalls lies at the river's mouth and is known as "A Fervenza do Xallas". The current lease-holder, "FerroAtlántica", has been obliged to maintain the river's minimum environmental flow in accordance with the law entitled "Resolución de Aguas de Galicia". Another threat to the site is the construction of *wind farms*, which surround the area (figure 6B). Also, Monte Pindo is under threat from open-cast *quarries*, attracted by its pink granite (figure 6C). The effects of quarrying are irreversible. The most direct impact is visual. The extraction of granite leads to the destruction of the most important value of the hill; its abiotic aspect, the rock with its granitic model, which sustains great biodiversity. The construction of *a fish farm*, at the foot of the hill, in the village of Quilmas-Carnota, has also had a significant effect on the coastline. The fish farm, lies within the SCI Carnota-Monte Pindo, an area of high ecological value which forms part of the Galician Red Natura. The immediate surroundings of the farm, which is coastline, is not looked after. The installations have a strong visual impact on the area. Tracks have been opened up over the dunes, waste is not disposed of correctly and the pipes of the fish farm are visible. All of this contributes towards a high level of vulnerability for such a fragile habitat as the coastline.

The hill is periodically burnt by deliberate *fires*, usually in the summer when the northwest wind blows more strongly (figure 6D). If there is extreme precipitation following the fires, this can lead to catastrophic events on the landscape. The intensity of the rain can have a great impact on the formation and development of the colluvial soil (Costa-Casais et al. 2009; Costa-Casais et al. 2015). The effects of the rain are added to those of the fires, thus causing the ground to be more sensitive to the effects of erosion (Costa-Casais et al. 2008; Costa-Casais and Martínez-Cortizas 2013). In this way, a section of land unprotected by vegetation becomes eroded and a significant amount is lost in the sea. These fires are started deliberately for no apparent reason. There is no policy for control and this does not appear to be of interest to the administration. The vegetation destroyed by the fires is mainly pine and eucalyptus, which are invasive species. Although *Quercus lusitanica* suffers damage, its greater resistance to fire

means that it can hide in small valleys and rocky areas with little soil. Finally, the *high volume of visitors* must be mentioned. The number of people who climb Mount Pindo is very high. Tours are conducted without any control or planning, paths are made, the rocks are graffitied, people use motorbikes and quads and mass sporting events are organized (figure 6E).

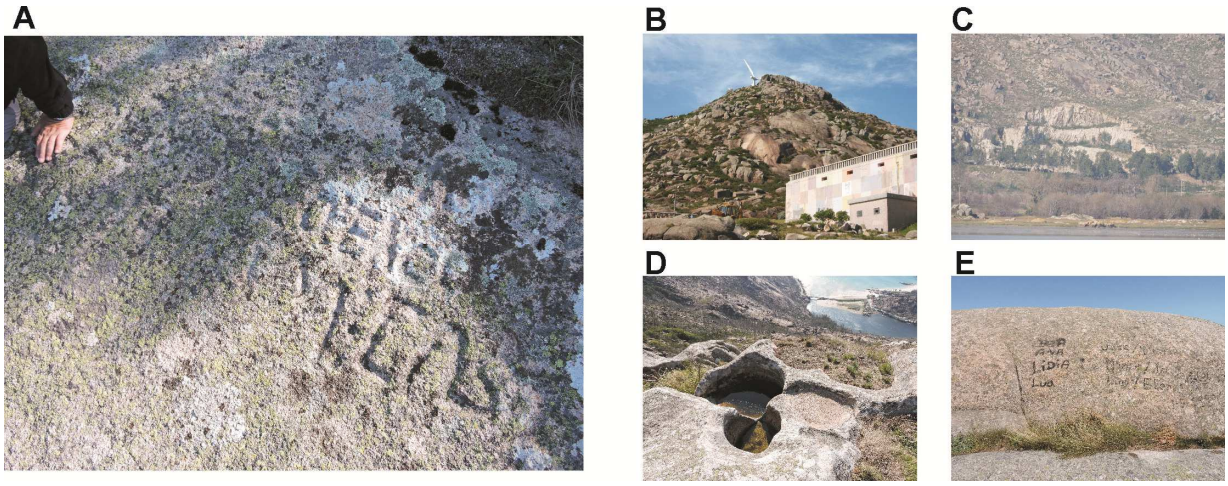


Figure 6 – (A) Petroglyphs carved out of the pink granite. (B) Wind farms surround the Monte Pindo, and have a great impact on the area. (C) Monte Pindo is under threat from open-cast *quarries*, attracted by its pink granite. (D) The reservoir built at the mouth of the Xallas river resulted in alterations to the river's ecological, its environmental functions and the preservation of the landscape. (E) The examples of rocks graffitied are numerous in the Monte Pindo

3.3. Proposal for the Assessment of Degradation Risk and Estimate of Protection Priority for Monte Pindo

Recent research on assessment and management of the geomorphological heritage of Monte Pindo (Costa-Casais et al. 2015) proposed and demonstrate the importance and interest of its granite landscape in the hope that the Monte Pindo will be recognised as a Geosite, with the dimension of Area, containing a high number of potential geosites (SGI). Its geomorphological heritage is characterised by a high degree of geodiversity of granite landforms. In order to carry out a methodological proposal, we followed the guidelines set out in the Methodological Document for the Drawing Up of the Spanish Inventory of Sites of Geological Interest of the Spanish Geological Survey (IGME) (García-Cortés et al. 2009, 2014). For the purposes of this study, Monte Pindo as a whole has been selected as representative of a granite massif to apply this methodology. However, we are aware that it is not a geosite but rather an area that contains many geosites. The most recent methodological document published regarding the Spanish Inventory of Sites of Geological Interest (García-Cortés et al. 2014) takes into account (Cendrero 1996) criteria according to which three types of value should be considered when a site is assessed: its intrinsic value, its value related to potential use and its value related to the necessity for protection (Costa-

Casais and Caetano Alves 2013). Following the collection of data and fieldwork, Monte Pindo was evaluated according to the above-listed parameters, which were given varying weight in order to analyze their scientific, educational and touristic interest. The values obtained for the Scientific, the Educational and the Touristic value are considered to be of very high value. With regard to the criteria for evaluating the susceptibility of degradation (fragility and vulnerability) of Monte Pindo, the susceptibility to natural degradation is considered low, while susceptibility to anthropic degradation is medium-high (Costa-Casais et al. 2015). The estimate of the protection priority of Monte Pindo was carried out based on the risk of degradation to anthropic threats. The score obtained for necessity / protection priority is 4.71, maximum value of degradation risk of SGI due to anthropic hazards (Costa-Casais et al. 2015). Geosites with degradation risk of SGI due to anthropic hazards values of between 3.33 and 6.66 are recommended for protection in the medium-short term (risk of medium degradation). This suggests that a specific protection status is necessary for Monte Pindo in the medium term (short-term measures of geoconservation) (Medus 1965; García-Cortés et al. 2009; Costa-Casais et al. 2015) (Table I).

Table I –Calculation of degradation risk and estimate of protection priority of Monte Pindo.

.

INTEREST	Symbol
Scientific value of SGI	$\mathbf{V_C}$ = 8.75
Educational value of SGI	$\mathbf{V_D}$ = 7.75
Touristic value of SGI	$\mathbf{V_T}$ = 6.88
Susceptibility to natural degradation	$\mathbf{S_{DN}}$ = 1.25
Susceptibility to anthropogenic degradation	$\mathbf{S_{DA}}$ = 5.38
SGI Susceptibility to degradation	$\mathbf{S_D = ½ (S_{DN} + S_{DA})}$ = 3.32

	Symbol	Formula	Result: MONTE PINDO
Degradation risk of SGI due to natural hazards	$\mathbf{R_{DN}}$	$\mathbf{R_{DN}= MAX (R_{DNC}, R_{DND}, R_{DNT})}$	$\mathbf{R_{DN} = 1.09}$
Degradation risk of SGI due to anthropic hazards	$\mathbf{R_{DA}}$	$\mathbf{R_{DA}= MAX (R_{DAC}, R_{DAD}, R_{DAT})}$	$\mathbf{R_{DA} = 4.71}$
Degradation risk of SGI	**RD**	$\mathbf{R_D= MAX (R_{DC}, R_{DD}, R_{DT})}$	$\mathbf{R_D = 2.91}$

NECESSITY / PROTECTION PRIORITY	$\mathbf{R_{DA}}$	MONTE PINDO
High (urgent measures of geoconservation)	High. $\mathbf{R_{DA}} > 6.66$	
Medium (short-term measures of geoconservation)	Medium. $3.33 \leq \mathbf{R_{DA}} \leq 6.66$	$\mathbf{R_{DA} = 4.71}$
Low (medium to long-term measures of geoconservation)	Low $1 \leq \mathbf{R_{DA}} < 3.33$	
No protection (measures of geoconservation unnecessary or in the long-term)	No significant $\mathbf{R_{DA} < 1}$	

Source: Manuela Costa-Casais et al. (2015)

Currently, the biotic value of this area is partially protected. However, it is necessary to find a solution not only for the protection of its biodiversity but also for its geodiversity and its cultural values. Due to the lack of understanding between local and regional governments regarding the protection status of Monte Pindo, as a Natural Park, for example, it would be necessary to obtain recognition of Monte Pindo's heritage interest on a geological-geomorphological level. From this starting point, the relevant local authorities should document this area of natural heritage. Based on this study, this knowledge/strategy should be implemented in stages, with the option of including the site in the list of Spain's geosites. It is necessary to put strategies into practice to enable the assessment of geological sites of interest with scientific, educational and didactic, cultural or touristic value; that is, those geomorphological geosites that form part of our Geological Heritage.

4. Final remarks: the heritage values of Monte Pindo

Monte Pindo, located on the coast, has great potential for explaining geological processes and its geomorphological heritage is characterised by the high degree of geodiversity of its granite landforms. The study of these granite forms provides valuable data with regard to the formation and evolution of granite massifs and their geomorphological aspects. Heritage values are represented by geomorphological, biotic, geocultural and educational and didactic features.

Currently, the biotic value of this area is partially protected. However, it is necessary to find a solution not only for the protection of its biodiversity but also for its geodiversity and its cultural values. Due to the lack of understanding between local and regional governments regarding the protection status of Monte Pindo, as a Natural Park, for example, it would be necessary to obtain recognition of Monte Pindo's heritage interest on a geological-geomorphological level. From this starting point, the relevant local authorities should document this area of natural heritage. Based on this study, this knowledge/strategy should be implemented in stages, with the option of including the site in the list of Spain's geosites. It is necessary to put strategies into practice to enable the assessment of geological sites of interest with scientific, educational and didactic, cultural or touristic value; that is, those geomorphological geosites that form part of our Geological Heritage.

Acknowledgements

This work has the financial support of the Project Lab2PT - Landscapes, Heritage and Territory laboratory - AUR/04509 and FCT through national funds and when applicable of the FEDER co-financing, in the aim of the new partnership agreement PT2020 and COMPETE2020 - POCI 01 0145 FEDER 007528.

5. Bibliography

BRILHA, J. (2015). Inventory and Quantitative Assessment of Geosites and Geodiversity Sites: *A Review. Geoheritage* 2015, doi:10.1007/12371-014-0139-3.

BARREIRO, J. (1970). Notas arqueológicas e históricas de los Montes del Pindo. Compostelanum. *Sección de Estudios Jacobeos*, *XV*, 4.

BARREIRO, J. (1986). *Monte Pindo: Olimpo Celta y desierto de piedra*. A Coruña.

CAPDEVILA, R. & FLOOR, P. (1970). Les différents types de granites hercyniens et leur distribution dans le nord oust de l'Espagne. Bol. Geol. y Min, T. *LXXXI-II-III*; pp. 215–225.

CARCAVILLA, L., DELVENE, G., DÍAZ-MARTÍNEZ, E., GARCÍA-CORTÉS, A., LOZANO, G., RÁBANO, I., SÁNCHEZ, A., & VEGAS, J. (2012). *Geodiversidad y Patrimonio Geológico*. (pp. 1–21). Madrid, Spain. Instituto Geológico y Minero de España.

CENDRERO, A. (1996) El patrimonio geológico. Ideas para su protección, conservación y utilización. MOPTMA. In *El Patrimonio Geológico*. *Bases Para su Valoración, Protección, Conservación y Utilización*; Ministerio de Obras Públicas. Transportes y Medio Ambiente: Madrid, Spain, 1996; pp. 17–38.

COSTA-CASAIS, M., MARTÍNEZ CORTIZAS, A., KAAL, J., FERRO-VÁZQUEZ, C. & CRIADO-BOADO, F. (2008). Depósitos coluviales holocenos del NO Peninsular: geoarchivos para la reconstrucción de la dinámica geomorfológica. In *Trabajos de Geomorfología en España 2006-2008*, J. Benavente; F.J. Gracia (Eds.). SEG, X Reunión Nacional de Geomorfología. Cádiz, pp. 83–86.

COSTA-CASAIS, M., MARTÍNEZ-CORTIZAS, A., PONTEVEDRA-POMBAL, X. & CRIADO-BOADO, F. (2009). Analysis of landforms in geoarchaeology: Campo Lameiro, Nw Iberian Peninsula. *Mem. Descr. Carta Geol. D'it*., *LXXXVII*: 39–52.

COSTA-CASAIS, M. & CAETANO, M.I. (2013). Geological heritage at risk in NW Spain. Quaternary deposits and landforms of "Southern Coast" (Baiona-A Garda). *Geoheritage*, 5 (4): 227–248.

COSTA-CASAIS, M. & MARTÍNEZ-CORTIZAS, A. (2013). Dinámica geomorfológica del área de estudio y su relevancia en la transformación del paisaje. In *Petroglifos, paleoambiente y paisaje. Estudios interdisciplinares del arte rupestre de Campo Lameiro (Pontevedra)*. Criado-Boado, A.; Martínez-Cortizas, A.; García Quintela, M.V. (Eds.) Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Instituto de Ciencias del Patrimonio (Incipit), CSIC: http://editorial.csic.es, pp. 65–82.

COSTA-CASAIS, M., CAETANO ALVES, M. I. & BLANCO-CHAO, R. (2015). Assessment and management of the geomorphological heritage of Monte Pindo (NW Spain): A landscape as a symbol of identity. *Sustainability,* 7: 7049–7085. www.mdpi.com/journal/sustainability.

ERIKSTAD, L. (2013). Geoheritage and geodiversity management–the questions for tomorrow. *Proc. Geol. Assoc. PGA*, *124*, 713–719.

FERNÁNDEZ-MOSQUERA, D. (2002). *Geocronología de Superficies Graníticas mediante 21Ne cosmogénico en cuarzo.* Tesis doctoral. Universidad de la Coruña.

GARCÍA-CORTÉS, A. & CARCAVILLA, L. (Coords) (2009). Documento Metodológico para la Elaboración del Inventario Español de Lugares de Interés Geológico (IELIG). Instituto Geológico y Minero de España (IGME). Available online: http://www.igme.es/internet/patrimonio/novedades/METODOLOGIA/IELIG/V12.pdf. 2009 (accessed on 1 February 2010).

GARCÍA-CORTÉS, A., CARCAVILLA, L., DÍAZ-MARTÍNEZ, E. & VEGAS, J. (Coords) (2014). Documento metodológico para la elaboración del inventario español de lugares de interés geológico (IELIG). Instituto Geológico y Minero de España (IGME). Available online: http://www.igme.es/internet/patrimonio/novedades/METODOLOGIA/IELIG/V16 web.pdf, pp. 1–64 [accessed on 13 January 2015].

GAGO, M. Capítulocero (2011). Un menú dixital por Manuel Gago. In: Notas arqueolóxicas, Repúblicas de Homes Libres. Published 8/September/ Available online: http://www.manuelgago.org/blog/index.php/2011/09/08/no-corazon-do-xigante-ii-castelos-cardinais/ [accessed on 22 December 2014].

GAGO, M. (2014). Capítulocero. Un menú dixital por Manuel Gago. In Diario. Notas arqueolóxicas, Roteiros. Published 7/September/. Available online: http://www.manuelgago.org/blog/index.php/2011/09/07/no-corazon-do-xigante-i-a-casa-da-xoana/ [accessed on 22 December 2014].

GALOVART, J.L. (2015). El Monte Pindo de Galicia y los petroglifos prehistóricos. Available online: http://jlgalovartcarrera.blogspot.com.es/ [accessed on 9 January 2015].

GEODE. Mapa Geológico Digital contínuo de España (2015). Sistema de Información Geológica Continua: SIGECO. IGME. Ed.: J. Navas, 2015. Available online: http://cuarzo.igme.es/sigeco/default.htm [accessed on 1 January 2015]

GODARD, A. (1977). *Pays et paysages du granite*. (pp. 1–232). Vendôme, France. Presses Universitaires de France.

GRAY, J.M. (2008). Geodiversity: Developing the paradigm. *Proc. Geol. Assoc., 119*, 287–298.

GRAY, J.M. (2013). *Geodiversity: Valuing and Conserving Abiotic Nature*, 2nd ed.; John Wiley & Sons:

Chichester, UK.

HENRIQUES, M.H., PENA DOS REIS, R., BRILHA, J. & MOTA, T.S. (2011). Geoconservation as an emerging geoscience. *Geoheritage 3*, 117–128.

INSTITUTO GEOLÓGICO Y MINERO DE ESPAÑA–IGME (1981). *Mapa geológico de España, E. 1:50.000. Outes*. (pp. 1–54). Madrid. Servicio de publicaciones. Ministerio de Industria y Energía.

MAYOR-RODRíGUEZ, J.A. (2011). *Génesis de las cavidades graníticas en ambientes endógenos y exógenos.* Tesis doctoral. Instituto Universitario de Geología Isidro Parga Pondal. Universidad de la Coruña.

MEDUS, J. (1965). Contribution palynologique a la connaisance de la flore et de la vegetation Neogene de l'ouest de I'Espagne; étude des sediments recents de Galice. These 3º cycle. Univ. de Montpellier, 1–92.

MULERO, A. (2002). *La protección de espacios naturales en España*. (pp. 1–309). Ediciones Mundi-Prensa.

NIETO, L.M. (2001). Geodiversidad: Propuesta de una definición integradora. *Boletín Geológico y Minero*, 112, 3–11. (In Spanish).

OTERO-PEDRAYO, R. (1926). *Sínteses Xeográfica de Galicia.* (pp. 1–80). Coruña, Spain: Biblioteca do Seminario de Estudos Galegos.

OTERO-PEDRAYO, R. (1991) *Guía de Galicia*. (pp. 1–610). Vigo: Galaxia.

PACHECO, J. & BRILHA, J. (2014). Importância da interpretaçâo na divulgaçâo do património geológico: Uma revisâo. *Comun. Geol. 10*, 101–107. (In Portuguese).

PENSADO, J.L. (1975). Martín Sarmiento (1754): Viaje que el Padre Sarmiento hizo a Galicia en año 1745.Universidad de Salamanca, *Acta salmanticensia*, 88, pp.1–217.

PÉREZ-ALBERTI, A. (1982). *A Xeografía de Galicia. Tomo I: O Medio*. (pp. 9–210.). Santiago: Ed. Sálvora.

SERRANO, E. & RUÍZ-FLAÑO, P. (2007). Geodiversidad: Concepto, evaluación y aplicación territorial. El caso de Tiermes Caracena (Soria). *Boletín de la Asociación de Geografos Españoles 45*, 79–98. (In Spanish).

TWIDALE, C.R. (1981). *Inselberg exhumed* and exposed. Z*. Geomorph N.F*, *25*; 215–221.

TWIDALE, C.R. (1982). *Granite landforms.* Elsevier Publising Company. Amsterdam, pp. 1–312.

TWIDALE, C.R. (1986). Granite landforms evolution: features and implications. *Geol. Runds.*, *75* (3): 769–779.

TWIDALE, C.R. (1989). La iniciación subsuperficial de las formas graníticas y sus implicaciones en las teorías generales de evolución del paisaje*. Cuadernos do Laboratorio Xeolóxico de Laxe*, *13*:49–68.

VIDAL-ROMANÍ, J.R. (1989). Geomorfología granítica en Galicia (NW España). *Cuadernos do Laboratorio Xeolóxico de Laxe*, *13*; 89–163.

VIDAL-ROMANÍ, J.R., VAQUEIRO, M. & SANJURJO, J. (2014). Granite landforms in Galicia. In *Landscapes and Landforms of Spain*, Gutiérrez, F.; Gutiérrez, M. (Eds.); Springer; XVII, pp. 63–70.

XUNTA DE GALICIA. (2014). Plan de Ordenación do Litoral de Galicia (POL). Información mantida pola Xunta de Galicia. Servizo prestado pola Conselleria de Medio Ambiente, Territorio e Infraestruturas. http://www.xunta.es/litoral/ [accessed 15 December 2014]

Legislative Documentation

(2007) Law 5/2007, de 3 de abril, de Red de Parques Nacionales (National Parks Network). Boletín Oficial del Estado (BOE) 81, 4/4/2007

(2007) Law 42/2007, de 13 de diciembre, del Patrimonio Natural y de la Biodiversidad (Natural Heritage and Biodiversity) LPNB, Boletín Oficial del Estado (BOE) 299, 14/12/2007

(2007) Law 45/2007, de 13 de diciembre, de Desarrollo Sostenible del Medio Rural (LDSMR) (Sustainable Development of Rural Environment). Boletín Oficial del Estado BOE) 299, 14/12/2007

MOTA, M.; VIEIRA, J.; CALHEIROS, A. (2018). *A lixivização das paisagens culturais e as sombras em Béla Tarr,* The overarching issues of the european space - preparing the new decade for key socio-economic and environmental challenges, Porto, Fac. Letras Univ. Porto. pp. 393 - 407

A LIXIVIZAÇÃO DAS PAISAGENS CULTURAIS E AS SOMBRAS EM BÉLA TARR

Mécia MOTA
Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto
meciamota@gmail.com
José VIEIRA,
Instituto de História da Arte da Universidade de Lisboa.
jgomesvieira123@gmail.com
António CALHEIROS
Fac. Filosofia e Ciências Sociais Centro Regional Braga da Universidade Católica Portuguesa.
calheiros.ant@gmail.com

Resumo

Numa sociedade caracterizada pela afirmação da aparência, pela presentificação do presente, pela banalização do consumo, pela mudança, pela transitoriedade, pela fluidez, pela competitividade à escala global e pelo assepticismo, a lixivização das paisagens surge-nos como uma consequência directa de todas estas nuances.

No polo oposto encontramos as sombras, maravilhosamente reveladas nas sequências dos filmes do realizador Béla Tarr. Verifica-se, aí, uma íntima ligação entre a dimensão estética da paisagem sócio-ecológica com a dimensão política, onde se manifesta, com profundidade e sem disfarces, a condição humana e os seus modos de actuação.

Tendo subjacente as dinâmicas de lixivização e de sombras, pretende-se aferir neste artigo, a partir do caso concreto do Bom Jesus, em Braga, as possíveis conexões existentes entre os processos subjectivos e materiais, inerentes à e sustentabilidade do património cultural, com a necessidade de superação do vírus da adiaforização que esta sociedade líquida nos impõe a todo o momento.

Pretende-se, neste trabalho, aferir até que ponto os aspectos visíveis e estruturantes desta sociedade líquida influíram na recuperação desse património. Se influíram, como poderemos apresentar visões alternativas que reconciliem o humano com outra espiritualidade do lugar? Apresentaremos, como visão alternativa, a concepção tarriana da paisagem.

Palavras-chave: políticas públicas; paisagens culturais; adiaforização; lixivização e sombras.

Abstract

In a society characterized by the assertion of appearance, the presentification of the present, the banalization of consumption, change, transience, fluidity, global competitiveness and asepticism, the bleaching of landscapes appears to us as a direct consequence of all these nuances.

On the opposite pole we find the shadows, beautifully revealed in the sequences of the films of director Béla Tarr. There is an intimate connection between the aesthetic dimension of the socio-ecological landscape and the political dimension, where the human condition and its ways of acting are shown deeply and truthfully.

Bearing in mind the dynamics of bleaching and shadows, it is intended to verify in this article, with the case of Bom Jesus, in Braga, the possible connections between the subjective and material processes, inherent to the sustainability of the cultural heritage, and the need to overcome the virus of adiaphorization that this liquid society imposes to us at all moments.

It is intended, in this work, to assess the extent to which the visible aspects and structures of this liquid society influenced the recovery of that heritage. If so, how can we present alternative views that reconcile the human with another spirituality of the place? We will present, as an alternative view, Tarr's conception of the landscape.

Key-words: public policy; cultural landscapes; universe of meanings; leaching and shadows.

1. A paisagem: noção, dimensões e políticas públicas

1.1. Noção de paisagem e as suas várias dimensões

Mas, afinal o que é a paisagem? Por paisagem entendemos a perceção do meio a partir da expressão externa do mesmo. Esta captação é subjetiva, porque obtida através de filtros, diretos ou indiretos, que o observador mobiliza para obter uma imagem residual da realidade observada. É a experiência percetiva que induz o indivíduo nos sentimentos determinantes da classificação e valorização da paisagem (Orea, 2002).

Para a compreensão do seu universo, na abordagem da paisagem devemos ter sempre presentes três pontos de vista: pictórico, visual ou ecológico. O ponto de vista pictórico adquire particular relevância na época do renascimento, com os pintores paisagistas. Já na abordagem ecológica, a paisagem é vista como o suporte de ecossistemas naturais e culturais. Assim sendo, acedemos a esta dimensão quando analisamos a inter-relação de diferentes entidades naturais, tais como o solo, a morfologia do terreno, a água e as biocenoses. Tal análise estaria incompleta, se não a cruzássemos com as várias entidades culturais resultantes da intervenção humana, reunindo-as sobre o primado do equilíbrio dinâmico. Por último, o ponto de vista visual está relacionado com a perspetiva dos observadores, sendo fortemente influenciado pela personalidade do indivíduo, bem como pelos conhecimentos culturais e pelos sentidos, nomeadamente a visão. Acresce o facto das características do território, definido como o ambiente visual, também podem influenciar a perspetiva visual, através da sua forma, diversidade, cor e textura (Costa, 2011).

O interesse pela paisagem ganhou dimensão pública e política quando a Comissão Europeia propõe, através do *The European Comission´s Rural Development Policy 2007-2013* (European Community, 2006), a valorização do ambiente e da paisagem rural. Esta estratégia surge na sequência da definição de paisagem dada pela *European Landscape Convention*: "paisagem pode ainda ser percebida pelas pessoas, cujo carácter é o resultado da ação e interação dos fatores naturais e/ou humanos" (Council of Europe, 2000; Campelo, 2013). Nesta definição é evidente o carácter subjetivo do conceito de paisagem, na medida em que é fortemente determinado pelo olhar do observador. De modo a ultrapassarmos este escolho, é nosso objetivo ultrapassar este olhar da paisagem, tentando percebê-la através de uma análise da relação entre o espaço físico e as experiências que dela resultam.

Neste sentido, Orea (2002) apresenta a paisagem como um indicador do estado dos ecossistemas; da saúde da vegetação; das comunidades animais e do estilo do uso e aproveitamento do solo. Nela podemos detetar, assim, o suporte biogeofísico; as dinâmicas ambientais; a dimensão económica; a dimensão sociocultural e a dimensão percetiva.

A dimensão natural da paisagem é o resultado da relação que se estabelece entre os solos, o substrato geológico e as superfícies geomórficas. A paisagem é considerada um recurso natural e, como tal, manifesta a dupla condição de utilidade e escassez. A sua utilidade para a população é obvia e está associada a perceções positivas (águas límpidas; vegetação luxuriante; relevos variados…) e perceções negativas (rios poluídos; cheiros pestilentos; bairros degradados…). A sua

escassez resulta da depreciação inerente ao intenso e diversificado uso da paisagem (urbanização excessiva e informal; agricultura intensiva…) (Orea, 2002).

A dimensão cultural, por seu turno, tem a ver com a relação estabelecida entre o homem e a natureza, ou seja, é fortemente influenciada pela ação antrópica e pelos equilíbrios que daí podem resultar ou não. A descoberta progressiva dos recursos naturais e a sua exploração, com vista à obtenção de benefícios muitas vezes imediatos, tem sido a consequência lógica dessa relação. A conflituosidade desta relação está patente ao longo da História da humanidade. No entanto, este problema tem-se colocado ultimamente com uma importância nunca outrora vista. Com a grande explosão demográfica, a qual tem como efeito imediato a explosão das necessidades, está a ser exercida uma pressão sem precedentes sobre a natureza e seus recursos, com os resultados catastróficos que todos conhecemos.

Paradoxalmente, ao mesmo tempo que se regista um crescente alheamento face à esfera de intervenção política, verifica-se também uma crescente tomada de consciência de que este ataque frontal à natureza representará também a sua própria destruição. Se é verdade que a crescente destruição dos diferentes elementos que compõem o território nos pode lançar numa crise sem precedentes, também não é menos verdade que tal perceção nos tem ajudado a tomar a consciência acerca da necessidade de protegermos e valorizarmos os recursos paisagísticos.

1.2 . As políticas públicas da paisagem

As dinâmicas atrás referidas tiveram com consequência imediata a necessidade de se estabelecerem políticas públicas da paisagem. É neste contexto que surge o Plano Nacional da Arquitetura e Paisagem [PNAP] (2015). O princípio fundamental para a criação deste Plano assenta no reconhecimento da Arquitetura e da Paisagem como bem de interesse público e, bem assim, na necessidade de se valorizar a qualidade do ambiente construído e a qualidade da Arquitetura e da Paisagem, tidas como fatores e elementos chave na garantia do bem-estar e da qualidade de vida dos cidadãos, no presente e no futuro.

Assim, neste Plano, pretende-se dar resposta aos desafios nos seguintes domínios:

- Qualidade e bem-estar;
- Cívicos e culturais;
- Energéticos e ambientais;
- Ecológicos e de conservação da natureza;
- Sociais e demográficos;
- Económicos e globais;
- Regulamentares e governativos.

A visão do PNAP pretende potenciar a Arquitetura e a Paisagem como recursos estratégicos das políticas de desenvolvimento do país, aos níveis central, regional e local. Este Plano definiu os seguintes princípios orientadores:

- A defesa dos interesses públicos da Arquitetura e da Paisagem para a concretização do bem-comum e de um ambiente humano, sadio e ecologicamente equilibrado;

- O direito a uma Arquitetura e a uma Paisagem de qualidade, capazes de promoverem e valorizarem os recursos naturais e culturais;
- A democratização cultural e capacitação coletiva, através da educação direcionada para a cultura arquitetónica e o ordenamento do território;
- A transversalidade e integração de políticas, através da criação de redes de governança adequadas;
- A responsabilidade do Estado em promover a qualidade de vida da população local e o desenvolvimento sustentável do território;
- Uma participação pública que comprometa os cidadãos na defesa da sustentabilidade e da eficiência no uso dos recursos naturais e culturais.

Por último, este Plano compromete-se com os seguintes objetivos:

- A melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos portugueses e na preservação e valorização dos recursos naturais, humanos e culturais;
- A prossecução do desenvolvimento sustentável e a promoção da qualidade do ambiente construído e das paisagens;
- A proteção e valorização do património cultural português, através da sua reabilitação e regeneração como um setor estratégico;
- O incremento e disseminação de uma cultura cívica territorial;
- A competitividade da economia nacional e a afirmação do país e da cultura portuguesa na Europa e no mundo, através da adoção de práticas de projeto, de construção de gestão e ordenamento das paisagens.

2. As sombras em Béla Tarr

Uma possível conclusão a sacar de uma leitura mais sensível do Plano Nacional da Arquitetura e Paisagem poderia ser a seguinte: a validade deste documento será tanto maior quanto maior for também o grau de impregnação da paisagem no ser humano. Coloca-se, assim, uma série de questões acerca das paisagens que os homens constroem; das paisagens que os homens procuram usufruir e aquelas que rejeitam liminarmente. O Plano Nacional da Arquitetura e Paisagem aborda, implicitamente, estas mesmas questões, porque relaciona a dimensão física do território com as dimensões culturais e sociais. É neste âmbito que, recorrendo à transversalidade dos saberes, faz todo o sentido recorremos à obra cinematográfica de Béla Tarr como contraposição a uma tendência generalizada da lixivização do espaço turístico. Não é possível aceder à luz sem o conhecimento das sombras. São essa sombras de que Béla Tarr nos fala, que podem humanizar e carregar de sentido imagens reais indivisíveis e inapreensíveis, às quais só é possível aceder através de imagens poéticas. Assim, para efeito de uma análise tão cuidada quanto possível, relativamente às sombras em Béla Tarr, vamos viajar através de cinco dos seus filmes: A Danação; As Harmonias de Werkmeister; O Tango de Satanás; Prólogo e O Cavalo de Turim.

A análise destas obras, que correspondem à fase mais estética da cinematografia deste autor, impele-nos a recorrer aos diversificados elementos da paisagem; aos movimentos dos corpos e às relações da luz com a sombra/escuridão, relacionando todos estes elementos com o espaço e o tempo. Neste sentido, as sombras/escuridão em Béla Tarr podem ajudar-nos a compreender, qual luz do meio-dia, a essência de alguns elementos impregnados na lixivização de fachadas, hoje tão caras, sabe-se lá porquê, aos corpos em movimento dos turistas.

Os movimentos dos corpos, irmanados com os movimentos da luz e das sombras, são-nos dados, neste filmes, através de planos sequência onde vigora a lentidão e a repetição. Tarkovsky (1998, 201) desvela, a propósito destes movimentos, o respeito do cineasta para com o espectador, quando afirma que aquele pretende que "o tempo se escoe pelo fotograma com dignidade e independência, de tal maneira que, no público, ninguém sinta que esta perceção do tempo está sendo forçada, para que o espectador possa, por assim dizer, deixar-se aprisionar voluntariamente pelo artista, e comece a perceber o material do filme como seu, assimilando-o e apropriando-se dele como uma experiência nova e sua". Ao associarmo-nos a este desiderato entendemos que as sombras e a luz, dados os obstáculos que se erguem perante o movimento da câmara, distribuem-se por várias zonas, tornando inúteis os usos antinaturais da cor. Para esse efeito, inventou-se uma vasta e rica gama de cinzentos. A obstinação pelas sombras abre brechas nas coisas e fazem-nos compreender as inércias das mesmas. As sombras suscitadas pelas palavras assimiladas são transformadas em gestos. Os nevoeiros que moldam os cérebros e as sombras que mobilizam o corpo mostram-nos a singularidade da loucura e da idiotice em Bela Tarr. São elementos de fuga que rompem a lógica niilista. Em Bela Tarr, as sombras antecedem, muitas vezes a própria claridade. O real da sombra, quando suscita momentos de rutura em ordem a campos abertos, permite-nos viver "com honra e orgulho". Por isso mesmo, a câmara de Bela Tarr passa amiúde por zonas de escuridão, antes de iluminar os corpos. Corpos importantes, dado este cineasta nos revelar o modo como se movem num espaço ou nele ficam quietos. O seu interesse por situações e movimentos é muito superior ao das histórias e fins que lhe estão subjacentes, mesmo que para isso lhes altere a força e a potência que lhes quer dar. Assim, às histórias circulares de fins ilusórios, propiciadoras de situações que duram, sucede, por vezes, a emergência de linhas retas, linhas positivas de fuga em frente que rompem com a circularidade da situação. Estas linhas retas transportam as personagens para um espaço que já não é de cansaço, mas antes de noite, vazio e desconhecido. Por isso, às vezes pressentimos essa necessidade de se parar o movimento do mundo, por via de um contracampo sobre o rosto que olha, de modo a se compreender o que a personagem sente. Ou então continuar o movimento, correndo-se o risco do rosto que estiver a olhar se converter numa massa escura que obstrói o mundo em vez de o refletir. Neste sentido, o mundo condensado aprisiona a consciência (Rancière, 2013), mesmo que, neste cineasta, nunca esteja a ocorrer "uma repetição pura e simples" (Mello, 2015, 9).

Não pensemos, porém, em encontrar nestes meandros algo de metafísico e simbólico. Os filmes deste autor perseguem objetivos realistas, porque, nele, "o cinema é uma arte do sensível e não só do visível" (Rancière, 2013, 12). O seu propósito é tornar sensíveis as forças que não são

sensíveis. O importante é desvelar o real submerso, algo que vá para além da representação. O próprio cineasta reconhece que "dirigir um filme é, acima de tudo, criar situações humanas reais (…). E a lógica das situações vem do indivíduo, do espaço e do tempo, porque cada coisa acontece em um determinado tempo" (Mello, 2015, 6). E acontece através da imagem cinematográfica. Esta imagem "consiste basicamente na observação dos eventos da vida dentro do tempo, organizados em conformidade com o padrão da própria vida e sem descurar das suas leis temporais (…).A imagem torna-se verdadeiramente cinematográfica quando (entre outras coisas) não apenas vive no tempo, mas quando o tempo também está vivo em seu interior" (Tarkovsky, 1998, 77.78). Esta é precisamente a forma como nos filmes de Béla Tarr se imprime este tempo e a apropriação que dele é feito por parte das personagens e dos espectadores, convidados a participarem na essência do realismo tarriano. Esta essência "é a tomada de distância em relação às histórias, aos seus esquemas temporais e aos seus encadeamentos de causas e efeitos. O realismo opõe as situações duradoras às histórias que se encadeiam entre si e seguem em frente" (Rancière, 2013, 15). E porquê? Porque as imagens "nada significam para além de si mesmas, ao mesmo tempo que, por expressarem tanto, torna-se impossível apreender seu significado final. Quanto mais a imagem corresponde à sua função, mais impossível se torna restringi-la à nitidez de uma fórmula intelectual (…).Quanto mais precisa a observação, tanto mais ela tende a ser única, e, portanto, mais próxima de ser uma verdadeira imagem" (Tarkovsky, 1989, 123.124).

É evidente que tudo isto ocorre num espaço cénico, o qual serve de palco à realização da cena e de suporte à apropriação das personagens e dos espectadores. É este espaço cénico que estimula a nossa procura e identificação com estas profundezas de que nos fala Tarkovsky. No entanto, não podemos dissociar os aspetos cénicos dos aspetos temáticos e estéticos. Estes, por seu turno, só podem ser entendidos na sua referência ao espaço e ao tempo, sem os quais teríamos de renunciar à aproximação estética, filosófica e existencial para a qual este cineasta livremente nos convida.

Estes aspetos estão indelevelmente incrustados na fase estética do cineasta. De todos os filmes aqui referidos resulta, com inusitado radicalismo, a visão niilista da condição humana. Como retrata Béla Tarr estas experiências radicais das suas personagens? Retrata-as através dos mais requintados elementos cénicos e estéticos, onde as propostas que nos faz deixam margem à nossa livre imaginação e reconstrução.

E a primeira personagem dos filmes de Bela Tarr são os lugares. Escolhe os lugares que melhor se prestam ao jogo das expectativas. Os lugares escolhidos respondem a dois requisitos: inteiramente reais e inteiramente construídos. Nesses lugares encontramos, por vezes, cenários vulgares que permitem ritmar a espera do mesmo com a esperança da mudança. Há aqui uma divergência entre estas duas expectativas. De um lado temos a espera do mesmo, a repetição e a adaptação; do outro lado temos quem enfrente o desconhecido e a possibilidade de uma nova luz (Rancière, 2013). Por isso mesmo, as paisagens assumem uma complexa e absoluta dimensão temática e estética. Entendemos a estética, em Béla Tarr como "uma relação que se estabelece entre o ser humano e uma certa combinação de formas" (Morin, 1997, 103). Neste sentido, a estética em Béla Tarr é estética orgânica e contemplativa. É-o porque os lugares são percorridos por uma câmara inteligente, sensível e subtil. Uma câmara capaz de nos projetar, sem paraquedas, na meticulosidade

e profundidade do detalhe. Somos lançados num clima denso e, talvez mercê do fascínio pelo estranho e uma vincada atracão pela destruição criativa, envolvidos num ambiente sedutor. A quem busca a autenticidade dos lugares na sua passagem pelo tempo, abre-se a uma miríade de paisagens alternativas, que se revelem a si e nos desvelem também.

É nestes lugares que as personagens atuam. As personagens de Bela Tarr são indivíduos errantes, encarnações de pura possibilidade de mudança e, mais que lições de desespero, riquezas de movimento e de luz que giram com ele. Bela Tarr filma esses lugares, rejeitando a possibilidade dos indivíduos os habitarem e servirem-se das coisas. É precisamente o contrário: são as coisas que se prendem aos indivíduos, cercando-os, penetrando-os e rejeitando-os. Por isso mesmo, os movimentos giratórios dão a sensação de que são os lugares a se mexerem, a acolherem as personagens e, ato contínuo, a acolhê-las, atirando-as para fora do campo ou fechando-as sobre uma fita negra a ocupar todo o ecrã. Cruza-se, assim, o meio físico com o meio humano, onde existe, simultaneamente, a possibilidade de se absorver totalmente o meio envolvente e de se investir contra ele. Às vezes, as ações desenvolvidas pelas personagens não são mais que visões, superfícies sensíveis que criam outros mundos sensíveis.

Vemos, amiúde, a cena a deslocar-se numa direção e a câmara a viajar em sentido contrário, conduzindo-nos até aquele que observa (Rancière, 2013). Como facilmente se constata através destes movimentos contrários, as personagens por si propostas estão impregnadas de espaço e, simultaneamente, impregnam também esse espaço. É o espaço de impregnação, e não de colonização, típico das narrativas cinematográficas associadas à transição dos grandes planos gerais para os planos de detalhe. Nas propostas de Béla Tarr predominam espaços onde a atmosfera do lugar e a composição visual do mesmo nos obrigam a olhar demoradamente para a cena, de modo a podermos captar algo associado à realidade dessas imagens artísticas.

Imagens artísticas intimamente ligadas ao quotidiano dos indivíduos. “Os seus filmes falam do cotidiano de pessoas marginalizadas e pobres, e retratam o profundo amor e compaixão que Tarr tem por estas pessoas - em especial o povo húngaro” (Mello, 2015, 4).

As paisagens humanas aí descritas vivem, num tempo estagnado, experiências extremas, as quais suplicam eclosão do tempo da dignidade, ao qual Béla Tarr dá voz, ao insurgir-se contra todas as formas de humilhação e a todos os atentados contra a sensibilidade humana, perpetrados por uma sociedade capitalista que não tem agregada a si qualquer tipo de promessa, impondo-se a tudo resto apenas pelo simples fato de existir. Contra estas formas de barbárie ergue-se a esperança (Ronciére, 2013), bem patentes nessas personagens a caminharem contra o vento, como sinal de resistência plasmada nessas linhas retas, nessas fugas e na emergência de impensáveis esperanças. É, por isso, impossível dissociar a condição humana universal do tempo histórico em que se inscreve, ao qual estão associadas duas categorias meta-histórias: a experiência (espaço) e a expectativa (tempo). Ora, nos filmes de Béla Tarr a experiência já não consegue suportar a expectativa. Daí as suas imagens artísticas serem secas, porque pretendem denunciar a brutalidade e as tensões a que as personagens e as paisagens estão sujeitas. Porque nos procura dar o avesso das realidades vividas e sentidas, todas as imagens se inscrevem na relação espaço-tempo.

Tendo em atenção as experiências fechadas e as tentativas de fuga a elas associadas, de que perspetivas nos falam os seus filmes? Falar de expectativas é, como já vimos, falar de tempo. Que tempos são estes na obra de Béla Tarr? Certamente que não é o tempo da aceleração que o cristaliza no momento presente, sem abertura ao futuro (Gil, 2005); assim como também não é, de todo, embora não deixe de lhe faltar o ritmo ordenador, uma dispersão temporal (Chul Han, 2016). Na obra de Béla está marcada pelo tempo suspenso, ao qual encontramos agregados o tempo do declínio, o tempo da mudança, o tempo da repetição e o tempo do quotidiano, onde não já não há repetição, promessa ou possibilidade de fuga. É sobretudo no conjunto da obra aqui analisada, é o tempo do depois das histórias, que não é esse tempo da razão reencontrada nem sequer o do desastre esperado, apenas procura essa malha sensível onde as histórias definem o seu caminho entre um fim projetado e um fim advindo. Por isso, não é o tempo uniforme e soturno dos pessimistas, é antes o tempo dos acontecimentos materiais puros, em colisão com o universo das crenças que a própria vida acalenta. Neste tempo o interesse recai sobre a expectativa, ou seja, o tempo da realidade vivida pelas personagens (Rancière, 2013).

Face ao exposto, impõe-se a seguinte questão: que afinidade pode existir entre o tempo e o espaço, mediados pelos longos planos/sequência e pelos jogos de luz, de movimento, de ritmo, de sombras/escuridão, com a lixivização das fachadas tão caras aos tempos atuais?

3. A lixivização das fachadas: o caso do Bom Jesus do Monte

Os tempos atuais são propícios à rasura, à absolutização do presente, à sedução que não questiona e ao branqueamento, diga-se, lixivização de edifícios religiosos e demais motivos arquitetónicos: escadaria, pedestais, fontes e obeliscos. O complexo patrimonial do Bom Jesus do Monte (foto 1) foi, quanto a nós, objeto de reabilitações irresponsáveis e servirá de fundamento ao nosso estudo. Salvaguarde-se, no entanto, a força e a mobilização de recursos dos promotores.



Foto 1.Imagem do Santuário do Bom Jesus.

Fonte: http://bragacool.com/visitar/bom-jesus-monte [Acedido em 2 de Janeiro de 2018]

Este exemplo concreto, e estudo de caso, suscita acenos do *Elogio da Sombra* de um Junichiro Tanizaqui; à lucidez dos filmes conjugados das sombra de um Béla Tarr e ao modo luminoso de filósofos obscuros em certos quadros de Rembrandt, para perguntar, outra vez, para nos salvarmos: que dizer, dessa luz de um meio-dia burocrata sem memória que destextura as singularidades?

Poderão as sombras dos filmes de Béla Tarr iluminar a dimensão socio ecológica da paisagem? Que poderemos dizer ou alvitrar sem o contraponto à lixivização das paisagens, as sombras? Que é dos pormenores sem as sombras em conflito com a fuga de uma luz rasante? Que dizer do público todo iluminado panótico neoliberal, sem a sombra de um mundo privado, alternativo, criativo e procedente?

O santuário do Bom Jesus é um templo de peregrinação e "é indubitavelmente, o mais completo e monumental santuário de via-crucis construído na Europa" (Massara, 1988, 25). Esta afirmação está longe de ser exagerada, dado o santuário do Bom Jesus ter servido de modelo de sacro monte um pouco por todo o lado, em Portugal e no Brasil ([1]). Servem estes exemplos para, com distância, mas também com rigorosa veemência, dar vulto à importância do Santuário do Bom Jesus de Braga. Ferreira-Alves (2003, 754) elege o Bom Jesus como "o modelo paradigmático do espírito barroco, representando um dos momentos mais altos da criação artística portuguesa". Também Serrão (2003, 270) refere que "o projeto do sacromonte de Braga é inusual, pela elaborada carga simbólica e pela grandiosidade da escala arquitetónica, remetendo a lição tridentina, assaz refinada no seu discurso, para o espetáculo narrativo que se glosa na decoração de várias capelas peregrinatórias".

Esta é, como já foi referido no início, uma paisagem que agrega experiências percetivas com a interação de fatores naturais e humanos, assim como significados que muitas vezes exara em obras de literatura e pintura. Repete-se a pergunta: o que é a paisagem? Pode ser uma construção de identidade vinculada a significados e a perceções, dizemos. As palavras-chave notam-se: **interação**, **vínculo, identidade.** Domingues (2003, 111) adianta que "a Paisagem se encontra hoje num complicado cruzamento de saberes vários, de ideologias, de modos de avaliação, de polémicas, seja sobre as paisagens urbanas, seja sobre as rurais ou outro qualquer adjetivo dos muitos facilmente encontráveis".

Para dar procedimento às obras de revalorização do Bom Jesus, com o objetivo de o elevar a Património da Humanidade, foram ouvidos pareceres positivos e favoráveis das seguintes entidades:

- Comissão de Arte Sacra (Cúria da Arquidiocese);
- Direção Geral da Cultura/Norte.

([1]) Em Portugal: Santuário da Senhora da Abadia, Amares; Santuário da Franqueira, Barcelos; Santuário da Senhora do Pilar, em Lanhoso; Santuário da Falperra, em Braga, na proximidade do Bom Jesus; o Santuário de Porto d'Ave, em Lanhoso; o da Senhora da Peneda, no Soajo; o Santuário de Couto de Cambeses, em Barcelos; o Santuário do Senhor do Socorro, em Labruja, Ponte de Lima; o Santuário do Monte de Faro, em Valença; ou o Monte Calvário em Vila Praia de Âncora; Santuários de Santa Marinha do Castelo, em Mangualde; Santuário de S. Salvador do Mundo, em S. João da Pesqueira; Santuário de Nossa Senhora das Preces, em Oliveira do Hospital; Santuário de Nossa Senhora de Montalto, em Arganil; Santuário de Santa Quitéria, em Felgueiras e o Santuário de Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego.
No Brasil: Santuário de Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo, Minas Gerais.

Observando o resultado, notam-se fachadas, pedestais, estátuas e os belíssimos ornatos de paciente manufatura, muito lavados, muito brancos, álgidos e iguais… (foto 2). Aproximando o olhar, conseguimos perceber que muitas superfícies foram violentadas, como que picotadas (à força de jato de areia?) e, por isso, podemos considerar que foi desrespeitado o legado patrimonial artístico.

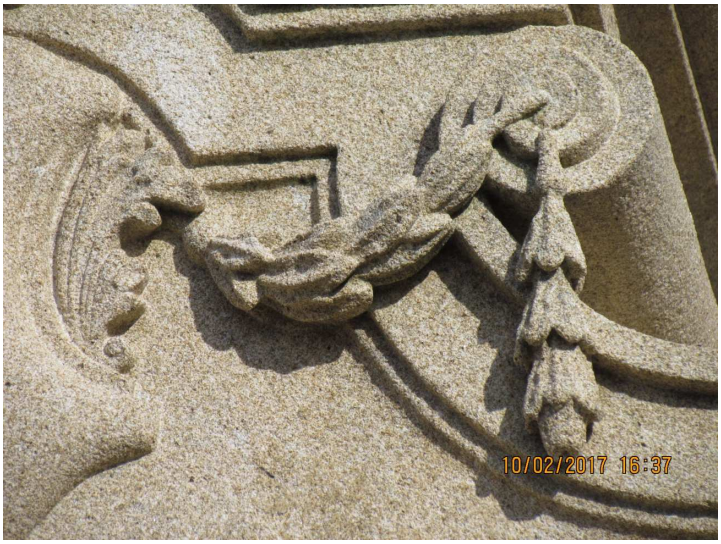


Foto 2.– Pedestal (depois do restauro): reparar nas superfícies bojardadas (picotadas) à força de jato de areia. Fonte: Foto do autor, tirada em 10/02/2017

Compare-se os exemplos e compreender-se-á que em muitos casos bastaria água e sabão e uma escova para remover poeiras e líquenes (foto 3).



Foto 3 – Pedestal de estátua (antes do restauro): reparar no recorte nítido e homogéneo dos rnatos. Fonte: Foto do autor, tirada em 14/03 /2013

Parece que há um gosto generalizado pelo suave, pelo liso, polido, pelo branquinho, pelo impecável (pelo agradável?) … Basta seguir atento por uma auto-estrada e reparar: casas do mundo

rural a cair aos pedaços, esventradas, ao lado de moradias impecáveis e construções de gosto desfasado. É o caso: fachadas asséticas num contexto de verde de subtilíssimos matizes. O problema é que anulando a hipótese de zona de sombra nesses edifícios, anula-se também a memória com laivos do tempo, e a própria presença das ferramentas do artista. Anulando-se, afinal de contas, a estética do barroco com os seus conceitos de clareza e obscuridade. Não há clareza absoluta no barroco: veja-se a pintura de Rembrandt; a arquitectura de um Manuel Pinto Vilalobos…; ora a estética neoliberal pan-óptica quer evitar a todo o custa as zonas que escapam à observação e ao controlo, e quer transferi-las a todo o património, sem respeito pelo caráter específico do mesmo. Há como que uma espécie de senso comum em algumas empresas de restauro a corresponder a um mau gosto generalizado: veja-se a "Vénus do Milho" (foto 4) a viver em *ângulo morto* requalificado.

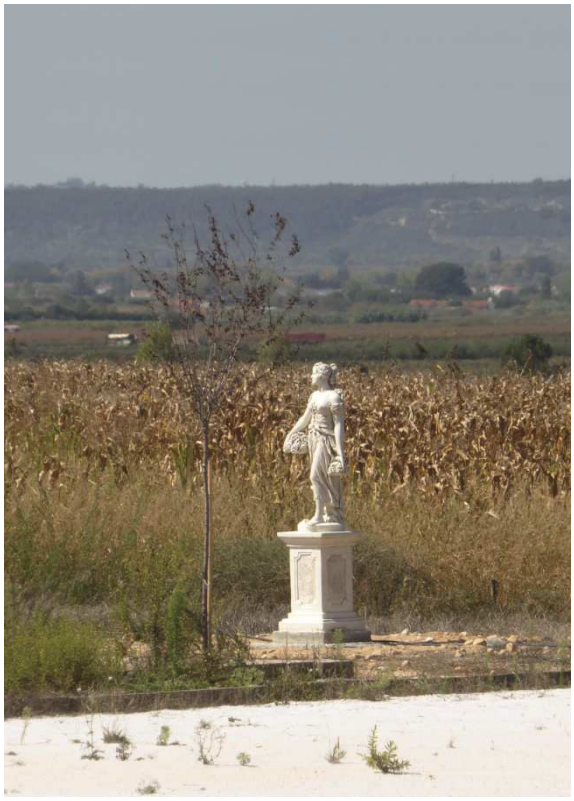


Foto 4 – "Vénus do Milho" (Fonte: Domingues, Álvares – Volta a Portugal https://www.publico.pt/2017/12/31/sociedade/noticia/um-pais-a-ceu-aberto-1797308#&gid=1&pid=2 [Acedido em 1 de Janeiro de 2018]

O problema não é só esse: o problema é que querendo controlar a estética da edificação e, pior, da reabilitação do Património e do restauro (e a linguagem no modo eufemístico), também se quererá controlar a vontade e a consciência, sem problemas. Não queremos dizer com isto que esse foi o modo propositado e consciente, no momento de assinaturas e concordatas para dar procedimento à obra de revalorização do Bom Jesus. O que parece existir é uma espécie de ar do tempo que anula a ponderação, a profundidade e a hipótese de alteridade. Adere-se imediatamente sem fazer perguntas. Tudo limpinho é que é. Adere-se à suavidade e com a mão de veludo dos

estrategas é assim que és bem enganado: com diplomacia. São assim as esculturas de um Jeff Koons (foto 5): olha-se e vocifera-se: "Uau! (WoW!). Manifestamente, perante a sua arte, não é necessário qualquer juízo, qualquer interpretação, qualquer hermenêutica, qualquer reflexão, qualquer pensamento" (Chul Han, 2015, 12). Adere-se imediatamente e é o apagamento do passado e da memória; é o apagamento da alteridade e da pergunta, do pensamento e da reflexão.



Foto 5 – Escultura de Jeff Koons.

Fonte: http://andyrodriguesartworld.blogspot.pt/2012/01/jeff-koons-celebration.html

[Acedido em 9 de Janeiro de 2018]

O tempo de Béla Tarr (de suspensão, de declínio, de mudança, de repetição, de quotidiano e de depois) não elimina as consequências do passado, nem afasta o pessimismo niilista do futuro. Continua a ser presente, com as suas características, um tempo distinto do da lixivização das fachadas. Neste, não fossem as referências históricas, podíamos muito bem ver, em muitas expressões arquitetónicas e artísticas, uma espécie de revivalismo. A lixivização não possui zonas de sombra/escuridão, oculta as marcas do tempo e reduz tudo ao presente, removendo toda a experiência histórica. Já nos filmes da Béla Tarr a história fica suspensa, mas os sinais desse presente remetem-nos para uma realidade muito mais profunda. É este sentido de realidade que diferencia a lixivização das sombras. E nessa diferenciação encontramos, como já vimos, os longos planos/sequências, que nos fazem deter no detalhe, nos constantes zooms que a câmara capta. Este não é o tempo dos diletantes, mas daqueles que, na preguiça do tempo, procuram encontrar toda a carga simbólica e absoluta que se esconde por detrás do movimento, da luz e das sombras/escuridão.

E uma das diferenças reside claramente na não distinção entre os diferentes atores. Os diletantes são seres no espaço, ao passo que as personagens de Béla Tarr são seres em si. Nos primeiros existe um consumo acelerado do espaço, uma busca incessante de identidades vazias, porque sem tempo para serem namoradas e vividas. Tudo é captado de acordo com um registo acelerado de uma câmara digital. A condição humana que nos é retratado pelo cineasta húngaro é de

outra natureza e tem outros objetivos. Como zona de sombra é, por isso mesmo, uma zona de inflexão. Como zona de inflexão é uma zona de denúncia sobre o eterno desespero da natureza humana. Na primeira existe um percurso linear, na segunda predominam as sinuosidades de trajetos que não se adequam a condições insuportáveis. Isto já não é possível com a lixivização, visto nesta predominar uma intensa luz, também ela geradora de alienação. Não é por acaso que nos filmes de Béla Tarr a transição entre o mundo interior e o mundo exterior se faz através da janela, ao passo que no mundo lixivizado se processa através da porta, que no mundo do cineasta húngaro representa o espaço da intimidade e privacidade.

Em jeito conclusivo, mas sempre a aberto a possíveis contributos e clarificações, impõem-se, para o caso concreto do Bom Jesus, algumas questões e verificações:

a) Que substâncias químicas entraram na composição dos jatos de água e areia?
b) Foi respeitado o caráter da obra, ou foi aligeirada a reabilitação do monumento que corresponderia mais a políticas de rendimento fácil, e turismo?
c) Que espécie de estética, ou política, guiou os responsáveis no momento da assinatura dos protocolos?
d) Foram respeitadas as Novas Tendências de Restauro das Cartas de Veneza (1964) e de Cracóvia (2000)?
e) Tiveram em conta as políticas públicas que articulam arquitetura e paisagem?

Verificações:

f) Não há respeito pelo passado.
g) Há obras que estão tecnicamente mal feitas.
h) Em tempos de aquecimento global, a permeabilidade dos solos não é garantida.
i) Pede-se imenso dinheiro à população e não fazem sentido obras dispendiosas.
j) Repete-se: grande parte dos ornatos de pedra foram descaraterizados e violentados.
k) Reclamam-se intervenções sempre de caráter “integrado” e “participativo” (Domingues, 2003: 116).
l) Deveriam ter sido ouvidos previamente especialistas da área das ciências do Património, em modo de transversalidade.

4. Nota Conclusiva

Apresentamos, neste trabalho, um estudo de caso com o branqueamento das fachadas da igreja, pedestais, ornatos e esculturas dos escadórios do Bom Jesus do Monte, em Braga. É o exemplo das políticas arbitrárias atuais de valorização do nosso Património artístico, que tem como objetivo detetável, e detestável, o de corresponder a uma maior contrapartida de rendimento na área do turismo (?). A estética do liso e do polido é uma estética da sedução que não pergunta, que não alterna, nem torna procedente qualquer tipo de criatividade. É a estética do “ámen”, e do “gosto” digital. Não há perguntas. À estética da letargia apelamos a uma reflexão sobre o contraditório da

textura, e das sombras em determinados filmes. A arquitetura e as paisagens criativas tomam-nos, adotam-nos, como nos filmes de Béla Tarr, ou Tarkovsky; as lisas e bem maquilhadas como as dos filmes de Hollywood querem colonizar-nos. É também a política do rendimento turístico fácil e instantâneo que parece desdenhar a autenticidade e a singularidade dos lugares.

5. Bibliografia

CAMPELO, A. (2013), *A Paisagem. Introdução a uma gramática do "espaço"*. Guimarães: UMDGEO – Departamento Geografia Universidade do Minho.

Carta de Veneza 1964. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf . [Acedido em 26 de Dezembro de 2017]

Carta de Cracóvia 2000. Disponível em http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf [Acedido em 26 de Dezembro de 2017]

CHUL HAN, B. (2016). *O aroma do tempo. Um ensaio filosófico dobre a arte da demora*. Lisboa: Relógio d' Água.

CHUL HAN, B. (2015). *A Salvação do Belo*. Lisboa: Relógio d' Água.

COSTA, P.. (2011), *Análise visual da paisagem: Caso de estudo – Concelho de Almada*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagista. Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Agronomia,

Council of Europe (2000), *European landscape convention and explanatory report*, in Treaty Series (Strasbourg: Council of Europe).

DOMINGUES, Á. (2003). Paisagens rurais em Portugal: algumas razões da polémica. *Revista da Faculdade de Letras*, 1 (19). 111-117.

European Commission (2006), Council decision 2006/144/EC of February 2006 on Community strategic guidelines for rural development (programming period 2007 to 2013), Brussels: European Commission.

FERREIRA-ALVES, N. (2003). Pintura, Talha e Escultura (séculos XVII e XVIII) no Norte de Portugal. *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património, 1 (2).* 735-755.

GIL, J. (2007). *Portugal Hoje. O medo de existir*. Lisboa: Relógio d' Água.

MASSARA, M. (1988). *Santuário do Bom Jesus do Monte: Fenómeno Tardo Barroco em Portugal*. Braga: Confraria do Bom Jesus do Monte.

MELLO, L. (2015). Béla Tarr1, o cineasta do tempo e do cotidiano. *Rebeca: Revista Brasileira de Cinema e Audiovisual*, 4 (8), 1-13. Disponível em: https://rebeca.socine.org.br/1/article/viewFile/358/165 [Acedido em 19 de Novembro de 2017]

MORIN, E. (1997). *O cinema ou o homem imaginário*. Lisboa: Relógio D´Água.

OREA, D. (2002). *Ordenacion Territorial*. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa/Editorial Agricola Española, S.A.

PNAP – Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (2015). Disponível https://www.ace-cae.eu/fileadmin/New_Upload/6._Architecture_in_Europe/EU_Policy/PT-Report-Low.pdf [Acedido em 25 de Novembro de 2017]

SERRÃO, Vitor (2003). *História da Arte em Portugal – O Barroco*. Lisboa: Editorial Presença.

TARKOVSKI, A. (1998). *Esculpir o tempo*. São Paulo: Martins Fontes. Disponível em: https://www.passeidireto.com/arquivo/21629869/tarkovski-andrei-esculpir-o-tempo [Acedido em 10 de Dezembro de 2017]

TARR, B. (org.). (1987). *Danação* [DVD]. Hungria: Midas Filmes.

TARR, B. (org.)). (1994). *O Tango de Satanás* [DVD]. Hungria: Midas Filmes.

TARR, B. (org.). (2000). *As Harmonias de Werckmeister* [DVD]. Hungria: Midas Filmes.

TARR, B. (org.). (2004). *Prólogo* [DVD]. Hungria: Midas Filmes.

TARR, B. (org.). (2011). *O Cavalo de Turim*[DVD]. Hungria: Midas Filmes.

RANCIÈRE, J. (2013). *Béla Tarr. O tempo do depois*. Lisboa: Orfeu Negro.

TEDIM, F.; LEONE, V. (2018). *The deadly avalanche of Rigopiano (Itália): evidences of a constructed loca scale disaster*, The overarching issues of the european space - preparing the new decade for key socio-economic and environmental challenges, Porto, Fac. Letras Univ. Porto. pp. 408 - 424

THE DEADLY AVALANCHE OF RIGOPIANO (ITALY): EVIDENCES OF A CONSTRUCTED LOCAL SCALE DISASTER

Fantina TEDIM
Faculty of Arts, University of Porto, Portugal
Charles Darwin University, Australia
ftedim@letras.up.pt
Vittorio LEONE
Forestry and Environmental Sciences
University of Basilicata, Italy(retired)
vittorioleone40@gmail.com

Abstract

In a context of enhancing development, namely using natural resources and amenities to attract investments and create jobs, local interests can undervalue the natural risks. Our work demonstrates how local decisions and private, and political issues can interplay increasing risks and converge in creating a small-scale disaster. On January 18th 2017, an avalanche of size 5 (200,000 m^3) buried under 4 meters of snow the Rigopiano Hotel, in the National Park of Gran Sasso and Maiella, in Italy. In this four-star resort, 38 people were blocked inside when the avalanche hit. Two people, who fortuitously escaped the avalanche because they were outside the hotel, contacted the Operational Center for Emergency. Rescue activities started after some hours of misunderstanding about alarm truthfulness. After some days of frantic efforts, carried out 24h/24 by up to 330 people, 9 people were pulled out alive and in good conditions, whereas 29 victims were pulled from wreckage. Our research demonstrates how the coincidence of structural and contingent factors of natural and human origin converged into a disaster. Even though the resort was built on a very hazardous and unsafe location, and the high level of avalanche danger on that day, the loss of lives could have been avoided by timely evacuating the people. The final result is tightly related to weak risk awareness of local authorities, which only saw in the resort a job tank.

Keywords: avalanche, disaster, emergency management, risk awareness

Resumo

Numa perspetiva de desenvolvimento, o uso de recursos naturais e amenidades para atrair investimentos e criar empregos, pode subestimar os riscos naturais existentes. Neste trabalho demonstra-se como decisões locais e aspetos privados e políticos podem interagir aumentando os riscos e criando condições para a ocorrência de desastres à escala local. Em 18 de janeiro de 2017, uma avalancha de categoria 5 (200 000 m^3) soterrou sob 4 metros de neve o Hotel Rigopiano, no Parque Nacional de Gran Sasso e Maiella, em Itália. Neste hotel de quatro estrelas, 38 pessoas ficaram bloqueadas no interior quando a avalanche o atingiu. Duas pessoas, que escaparam da avalancha, porque se encontravam no exterior do hotel, contactaram o Centro Operacional de Emergência. As atividades de resgate começaram após algumas horas de mal-entendidos sobre a veracidade do alarme. Depois de alguns dias de esforços frenéticos, realizados 24h / 24h que envolveram até 330 indivíduos, 9 pessoas foram retiradas vivas e em boas condições, enquanto 29 corpos sem vida foram retirados dos escombros. Este trabalho mostra como a conjugação de vários fatores estruturais e conjunturais de origem natural e humana convergiram para criar um desastre. Embora o resort tenha sido construído num local de elevada suscetibilidade às avalanchas e o perigo fosse muito elevado nesse dia, a perda de vidas poderia ter sido evitada, se o hotel tivesse sido evacuado. Este desastre demonstra a reduzida perceção do risco por parte das autoridades locais, que valorizaram mais a capacidade de o hotel criar postos de trabalho e riqueza para a região.

Palavras-chave: avalanche, desastre, gestão de emergência,

1. Introduction

It is commonly accepted that a *"natural"* disaster is more a consequence of socio-economic than natural factors, occurring in the interface between an extreme physical phenomenon and a vulnerable population (O'Keefe et al., 1976). "*Nature can strike with punishing force, but human attitudes and actions determine the outcome*" (Cooper, 2013: p. 13). The case we present is a manual example of unnatural disaster, where deaths and damages mainly result from human acts of omission and commission. In this paper, firstly we describe the event, giving a detailed narration of facts and circumstances; secondly, we define it as a socially constructed event. The main source of information was newspapers; at our knowledge, no scientific paper has up to now examined the event which was noticed but, after a mediatic rush, is almost removed from collective memory. On its first anniversary, the Italian press almost ignored the episode.

2. The event and the site: chronicle of a disaster

2.1. The avalanche

Around 5pm, on 18th of January 2017, a major avalanche occurred in the tourist destination of Rigopiano, municipality of Farindola, in eastern part of the Gran Sasso d'Italia and Maiella National Park, (Abruzzo Region, in Southern Italy). The avalanche was type 5 according to the European Destructive Size Scale (Moner et al., 2013), described as "*very large avalanche, able to devastate the landscape, with a catastrophic destructive potential*" (Avalanche bulletin and snow situation, n.d.).

Italian authorities estimated that the avalanche had a front of detachment of 500 m and a length of 250 m. The snow slab was 2.50 m thick, with a total volume of 200,000-300,000 m^3. In the runout zone, at the end of a narrow steep defile that channeled snow, after about 1,220 m of run (Photo 1), the avalanche struck the luxury four-star resort Hotel Rigopiano, creating a 4m thick heap of snow and debris, which literally buried the hotel with 40 people (29 guests and 11 staff personnel). The weight of snow reached 120,000 tons as the snow and ice pressing down on the building became heavier. The dynamic force of snow partially brought down the roof and, shifted the building 10 m off its foundations, killing 29 people and injuring 9 others.

The avalanche of Rigopiano is estimated as the deadliest in Italy since the White Friday sequence of avalanches that struck the Italian Alps in December 1916, during I World War (270 fatalities only on 13th of December, 10,000 in subsequent weeks, mainly caused by avalanches deliberately triggered for strategic purposes; Brugnara et al., 2016; Gilli, 2016), and among the deadliest ones in Europe, after the Galtür avalanche in 1999, in Austria (30 fatalities) (Ansey, 2016; Corno, 2016).

2.2. Rigopiano Hotel: from a seasonal mountain refuge to a four stars resort

After II World War, a simple seasonal mountain refuge in masonry was built in the area by Italian Alpine Club (CAI) (Photo 2A). It was transformed in a summer hotel in 1967, successively it was sold to a private.



Photo 1 - The ruins of the Hotel Rigopiano at the end of the defile where avalanche run down, between slopes covered by beech forest (*Fagus sylvatica* L.) (Source: Photo by H.Bradshow, mySA http://www.mysanantonio.com/news/us-world/world/article/New-photos-reveal-aftermath-of-Italy-avalanche-10940249.php)

In 2007, in the occasion of important works of extension and renovation, this original hut was incorporated in the new structure of a luxurious four-stars hotel (43 rooms, spa, open and inner swimming pool, sauna), nestled in the beech forests near Farindola (Photo 2B).

The remote, idyllic nature of Hotel Rigopiano and its seclusion was part of hotel's charm, equally popular and appreciated by the national and international jet-set as a golden refuge at high altitude, where more than ski, guests appreciated the heated pool and the spa. The resort's heated pool meant guests could bathe outdoors, even during heavy snow flurry, enjoying a high-altitude pleasure bath. The spa and a locally sourced restaurant completed guests' experience. The hotel was 75 km from the sea (Pescara) and not far from the highway Pescara-Rome, thus attracting people and offering them the beauty of snowy winters, mild summers, and the colored charm of autumn canopies, in the 3-4 hours isochrones from Rome, Naples, Ancona and Bari.



Photo 2A - The seasonal C.A.I. (Club Alpino Italiano) mountain refuge at the end of the '50s (Source: www.quotidiano.net/cronaca/foto/rigopiano-foto-storiche-1.2845586); 2B - The luxurious four-stars hotel before the disaster; the old building was incorporated but maintained its identity (Source: www.direttanews24.com/il-processo-sullhotel-rigopiano-da-casolare-a-resort-di-lusso-politici-arrestati-per-corruzione-e-poi-assolti/)

3. Factors which interplayed for the disaster

3.1. Hotel Rigopiano risk location

The location of the hotel was certainly unique and attractive, but rather risky, at the end of a long and narrow defile, under rather steep slopes. In the aftermath of the event, it was put in evidence that Hotel Rigopiano was built on the debris of the alluvial fan of an avalanche from 1936, which had taken the same track through the narrow defile beneath the bare mountain flanks of Monte Tremoggia (Fig. 1A, B). It is clearly registered by the aerial photos of IGM (Military Geographic Institute) (Photo 3) that show that prior to

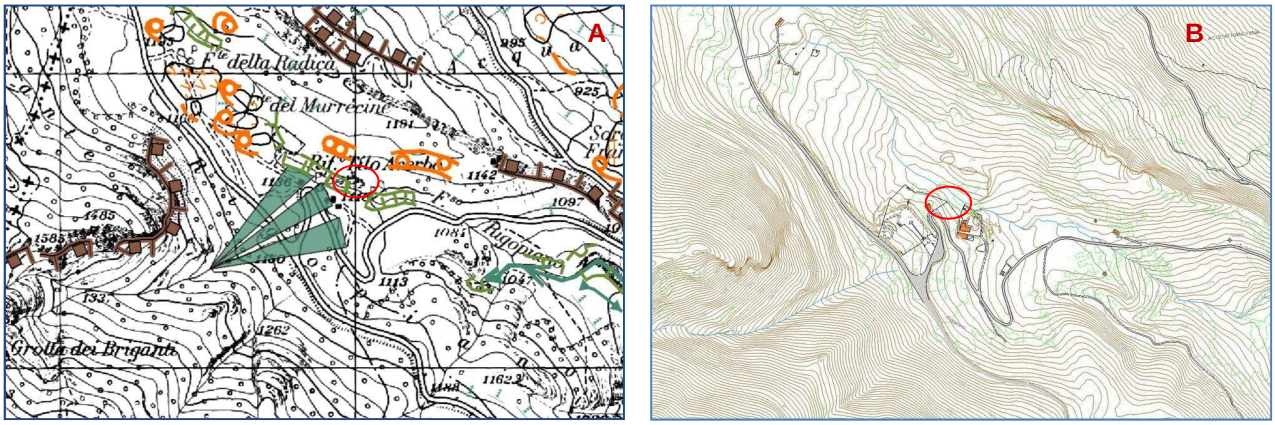


Figure. 1A - Geomorphologic map (scale 1:25,000) with the alluvial fan. The hotel location is highlighted in red (Source: http://geoportale.regione.abruzzo.it/Cartanet/catalogo/difesa-suolo-geologia/carta-geomorfologica-dei-bacini-idrografici-1989-91-conoidi); 1B - Detail of topographic relief.
(Source:www.repubblica.it/cronaca/2017/01/23/news/rigopiano_valanga_forum_h2o_abruzzo-156682455/#gallery-slider=156684484)



Photo 3 - Aerial photo (1945) by IGM (Istituto Geografico Militare) showing the bare strip which corresponds to the 1936 avalanche; it is indicated by the small white dot (Source: www.repubblica.it/cronaca/2017/01/23/news/rigoiano_valanga_forum_h2o_abruzzo-156682455/#gallery-slider=156684484)

1945 a similar event had denudated the defile, thus confirming an active geomorphologic activity in the area (www.repubblica.it/cronaca/2017/01/26/foto/rigopiano_forum_h2o-156964271/1/#1).

The historical map of avalanches, available in the geoportal of Abruzzo Region (http://geoportale.regione.abruzzo.it/Cartanet/viewer?sharedViewId=1442483504478), reports 793 avalanches which occurred in the Region, in the period 1957-2013 (http://geoportale.regione.abruzzo.it/Cartanet/catalogo/protezione-civile/carta-storica-delle-valanghe-eventi-puntuali-2010-2013) (Fig.2). None of them anyhow, directly or indirectly impacted the hotel.

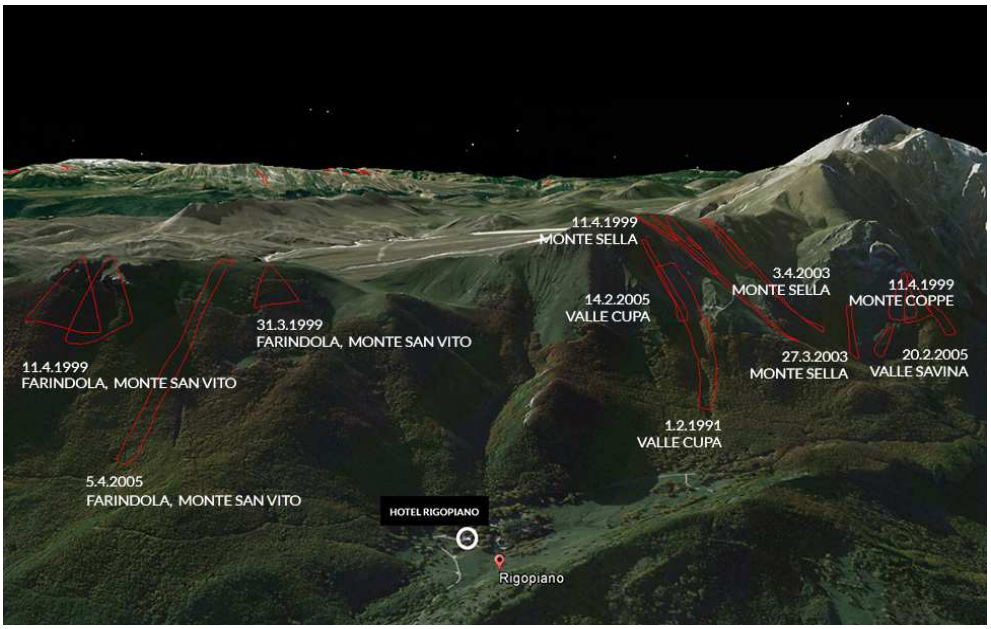


Figure 2 - Location of the avalanches (1957-2013) closest to the area of Rigopiano (Source:http://www.repubblica.it/cronaca/2017/01/23/news/abruzzo_la_mappa_di_tutte_le_valanghe_

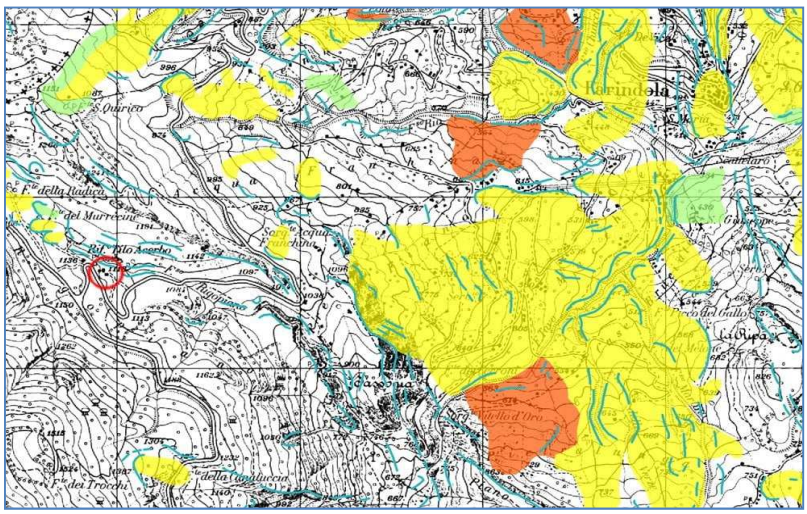


Figure 3 - Map of landslide danger; colors are related to three degrees of danger (Source: http://autoritabacini.regione.abruzzo.it/index.php/carta-delle-pericolosita-pai). The Hotel location is indicated by the red circle.

In 1999, a member of the Municipal Avalanche Commission of Farindola had already repeatedly warned about a possible avalanche risk in the area of Rigopiano, also reminding previous avalanche events. In the area landslide danger is also documented but no mention of it is reported for the hotel site (Fig. 3).

3.2. Avalanche risk and exceptional snowfall

The area is among the snowiest in Italy, due to the *Adriatic Sea Effect Snow* (ASES): when cold Bora/Bura Eastern and North-Eastern winds advect cold, dry air across the warm Adriatic Sea, it picks up water vapor and deposits it as snow on the leeward shore of the peninsula or on the eastern sides of Apennine Abruzzo mountains (*stau* effect) (Barile, 2010). In such area, record snowfalls are registered. On 5th of March 2015, Capracotta (about 100 km SE of Rigopiano) got 256 cm in 18 hours, setting the all-time world mark for most snow in 24 hours (Almasy, 2015; Caridi, 2015).

From the beginning of December 2016, the snow piles up was recorded at 3 m atop the summit of mountains close to the hotel Rigopiano, and in the early weeks of 2017, particularly heavy snowfall created conditions ripe for avalanches in Abruzzo.

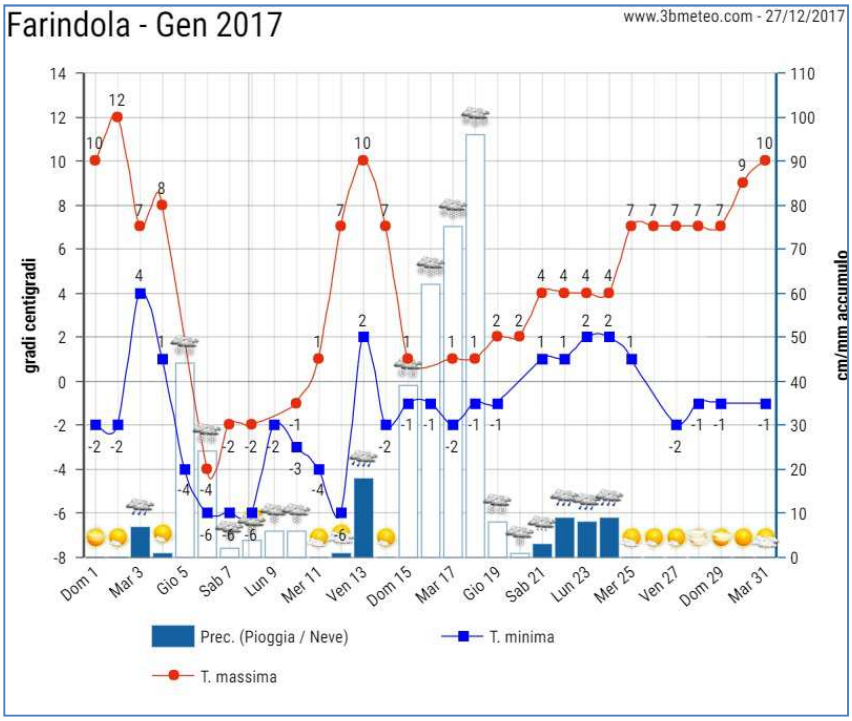


Figure 4 - Weather conditions in the municipality of Farindola in January 2017 (Source: www.3Bmeteo.com)

Avalanche conditions in Rigopiano area resulted from abundant snowfall from 5th to 11th of January 2017, followed by relatively milder and rainy days which favored snow melting and formation of a crust (layer of hard-compacted snow resulting from a melt-freeze process or wind). Weather conditions graphs of Farindola in the days of tragedy (Fig. 4) depict the alternation of snow falls and rainy or hotter intervals, followed by temperature well below zero during the night. Snow pack analysis made after the avalanche

(Farabollini, 2017) put in evidence a basal snowpack 70 cm high of old snow, on which about 130 cm of fresh fallen snow had accumulated. Between the two packs a thin layer of *graupel* (snow pellets, granular snow;) ((Nurzynska et al., 2013). The combination of density and low viscosity makes fresh layers of graupel unstable on slopes, and layers of 20 - 30 cm favor high dangerous slab avalanches acting as a lubricant. Thus, the upper recent and abundant snowfall did not find the necessary cohesion to adhere to the previous snowpack accumulation, and avalanche started when thickness of snowpack reached a critical value. For January 18th the avalanche danger for the area was 4 (High) in the scale up to 5 on the EAWS -European Avalanche Warning Services, with the same value of January 17th, descripted as "*poorly bonded snowpack on most steep slopes*" (Meteomont, 2017).

The danger value 4 should have advised the precautionary evacuation of the hotel. On the contrary, the previous day guests were even helped by local rangers of Pescara Provincial Authority to reach it, during a snowstorm. Guests were attracted by seasonal discount rates. Barely 24 hours earlier, the manager of the hotel had tweeted: "*A dream Tuesday (…) The snow is giving us spectacular scenery*!" (www.theguardian.com/world/2017/jan/21/family-dug-out-of-italian-avalanche-after-24-hours).

3.3. Earthquakes

From 24th of August 2016 Central Italy was rattled by a prolonged seismic sequence of high intensity. Until the end of 2017 about 42,000 tremors, of which 3,400 with Mw ≥ 2.5 were registered in the area, not so far from Rigopiano (INGV, 2017).

In the day of the event (18th of January) a ML[1] 5.3 (Mw 5.1) earthquake struck 25 km northwest of L'Aquila (about 14 km, direct distance, from Hotel Rigopiano to L'Aquila) at 10.25 am local time. A stronger, ML 5.4 (Mw 5.5) tremor hit the same epicentral area at 11:14 am local time. A third earthquake of ML 5.3 (Mw 5.4) struck at 11:25 am. At 2:33 pm local time, the fourth tremor of ML 5.1 (Mw 5.0) (INGV, 2017).

The sizeable tremors were immediately supposed to have triggered the avalanche that swept into the Hotel Rigopiano (Amos, 2017). Arguably, they were a useful element to minimize the underestimation of avalanche danger. Some weeks after the event, one of the Tribunal experts, textually affirmed that "*There does not appear to be any correlation between the seismic sequence and the avalanche events. Also, all the other avalanches that were detached that day are linked more to the characteristics of the snowfall than to the earthquake*" (De Leonardis, 2017). This statement is based on the rather long interval between the last earthquake (at 2:33 pm) and the avalanche (around 5 pm), not consistent with the relationship of causality and effect between the two phenomena, which should be almost contemporary. In fact, large earthquakes can trigger avalanches, but the quakes and avalanches usually happen simultaneously or within moments of one another (Podolskiy et al. 2010; Pérez-Guillén et al., 2010), not after hours. Although, it is not known the influence of the seismic swarm in the instability of the snow mass.

[1] ML or Local Magnitude is commonly referred to as Richter magnitude; Mw is moment magnitude based on the concept of seismic moment (USGS Earthquake Glossary https://earthquake.usgs.gov/learn/glossary/?term=magnitude).

3.4. Roads conditions and impossibility of evacuation

Due to large amount of accumulated snow, the road to reach the hotel was blocked by about 2 m of snow and fallen trees, not permitting guests and personnel to leave the hotel without the intervention of a powerful “turbine-style” snow blower.

A similar event of heavy snow fall had already happened in March 2015, but without relevant problems except some days of complete isolation. The hotel had been unreachable by land, with reduced energy autonomy, and guests unable to leave. On that occasion some medicines and basic necessities for infants were sent by helicopter. The event did not receive any attention by mass-media, but it certainly was a portent of a potential greater disaster to come.

After the series of earthquakes occurred in the morning of January 18th 2017, all the hotel guests, terrified by the tremors and by the uninterrupted and impressive snow accumulation, had already checked out and were gathered, with heavy cloths and baggage, on the ground floor of the hotel; they were awaiting for a turbine snow blower to arrive at 3 pm to open up the road and let them down the mountain. The snow plough serving the area was stuck in a garage for repairs after it broke down following intense work, and its repair costs were not yet afforded by Provincial Authority. Thus, the hotel had summoned another snow blower. Its arrival had been successively reported to 7pm of January 18th 2017, but unfortunately, the avalanche arrived earlier.

Irony of fate, after the disaster it was realized that a powerful snow blower was available and operating at no more than 22 km from Farindola. In about three hours it could have been dispatched to Rigopiano and avoid the disaster (Mensurati & Tonacci, 2017), but nobody intervened to modify its activity plans. According to the Italian press, behind the tragedy there would have been a sort of relief on request for "recommended" at the expense of those who really needed it. Politicians and favoritism dictated the priority of the road cleaning interventions (www.ilgiornaleditalia.org/news/cronaca/892910/Rogopiano--a-dettare-la-priorita.html). Telephone intercepts have highlighted the inability of the Prefecture to manage the snow emergency and the patronage optics in the distribution of aid and in the use of snow ploughs (www.repubblica.it/cronaca/2017/11/25/news/rigopiano_intercettazione_choc_tra_d_incecco_e_di_blasio-182114291/).

At 1:57 pm of January 18th an email signed by the hotel’s sole director (http://www.repubblica.it/cronaca/2017/01/22/foto/rigopiano_la_mail_inviata_dall_hotel_alle_autorita_-156632970/1/#1) was sent to local authorities expressing concern for the hotel guests due to their panicky nature following the earthquakes in the morning and uninterrupted snow fall. The email mentioned about a "*worrisome situation*" and that "*clients were terrified*" because they were stranded and couldn't leave "*due to blocked roads*", asking “*to intervene*”. It also added that many hotel guests were planning on spending the night in their cars, out in the open (Roberts, 2017). This email produced no tangible and relevant consequences.

3.5. Italian authorities' slow response

There was criticism over the amount of time it took emergency services to respond to the disaster. In the days after the tragedy accounts emerged of hotel guests messaging rescuers and friends for help, with at least one attempt at raising the alarm rebuffed for several hours.

At the time of avalanche, there were 38 people inside the hotel and 2 outside for a simple errand; immediately after the event, one of them, after having tried at 5:10 pm to launch alarm to emergency phone number, called his boss launching the alarm of disaster and desperately asking for help.

His boss immediately called the regional emergency coordination center, but officials assured him that the hotel director two or three hours before had assured them by telephone (unfortunately, not on site from the hotel, but from Pescara, without seeing the situation) that everything was fine, so vilifying the early alarm. Survivor's boss insisted that his employee frantically tried to call other emergency numbers but no one took him seriously. He kept insisting and called other emergency numbers until someone finally took him seriously and a rescue column was mobilized at 8 pm of January 18th 2017.

4. Emergency response

4.1. Rescue operations

Given the accumulation of snow on the road, the rescue column was obliged to stop at about 9 km from the hotel, and it took some eight hours for a scouting patrol of 12 rescuers to reach the site, by ski, because the road was impassable. The patrol rescuers, belonging to Italian Fiscal Guard and some volunteers, struggled to reach the hotel walking through a snowstorm all night. They were forced to ski and shovel their way in more than 2 m of snow for about 9 km to reach the site of tragedy and arrived at 4:30 am of January 19th. They found the two survivors in state of hypothermia, but no movement or cries for help from beneath the wreckage was heard (www.repubblica.it/cronaca/2017/01/20/news/_io_in_quell_inferno_per_primo_dopouna_notte_nella_tempesta_che_rabbia_non_poter_fare_nulla_-156427567/).



Photo 4 - Rescue in action on the wreckage of the hotel (Source: Corpo Nazionale Vigili del Fuoco).

The first rescue workers reached the area by helicopter and ski in the early hours of 19th January, but it was midday before a snow blower and excavation equipment managed to pass the snow-clogged road leading to the hotel. A temporary command post was set up in the nearby snow-bound village of Penne, 10km far (The Telegraph News, 2017). Amid treacherous weather conditions and high risk of a new avalanche, frantic rescue activities were carried out in the search of survivors (Photo 4).

From 19th to 28th of January, rescuers arrived to the number of 330 people, working 24h/24h. They belonged to National Fire Corps (Corpo Nazionale Vigili del Fuoco), Carabinieri, CNSAS (Alpine and Speleological National Rescue Corps), Alpine troops (Army), Fiscal Guard, Emergency Services. For the organization of such impressive number of people and means the Incident Command System procedure was adopted. Urban Search and Rescue (USAR) specialized personnel was used by National Fire Corps (Verna 2017). Rescuers tried to reach survivors through a specifically planned research adopting TAS (Topografia Applicata al Soccorso, Rescue Applied Topography), using maps of the hotel, adopting sniffing dogs, earphones, new technologies such as RECCO®SAR (rapid searches technology for missing people and find buried avalanche victims), HUAWEI mobile communications infrastructure, military devices to detect mobiles, steam probes and “snakes” (flexible TV probes). More than 100,000 tons of ice and debris were moved by rescue workers. Rescue operations had an unheard degree of complexity and difficulty beyond any other possible comparison, including risk of new avalanches.

Nine survivors trapped in the wreckage of the hotel were found alive in good conditions and rescued until January 20th. They had heavy clothes, ski caps to cover themselves, and survived thanks to an air pocket in the kitchen, which permitted to remain away from the snow and cold, inside the structure, staying together and having water to avoid dehydration. That's why their hypothermia wasn't severe. All the other people died and the last two victims were extracted on 25th of January; on 26th the end of rescue operation was declared. The balance of disasters was 29 fatalities, 11 survivors, of which 9 extracted from the rubble and 2 found out of the structure. Also 3 puppies were extracted alive.

Post-mortem examinations on victims found that most died from physical trauma when the structure collapsed, though some showed both signs of hypothermia and body compression with acute respiratory and circulatory failure. Ten out of the eleven people rescued received minor injuries related to hypothermia, the eleventh person also received an irreversible compression injury to his upper arm. Thus, most of the victims died on impact, making less relevant questions of whether rescuers could have reached the site faster. For hypothermia, only intervention within 2 hours from the event could have saved people entrapped inside the hotel (Petris, 2017).

4.2. Activity of investigation

Activity of investigation by Pescara Court about causes of disaster started within a few days from the event, and in November 2017 Italian prosecutors have already put 23 people under formal investigation over the avalanche, about possible violations in authorizing the hotel’s construction in a risky area, whether the hotel should have been evacuated, and if authorities were slow to respond to rescue pleas (www.therepublic.com/2017/11/23/eu-italy-avalanche-probe/).

5. A socially constructed local scale disaster: discussion of evidences

The disaster of the Hotel Rigopiano puts in evidence a "chain of causation" (Blaikie at al., 2003) where structural factors and conditions (i.e. historically present and not time related) and contingent ones (i.e. of recent appearance in the disaster scenario or in the time where the avalanche occurred) interplayed. The most obvious and evident pattern of causality can be identified in an ordinary sequence of events, starting with the decision to build the hotel in a hazardous situation, followed by a sequence of factors and conditions listed in Table 1.

An explanation to the decision to localize the hotel in a risky and unsafe condition can be offered by the concept of *amenity risks* (Berger et al. 2008; Kousky et al. 2006; Willis et al., 2011). Many times, the risks are known, but people located in areas susceptible to natural hazards to secure other benefits related with the valuable amenity of the location. The choice of an unsafe and risky location can be also explained by the oblivion of past facts: several years after an event, people may underestimate the likelihood of a similar occurrence in the future, so discounting risks, and overestimate their safety (Berger et al. 2008). Cognitive perception calls "*optimism bias"* the tendency to overestimate the likelihood of positive events, and underestimate the likelihood of negative ones (Sharot, 2011). More simply, the imprudent belief that "*It won't happen to me*" explains many risky behaviors.

The historical avalanche and landslides occurrence in Abruzzo records should advice the assessment and management of this risk, as disciplined by the Regional Law 47/92 of Region Abruzzo, which makes

Table 1 - Structural and contingent causes involved in the construction of the Rigopiano's disaster

	Factors and conditions	Actions/inactions	Effects
Structural	Records of historical avalanche and landslides occurrence in the area	Undervaluation of risk	Hotel hazardous location
	Failure to apply the Regional Law 47/92 about avalanche risk, lack of avalanche maps and regional plan of defense	No prevention and mitigation measures	Susceptibility to avalanche risk
	Missing activity of the Municipal Avalanche Committee in Farindola	No mitigation measures	Missing initiatives of evacuation
	Change of hotel activity from seasonal to all-year open and made attractive as beauty farm	Undervaluation of risk	Increased proneness to avalanche risk
	Attraction exerted by infrastructures	Emphasis on scenario with minimization of risk	Hotel sold-out in critical periods
	Frequent heavy snowfall in the area	Accumulation of snow	Avalanche risk
Contingent	Recklessness of Provincial Authority	Delay in repairing snow plough serving the area of disaster	Impossibility to open up roads blocked by snow
	No availability of snow plough in the hotel	Undervaluation of risk	Access blocked by snowfall
	Exceptional snowfall in the days before the avalanche	Increased attractiveness	Resort publicized in social media
	Accumulation of snow, scarcely coherent and instable; high avalanche risk (degree 4 out of 5)	No order of evacuation of the hotel had been done by Prefect or Mayor	Increased vulnerability of people blocked in the hotel
	Snow ploughs insufficient to open up roads	Roads blocked	Impossibility to evacuate
	Impossibility to circulate on roads blocked by snow accumulation	First rescue patrol reached the tragedy site by sky	Late arrival on site of disaster
	Intervention requested by hotel's sole director because of snow and panic generated by earthquakes	No response	Increased vulnerability of people blocked in the hotel
	General power system outage in all the province	Difficulty of communication	Difficulty to receive and transmit messages
	Multiple simultaneous emergencies (earthquake, snowfall, power outage, displaced people)	Collapse of public institutions	Failure in copying with emergencies
	Prefect's office not taking seriously calls for help; misunderstanding in checking the veracity of the situation	Delay in the organization	Late departure of rescue

compulsory, for first category avalanche risk areas (permanent and not evitable risk), ineligibility for building development or, for already existing structures, restriction of use (Art. 8) (Regione Abruzzo, 1992).

The first regional "map of avalanche danger localization" (Art. 2 of Regional Law 47/92) has been formally adopted for the territory of "Massiccio del Gran Sasso d'Italia settore occidentale" only on February 28th 2017, more than one month after the disaster (Regione Abruzzo, 2017). It is still missing the successive "map of the local avalanche risk" (Art. 5 of Regional Law 47/92). As a consequence, the regional avalanche plan has not yet been executed because of the lack of the maps and will be executed within the year 2018. Result of non-timely redaction of maps was the failure to adopt restrictive measures (Art. 11) which can consist in the immediate suspension of any use of works and areas, conditioning their restoration to preventive realization of suitable defense interventions.

The Art. 17 of the Regional Law 47/92 governs the establishment of a special Municipal Avalanche Prevention Commission in any municipality which includes territories where avalanche risk is present. The opinion of the said Commission, except in cases of urgency, is mandatory for the issuance (by the Mayor) of orders relating to the unavailability and evacuation of a building with imminent avalanche danger (Art. 15) and to limitations of traffic in the areas subject to avalanches risk (Art. 16). In 1999, the Municipal Avalanche Commission of Farindola warned about a possible avalanche risk in the area of Rigopiano. Surprisingly (or not??) the Commission was canceled in 2005, just before the works of extension and renovation, which transformed the simple seasonal hotel (open April-October) in the luxury four-star all-season Hotel Rigopiano, pride for the small municipality of Farindola (1,486 inhabitants, in 2017; http://www.tuttitalia.it/abruzzo/44-farindola) and its job tank. This detail adds to the debate if hotel's owners obtained the building license under the blackmail of job opportunities, as some newspapers argued (Amurri, 2017).

The incapacity of local authorities to cope with multiple emergencies is evident in the lack of preparedness and readiness to act in the situation of exceptional snowfall and persistent seismic activity. The lack of foresight by authorities in dealing with potential situations of high snowfall of January 2017 is expressed by the lack of an adequate number of strategically located equipment (snow ploughs, turbine type snow ploughs) which made difficult to keep roads clean, and by the reduced number of snow ploughs active in the area of Farindola. It was also aggravated by the hidden conflicts between authorities concerning priorities in the dispatch and use of snow ploughs and worst, by the patronage optics in the distribution and use of them, and in the difficulty of communications in case of disasters.

In the specific case of Rigopiano, the difficulty of communication was evident in the personal decision to reject a call asking for help, without validating the request, and in the failure by the authorities in considering the request of evacuation sent by the hotel which was practically ignored. Communication is a pivotal element in the management of emergencies, which demands the validation of the veracity of the information not as a personal initiative, but using the official contact or an emergency contact. This procedure is not possible for individual requests, but only in cases where the affected assets are non-individual like as hotels, hospitals, and schools. It is also necessary a follow up, because the natural and human conditions have high variability and can suddenly change.

For a full understanding how several but "small" conditions and decisions conjugate to create the disaster of Rigopiano, we present a Causal Loop Diagram (CLD) (Fig. 5), where links between all factors and

situations are clearly exposed. The intervention in one of the factors and conditions could affect the final outcome. The majority of components are related to human activities or behaviors, which overwhelm the only natural component (an exceptional snowfall in the snowiest area of the country), showing that "*Disaster is also a function of human volition. Disaster reflects choices we make. Our choices play a role not only in engendering disaster risk where none would otherwise exist, but also in exacerbating the impact of the otherwise natural forces we associate with disaster*" Cooper (2013, p. 11).

6. Conclusion

Exceptional snow falls and avalanches are a recurrent and expectable presence in the area. Their occurrence is documented by maps and inventories, and people memory and local documents help in defining such potential risk. For this, the avalanche on 18th of January 2017, cannot be considered an extraordinary or unexpected event. This means that could have been timely forecast, also given the warning by EAWS, and should have imposed the immediate evacuation of the hotel.

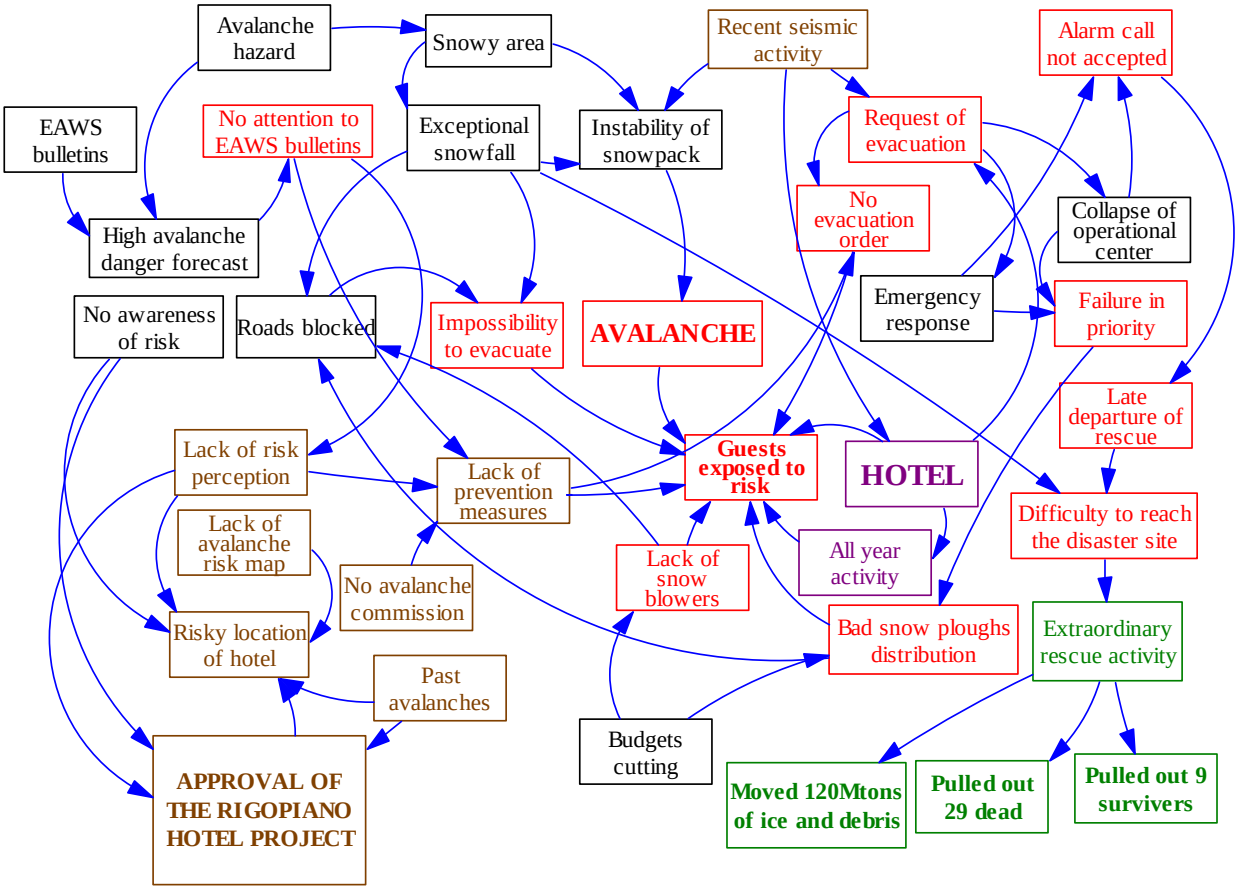


Figure 5 - The Causal Loop Diagram (CLD) depicting processes, conditions and factors and their interplay in determining the disaster. Red colour marks the more critical contingent ones that induced disaster occurrence.

The disaster of Hotel Rigopiano thus results from the interplay among behaviors, omissions, decisions and commitments. Not by chance Prosecutors in nearby Court of Pescara have opened a probe into the hotel disaster about three main points: i) if there were violations in authorizing the Hotel's construction in an avalanche-prone area; ii) if the hotel should have been evacuated; iii) and whether authorities were slow to respond to rescue pleas by hotel's direction. The 23 suspects are being investigated for negligence, imprudence, and recklessness. Possible charges for some of them could include manslaughter. This indirectly confirms that in the collective perception the disaster is considered an unnatural one, a social construct. Avalanche, like any other natural hazards, underline in a fiercely tragic way all that has not been done before. That the neglect of men is uncovered by natural disasters is a detail even if many use it to justify their faults (Cavalli, 2017).

In the case of Rigopiano Hotel, nature initiated the avalanche but the disaster resulted from a sum of negligent and unaware initiatives and omissions, which started with the permission to build the resort, the incapacity to manage the risk, and promptly respond during the emergence.

7. References

ALMASY S. (2015). Snow place like this Italian village when it comes to one-day accumulation http://edition.cnn.com/2015/03/10/europe/italy-possible-snow-record/index.html

AMOS J. (2017). Italy avalanche: A cruel coincidence.BBC News. http://www.bbc.com/news/science-environment-38679129 19 Jabnuary 2017

AMURRI S. (2017). Posti di lavoro per un sì". Così l'hotel si è allargato. Il fatto quotidiano, 28.1.2017 https://www.ilfattoquotidiano.it/premium/articoli/posti-di-lavoro-per-un-si-cosi-lhotel-si-e-allargato/

ANSEY C. (2016). Snow Avalanches. Oxford Research Encyclopedia of Natural Hazard,36 p. http://naturalhazardscience.oxfordre.com/view/10.1093/acrefore/9780199389407.001.0001/acrefore-9780199389407-e-17

Associated press (2017). Italy puts 23 people under investigation in hotel avalanche.

http://womentipstoday.blog/italy-puts-23-people-under-investigation-in-hotel-avalanche/

Avalanche bulletin and snow situation (n.d.). https://www.slf.ch/en/avalanche-bulletin-and-snow-situation/about-the-avalanche-bulletin/the-avalanche-bulletin.html?no_cache=1

BARILE F. (2011). Adriatic Sea-Effect Snow. Studio e caratterizzazione del fenomeno. Thesis, University of Ferrara., 84 p.http://www.bfpmeteo.it/tesiases.pdf

BERGER A., KOUSKY C., ZECKHAUSER R. (2008). Obstacles to Clear Thinking about Natural Disasters: Five Lessons for Policy. In: John M. Quigley and Larry A. Rosenthal (eds.), Risking House and Home: Disasters, Cities, Public Policy. Berkeley, CA: Berkeley Public Policy Press, 2008, pp. 73-94.

BLAIKIE P., CANNON T., DAVIS I., WISNER B. (2003). At Risk: Natural Hazards, People's Vulnerability, and Disasters. New York, NY: Routledge, 2nd Edition, 464 pp

BRUGNARA Y., BRÖNNIMANN S., ZAMURIANO M., SCHILD J., ROHR C., SEGESSER D.M. (2016). Dicembre 1916: Il Mese della Morte Bianca. Geographica Bernensia G91. ISBN 978-3-905835-49-6, doi:10.4480/GB2016.G91.03

CARIDI P. (2015). Guinnes World Record: in Italia la più grande nevicata del Pianeta, ecco perché Abruzzo e Molise battono USA, Giappone e resto del mondo!http://www.meteoweb.eu/2015/03/guinnes-world-record-in-italia-la-piu-grande-nevicata-del-pianeta-ecco-perche-abruzzo-e-molise-battono-usa-giappone-e-resto-del-mondo/410646/#fBjSMbayB4vWvzUE.99

CAVALLI G. (2017). Non le valanghe, l'incuria degli uomini uccide. LEFT Sinistra Unita, 24.11.2017

https://left.it/2017/11/24/non-le-valanghe-lincuria-degli-uomini-uccide/

CNSAS (2017). Intervento Hotel Rigopiano (Farindola) Report conclusione attività – 26 gennaio 2017

http://www.cnsas.it/2017/01/18/neve-e-terremoto-in-centro-italia-il-soccorso-alpino-impegnato-nell'emergenza/

COOPER M.D. (2013). Unnatural disasters. Rethinking the distinction between natural and man-made catastrophe. Monthly Developments, September 2013: 11-13

CORNO E.M. (2016). Le peggiori valanghe della storia http://www.sportoutdoor24.it/le-peggiori-valanghe-della-storia/

DE LEONARDIS S. (2017). Hotel Rigopiano, «Il terremoto non c'entra con la valanga»http://www.ilcentro.it/pescara/hotel-rigopiano-il-terremoto-non-c-entra-con-la-valanga-1.39506Di Blas 2017 Sonde a vapore dal Tirolo per cercare nella valanga di Rigopiano http://diblas-udine.blogautore.repubblica.it/2017/01/26/sonde-a-vapore-dal-tirolo-per-cercare-nella-valanga-di-rigopiano/

FARABOLLINI P. (2017). Rigopiano, analisi geologica di una tragedia http://www.cronachemaceratesi.it/2017/01/23/rigopiano-analisi-geologica-di-una-tragedia/915930/

GILLI E.F. (2016). Dicembre 1916, Tragico inverno al fronte dal Lagorai alle Dolomiti: migliaia di soldati morirono sotto le valanghe.http://www.lavocedelnordest.eu/dicembre-1916-tragico-inverno-al-fronte-dal-lagorai-alle-dolomiti-migliaia-di-soldati-morirono-sotto-le-valanghe/ 14.12.2016

INGV TERREMOTI (2017). Speciale 2016, un anno di terremoti.https://ingvterremoti.wordpress.com/2017/02/23/speciale-2016-un-anno-di-terremoti/

INGV TERREMOTI (2017). Aggiornamento eventi sismici in Italia centrale,18 gennaio 2017 ore 17:00.https://ingvterremoti.wordpress.com/2017/01/18/aggiornamento-eventi-sismici-in-italia-centrale18-gennaio-2017-ore-1700

KOUSKY C., LUTTMER E.F.P., ZECKHAUSER R. (2006). Private investment and government protection. Journal of Risk and Uncertainty, 33 (1-2):73-100

MENSURATI M., TONACCI F. (2017). Il sopravvissuto di Rigopiano: "Sono uscito un istante e ho visto l'inferno, mi chiamano eroe ma ho paura del buio".http://www.repubblica.it/cronaca/2017/02/12/news/il_sopravvissuto_di_rigopiano_sono_uscito_un_istante_e_ho_visto_l_inferno_mi_chiamano_eroe_ma_ho_paura_del_buio_-158113059/

METEOMONT (2016). Settore grandi massicci appenninici e Appennino abruzzese. Bollettino valanghe - emesso alle ore 14:00 del 17/01/2017. http://www.meteomont.gov.it/infoMeteo/

MONER I., ORGUÉ S., GAVALDÀ J., BACARDIT M. (2013). How big is big: results of the avalanche size classification survey. International Snow Science Workshop Grenoble – Chamonix Mont-Blanc – 2013. http://lauegi.conselharan.org/wp-content/uploads/2013/08/How-big-is-big-update-201309.pdf

NURZYNSKA K., KUBOA M., MURAMOTO K. (2013). Shape parameters for automatic classification of snow particles into snowflake and graupel. Meteorol. Appl. 20: 257–265

O'KEEFE P., WESTGATE K., WISNER B. (1976). Taking the naturalness out of natural disasters. Nature 260 (15): 566-567

PÉREZ-GUILLÉN C., TAPIA M., FURDADA G., SURIÑACH E., MCELWAINE J.N., STEINKOGLER W., HILLER M. (2014). Evaluation of a snow avalanche possibly triggered by a local earthquake at Vallée de la Sionne, Switzerland. Cold Regions Science and Technology, 108:, December 2014: 149-162

PESCAROLI G., ALEXANDER D. (2015). A definition of cascading disasters and cascading effects: Going beyond the "toppling dominos" metaphor. Planet@Risk, Volume 3, Number 1, Special Issue on the 5th IDRC Davos 2014, March 2015, 58-67

PETRIS A. (2017). Hotel Rigopiano: "Sono morti per freddo, asfissia e traumi", D'Angelo era assiderato Per approfondire—http://www.meteoweb.eu/2017/01/hotel-rigopiano-sono-morti-per-freddo-asfissia-e-traumi-dangelo-era assiderato/843204/#6blprwCeZgvX8YKI

PODOLSKIY E.A., NISHIMURA K., ABE O., CHERNOUS P.A. (2010). Earthquake-induced snow avalanches: I. Historical case studies Journal of Glaciology 56 (197), 431-44

ROBERTS E. (2017). Hotel director called for help hours before Italian avalanche.http://edition.cnn.com/2017/01/24/europe/italy-avalanche-call-for-help/index.html

SHAROT T. (2011). The optimism bias. Current Biology, Volume 21, Issue 23: R941–R945,

SQUIRES N. (2017). Italy avalanche: Survivor made desperate call for help after hotel was buried by snow with his wife and children among 30 trapped inside. The Telegraph News, 20.1.2017 http://www.telegraph.co.uk/news/2017/01/19/abruzzo-avalanche-many-dead-found-italian-hotel-hit-avalanche

TONACCI F. (2017). Il soccorritore dell'hotel Rigopiano: "Io, in quell'inferno per primo. Che rabbia non poter fare nulla.

http://www.repubblica.it/cronaca/2017/01/20/news/_io_in_quell_inferno_per_primo_dopo_una_notte_nella_tempesta_che_rabbia_non_poter_fare_nulla_-156427567

VERNA L. (2017). Qui: Rigopiano, aiuto! La valanga sull'hotel Rigopiano. La gestione dell'emergenza.NOI VIGILI DEL FUOCO, 7: 16-23. http://www.vigilfuoco.it/allegati/rivistaNOI/2017/7/NOI-2017-7.pdf

WILLIS K.F., NATALIER K., REVIE M. (2011). Understanding Risk, Choice and Amenity in an Urban Area at Risk of Flooding, Housing Studies, 26:02, 225-239, DOI:10.1080/02673037.2011.549215

Sytography

http://www.repubblica.it/cronaca/2017/01/26/foto/rigopiano_forum_h2o-156964271/1/#1.

http://geoportale.regione.abruzzo.it/Cartanet/catalogo/difesa-suolo-geologia/carta-geomorfologica-dei-bacini-idrografici-1989-91-conoidi);

http://www.repubblica.it/cronaca/2017/01/23/news/rigopiano_valanga_forum_h2o_abruzzo-156682455/#gallery-slider=156684484

http://www.direttanews24.com/il-processo-sullhotel-rigopiano-da-casolare-a-resort-di-lusso-politici-arrestati-per-corruzione-e-poi-assolti/

http://www.quotidiano.net/cronaca/foto/rigopiano-foto-storiche-1.2845586

https://www.theguardian.com/world/2017/jan/21/family-dug-out-of-italian-avalanche-after-24-hours

http://cnt.rm.ingv.it/event/12697591

https://earthquake.usgs.gov/learn/glossary/?term=magnitude.

http://www.therepublic.com/2017/11/23/eu-italy-avalanche-probe/

https://www.yahoo.com/news/six-investigated-over-italy-avalanche-tragedy-185342583.html

http://www.ilgiornaleditalia.org/news/cronaca/892910/Rogopiano--a-dettare-la-priorita.html

http://www.huffingtonpost.it/2017/11/25/quelli-dellhotel-sono-bloccati-dalla-neve-non-devono-rompere-le-telefonate-della-vergogna-di-rigopiano_a_23287919/

http://www.quotidiano.net/cronaca/rigopiano-oggi-1.3561329

http://www.repubblica.it/cronaca/2017/11/25/news/rigopiano_intercettazione_choc_tra_d_incecco_e_di_blasio-182114291/
www.repubblica.it/cronaca/2017/01/20/news/_io_in_quell_inferno_per_primo_dopo_una_notte_nella_tempesta_che_rabbia_non_poter_fare_nulla_-156427567/

(http://www.repubblica.it/cronaca/2017/01/22/foto/rigopiano_la_mail_inviata_dall_hotel_alle_autorita_-156632970/1/#1

Rigopiano, a dettare la priorità negli interventi erano i favoritismi.

http://www.ilgiornaleditalia.org/news/cronaca/892910/Rogopiano--a-dettare-la-priorità.html

Italy puts 23 people under investigation in hotel avalanche
http://www.therepublic.com/2017/11/23/eu-italy-avalanche-probe/

http://autoritabacini.regione.abruzzo.it/index.php/carta-delle-pericolosita-pai

http://geoportale.regione.abruzzo.it/Cartanet/catalogo/protezione-civile/carta-storica-delle-valanghe-eventi-puntuali-2010-2013).

http://www.mysanantonio.com/news/us-world/world/article/New-photos-reveal-aftermath-of-Italy-avalanche-10940249.php

http://www.meccaniciterrestri.it/articoli/71-analisi-geomorfologica-di-rigopiano

https://www.wunderground.com/blog/jeffmasters/more-than-20-deaths-feared-in-italian-hotel-buried-by-avalanche

http://cnt.rm.ingv.it/event/1269759

CORREIA, F. (2018). *Reflexão sobre os grandes incêndios em Arouca: contributo para a definição de novas formas de prevenção,* The overarching issues of the european space - preparing the new decade for key socio …, Porto, Fac. Letras Univ. Porto. pp. 425 - 440

REFLEXÃO SOBRE OS GRANDES INCÊNDIOS EM AROUCA: CONTRIBUTO PARA A DEFINIÇÃO DE NOVAS FORMAS DE PREVENÇÃO

Fernando Jorge Martins CORREIA
Faculdade de Letras da Universidade do Porto,
Portugal f.jorge_arouca@hotmail.com

Resumo

A composição e estrutura da floresta do município de Arouca é relativamente recente. Tal situação deve-se às mudanças socioculturais no espaço rural, às políticas sociais e económicas e à criminalização de hábitos ancestrais, factos que levaram a que houvesse uma rápida alteração destes espaços, não acompanhada pela mentalidade da população residente e idosa. A busca excessiva por serviços de produção a curto prazo, remeteu para o esquecimento, um conjunto de outros serviços que contribuem para a valorização e gestão do espaço rural. Deste modo, pouco resta daquilo que podemos considerar floresta autóctone, tendo em conta as ameaças de incêndios, que se estão a tornar cada vez mais frequentes, de maior dimensão e que assumem características complexas. Por exemplo, em 2005 e 2016, ocorreram incêndios de grande dimensão que afetaram uma grande área de espaço rural. Neste último ano, verificou- se que foram afetados 30 000 hectares no município de Arouca. Decorrente destas situações, importa refletir o conceito de prevenção, nomeadamente, a gestão de combustíveis, a valorização dos recursos endógenos e atividades do quotidiano capazes de reduzir o número de incêndios, inclusive dos grandes incêndios que assumem características extremas.

Palavras-chave: Grandes incêndios, Fogo, Severidade, Prevenção, Arouca

Abstract

The composition and structure of the Forest of the municipality of Arouca is relatively recent. This is due to socio-cultural changes in rural areas, social and economic policies and the criminalization of ancestral habits, facts that led to a rapid alteration of these spaces, not accompanied by the mentality of the resident and elderly population**.** The excessive search for short-term production services has recalled to oblivion a set of other services that contribute to the appreciation and management of rural space. In this way, there is little left of what we can consider indigenous forest, taking into account the threats of fires that are becoming more frequent, more and more large and which take on complex characteristics. For example, in 2005 and 2016, large fires occurred that affected a large area of rural space. In the last year, it was found that 30 000 hectares were affected in the municipality of the county of the district. Due to these situations, it is important to reflect the concept of prevention, in particular the management of fuels, the appreciation of endogenous resources and daily activities capable of reducing the number of fires, including the large fires that take on the characteristics Extreme.

Keywords: Large fires, Fire, Severity, Prevention, Arouca

1. Introdução

Os incêndios são considerados um risco natural ou misto (Lourenço, 2006), mas a sua origem é na generalidade antrópica (Tedim, 2013). O estudo deste risco começou na primeira metade do século XX, nas escolas de Nancy (França) e Tharandt (Alemanha) (Correia, 2017).

Após os anos 90, a abordagem dos riscos naturais começou a centrar-se na sua prevenção, mas relativamente aos incêndios essa abordagem não se verificou e continua assente na rápida e contundente extinção das ocorrências (Tedim & Leone, 2017b; Tedim, Leone, & Xanthopoulos, 2015). Esta ainda é uma política que se mantém inalterada por motivações económicas e políticas (Correia, 2017).

A área afetada pelos incêndios vai para além do espaço florestal. Os incêndios rurais, que afetam toda a paisagem rural (Correia, 2017) com o aproximar da atualidade estão a revelar-se cada vez mais catastróficos. Ano após ano, são afetados milhares de hectares de espaço rural, de onde não se tiram ilações suficientes para uma melhoria das estratégias de prevenção.

O abandono do espaço rural e a construção de paisagens homogéneas contribuiram para o aumento da suscetibilidade destas áreas aos incêndios (Moritz et al., 2014; Werth et al., 2016). Este processo fez dos incêndios não só um processo biofísico, mas um problema e um processo de origem social (Coughlan & Petty, 2012; Kumagai, Carroll, & Cohn, 2004; McCaffrey, Toman, Stidham, & Shindler, 2013; Pyne, 2007; Ryan & Opperman, 2013). Os grandes incêndios tendem a aparecer com maior frequência no território nacional, destacando-se os anos de 2003, 2005, 2013, 2016 e 2017, com maior registo de mortos e vítimas dos incêndios (Correia, 2017; Tedim, 2016; Tedim, Remelgado, Martins, & Carvalho, 2013). Estes dados revelam as lacunas da política de gestão dos incêndios.

Em Portugal, o atual sistema de defesa da floresta contra incêndios, ainda em vigor, foi estabelecido pelo DL nº 124/2006 de 28 de junho, que assume a floresta como um património essencial ao desenvolvimento sustentável do país, no entanto, entende que os incêndios são a principal ameaça e comprometem a sustentabilidade económica e social do país.

As consequências dos grandes incêndios expõe a insustentabilidade, pois o "sistema de combate tende a entrar em colapso quando ocorrem condições meteorológicas extremas e cenários com um elevado (e disperso) número de ignições ou incêndios florestais de grande dimensão, motivando a necessidade de mobilização acrescida de meios" (ICNF, 2014, 2). Com enorme capacidade de gerar prejuízos ecológicos, sociais e económicos (Smith et al., 2016), revelam-se um enorme desafio à gestão e minimização dos impactos para a sociedade (Correia, 2017) pela forma como esta se encontra vulnerável (Burton, 1993).

A melhor compreensão destes eventos adversos necessita de uma abordagem holística na lógica da perceção do sistema sociedade, fogo e paisagem (Tedim, 2016; Tedim et al., 2018), ou seja, a interação dos sistemas Humano e Natural (Tedim, 2013).

As consequências irreversíveis, agravadas com a perda de vidas humanas, levam à necessidade de encontrar soluções a longo prazo. Chega-se à conclusão da urgência de mudança de paradigma na política de gestão do risco de incêndio. O fogo sempre existiu no clima mediterrânico, era uma ferramenta de gestão da paisagem rural (Coughlan & Petty, 2012), daí a necessidade de acabar com a visão negativa do fogo e ter uma sociedade a "coexistir com o fogo" (Tedim & Leone, 2017a, 2017b Tedim et al., 2018). Conciliar a visão negativa do fogo

com as vantagens do seu uso é o maior desafio a incutir na sociedade (McGee, McFarlane, & Tymstra, 2015), a par da mudança orçamental que vise maior equilíbrio entre a prevenção e o combate (ICNF, 2014).

Se "os problemas dos incêndios florestais são socialmente construídos e são problemas porque as sociedades os definem como tal, quase todas as crises geradas pelo fogo podem ser resolvidas através de instrumentos sociais" (Pyne, 2007). Estes processos sociais passam primeiramente por uma mudança de paradigma na política de gestão dos incêndios rurais (Tedim et al., 2018) que pode passar pela valorização de atividades do quotidiano das comunidades, de serviços prestados pelos espaços rurais, serviços de ecossistema, serviços estes prestados para o bem público (Correia, 2017). Estas apostas são um contributo para a redução do número de ignições, da área ardida, e contribui para o desenvolvimento local e para a construção de paisagens e sociedades preventivas e resilientes a incêndios rurais (Correia, 2017; Tedim & Leone, 2017a, 2017b).

2. Objetivos

Cada território tem as suas características, o que leva à adoção de estratégias adequadas, a cada um, para evitar os erros do passado. Este estudo baseia-se num historial dos incêndios de grande dimensão no município de Arouca, onde se destacam os incêndios do ano de 2005 e 2016 e, assim procura perceber o problema, para encontrar soluções equilibradas entre os custos e benefícios. Soluções que passam pela valorização de atividades do quotidiano dos cidadãos locais, capazes de torná-los mais preventivos e, consequentemente, contribuir para a redução do número de ignições que poderão dar origem a incêndios de grandes dimensões

3. Dados e métodos

A metodologia adotada neste estudo foi adaptada ao objetivo do trabalho. O trabalho teve início com a investigação da base de dados dos incêndios florestais do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF). Recorreu-se à sua base estatística, que comporta dados desde 1980 e à sua componente cartográfica cujos dados remontam a 1990. Para complementar esta última, de forma a alargar o período de análise, adicionaram-se dados do Instituto Superior de Agronomia (ISA), do período correspondente aos anos de 1975 a 1989.

Numa primeira fase, para a análise da recorrência, foram utilizados todos os perímetros ardidos. Como o objetivo do trabalho são os grandes incêndios, segundo a classificação do ICNF, foram selecionados todos aqueles que têm uma área afetada igual ou superior a 100 ha. Para um trabalho mais conciso, foram abordados os dois casos mais conhecidos que afetaram o concelho de Arouca, os grandes incêndios de 2005 e 2016.

Ainda não existe uma correspondência entre a componente estatística e cartográfica das bases de dados do ICNF. Por vezes, a cada perímetro de área ardida pode corresponder mais de uma ocorrência, ou então, casos como o ocorrido em 2005, em Arouca, cujo início foi fora do município e aquando da sua entrada no seu extremo este, foi registada uma nova ocorrência.

No caso dos incêndios de 2016, as consequências são apresentadas pela severidade ecológica que teve por base imagens de satélite para detetar as mudanças na vegetação com a utilização do indíce Normalized Difference Vegetation Index (NDVI). A severidade foi distinguida em 4 classes (alta, moderada alta, baixa e moderada baixa). A área ardida total neste concelho no referente ano corresponde a 4 incêndios distintos, em datas próximas, cujos flancos se tocaram. Os dados para a delimitação das áreas ardidas para cada um dos incêndios foi baseada em imagens de satélite em diferentes horas.

Para uma comparação dois maiores incêndios, 2005 e 2016, são apresentadas as condições Fire Weather Index (FWI), em que ambos ocorreram, complementadas com relatos dos civis que viveram as experiências.

Para minimizar os impactos dos incêndios e reduzir a sua incidência, mesmo dos que assumem características extremas, é apresentado um esquema síntese da interação entre o sistema humano e natural onde a sociedade pode intervir. Este também é um contributo para a mudança de paradigma na política de gestão dos incêndios florestais, que vai para além do foco no combate musculado e tende a entrar em colapso quando as situações são complexas.

4. Resultados

4.1 - Evolução dos grandes incêndios

Considerando a barreira dos 100 ha do ICNF, em Arouca, no período de análise, o registo de grandes incêndios é muito variável, constituindo um total de 46 registos. Apesar de tudo, a maior parte dos grandes incêndios são inferiores a 500 ha, nomeadamente, 34 ocorrências. Estes incêndios são responsáveis pela maior parte da área ardida (figura 1).

Nem todos os anos do período de análise têm incêndios de grandes dimensões, como se pode observar na figura 1, há um total de 52 401 ha afetados por estes incêndios que constituem 46 ocorrências. O ano que teve mais registos, foi o de 1981, com 6 ocorrências e 1550 ha afetados (3%). Com 4 ocorrências, temos os anos de 1985 e 2015, com 1 980 ha (3,7%) e 11139 (2,1%) respetivamente. Em contrapartida, apesar do número reduzido de ocorrências, os grandes incêndios são responsáveis por afetar enormes áreas. Correspondente a estes casos, temos o ano de 2005 com 2 ocorrências e 8 730 ha afetados (16,7%), ano em que foi destruído 26 % do território municipal. Uma destas ocorrências ultrapassou a barreira mais alta já alcançada, que foi no ano de 1986 e correspondeu a um total de 3 000 ha, nomeadamente, em 2005, quando foi atingido um total de 8 556 ha. Mais trágico foi o ano de 2016, em que a área ardida aqui registada, foi quase metade do total registado no

período de análise, com 2 ocorrências registadas, teve 24486 ha afetados (46,7%), e ardeu 44% do território municipal. Neste ano uma das ocorrências ultrapassou a barreira dos 20 000 ha de área ardida, registando 21 909 ha.

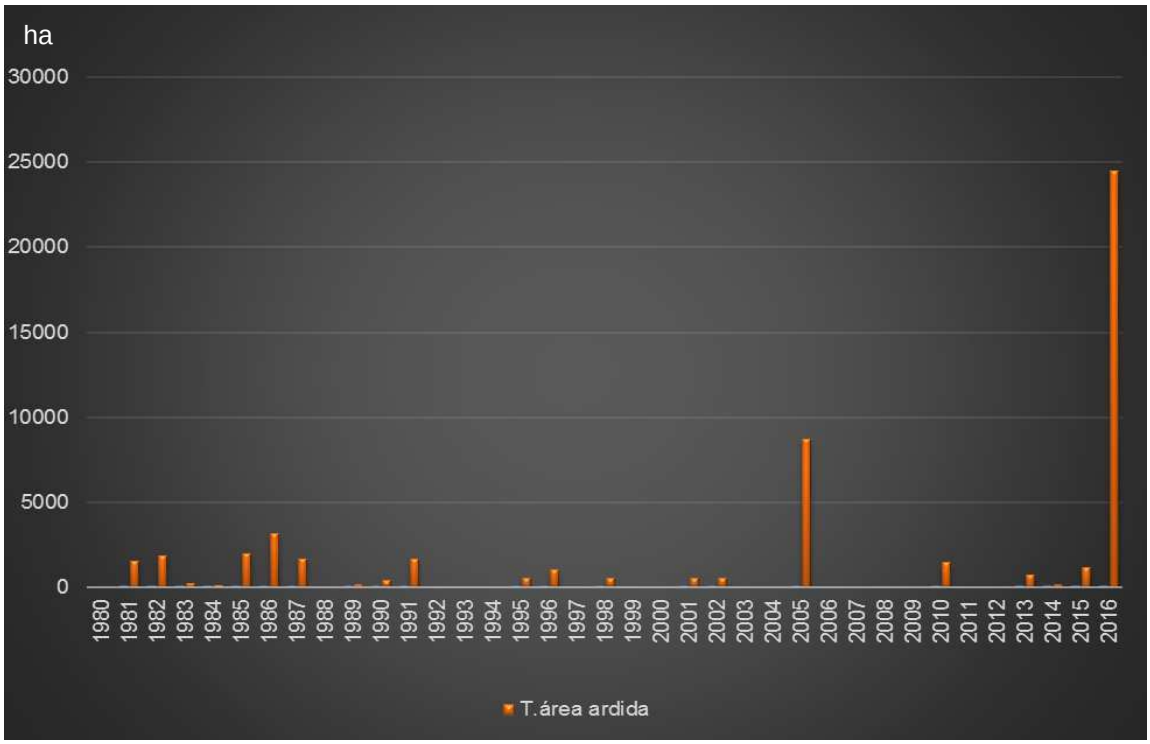


Figura 1 - Total de área ardida por ano de 1980 a 2016 pelos grandes incêndios no município de Arouca (Fonte: Base de dados estatística dos incêndios florestais do ICNF)

4.2. A recorrência dos incêndios

A maior parte do território arouquense é constituído por floresta, correspondendo a 80% do território. Estes dados, da Associação Florestal do Entre Douro e Vouga, referem-se aos povoamentos florestais e às zonas de matos e pastagens. O espaço florestal é quase todo ele privado, de pequena dimensão, de difícil gestão e de constituição recente, quanto a esta última característica, invocamos como principal causa, a forte alteração nos usos do solo a que é suscetível (Correia, 2017).

Os incêndios são um fenómeno frequente e uma ameaça aos espaços rurais deste município. Os últimos acontecimentos contribuíram para o agravar da dita situação devido ao aumento de área ardida. Todos os anos existem áreas afetadas por incêndios, mas em certos locais a forte recorrência "*impede o normal crescimento das espécies"* (eng. Rainha) (figura 2).

Foram identificáveis três áreas de recorrência mais elevada, duas na Serra da Freita, Freguesias de Urrô e Santa Eulália (1), União de Freguesias de Albergaria da Serra e Cabreiros e Freguesia de Moldes (2), e outra na Serra do Montemuro, Freguesia de Alvarenga (3). Estes valores elevados estão relacionados com a pastorícia e a realização de

queimadas pelos criadores de gado para renovação de pastagens. A análise da tabela de atributos do mapa de recorrências permite constatar que já foram afetados cerca de 50 980 ha. Tendo em conta estes dados, podemos afirmar que a dimensão da área afetada, é de facto avassaladora, por outras palavras, é como se o conselho tivesse ardido 1,5 vezes a sua área total. Até recentemente nunca nos tínhamos deparado com números tão elevados como os que agora se verificam, mas, mesmo assim, 11 751 ha nunca arderam, correspondente a 35,7% da área do município. Embora com valores reduzidos, ainda é possível verificar que cerca de 0,38 ha arderam nove vezes, o que nos leva a dizer que estes espaços ardem em média de 4 em 4 anos e meio. Grande parte da área ardida do município ardeu duas vezes (7 038 ha), já a área correspondente a 5 324 ha, ardeu uma vez. Os números não ficam por aqui, a área correspondente a 5 207,1 ardeu três vezes, a área de 2 277,4 ha ardeu quatro vezes, a de 1 056 ha, cinco vezes, 216,5 ha, seis vezes; 33,8 ha, sete vezes e 4,7 ha arderam 8 vezes.

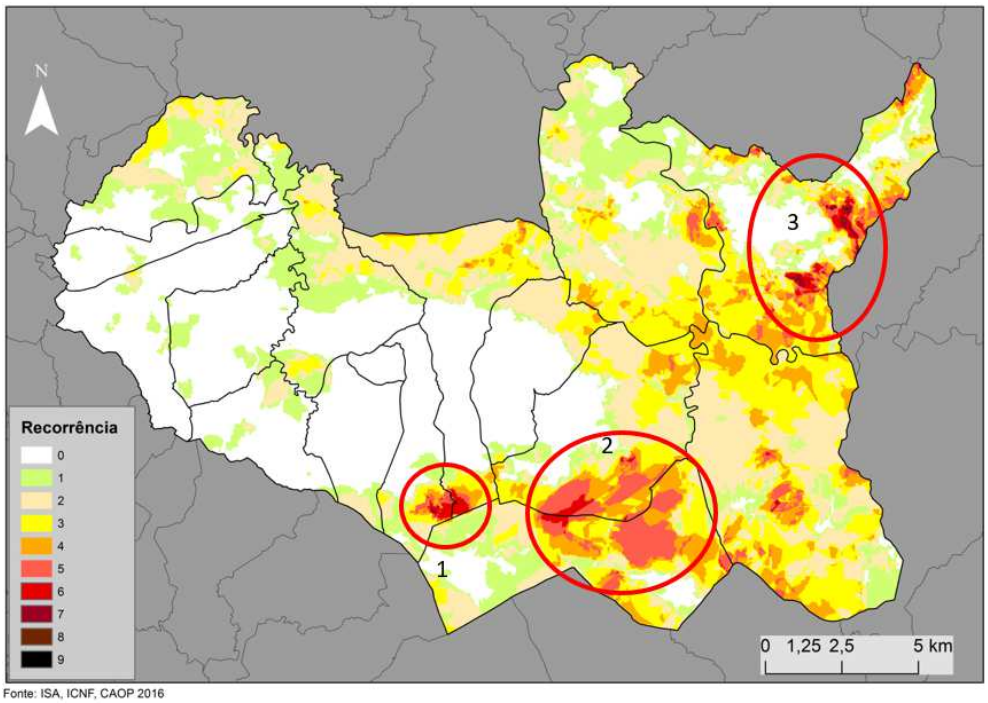


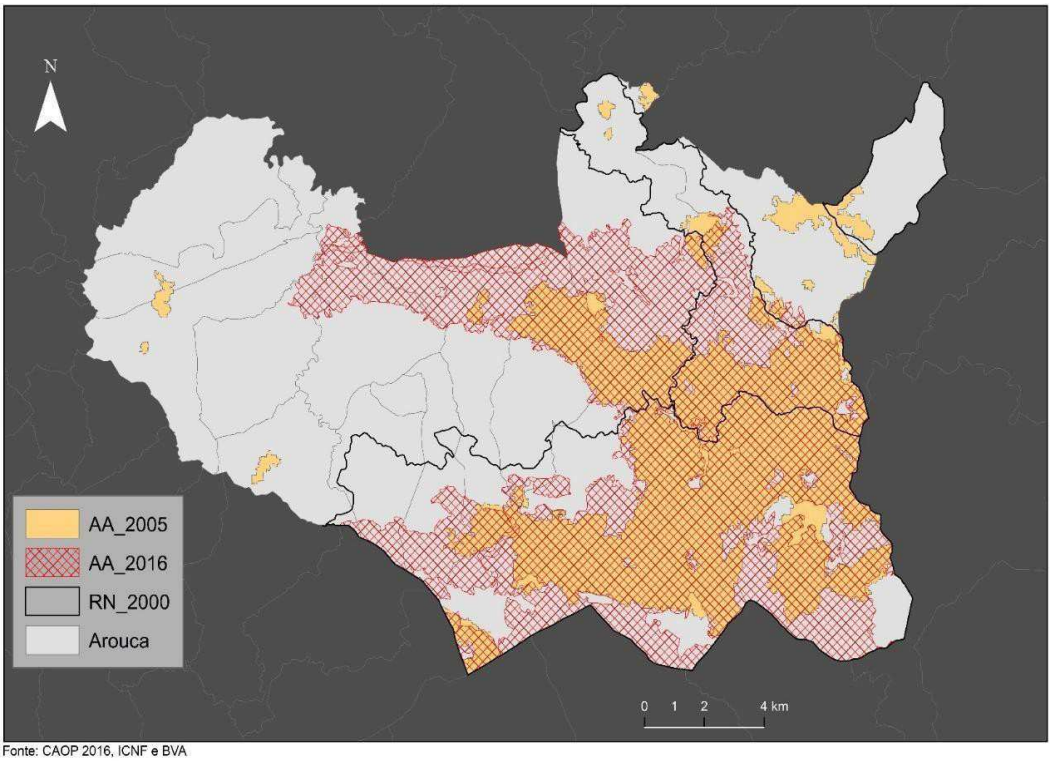
Figura 2 - Recorrência dos incêndios de 1975 a 2016 no município de Arouca.

4.3. Os incêndios de 2005 e 2016

A dimensão dos incêndios no município de Arouca tem vindo a aumentar, como se pode constatar da análise dados dos anos de 2005 e 2016 (figura 3).

No incêndio de 2005, do dia 5 de agosto, o ponto de ignição foi no Concelho de Castro Daire mas, o mesmo incêndio teve duas ignições registadas, sendo uma delas inexistente. A Proteção Civil teve a necessidade de criar uma nova ocorrência aquando da entrada do incêndio

no município de Arouca, pela falta de gestão de meios entre o município de Arouca, distrito de Aveiro, e São Pedro do Sul, distrito de Viseu. Esta nova ignição foi responsável pela queima de 8556 ha. No ano de 2016, ano em que um só incêndio, com início no lugar de Telhe, na União de Freguesias de Covelo e Janarde, foi responsável por afetar 21 909 ha. O perímetro ardido deste incêndio encontra-se entre Arouca, São Pedro do Sul, Castro Daire e Vale de Cambra. O perímetro final da área ardida não é apenas resultado deste incêndio, mas de um conjunto total de 4 incêndios, sendo um deles no lugar de Provizende, na Freguesia de Rossas (Arouca), ocorrência que afetou 2 577 ha e teve inicio no dia 6 de Agosto.



Fonte: CAOP 2016, ICNF e BVA

Figura 3 - Área ardida pelos incêndios de 2005 e 2016, no município de Arouca.

Estes dois incêndios, de 2016, registados em Arouca, na base estatística dos incêndios do ICNF, são responsáveis por 48% da área total ardida pelos grandes incêndios neste município. Outros incêndios tiveram início no lugar do Covo (fronteira com Arouca), freguesia de Arões, Vale de Cambra, afetou 983 ha a 7 de agosto, e ainda um com início no concelho de Castelo de Paiva que afetou 1 529 ha, no dia 6 de agosto. Estes dois últimos afetaram o concelho de Arouca. É ao conjunto destes 4 incêndios que se dá o nome “do grande incêndio de Arouca” em 2016 que ocorreram entre o dia 8 e o dia 15 de agosto. Um mês antes destes incêndios, houve um incêndio em Vale de Cambra no dia 15 de julho, na freguesia da Junqueira, que é responsável por afetar 305,34 ha, que um dos flancos do incêndio do Covo tocou.

Os dados usados para a delimitação das áreas ardidas por cada uma das ocorrências, foi baseada em imagens de satélite em diferentes barreiras horárias.

Os incêndios de 2005 e 2016 têm configurações idênticas, a mesma área que ardeu em 2005 foi novamente consumida em 2016. Neste último a área afetada foi superior à de 2005. No total do concelho, em 2016, arderam 14 338 ha, correspondente a 44% do território municipal. Ambos surgem em condições meteorológicas idênticas (figura 4), no mês de Agosto. O de 2005 no dia 5 e o de 2016 no dia 8 surgem em condições perigosas, já com precedentes, associadas a ventos secos de leste, mas não atingiram o nível elevado de perigosidade que se verificou em 2003, em Monchique.

Data	ffmc	dmc	dc	isi	bui	fwi
2/8/2005	87,4	84,5	803	11	134	37
3/8/2005	90,3	88,2	811	11	139	38
4/8/2005	96,2	94,6	821	15	147	46
5/8/2005	94,3	99,4	830	11	153	40
6/8/2005	91,7	103	838	9	157	35
7/8/2005	86,7	104	846	3,8	159	19

Data	ffmc	dmc	dc	isi	bui	fwi
6/8/2016	94,9	211	500	14	211	49
7/8/2016	97,2	218	510	18	217	57
8/8/2016	97,8	225	520	19	224	59
9/8/2016	95,1	230	529	14	229	48
10/8/2016	94,5	234	537	12	234	45
12/8/2016	92,7	242	553	7,8	242	34
13/8/2016	94,9	247	562	14	247	48

Fonte: IPMA

FFMC – ÍNDICE DE HUMIDADE DO COMBUSTÍVEL FINO
DMC – ÍNDICE DE HUMIDADE DA MANTA MORTA
DC – ÍNDICE DE SECA
ISI – ÍNDICE DE PROPAGAÇÃO INICIAL
BUI – ÍNDICE DE COMBUSTÍVEL DISPONÍVEL

Figura 4 - Condições meteorológicas em que surgiram os incêndios de 2015 e 2016 em Arouca

4.4. 2016, o ano inesquecível

O ano de 2016 foi anormal no município de Arouca, em termos de incêndios e de área ardida. Vários meios de comunicação social deram a informação que "o grande incêndio de Arouca" foi o mais problemático a nível nacional, foi responsável por cerca de um 1/3 da área ardida nacional. Com mais de metade da área ardida na Europa em 2016, Portugal contribuiu com 54%. Tendo em conta resultado destes valores, podemos dizer que os incêndios de Arouca correspondem a cerca de 17% da área ardida em toda a Europa, no ano de 2016. A maior parte da área ardida concentra-se aí num curto período de tempo, cerca de duas semanas (figura 5).

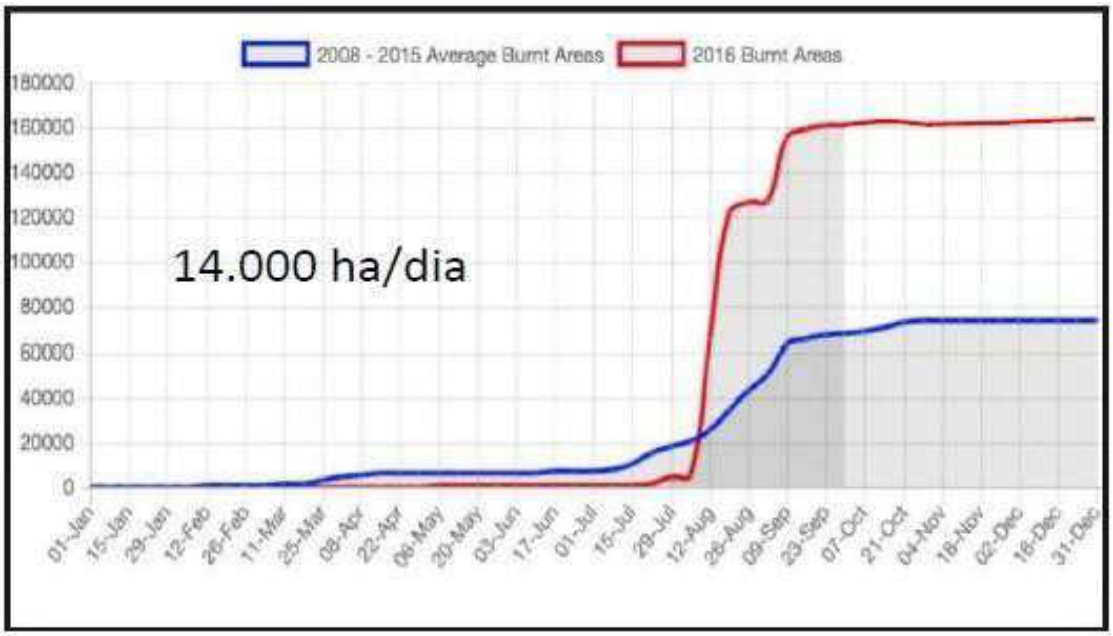


Figura 5 - Comparação da área ardida por quinzena no período 2008 a 2015 com o ano de 2016 (Fornecido por Manuel Rainha)

Os 4 incêndios do mês de Agosto surgiram em dias seguidos. Como consequência houve uma dispersão de meios, que aliado às condições meteorológicas adversas contribuíram para falhas no combate inicial aos incêndios, sobretudo ao do dia 8, com início no lugar de Telhe*. "Teve um arranque inicial que não havia nenhum dispositivo que tivesse capacidade de controlo"* (Filipe Pinho, 2017). Como forma de comprovar a evolução das áreas ardidas dos incêndios de Arouca e do restante distrito de Aveiro, são apresentadas imagens de satélite - Terra e Áqua em diferentes barreiras horárias. (figura 6).

No decorrer dos incêndios, houve comportamentos anormais de velocidade e direção dos ventos, o que tornou o combate uma tarefa de difícil execução e ineficaz em determinados períodos. A velocidade de propagação era superior à capacidade de combate. Esta situação foi sobretudo visível na passagem do dia 10 para o dia 11 de agosto, com chamas com mais de 15 metros de altura e velocidades do vento de cerca de 70 km/h do quadrante leste, "*um verdadeiro terror em redor da vila de Arouca"* (Filipe Pinho, 2017). Humidades relativas abaixo dos 10 %, temperaturas diurnas superiores a 35ºc e noturnas superiores a 20ºc. Perante estas condições, a velocidade de propagação era superior a 3 km/h, uma intensidade alta a extrema e *"não havia nenhum dispositivo que conseguisse dar resposta e o colapso foi evidente".*

Os resultados destas situações ficaram patenteados na severidade ecológica (figura 7), onde quase um ano após os incêndios, havia áreas onde a regeneração natural das espécies era inexistente (fotografia 1 e 2). Correspondente à severidade alta foram afetados 3 442,1 ha, moderada alta 5 643,6 ha, baixa 2518,2 ha e moderada baixa 3 266,8 ha.

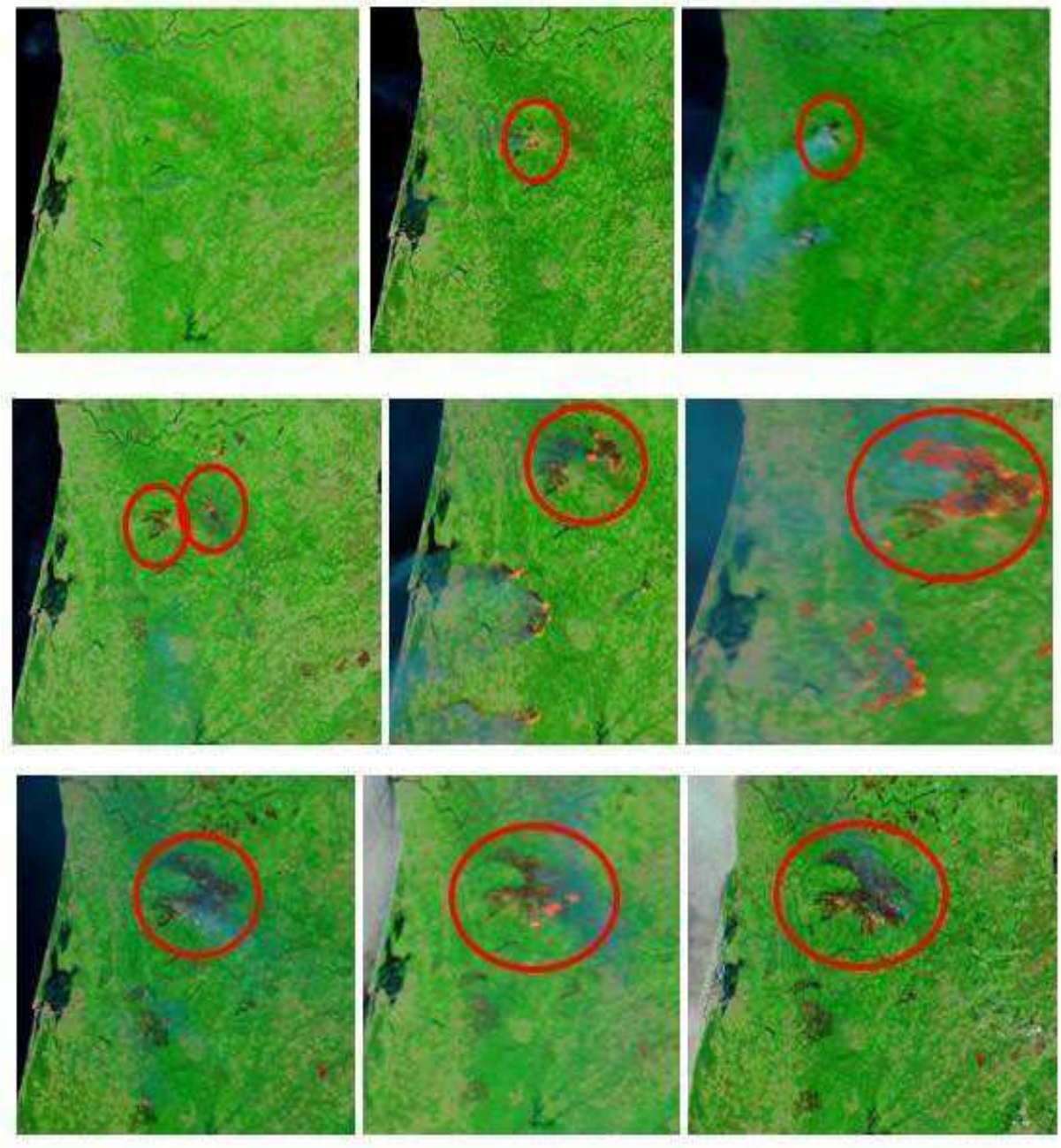


Figura 6 - Diferentes estados dos incêndios de agosto de 2016, em Arouca e no restante distrito de Aveiro. (De cima para baixo e da esquerda para a direita temos os seguintes dias e horas: 5/8; 6/8 – 14h; 7/8 – 14h; 8/8 – 14h; 10/8 – 16h; 11/8 – 01h; 12/8 – 14h; 13/8 – 14h; 14/8 – 14h)

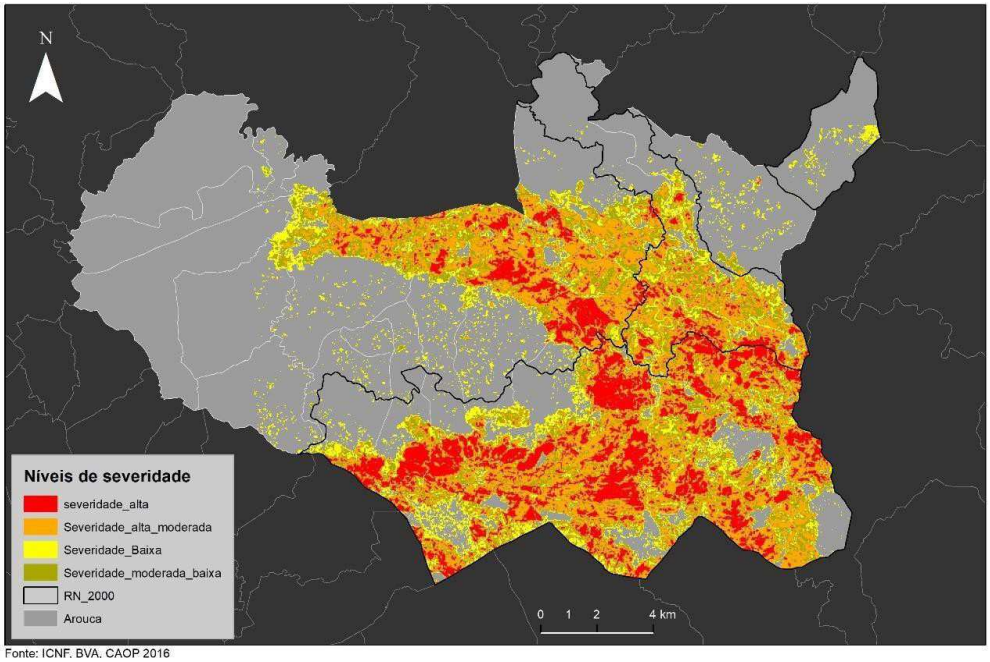


Figura 7 - Diferentes níveis de severidade dos incêndios que afetaram Arouca em agosto de 2016



Fotografia 1 e 2: Locais sem regeneração em maio de 2017 na Serra da Freita (alta severidade)

A classificação dos incêndios pelo aumento da área ardida é cada vez mais discutível. Os grandes incêndios, acima dos 100 ha, segundo a classificação do ICNF é insignificante pelo sucedido à escala nacional (p. ex. um grande incêndio de 150 ha não é igual a um grande incêndio de 20 000 ha em termos de intensidade e severidade ecológica e social). Os acontecimentos passados levam-me a propor um aumento desta barreira para os 500 ha, sem perder a consideração dos 100 ha pela estrutura fundiária, parcelada e de pequena dimensão, sobretudo no norte do país, onde é registado o maior volume de ocorrências, leva a merecida atenção na disposição de meios em situação de combate (Tedim et al., 2013).

Mesmo com oscilações a tendência evidencia que há um aumento da área ardida afetada por grandes incêndios desde 1980, com maior destaque a partir do ano de 2005, em Arouca. Os incêndios estão a assumir cada vez maiores dimensões e elevados níveis de severidade ecológica e social, como a ano de 2016. O constante abandono das áreas rurais, o aproximar da área florestal junto das aldeias e habitações, e consequente expansão do interface urbano-florestal, as alterações climáticas, mudanças no uso do solo podem dar origem a cenários futuros mais catastróficos, com uma área ardida estimada de cerca de 40 000 ha (figura 8) que afeta o município de Arouca e os limítrofes pela continuidade horizontal e vertical de combustível.

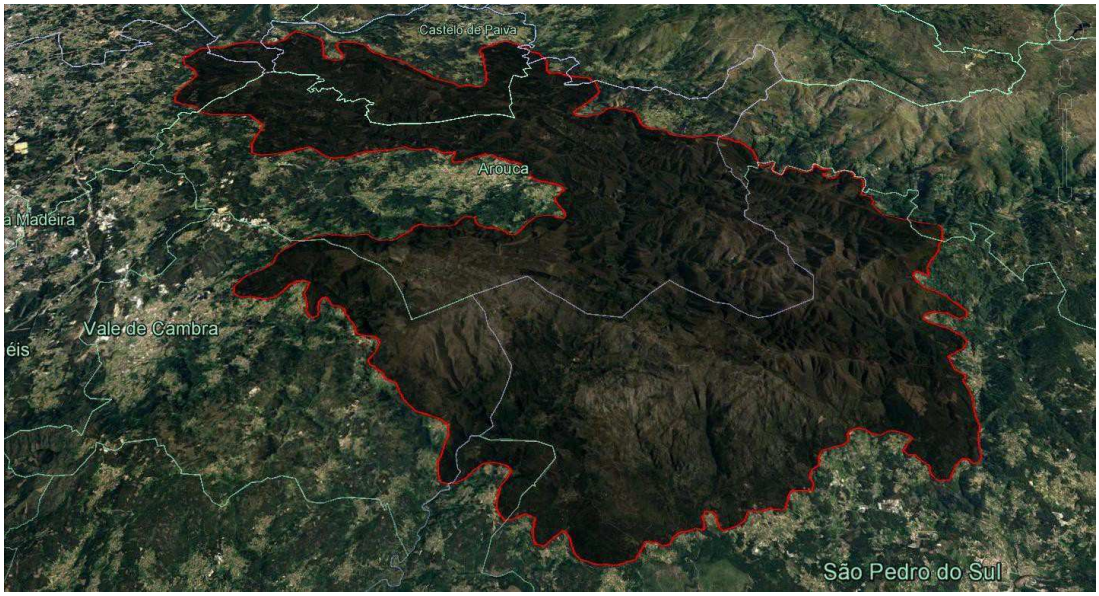


Figura 8 - Potencial área a ser consumida por um grande incêndio em Arouca e concelhos limítrofes (fornecido por Filipe Pinho).

Os acontecimentos recentes, Arouca 2016, 2017 em Pedrogão Grande onde morreram 64 pessoas, Oliveira do Hospital, Arganil, Mangualde, Tábua, Mação, e outros, registados no dia 15 de Outubro de 2017, revelam as fragilidades e os limites do atual sistema de defesa da floresta, contra incêndios baseado em atividades de supressão. Estas opções do sistema aquando de múltiplas ocorrências em situações metrológicas adversas, obriga à dispersão de meios, reduz a capacidade de intervenção, leva ao colapso do sistema de proteção civil e não é capaz de evitar a ocorrência de incêndios extremos com elevada intensidade e velocidade de propagação. Estas situações reconhecidas têm de ser consideradas nas políticas de gestão do risco de incêndio, com o intuito de minimizar o número de ignições e de área ardida (Fantina Tedim et al., 2013). Num contexto de alterações climáticas que pressupõe incêndios cada vez maiores, de maior severidade ecológica e social (Moreira, Catry, Rego, & Bacao, 2010) importa

melhorar o sistema de prevenção com medidas pró-ativas que contribuíram, caso necessário, para um combate mais eficaz (figura 9).

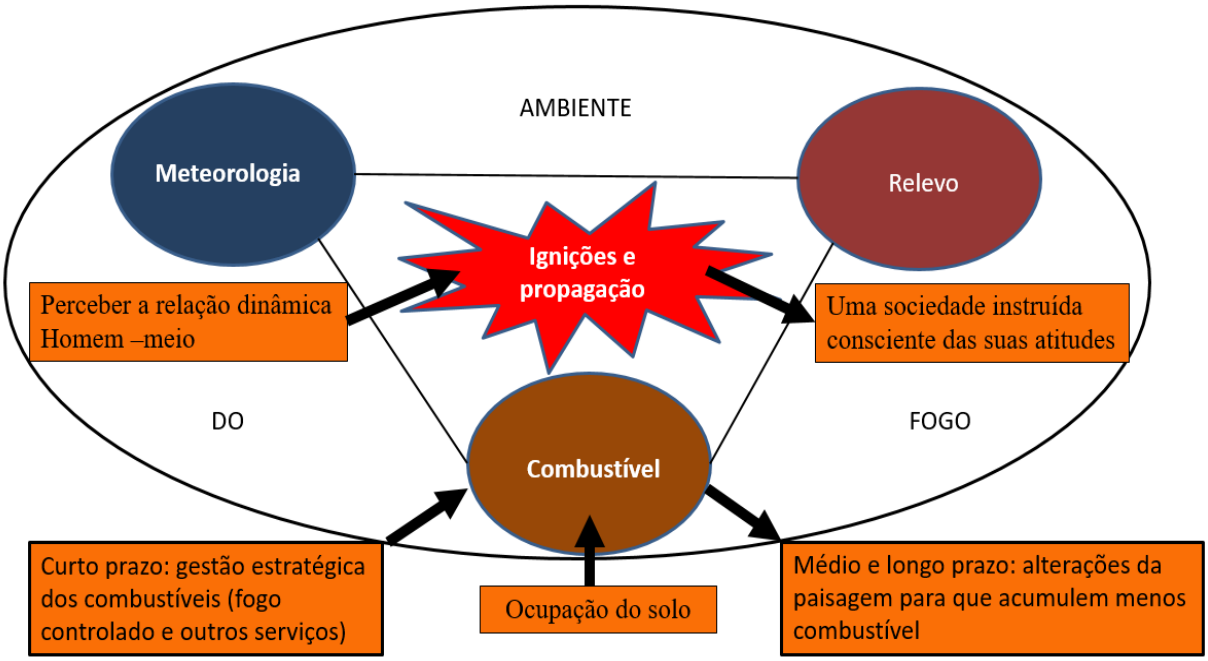


Figura 9 - Condicionantes naturais e humanas com influência no ambiente do fogo (elaboração própria).

O ambiente do fogo é composto por 4 componentes que se interligam, duas intangíveis pelo ser humano, o clima e o relevo e duas de fácil controlo, o combustível e as ignições. As medidas de prevenção contra incêndios para a tornar a floresta e a sociedade mais resiliente e capaz de lidar com o problema dos incêndios enquadram-se nas duas últimas componentes do ambiente do fogo acima referidas. Mais de 95% das causas dos incêndios tem origem humana, portanto, é necessário perceber a relação dinâmica, de interesses do Homem para com a Natureza, para que este desencadeie um incêndio, ou seja, a perceção da origem das causas dos incêndios. Poderiam adequar-se atividades, definir medidas e políticas ativas adequadas ás intenções e necessidades da população, trabalhar no sentido de instruir a sociedade consciente do risco e das suas atitudes maléficas ao espaço rural, como um local prestador de serviços comunitários. As mudanças sociais e económicas do mundo rural repercutiu-se em alterações na forma como os cidadãos usufruem deste espaço e consecutivamente houve modificações na paisagem rural pelo uso e ocupação do solo.

O combustível que outrora era em pouca quantidade na floresta, sobretudo em zonas montanhosas como nos dizem os habitantes das aldeias de Arouca. "*Hoje não mora aqui ninguém, é só*

velhos e já pouco podem fazer antigamente tudo vivia dos campos e da floresta, estava tudo limpo" ou "*à 40 anos atrás não me lembro de ver nenhuma árvore aqui nestas encostas, era só mato para o gado comer, agora é só eucaliptos e mato que ninguém lá passa no meio*" (habitante de Silveiras, 2017), e reparam na, situação atual, "*ninguém quer limpar, mas hoje claro que não se limpa, a floresta não dá lucro, se eu mandar limpar todos os anos pago cerca de 1 000 €, só me dá prejuízo"* (habitante de Bustelo, 2017).

Atualmente os espaços rurais tem uma enorme carga de biomassa combustível disposta a ser consumida pelos incêndios que é preciso remover ou diminuir a quantidade. A curto prazo são necessárias políticas que obriguem a limpeza das propriedades rurais pelos civis e próprias entidades estatais, que possam colocar em perigo os civis em caso de incêndio. A gestão estratégica dos combustíveis pelas entidades competentes com a realização de faixas de gestão primária tendo atenção o historial dos grandes incêndios (direção, intensidade) servem de auxílio em ações de combate pela diminuição da velocidade de propagação e intensidade que se reflete numa menor severidade ecológica e social. Outros serviços fornecidos pelos espaços rurais podem ser valorizados e dinamizados, proporcionam uma melhoria da qualidade de vida da população local, promove a atratividade e rejuvenescimento das aldeias, tornando-as atrativas do ponto de vista, ecológico, pela variedade de espécies, social, pelas oportunidades e económica pela valorização de serviços, privados, que beneficiam o bem-estar comunitário.

A implementação de medidas pró ativas que beneficiam o ser humano e a natureza, a médio e longo prazo promovem alterações na paisagem para que acumulem menos combustível e tornem o espaço rural mais resiliente aos incêndios, conjuntamente promovem o seu desenvolvimento socioeconómico.

6. Conclusão

Esta investigação baseou-se no historial dos grandes incêndios do município de Arouca, numa lógica de um risco natural de enorme severidade social e ecológica. Na atualidade, estima- se que se está a manifestar um espaço rural cada vez mais suscetível a ser consumido por incêndios cada vez maiores, que podem assumir características extremas. Os resultados desta investigação mostram que a consciencialização destes problemas leva à necessidade de repensar o paradigma de gestão do risco de incêndio não focado em atividades de supressão. Estas atividades, tal como toda a estrutura da proteção civil, tendem a entrar em colapso quando surgem várias ocorrências conjuntas, e o incêndio supera a capacidade de combate.

Políticas para a minimização do número de incêndios e redução da área ardida levam à necessidade de compreender o ambiente do fogo. Atendendo às singularidades de cada território,

incorporado no ambiente do fogo, a sociedade de forma consciente, organizada e sem colocar em causa e sustentabilidade ecológica do espaço rural pode intervir e tirar benefícios a longo prazo. Uma intervenção devidamente equilibrada contribui para a diversidade destes espaços. Devidamente incorporada numa estratégia de desenvolvimento territorial é capaz de retroceder o atual panorama de desvitalização das áreas rurais, minimiza o risco de incêndio e reduz a severidade social e ecológica além de construir comunidades e a própria floresta mais resilientes.

7. Referências bibliográficas

BURTON, I. (1993). *The environment as hazard*: Guilford Press.

CORREIA, F. (2017). O contributo dos serviços de ecossistema na prevenção e resiliência a incêndios rurais na Rede Natura 2000, no município de Arouca. Dissertação de mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

COUGHLAN, M., & PETTY, A. (2012). Linking humans and fire: a proposal for a transdisciplinary fire ecology. *International Journal of Wildland Fire, 21*(5), 477-487.

ICNF. (2014). *Avaliação Intercalar do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios*

(2006-2012). Sumário Executivo.

KUMAGAI, Y., CARROLL, M. S., & COHN, P. (2004). Coping with interface wildfire as a human event:lessons from the disaster/hazards literature. *Journal of Forestry, 102*(6), 28-32.

LOURENÇO, L. (2006). *Incêndios florestais. Algumas reflexões sobre prevenção e mitos do combate.* Paper presented at the Territorium.

MCCAFFREY, S., TOMAN, E., STIDHAM, M., & SHINDLER, B. (2013). Social science research related to wildfire management: an overview of recent findings and future research needs. *International Journal of Wildland Fire, 22*(1), 15-24.

MCGEE, T., MCFARLANE, B., & TYMSTRa, C. (2015). Wildfire: A Canadian perspective. *Wildfire hazards, risks, and disasters*, 35-48.

MOREIRA, F., CATRY, F. X., REGO, F., & BACAO, F. (2010). Size-dependent pattern of wildfire ignitions in Portugal: when do ignitions turn into big fires? *Landscape ecology, 25*(9), 1405-1417.

MORITZ, M. A., BATLLORI, E., BRADSTOCK, R. A., GILL, A. M., HANDMER, J., HESSBURG, P. Schoennagel, T. (2014). Learning to coexist with wildfire. *nature, 515*(7525), 58-66. Pyne, S. J. (2007). Problems, paradoxes, paradigms: triangulating fire research. *International Journal of Wildland Fire, 16*(3), 271-276.

RYAN, K. C., & OPPERMAN, T. S. (2013). LANDFIRE–A national vegetation/fuels data base for use in fuels treatment, restoration, and suppression planning. *Forest Ecology and Management, 294*, 208-216.

SMITH, A., KOLDEN, C., PAVEGLIO, T., COCHRANE, M., BOWMAN, D., MORITZ, M. HOFFMAN, C (2016). The science of firescapes: achieving fire-resilient communities.*Bioscience, 66*(2), 130-146.

TEDIM, F. (2013). O contributo da vulnerabilidade na redução do risco de incêndio florestal. *Riscos naturais, antrópicos e mistos. Homenagem ao Professor Doutor Fernando Rebelo, Departamento de Geografia. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra*, 653-666.

TEDIM, F. (2016). O conceito de" fire smart territory": contributo para a mudança de perspetiva na gestão dos incêndios florestais em Portugal. *Geografia, paisagem e riscos: livro de homenagem ao Prof. Doutor António Pedrosa*.

TEDIM, F., & LEONE, V. (2017a). Enhancing resilience to wildfire disasters: From the “war against fire” to “coexist with fire *Disaster resilience: an integrated approach (2nd ed.)* (pp. 362-383). USA: Charles C Thomas Publisher.

TEDIM, F., & LEONE, V. (2017b). *Evitar os incêndios rurais em Portugal: a necessidade de uma visão holística do problema*. Paper presented at the I CONGRESSO DA GEOGRAFIA PORTUGUESA, Porto.

TEDIM, F., LEONE, V., & XANTHOPOULOS, G. (2015). Wildfire risk management in Europe. the challenge of seeing the “forest” and not just the “trees.”. *Proceedings of the 13th International Wildland Fire Safety Summit & 4th Human Dimensions of Wildland Fire, Managing Fire, Understanding Ourselves: Human Dimensions in Safety and Wildland Fire*, 213-238.

TEDIM, F., LEONE, V., AMRAOUI, M., BOUILLON, C., COUGHLAN, M., DELOGU, G., . . . XANTHOPOULOS, G. (2018). Defining Extreme Wildfire Events: Difficulties, Challenges, and Impacts. *Fire, 1*(1), 9.

TEDIM, F., REMELGADO, R., MARTINS, J., & CARVALHO, S. (2013). Os Grandes Incêndios Florestais Em Portugal Desafios Para A Gestão Do Risco. *Grandes incêndios florestais, erosão, degradação e medidas de recuperação dos solos*, 75.

WERTH, P., POTTER, B., ALEXANDER, M., CRUZ, M., CLEMENTS, C., FINNEY, M., Jolly, W. (2016). *Synthesis of Knowledge of Extreme Fire Behavior*: US Department of Agriculture, Forest Service, Pacific Northwest Research Station.

RODRÍGUEZ, A. (2018). *Aplicación internacional del método racional hidrológico: estudio de las inundaciones en la Região do Norte de Portugal*. The overarching issues of the european space - preparing the new decade for key socio..., Porto, Fac. Letras Univ. Porto. pp. 441 - 450

APLICACIÓN INTERNACIONAL DEL MÉTODO RACIONAL HIDROLÓGICO: ESTUDIO DE LAS INUNDACIONES EN LA *REGIÃO DO NORTE* DE PORTUGAL

Alexandre Luis VÁZQUEZ-RODRÍGUEZ
Universidade de Santiago de Compostela (USC)
alexandreluis.vazquez@gmail.com

Abstract

Floods are the more common natural hazard and have a big capacity of create great social and economic losses in a short time. Spain, and other countries, have this problem in their territories. These can have different origins, being the rivers overflowing the more common cause. There are different approaches of these phenomena studies, and the Témez rational method is the reference one in the Spanish territory, which with the GIS and hydrological simulation programs can create the flooding areas cartography, key information for the establishment of any mitigation measure. But, is this method only valid for Spain, or is it applicable to other countries? The answer is that its adaptation to other countries it´s possible, always that the relevant modifications are made.

In the Iberian Peninsula, Portugal it´s a country with the flooding problem. Because this country has similar geological and geographical conditions to the west Spain, and the floods effects are similar in the Portuguese territories, the adaptation to this country it´s relatively simple.

The aim of this work it's the study of the floods dynamics in Portugal, using the Témez rational method. This method will be applied in the Âncora river, in North Portugal region fluvial system, because the geological and geographical conditions are similar to the Spanish.

Keywords: Floods, Hydrological Rational Method, Portugal, GIS

Resumen

Las inundaciones son el desastre natural más frecuente y tienen una gran capacidad de causar daños y pérdidas socioeconómicas en un breve intervalo de tiempo. España, y otros países, experimentan estos eventos dentro de su territorio. Estos pueden tener diversos orígenes, siendo el desbordamiento de los ríos la causa más común. En el estudio de estos fenómenos existen diferentes aproximaciones, siendo el método racional de Témez el de referencia para su análisis dentro del estado español, el cual junto a los SIG y a los programas de modelización hidrológica, puede estimar las zonas inundables generadas por los cursos fluviales, información imprescindible para elaborar cualquier medida para su mitigación. Pero, ¿este método es sólo aplicable al caso de España, o, por el contrario, se puede trasladar a otros países? La respuesta es que, aunque fuese diseñado para dicho estado, su adaptación a otros territorios es viable, siempre y cuando se hagan las modificaciones necesarias.

Dentro de la Península Ibérica, Portugal también es un país que sufre inundaciones anualmente a lo largo de su territorio. Debido a que este país presenta unas condiciones geológicas y geográficas similares a las del oeste español, y a que los efectos de las inundaciones son similares, la adaptación del método racional en territorio portugués es relativamente sencilla.

El objetivo del presente trabajo es realizar un estudio de la dinámica de las inundaciones en Portugal, empleando y adaptando el método racional hidrológico. Para ello se analizará el río Âncora, de la red hidrográfica de la *Região Norte* de Portugal, debido a sus condiciones geológicas y geográficas, similares a las españolas.

Palabras clave: Inundaciones, Método Racional Hidrológico, Portugal, SIG

1. Introducción

Una inundación es el proceso natural por el cual el flujo de agua río rebosa el cauce de un río. La mayoría de las inundaciones de un río está relacionada con la cantidad y distribución de precipitaciones en la cuenca de drenaje, la velocidad a la que las precipitaciones empapan el suelo y la rapidez don que la escorrentía superficial de dichas precipitaciones llega al río (Keller & Bloodgett, 2007). Todos los ríos presentan irregularidades que dan lugar a pequeñas inundaciones frecuentes, ocasionales avenidas y escasas inundaciones extraordinarias, pero todas pueden ocasionar pérdidas humanas y económicas (Vázquez-Rodríguez, 2015).

Todo territorio que se articule ante un espacio fluvial antropizado es un espacio con riesgo de inundación. Si un evento natural no afecta al ser humano, no se consideraría la existencia de riesgo, por la ausencia de elementos expuestos (Olcina Cantos, 2006). Los episodios de inundación están controlados por tres factores principales: atmosféricos, que aportan la precipitación abundante; geográficos (relieve, características geomorfológicas), que favorecen el desarrollo de las crecidas; y antrópicos, que aumentan la vulnerabilidad y exposición ante los desbordamientos de los ríos (usos del suelo) (Olcina Cantos, 2006). Existen varios tipos de inundaciones, clasificadas según su origen. Se agruparían en:

- **Inundaciones asociadas a los ríos**, o fluviales, producidas cuando el río recibe un volumen de agua (en forma de precipitación o nieve) que hace que su crecida no se pueda sostener, saliendo esta de su cauce (Keller & Bloodgett, 2007).
- ***Flash floods***, o torrenciales, cuando el volumen de agua crece súbitamente debido a unas precipitaciones de carácter torrencial (propias de climas mediterráneos, semiáridos o áridos) o al derretimiento súbito de nieve (Keller & Bloodgett, 2007).
- **Costeras**, consecuencia de las subidas de marea, cuando el mar llega tierra adentro u originadas por una tormenta el mar, cuando este experimenta una subida anormal de la marea por encima de su subida astronómica regular máxima debido al viento, al oleaje y a la baja presión de una tormenta (The National Severe Storms Laboratory, 2016).
- **Asociadas al deshielo**, originadas por el aporte de agua que causa el deshielo de la nieve (o del glaciar si procede) primaveral (Singh & Singh, 2001).
- **Urbanas**, cuando los sistemas de drenaje antrópicos no pueden evacuar toda el agua recibida de las precipitaciones o de la crecida del río. Las originadas exclusivamente a la falta de evacuación de precipitaciones también se denominan pluviales (Federation Emergency Management Agency, 2016).

- **Originadas por una ruptura de presa o de diques**, bien porque la cantidad de agua recibida es mayor a la capacidad de esta o bien por un fallo en el diseño o construcción, la cual liberaría un gran volumen en cuestión de minutos, dando lugar a un escenario catastrófico y de exclusivo origen antrópico (Federation Emergency Management Agency, 2016).
- **Inundaciones por ruptura de suelo**. Las inundaciones pueden ser resultado de diferentes fallas del terreno. La subsidencia puede causar inundaciones en las inmediaciones de esta ruptura de suelo. Es un tipo de ruptura que puede bajar la superficie de este causando inundaciones en áreas con grandes reservas de agua subterránea, así como que, al descender la superficie del suelo, esta puede ser inundada más frecuentemente (Federation Emergency Management Agency, 2016).

En la Península Ibérica, se dan episodios frecuentes, principalmente originados por la subida de la marea o por una gran cantidad de precipitaciones recibidas en un corto intervalo de tiempo, las cuales provocan que los ríos se desborden. Se han empleado las series de datos disponibles de los organismos oficiales, el método racional modificado (Témez, 1978; Ferrer, 1993; Ministerio de Fomento, 2016), método oficial para la estimación de inundaciones en España, con las modificaciones pertinentes para su empleo en Portugal, los sistemas de información geográfica (SIG) y software de modelación hidrológica para analizar si la aplicabilidad del método racional de Témez en otros países es viable.

2. Área de estudio

La *Região Norte* (Región Norte) de Portugal es una región estadística que abarca el norte de Portugal, la cual incluye los distritos de Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Braganza, Porto y parte de los de Aveiro, Viseu y Guarda. Se ubica entre los 42º12'10'' – 40º45'00'' N y los 8º55'00'' – 6º10'00'' W, en el noroeste de la Península Ibérica, limitando al norte con la autonomía de Galicia (España) y al este con la autonomía de Castilla y León (España), al sur con la Região Centro portuguesa y al oeste con el océano Atlántico (fig. 1), con una superficie total de 21.278 km^2 de territorio y una población aproximada de 4.200.000 habitantes, lo que significa más de un tercio del total de los 10.309.573 habitantes del país (Instituto Nacional de Estatística, 2017). El núcleo principal se ubica a orillas de la desembocadura del río Duero, la ciudad de Porto, con 237.600 habitantes y con un área metropolitana de 2.459.000 habitantes aprox. (Instituto Nacional de Estatística, 2017), más de un tercio de la población portuguesa.

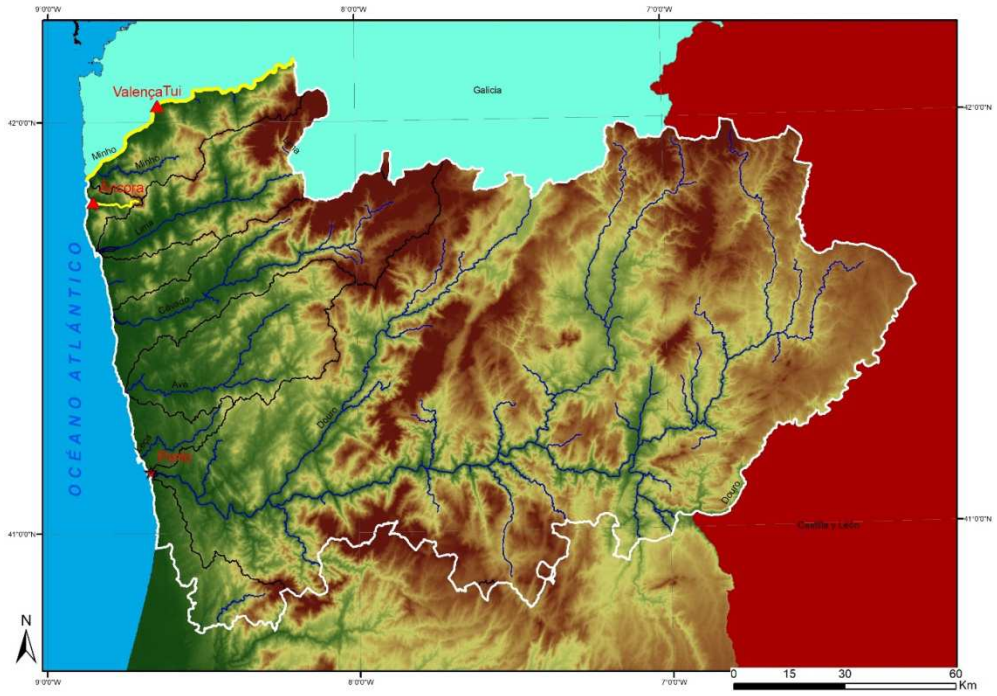


Figura 1- Área de estudio. Límite de las cuencas hidrográficas y de la región, así como los puntos de interés. Fuente: Elaboración propia. MDT disponible en el USGS.

Geológicamente, esta región está compuesta por granitoides biotíticos y de dos micas (IGME, 2017) de diferentes eras, en la mayor parte de su extensión, existiendo gravas, arcillas, arenas y arcillas en la costa y en la desembocadura de los ríos (IGME, 2017). Su red hidrográfica está compuesta por más de 100 ríos, entre los que destacan el río Minho (Miño), el río Lima (Limia) y el río Doiro (Duero).

Debido a la limitación del método racional de que la cuenca del río no debe superar a los 200 km^2, para poder emplearlo en todo en el territorio, en España esto se solucionó mediante la división de las grandes cuencas en subcuencas, haciendo posible su uso en cualquiera de estas. Para el presente trabajo se han seleccionado dos áreas; una subcuenca del río Miño, la que abarca el límite entre Tui y Valença do Minho, de 21 km^2, y la cuenca del río Âncora, de 128 km^2, en el sector dónde se ubica la villa homónima.

3. Objetivo y Metodología: El método racional

El objetivo del presente trabajo es comprobar si el método racional de Témez es aplicable a otros países, lo que permitiría la creación de los mapas de zonas inundables de estos. Como cada estado tiene sus propias fuentes de información, se ha compilado toda la información requerida para aplicar este método en Portugal. Para ello se ha obtenida la información geológica del Mapa Geológico de la Península Ibérica (IGME, 2017), extraído el dato de las precipitaciones diarias con los mapas españoles más próximos (Ministerio de Fomento, 1999), ampliado los mapas del factor regional y de la relación I_1/I_d (índice de torrencialidad), elementos necesarios para el método. También se han obtenido las capas shapefile necesarias de los usos del suelo del proyecto Corne

Land Cover (Unión Europea, 2012), un modelo digital del terreno con una resolución de 30 m de Portugal del *United States Geolgocial Survey* (USGS) y las capas de las cuencas y los ríos del territorio portugués del IGEO para su uso en los sistemas de información geográfica. Con todos estos materiales se puede proceder a la aplicación del método racional y a la creación de la cartografía de las zonas inundables de las áreas seleccionadas.

Se ha utilizado el método racional (Témez, 1978; Ferrer, 1993; Ministerio de Fomento, 2016) por tratarse de un método hidrometeorológico que tiene en cuenta los factores principales que intervienen en los caudales de crecida de los ríos. También se han calculado los elementos previos necesarios a las operaciones del método racional: el número de cuenca de ambos casos, la intensidad de las precipitaciones, el coeficiente de *Manning* para las riberas y para el canal del río (Chow, 1959), así como otros factores (Tabla I). El resultado serán los valores de caudales pico del río (en m^3/s). Se calcula en diferentes períodos de tiempo, denominados períodos de retorno. Los períodos estándar de referencia son 25, 50 y 100 años, representando los 25 años inundaciones comunes, los 50 años una inundación mayor ocasional y los 100 años una avenida extraordinaria con un alcance superior a las otras.

Tabla 1. Fórmulas del método racional

Variable	Fórmula	Donde
Cálculo de la precipitación máxima diaria para distintos períodos de retorno	$X_{t=\bar{P}.Y_t}$	X_t (mm/día) = Volumen de precipitación máxima diaria para un período de retorno t $\bar{P}$(mm/día) = Precipitación media Y_t = Cuantil regional
Número de curva, umbral de escorrentía y umbral escorrentía corregido	$P_O = \frac{5000}{NC - 50}$ $P'_o = P_o * b$	P_O (mm) = Umbral de escorrentía NC = Número de curva b = coeficiente corrector
Tiempo de concentración de la cuenca	$Tc = 0{,}3.(\frac{l}{j^{0,19}})^{0,76}$	Tc (horas) = Tiempo de concentración l (m) = Longitud del río j (m/m) = Desnivel del río
Coeficiente de simultaneidad	$K_A = 1 - \frac{\log S}{15}$ $P'_D = K_A.X_t$	K_A = Coeficiente de simultaneidad S (Km^2) = Superficie de la cuenca P'_D (mm) = Precipitación diaria corregida para una duración D (equivalente a un período de retorno t) X_t (mm/día) = Precipitación máxima diaria para un período de retorno T
Coeficiente de escorrentía	$C = \frac{\left(\frac{P'_D.K_A}{Po} - 1\right).\left(\frac{P'_D.K_A}{Po} + 23\right)}{\left(\frac{P'_D.K_A}{Po} + 11\right)}$	C = Coeficiente de escorrentía P_D (mm) = Precipitación diaria para una duración D (equivalente a un período de retorno T) K_A = Coeficiente de simultaneidad P_O (mm) = Umbral de escorrentía
Intensidad de la precipitación	$I\,(T,t) = (Id).Fint$	I (T, t) (mm/h) = Intensidad máxima de las precipitaciones para un período de retorno T y un evento de duración t Id (mm/h) Id (mm/h) = Intensidad media diaria de precipitación

		corregida correspondiente al período de retorno T (en el método racional equivalente al tiempo de concentración de la cuenca) Fint = Factor de intensidad
Factor de intensidad	$F_{int} = \max\ (Fa, Fb)$ $Fa = \left(\frac{I1}{Id}\right)^{3.5287-2.5287t^{0.1}}$ $Fb = K_b \frac{I_{IDF\ (T,tc)}}{I_{IDF\ (T,24)}}$	Fa = Factor obtenido a partir del índice de torrencialidad (I1/Id) I1/Id =Índice de torrencialidad que expresa la relación entre la intensidad de precipitación horaria y la media diaria corregida Kb = Factor que tiene en cuenta la relación entre la intensidad máxima anual en un período de veinticuatro horas y la intensidad máxima anual diaria. En defecto de un cálculo específico se puede tomar Kb = 1.13
Intensidad de las precipitaciones	$I_D = \frac{P'_D . KA}{24}$	I_D (mm/h) = Intensidad media diaria de precipitación corregida correspondiente al período de retorno T (en el método racional equivalente al tiempo de concentración de la cuenca) P'_D (mm) = Precipitación diaria corregida para los diferentes períodos de retorno K_A = Coeficiente de simultaneidad
Caudal pico	$Qp = \frac{C.I\ (T,tc).S}{3.6} * K\text{t}$ $Kt = 1 + \frac{tc^{1.25}}{tc^{1.25} + 14}$	Qp (m^3/s) = Caudal pico C= Coeficiente de escorrentía I (T, Tc) = Intensidad de las precipitaciones S = Área de la cuenca Kt = Coeficiente de uniformidad

Fuente: Ministerio de Fomento de España, 2016

Una vez obtenido los valores de caudal pico necesarios, se han llevado estos datos al programa de modelización hidrológica HecRAS 5.0.3 para realizar la simulación de las inundaciones, y posteriormente se han llevado los resultados al sistema de información geográfica ArcGIS 10.1 para la creación de la cartografía de las zonas inundables.

4. Resultados

Se ha aplicado el método racional en dos sectores de dos ríos diferentes. Se han estimado los caudales pico para el río Miño a su paso por Tui y Valença do Minho, y para el río Âncora a su paso la villa homónima. Una vez hecho los cálculos pertinentes para ambos puntos de análisis, los valores obtenidos son los siguientes.

Tabla 2. Valores de caudal pico obtenidos para diferentes períodos de retorno para ambas secciones de estudio

Área	T25	T50	T100
Tui – Valença do Minho	29.1	37.7	48.03
Âncora	14	20.27	28.24

Fuente: Elaboración propia

Se han llevado estos valores al programa de modelización hidrológica HecRAS para crear una simulación del alcance del río con estos caudales, y posteriormente se han trasladado los resultados de esta al sistema de información geográfica, ArcGIS, con el cual se crea la cartografía de zonas inundables (fig. 2). Durante la construcción de ambas cartografías se han pulido pequeños errores derivados del procesamiento de estas.

Al tratarse de áreas urbanizadas, con un número destacable de edificaciones, el número de elementos expuestos a una crecida será mayor respecto a lo que pudiera suceder en un área despoblada o con un menor volumen de elementos construidos (zonas de cultivo, fincas, haciendas, etc.).

En el caso del río Miño se ha puesto en la cartografía las zonas inundables correspondientes a un período de retorno de 100 años, debido al mínimo efecto de la crecida en ambas ciudades en períodos de retorno inferiores. Como se puede apreciar en la figura 2, una parte de las instalaciones portuarias de Tui se vería afectada en caso de una crecida de estas condiciones. En el caso de que existiese una flota amarrada en el momento de la inundación, los efectos serían mayores, ya que la crecida la dañaría considerablemente, incluso podría implicar que se soltase alguna de las embarcaciones con la consiguiente pérdida económica.

En el caso del río Âncora se han puesto la cartografía generada correspondiente a los tres períodos de retorno de referencia, ya que las zonas inundables correspondientes a todos estos originarían problemas en el área. Como se puede apreciar en la figura 2, la crecida del río, causaría inundaciones en varias viviendas próximas, causando grandes daños y pérdidas económicas para los habitantes.

Según el modelo, ambos sectores tendrían problemas, en diferente medida, generando principalmente pérdidas económicas a sus habitantes. En ambos lugares presentados, existiría la posibilidad de que la población también sufriese pérdidas humanas. Con la cartografía de zonas inundables, a la hora de establecer una serie de medidas de prevención o de mitigación de los efectos de estos fenómenos se puede establecer dónde se debe actuar prioritariamente, hecho importante a la hora de desarrollar cualquier plan de evacuación o cualquier plan de protección civil para hacer frente a estos eventos.

En el caso de Portugal, algunas áreas tienen realizada la cartografía de las zonas inundables, empleando otros métodos (sqrtmax, etc.) y generalmente en los ríos de mayor entidad, pero en el caso de la aquí analizada no. Con los datos que se han creado, tomando de referencia los españoles de las regiones limítrofes, la obtención de los datos disponibles de diversas instituciones portuguesas, y algunos de la Unión Europea, se ha podido aplicar el método racional, originalmente enfocado a España, a otro país y se ha podido crear la cartografía de zonas inundables en un sector que no ha sido analizado.

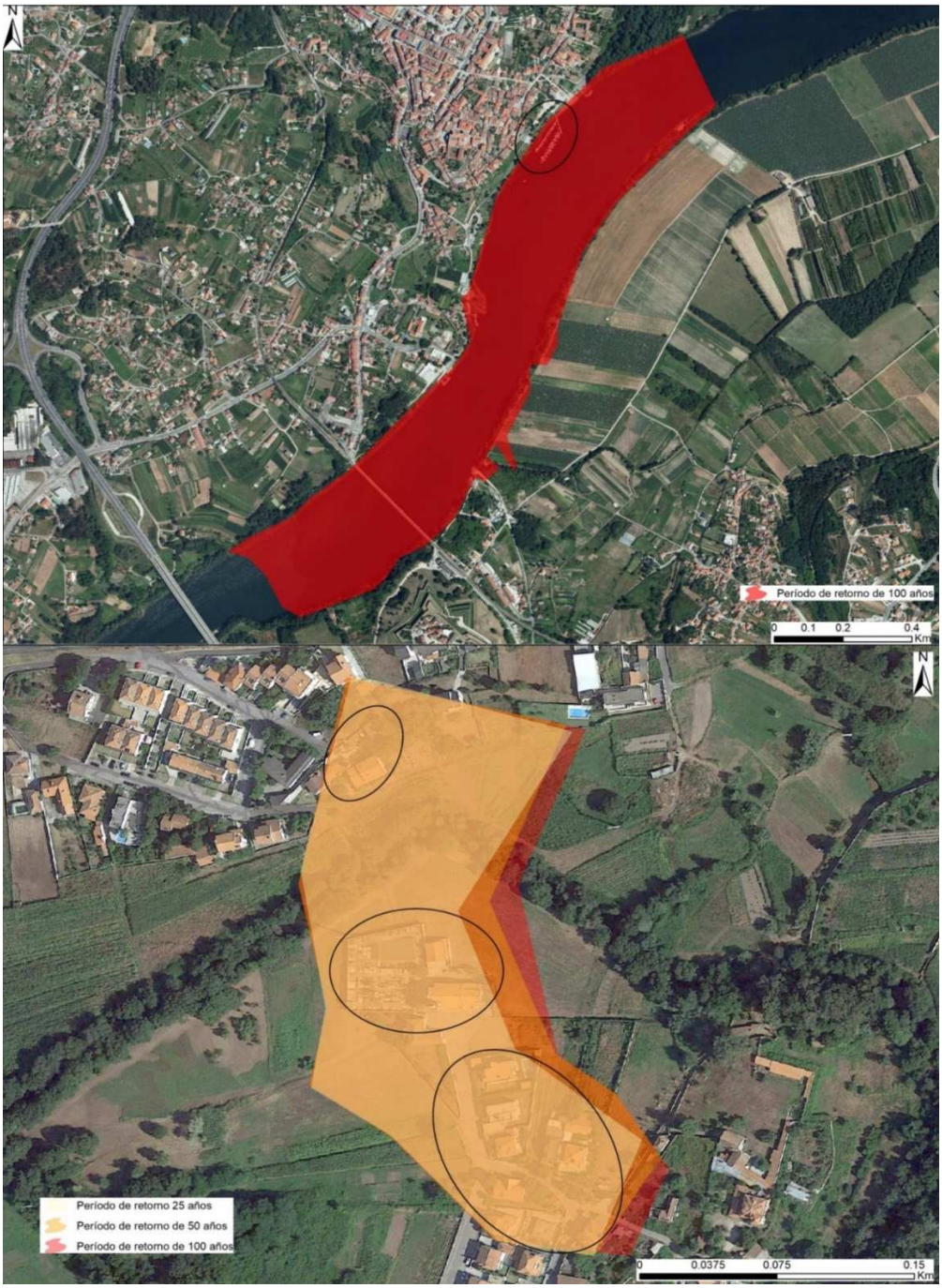


Fig.2- Zonas inundables para un período de retorno de 100 años para el río Miño y para 25, 50 y 100 años para el río Âncora en ambos sectores de análisis. Fuente: Elaboración propia. Ortofoto de Google Earth

5. Conclusiones

A la pregunta inicial de ¿se puede aplicar el método racional de Témez a otros países? La respuesta es sí, siempre y cuando se cuenten con los materiales para hacerlo. No todos los estados cuentan con la misma cantidad de información respecto a su geología, geomorfología, climática, etc., ni todos los países tienen está información libre. El método racional está enfocado a un territorio como España en el que existe una buena cantidad de datos para realizarlo, así como la cartografía de

zonas inundables derivada de él, tratándose de una buena herramienta para emplear en la prevención, gestión y mitigación del riesgo de inundaciones. Todos los años varias partes del territorio se ven afectadas por estos fenómenos, siendo este tipo de material necesario para que los efectos se vean minimizados. La eficacia de los planes de evacuación o de los planes de protección civil también puede verse modificada por esto. Otros estados cuentan con esta información por el mismo motivo, pero la información pública es escasa, lo que dificulta cualquier tipo de investigación al respecto. A su vez está poca accesibilidad puede ser perjudicial para la población asentada en zonas inundables, ya que si esta, población potencial para verse afectada por estos fenómenos, no tiene información al respecto sobre qué hacer en caso de emergencia, a las posibles pérdidas económicas se le pueden sumar pérdidas humanas.

En el caso de Portugal existe información relativa a las zonas inundables, pero no todos los materiales necesarios para realizar investigaciones completas al respecto son libres. A la hora de intentar aplicar el método racional español, las dificultades por falta de datos son patentes, no obstante, al tratarse de un país limítrofe, parte de los datos españoles de las áreas fronterizas pueden emplearse en zonas de este país, aunque al no ser los datos exactos de la zona, el modelo parte de inicio con un margen de error. Debido a esto, se ha podido aplicar el método racional español a dos áreas portuguesas, con la consiguiente elaboración de los mapas de las zonas inundables y con el mencionado margen de error de partida. Como aproximación a la internacionalización de este método, los resultados han sido positivos, aunque si ciertos datos fuesen de dominio público el modelo mejoraría.

En Portugal se pudo realizar por proximidad geográfica y condiciones geológicas y geomorfológicas similares al oeste de España, pero ¿y en otros países? En otros territorios la aplicación de este método sería viable, en función de los datos disponibles, o si se pudiesen crear en su defecto, ya que cada territorio tiene sus propias características físicas, y la proximidad no siempre indica características similares, pero como hacerlo y el tiempo en aplicarlo dependería de como estuviera la situación actual del objeto a analizar respecto al riesgo de inundaciones.

6. Bibliografía

CHOW, V. (1959). *Open-channel hydraulics.* New York: McGraw Hill.

Federation Emergency Management Agency. (2016, junio). *Chapter 2 Types of Floods and Floodplains.* Retrieved from https://training.fema.gov/hiedu/docs/fmc/chapter%202%20-%20types%20of%20floods%20and%20floodplains.pdf

FERRER, J. (1993). *Análisis estadístico de caudales de avenida.* Madrid: CEDEX.

IGME. (2017). *Instituto Geológico y Minero de España*. Retrieved from Mapa geológico de la Península Ibérica: http://info.igme.es/cartografiadigital/geologica/Geologicos1MMapa.aspx?Id=Geologico1000_(1994)

Instituto Nacional de Estatística. (2017). *Instituto Nacional de Estatística*. Retrieved from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE

KELLER, E. A., & BLOODGETT, R. H. (2007). *Riesgos Naturales. Procesos de la Tierra como riesgos, desastres y catástrofes.* Madrid: Pearson Educación.

Ministerio de Fomento. (1999). *Máximas lluvias diarias en la España peninsular.* Madrid: CEDEX.

Ministerio de Fomento. (2016). *Orden FOM/298/2016. Norma 5.2 IC drenaje superficial de la instrucción de carreteras.* Retrieved from Ministerio de Fomento: https://www.fomento.gob.es/MFOM/LANG_CASTELLANO/DIRECCIONES_GENERALES/CARRETERAS/NORMATIVA_TECNICA/DRENAJE/

OLCINA CANTOS, J. (2006). *¿Riesgos naturales? I. Sequías e inundaciones.* Mataró: Davinci continental. 2 vol. Colección Geoambiente XXI.

SINGH, P., & SINGH, V. P. (2001). *Snow and glacier hydrology.* Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.

TÉMEZ, J. (1978). *Cálculo hidrometeorológico de caudales máximos en pequeñas cuencas naturales.* Madrid: Ministerio de Obras Públicas.

The National Severe Storms Laboratory. (2016, septiembre). *Severe Weather 101 - Floods*. Retrieved from http://www.nssl.noaa.gov/education/svrwx101/floods/types/

UNIÓN EUROPEA. (2012). *Corine Land Cover*. Retrieved from Copernicus Land Monitoring Service: https://land.copernicus.eu

VÁZQUEZ-RODRÍGUEZ, A. L. (2015). SIG y realidad: Inundaciones en As Pontes de García Rodríguez (A Coruña). *SÉMATA: Revista de Ciencias Sociais e Humanidades*, 69 - 94.

ROYÉ, D. (2018). *The application of a Concentration Index on river discharge: a case study of selected stations in Spain*, The overarching issues of the european space - preparing the new decade for key socio-economic and environmental challenges, Porto, Fac. Letras Univ. Porto. pp. 451 - 461

THE APPLICATION OF A CONCENTRATION INDEX ON RIVER DISCHARGE: A CASE STUDY OF SELECTED STATIONS IN SPAIN

Dominic ROYÉ
Department of Geography, University of Santiago de Compostela
Department of Geography, University of Porto
dominic.roye@usc.es
Jesús HORACIO
Department of Geography, University of Santiago de Compostela
horacio.garcia@usc.es
Alfredo OLLERO
Department of Geography, University of Zaragoza
aollero@unizar.es

Abstract

The frequency distribution of daily river discharge amounts almost conforms to a negative exponential distribution, reflecting the fact that there are small daily totals and few large ones. Positive exponential curves, which plot the cumulative percentages of days with discharges against the cumulative percentage of the discharge amounts that they contribute can be evaluated through the Concentration Index (CI). The higher the value, the larger the concentration of daily average river discharges. The Concentration Index has been applied as an initial trial to a selected number of stations in Spain. The spatial-temporal distribution of the CI for the selected stations is geographically consistent, reflecting the principal physiographic and climatic units of the country. CI has been shown as an index that perfectly describes the temporal behaviour of the river discharge. Furthermore, the application of the CI demonstrates its discriminatory capacity according to river type and it has been proven to be a new method for the interpretation of the distribution of flow throughout the year.

Keywords: river discharge, concentration index, Spain, spatial-temporal behaviour

Resumen

La distribución de frecuencia de caudal diario se aproxima a una distribución exponencial negativa, lo que refleja la presencia de pequeño totales diarios, poco significativos. Las curvas exponenciales positivas, que grafican los porcentajes acumulados de días con caudales contra el porcentaje acumulado de caudal en el año hidrológico, pueden evaluarse a través del Índice de Concentración (CI). Cuanto mayor sea el valor, mayor será la concentración de los caudales medios diarios de los ríos. El índice de concentración se ha aplicado como prueba inicial a un número determinado de estaciones en España. La distribución espacio-temporal del CI para las estaciones seleccionadas es geográficamente consistente, reflejando las principales unidades fisiográficas y climáticas del país. CI se ha mostrado como un índice que describe perfectamente el comportamiento temporal del caudal del río.

Además, la aplicación de CI demuestra su capacidad discriminatoria según el tipo de río, y también se erige como un nuevo método para la interpretación de la distribución del caudal a lo largo del año.

Palabras clave: caudal fluvial, índice de concentración, España, comportamiento espacio-temporal

1. Introduction

The factors involved in the hydrological behaviour of a river are extremely varied and closely related. Therefore, it is often difficult to draw the line between cause and effect. It is necessary to differentiate between natural and anthropic control factors. The former are generally constituted by precipitation, base flow, vegetation and land uses (which are also anthropic) and relief (topographical). Anthropic factors are also altered because they intervene directly in the hydrological functioning of the river, altering its natural regime by modifying its seasonal variability or by extraction (for water supply, for example).

The idea of analysing river discharge as a phenomenon that is concentrated in time is based on the negative exponential distribution of daily precipitation, that is to say that there are many days with low levels of precipitation and few with elevated quantities (Martín-Vide, 2004). The fine temporal structure of precipitation, for example, at a daily resolution, is vitally important, not only for studying climatic factors such as intensity and torrential rainfalls (dry periods and drought, etc.), but also in relation to factors such as the soil and ecosystems (erosion, desertification, etc.), the management of water resources, floods and flash flooding, the design of drainage systems, the availability and safety of transport systems, urban planning, among others. Extreme rainfall events on a daily scale are characterised by durations limited to a small number of days. However, they account for a high percentage of monthly, seasonal and annual precipitation (Brooks & Carruthers, 1953; Jolliffe & Hope, 1998; Easterling *et al.*, 2000; Martín-Vide, 2004; Alexander *et al.*, 2006; Monjo, 2016, Royé *et al.*, 2017).

This paper describes the first application of the Concentration Index (CI) (Martín-Vide, 2004) to river discharge. We studied several Spanish river gauging stations. The specific objectives of the study are: (i) to identify methodological challenges in the application of CI on flow data instead of precipitation data; (ii) to analyse what the application of the CI contributes to the interpretation of flow data; and (iii) to draw some initial conclusions in the form of weaknesses, strengths and future perspectives of CI on flow data.

2. Data and methodology

2.1. Data

The methodological trial has been applied on 10 gauging stations in the northern half of the Iberian Peninsula (Figure 1). The stations are distributed in four basins and are representative of varied

hydrological environments. 40% of the stations are located in a Mediterranean climate, 40% Atlantic (Euro-Siberian region) and 20% mountain. 60% of the stations belong to the Ebro Hydrographic Confederation, 20% to the Galicia-Costa Hydrographic Confederation and 10% to the Miño-Sil and Cantábrico Occidental Hydrographic Confederations, respectively (Table I). The watershed dimensions of each station range from a maximum of 712 km^2 (Eo River) to a minimum of 47 km^2 (Veral River).

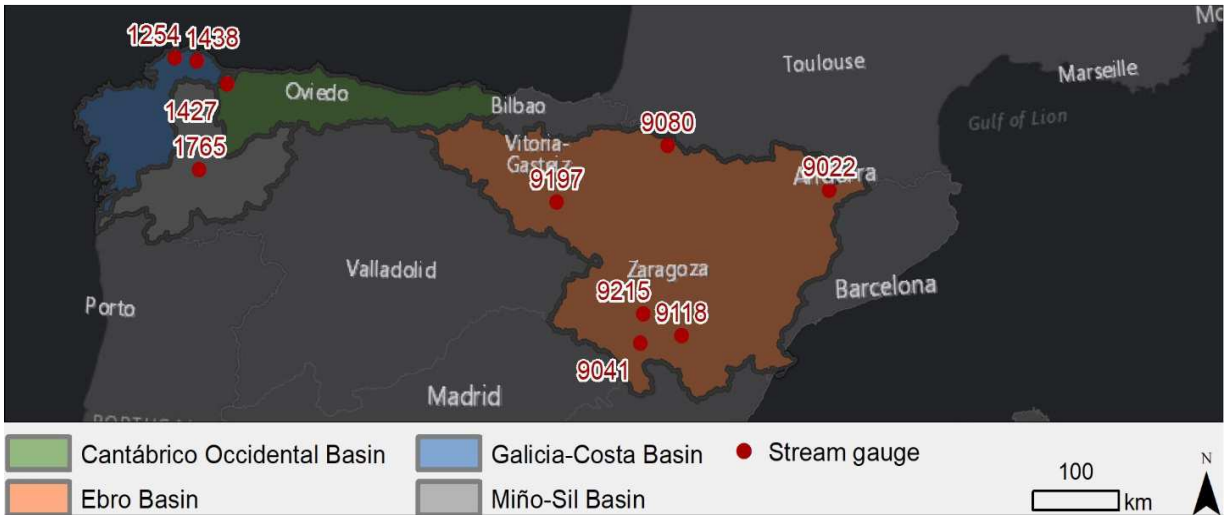


Figure 1 - Study area and stream gauges employed for the application of CI. Table I shows the characteristics of each gauging station described on the map by an ID number.

The estimation of CI was compared with five explanatory variables of the hydrological behaviour of a river, namely: precipitation, travel time, mean flow, specific flow (relation of the average flow with the size of the watershed) and size of the watershed. Each of these variables was calculated for the 10 gauging stations described, with data from 1994 to 2015 (Table I).

Table I - Gauging stations and hydrological variables used in the study. ID (official identification number), A (watershed, km^2), Q (mean discharge, $m^3 \cdot s^{-1}$), Qs (specific discharge, $l/s/km^2$), TT (travel time, hour/s), Atl (Atlantic Region), Med (Mediterranean Region), Mou (Mountain Region).

ID	River	Gauging Station	A	Q	Q_s	TT	Region
1765	Cabe	Rivas Altas	353	5.69	16.12	6.01	Atl
1254	Mera	Santa María de Mera	102	4.69	46.00	5.52	Atl
1427	Eo	San Tirso de Abres	712	19.47	27.34	15.28	Atl
1438	Landro	Chavín	198	6.78	34.22	6.01	Atl
9041	Pancrudo	Navarrete del Río	364	0.20	0.54	7.96	Med
9215	Huerva	Cerveruela	315	0.58	1.84	3.62	Med
9118	Martín	Oliete	670	1.19	1.77	10.65	Med
9197	Leza	Leza	283	1.52	5.37	6.87	Med
9022	Valira	Seu de Urgel	559	9.87	17.65	4.75	Mou
9080	Veral	Zuriza	47	1.80	38.38	1.30	Mou

The travel time variable indicates the time needed for a drop of water to go from the area furthest from the basin to the point of sampling (stream gauge) following the surface hydrographical network. This variable includes slope and distance through the channel in its formulation. Témez's equation (1978, 1991) has been used for its calculation because it is the formula used in the Spanish national scope. Témez's equation is defined as (Equation 1):

$TT = 0.3 \cdot (L/S^{1/4})^{0.76}$, Eq. 1

where,

TT: travel time (hour/s)

L: main channel length (km)

S: slope. This is equal to H / L (m/m), where H is the difference in altitude (m) between the maximum and minimum levels of the watershed.

The use of specific discharge, such as a hydrological variable accompanying mean discharge, is justified in that its value is related to the size of the watershed, making it possible to establish real comparisons between basins of different rivers.

For the analysis of possible connections to other variables, for each gauging station we extracted the nearest precipitation point of the high-resolution daily gridded precipitation dataset for Spain, 1950-2012, (Serrano-Notivoli *et al.*, 2017).

2.2- Concentration Index

The method applied to analyse the daily concentration of river discharge is the Concentration Index, which was introduced by Martin-Vide (2004) for the study of daily precipitation. This index is based on the negative exponential distribution of daily precipitation, that is to say that there are many days with low quantities of precipitation and few with elevated quantities. This characteristic can also be observed in the number of days with more discharge than normal. Accordingly, in a similar way to the procedure for calculating the CI in the case of daily precipitation, the following steps are carried out: The first step in calculating the CI is to classify daily precipitation in classes of 1 mm, beginning with [0.1-0.9] followed by [1.0-1.9], [2.0-2.9], etc., up to the class that encompasses the highest value of daily precipitation recorded. In the case of river discharge, the number of days is counted in cardinal numbers (1, 2, 3, etc.). In order to include smaller rivers with an outflow of less than 1 m^3/s, the number was multiplied by 10; in this way the daily discharge properties are preserved.

Then, the relative cumulative frequencies of days with river discharge (expressed as percentages of the total number of days X_j) and the corresponding accumulated quantities (also expressed as a

percentage of the total amount of river discharge recorded, Y_j) are identified and defined according to Equations 2 and 3:

$$X_j = 100 \cdot \frac{\sum_{i=1}^{j} n_i}{\sum_{j=1}^{N} n_j}$$, Eq. 2

$$Y_j = 100 \cdot \frac{\sum_{i=1}^{j} D_i}{\sum_{j=1}^{N} D_j}$$, Eq. 3

where, n_i and D_i are the number of days and the amount of river discharge yielded respectively for each class *i*, and *N* is the total number of non-zero categories. In the second step, it is assumed that X_j and Y_j are described by a positive exponential relationship, also known as a standardised precipitation curve (Jolliffe, 1996). Specifically, the exponential curve of Equation 4 is that suggested by Riehl (1949) and Olascoaga (1950):

$$Y = aX \cdot e^{bX}$$, Eq. 4

where, *a* and *b* are constants which can be estimated using the method of least squares. Finally, the CI is defined by Equation 5:

$$CI = \frac{5000 - A}{5000}$$, Eq. 5

where, *A* is the area bounded by the exponential curve and the line *Y = 0*, which can be calculated via the definite integral of the exponential curve (Eq. 4) among the values between 0 and 100 (Figure 2). It should be noted that the CI is the area between the line *Y = X* and the exponential curve, divided by the area of the triangle in which it is inserted. The value of the CI oscillates between 0 and 1 and represents the percentage (expressed as a decimal) of the area between the line *Y = X* and the exponential curve relative to the area of the triangle. The higher the CI, the farther the exponential curve from line *Y = X*, which means that a few days account for an elevated weight fraction of the total river discharge.

In this pilot study, to apply the CI to river discharge, the mean daily values of the gauge stations were used. In addition, the CI was calculated for each station on an annual scale and climatically for the whole time series. It is important to mention that the annual scale is refers to the hydrological year, October to September.

In order to explain possible relationships between the CI and explanatory variables of the hydrological behaviour we used the Pearson correlation coefficient (r) with a 95% level of significance. The statistical analyses, calculations and illustration of the results were carried out in the R (3.3) statistical environment (R Core Development Team, 2017).

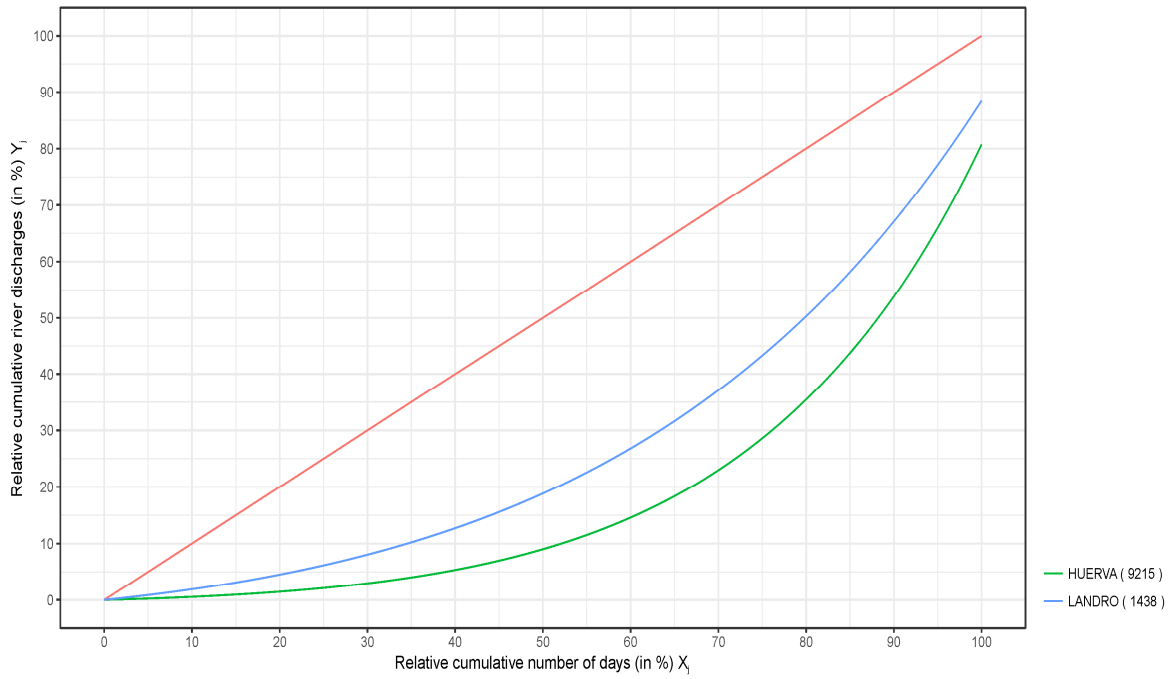


Figure 2 – Examples of CI of river discharge (1995-2015).

3. Results and discussion

The CI values for the 10 gauging stations studied have a maximum value of 0.63 (Huerva River) and a minimum of 0.46 (Landro River) (Figure 3) for the whole study period, which is ~25% less than the second over the total of the first. In general, it can be said that the five highest CI values are associated with Mediterranean-type stations and the five lowest with Atlantic-type stations. The two mountain-type stations are part of one of these two groups, just as each of them hosts a station of the other group. The division of the graph of Figure 3 into two groups supposes that, in the first, a few days of high flow have more repercussion in the total volume reached and vice versa, for the second group, the weight per day is less concentrated in a few.

The temporal distribution of CI values for each gauging station between the years 1994 and 2015 (Figure 4) shows a very similar behaviour for the Atlantic stations of Mera, Eo and Landro. However, the Cabe station is partially separated from this Atlantic group. The mountain station of Valira shows a behaviour which is totally different from the rest of the stations. The Mediterranean stations and Veral station have a behaviour which exhibits no apparent common pattern.

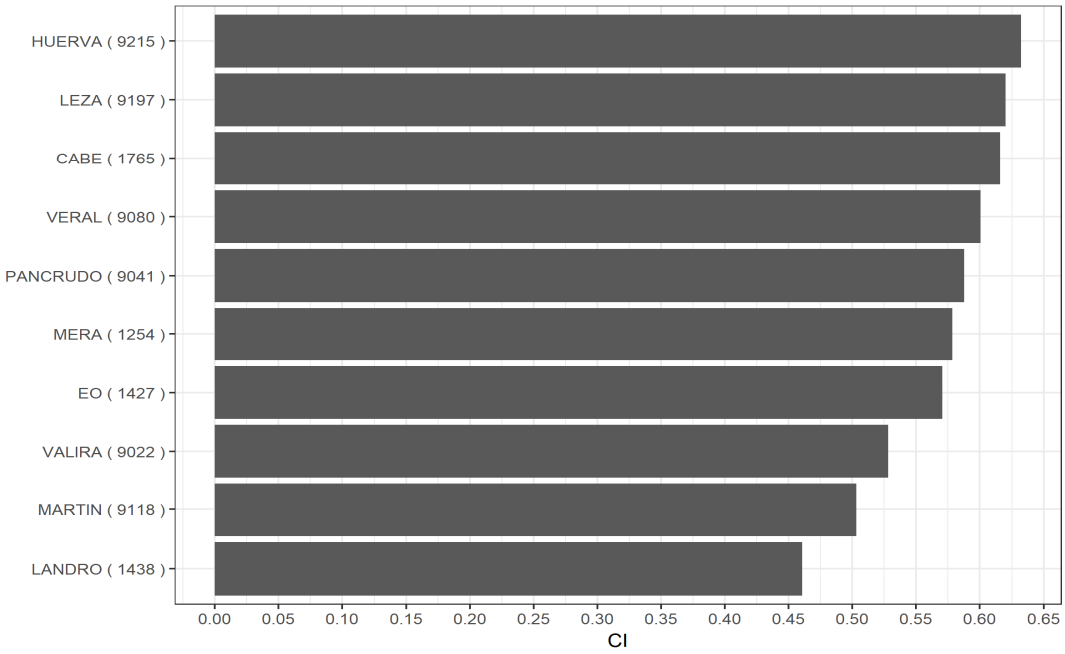


Figure 3 - CI values for each gauging station ordered from highest to lowest (see also Table I).

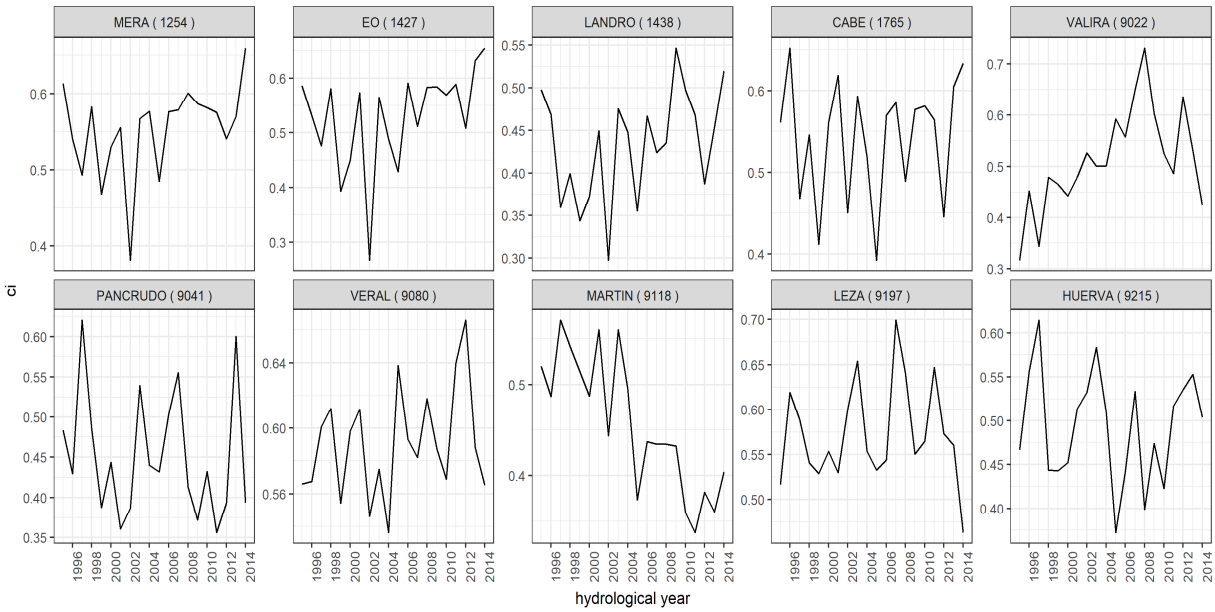


Figure 4 - Temporal distribution of CI values for each gauging station between the years 1994 and 2015.

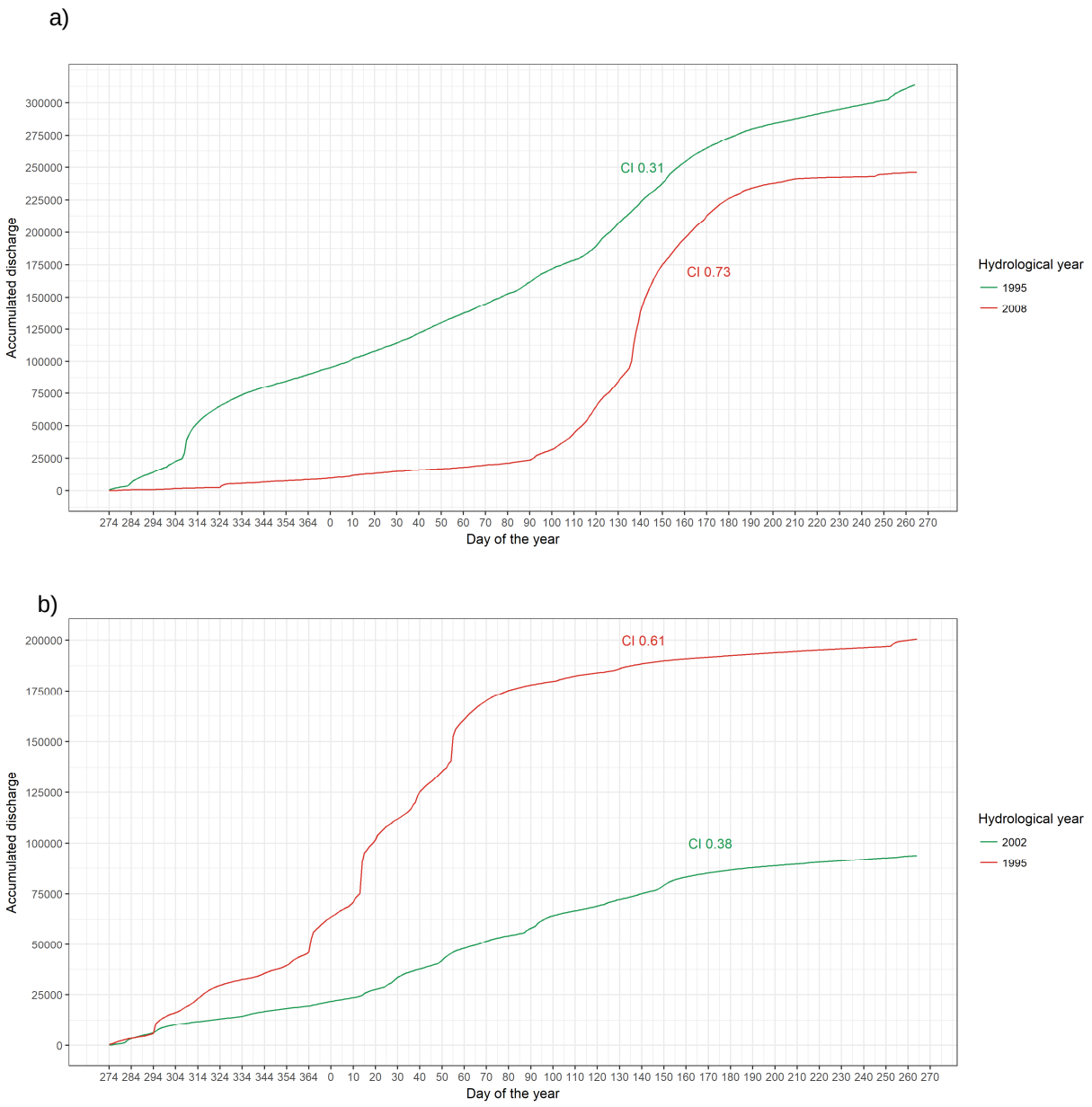


Figure 5 – Accumulated flow (m^3/s) for minimum and maximum CI in the Valira River (a) and Mera River (b).

Correlation values between the CI and the hydrological variables studied (Table I) do not reflect a clear relationship between the 10 stations. Neither is the correlation consistent as far as those belonging to the Atlantic group are concerned. The Mediterranean stations show a correlation >0.90 between the variables of area and travel time. However, the relationship has a negative sign, namely, smaller size of the basin and less travel time is linked to higher CI values and, consequently, the volume of flow it concentrates in less days, unlike what happens in larger basins.

In Figure 5, the accumulated river discharge for minimum and maximum CI values during the hydrological year shows the greater and lesser concentration of the flow in different years. For the years 1995 (Valira) and 2002 (Mera), a regular and constantly increasing river discharge can be identified. In contrast, the other years with high CI values are noteworthy due to a significant increase in the flow in late spring and winter, respectively. In the case of the Valira River, the explanation can be found in different annual precipitation amounts. In 2008, the next precipitation point shows a total of 589 mm, which is 422 mm less than in the hydrological year of 1995. Therefore, a Pearson correlation coefficient (r) of -0.62 was estimated for this river. In consequence, when the total annual precipitation is low then the CI value increases. However, the Mera River shows a positive correlation value of 0.33 and seems to be less influenced by precipitation. As the relationship is positive, the CI values increase with increasing annual precipitation. We think that to achieve a more precise explanation for the case of the Mera River, it is necessary to focus on the hydro-geological component (flow base) and how this behaves as precipitation increases.

The Pearson correlation coefficients of all the rivers analysed are shown in Table II. For the gauging stations of Valira and Veral a moderate negative relationship was found. However, the Cabe, Huerva and Martín Rivers present positive moderate coefficients. If the correlation is negative, then it means that the CI increases when the annual precipitation amount decreases, which in turn indicates a stronger concentration of river discharge in time. Especially for Valira and Veral, the relationship is clear and shows a dependence for precipitation variability. Nevertheless, there is a residual part of variability which cannot only be explained by precipitation. In this sense, it is necessary to delve into other explanatory variables: lithology, land use, slope, hydrogeology, urbanisation or water extraction, for example. The different behaviour in the pattern observed in the Martín River, part of the Mediterranean regime, is still unclear. It is possible that it is due to an extreme hydrological event in 2013. In this sense, further study will be necessary in order to understand these complex relationships and causes.

Table II – The Pearson correlation coefficient (r) between the annual CI and precipitation (p-value < 0.001).

ID	River	r
1765	Cabe	0.65
1254	Mera	0.33
1427	Eo	-0.09
1438	Landro	-0.01
9041	Pancrudo	0.40
9215	Huerva	0.55
9118	Martín	0.53
9197	Leza	0.24
9022	Valira	-0.62
9080	Veral	-0.48

The role of precipitation in small watersheds is yet to be determined, where, a priori, they have a more direct influence on the variability of the flow than in larger basins, which have a greater potential to accommodate climatic, topographic, lithological and land uses. Furthermore, a comparison with other temporal indices of watersheds which assess impacts in river systems should be undertaken in the future (Pandeya et al., 2012).

4. Conclusions

The CI has proven to be an index which perfectly describes the temporal behaviour of river discharge. Its application on the study stations has served to (i) demonstrate its discriminatory capacity regarding river types and (ii) as another method to interpret the distribution of the flow throughout the year.

The open research line of CI on river discharge will continue in the coming years. The proposed steps to be followed are aimed at: (i) increasing the network of study stations; (ii) establishing a method of selecting them; and (iii) introducing new hydrological variables to explain flow behaviour and its relationship with the CI. These future objectives will be extremely useful as a complement to other studies of the hydrological regime and fluvial ecology.

5. References

ALEXANDER, L. V., ZHANG, X., PETERSON, T. C., CAESAR, J., GLEASON, B., KLEIN TANK, A. M. G., HAYLOCK, M., COLLINS, D., TREWIN, B., RAHIMZADEH, F., TAGIPOUR, A., RUPA KUMAR, K., REVADEKAR, J., GRIFFITHS, G., VINCENT, L., STEPHENSON, D. B., BURN, J., AGUILAR, E., BRUNET, M., TAYLOR, M., NEW, M., ZHAI, P., RUSTICUCCI, M. & VAZQUEZ-AGUIRRE, J. L. (2006). Global observed changes in daily climate extremes of temperature and precipitation. *J. Geophys. Res.*, 111, D05109.

BROOKS, C. E. P. & CARRUTHERS, N. B. (1953). Handbook of Statistical Methods in Meteorology. Met. O, 538. H.M. Stationery Off.

EASTERLING, D., MEEHL, G., PARMESAN, C., CHANGNON, S., KARL, T., & MEARNS, L. (2000). Climate extremes: Observations, modeling, and impacts. *Science*, 289, 2068-2074.

HAYNES, J. (2005). *Comparative politics in a globalizing world.* Cambridge: Polity Press.

JOLLIFFE, I.T. & HOPE, P.B. (1996). Bounded bivariate distributions with nearly normal marginal. *Amer Stat*, 50:17-20.

MARTIN-VIDE, J. (2004). Spatial distribution of a daily precipitation concentration index in peninsular Spain. *Int J Climatol,* 24:959-971.

MONJO, R. (2016). Measure of rainfall time structure using the dimensionless n-index. *Clim. Res.*, 67, 71-86.

OLASCOAGA, M.J. (1950). Some aspects of Argentine rainfall. *Tellus,* B 2:312-318.

PANDEYA, P.K., SOUPIR, M.L., HADDAD, M., ROTHWELL, J.J. (2012). Assessing the impacts of watershed indexes and precipitation on spatial in-stream E. coli concentrations. *Ecological Indicators*, 23:641–652

R CORE TEAM (2017). A language and environment for statistical computing. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria

RIEHL, H. (1949). Some aspects of Hawaiian rainfall. *BAMS,* 30:76-187.

ROYÉ, D. & MARTIN-VIDE, J. (2017). Concentration of Daily Precipitation in the Contiguous United States. *Atmospheric Research*, 196C:237-247.

SERRANO-NOTIVOLI, R., BEGUERÍA, S., SAZ, M.A., LONGARES, L. A. & DE LUIS, M. (2017). SPREAD: a high-resolution daily gridded precipitation dataset for Spain – an extreme events frequency and intensity overview. *Earth System Science Data*, 9(2):721-738.

TÉMEZ, J.R. (1978). Cálculo hidrometeorológico de caudales máximos en pequeñas cuencas naturales. MOPU, Madrid, 113 p.

TÉMEZ, J.R. (1991). Extended and improved rational method. Version of the Highways Administration of Spain. *Proc. XXIV Congress*. Madrid, Spain. Vol A., p. 33-40.